ISSN 0100-1736

DOUTRINA · JURISPRUDÊNCIA · LEGISLAÇÃO

REVISTA DO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DA 8ª REGIÃO

R.TRT - 8ª Região | Belém | V. 40 | N. 79 | Julho/Dezembro - 2007

www.trt8.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 8ª REGIÃO

www.trt8.gov.br
e-mail: assessoria.revista@trt8.gov.br

TRAVESSA D. PEDRO I, Nº 746
66050-100 - BELÉM - PARÁ - BRASIL

NOME _____

NAME _____

ENDEREÇO _____

ADDRESS _____

_____

REMESSA

Recebemos:
Nous avons reçu:
Wir haben empfangen:
We have received:

_____

NOVO ENDEREÇO _____

NEW ADDRESS _____

No caso de mudança de endereço, solicitamos o favor de consignar neste, para as próximas remessas - Change of address must be communicated once.

NOTA: Rogamos acusar o recebimento da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, a fim de não interrompermos as remessas - Please acknowledge receipt.

SOLICITAMOS PERMUTA - EXCHANGE DESIRED

ISSN 0100-1736

DOUTRINA
JURISPRUDÊNCIA
LEGISLAÇÃO

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO

www.trt8.gov.br
e-mail: assessoria.revista@trt8.gov.br

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO SEMESTRAL
Correspondência: Travessa D. Pedro I, 746
66050-100
Belém - Pará
www.trt8.gov.br
e-mail: assessoria.revista@trt8.gov.br

COMISSÃO DA REVISTA:

PRESIDENTE: Desembargador JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES

MEMBROS: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Juíza MARIA EDILENE DE OLIVEIRA FRANCO
Juiz PEDRO TOURINHO TUPINAMBÁ

Assistente da Revista do Tribunal e Publicações em Geral:
Nara Maria Santos de Souza

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO. Belém: Tribunal Regional do Trabalho, 1968 —
Semestral

ISSN 0100-1736

1. DIREITO – Periódico. I. PARÁ. Tribunal Regional do Trabalho.

CDD 340.05
CDU 34 (05)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Sede: Belém (PA)
Jurisdição: Estados do Pará e Amapá

Tribunal Pleno

Presidente: Des. JOSÉ EDÍLSIMO ELIZIÁRIO BENTES

Vice-Presidente: Desa. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA

Corregedor Regional: Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL

Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA
Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO
Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR
Des. WALMIR OLIVEIRA DA COSTA - Nomeado ministro do TST. Posse em 14/11/2007.
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Desa. GRAZIELA LEITE COLARES
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO
Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA
Des. MÁRIO LEITE SOARES
Desa. VANJA COSTA DE MENDONÇA
Des. LÚCIO VICENTE CASTIGLIONI
Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

Seção Especializada I

Presidente: Desa. FRANCISCA OLIVEIRA FORMIGOSA
Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA
Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO
Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Des. WALMIR OLIVEIRA DA COSTA - Nomeado ministro do TST. Posse em 14/11/2007.
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES
Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Desa. VANJA COSTA DE MENDONÇA

Seção Especializada II

Presidente: Desa. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL
Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Desa. GRAZIELA LEITE COLARES
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO
Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA
Des. MÁRIO LEITE SOARES
Des. LÚCIO VICENTE CASTIGLIONI
Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

1ª Turma

Presidente: Desa. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Des. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO
Des. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
Des. MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA
Des. MÁRIO LEITE SOARES

2ª Turma

Presidente: Des. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS
Des. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA
Des. LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA
Desa. ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN
Desa. ODETE DE ALMEIDA ALVES

3ª Turma

Presidente: Desa. GRAZIELA LEITE COLARES
Desa. ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR
Des. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR
Des. WALMIR OLIVEIRA DA COSTA - Nomeado ministro do TST. Posse em 14/11/2007.
Des. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

4ª Turma

Presidente: Desa. VANJA COSTA DE MENDONÇA
Desa. ALDA MARIA DE PINHO COUTO
Des. GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO
Des. LÚCIO VICENTE CASTIGLIONI
Desa. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

VARAS DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ESTADO DO PARÁ

1ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juíza MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO
2ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juiz SUENON FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR
3ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juiz JULIANES MORAES DAS CHAGAS
4ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juíza CLAUDINE TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES
5ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juíza MARIA ZUÍLA LIMA DUTRA
6ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juiz JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA MARTINS
7ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juíza MARIA DE NAZARÉ MEDEIROS ROCHA
8ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juíza MARIA EDILENE DE OLIVEIRA FRANCO
9ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juiz WALTER ROBERTO PARO
10ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juiz CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH JÚNIOR
11ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juiz JONAS SOARES VALENTE JÚNIOR
12ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juíza MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO
13ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juíza IDA SELENE DUARTE SIROTHEAU CORRÊA BRAGA
14ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juiz ANTONIO OLDEMAR COÊLHO DOS SANTOS
15ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juíza PAULA MARIA PEREIRA SOARES
16ª Vara do Trabalho de Belém
Titular: Juiz RAIMUNDO ITAMAR LEMOS FERNANDES JÚNIOR
1ª Vara do Trabalho de Abaetetuba
Titular: Juiz FERNANDO DE JESUS DE CASTRO LOBATO JÚNIOR
2ª Vara do Trabalho de Abaetetuba
Titular: Juíza CASSANDRA MARLY JUCÁ FLEXA
Vara do Trabalho de Altamira
Titular: Juiz LUIS ANTONIO NOBRE DE BRITO
1ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Titular: Juíza CRISTIANE SIQUEIRA REBELO

2ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Titular: Juíza GEORGIA LIMA PITMAN
3ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Titular: Juíza MELINA RUSSELAKIS CARNEIRO
4ª Vara do Trabalho de Ananindeua
Titular: Juíza AMANACI GIANNACCINI
Vara do Trabalho de Breves
Titular: Juíza MARINEIDE DO SOCORRO LIMA OLIVEIRA
Vara do Trabalho de Capanema
Titular: Juiz JORGE ANTONIO RAMOS VIEIRA
Vara do Trabalho de Castanhal
Titular: Juiz PAULO HENRIQUE SILVA ÁZAR
Vara do Trabalho de Itaituba
Titular: Juíza FLÁVIA JOSEANE KURODA
1ª Vara do Trabalho de Marabá
Titular: Juiz JOÃO CARLOS TRAVASSOS TEIXEIRA PINTO
2ª Vara do Trabalho de Marabá
Titular: Juiz FRANCISCO MILTON ARAÚJO JÚNIOR
Vara do Trabalho de Óbidos
Titular: Juiz JÁDER RABELO DE SOUZA
Vara do Trabalho de Paragominas
Titular: Juíza RENATA PLATON ANJOS
1ª Vara do Trabalho de Parauapebas
Titular: Juiz JÔNATAS DOS SANTOS ANDRADE
2ª Vara do Trabalho de Parauapebas - VT transferida de Tomé-Açu (Res. nº 344 2006). Instalada em 12/7/2007.
Titular: Juíza ANNA LAURA COELHO PEREIRA KOENING - a partir de 12/7/2007
Vara do Trabalho de Redenção
Titular: Juiz MIGUEL RAIMUNDO VIEGAS PEIXOTO
Vara do Trabalho de Santa Izabel do Pará
Titular: Juíza VANILZA DE SOUZA MALCHER
1ª Vara do Trabalho de Santarém
Titular: Juíza ERIKA VASCONCELOS DE LIMA DACIER LOBATO
2ª Vara do Trabalho de Santarém
Titular: Juiz PAULO JOSÉ ALVES CAVALCANTE
Vara do Trabalho de Tomé-Açu - Criada pela Lei nº 10.770, de 21/11/2003. VT transferida para Parauapebas (Res. nº 344/2006)
1ª Vara do Trabalho de Tucuruí
Titular: Juíza LEA HELENA PESSÔA DOS SANTOS SARMENTO
2ª Vara do Trabalho de Tucuruí
Titular: Juiz RICARDO ANDRÉ MARANHÃO SANTIAGO
Vara do Trabalho de Xinguara
Titular: Juíza NATASHA SCHNEIDER GURJÃO SAMPAIO - Posse em 7/8/2007

ESTADO DO AMAPÁ

1ª Vara do Trabalho de Macapá
Titular: Juíza TEREZA CRISTINA DE ALMEIDA CAVALCANTE ARANHA
2ª Vara do Trabalho de Macapá
Titular: Juiz MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
3ª Vara do Trabalho de Macapá
Titular: Juiz OCÉLIO DE JESUS CARNEIRO DE MORAIS
4ª Vara do Trabalho de Macapá
Titular: Juíza ANGELA MARIA MAUÉS
Vara do Trabalho de Laranjal do Jari - Monte Dourado
Titular: Juíza ANNA LAURA COELHO PEREIRA KOENIG - até 11/7/2007. Removida p/ a 2ª VT de Parauapebas (Ato nº 144/2007)
Juíza SUZANA MARIA DE MORAES AFFONSO BORGES - Posse em 7/8 2007

JUÍZES FEDERAIS DO TRABALHO SUBSTITUTOS

Juiz SÉRGIO POLASTRO RIBEIRO - até 28/10/2007. Removido p/ a 15ª Região (Ato nº 225/2007)
Juíza ANA ANGÉLICA PINTO BENTES
Juíza MARLY COSTA DA SILVEIRA - até 8/7/2007. Removida p/ a 10ª Região (Ato nº 163/2007)
Juíza NATASHA SCHNEIDER GURJÃO SAMPAIO - até 6/8/2007. Promovida p/ titular da VT de Xinguara. Posse em 7/8/2007. (Ato nº 180/2007)
Juíza SUZANA MARIA DE MORAES AFFONSO BORGES - até 6/8/2007. Promovida p/ titular da VT de Laranjal do Jari-Monte Dourado. Posse em 7/8/2007. (Ato nº 179 2007)
Juiz PEDRO TOURINHO TUPINAMBÁ
Juiz ELTON ANTONIO DE SALLES FILHO
Juíza ODAISE CRISTINA PICANÇO BENJAMIM MARTINS
Juiz HARLEY WANZELLER COUTO DA ROCHA
Juiz NEY STANY MORAIS MARANHÃO
Juíza MARLISE DE OLIVEIRA LARANJEIRA
Juiz MARCOS CEZAR MOUTINHO DA CRUZ
Juíza TATYANNE RODRIGUES DE ARAÚJO ALVES
Juíza CAMILA AFONSO DE NÓVOA CAVALCANTI
Juíza ANELISE HAASE DE MIRANDA
Juiz DENNIS JORGE VIEIRA JENNINGS
Juíza GABRIELLE AMADO BOUMANN
Juiz CÉZAR ALBERTO MARTINI TOLEDO
Juiz ANDREY JOSÉ DA SILVA GOUVEIA
Juíza GIOVANNA CORRÊA MORGADO DOURADO
Juíza DANIELLE VIANNA SOARES
Juíza KARLA MARTINS FROTA

Juíza ÉRIKA MOREIRA BECHARA
Juíza MEISE OLIVEIRA VERA
Juíza MILENE DA CONCEIÇÃO MOUTINHO DA CRUZ
Juíza BIANCA LIBONATI GALÚCIO
Juiz SAULO MARINHO MOTA
Juiz JORSINEI DOURADO DO NASCIMENTO
Juiz WELLINGTON MOACIR BORGES DE PAULA
Juiz DANIEL GONÇALVES DE MELO - Posse em 31/10/2007
Juíza NÚBIA SORAYA DA SILVA GUEDES - Posse em 31/10/2007
Juiz FÁBIO MELO FEIJÃO - Posse em 31/10/2007
Juíza ALESSANDRA MARIA PEREIRA CRUZ - Posse em 31/10/2007
Juíza AMANDA CRISTHIAN MILÉO GOMES MENDONÇA - Posse em 31/10/2007
Juiz EDUARDO EZON NUNES DOS SANTOS FERRAZ - Posse em 31/10/2007
Juíza RAFAELA QUEIROZ DE SÁ E BENEVIDES - Posse em 31/10/2007
Juíza GINNA ISABEL RODRIGUES VERAS - Posse em 31/10/2007

S U M Á R I O

DOUTRINA

REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO CIVIL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
Arnaldo Süssekind 15
OS NOVOS RUMOS DO PROCESSO DO TRABALHO DIANTE DAS REFORMAS CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL
Vicente José Malheiros da Fonseca 19
ESTADO ATUAL DA REFORMA SINDICAL
Georgenor de Sousa Franco Filho 39
O TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO E A APLICABILIDADE DA SÚMULA N. 423 DO COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
Francisco Milton Araújo Júnior 45
ESTADO DE BEM ESTAR E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA SOCIAL
Anelise Haase de Miranda 59
JUÍZO CONCILIATÓRIO TRABALHISTA
Adriana Goulart de Sena 83
INTERPRETAÇÃO JURÍDICA, CRIATIVIDADE E REPRESENTAÇÕES CEREBRAIS
Atahualpa Fernandez e Marly Fernandez 119
FORO PRIVILEGIADO: MANUTENÇÃO OU EXTINÇÃO?
Benedito Calheiros Bomfim 141
A ÉTICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO PODE EVITAR O ASSÉDIO MORAL
José Roberto Dias Leite 145

JURISPRUDÊNCIA

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Resolução nº 142 - Cancelamento da Súmula 194 do TST e da Orientação Jurisprudencial nº 147 da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais 155

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Enunciado nº 4 157

ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Ação Civil Pública. Pretensão Inibitória. Falta de Interesse de Agir. 159
Ação Declaratória de Rescisão do Contrato de Trabalho. 166
Ação Rescisória, Improcedência. Conciliação Judicial sem Reconhecimento de Vínculo Empregatício. Alvedrio das Partes. Inexistência de Dolo, Coação, ou Erro Essencial. Manutenção do Acordo face a Liberalidade do Ato Importar em sua

Incondicionalidade Volitiva. 169
Acidente de Trabalho - Doença Causada pela Inalação de Fungos Existentes nas Fezes dos Pombos - Caracterização - Indenização por Dano Moral - Deferimento. 174
Acidente de Trabalho - Vigilante - Indenização por Danos Morais e Materiais - Teoria da Responsabilidade Objetiva da Empregadora. 180
Acúmulo de Funções. Diferença Salarial Indevida. 190
Agravo de Instrumento. Processo de Recuperação Judicial. Deserção. 193
Agravo de Petição. Competência da Justiça do Trabalho. Cobrança de Honorários Profissionais. 196
Aposentadoria Espontânea - Efeitos. 198
Coisa Julgada. 201
Comissão Eleitoral - Usurpação de Atribuições. 204
Contrato de Comodato. Prazo de Vigência 206
Contrato de Emprego. Culto Religioso. Ministério. Pastor Evangélico. 208
Dano Moral - Agressão Física Praticada por Colega de Trabalho que Causou Perda Visual ao Reclamante - Responsabilidade do Empregador 215
Dano Moral Decorrente de Acidente de Trabalho. Morte do Trabalhador. Legitimidade Ativa. 219
Dano Moral e Material - Segurança Pública - Doença do Trabalho, Adquirida no Exercício Profissional, mas Decorrente de Ato de Terceiro - Culpa do Estado e Não da Empresa. 221
Direito Líquido e Certo. Inexistência. Ato Administrativo. Nulidade. Efeitos. 227
Empresa Executada. Falência. Juízo Universal. 231
Empresa Interposta. Atividade-Fim. Siderurgia. Produção de Carvão Vegetal. 234
Execução. 242
Execução Fiscal. Parcelamento do Débito Administrativamente. Discussão sobre Montante da Dívida. Impossibilidade. 246
Execução Provisória. Limites. Liberação de Valores Antes do Trânsito em Julgado da Sentença. Impossibilidade. Incompatibilidade do Art. 475-O, do CPC, com o Art. 899, da CLT. 248
Gerente de *Leasing*. Caracterização. 255
Honorários Advocatícios - Honorários Contratuais e Honorários Judiciais - Distinção 261
Horas Intervalares. Deferimento. 265
Incidente de Uniformização de Jurisprudência. Oportunidade. 271
Indenização por Dano Moral. Condições Degradantes. Pagamento de Salário a Menor. Inocorrência. 283
INSS. Concessão de Auxílio-Acidente. Relação com o Acidente do Trabalho. Relatividade. 294
Jornada Por Hora - Piso Salarial 298
Justa Causa. Ato de Improbidade. 302
Norma Coletiva de Caráter Programático. Segurança e Medicina do Trabalho.

Ação de Cumprimento Improcedente. 304
Prescrição Bienal. Reajuizamento de Reclamação. 310
Presunção. Provas. 312
Recuperação Judicial - Sucessão de Empregadores 318
I - Recurso. Deserção. Valor Mínimo das Custas. Art. 789 da CLT. II - Gestante. Estabilidade Provisória. 330
Trabalhador Avulso. Prescrição. 333
I- Vínculo Empregatício. Representação Comercial. Ônus da Prova. II- Sucessão de Empresas. Aplicação Analógica da OJ n. 225 da SBDI-1 do C. TST. 337

EMENTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRT DA 8ª REGIÃO 347

LEGISLAÇÃO

Emendas Constitucionais 369
Leis Complementares 369
Leis 369
Medidas Provisórias 369
Decretos 370
Supremo Tribunal Federal 370
Conselho Nacional de Justiça 371
Superior Tribunal de Justiça 372
Conselho da Justiça Federal 373
Tribunal Superior do Trabalho 373
Conselho Superior da Justiça do Trabalho 375
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região 375
Tribunal de Contas da União 376
Ministério do Trabalho e Emprego 376
Ministério da Previdência Social 377

NOTICIÁRIO

Diagnóstico Institucional 381
Visitas Monitoradas 381
TRT Ambiental 382
Primeiro curso a distância no TRT-8ª Região 382
Instalação da 2ª Vara de Parauapebas 382
Movimentação de Juízes 383
TRT-8ª Região estabelece a adoção de papel reciclado 383
Deontologia e Ética Profissional 383
Humanismo em Nove Lições 383
Conciliação Judicial Trabalhista - Riscos e Oportunidades 384
Desembargador Walmir Costa encerra Congresso Internacional de Direito 384
TRT institui Sistema de Avaliação da Satisfação dos Usuários 384
Espaço Cultural 385

1º Curso de Formação Continuada em Falência e Recuperação Judicial no Processo do Trabalho 386
CSJT aprova SPI E SPP instituídos pelo TRT-8ª Região 386
Encontro sobre a implantação do Decreto Federal 5.940/2006 387
Correição Periódica Ordinária no TRT-8ª Região 387
Galeria dos Ex-Corregedores Regionais da Justiça do Trabalho da 8ª Região 387
Sala de Acesso ao TRT *On Line* 388
Oficina de Planejamento Estratégico 388
Varas Itinerantes 389
Ouvidoria Regional 389
Justiça do Trabalho firma convênio com Receita Federal 389
Eventos EMATRA 8 390
Dia Nacional de Mobilização pela Efetivação do Direito do Trabalho 390
Fórum de Belém e Central de Mandados divulgam avanços nas execuções 391
Corregedora faz palestra e doa alimentos 392
Juíza Substituta recebe grau de Mestre em Direito 392
Nova Direção da AAJUTRA 8 392
Os Novos Rumos do Processo do Trabalho diante das Reformas Constitucional e Processual Civil 392
Desembargador Vicente Malheiros recebe homenagem em Marabá 393
Semana do Servidor 393
Adote esta Caneca 395
Gestão de Resíduos com Responsabilidade Social 395
Servidor Destaque Setorial 2007 396
VI Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho 397
Convênio celebrado entre TRT-8ª Região e Receita Federal 397
Tribunal padroniza uso de fonte e estabelece impressão em frente e verso 398
Posse de novos Juízes Substitutos 398
TPA Virtual 398
TRTV8 399
Coleta Seletiva Solidária 399
Desembargador Walmir Costa nomeado Ministro do TST 400
AMATRA 8 homenageia desembargador Walmir Costa 400
Pleno do TRT-8ª despede-se do novo Ministro do TST 401
Atividades do desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca 401
Atividades do desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho 403

Doutrina



REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO CIVIL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Arnaldo Süssekind *

O Código Civil do doutíssimo CLÓVIS BEVILAQUA refletiu, com indiscutível rigor, o liberal individualismo da Revolução francesa, consubstanciado no Código de Napoleão. Já o novo código civil brasileiro, projetado por renomada comissão sob a presidência do emérito MIGUEL REALE, refletiu as tendências sociais contemporâneas, prestigiando princípios e normas que se sintonizam com as consagradas pelo Direito do Trabalho. Na esplêndida síntese do saudoso jurista e político JOSAPHAT MARINHO, que foi o relator do projeto no Senado. "O Código Novo vê o homem, integrado na sociedade; o antigo divisou o indivíduo, com seus privilégios" ("Novo Curso de Direito Civil", de PABLO STOLGE GAGLIANO e RODOLFO PAMPLONA FILHO, SP, Saraiva, Vol. I, 2002, pág. XX).

A diretriz mater, a iluminar as normas atinentes ao contrato, está inserida no art. 421, ***in verbis***:

> "A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato".

Em esclarecedora palestra proferida no Rio de Janeiro, o douto Desembargador SYLVIO CAPANEMA acentuou:

> "De um modelo individualista, solidamente alicerçado nos velhos dogmas do Estado Liberal, que transformava os princípios da autonomia da vontade e da imutabilidade dos contratos em valores quase absolutos, passamos agora para um sistema profundamente comprometido com a função social do direito, e preocupado com a construção da dignidade do homem e de uma sociedade mais justa e igualitária.
>
> A boa-fé objetiva, que passa a exigir dos contratantes uma efetiva conduta honesta, leal e transparente, transformou-se em dever jurídico, em cláusula geral implícita em todos os contratos, substituindo o velho conceito de boa-fé subjetiva, que traduzia mera exortação ética, que pouco contribuía para garantir equações econômicas justas".

Uma das características do Direito do Trabalho é a irrenunciabilidade de direito instituído por norma legal imperativa, e esse princípio alcança tanto a transação, que corresponde a um negócio jurídico bilateral, quanto a renúncia, que é um ato unilateral.

A renunciabilidade de direitos, em relação ao trabalhador, deve ser admitida apenas excepcionalmente, em face das condições especiais configuradas em cada caso concreto. Ainda que se trate de direito não imposto por norma jurídica de ordem pública, a renúncia, admitida em princípio, deve ser examinada de conformidade com os princípios tendentes a restringi-la. Destarte, são irrenunciáveis

---

* Ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho e Titular da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

os direitos que a lei, as convenções coletivas, as sentenças normativas e as decisões administrativas conferem aos trabalhadores, salvo se a renúncia for admitida por norma constitucional ou legal ou se não acarretar uma desvantagem para o trabalhador ou um prejuízo à coletividade; são renunciáveis os direitos que constituem o conteúdo contratual da relação de emprego, nascidos do ajuste expresso ou tácito dos contratantes, ou quando não haja proibição legal, inexista vício de consentimento que importe prejuízo ao empregado.

Consoante estatui a CLT serão nulos de pleno direito: a) os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação (art. 9°); b) a alteração contratual em prejuízo direto ou indireto ao trabalhador (art. 468), salvo nos casos expressos previstos em lei. Esses casos, que na legislação trabalhista infra-constitucional eram raros, foram consideravelmente ampliados pela Constituição de 1988, cujo art. 7° facultou às convenções coletivas e aos acordos coletivos -deles participam obrigatoriamente os sindicatos dos trabalhadores - a estipularem redução do salário contratual (inciso VI), compensação ou redução da jornada de trabalho (inciso XIII) e ampliação da jornada dos turnos ininterruptos de revezamento (inciso XIV). É evidente que essas exceções ao regramento geral não podem ser ampliados, razão por que não se estendem aos temas tratados nos demais incisos, ainda que atinentes a prestações de natureza salarial: salário mínimo, piso salarial, 13° salário, adicionais de trabalho insalubre ou perigoso etc.

Por via de conseqüência, o art. 468 da CLT foi derrogado no que tange às alterações ***in pejus*** de que cogitam os incisos VI, XIII e XIV do art. 7° da Constituição.

A transação é um negócio jurídico - ato bilateral - em virtude do qual, como escrevemos alhures,

> "as partes interessadas extinguem obrigações litigiosas ou duvidosas. Para que haja transação, é imprescindível que: a) duas pessoas, pelo menos, estejam vinculadas entre si, por força da relação jurídica da qual decorrem direitos e obrigações; b) haja incerteza no pertinente a determinado ou determinados direitos ou obrigações; c) a dúvida se refira a direitos patrimoniais, isto é, direitos incorporados ao patrimônio de uma das partes do contrato; d) a controvérsia seja extinta mediante concessões recíprocas". ("Instituições de Direito do Trabalho", SP, L Tr, 22ª. ed., Vol. I, pág. 118).

Em virtude dos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, a renúncia e a transação de direitos devem ser admitidas como exceção. Por isto mesmo, não se deve falar em renúncia ou em transação tacitamente manifestadas, nem interpretar extensivamente o ato pelo qual o trabalhador se despoja de direitos que lhe são assegurados ou transaciona sobre eles. Aliás, no concernente à transação, o novo Código Civil é explícito;

> "Art. 843. A transação interpreta-se restritivamente e por ela não se transmitem, apenas se declaram ou se reconhecem direitos".

O art.166 do Código Civil, dentre os eventos determinantes da nulidade do negócio jurídico, preceitua que este será nulo quando:

> "III - O motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;
> VI - tiver por objetivo fraudar lei imperativa;
> VII - A lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir a prática, sem cominar sanção".

A fraude, como soe acontecer, pode verificar-se, tal como explicita o Código Civil, em virtude de simulação, que se caracteriza, dentre outros motivos, quando o negócio jurídico contiver "declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira" (art. 167, inciso II). Nas relações de trabalho é comum a simulação de modalidade contratual com o objetivo de encobrir inquestionável relação de emprego. E o vício de consentimento imposto ao trabalhador pode advir de erro, dolo, coação, estado de perigo ou lesão irresistível.

Pelo Código Civil os negócios jurídicos são anuláveis, ao contrário do negócio nulo, e prevalecem até que a nulidade seja declarada em juízo:

> a) quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoal de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio (art. 138);
>
> b) por dolo, quando este for a sua causa (art. 145), considerando-se doloso o silêncio intencional de fato ou qualidade que, se conhecido pela outra parte, o negócio não se teria realizado (art. 147);
>
> c) por coação, capaz de viciar a declaração de vontade de uma das partes (art. 151), cumprindo na sua análise, ter "em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do paciente e todas as demais circunstâncias que possam influir na gravidade dela" (art. 152);
>
> d) quando o estado de perigo induz a parte a assumir obrigação excessivamente onerosa, premida da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte (art. 156);
>
> e) por lesão, "quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta" (art. 157).

As precitadas normas, como se infere, irradiam luz para a cotidiana aplicação do Direito do Trabalho, fundamentando a interpretação que a doutrina e a jurisprudência vêm dando às nulidades nas relações de trabalho.

Ao ensejo do centenário de nascimento do notável jurista que foi ORLANDO GOMES, parece-me oportuno registrar alguns atos de que participou, correlacionados com a afirmação do Direito do Trabalho em nosso País e a sua influência na socialização do Código Civil de 2002.

No inesquecível Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, realizado em maio de 1941, na cidade de São Paulo e primorosamente organizado pelo eminente Professor CESARINO JUNIOR e o renomado advogado RUY DE AZEVEDO SODRÉ, fez sucesso a tese apresentada por ORLANDO GOMES sobre a "Influência da Legislação do Trabalho na Evolução do Direito". Vale reproduzir, nesta oportunidade, os seus primeiros parágrafos:

> "A legislação do trabalho é o mais importante processo normativo da sociabilização do Direito. Não deve ser compreendida, pois, como um simples fenômeno de especialização das disciplinas jurídicas.
>
> Os princípios que a informam contrariam os postulados fundamentais do sistema jurídico tradicional. Seus preceitos trazem o incisivo caráter revolucionário da concepção filosófica que os inspira. Suas instituições básicas têm uma feição própria, singular, inconfundível. Seu objeto compreende relações, cuja estruturação

> se reveste, hoje, de capital importância para o desenvolvimento da sociedade.
>
> Neste pressuposto, não se pode negar que as leis sociais estão exercendo uma profunda e decisiva influência na evolução do Direito, cuja intensidade não foi ainda devidamente sondada.
>
> Em verdade, constituem uma precoce manifestação do direito futuro".

Profetizou, portanto, o que o novo Código Civil Brasileiro consagrou, tal como assinalou nos seus trabalhos sobre a codificação desse ramo fundamental do Direito.

É inquestionável que o nome de ORLANDO GOMES está imortalizado na história do Direito Brasileiro, como é induvidoso que diversas disposições do novo Código Civil se harmonizam com a legislação trabalhista.

OS NOVOS RUMOS DO PROCESSO DO TRABALHO DIANTE DAS REFORMAS CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL[1]

Vicente José Malheiros da Fonseca [2]

Quando surgiu a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, o antigo Código Civil, de 1916, já estava sedimentado há quase três décadas, e o antigo Código de Processo Civil, de 1939, já tinha quase um lustro de vigência.

Naquela época, vigorava a Constituição Federal de 1937, enquanto que a Justiça do Trabalho somente passou a funcionar, integrada ao Poder Judiciário da União, a partir da Constituição da República de 1946.

Então, a CLT - que constituiu, sem dúvida, um extraordinário avanço na ciência do direito brasileiro - adotou a técnica da aplicação subsidiária do direito comum e do direito processual comum, quando houver omissão na legislação trabalhista e desde que haja compatibilidade com as normas e princípios do direito material e processual do trabalho, segundo estabelecem o art. 8º, parágrafo único, e art. 769, do diploma consolidado.

Dispõe o parágrafo único do art. 8º, da CLT:

> "O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste".

E estabelece o art. 769, da Consolidação:

> "Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título".

Determinou, ainda, a CLT a aplicação dos preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal, quando não infringirem as diretrizes do direito processual do trabalho, aos trâmites e incidentes do processo da execução trabalhista (art. 889). Na época, vigorava o Decreto-Lei nº 960, de 17.12.1938, que dispunha sobre a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, em todo território nacional.

Eis a redação do art. 889, da CLT:

> "Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente Título, os

---

[1] Esboço da Conferência de Abertura proferida no Seminário sobre "Os novos rumos do processo do trabalho diante das reformas constitucional e processual civil", realizado nos dias 18 e 19 de outubro de 2007, em Marabá (PA), sob os auspícios da Escola da Magistratura da 8ª Região (EMATRA-VIII) e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (AMATRA-VIII).

[2] *Vicente José Malheiros da Fonseca* é Desembargador Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na Universidade da Amazônia (UNAMA), inclusive em curso de pós-graduação.

preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal".

Com o passar dos anos, o Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071, de 01.01.1916) foi revogado pelo atual Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406, de 10.01.2002); o Código de Processo Civil de 1939 (Decreto-Lei nº 1.608, de 18.09.1939), sucedido pelo atual CPC de 1973 (Lei nº 5.869, de 11.01.1973); e o Decreto-Lei nº 960/1938, superado pela Lei nº 6.830, de 22.09.1980.

Todos esses diplomas, inclusive o recente Código Civil, já sofreram alterações legislativas.

Depois do advento da CLT, o Brasil já adotou várias Constituições Federais, cada qual com diversas emendas e reformas.

A própria Consolidação das Leis do Trabalho tem sofrido alterações, três das quais destaco adiante, todas introduzidas no corrente ano:

a) Execução, de ofício, das contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido (art. 876, parágrafo único, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 11.457, de 16.03.2007);

b) Exigência do depósito prévio (20% sobre o valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor) no ajuizamento de ação rescisória (art. 836, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 11.495, de 22.06.2007), matéria regulamentada pela Instrução Normativa nº 31/2007, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (Resolução nº 141, de 27.09.2007, publicada no DJU, Seção 1, de 09.10.2007, p. 1046); e

c) Modificação no processamento de Embargos no TST (art. 894, da CLT; e art. 3º, III, b, da Lei nº 7.701, de 21.12.1988), introduzida pela Lei nº 11.496, de 22.06.2007, que aboliu a interposição desse recurso, no âmbito da SDI daquela Corte Superior, por violação à lei ou à Constituição, mantida apenas a hipótese de cabimento por divergência de decisões.

Seguramente, o Código de Processo Civil foi um dos diplomas normativos brasileiros, no plano da legislação ordinária, mais modificados desde a sua edição há quase 35 anos.

Na última década, o chamado "Código Buzaid" passou por sucessivas mini-reformas, quase todas aplaudidas, a revelar notável progresso no direito processual positivo de nosso país, como são os casos da antecipação dos efeitos da tutela; o novo modelo de execução provisória; e o sincretismo processual para cumprimento da sentença.

Talvez seja oportuno relacionar alguns diplomas legais que determinaram as últimas alterações no Código de Processo Civil, para os quais devemos ficar muito atentos, em razão da norma prevista no art. 769, da CLT:

a) Lei nº 10.444, de 07.05.2002: confere nova disciplina ao cabimento dos agravos retido e de instrumento;

b) Lei nº 11.232, de 22.12.2005: estabelece a fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento e revoga dispositivos relativos à execução fundada em título judicial;

c) Lei nº 11.276, de 07.02.2006: altera dispositivos do CPC,

relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação;

d) Lei nº 11.277, de 07.02.2006: acrescenta dispositivo (art. 285-A) que torna dispensável a citação, a fim de que seja logo proferida sentença, quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido dada sentença de total improcedência em outros casos idênticos, com a reprodução do teor da decisão anteriormente prolatada;

e) Lei nº 11.280, de 16.02.2006: altera dispositivos do CPC, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 do Código Civil (que não autorizava o juiz a suprir, de ofício, alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz);

f) Lei nº 11.341, de 07.08.2006: admite as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial;

g) Lei nº 11.382, de 06.12.2006: altera o CPC quanto ao processo de execução e a outros assuntos;

h) Lei nº 11.418, de 19.12.2006: acrescenta dispositivos no CPC para regulamentar o parágrafo 3º do art. 102 da Constituição Federal, quanto à demonstração, pelo recorrente, no recurso extraordinário para o STF, do pressuposto da "repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso"; e

i) Lei nº 11.419, de 19.12.2006, dispõe sobre a informatização do processo judicial.

A Lei nº 11.417, de 19.12.2006, por sua vez, regulamenta o art. 103-A, da Constituição Federal, e altera a Lei nº 9.784, de 29.01.1999, a fim de disciplinar a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal.

É preciso deixar bem claro que o Código de Processo Civil não é fonte subsidiária apenas do direito processual do trabalho, mas de diversos outros sistemas processuais, como, por exemplo:

a) Mandado de Segurança (Lei nº 1.533, de 31.12.1951);

b) Ação de Alimentos (Lei nº 5.478, de 25.07.1968);

c) Juizados Especiais dos Estados (Lei nº 9.099, de 26.09.1995); e

d) Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259, de 12.07.2001, que se socorre subsidiariamente, em seu art. 1º, da fonte subsidiária da Lei nº 9.099/1995).

Ora, todos esses processos especiais - sobretudo os últimos três - inspiraram-se justamente na experiência da Justiça do Trabalho que adota práticas orientadas pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, celeridade e gratuidade, além de buscar, sempre que possível, a conciliação entre os litigantes.

A conciliação, tão exercitada na Justiça do Trabalho, praticamente "contaminou", no bom sentido, não apenas os procedimentos na Ação de Alimentos e nos Juizados Especiais Estaduais e Federais, como estimulou a excelente iniciativa tomada pela Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho

Nacional de Justiça, Ministra Ellen Gracie, que liderou um movimento nacional em prol da solução pacífica do conflito.

Assim, foi editada a Recomendação n° 08, de 27 de fevereiro de 2007, do Conselho Nacional de Justiça, que "recomenda aos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho a realização de estudos e de ações tendentes a dar continuidade ao Movimento pela Conciliação"[3].

Muitos procedimentos, hoje considerados modernos e revolucionários, introduzidos em importantes modificações sofridas pelo Código de Processo Civil, já são utilizados no direito processual do trabalho desde a sua origem, na década de 40 do século passado, portanto há mais de 60 anos.

Cito, por enquanto, três exemplos de procedimentos usuais no processo trabalhista que somente depois foram adotados no processo civil:

a) Citação pelo correio, que nem era prevista pelo CPC de 1939 (artigos 774, parágrafo único; 841, § 1º, da CLT);

b) Avaliação do bem penhorado pelo próprio Oficial de Justiça (atualmente, executante de mandados)[4], com amplos benefícios à celeridade processual e economia processual, medida aproveitada pelo art. 13 e seus parágrafos, da Lei nº 6.830/80; e

c) Sincretismo processual que converteu o "processo de execução" de título executivo judicial em simples fase do processo, sem necessidade de "ação de execução", técnica que na Justiça do Trabalho ainda é mais evoluída, porque se adota a possibilidade de promover a execução trabalhista por iniciativa do juiz, de ofício, conforme dispõe o art. 878, da CLT, tão logo se verifique o trânsito em julgado da sentença, após a liquidação, se ilíquido o decisório, ou o descumprimento da conciliação homologada em juízo.

O certo é que há avanços agora preconizados pelas alterações determinadas no Código de Processo Civil que podem ser aplicados no processo do trabalho, com as adaptações necessárias, a fim de atualizá-lo.

Um exemplo pode tornar mais clara a tese que sustenta a necessidade de atualização da norma processual trabalhista.

Por força do Decreto-Lei nº 779, de 21.08.1969 (art. 1º, V), todas as decisões que fossem total ou parcialmente contrárias aos entes públicos estariam sujeitas à remessa de ofício, pois não existe, na legislação trabalhista, qualquer exceção.

---

[3] No TRT-8ª Região, foi constituída uma Comissão Permanente do Movimento pela Conciliação, pela Portaria GP nº 246, de 31.05.2007 (Processo TRT nº 857/2007), integrada pelos Desembargadores Francisca Oliveira Formigosa (Vice-Presidente) e Vicente José Malheiros da Fonseca (Decano) e os Juízes Julianes Moraes das Chagas, Maria Zuíla Lima Dutra e Paula Maria Pereira Soares (Presidente da AMATRA-VIII).

[4] O art. 887, da CLT, está revogado. "A Lei n. 5.645/70, que baixou as diretrizes do Plano de Classificação dos Funcionários Públicos Federais, entretanto, possibilitou a adaptação de cargos, e deu lugar à criação do de *oficial de justiça avaliador*", esclarece Wagner D. Giglio ("*Direito Processual do Trabalho*", 16ª edição, 2007, Ed. Saraiva, p. 598).

Não obstante, é pacífica aplicação, no processo do trabalho, do disposto no art. 475, § 2º, do CPC, incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001, que determina que não está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório a sentença condenatória, ou o direito controvertido, de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.

Nesse sentido, a Súmula 301, do C. TST:

> "**FAZENDA PÚBLICA. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO** (incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nºs 9, 71, 72 e 73 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005
>
> I - Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, **salvo**:
>
> a) quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos; (ex-OJ nº 09 da SBDI-1 - incorporada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)
>
> b) quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho. (ex-Súmula nº 303 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)
>
> II - Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do inciso anterior. (ex-OJ nº 71 da SBDI-1 - inserida em 03.06.1996)
>
> III - Em mandado de segurança, somente cabe remessa "ex officio" se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa. (ex-OJs nºs 72 e 73 da SBDI-1 - inseridas, respectivamente, em 25.11.1996 e 03.06.1996)."

Apropriadas as ponderações de **Carlos Henrique Bezerra Leite** ("Curso de Direito Processual do Trabalho", Ed. LTr, 5ª edição, 1ª tiragem, fevereiro/2007, p. 865-868), que peço vênia para transcrever:

> "Em suma, o processo de execução autônomo de título judicial foi, no processo civil, substituído pelo 'cumprimento da sentença' [salvo no tocante à Fazenda Pública], que é uma simples *fase procedimental* posterior à sentença, sem a necessidade de instauração de um novo 'processo' (de execução). Essa substancial alteração do processo civil implica automática modificação do processo do trabalho, no que couber, tendo em vista a existência de lacuna ontológica do sistema da execução de sentença que contém obrigação de pagar previsto na CLT.
>
> Pertinentes, nesse passo, as palavras de *Luciano Athayde Chaves*: 'Precisamos avançar na teoria das lacunas do direito (quer sejam estas de natureza normativa, axiológica ou ontológica), a fim de reconhecer como incompleto o microssistema processual trabalhista (ou qualquer outro) quando

- ainda que disponha de regramento sobre determinado instituto - este não apresenta fôlego para o enfrentamento das demandas contemporâneas, carecendo da supletividade de outros sistemas que apresentem institutos mais modernos e eficientes'.[5]

O referido autor destaca - com inteira razão - a necessidade da *heterointegração do sistema*, não apenas diante da lacuna normativa, mas, também, diante das 'freqüentes hipóteses em que a norma processual trabalhista sofre de manifesto e indiscutível ancilosamento em face de institutos processuais semelhantes adotados em outras esferas da ciência processual, inequivocamente mais modernos e eficazes'.[6]

A propósito, leciona *Maria Helena Diniz*[7] que são três as principais espécies de lacunas:

1ª) *normativa*, quando houver ausência de norma sobre determinado caso;

2ª) *ontológica*, se houver norma, mas ela não corresponder aos fatos sociais contemporâneos. É o que ocorre quando o grande desenvolvimento das relações sociais e o progresso acarretarem o ancilosamento da norma positiva;

3ª) *axiológica*, ou seja, ausência de norma justa. Neste caso, existe um preceito normativo, mas se for aplicado, sua solução será insatisfatória ou injusta.

Lembra, nesse passo, *Karl Larenz* que 'toda lei contém inevitavelmente lacunas', razão pela qual 'se reconheceu de há muito a competência dos tribunais para acolmatar as lacunas da lei'. Mas adverte o mestre alemão, 'por vezes, não se trata só no desenvolvimento judicial do Direito de acolmatar lacunas da lei, mas da adoção e conformação ulterior de novas idéias jurídicas que, em todo o caso, se tinham insinuado na própria lei, e cuja realização pela jurisprudência dos tribunais vai para além do plano originário da lei e o modifica em maior ou menor grau. (...).

Adverte *Karl Larenz* que 'só pode decidir-se a um desenvolvimento do Direito superador da lei quando o exijam razões de grande peso'. (...).

Para acolmatar as lacunas ontológicas e axiológicas do art. 769 da CLT, torna-se necessária uma nova hermenêutica que propicie um novo sentido ao seu conteúdo devido ao peso dos princípios constitucionais do acesso efetivo à justiça que determinam a utilização dos meios necessários para abreviar a duração do processo.

Com efeito, ao ser criado (em 1943) o art. 769 da CLT funcionava com uma 'cláusula de contenção' destinada a impedir a migração indiscriminada das regras do processo civil, o que poderia comprometer a simplicidade, a celeridade, enfim, a efetividade do processo laboral.

---

[5] CHAVES, Luciano Athayde. *A recente reforma no processo comum; reflexos no direito judiciário do trabalho.* São Paulo: LTr, 2006, p. 28.

[6] CHAVES, Luciano Athayde, *op. cit.*, p. 28-29;

[7] DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*, 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 437.

> Atualmente, porém, a realidade é outra, pois o processo civil, em virtude das recentes alterações legislativas, passou a consagrar, em muitas situações, a otimização do princípio da efetividade da prestação jurisdicional, de modo que devemos, sempre que isso ocorra, acolmatar as lacunas ontológica e axiológica do art. 769 da CLT e estabelecer a heterointegração do sistema mediante o diálogo das fontes normativas com vistas à efetivação dos princípios constitucionais concernentes à jurisdição justa e tempestiva. A utilização desta nova hermenêutica, portanto, pode ser adotada 'sem ruptura no desenvolvimento aberto do Direito'"

Desse modo, é perfeitamente aplicável ao processo trabalhista o novo modelo estabelecido no art. 475-J, do CPC, por força da Lei nº 11.232/2005, que prevê inicialmente um momento **prévio**, depois da sentença condenatória para pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, que permite ao devedor efetuar o **cumprimento espontâneo** da condenação no prazo de quinze dias, sob pena de pagar o montante condenatório acrescido de multa no percentual de dez por cento, mediante a expedição de mandado de penhora e avaliação, independentemente de requerimento do credor, considerando o princípio do impulso oficial no processo do trabalho (art. 878, da CLT).

Efetuado o cumprimento espontâneo da sentença, o devedor se livra da multa de 10% sobre o valor da condenação. Se efetuar o pagamento parcial da dívida, de modo espontâneo, nesse momento, a multa de 10% somente incidirá sobre o restante do débito (art. 475-J, § 4º, do CPC).

Deve a sentença de conhecimento conter expressa advertência ao demandado sobre a cominação da multa de 10%, em caso de não pagamento espontâneo.

Aliás, é justamente isso que estabelece o art. 832, § 1º, da CLT, ao qual farei ainda referência mais adiante.

Diversos doutrinadores são francamente favoráveis à adaptação do processo trabalhista aos dois momentos de "cumprimento da sentença" (para o caso de pagamento espontâneo do valor da condenação) e de "execução forçada" (em caso de inadimplemento), depois de vencido o prazo fixado no decisório.

Nesse sentido, por exemplo, **Amauri Mascaro Nascimento** ("*Curso de Direito Processual do Trabalho*", Ed. Saraiva, 22ª edição, 2007, p. 641-648); e **Carlos Henrique Bezerra Leite** ("Curso de Direito Processual do Trabalho", Ed. LTr, 5ª edição, 1ª tiragem, fevereiro/2007, p. 875-887).

Ora, se o demandado já ficou intimado dos termos da sentença condenatória, não haveria mesmo sentido de nova citação para o início da execução, haja vista que a fase executória é simples etapa do processo trabalhista, tal como foi agora consagrado no processo civil, em virtude do sincretismo processual determinado pela Lei nº 11.232/2005.

Se a parte estiver sob patrocínio advocatício, a intimação da sentença será efetivada por meio de seu patrono. Caso contrário, na hipótese do exercício do *jus postulandi*, a intimação far-se-á na pessoa do próprio litigante. Do mesmo modo, a intimação da penhora e avaliação.

É oportuno, neste ínterim, lembrar sobre alguns dispositivos da Lei nº 9.099/1995, que tratam da fase de execução, a adotar também o critério da aplicação subsidiária do processo civil, onde couber:

> "Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio

Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações:

I - as sentenças serão necessariamente **líquidas**, contendo a conversão em Bônus do Tesouro Nacional - BTN ou índice equivalente;

II - os cálculos de conversão de índices, de honorários, de juros e de outras parcelas serão **efetuados por servidor judicial**;

III - a intimação da sentença será feita, sempre que possível, na **própria audiência** em que for proferida. Nessa intimação, o vencido será instado a **cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado**, e advertido dos efeitos do seu descumprimento (inciso V);

IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á **desde logo à execução, dispensada nova citação**;

V - nos casos de obrigação de entregar, de fazer, ou de não fazer, o Juiz, na sentença ou na fase de execução, cominará **multa diária**, **arbitrada de acordo com as condições econômicas do devedo**r, **para a hipótese de inadimplemento**. Não cumprida a obrigação, o credor poderá requerer a elevação da multa ou a transformação da condenação em perdas e danos, que o Juiz de imediato arbitrará, seguindo-se a execução por quantia certa, incluída a multa vencida de obrigação de dar, quando evidenciada a malícia do devedor na execução do julgado;

VI - na obrigação de fazer, o Juiz pode determinar o cumprimento por outrem, fixado o valor que o devedor deve depositar para as despesas, sob pena de **multa diária**;

VII - na alienação forçada dos bens, o Juiz poderá autorizar o devedor, o credor ou terceira pessoa idônea a tratar da alienação do bem penhorado, a qual se aperfeiçoará em juízo até a data fixada para a praça ou leilão. Sendo o preço inferior ao da avaliação, as partes serão ouvidas. Se o pagamento não for à vista, será oferecida caução idônea, nos casos de alienação de bem móvel, ou hipotecado o imóvel;

VIII - é dispensada a publicação de editais em jornais, quando se tratar de alienação de bens de pequeno valor;

IX - o devedor poderá oferecer embargos, nos autos da execução, versando sobre:

a) falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia;

b) manifesto excesso de execução;

c) erro de cálculo;

d) causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença.

Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no

> Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.
>
> § 1º Efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à **audiência de conciliação**, quando poderá oferecer embargos (art. 52, IX), por escrito ou verbalmente.
>
> § 2º Na audiência, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestação, a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado.
>
> § 3º Não apresentados os embargos em audiência, ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer ao Juiz a adoção de uma das alternativas do parágrafo anterior.
>
> § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor."

Creio que é possível aproveitar algumas experiências da execução nos Juizados Especiais, até porque, afinal, a Lei nº 9.099/1995 inspirou-se, em muitos pontos, no processo trabalhista, sabendo-se que ambos possuem idênticas características de celeridade, economia processual etc.

Outra medida processual, muito usual no processo trabalhista e mais eficaz do que o instituto da antecipação dos efeitos da tutela (art. 273 e parágrafos, do CPC), é a prevista no art. 39, § 2º, da CLT.

O citado dispositivo consolidado autoriza o Juiz do Trabalho a ordenar, "desde logo" (ou seja, antes do trânsito em julgado da sentença), que a Secretaria da Vara efetue as devidas anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, quando não houver controvérsia sobre a matéria (relação de emprego, tempo de serviço, cargo, salário etc.).

Não se trata de simples antecipação dos efeitos da tutela, mas da própria prestação jurisdicional definitiva, de modo antecipado, quanto à CTPS.

A anotação na CTPS é muito importante para o trabalhador, não só na obtenção de novo emprego, como também para requerer benefícios previdenciários.

A meu ver, a decisão, fundada no art. 39, § 2º, da CLT, não está sujeita a recurso, por falta de controvérsia sobre as anotações na CTPS.

Se não houve contestação sobre as anotações na CTPS, a parte demandada terá renunciado, em princípio, ao direito de recorrer, se a sentença acolheu os termos do pedido a respeito do qual não houve controvérsia. Essa a interpretação, à luz das normas contidas nos arts. 502 e 503, parágrafo único, do CPC, aplicáveis ao processo do trabalho (art. 769, da CLT).

Outro procedimento recomendável é o que se contém no art. 652, parágrafo único, da CLT, assim redigido:

> "Terão preferência para julgamento os dissídios sobre pagamento de salário e aqueles que derivarem da falência do empregador, podendo o Juiz, a pedido do interessado, constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos".

Desnecessário consignar que o crédito salarial tem natureza alimentar,

essencial à sobrevivência do trabalhador e sua família, daí porque os dissídios sobre pagamento de salário devem mesmo ter preferência no julgamento, precisamente como estabelece o dispositivo consolidado acima transcrito.

Nesse caso e em outros assuntos similares, o magistrado pode, a pedido do interessado, constituir processo em separado e preferencial.

Do mesmo modo, na hipótese de falência do empregador, justamente para imprimir celeridade à solução do processo do trabalho.

Aliás, devo assinalar que raramente a regra do parágrafo único do art. 652, da CLT, tem sido observada, embora represente um extraordinário avanço para tornar mais eficaz a tutela jurisdicional, especialmente quando a demanda versar sobre pedido de pagamento de salário.

Tantos outros exemplos poderiam ser mencionados, para demonstrar a excelência do moderno direito processual do trabalho, autêntico paradigma na ciência do processo brasileiro.

Isso não significa, porém, que devemos parar no tempo, notadamente quanto à aplicação da fonte subsidiária, não só para suprir as omissões legislativas do direito processual trabalhista, como também para torná-lo mais **atual** e **eficaz**.

Em artigo anterior, sob o título de "***A execução trabalhista e o princípio da subsidiariedade (aplicação do art. 475-J, do CPC)***"[8], eu escrevi sobre a aplicação no processo trabalhista, em fase de execução, da norma do art. 475-J, do CPC, introduzida pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005, que acrescentou o Capítulo X ("Do cumprimento da sentença") ao Título X ("Do procedimento ordinário") do Código de Processual Civil, eis que perfeitamente compatível com o processo do trabalho, mediante as adaptações necessárias.

Mais do que isso, a aplicação de *astreintes* (dia-multa), em caso de inadimplemento do devedor, em execução trabalhista, é medida adequada e aconselhável.

De fato, a eficácia da sentença trabalhista, o agravamento da condenação, a aplicação de sanções de agravamento da condenação, na fase de execução, são temas que sempre me preocuparam e sobre eles muito já escrevi, como também já apliquei a medida, desde quando fui juiz de primeira instância na Justiça do Trabalho.

Entendo aplicável a multa, prevista no parágrafo 4º do art. 461, do CPC, sem prejuízo da prisão civil, para a efetivação da tutela específica.

O parágrafo 4º do art. 461, do CPC, portanto, consagra o sistema de "*astreintes*" do direito francês, instituto a respeito do qual já me pronunciei em alguns artigos que elaborei, como aquele intitulado de "***Eficácia na Sentença: Astreintes - Multa-diária por atraso de pagamento de direitos reconhecidos em sentença***", publicado na Revista LTr 52-9, 1988; e, depois, no meu livro "***Reforma da Execução Trabalhista e Outros Estudos***", LTr, São Paulo, 1993, p. 177-181.

Pois bem. Naquele artigo ("*Eficácia na Sentença: Astreintes - Multa-diária por atraso de pagamento de direitos reconhecidos em sentença*") e no livro ("*Reforma da Execução Trabalhista e Outros Estudos*"), eu falava que a

[8] Revista nº 78 do TRT da 8ª da Região, volume 40 (Janeiro-Junho/2007), p. 15-38.

"velha" **CLT**, em seu **art. 652, alínea "*d*"**, confere ao Juiz atribuições para "impor **multas e demais penalidades** relativas aos atos de sua competência".

Segundo **MOZART VICTOR RUSSOMANO** - citado no artigo -, o sistema de *astreintes* na Justiça do Trabalho constitui medida drástica e "**terapêutica heróica**", pois "as necessidades vitais do trabalhador, que, presumivelmente, apenas podem ser satisfeitas com seus créditos, justificam, nesse sentido, medidas extremas".

A multa-diária é devida à parte vencedora, de modo a se tornar insuportável, para o vencido, o inadimplemento da obrigação.

Quando magistrado de 1º Grau, eu aplicava, com sucesso, esse procedimento, conforme anotei no artigo a que me reportei anteriormente.

Cheguei até a esboçar uma sugestão no sentido de que a medida fosse inserida na nova Constituição Federal (na época, a nossa Carta Magna de 1988 estava em vias de ser promulgada), como está na página 180 de meu livro[9], antes aludido.

Outro avanço que sugerimos - agora implementado no direito positivo brasileiro depois de quase 30 anos na defesa da tese que tenho sustentado -, foi a idéia do "*Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas*", finalmente assegurado na Emenda Constitucional nº 45/2004 (art. 3º), sobre o qual já me manifestei em tantas outras ocasiões, inclusive nos livros "*Reforma da Execução Trabalhista e Outros Estudos*" (1993) e "*Em Defesa da Justiça do Trabalho e Outros Estudos*" (2002), ambos editados pela LTr.

Além da **penhora *on line***, devo referir-me às iniciativas para prolação de **sentenças líquidas**, prática iniciada durante o período em que fui Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, de dezembro de 1998 a dezembro de 2000.

Gostaria de fazer um breve destaque à tese de criação do **Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas**, que venho propondo há 30 anos, finalmente consagrada no art. 3º da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Creio que são três medidas que podem contribuir para a eficácia e celeridade da execução trabalhista: sentenças líquidas, penhora *on line* e FUNGET.

A efetivação do FUNGET, contudo, depende de providência do Congresso Nacional, onde tramitam três Projetos de Leis para regulamentar a matéria (PL 4597/2004, PLS 246/2005 e PL 6541/2006), daí a necessidade de conciliar divergências para encontrar a fórmula capaz de efetivar o comando constitucional, tal como foi concebido. Hoje, os três projetos estão anexados.

A idéia do FUNGET, fundada nos princípios da seguridade e que tem como premissa a função social da empresa, nas relações trabalhistas, atende aos pressupostos jurídicos da responsabilidade civil objetiva. A mesma tese que justifica o instituto do seguro prévio para garantir os infortúnios humanos, que não se limitam aos eventos da morte, do acidente, do incêndio, da doença e da aposentadoria, para os quais existem fundos que asseguram a cobertura de compensações para dependentes e segurados. Merecem ainda atenção os riscos decorrentes das relações de emprego, especialmente em favor dos desempregados e seus familiares, excluídos de uma vida mais digna, vítimas da crueldade que a sociedade vem se acostumando a assistir, quase insensível, senão indiferente.

---

[9] "Reforma da Execução Trabalhista e Outros Estudos", LTr, São Paulo, 1993.

Por certo, trata-se de autêntica reforma da execução trabalhista. Não é tudo. O passo seguinte é o enxugamento do sistema recursal, sem o que o processo trabalhista continuará sujeito a delongas, longe de atender os seus objetivos jurídicos e sociais. Mas isso é assunto para outro momento.

Todavia, é imperioso demonstrar que, na verdade, o *Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas* salva o processo trabalhista de um de seus pontos mais frágeis: a execução, sem o que de nada vale a prestação jurisdicional efetiva e célere, como exigem a sociedade e a Lei Fundamental.

Volto agora à abordagem sobre a multa na fase executória.

Não nos esqueçamos de que o direito processual do trabalho é praticamente pioneiro na utilização das *astreintes*, no Brasil.

Além da sanção estabelecida no art. **729, da CLT**, que cuida da "multa" a que se sujeita o empregador que deixar de cumprir sentença judicial sobre **readmissão ou reintegração no emprego**, sem prejuízo dos salários, "até que seja cumprida a decisão", ainda existe outro dispositivo consolidado que cuida de idêntica penalidade.

Refiro-me ao disposto no **art. 137 e seus parágrafos, da CLT**, que prevê a aplicação de "pena diária", devida pelo patrão ao trabalhador, até que seja cumprida sentença que fixar a época de gozo de **férias**, quando estas não forem concedidas no período de fruição, sem prejuízo da multa de caráter administrativo.

Assim, não é novidade, no direito processual do trabalho, a aplicação de sanções que onerem a dívida trabalhista imposta por sentença.

Aliás, o art. **652, alínea "*d*", da CLT**, já confere ao Juiz do Trabalho atribuições para "impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência".

Por outro lado, **o art. 832, § 1º, da CLT**, estabelece que "quando a decisão concluir pela procedência do pedido, determinará **o *prazo* e as *condições* para o seu cumprimento**".

Para o caso de conciliação, a CLT também prevê sanções na hipótese de inadimplemento, como se observa dos seguintes dispositivos:

> "Art. 835 - O cumprimento do acordo ou da decisão far-se-á no **prazo e condições** estabelecidas.
>
> Art. 846 - Aberta a audiência, o juiz ou presidente proporá a conciliação.
>
> § 1º - Se houver acordo lavrar-se-á termo, assinado pelo presidente e pelos litigantes, consignando-se o **prazo e demais condições** para seu cumprimento.
>
> § 2º - Entre as **condições** a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser estabelecida a de ficar a parte que não cumprir o acordo obrigada a satisfazer **integralmente** o pedido **ou** pagar uma **indenização** convencionada, sem prejuízo do cumprimento do acordo".

E o **art. 880, da CLT**, prevê que, "requerida a execução [que também pode ser promovida de ofício, conforme o art. 878, da Consolidação], o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo ***e sob as cominações estabelecidas*** ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora".

Essas regras processuais trabalhistas constituem precedentes normativos que somente agora foram implantados no âmbito do processo civil.

Essa circunstância é deveras relevante, para demonstrar que, embora a CLT não seja totalmente omissa a respeito da matéria, carece de atualização, para ter mais eficácia.

Refiro-me, em particular, ao art. 475-J, do CPC, introduzido pela Lei nº 11.232/2005:

> "Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação."

É possível sustentar que os citados dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho foram, de certo modo, complementados pela norma subsidiária do art. 475-J, do CPC, que se harmoniza com o processo do trabalho, com as necessárias adaptações.

O art. 832, § 1º, da CLT, ao prever que a sentença, que acolhe o pedido, determinará o "*prazo* e as *condições* para o seu cumprimento", justifica a imposição do gravame (multa sobre o valor da condenação descumprida), pelo Juiz do Trabalho, procedimento que acaba de ser adotado no processo civil, por força da Lei nº 11.232/2005 (art. 475-J, do CPC).

Se é verdade que a CLT não estipulou parâmetros matemáticos para a fixação do valor da multa, na hipótese de descumprimento da sentença, como o fez nos casos de férias e readmissão ou reintegração (arts. 137, § 2º, e 729, da Consolidação) - deixando, enfim, ao livre e prudente arbítrio do julgador -, parece razoável que o juiz possa socorrer-se da fonte subsidiária (art. 475-J, do CPC), à luz do art. 769, da CLT, que determina a estipulação da multa na ordem de dez por cento (10%) sobre a condenação.

Note-se a inteligência do legislador processual trabalhista, por haver dado "carta branca" ao Juiz do Trabalho, a fim de que possa aplicar a sanção de conformidade com a situação verificada em cada caso concreto, com base nos princípios da eqüidade, tantas vezes consagrado na legislação laboral (arts. 8º, 766 e 852-I, §1º, da CLT).

Basta essa constatação para demonstrar o quanto a Consolidação das Leis do Trabalho mantém-se bastante avançada e moderna, sobretudo na área processual, e tem servido de modelo não só para o processo civil, como também para os procedimentos adotados na Ação de Alimentos e nos Juizados Especiais dos Estados e da União, por exemplo.

Embora reconhecidamente avançada, a legislação processual do trabalho não pode prescindir da contribuição inestimável que a moderna teoria do processo tem dado na implementação de alterações inovadoras no Código de Processo Civil, até porque as garantias constitucionais, quanto ao processo, devem sustentar tanto o processo civil como o processo trabalhista, na medida em que ambos se propõem a distribuir justiça com rapidez e efetividade.

É oportuno repisar que o sincretismo processual, que funde o processo de conhecimento e o de execução de título judicial numa só ação, é prática adotada na Justiça do Trabalho desde a sua origem, com a vantagem de que aqui ainda é possível que se promova a execução de ofício, por iniciativa do Juiz do Trabalho (art. 878, da CLT), uma das características mais importantes

do processo do trabalho, que assim se mantém fiel aos seus propósitos de prestigiar técnicas processuais céleres, simples, informais e quase sempre gratuitas, uma vez que geralmente está em jogo a pretensão a crédito de natureza alimentar, de interesse dos trabalhadores, não raro pessoas humildes e hipossuficientes.

Eu gostaria de chamar a atenção para a circunstância de que, no plano do chamado "direito material", a competência privativa da União, para legislar, é definida, no art. 22, I, da Constituição Federal, de modo a "distinguir" os diversos ramos da ciência jurídica: direito civil, comercial, penal, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, especial e do trabalho.

Contudo, o mesmo dispositivo constitucional, no plano do processo, trata da competência da União apenas para legislar sobre "**direito processual**", e não sobre "direito processual civil", "direito processual penal" e "direito processual do trabalho", como universos distintos.

Por isso, tenho assinalado que esse fenômeno denota que a teoria geral do processo serve a qualquer ramo do direito, a partir de suas estruturas básicas asseguradas em norma constitucional (ampla defesa, contraditório, devido processo legal, duplo grau de jurisdição, publicidade, duração razoável do processo etc.), o que revela a sua unidade sistemática - lembrar das lições de **ADA PELLEGRINI GRINOVER**, em seu livro "*O Processo em sua unidade*" -, ainda mais no âmbito do Direito Processual do Trabalho, que autoriza a aplicação subsidiária do "direito processual comum" (e não apenas do "direito processual civil"), por força do art. 769, da CLT, tal como, na esfera do direito material, a fonte subsidiária é o "direito comum" (e não apenas o "direito civil"), nos termos do parágrafo único do art. 8º, da CLT, sempre que houver omissão e compatibilidade.

Não é demais insistir no alerta de que às vezes a omissão da legislação processual trabalhista é apenas **aparente** e a técnica de tornar compatível a fonte subsidiária requer domínio dos **princípios** do direito do trabalho e do processo do trabalho, qual **farol** a iluminar o caminho do intérprete.

Para tanto há necessidade de atualizar a norma processual, em face dos avanços e do progresso da ciência jurídica.

Na fase de execução trabalhista, como sabemos, o art. 889, da CLT, ainda manda aplicar, em caso de compatibilidade, "os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal". Entenda-se: a Lei nº 6.830/1980.

A razão desse preceito decorre do fato de que o crédito trabalhista tem preferência sobre o crédito tributário, nos termos do art. 186 da Lei nº 5.172, de 25.10.1966 (Código Tribunal Nacional).

Aqui, então, surge uma polêmica que ainda persiste nos dias atuais, ou seja, a qual diploma legal deveria o magistrado trabalhista dar prioridade: ao CPC ou à Lei nº 6.830/80?

Após refletir sobre a matéria, firmei convicção de que, além legislação trabalhista, tanto o CPC como a Lei nº 6.830/80 constituem instrumentos normativos de que dispõe o juiz para resolver as questões que lhe são submetidas na fase de execução trabalhista, sem nenhuma ordem preferencial quanto aos dois últimos diplomas.

Em suma, o magistrado, nesse caso, atua como o médico, que tem à sua disposição diversos aparelhos, de modo que poderá escolher, indistintamente, o que for melhor para o bom andamento da execução, se omissa a CLT e desde que haja compatibilidade: o CPC ou a Lei nº 6.830/80.

Outra questão muito interessante é o manejo que o juiz do trabalho deve

fazer com preceito contido no art. 620, do CPC: “quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor”.

É possível aplicar essa regra no processo trabalhista?

A sua aplicação deve ser literal ou o magistrado precisa fazer a leitura adequada ao processo do trabalho?

Tenho manifestado entendimento de que é razoável afirmar que, nesse ponto, deve ser aplicado o fenômeno da leitura interpretativa por “espelho”.

Por quê? Porque no direito processual do trabalho - instrumento de concretização do direito material do trabalho - aquela norma do Código de Processo Civil (art. 620) deve ser interpretada com a necessária adaptação, a fim de que haja a compatibilidade determinada pelos arts. 769 e 889, da CLT.

Com razão, pois, no direito processual do trabalho, a execução deve ser promovida pelo modo mais favorável ao trabalhador e em benefício do objetivo da função social do processo.

No processo civil geralmente o devedor é a parte mais fraca na relação de direito material, como os cidadãos executados por poderosas instituições bancárias ou financeiras, por exemplo; enquanto que no processo do trabalho o devedor, em regra, é o trabalhador hipossuficiente.

No plano do direito constitucional, merecem destaque algumas normas que indicam os “novos rumos” do processo do trabalho - inclusive sobre a organização judiciária -, conforme as mudanças preconizadas pela Emenda Constitucional nº 45/2004 (“Reforma do Poder Judiciário”):

a) Razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII): esse preceito reproduz um dos princípios mais característicos do direito processual do trabalho, consagrado no art. 765, da CLT (“Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas”).

b) Publicidade e fundamentação dos julgamentos, observadas as circunstâncias indicadas no art. 93, IX, da Lei Fundamental: garantia de transparência e motivação nos atos judiciais e administrativos.

c) Atividade jurisdicional ininterrupta e plantão permanente (art. 93, XII): sempre entendi que os órgãos do Poder Judiciário devem proporcionar acesso aos jurisdicionais durante 24 horas do dia, porque se trata de serviço essencial à comunidade, tal como os hospitais públicos e as corporações incumbidas da segurança da população (polícia, bombeiros).

d) Quantidade de magistrados conforme a demanda judicial (art. 93, XIII): trata-se de preceito salutar e necessário que o legislador ordinário deve observar. A propósito, o art. 106 da Lei Organização da Magistratura Nacional - LOMAN (Lei Complementar nº 35, de 14.03.1979) contém preceito que mais parece “letra morta”, ante o acúmulo de processos que se verifica nos órgãos do Poder Judiciário. Dispõe a LOMAN que dependerá de proposta do Tribunal a alteração numérica dos membros da própria Corte e dos Juízes de primeira instância. Porém, estabelece que somente será majorado o número dos membros do Tribunal se o total de processos distribuídos e julgados, durante o ano anterior, superar o índice de trezentos (300) feitos por Juiz (§ 1º). Se o total de processos judiciais distribuídos no Tribunal, durante o ano anterior, superar índice de seiscentos (600) feitos por Juiz e não for proposto o aumento de número de Desembargadores, o acúmulo de serviços não excluirá a aplicação das sanções disciplinares (§ 2º). O art. 107, da

LOMAN, proíbe "a convocação ou designação de Juiz para exercer cargo ou função nos Tribunais, ressalvada a substituição ocasional de seus integrantes (art. 118)".

e) Delegação de atos não decisórios para servidores (art. 93, XIV): a norma permite a transferência de atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, para servidores, a fim de que o magistrado possa dedicar-se, com mais tempo e qualidade, às suas atividades jurisdicionais, com vantagens para os litigantes e o serviço judiciário.

f) Distribuição imediata dos processos (art. 93, XV): em alguns tribunais de maior movimento de processos, verificava-se a limitação na distribuição dos feitos, em detrimento da celeridade. Esta prática foi vedada pela Constituição Federal. É providência que merece aplausos, mas deve ser acompanhada dos meios necessários à sua efetivação, como a recomposição numérica dos órgãos judiciários, conforme indicado na alínea "d", acima.

g) Súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (art. 102, § 2º; e art. 103-A): matéria ainda muito polêmica, mas o seu objetivo consiste em agilizar e uniformizar a jurisprudência, bem como fortalecer as decisões que versam sobre a inconstitucionalidade ou constitucionalidade, proferidas pelo STF. Além disso, o recurso extraordinário ganhou um novo pressuposto de admissibilidade: o recorrente deve demonstrar a "repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei" (art. 102, § 3º).

h) Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B), com competência para realizar "o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes", além de outras atribuições fixadas na própria Constituição e no futuro Estatuto da Magistratura. No âmbito de nossa Justiça Especializada, foi instituído o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, "cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante" (art. 111-A, § 2º, II).

i) Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (art. 111-A, § 2º, I), com atribuições, dentre outras funções, de regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira. É novidade que merece encômios, pois qualifica a magistratura.

j) Nova competência da Justiça do Trabalho (art. 114): houve aumento substancial da competência do Judiciário Trabalhista, muito particularmente para julgar as ações oriundas da relação de trabalho; as questões inter e intra sindicais; as demandas sobre indenização por dano moral ou patrimonial; os feitos relativos às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; a execução, de ofício, das contribuições previdenciárias, decorrentes das sentenças que proferir; e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. Sobre o tema, produzi o artigo "**Justiça do Trabalho - Nova Competência**", publicado no livro "**A Nova Competência da Justiça do Trabalho**", obra coletiva coordenada por Grijalbo Fernandes Coutinho e Marcos Neves Fava, São Paulo: LTr/ANAMATRA, Janeiro/2005; e ainda o artigo "**A Nova Justiça do Trabalho**", publicado na Revista nº 74 do TRT da 8ª da Região, volume 38 (Jan./jun./2005), p. 25-39.

l) Dissídio coletivo (art. 114, § 2º): ainda é polêmica a interpretação dos pressupostos para o ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica, em virtude da expressão "de comum acordo", inserida no texto constitucional. Existe até quem defenda a tese de que teria sido extinto o Poder Normativo da Justiça do Trabalho, graças às dificuldades para o acesso ao Judiciário, quando frustrada a

negociação coletiva. Eu escrevi o artigo "**O Poder Normativo da Justiça do Trabalho**", publicado na Revista nº 75 do TRT da 8ª da Região, volume 38 (Jul./dez./2005), p. 17-27. O resumo desse artigo foi editado na Revista SYNTHESIS - Revista Semestral nº 44/2007, p. 150-152, Órgão Oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - São Paulo-SP (resumido por Cleonice Aparecida de Carvalho Nolasco). Transcrevo algumas conclusões consignadas naquele artigo:

> "Na realidade brasileira, e, especialmente, na região amazônica, por exemplo, seria desaconselhável a extinção imediata do *poder normativo* da Justiça do Trabalho, justamente porque as condições dos trabalhadores ainda não permitem, salvo exceções, o exercício da livre negociação.
>
> O poder normativo da Justiça do Trabalho não foi extinto, eis que, na apreciação do dissídio coletivo, compete ao Judiciário Trabalhista 'decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente' (art. 114, § 2º, da CF).
>
> O acesso ao poder normativo da Justiça do Trabalho pode fazer-se nos moldes da arbitragem (pública), que, em regra, depende do ajuizamento de 'comum acordo' (expresso ou tácito), pelos interessados; mas admite, por exceção, a propositura da demanda, por iniciativa exclusiva de qualquer interessado, mediante suprimento judicial, em caso de recusa da outra parte, conforme os artigos 6º e 7º da Lei nº 9.307/96 (Lei de Arbitragem), o que equivale à técnica de solução jurisdicional, garantia do princípio do livre acesso à Justiça (art. 5º, XXXXV, da CF)".

m) Justiça itinerante (art. 115, § 1º): trata-se de norma de elevado alcance social. O procedimento foi adotado na Justiça do Trabalho da 8ª Região há mais de vinte anos atrás. Na jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento (atual 1ª Vara do Trabalho) de Abaetetuba (PA), em 1986, na administração regional do juiz Pedro Thaumaturgo Soriano de Mello, o TRT-8ª Região implementou experiência pioneira quando autorizou o deslocamento daquele órgão trabalhista de 1º grau, de Abaetetuba para Barcarena (PA), com apoio na Lei nº 6.947, de 17 de setembro de 1981 (artigo 2º, parágrafo 3º), cuja atuação era restrita ao recebimento de reclamações e à realização de audiências. A atividade jurisdicional, portanto, era limitada à fase de conhecimento do processo, que se esgota com o julgamento. As sentenças e os acordos não cumpridos eram executados na sede do Juízo de 1º grau, no caso, em Abaetetuba. Na época, era eu o juiz presidente da então JCJ de Abaetetuba, tendo como auxiliar o saudoso colega, juiz substituto, Dr. José Augusto Figueiredo Affonso, já falecido, o primeiro magistrado que atuou no Barco Itinerante da Justiça do Trabalho, em âmbito oficial. Na Amazônia, o transporte mais utilizado é pela via fluvial. O sucesso da iniciativa atraiu a curiosidade da mídia internacional, haja vista o propósito de alargar o direito de acesso ao Judiciário Trabalhista às populações ribeirinhas da Amazônia. Devo consignar que, antes da vigência da Lei nº 6.947/81 - que dispõe sobre o deslocamento de Varas do Trabalho -, o juiz Hermes Afonso Tupinambá Neto adotou esse sistema, na então JCJ de Parintins, no Estado do Amazonas, então pertencente à 8ª Região Trabalhista. Mais recentemente, o juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais, na época Titular da Vara do Trabalho de Santarém, também promoveu, com êxito, a prática itinerante daquele órgão de 1º grau, na execução do projeto "Rio Acima, Rio Abaixo", que concorreu à premiação nacional, dada a excelência do procedimento, o qual visa tornar o Judiciário Trabalhista mais acessível ao jurisdicionado. No sul do Pará, em

especial, a Justiça do Trabalho desta Região tem promovido a justiça itinerante, sobretudo no combate ao "trabalho escravo", com a colaboração do Ministério Público do Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho e da Polícia Federal.

n) Descentralização de câmaras regionais dos TRTs (art. 115, § 2º): a medida igualmente visa tornar mais acessível os órgãos judiciários à população. Na 8ª Região, ainda não houve experiência dessa prática.

Gostaria ainda de fazer referência a um tema que considero também interessante e sobre o qual escrevi o artigo "**O *jus postulandi* em face da nova competência da Justiça do Trabalho**", publicado na Revista nº 76 do TRT da 8ª da Região, volume 39 (Janeiro-Junho/2006), p. 17-38.

Eis o resumo do que penso a respeito da matéria, conforme as conclusões que constam daquele artigo:

> 1. "A postulação em juízo não é ato exclusivo da advocacia, porém manifestação que o próprio cidadão pode exercitar pessoalmente, em situações peculiares.
>
> 2. Na Justiça do Trabalho, o *jus postulandi* independe do valor da causa, do grau de jurisdição e das pessoas envolvidas no litígio.
>
> 3. No processo trabalhista, os litigantes (ainda que não empregados ou empregadores), terão direito ao *jus postulandi*, que assegura à parte ou terceiro interessado a prerrogativa de funcionar em juízo sem necessidade de patrocínio de advogado.
>
> 4. Mesmo antes da ampliação da competência material da Justiça do Trabalho, já tinham direito ao *jus postulandi*, no processo trabalhista, o pequeno empreiteiro (art. 652, *a*, III, da CLT); o trabalhador rural não empregado (art. 17, da Lei nº 5.889/1973); o trabalhador avulso (art. 643, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 7.494/1986); e o trabalhador portuário (art. 643, § 3º, da CLT, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001), todos trabalhadores autônomos.
>
> 5. Em face da ampliação da competência material da Justiça do Trabalho, definida no art. 114, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, o art. 791, da CLT, deve ser interpretado no sentido de que o *jus postulandi* pode ser exercido em processo trabalhista de qualquer natureza, mesmo nas ações oriundas de relação de trabalho autônomo, por força das características do processo trabalhista e do direito de acesso à justiça".

Conclusões:

À vista do exposto, percebe-se que o direito processual do trabalho - célere, simples, informal, quase gratuito e moderno - exerce influência em outros ramos do direito processual, inclusive no processo civil.

É natural, também, que o direito processual do trabalho sofra alguma influência do direito processual comum, o que constitui um fenômeno de fluxos e refluxos, como as ondas do mar, que se renovam a cada momento.

É importante assinalar que a técnica da aplicação subsidiária do direito comum, do direito processual comum, inclusive o processo penal, e da legislação processual tributária, não torna o processo trabalhista menos importante ou menos célere.

Afinal de contas, a ciência jurídica, a legislação e a sociedade humana evoluem.

Em sua origem, a CLT trouxe muitos avanços na processualística brasileira. E até hoje a legislação do processo do trabalho contém normas modelares no sentido de imprimir rapidez e eficácia aos feitos que tramitam na Justiça do Trabalho.

Isso, porém, não significa que o intérprete deva ficar alheio às alterações importantes que ocorrem, por exemplo, no Código de Processo Civil, principal fonte subsidiária do processo do trabalho, e que resultam da evolução da ciência processual, no sentido de tornar esse instrumento mais justo como meio civilizado para a solução jurisdicional dos conflitos.

A meu ver, a legislação processual trabalhista, por força do art. 769, da CLT, permite que o magistrado do trabalho, numa visão do conjunto normativo e no manejo interdisciplinar da matéria, possa aplicar o preceito legal mais adequado para realizar a administração da justiça, com segurança, transparência, celeridade e equilíbrio.

Quase sou tentado a afirmar que não foram as reformas constitucional e processual civil que traçaram novos rumos para o direito processual do trabalho, mas justamente o contrário. Isso já fora dito (pelo menos quanto às reformas no direito processual civil) pelo Ministro José Augusto Delgado, do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em conferência que fez no II Congresso Internacional de Direito do Trabalho e III Congresso de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, realizado no TRT 8ª Região, em agosto de 2004, quando discorreu sob o tema "Influência do Processo Civil no Processo do Trabalho".

Mas não há dúvida de que há novas normas, introduzidas em recentes alterações sofridas pelo Código de Processo Civil, que podem ser aplicadas no processo do trabalho, mediante as necessárias adaptações, a fim de preservar os seus propósitos de celeridade e efetividade.

Enfim, diante das reformas no direito constitucional e no direito processual civil, é imperioso repensar a teoria da aplicação da fonte subsidiária (art. 769, da CLT), para atualizar o processo trabalhista às exigências do princípio fundamental, que assegura a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII, da CF), até porque o preceito constitucional consagra um dos princípios mais característicos do direito processual do trabalho, estabelecido no art. 765, da CLT, o que, entretanto, somente estará mais bem implementado - na medida em que a cognição se completa com a execução - com a regulamentação legal do Fundo da Garantia das Execuções Trabalhistas, previsto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 45/2004, a fim de atender os ideais da prestação jurisdicional rápida e efetiva, em respeito aos valores sociais do trabalho e da dignidade da pessoa humana do trabalhador, na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

ESTADO ATUAL DA REFORMA SINDICAL *

*Georgenor de Sousa Franco Filho***

SUMÁRIO: I. O abridor de latas. II. O que existe agora. III. A Emenda Constitucional. IV. O projeto de lei. V. Conclusão.

I. O ABRIDOR DE LATAS

Desejo iniciar esta exposição, trazendo um texto que, entre os meus guardados, encontrei. Da sua leitura, pode-se adaptar à realidade brasileira da reforma da legislação trabalhista, inclusive da sindical. Refletir sobre seu conteúdo e ajustá-lo ao tempo presente, mostra sua atualidade e seu alcance. A demora em resolver problemas, a lentidão com que se pretende promover mudanças, revelam com é difícil alcançar boas e simples soluções, reclamadas pela sociedade e pelo mundo, porque muita coisa está em derredor do interesse maior - o bem comum-, e acabam prevalecendo os menores, que, ao cabo, sequer sabemos quais verdadeiramente são.

Trata-se de um artigo publicado em uma antiga revista que circulou no Brasil, de 1944, chamada *A Cigarra*. O conto intitula-se *O abridor de latas* e relata o seguinte:

> *Quando esta história se inicia já se passaram quinhentos anos, tal a lentidão com que ela é narrada. Estão sentadas à beira de uma estrada três tartarugas jovens, com 800 anos cada uma, uma tartaruga velha com 1.200 anos, e uma tartaruga bem pequenina ainda, com apenas 85 anos. As cinco tartarugas estão sentadas, dizia eu. E dizia-o muito bem pois elas estão sentadas mesmo. Vinte e oito anos depois do começo desta história, a tartaruga mais velha abriu a boca e disse:*
>
> *- Que tal se fizéssemos alguma coisa para quebrar a monotonia desta vida?*
>
> *- Formidável - disse a tartaruguinha mais nova 12 anos depois - vamos fazer um piquenique?*
>
> *Vinte e cinco anos depois, as tartarugas se decidiram a realizar o piquenique. Quarenta anos depois, tendo comprado algumas dezenas de latas de sardinhas e várias dúzias de refrigerantes, elas partiram. Oitenta anos depois, chegaram a um lugar mais ou menos aconselhável para um piquenique.*
>
> *- Ah! - disse a tartaruguinha, 8 anos depois - excelente local este!*
>
> *Sete anos depois, todas as tartarugas tinham concordado.*

---

* Palestra proferida no 47º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, realizado pela LTr Editora Ltda., em São Paulo (SP), a 27.junho.2007, 11,30 hs.

** Juiz Togado do TRT da 8ª Região, Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Professor de Direito Internacional e do Trabalho da Universidade da Amazônia, Presidente da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Membro da Academia Paraense de Letras, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, da *International Law Association* e do *Centro per la Cooperazione Giuridica Internazionale*.

Quinze anos se passaram e, rapidamente, elas tinham arrumado tudo para o convescote. Mas, súbito, três anos depois, elas perceberam que faltava o abridor de latas para as sardinhas

Discutiram e, ao fim de vinte anos, chegaram à conclusão de que a tartaruga menor devia ir buscar o abridor de latas.

- Está bem! - concordou a tartaruguinha três anos depois - mas só vou se vocês prometerem que não tocam em nada enquanto eu não voltar.

Dois anos depois, as tartarugas concordaram imediatamente que não tocariam em nada, nem no pão, nem nos doces. E a tartaruguinha partiu.

Passaram-se 50 anos e a tartaruga não apareceu. As outras continuavam esperando. Mais 17 anos e nada. Mais 8 anos e nada ainda. Afinal, uma das tartarugas murmurou:

- Ela está demorando muito. Vamos comer alguma coisa enquanto ela não vem?

As outras não concordaram, rapidamente, dois anos depois. E esperaram mais 17 anos. Aí, outra tartaruga disse:

- Já estou com muita fome. Vamos comer só um pedacinho de doce que ela nem notará.

As outras tartarugas hesitaram um pouco, mas, 15 anos depois, acharam que deviam esperar pela outra. E se passou mais um século nessa espera. Afinal, a tartaruga mais velha não pôde mesmo e disse:

- Ora, vamos comer mesmo só uns docinhos enquanto ela não vem.

Como um raio, as tartarugas caíram sobre os doces seis meses depois. E, justamente quando iam morder o doce, ouviram um barulho no mato detrás delas e a tartaruguinha mais jovem apareceu:

- Ah! - murmurou ela - eu sabia, eu sabia que vocês não cumpririam o prometido e, por isso, fiquei escondida atrás da árvore. Agora eu não vou mais buscar o abridor. Pronto!

Fim (trinta anos depois).

Imagino que tenham entendido esta estória. *O abridor de latas* é justamente o aparelho mágico que precisamos para abrir a caixa da grande, séria, adequada e necessária reforma da legislação trabalhista, inclusive a sindical, no Brasil.

II. O QUE EXISTE AGORA

Enquanto *O abridor de latas* não é encontrado, vejamos a quantas anda a reforma sindical em nosso país.

Esta pretendida mudança sindical brasileira apresenta-se, hoje, em dois aspectos: um projeto de emenda constitucional, encaminhado a 4 de março de 2005 ao Parlamento Brasileiro, de outra emenda pretendendo alteração denominação, além de um projeto de lei, que em novembro de 2004 foi levado ao exame do Chefe do Governo, e que aguarda a aprovação dos Projetos de Emenda Constitucional.

São projetos elaborados pelo Fórum Nacional do Trabalho - FNT, entidade tripartite criada no âmbito do Executivo com essa finalidade específica: promover

uma ampla reforma sindical no Brasil. Foram vinte e um membros representando Governo, patrões e trabalhadores que os elaboraram.

Vejamos o que cada qual pretende.

III. A EMENDA CONSTITUCIONAL

A PEC n. 369/2005 objetiva alterar os arts. 8º, 11, 37 e 114 da CR, e, desde março de 2005, encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

Segundo a proposta, o art. 8º passará a consagrar a liberdade sindical, que é mais ampla que a atual *associação sindical*, e a personalidade sindical é conferida mediante aferição de representatividade.

A receita sindical sofrerá redução, e as contribuições dos membros do grupo de trabalhadores, hoje diversas, ficam reduzidas a apenas uma para todos, vinculada à negociação coletiva, além da mensalidade sindical devida pelos associados.

Apregoa o fim definitivo do poder normativo da Justiça do Trabalho, com os conflitos coletivos passando a ser resolvidos por conciliação, mediação e arbitragem. Apenas os conflitos de natureza jurídica sobreviverão.

Objetivo dessa PEC, como de resto o projeto de lei, visam ambos a possibilitar a ratificação, pelo Brasil, da Convenção n. 87 da OIT, mexendo com uma estrutura que tem origem no Decreto-Lei n. 19.770/31 de Vargas.

Ao contrário da CLT, com seu sistema piramidal, em cuja base estavam os sindicatos, os projetos de agora invertem a posição, e, pirâmide invertida, estreitam os poderes dos sindicatos, e são dados superpoderes às centrais sindicais, reconhecendo-lhe os poderes que de fato sempre tiveram. Este é um primeiro impasse à reforma, pela inversão de papéis.

A representação nos locais de trabalho é reduzida para um para cada cem empregados, embora a proposta inicial fosse de um para cada grupo de cinqüenta. Aqui, um novo impasse posto contrariar empregadores e trabalhadores.

Reconhece-se ao Ministério do Trabalho e Emprego poderes para atribuir representatividade, o que importa em grande e lamentável ingerência do Estado, como que a ressuscitar a antiga carta sindical de Vargas.

No que refere à greve, a PEC é rígida e amplia a noção de serviço e atividades essenciais, garantindo à Justiça do Trabalho competência para apreciar os temas que envolvam essa matéria.

Quanto à negociação coletiva, prevê até negociação direta entre empresa e empregados, como que um retorno ao projeto do negociado/legislado, que foi combatido no passado recente.

Refere ainda às entidades sindicais que passam a ter mais poderes que os sindicatos, que ainda são, pelo menos teoricamente, a base do sistema brasileiro (art. 8, V).

No que refere aos direitos coletivos do servidor publico, estes permanecem inalterados, permitida negociação coletiva e greve - 37, VI e VII, da Constituição, conforme lei a ser editada.

Ademais, a PEC termina com a sempre combatida unicidade e acaba, formalmente, com a base territorial mínima. Este é, aliás, outro impasse enfrentado pela pretendida reforma. Embora combatam amplamente a unicidade sindical, na verdade muitas entidades dessa natureza preferem conservá-la, inclusive pela possibilidade de manter certa liderança e conservar muitas garantias.

Uma outra PEC, a de n. 426/2006, tramita em conjunto no Congresso, alterando o nome dissídio coletivo para ação coletiva.

Em linhas breves, estas as duas PECs que querem promover as alterações constitucionais sobre o tema.

IV. O PROJETO DE LEI

Um extenso texto foi concebido pelo FNT. São 238 artigos propondo uma *modernização da legislação sindical brasileira*.

Alguns pontos de realce foram seguidos pela PEC 369?2005, como ter o Ministério do Trabalho e Emprego não mais competência cadastral, como no modero italiano, mas competência para atribuir personalidade sindical às entidades (art. 8º, § 3º). É esse Ministério que concederá e cancelará a exclusividade de representação do sindicato (arts. 39, único, e 41).

O sindicato atua no mínimo em um município, o que, em outros termos, retoma a base territorial mínima atual (art. 18).

Os atuais três níveis da pirâmide sindical, passam a quatro, com a inclusão expressa - e a meu ver necessária porque apenas confirma uma realidade de todos sabida - das centrais sindicais (art. 14).

São criados diversos critérios para aferição da representatividade, em percentuais de 15%, 20% e 25% (arts. 19 a 22).

A garantia de emprego da diretoria do sindicato, atualmente limitada a sete diretores mais três membros do Conselho Fiscal, passa a ter o número ampliado para 81 diretores (arts. 26 e 27).

Como já referido, a receita sindical, oriunda das contribuições dos integrantes do grupo, reduz-se à contribuição de negociação coletiva, para todos os beneficiados (art. 45), que é a previsão da PEC, e também à contribuição associativa, devida apenas pelos associados (art. 43).

Reconhece o Projeto de Lei direito de representação dos trabalhadores a partir de grupo de 30 (art. 64), embora, para grupo de menos de 30 dependa de negociação coletiva (art. 223, § 2º).

Igualmente cuida de greve, ampliando, nos moldes da PEC, as hipóteses dos serviços essenciais (art. 114).

Proíbe o *lock-out* (art. 118) e regula as hipóteses de conduta anti-sindical (art. 175).

Ainda prevê a possibilidade de arbitragem, que é meio pública, ao exigir registro do arbitro no Ministério do Trabalho e Emprego (art. 202), mandando aplicar, como sói acontecer, a Lei n. 9307/96 à arbitragem trabalhista, no que couber (art. 201)

A representação de trabalhadores segue linha que veio a ser adotada pela PEC, de um para cada grupo de cem trabalhadores no mínimo (art. 223, I), que poderá se elevar até cinco, quando esse número alcançar 1.000 trabalhadores e até mais para os excedentes (art. 223, V, e § 1º).

Por fim, a PEC possui uma longa parte processual, que, ao cabo, representará, em que pese algumas dificuldades que apresenta, um mecanismo específico para tratar de tema dessa relevância.

V. CONCLUSÃO

Temo que caminhamos para o campo da desregulamentação, que é perigoso, especialmente com a reconhecida pulverização dos sindicatos brasileiros.

Penso que é preciso, considerando a realidade brasileira, fortalecer o poder normativo da Justiça do Trabalho e não enfraquecer como se verifica nesses projetos e também com a Emenda Constitucional n. 45/2004, ao impor o *de comum acordo* para ajuizamento de dissídios coletivos.

Precisamos, ao cabo, deixar um pouco o coração falar. A razão às vezes é insensível, e o coração sente mais a realidade do mundo e as necessidades das pessoas.

Domingo, nesta São Paulo, na missa dedicada a S.João Batista, li um pensamento de Dom Helder Câmara, um dos maiores sacerdotes católicos da humanidade: *isto de ter um coração de pedra não prova nada: faltou justamente uma pedra para que o Filho de Deus repousasse a cabeça*.

Encontremos, operadores do Direito do Trabalho, a pedra que nos falta e o Direito e a Justiça do Trabalho continuarão ser destino, de restabelecer a paz social e contribuir para o desenvolvimento da humanidade.

Afinal, como disse José Saramago, *o que dá o verdadeiro sentido ao encontro é a busca, e é preciso andar muito para alcançar o que está perto*.

Belém, 28.março.2007.

O TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO E A APLICABILIDADE DA SÚMULA N. 423 DO COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

*Francisco Milton Araújo Júnior**

"Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio do nosso Senhor Jesus Cristo; por intermédio de quem obtivemos igual acesso, pela fé, a esta graça na qual estamos firmes, e gloriamo-nos na esperança da glória de Deus.
E não somente isto, mas também nos gloriamos nas próprias tribulações, sabendo que a tribulação produz perseverança; e a perseverança, experiência; e a experiência, esperança.
Ora, a esperança não confunde, porque o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado" (Romanos - Capítulo 5, v.1/5)

1 - Definição de jornada de trabalho.

Originalmente, jornada corresponde ao lapso temporal diário, referindo-se à noção de dia, inclusive no italiano corresponde a *giornata* (*giorno* - dia) e no francês a *journée* (*jour* - dia), sendo conceituada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira como "marcha ou caminho que se faz em um dia; viagem por terra; ação ou expedição militar; duração do trabalho diário"[1].

Utilizando-se o sentido original pode-se definir jornada de trabalho, no sentido estrito, como o lapso temporal diário em que o trabalhador se coloca à disposição do empregador em razão do contrato de trabalho, executando suas atividades ou aguardando ordens.

Atualmente o termo jornada de trabalho vem sendo utilizado de forma mais ampla, inclusive o próprio legislador vem utilizando a expressão jornada semanal ("à soma das jornadas semanais de trabalho" art. 59, parágrafo segundo, da CLT), para designar o lapso temporal semanal em que o empregado fica à disposição do empregador, podendo estar laborando ou aguardando ordens.

Verifica-se, portanto, que o termo jornada de trabalho é utilizado como sinônimo de duração do trabalho, abrangendo o lapso temporal de efetivo trabalho ou de simples disposição, podendo ser utilizado para mensurar o labor diário

---

* Juiz Federal do Trabalho Titular da 2ª Vara do Trabalho de Marabá. Mestre em Direito do Trabalho pela Universidade Federal do Pará. Membro do Conselho Consultivo da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região - EMATRA VIII.

1 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 377.

(jornada diária), semanal (jornada semanal) ou mensal (jornada mensal).

A jornada de trabalho normal é o tempo máximo previsto para a execução das atividades laborais num determinado período (dia, semana, mês ou ano), devendo observar o equilíbrio entre o desgaste físico-mental e restauração das energias orgânicas do trabalhador.

Com base no equilíbrio entre o desenvolvimento das atividades produtivas e o bem-estar do trabalhador, o ordenamento jurídico brasileiro, através da Constituição de 1988 (art. 8º, inciso XIII), consagrou como jornada de trabalho máxima de 08 (oito) horas por dia e de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, facultando a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou norma coletiva.

A fixação pela Carta de 1988 da jornada de trabalho serve como parâmetro limitativo de tempo máximo para a execução das atividades laborais em geral, não impedindo, portanto, que seja estabelecido, através de acordo (individual ou coletivo) ou de ato unilateral do empregador (através do regulamento da empresa), jornada de trabalho inferior.

Ressalta-se que, determinadas categorias profissionais[2], em razão de estarem submetidas a condições especiais de labor, possuem jornada de trabalho reduzida como forma de manter o equilíbrio entre a atividade laboral e a saúde do obreiro.

2 - Turnos ininterruptos de revezamento: caracterização jurídica.

Etimologicamente, a palavra turno, consoante De Plácido e Silva, advém do "francês *tours* (volta, giro, circuito) e exprime a ordem utilizada para o revezamento, ou a alteração, no exercício, ou no desempenho de um cargo (...) o que se faz alternada, ou revezadamente, de modo que as substituições se vão operando por turno, ou pela convocação daquele que está em sua vez"[3].

A essência etimológica da palavra se amolda perfeitamente à caracterização jurídica do instituto epigrafado. Nesse sentido, José Augusto Rodrigues Pinto e Rodolfo Pamplona Filho conceituam turnos ininterruptos de revezamento como o "sistema de utilização do trabalho na empresa, consistente em dividir os empregados em grupos, turmas ou equipes que se revezam no local da prestação, em horários diferentes, com redução constitucional da jornada ordinária, de modo a permitir a continuidade absoluta da atividade econômica"[4].

O sistema de turnos ininterruptos de revezamento se caracteriza pela existência concomitante dos seguintes fatores: turnos (existência de turmas de empregados previamente escalados), revezamento (ocorrência de alternância entre os turnos de trabalhadores para desempenhar suas atividades no período diurno, noturno ou misto, podendo variar diariamente, semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente) e ininterrupção (não dissolução de continuidade nas atividades laborais, no período de 24 (vinte e quatro) horas,

---

[2] São exemplos de categorias especiais submetidas à jornada reduzida: bancários (art. 224, da CLT), advogados (Lei n. 8.906/94) e jornalistas profissionais (art. 303, da CLT).
[3] SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 836.
[4] PINTO, José Augusto Rodrigues e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Repertório de Conceitos Trabalhistas. v. I. São Paulo: LTr, 2000, p. 538.

sem prejuízo da existência de intervalos intrajornada e interjornada destinados ao repouso e a alimentação do trabalhador).

3 - Turnos ininterruptos de revezamento: prejuízos ao trabalhador.

As constantes variações no horário de trabalho, alimentação, repouso e lazer, decorrentes do regime de turnos ininterrupto de revezamento, vêm causando severos distúrbios na saúde do trabalhador, com a afetação principalmente do sistema nervoso e do sistema digestivo, como também vêm proporcionando ao trabalhador diversos problemas no relacionamento sócio-familiar.

As anomalias no sistema nervoso, causadas pelo labor em turnos ininterruptos de revezamento, normalmente se relacionam com os distúrbios do sono.

Sobre os efeitos fisiológicos do sono, Arthur C. Guyton afirma que "a vigília prolongada está freqüentemente associada a uma disfunção progressiva da mente e, também, provoca atividades comportamentais anormais. Todos nós estamos familiarizados com a maior lentidão de pensamento que ocorre no final de um prolongado período de vigília, mas além disso, uma pessoa pode tornar-se irritadiça ou até psicótica após a vigília forçada por período prolongado (...). Por isso, na ausência de qualquer valor funcional do sono, definitivamente demonstrado, poderíamos postular que o principal valor do sono é o de restaurar o equilíbrio natural entre os centros neurais"[5].

As mudanças no horário de trabalho, repouso e alimentação, freqüentes nos regimes de turnos ininterruptos de revezamento, propiciam dificuldades orgânicas no gerenciamento dos ciclos fisiológicos e acarretam o alongamento dos períodos de vigília e a diminuição dos períodos de sono.

Com a constância no aumento dos períodos de vigília em prejuízo do equilíbrio natural dos centros neurais, a ocorrência dos distúrbios no sono do trabalhador passam a se manifestar através de insônia, irritabilidade, sonolência excessiva durante o horário de trabalho (seja este no período matutino, vespertino ou noturno) ou fadiga crônica.

Neste sentido, Frida Marina Fischer e Renato Rocha Lieber comentam que a "os sintomas mais freqüentes do mal-estar percebido incluem fadiga, variações de humor, nervosismo, dificuldades em dormir, falta ou aumento do apetite, dificuldades em realizar um trabalho habitual, perturbações de memória etc. A duração da dessincronização biológica depende dos esquemas de turnos: quanto maior o número de jornadas de trabalho que obriguem o trabalhador a inverter seu ciclo de atividade-repouso, maior o número de dias necessários para conseguir uma inversão dos ritmos biológicos"[6].

As horas irregulares dos turnos ininterruptos de revezamento também provocam alterações nos hábitos alimentares do trabalhador, com aumento ou diminuição do apetite, passando a realizar vários lanches durante o dia e a noite em detrimento das refeições regulares (café da manhã, almoço e jantar),

---

[5] GUYTON, Arthur C. Tratado de Fisiologia Médica. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, p. 534.

[6] FISCHER, Frida Marina e LIEBER, Renato Rocha. Trabalho em Turnos. Patologia do Trabalho. Organizado por René Mendes. v. I. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2003, p. 839.

o que favorece o aparecimento de distúrbios gastrointestinais, como azia, gastrite e úlcera.

Hadengue afirma que "a queimação epigástrica é uma manifestação característica entre trabalhadores que modificam seu período de trabalho, e esse sintoma perdura por alguns dias, desaparecendo e novamente reaparece, quando ocorre a nova troca de horários de trabalho. Nas equipes noturnas, certos indivíduos não atingem a fase de adaptação"[7].

Frida Marina Fischer e Renato Rocha Lieber, analisando diversas pesquisas sobre as alterações gastrointestinais, noticiam que o "trabalho de Segawa e cols., publicado em 1987, que relata inquérito realizado com 11.657 trabalhadores japoneses. Os autores constataram que a úlcera gástrica era duas vezes mais freqüente entre os trabalhadores em turnos do que entre diurnos; este estudo também revela que parece haver uma maior capacidade ulcerogênica residual entre os ex-trabalhadores em turnos. Em pesquisa de Tarquini, Cecchetin e Cariddi (1986) foi observado que o trabalho em turnos pode provocar uma mudança importante no sistema de secreção gástrica e acidopepsina, causando dificuldades na digestão de certos alimentos ingeridos em determinados períodos do dia. (...) Segundo Rutenfraz, Haider e Koller (1985), o trabalho em turnos deve ser incluído como fator de risco no surgimento da úlcera duodenal, aumentando as possibilidades de surgimento de doenças (...) o trabalho em turnos pode aumentar a freqüência da úlcera (gástrica ou duodenal) da seguinte maneira: os padrões de sono alterados produzem marcadas mudanças nos padrões secretórios da adrenal, ritmicidade pineal, secreções de enzimas digestivas, alterações na alimentação e motilidade gastrointestinal"[8].

O problema de relacionamento sócio-familiar do trabalhador é outra conseqüência dos turnos ininterruptos de revezamento.

O trabalhador submetido ao regime de turnos ininterruptos de revezamento, normalmente sente dificuldade em adequar os períodos de trabalho (fixados de acordo com as escalas da empresa) com a participação nas atividades culturais, familiares e de lazer, o que favorece o seu afastamento dos familiares e amigos.

O fato de o trabalhador encontrar-se de folga em diferentes períodos do dia ou da noite, impede a sua efetiva participação nos afazeres domésticos, como também compromete sua presença regular em cursos e eventos culturais.

Os efeitos específicos do isolamento sócio-familiar nos trabalhadores petroquímicos aposentados que laboraram em turnos ininterruptos de revezamento foi objeto da pesquisa realizada por Maria José Giannella Cataldi, sendo "constatado que a grande maioria dos aludidos empregados só tinham conhecimento da data do seu nascimento, e não sabiam as datas dos respectivos casamentos, do aniversário da esposa dos filhos etc. Após tal constatação, perguntamos a razão desse esquecimento, e todos responderam que o trabalho em turnos de revezamento ininterrupto após longo período traz esse tipo de esquecimento, pois os mesmos trabalharam ininterruptamente em datas que para a sociedade geral tinha um significado, mas que para eles só foi mais um dia de labor. Quantos dias de Natal eles trabalharam normalmente.

---

[7] Apud CATALDI, Maria José Giannella. O Estresse no Meio Ambiente do Trabalho. São Paulo: LTr, 2002, p. 62.

[8] Op. cit., p. 846/847.

E, assim, verificou-se que esses empregados estão à margem dos acontecimentos sociais e familiares"[9].

Maria José Giannella Cataldi destaca que "estudando a opinião de esposas de trabalhadores em turnos com longos rodízios, numa fundição, notou que havia grande impopularidade desse arranjo de trabalho entre elas; a principal razão é que não conseguiram ajustar sua rotina e hábitos domésticos aos seus padrões de vida. Suas principais queixas eram a respeito dos fins de semana, quando ficavam sozinhas, enquanto o marido trabalhava"[10].

A análise do regime de turnos ininterruptos de revezamento, portanto, demonstra que as suas conseqüências são severamente danosas para o trabalhador, seja no seu aspecto individual como coletivo, inclusive com flagrante violação do ordenamento constitucional brasileiro.

4 - Turnos ininterruptos de revezamento: caracterização como trabalho penoso.

O trabalho penoso foi inserido pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei n. 3.807[11], de 26 de agosto de 1960, que estabeleceu as aposentadorias especiais para os trabalhos penosos, insalubres e perigosos.

A Lei n. 7.850, de 23 de outubro de 1989, chegou a considerar como penosa a atividade de telefonista, tendo cessado os seus efeitos com a sua revogação pela Lei n. 9.528, de 10 de dezembro de 1997.

A Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, reconheceu, de forma específica, que "o adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento" (art. 71, *caput*).

A Câmara Municipal de Campinas também aprovou a Lei n. 9.193, de dezembro de 1996, que concedeu "ao servidor e ao empregado público municipal que trabalhe em jornada noturna nos Hospitais Municipais e Prontos Socorros de atendimento permanente" o adicional de penosidade, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre a hora noturna trabalhada.

A Carta Magna de 1988 foi a primeira a tratar o trabalho penoso como matéria constitucional, fixando inclusive o adicional de remuneração para as atividades penosas a serem definidas em lei (art. 7º, inciso XXIII[12]).

Georgenor de Sousa Franco Filho comenta que o reconhecimento constitucional do trabalho penoso chegou a ser questionado na "Assembléia Nacional Constituinte, por ocasião do Projeto de setembro de 1987 (art. 6º, n. XIX). Sua

---

[9] CATALDI, Maria José Giannella. Op. cit., p. 63.

[10] CATALDI, Maria José Giannella. Op. cit., p. 63/64.

[11] A Lei n. 8.213/91, que atualmente regulamenta a aposentadoria especial, continha na sua redação originária a expressão trabalho penoso no art. 57, §4º, sendo suprimida pela nova redação dada ao artigo pela Lei n. 9.032/95, de 28.04.1995.

[12] A presente norma constitucional, consoante classificação estabelecida por José Afonso da Silva - Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 117/166 -, é de eficácia limitada, uma vez que não produz, com a simples entrada em vigor, todos os seus efeitos essenciais (o constituinte não especificou, sobre a matéria, a normatividade suficiente), deixando essa tarefa para o legislador ordinário.

supressão foi proposta por emenda de autoria do Constituinte Ubiratan Spinelli, por entender que, em já sendo difícil conceituar e definir as atividades insalubres e perigosas, pelo seu caráter subjetivo, criar mais um tipo de atividade seria ensejar a 'confusão'... O parecer do Relator da Comissão de Sistematização Constituinte Bernardo Cabral, no sentido da rejeição da emenda, ressalta a intenção de seu autor, quanto à dificuldade de definição das atividades penosas, mas apontava que a manutenção dessa palavra é indispensável, porque, sem ela, deixaríamos de contemplar as atividades desgastantes"[13].

A dificuldade de fixação do verdadeiro sentido de trabalho ou atividade penosa continua a persistir em razão da inexistência da definição legal exigida pelo texto constitucional[14].

Etimologicamente, o termo "penoso" é conceituado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira como o "que causa pena ou sofrimento; que incomoda; que produz dor; doloroso"[15].

Na Bíblia, a atividade penosa é mencionada como "a obra que se faz debaixo do sol" (Eclesiastes - Capítulo 2, versículo 17).

Doutrinariamente, Christiane Marques define "trabalho penoso como aquele relacionado à exaustão, ao incômodo, à dor, ao desgaste, à concentração excessiva e à imutabilidade das tarefas desempenhadas que aniquilam o interesse, que leva o trabalhador ao exaurimento de suas energias, extinguindo-lhe o prazer entre a vida laboral e as atividades a serem executadas"[16].

Observa-se, portanto, que o trabalho penoso pode ser definido como a atividade em que o trabalhador desempenha excessivo esforço físico e/ou mental, proporcionando desgaste orgânico e debilidade na sua qualidade de vida.

Leny Sato, com base em estudos técnicos sobre a saúde do trabalhador, relacionou como atividades em condições penosas:

> "- esforço físico intenso no levantamento, transporte, movimentação, carga e descarga de objetos, materiais, produtos e peças;
> - posturas incômodas, viciosas e fatigantes; esforços repetitivos;
> - alternância de horários de sono e vigília ou de alimentação;
> - utilização de equipamentos de proteção individual que impeçam o pleno exercício de funções fisiológicas, como tato, audição, respiração, visão, atenção, que leva à sobrecarga física e mental;
> - excessiva atenção ou concentração;
> - contato com o público que acarrete desgaste psíquico;
> - atendimento direto de pessoas em atividades de primeiros socorros, tratamento e reabilitação que acarretem desgaste psíquico;
> - trabalho direto com pessoas em atividades de atenção,

---

[13] FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. Significado e Extensão do Trabalho Penoso. Direito do Trabalho e a Nova Ordem Constitucional. Coordenador: Georgenor de Sousa Franco Filho. São Paulo: LTr, 1991, p. 102/103.

[14] Atualmente encontram-se tramitando no Congresso Nacional vários Projetos de Lei (Projeto de Lei n. 1.015/1988 - Deputado Paulo Paim; Projeto de Lei n. 29/1991 - Deputado Antônio Carlos Mendes Thame; Projeto de Lei n. 391/1991 - Deputado Carlos Alberto Campista - Informações Colhidas no Site: http://www.camara.gov.br), alguns há mais de uma década, que definem expressamente a atividade penosa e viabilizam a concessão do adicional pelo labor penoso fixado pela Constituição Federal (art. 7º, Inciso XXIII).

[15] Op. cit., p. 495.

[16] MARQUES, Christini. A Proteção a o Trabalho Penoso. São Paulo: LT r, 2007, p. 64.

desenvolvimento e educação que acarretem desgastes psíquico e físico;
- confinamento ou isolamento; contato direto com substâncias, objetos ou situações repugnantes e cadáveres humanos e animais;
- trabalho direto na captura e sacrifício de animais"[17].

Constata-se que as atividades relacionadas por Leny Sato fornecem elementos coerentes para elaboração das especificações do trabalho penoso pelo legislador, haja vista que pressupõem o desempenho excessivo do esforço físico e/ou mental do obreiro, como também consideram como elementos intrínsecos o comprometimento da saúde e da qualidade de vida do trabalhador.

A inexistência de lei ordinária que especifique as atividades penosas vem possibilitando, ainda que de forma incipiente, a tipificação das condições de trabalho penoso por instrumentos coletivos e por decisões judiciais.

O acordo coletivo entre a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Água, Energia, Laticínio, Empresa de Habitação e Empresa de Processamento de Dados do Estados do Acre - STIU/AC, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amapá - STIU/AP, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas - STIU/AM, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços Urbanos de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal - STIU/DF, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Maranhão - STIU/MA, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Mato Grosso - STIU/MT, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará - STIU/PA, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Rondônia - SINDUR/RO, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Roraima - STIU/RR, e o Sindicato dos Trabalhadores em Eletricidade do Estado do Tocantins - STEE/TO, é outro exemplo de norma coletiva que concede o adicional de penosidade, no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o salário-base acrescido do adicional por tempo de serviço, aos empregados que laboram no regime de turno em escala de revezamento[18].

No Estado do Pará, os Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Pará e o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará vêm realizando Acordos Coletivos com a Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA, sendo concedido reiteradamente o adicional de

---

[17] Apud Sebastião Geraldo de Oliveira. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 173.

[18] Acordo Coletivo 2001/2002 depositado na Delegacia Regional do Trabalho no Distrito Federal (CLÁUSULA QUARTA - PENOSIDADE) e Acordo Coletivo 2003/2005 depositado na Delegacia Regional do Trabalho no Distrito Federal (CLÁUSULA QUARTA - PENOSIDADE).

penosidade, no percentual de 3% (três por cento) sobre o salário-base, aos empregados submetidos ao turno ininterrupto de revezamento[19].

Assim, em razão das conseqüências danosas do turno ininterrupto de revezamento para o trabalhador, seja no seu aspecto individual como coletivo, bem como por se caracterizar como atividade em que o obreiro desempenha excessivo esforço físico e mental, proporcionando desgaste orgânico e debilidade na sua qualidade de vida, entendo que se enquadra perfeitamente como trabalho penoso.

5 - A norma constitucional e a aplicabilidade da Súmula n. 423 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

As agressões à saúde e à vida social do trabalhador foram objeto de debates na Assembléia Constituinte de 1988 e justificaram a delimitação da jornada de 06 (seis) horas para os turnos ininterruptos de revezamento (art. 7º, inciso XIV, da Constituição Federal).

Neste aspecto, destaca-se a manifestação na tribuna do deputado João Paulo, no dia da votação em 1º turno no Congresso Nacional da redação do art. 7º, inciso XIV, da Constituição Federal:

> "Para oferecer uma sobrevida aos trabalhadores envolvidos no sistema de revezamento de turnos (...) busca-se preservar a vida produtiva desse trabalhador. As doenças como problemas circulatórios, hipertensão, úlceras gástricas, desarranjos psíquicos, uma série de implicações. Além disso, deve-se destacar que acresce a essas questões o desajuste desse trabalhador no seu próprio lar. Raramente esse trabalhador encontra-se com seu cônjuge e com seus filhos, raramente esse trabalhador toma suas refeições juntamente com a família. Na maioria dos casos esse trabalhador não tem uma habitação que lhe propicie o sono necessário para que ele se recupere das jornadas subseqüentes. E, por essa razão, também, muitas vezes surgem atritos familiares, pois os filhos e a própria esposa têm a sua rotina alterada em função desse sistema de revezamento. E evidentemente, que o desajuste social também é uma decorrência. Ele tem o seu lazer prejudicado"[20].

Observa-se que o reconhecimento constitucional da jornada de 06 (seis) horas para os turnos ininterruptos de revezamento insere-se na temática dos limites interpretativos próprios do direito laboral.

Verifica-se que o direito do trabalho, objetivando tutelar a relação jurídica

---

[19] Acordo Coletivo 1996/1998 homologado pelo E. TRT da 8ª Região (Acórdão n. 494/96 - SE Processo TRT DC-3108/96 - CLÁUSULA 8.15 ADICIONAL DE PENOSIDADE); Acordo Coletivo 1998/2000 depositado na Delegacia Regional do Trabalho no Pará (CLÁUSULA 8.15 ADICIONAL DE PENOSIDADE); Acordo Coletivo 2000/2002 depositado na Delegacia Regional do Trabalho no Pará (CLÁUSULA 11.15 ADICIONAL DE PENOSIDADE); Acordo Coletivo 2002/2004 depositado na Delegacia Regional do Trabalho no Pará (CLÁUSULA 7 ADICIONAL DE PENOSIDADE).

[20] Apud Remigio Todeschini. É Aplicável o Artigo 7º, XIV da Constituição para os Turnos Fixos?. São Paulo: Revista LTr, n. 65, maio/2001, p. 05/567.

desequilibrada mantida entre os donos do capital e a classe trabalhadora, estabeleceu diretrizes protetivas que compensam a debilidade sócio-econômica do obreiro diante do empregador, de modo a propiciar a igualdade jurídica entre os agentes do contrato de trabalho.

Arnaldo Süssekind comenta "que o Direito do Trabalho é um direito especial, que se distingue do direito comum, especialmente porque, enquanto o segundo supõe a igualdade das partes, o primeiro pressupõe uma situação de desigualdade que ele tende a corrigir com outras desigualdades. A necessidade de proteção social aos trabalhadores constitui a raiz sociológica do Direito do Trabalho e é imanente a todo o seu sistema jurídico"[21].

Américo Plá Rodriguez preleciona que "todo o Direito do Trabalho nasceu sob o impulso de um propósito de proteção. Se este não tivesse existido, o Direito do Trabalho não teria surgido. Surgiu com o preciso objetivo de equilibrar, com uma desigualdade jurídica favorável, a desigualdade econômica e social que havia nos fatos"[22].

Neste contexto, o princípio da proteção do trabalhador[23] torna-se a essência do ordenamento laboral, na medida em que, através das suas formas de aplicação (*in dubio pro operario*; da norma mais favorável e da condição mais benéfica)[24], o Estado opõe obstáculos à autonomia da vontade das partes com a fixação das normas de ordem pública.

Amauri Mascaro Nascimento comenta que "a Constituição deve ser interpretada como um conjunto de direitos mínimos e não de direitos máximos, de modo que nela mesma se encontra o comando para que direitos mais favoráveis ao trabalhador venham a ser fixados através da lei ou das convenções coletivas"[25].

A norma constitucional, portanto, constitui-se na base jurídica mínima, refletindo o princípio protetor, de modo a impedir que os agentes do pacto laboral venham a livremente dispor sobre todos os aspectos contratuais.

Cabe destacar que a Carta Magna, ao estabelecer as garantias mínimas dos trabalhadores, também valorizou a autonomia privada coletiva como fonte instauradora de normas laborais que possibilitem a melhoria das condições sociais, atribuindo ao sindicato "a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria" (art. 8º, inciso III).

O texto constitucional fixou 03 (três) casos em que as garantias mínimas podem ser flexibilizadas em prejuízo do trabalhador (art. 7º, incisos VI (redução salário), XIII (redução e compensação de horários) e XIV (fixação da duração da

---

[21] SÜSSEKIND, Arnaldo ... et al. Instituições de Direito do Trabalho. 17. ed. v. I. São Paulo: LTr, 1997, p. 153.

[22] RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2000, p. 80.

[23] Luiz Pinho Pedreira da Silva - Principiologia do Direito do Trabalho. São Paulo; LTr, 1997, p. 153 - define o princípio da proteção como "aquele em virtude do qual o Direito do Trabalho, reconhecendo a desigualdade de fato entre os sujeitos da relação jurídica de trabalho, promove a atenuação da inferioridade econômica, hierárquica e intelectual dos trabalhadores".

[24] Ver, a respeito, na obra de Américo Plá Rodriguez. Op. cit., p. 106/138.

[25] NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito do Trabalho na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 40.

jornada nos turnos ininterruptos de revezamento), especificando as hipótese excepcionais em que a negociação coletiva pode resultar em precarização das condições de trabalho.

As normas coletivas constituíram-se em instrumentos legítimos para criar direitos que visem à melhoria das condições sociais dos trabalhadores e para flexibilizar *in pejus* do direito do trabalhador nos casos excepcionalmente especificados no texto constitucional, porém, neste último aspecto, não se pode deixar de ressaltar que as garantias mínimas dos trabalhadores consagradas pelo texto constitucional, como conquistas sociais provenientes das lutas históricas entre o capital e o trabalho, fundamentando-se no princípio constitucional da proibição de retrocesso social[26], peremptoriamente impedem a utilização da tutela sindical como agente desagregador das diretrizes dos direitos sociais consagrados pela Carta Republicana, em especial a saúde e segurança do trabalhador, a teor do art. 1º, incisos I, II, III, IV e V, art. 3º, incisos I, II, III e IV, art. 4º, inciso II, art. 7º, *caput*, e art. 170, *caput*.

A preocupação com os efeitos lesivos do turno ininterrupto de revezamento na vida do trabalhador vem sendo assimilada pelo Poder Judiciário, inclusive a jurisprudência majoritária passou considerar plenamente compatível a concessão do intervalo intrajornada e interjornada para descanso e alimentação do operário no sistema de turno ininterrupto de revezamento, conforme estabelece a Súmula n. 360[27] do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Entretanto, contrariando os seus julgados que asseveram relatividade da norma coletiva e a indisponibilidade do direito a saúde e segurança no ambiente de trabalho, o Colendo Tribunal Superior do Trabalho consagrou na Súmula 423 o entendimento que reconhece a possibilidade de elevação da jornada de trabalho nos turnos ininterruptos de revezamento por meio de norma coletiva sem a respectiva contraprestação do labor extraordinário.

---

[26] Sobre o princípio da proibição de retrocesso social, José Joaquim Gomes Canotilho - Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2000, p. 332/334 - explica que "o princípio da democracia econômica e social aponta para a proibição de retrocesso social. A idéia aqui expressa também tem sido designada como proibição de 'contra-revolução social' ou da 'evolução reacionária'. Com isto quer dizer-se que os direitos sociais e econômicos (ex.: direito dos trabalhadores, direito à assistência, direito à educação), uma vez obtido um determinado grau de realização, passam a constituir, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjetivo. (...). O princípio da proibição de retrocesso social pode formular-se assim: o núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas ('lei da segurança social', ''lei do subsídio de desemprego', 'lei do serviço social') deve considerar-se constitucionalmente garantido sendo inconstitucionais quaisquer medidas estaduais que sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática numa 'anulação', 'revogação' ou 'aniquilação' pura e simples desse núcleo essencial. Não se trata, pois, de proibir um retrocesso social captado em termos ideológicos ou de garantir em abstrato um status quo social, mas de proteger os direitos fundamentais sociais sobretudo no seu núcleo essencial. A liberdade de conformação do legislador e inerente auto-reversibilidade têm como limite o núcleo essencial já realizado".

[27] "TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO - INTERVALOS INTRAJORNADA E SEMANAL. A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas previstos no art. 7º, XIX, da CF/1988"

A Súmula n. 423 possui a seguinte redação:

> "TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. FIXAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO MEDIANTE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento das 7ª e 8ª horas como extras (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 169 da SBDI-I - Res. 139/2006 - DJ 10.10.06)"

A partir da análise do tratamento constitucional do labor em turno ininterrupto de revezamento, das conseqüências danosas desta jornada ao trabalhador (âmbito individual e coletivo) e da estruturação do ordenamento jurídico brasileiro, verifica-se que a interpretação sistemática do art. 7º, inciso XIV, da Constituição Federal, reconhece a jornada máxima de 06 (seis) horas por dia, de modo que, ousando em discordar da premissa estabelecida pela Súmula n. 423, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, entendendo que a sua majoração apenas é permitida em caráter excepcional e por meio de negociação coletiva, porém, neste caso, mediante pagamento ao obreiro da remuneração pelo labor extraordinário após a sexta hora de trabalho.

Francisco Meton Marques de Lima comenta que "a jornada de seis horas para o turno ininterrupto de revezamento comporta flexibilidade no sentido ascendente, isto é, pode ser aumentada, mediante negociação coletiva de trabalho. Mas esse aumento deve ser remunerado como extraordinário", ressaltando que na Assembléia Constituinte "o texto aprovado no primeiro turno dizia 'jornada máxima de seis horas'. No segundo turno foi excluída a palavra máxima. Isto permitiu a flexibilização da jornada mediante negociação coletiva. Porém, entendemos que o trabalho nesse sistema, superior a seis horas por dia, gera direito do empregado à remuneração de horas extras"[28].

Observa-se que a interpretação restritiva do art. 7º, inciso XIV, da Constituição Federal, fundamenta-se na vedação do enriquecimento sem causa, na proibição do retrocesso social e no direito de redução dos riscos inerentes ao trabalho.

A elevação da jornada de trabalho em turnos ininterrupto de revezamento para 08 (oito) horas com a percepção do mesmo salário constitui-se verdadeiro retrocesso social, na medida em que possibilita o retorna das jornadas de trabalho extenuantes que são próprias da Revolução Industrial do Século XVIII, como também possibilita a elevação do desgaste físico e mental do trabalhador em razão do aumento do tempo de exposição do obreiro aos riscos no ambiente laboral (art. 4º, da CLT), de modo a infringir as disposições constitucionais que determinam a "redução dos riscos inerentes ao trabalho" (art. 7º, inciso XXII).

O trabalhador, ao permanecer recebendo a mesma remuneração da jornada de 06 (seis) horas, porém cumprindo turnos ininterruptos de revezamento de 08 (oito) horas, propicia o enriquecimento sem causa do empregador na medida em que o trabalhador disponibiliza sua atividade profissional sem a respectiva percepção da contraprestação (a remuneração), o que é vedado pelo ordenamento jurídico (arts. 3º e 457, da CLT, e Lei n. 10.803/2003).

---

[28] LIMA, Francisco Meton Marques de. Elementos de Direito do Trabalho e Processo Trabalhista. 6ª ed. São Paulo: LTr, 1994, p. 102.

O reconhecimento da jornada máxima de 6 (seis) horas no labor em turno ininterrupto de revezamento e da possibilidade, em caso excepcional, da sua elevação por meio de norma coletiva mediante a garantia da contraprestação do labor extraordinário, permite a elevação da remuneração do trabalhador e dos respectivos encargos sociais, o que força o empregador a buscar jornada de trabalho com menor agressividade à saúde do obreiro.

Cabe registrar que o magistrado possui responsabilidade no direcionamento das condutas sociais, por isso, diante de uma pauta axiológica, tem a obrigação de buscar o verdadeiro sentimento de justiça assegurado pela Constituição Federal, de modo a garantir a efetividade dos direitos constitucionais indisponíveis, dentre os quais se inclui a saúde e segurança do trabalhador.

Neste sentido, considerando a garantia constitucional de "redução dos riscos inerentes ao trabalho" (art. 7º, inciso XXII), a vedação legal do enriquecimento sem causa (arts. 3º e 457, da CLT, e Lei n. 10.803/2003), o Princípio da Proibição do Retrocesso Social e, ainda, a obrigatoriedade do intérprete da norma buscar os fins sociais e o bem comum (art. 5º, da Lei de Introdução do Código Civil), entendo que a Súmula n. 423 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho não deve ser aplicada pelos operadores do direito em razão de violar a unidade, o equilíbrio e a harmonia da ordem jurídica.

6 - Bibliografia.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2000.

CATALDI, Maria José Giannella. O Estresse no Meio Ambiente do Trabalho. São Paulo: LTr, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FISCHER, Frida Marina e LIEBER, Renato Rocha. Trabalho em Turnos. Patologia do Trabalho. Organizado por René Mendes. v. I. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. Significado e Extensão do Trabalho Penoso. Direito do Trabalho e a Nova Ordem Constitucional. Coordenador: Georgenor de Sousa Franco Filho. São Paulo: LTr, 1991.

GUYTON, Arthur C. Tratado de Fisiologia Médica. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
LIMA, Francisco Meton Marques de. Elementos de Direito do Trabalho e Processo Trabalhista. 6ª ed. São Paulo: LTr, 1994.

MARQUES, Christini. A Proteção ao Trabalho Penoso. São Paulo: LTr, 2007.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2001.

PINTO, José Augusto Rodrigues e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Repertório de Conceitos Trabalhistas. v. I. São Paulo: LTr, 2000.

RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2000.

SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SÜSSEKIND, Arnaldo ... et al. Instituições de Direito do Trabalho. 17. ed. v. I. São Paulo: LTr, 1997.

TODESCHINI, Remigio. É Aplicável o Artigo 7º, XIV da Constituição para os Turnos Fixos?. São Paulo: Revista LTr, n. 65, maio/2001.

ESTADO DE BEM ESTAR E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA SOCIAL

Anelise Haase de Miranda(*)1

"O capitalismo não vai se reformar por uma única razão: nasceu sem coração. E, sem coração, não pode amar".
(Adolfo Pérez Esquivel).

1. INTRODUÇÃO

Há alguns anos vem se fortalecendo o debate a respeito da situação em que se encontra o Estado de bem estar social, isto é, se estaria em crise ou evolução? Para nos laçarmos ao aprofundamento do tema, discorreremos, primeiramente, a respeito da origem dessa forma de Estado e da trajetória que vem percorrendo, principalmente nos países da Europa onde foram implantados.

Não podemos olvidar, no entanto, das tentativas de construção de um *Welfare State* em outras regiões do globo, como ocorreu no Brasil, a partir de meados do século XX, culminando com a proclamação da Constituição Federal de 1988. Assim, analisaremos, em um segundo momento, a experiência brasileira a respeito do modelo de bem estar consagrado na Lei Maior, os obstáculos que impediram sua plena concretização e as características predominantes na política brasileira atual, que estariam levando à formação de um Estado prioritariamente assistencialista em detrimento do modelo redistributivo, próprio do Estado social.

Na última parte, abordaremos as perspectivas para a construção da cidadania social à luz das transformações pelas quais a sociedade vem passando, juntamente com o Estado de bem estar. Formularemos indagações e análises prévias, a seguir, visando fomentar a reflexão e o debate sobre questões controvertidas, para as quais vislumbramos apontar algumas direções.

No que tange ao Estado de bem estar social, indaga-se, qual o rumo deverá tomar, nos países que o implantaram ou estavam em vias de fazê-lo, em meio a uma situação de debilidade e crise em que se encontra, com o predomínio de uma lógica que visa tão somente ao bem estar pessoal-individual?

E quais seriam as repercussões, na vida publica e privada, de um Estado de bem estar desmantelado? Em última análise, seria possível apontarmos para uma barbárie exterior, evidenciada com o recrudescimento de várias formas de violência e para uma barbárie interior, constatada na fragilização do indivíduo, que se vê desprovido de redes de proteção suficientes e satisfatórias para lhe ampararem, inclusive em momentos de desventura e infortúnio?

Como pensar na reconstrução da cidadania social em uma sociedade caracterizada por um individualismo desvirtuado e exacerbado, fulminado por aspirações, reivindicações e preocupações estritamente pessoais e particularistas

---

[1] (*) A autora é Juíza do Trabalho Substituta da Oitava Região, ex-Juíza do Trabalho Substituta da Sexta Região, especialista em Economia do Trabalho e Relações Sindicais pela Unicamp. Email: anelisehaase@hotmail.com

ou, quando muito, reduzidas à órbita familiar e de amizades de cada um, a ponto de não se conseguir vislumbrar outro horizonte que não o do "eu" ou o do "si"?

Neste contexto, de prevalência de sentimentos egoístas e relações superficiais e frágeis, onde encontrar espaço para valores como solidariedade, sociabilidade, responsabilidade social, apoio mútuo, amor ao próximo, amizade gratuita e desinteressada, ternura, afeto, compaixão, partilha, doação e comunhão?

Ainda assim, não se pode refutar a "coabitação dos contrários" existente na sociedade hipermoderna, consoante a qual, a cultura "presentista", do "aqui e agora", da rapidez, do imediatismo de resultados e da maximização dos ganhos em todas as esferas (familiar, profissional etc) se contrapõem a uma revalorização da qualidade de vida, do conceito de permanência, de um modo de ser mais leve, livre e descontraído, com sentimentos e relações significativas, verdadeiras e duradouras.

Cabe questionar se não é, no mínimo, curioso que ao mesmo tempo em que a Organização Internacional do Trabalho - OIT denuncia[2] a existência de um crescente déficit de trabalho decente no mundo, estudiosos de diversos ramos, incluindo o do Direito, ao debaterem a respeito dos traços característicos da sociedade atual, apontem para um "déficit de fraternidade"[3]?

De acordo com o filósofo Gilles Lipovestky[4], a "hipermodernidade não se reduz ao consumismo, ao entretenimento (...) ela não aboliu a vontade de superar-se, de criar, de inventar, de procurar, de desafiar as dificuldades da vida e do pensamento". Um dos grandes obstáculos para a democracia contemporânea é o de repensar o papel do Estado de bem estar e como salvá-lo da crise em que se encontra, para que uma cidadania social possa ser reconstruída com vistas a incluir as múltiplas realidades pessoais e laborais do século XXI.

2. ESTADO SOCIAL: ORIGEM E EVOLUÇÃO

Em que pese inexistir um único fator determinante do surgimento dos Estados Sociais em diversos países, não há dúvidas quanto ao período em que foram implantados. Trata-se de um fato datado historicamente, tendo ocorrido por ocasião da ruptura com os fundamentos da civilização do século XIX, quais sejam: padrão ouro, mercado auto-regulável e modelo liberal.

Após o advento da industrialização e com as grandes transformações por ela provocadas, como a urbanização, a migração e o enfraquecimento dos vínculos comunitários e de parentesco, desencadeando um processo de modernização, exigiu-se uma nova configuração social e econômica. Fazia-se necessário a adoção de uma forma de estado que pusesse fim ou, ao menos abrandasse os efeitos perversos do capitalismo monopolista e concorrencial, garantindo a sobrevivência do próprio sistema e dos que nele viviam.

Neste contexto, foram adotadas políticas keynesianas, baseadas em uma reforma social do sistema capitalista. Buscava-se uma solução alternativa ao capitalismo do século anterior, ao socialismo e aos regimes nacionalistas de extrema direita, cuja ameaça de virem a eclodir era uma constante. A saída

---

[2] Cf. Trabajo - Revista de la OIT. Num. 57, Septiembre, 2006, p. 04.

[3] Cf. FORBES, Jorge, REALE, Miguel, FERRAZ, Tércio Sampaio (orgs.) A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 18.

[4] LIPOVESTKY, Gilles. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004, p. 123.

encontrada por muitas nações veio a ser a construção de um Estado Social.

Todavia, cumpre esclarecer, que não há um tipo único de Estado de bem estar ou "welfare state", admitindo-se variantes, de acordo com as características do sistema, presentes no país em que o mesmo vigora, podendo ser mais progressistas ou conservadoras, sem que isso abale os objetivos comuns dessa forma de Estado[5]. Aureliano e Daibes[6] apontam três modelos de "welfare state", sobre os quais discorreremos a seguir.

O primeiro é o residual, caracterizado pela ação posterior, isto é, quando os canais tradicionais como família, igreja e etc não conseguem resolver as necessidades dos indivíduos. Já o segundo é o meritocrático-particularista, fundamentado no mérito, eis que cada indivíduo deve resolver suas necessidades com base no seu trabalho, agindo o Estado somente de forma complementar, corrigindo as distorções do mercado.

Por último, temos o modelo institucional-redistributivo, visando à distribuição de bens e serviços sociais aos cidadãos universalmente considerados, tendo em vista a "incapacidade do mercado de realizar, por si próprio, a alocação de recursos tal que elimine a pobreza, atual ou futura[7]".

Quanto à origem do Welfare State, também encontramos na doutrina[8] correntes que apontam causas distintas. Para o modelo pluralista, a instituição dessa forma de Estado ocorreu em virtude de um processo geral de crescimento que acompanhou a modernização da sociedade e do aumento e generalização dos riscos, juntamente com a necessidade de mobilização social. O modelo marxista defende que o Estado de bem estar é produto específico do desenvolvimento capitalista, sendo até mesmo uma exigência do sistema diante das ameaças sofridas, da necessidade de reprodução da força de trabalho e enquanto uma forma de controlar as lutas de classe.

Diante desses diversos fatores, surgiu o Estado Social, trazendo a mudança de uma política liberal para intervencionista, que significou, não apenas a consagração de uma dimensão social através da constitucionalização dos direitos chamados de terceira geração, como também determinou uma reavaliação dos direitos de primeira e segunda geração, cujo alcance passou a ser delineado e limitado pelos direitos sociais.

As políticas sociais de natureza distributiva consistem, em regra, no elemento central do Estado Social. Constatou-se que somente os direitos individuais e políticos não eram suficientes para garantir o bem estar material e social de todos os cidadãos. Na realidade, grande parte da população do século XIX vivia em condições de extrema miserabilidade e pauperismo. Naquela época, o trabalho era associado à exploração e à pobreza e não como fonte de vida, dignidade e realização pessoal e profissional.

Houve, então, uma tentativa de desmercantilização da economia que passou a ser um instrumento para alcançar a igualdade material, efetiva e real entre os indivíduos, a fim de viabilizar a construção de uma cidadania completa. A propriedade

---

[5] Os objetivos do Estado Social consistem na proteção social mediante a prestação de serviços que visem à redistribuição de renda e o exercício democrático da cidadania, como educação, saúde, previdência, habitação, trabalho e etc.

[6] AURELIANO L. e DRAIBE, S. M. A especificidade do Welfare State brasileiro. In: A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989.

[7] Ibid. p. 91.

[8] Ibid. p. 92.

e as liberdades positivas e negativas deveriam orientar-se pelos direitos sociais, como o trabalho, a educação, saúde e habitação, para estender a condição de cidadão a todos os habitantes do Estado Nacional.

Observa-se que, com o advento do capitalismo industrial, a economia deixou de ser um fator inserido na ordem social e a ela subordinado, passando a determinar, prioritariamente, o comportamento humano e as transações comerciais. Como resultado de um sistema econômico separado da sociedade, a civilização do século XIX pagou um alto custo pelo progresso, que apesar de ter trazido a modernização, levou a uma catástrofe sem precedentes na história, com a desarticulação e devastação dos vínculos societários.

Dessa forma, ao longo do século XX, muitos países europeus declararam, em suas constituições, se tratarem de Estados democráticos e sociais, como por exemplo, a Constituição Espanhola de 1978 que dispõe, no art. 1º, que a "Espanha se constitui em um Estado social e democrático de direito". Se o compararmos com o art. 1º da Constituição Brasileira de 1988, que estabelece ser a República Federativa do Brasil um Estado Democrático de Direito, nota-se que não fora incluída, pelo legislador pátrio, a palavra "social" como o fizeram outras cartas, suscitando, à luz de uma interpretação restritiva, questionamentos quanto à existência ou não de um Estado Social no Brasil.

O binômio social-democrático mencionado acima foi imprescindível para a recuperação dos países europeus após a segunda guerra mundial, sendo responsável pelos chamados "trinta anos dourados ou gloriosos" entre 1943 a 1973, de grande desenvolvimento social, humano, laboral, econômico, como nunca antes visto na história do capitalismo.

A política econômica desses países adotou medidas como o pleno emprego, com salários elevados a ponto de ampliar o mercado consumidor e gerar uma grande transformação social às avessas da ocorrida no século XIX. Estavam em curso mudanças que não se limitavam às relações laborais. Almejava-se reafirmar os valores de liberdade e paz em uma sociedade complexa e industrial e concretizá-los para todos, não só para uma minoria, como ocorreu na ordem liberal.

A democracia para ser efetiva e se transformar em uma prática universal, exigia cidadãos em pleno gozo de direitos sociais, como o trabalho, educação, habitação e saúde, para que assim estivessem aptos a reivindicar, eleger e participar na vida da cidade. De nada serviria, então, uma democracia sem condições materiais que pudessem efetivá-la.

Verificou-se que para tornar os direitos sociais uma realidade quotidiana, era necessária a intervenção social do Estado, visando disciplinar e regular as relações trabalhistas, individuais e econômicas. Isto porque, a ação estatal nunca deixou de existir no modelo anterior, apenas ocorria com finalidade diversa, isto é, a de favorecer exclusivamente o capital, viabilizando a formação e manutenção de um mercado auto-regulável e perverso com o tecido social e humano.

Nesses anos gloriosos, foi modificado o tipo de intervenção estatal, partindo em direção à redescoberta da sociedade. Para isso, não se poderia mais admitir como motivação única do comportamento das pessoas o lucro[9], desconsiderando totalmente valores não econômicos como fraternidade e solidariedade. Era dever do Estado, recuperar os laços de comunidade destruídos com as políticas de cercamento na Inglaterra, séculos antes e com a primeira e a segunda Revolução Industrial.

[9] Cf. POLANY, Karl. A Grande Transformação - As origens da nossa época. 2ª ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

Deve-se ressaltar que uma das características da civilização liberal foi a grande desarticulação social dos vínculos comunitários provocada pelas políticas econômicas adotadas, dentre outros fatores, quando o único objetivo era o bem estar material, perseguido através de um desenvolvimento cego e cruel, sem qualquer preocupação humanitária contra os efeitos nefastos das mudanças em curso e dos ritmos das mesmas.

Diante do quadro desagregador descrito, os anos dourados foram uma tentativa de recuperar a sociabilidade perdida, considerando a sociedade de mercado vigente até então, em que trabalho, terra e dinheiro, eram tidos como se fossem unicamente mercadorias. A intervenção estatal foi fundamental para se contrapor à ação do mercado, que vinha decidindo o destino desses elementos básicos de sobrevivência e ameaçava aniquilar todos os que deles dependiam.

Inúmeros foram os fatores determinantes do surgimento do "welfare state". Há os antecedentes mais próximos, como a primeira guerra mundial e a queda da bolsa de Nova York, em 1929. Mas não se pode esquecer que esses eventos catastróficos foram provocados pela forma como se organizou a economia do século XIX, qual seja, consoante um modelo liberal, o qual pode ser apontado como o motivo preponderante, ainda que distante, dos horrores do século XX, tais como as guerras, o nazismo e o fascismo.

Mas ainda que os elementos que deram origem ao Estado Social tenham sido a ameaça comunista e fascista e os efeitos negativos das crises cíclicas do capitalismo, uma vez implantada, essa forma de Estado assumiu uma lógica própria, se desvencilhando daqueles fatores e passando a integrar a cultura, a história social e a identidade dos países europeus que o adotaram.

A incorporação dos direitos sociais nas constituições européias e a efetivação dos mesmos através das políticas públicas ao longo dos anos gloriosos, significaram um avanço para uma sociedade que havia vivenciado, no século anterior, situações extremas de pauperismo e miserabilidade. Natural, então, que os cidadãos europeus, em sua maioria, não permitam, hoje, a renuncia às condições de vida proporcionadas pelo modelo "welfarista", ainda que não exista mais o "perigo vermelho" ou governos totalitários como outrora.

Se ao longo da revolução industrial o trabalho foi vinculado à pobreza e às terríveis condições sociais, no Estado Social passou a ser sinônimo de satisfação, respeitabilidade, realização pessoal e profissional, viabilizando o exercício da democracia e da cidadania, mediante a inclusão do trabalhador na vida social da cidade. O Estado se tornou mais próximo da sociedade e o indivíduo passou a desfrutar plenamente da condição de cidadão, a partir de uma vivência efetivamente democrática, em todos os sentidos: político, econômico e social.

É fundamental a compreensão da lógica própria assumida pelo Estado Social, citada anteriormente, para que se entenda o significado e a importância atual dessa forma de Estado para muitos países europeus, bem como da luta pela sua manutenção e reconstrução. Uma vez conhecidos e vivenciados por parte do povo europeu, os efeitos benéficos do capitalismo social, seus valores morais e humanos passaram a fazer parte da história social daqueles países, sendo assimilados por uma sociedade laboral que, como dito anteriormente, não está disposta a renunciá-los.

Ainda que muitos doutrinadores e políticos defendam que o Estado Social está em vias de desaparição, para outros, considerando o caminho percorrido pelo mesmo desde sua origem aos dias atuais, há apenas uma necessidade de reformulação do mesmo, atentando para novas realidades, mas consoante

um modelo social europeu e sem que isso implique no fim daquela forma de Estado.

Não obstante a diversidade de opiniões a respeito da situação atual do Estado de bem estar social (destruição versus reconstrução), não se pode afirmar que tenha sido demolido. Admitimos, no entanto, que vem passando por uma crise em razão da ofensiva neoliberal e das inúmeras mudanças ocorridas no mundo e na economia nos últimos anos.

Mas reconhecer uma fase debilitaria e de questionamentos implica em reavaliar o Estado Social, para fazer frente ao discurso do pensamento único neoliberal e aos efeitos danosos dessa opção política. Somente dessa forma será possível que o modelo social saia da crise e se adapte às novas situações laborais e de vida da população, superando os desafios do mundo contemporâneo, como o aumento da pobreza, da desigualdade econômica e da exclusão social, em diversos países, desenvolvidos ou não.

Porém, uma das finalidades desse tipo de Estado é justamente estender seu campo de atuação para satisfazer necessidades antigas e novas da população, que continua mudando e aumentando, ao longo dos anos, por diversos motivos tais quais o desenvolvimento tecnológico, a globalização econômica, o aumento do desemprego e as transformações no mundo laboral.

Os próprios sujeitos que são beneficiados com prestações sociais do Estado, seja previdenciária ou assistencial, vêm passando por transformações, eis que não cessa de crescer o número de mulheres que trabalham, de jovens desempregados e de pessoas em condições de dependência, principalmente idosos, sub-empregados, imigrantes ilegais e etc.

Com a formação de blocos econômicos como a União Européia, órgãos transnacionais passam a ter responsabilidades quanto aos cidadãos europeus. O Estado de bem estar social deve ir além da fronteira nacional para abarcar todos os países que integram a União Européia, de acordo com a defesa de uma Europa não só econômica, mas social e trabalhista.

No que tange aos países em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, o modelo social europeu deve servir de exemplo, salvaguardando as peculiaridades locais, notadamente em relação ao passado colonial e escravocrata, o que, naturalmente, causa maior dificuldade para um crescimento sócio-econômico com redistribuição de renda.

É interessante citar a sugestão de Cântaro[10], consoante a qual, ao invés de, nos atermos ao chamado “american way of life”, como ocorreu a partir das décadas de 50 e 60 do século passado, devemos olhar para a herança européia “welfarista e trabalhista” acumulada há mais de cinqüenta anos e que hoje faz parte da identidade daquele continente, onde se busca consolidar um modelo social que venha a ser adotado por toda a União Européia.

No que tange ao Brasil, é importante questionar se temos ou não um Estado Social, considerando a trajetória das políticas sociais realizadas em um primeiro momento, nesse país, como concessão de um governo populista e não como real aspiração de movimentos sociais e posteriormente inseridas em um projeto de bem estar social consagrado na Constituição Federal de 1988, mas ainda pendente de ser totalmente concretizado.

---

[10] Cf. CANTARO, Antonio. Il seculo lungo - lavoro e diritti sociali nella storia europea. Roma: Ediesse, 2006.

2.1. EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: PROJETO DE ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL

Há divergências na doutrina pátria quanto à existência ou não, no Brasil, de um Estado Social. Na realidade, conforme exposto por Aureliano e Draibe, no Brasil pouco se discorreu sobre a possibilidade de tentarmos enquadrar as políticas sociais existentes dentro da categoria de um "welfare state". Isto porque, em regra, associa-se essa forma de Estado a um quadro positivo e diverso da situação de extrema pobreza e miséria encontrada no Brasil.

Em razão disso, para doutrina majoritária, não conseguimos construir, no Brasil, um "welfare state". Outros estudiosos[11] defendem a existência de um Estado de bem estar social em nosso país, só que com especificidades, pois desenvolvido em grande parte ao longo de um regime autoritário e com objetivos estreitos. Uma terceira corrente[12], alega que a Constituição Federal de 1988 consagrou, no plano formal, o esboço de um Estado Social, que deveria ter sido implementado, se não fossem as contra-reformas neoliberais colocadas em marcha a partir dos anos 90.

Seguindo este terceiro posicionamento, Fagnani[13] aponta dois movimentos opostos que marcaram a trajetória da política social no Brasil. O primeiro, rumo à estruturação das bases institucionais e financeiras características do Estado Social e o segundo, de desestruturação dessas bases, à luz da contra-reforma neoliberal mencionada, visando desmontar o projeto de Estado Social consagrado na Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, a respeito da "vida e morte" do Estado Social no Brasil, dispôs Fagnani[14]:

> "Em suma, foi somente em 1988, com 40 anos de atraso, que o Brasil incorporou o paradigma dos 'anos de ouro' adotado pelos países capitalistas centrais. Quando o fez, esse paradigma já estava na contramão do movimento do capitalismo em escala mundial. (...). Assim, o ambiente que se formou nos anos 90 era absolutamente inóspito para a cidadania recém conquistada. O embrião do Estado social esboçado pela Constituição de 1988, emergiu já praticamente natimorto."

Em tempos de políticas neoliberais e práticas delas decorrentes, como a flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista, urge que se reflita sobre a compatibilidade dessas políticas com a Constituição Federal de 1988 e com o modelo de Estado de bem estar social nela consagrado, ainda que apenas na teoria. A recusa em admitir a existência, ao menos no plano formal, dessa forma de Estado, pode ser atribuída, dentre outros fatores, à contradição existente entre suas características e a agenda neoliberal.

Não se pode refutar que a Constituição Federal de 1988 trouxe, na redação original, a proposta de um modelo de Estado de bem estar social e não apenas

---

[11] Cf. AURELIANO L. e DRAIBE, S. M. A especificidade do Welfare State brasileiro. In: A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989.

[12] Por todos, FAGNANI, Eduardo. Política Social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade. Campinas: IE/UNICAMP, 2005, Tese de doutorado (Conclusão).

[13] Ibid., p. 559.

[14] Ibid., p. 569.

econômico, tanto que consagrou os direitos das três gerações e assegurou à ordem econômica uma função complementar à ordem social, e não o inverso, como se vê claramente, na redação do art. 170, da CF/88, quando diz que aquela tem por fim assegurar a todos uma existência digna.

Porém, diante das sucessivas emendas e reformas implementadas em programas de governo neoliberais, ao longo da década de 90, seguindo as exigências dos organismos internacionais e do que vinha sendo praticado pelos países do centro, parte dos direitos sociais inicialmente assegurados foram sendo suprimidos, flexibilizados ou não foram nem mesmo regulamentados, a exemplo do que ocorre com a garantia contra dispensa arbitrária (art. 7º, inciso I, da CF/88), justamente para que se impedisse ou retardasse sua concretização.

Os países da Europa se beneficiaram com as diretrizes sociais e reformistas estabelecidas em Bretton Woods, por volta de 1940, como o pleno emprego, viabilizando a construção de um efetivo e real Estado de bem estar social. Já para o Brasil e demais países da América Latina, restaram as determinações do Consenso de Washington, em sentido contrário àquelas primeiras.

Isto porque, nesses países, a perspectiva de um modelo de bem estar foi vislumbrada na contra-mão do movimento internacional, isto é, quando já se defendia a desconstrução do Estado de Bem Estar Social, que a essa altura era acusado de ser o "vilão" da crise econômica provocada nas décadas de 70 e 80.

Para tornar claro, então, aos países do cone sul os rumos que deveriam ser seguidos e recessão econômica dos anos 80, a partir de 1990 formulou-se uma agenda de reformas para a América Latina, chamada Consenso de Washington. Trata-se de um documento publicado em abril de 1990, no qual se recomenda, para a suposta retomada do desenvolvimento e do crescimento econômico, uma agenda formada regras básicas, tais quais: redução da inflação; disciplina fiscal; prioridades nos gastos públicos; reforma fiscal; liberalização financeira, permitindo o livre fluxo de capitais; adequação da política cambial; liberalização do comércio; incentivo ao investimento direto estrangeiro; privatizações; desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e garantia ao direito de propriedade.

A implementação das medidas acima para aqueles países que as adotem ocorre, em regra, consoante as orientações do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O objetivo do Consenso e destes Organismos Internacionais era a realização de reformas estruturais que possibilitassem a inserção competitiva das economias daquelas regiões na ordem global neoliberal, com amplo fluxo de capitais, superando, assim, os problemas econômicos.

A agenda de reformas mencionada consiste num instrumento de adequação da política social e do mercado de trabalho. Seguindo essa lógica, deve-se partir sempre das reformas econômicas em direção às políticas sociais, sendo as reformas econômicas o eixo central da discussão.

No entanto, os dados estatísticos no Brasil atestam que não houve a retomada do crescimento econômico, quando comparado ao período desenvolvimentista. Os ajustes estruturais, na realidade, trouxeram efeitos sociais danosos, agravando ou mesmo perpetuando a chamada "crise dos vinte cinco anos", consoante a qual desde a década perdida, nos anos 80, ainda não houve uma recuperação econômica sustentável e duradoura no Brasil.

Interessante notar, que o FMI e o Banco Mundial reconheciam, expressamente, que as reformas estruturais trariam dificuldades como o aumento

do desemprego, a precarização e a diminuição das rendas. Todavia, alegavam que seria um "mal necessário", um processo de adequação temporário. Assim, a abertura da economia e a liberalização do comércio agravaram a desestruturação do mercado laboral.

A suposta transitoriedade do processo de adequação estrutural prometida pelos citados agentes internacionais não se concretizou, na medida em que às políticas sociais não foi dada a prioridade necessária, dando-se preferências às políticas emergenciais e assistencialistas, que são flexíveis e menos dispendiosas.

Diante do cenário descrito, observa-se que, no Brasil, ao invés da ordem econômica se submeter à ordem social ou ser considerada apenas mais uma das ordens jurídicas vigentes, como se depreenderia da leitura do art. 170 da Constituição Federal de 1988, sobrepôs-se aquela, inviabilizando a concretização do Estado Social cujas bases, ainda que tímidas, estão previstas na Constituição Federal de 1988.

Vê-se que a luta pela efetivação dos direitos sociais, tão proclamada no meio jurídico, requer, além de decisões judiciais céleres e justas, ações pró-ativas constantes e a permanente politização do Judiciário, tendo em vista a oposição sistemática, realizada por parte considerável do Poder Executivo, em face da consolidação dos direitos sociais, mormente na parte trabalhista, como se viu, por exemplo, há alguns anos, com o projeto que visava alterar o art. 618 da CLT, privilegiando o negociado sobre o legislado e mais recentemente com a chamada "Emenda 3", da Super Receita.

Essa última proposta legislativa foi uma grave tentativa de ameaça à ordem juslaboral, eis que condicionava a atuação dos Auditores Fiscais do Trabalho, proibindo que, ao realizarem fiscalizações, lavrassem autos de infração quando constatada a existência de relação empregatícia. Consoante o texto da emenda, seria necessária a submissão prévia do exame da matéria ao Judiciário Trabalhista, quem deveria, antes da atuação dos auditores e respectiva lavratura de autos de infração, reconhecer o pacto laboral, para só, então, os auditores poderem desempenhar suas atribuições referentes à fiscalização do fiel cumprimento da legislação trabalhista.

Observa-se que a Emenda 3 foi, na verdade, uma proposta de desregulamentação da legislação trabalhista e não mais simples flexibilização, frise-se bem, na medida em que retiraria a presença do Estado fiscalizador em casos de flagrante fraude à legislação trabalhista, como vem ocorrendo, frequentemente, no Brasil e em diversos países, mediante a utilização de falsos autônomos, com a transformação dos empregados subordinados em pessoas jurídicas, criando níveis de sub-empregos intoleráveis e uma economia submersa.

Tudo isso à luz de um fenômeno que vem sendo denominado pela doutrina espanhola de *"deslaborización"*, que consiste na fuga do direito do trabalho, não como uma real necessidade da comunidade empresarial, que com as novas tecnologias poderia, a princípio, contratar verdadeiros autônomos, mas apenas com o fito de reduzir os encargos sociais de postos de trabalho essencialmente subordinados.

A atuação estatal, através dos três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, deve buscar a manutenção, efetivação e ampliação dos direitos sociais já consagrados, à luz da Constituição Federal de 1988 e não o inverso, sob pena da "constituição cidadã" tornar-se uma "constituição vilã". Ademais, mesmo a experiência de países desenvolvidos, que adotaram políticas neoliberais, vem

demonstrando os resultados desastrosos e prejudiciais desse modelo à ordem sócio-econômica e laboral.

O mais alarmante, é que ainda assim, o FMI continua insistindo nos mesmos erros de outrora, como se infere da recente visita desse órgão ao Brasil, em maio de 2007, quando, dentre as recomendações realizadas, destacam-se: retomada das reformas, redução da meta de inflação, aumento do superávit primário, liberalização do comércio, não intervenção no câmbio e reforma na legislação trabalhista.

Passados mais de dez anos do Consenso de Washington, quando foi formulada a agenda neoliberal a ser seguida pela América Latina, a qual levou diversos países a crises, como ocorreu na Argentina, México e Brasil, parte da "receita" do FMI continua a mesma. Se outrora foi desconsiderada a herança de um passado escravocrata e colonial, no Brasil, que dificulta ainda mais a saída da chamada "crise dos vinte e cinco anos", vemos que os organismos internacionais persistem na "sugestão" das mesmas medidas que se mostram catastróficas para as políticas sociais brasileiras.

Segundo Eros Roberto Grau[15], a Constituição Federal de 1988 adotou um "modelo de economia de bem estar", o que torna incompatível sua substituição por programas de governo neoliberais.

Sobre o assunto, dispôs o Ministro Eros Grau:

> "Assim, os programas de governo deste e daquele Presidente da República é que devem ser adaptados à Constituição, e não o inverso, como se tem pretendido. A incompatibilidade entre qualquer deles e o modelo econômico por ela definido consubstancia situação de inconstitucionalidade, institucional e/ou normativa."

Prossegue o autor citado, a respeito da política neoliberal e seus efeitos:

> "O neoliberalismo é fundamentalmente anti-social, gerando conseqüências que unicamente as unanimidades cegas não reconhecem. O desemprego estrutural na Comunidade Européia alcança cifras elevadíssimas. Os países avançados suportam a estagnação econômica, com o empobrecimento dos assalariados."

Ainda que o projeto de Estado Social no Brasil existente na Constituição Federal de 1988 já tenha nascido sob a ameaça de forças conservadoras neoliberais, no plano interno e externo, considerando que nessa época os países do centro já viviam um outro momento, chamado de "desmonte, desconstrução e crise do Estado Social", em razão da ruptura com as políticas de bem estar adotadas anteriormente, ele ainda sobrevive na letra do texto constitucional, em que pese as mais de cinqüenta emendas constitucionais.

E se na própria União Européia, hoje, existem correntes que defendem uma reavaliação e reformulação do Estado Social em oposição à tese da desconstrução, é provável que assim como ocorreu com o neoliberalismo, em dez, vinte ou trinta anos, esse pensamento se fortaleça em nosso país. Mas para isso, será necessário superar, primeiramente, desafios de ordem intelectual e cultural, como o de reconhecer e apontar os equívocos do modelo neoliberal e desconstituir a crença de que não há alternativas ao mesmo.

---

[15] GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 4ª ed rev. atualiz. Malheiros, 1998, p. 36.

Passa a ser um compromisso daqueles que almejam viver em uma sociedade justa e solidária, identificar as falhas da contra-reforma neoliberal, seus efeitos calamitosos e sua ineficácia no plano social, ameaçando os avanços obtidos no plano econômico, como a estabilização da moeda e redução da inflação, considerando a barbárie social que se descortina, a cada dia, em nosso país, como se vê não apenas nos dados estatísticos, mas nas ruas, esquinas, escolas e na política.

O intrigante é que, como pontuou a doutrina[16]:

> "o diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza entende que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que se deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo."

Todavia, a forma que o Estado brasileiro vem encontrado para intervir na economia e combater a pobreza tem sido eminentemente assistencialista, afastando-se de um modelo redistributivo de renda, imprescindível para o enfrentamento eficaz dos problemas sociais apontados. Aliás, o uso de mecanismos assistencialistas tem sido uma tendência, inclusive em países desenvolvidos, ameaçando transformar Estados Sociais, efetivos ou em construção, em Estados meramente assistencialistas.

2.2. MODELO REDISTRIBUTIVO *VERSUS* ESTADO ASSISTENCIALISTA

Conforme visto, o Estado Social caracteriza-se pelo reconhecimento dos direitos civis, econômicos e sociais, devendo considerar, mais modernamente, como sujeito dos mesmos, todos os cidadãos e não apenas os trabalhadores, consoante tendência já explicitada pela doutrina, de que os direitos sociais não devem identificar-se somente com o cidadão já incluído no mercado laboral, mas também com o excluído ou precariamente incluído.

Neste sentido, Curtis[17] dispõe que:

> "Para enfrentar el problema de la creciente dualización y exclusión social a la que se han enfrentado muchas sociedades iberoamericanas en la ultima década, es necesario recuperar la vocación de universalidad de los derechos sociales, rompiendo el monopolio de la figura del trabajador asalariado como sujeto de asignación de derechos, y desarrollando técnicas de definición, de asignación, de participación y garantía que tomen en consideración la situación de los segmentos más necesitados de la población, marginados hoy en día del mercado de trabajo formal."

Para assegurar a efetividade dos direitos sociais, o Estado Social tem

---

[16] PAES DE BARROS, R. HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000) A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In HENRIQUES, R. (Org.) Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea. p. 23.

[17] ABRAMOVICH, Victor, CURTIS, Christian. Los derechos sociales em el debate democrático. Fundación Sindical de Estudios. Editorial Bomarzo, abril: 2006, p. 38.

como fundamento o princípio redistributivo, direcionando os gastos sociais e o sistema fiscal para garantir a igualdade real e a melhoria das condições de vida para todos os cidadãos, universalmente considerados e não unicamente os estratos mais necessitados, em detrimento das demais classes.

Ou seja, com o Estado de bem estar social, o sistema capitalista é mantido, porém reformado, mas nele são introduzidos mecanismos de redistribuição de renda, viabilizando a busca da igualdade através da ação estatal consciente, que intervém visando corrigir a desigualdade sócio-econômica.

Para cumprir com a finalidade redistributiva, o Estado deve adotar políticas sociais, utilizando mecanismos de promoção e proteção social, como educação, direito ao trabalho, previdência, saúde e assistência social. Sendo que, no Brasil, essas três últimas categorias integram o sistema nacional de seguridade social, que para a doutrina, consiste justamente no "núcleo ou no coração do Estado social e democrático de direito".

A seguridade social é uma ferramenta imprescindível na consecução da igualdade real entre todos os cidadãos, mediante o pleno gozo dos direitos de cidadania - civis, políticos e sociais. Para Tovar, a seguridad social é "una actividad pública dirigida a tutelar al ciudadano en las situaciones de necesidad con el fin de promover la igualdad substancial" e um "medio característico puesto en marcha por el Estado para alcanzar ese fin."

Ocorre que, se a seguridade social consistia em eixo fundamental do Estado de bem estar social, juntamente com a implementação de políticas redistributivas, visando enfrentar situações universalmente consideradas e não apenas residuais ou focalizadas, hoje se percebe uma nítida tendência, em vários países, incluindo o Brasil, daquele modelo ser reduzido ao de um mero estado assistencialista.

Para demonstrar esse retrocesso, utilizaremos como exemplo, aspectos da trajetória da política social brasileira nos últimos anos, partindo do conceito constitucional de seguridade social, dentro do qual está incluída a assistência social, para a qual tanto vem se dando ênfase, nos últimos anos.

O art. 194 da Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece que:

> Art. 194. "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social."

Três são os mecanismos utilizados pela seguridade social no Brasil: previdenciário, saúde e assistência social. A diferença entre o primeiro e o último, é que, aquele exige a filiação obrigatória e tem como objeto, principalmente, prestações contributivas, as quais têm acesso somente o trabalhador. Já a assistência social (art. 203, da CF/88) dirige-se a todos os cidadãos, universalmente considerados, independentemente de contribuição.

Dentre as prestações assistenciais, em nosso país, estão as de transferência direta de renda, não contributivas, que visam assegurar uma renda mínima àqueles que não recebem renda alguma ou recebem em quantidade ínfima, como ocorre, por exemplo, com o bolsa família. Trata-se de um mecanismo protetor de situações e necessidades específicas reais e desde que provadas, em que se encontram grupos não alcançados pelo sistema de previdência social, ante a impossibilidade de se filiar, normalmente, pela falta de um trabalho que o possibilite fazê-lo.

Nota-se que, diversamente dos benefícios previdenciários, as prestações

assistenciais não delimitam o âmbito subjetivo dos favorecidos a um critério profissional, exigindo apenas requisitos físicos ou materiais, como no caso do benefício de prestação continuada, previsto no art. 20, da Lei nº 8.742/1993, para pessoas portadoras de deficiência ou idosa, cuja renda familiar per capta seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo.

Enquanto a prestação contributiva visa substituir uma renda profissional prévia, como o acontece com o seguro desemprego, a prestação assistencial tem uma função compensatória diante de uma carência de qualquer tipo de renda ou uma renda ínfima. Porém, essas situações de necessidade deveriam transformar-se em temporárias e contingenciais e não permanentes ou generalizadas, como vem ocorrendo.

É necessário que além das políticas assistenciais focalizadas em grupos desfavorecidos, o governo atente para situações universais, como por exemplo, a inexistência ou insuficiência e má qualidade do ensino público. Urge a adoção de políticas sociais redistributivas, mormente nas áreas de educação, qualificação profissional, criação de empregos decentes, habitação e infra-estrutura visando o crescimento econômico e a inserção regular e digna dos excluídos ou precariamente incluídos, no mercado laboral.

Sobre o modelo assistencialista, discorre a doutrina espanhola[18]:

> "La assistencialización de las políticas sociales va indisolublemente ligada ya a su focalización - esto es, a su 'desuniversalización' - y también a su gestión cada vez más territorializada y localizada.
>
> El peligro de esta nueva intervención, si se produce, es que será cada vez más estigmatizadora y degradante. El Estado, cuando interviene, debe referendar con su sello la incapacidad de los individuos que acuden a él en la carrera de la competitividad social. Es el Estado de los que 'no pueden ir a lo privado y por tanto van a lo público'. Este estilo de intervención social para menesterosos, para incompetentes (de los que ya no pueden competir), le da al Estado social vergonzante actual unas características muy parecidas, aunque situadas en otros contexto, de aquella situación del Estado de pobres, pietista y sin proyecto colectivo."

No Brasil, enquanto o percentual do orçamento destinado para políticas sociais com fito redistributivo se manteve inalterado nos anos de 2001-2004, o mesmo não aconteceu com as transferências diretas de renda não contributivas e, portanto, assistencialistas (como o bolsa escola, o bolsa criança cidadã - PETI e etc.), que sofreram aumento substancial.

Conforme consta no Orçamento Social do Governo Federal de 2001-2004[19], elaborado pelo Ministério da Fazenda, o orçamento das atividades de caráter social do Sistema S (Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e etc), que visam financiar atividades voltadas para o aperfeiçoamento profissional e melhora do bem estar de trabalhadores, tendo, portanto, natureza redistributiva, se manteve no mesmo patamar, ao longo dos anos de 2001-2004, correspondendo a 0,2% do PIB.

---

[18] ALONSO, Luis Enrique. Trabajo y ciudadanía. Estudios sobre la crisis de la sociedad salarial. Madrid: Editorial Trotta, 1999, p. 240.

[19] MINISTÉRIO da Fazenda (2005). Gasto social do Governo Central 2001 e 2004. abr. Brasília. Disponível em: www.fazenda.gov.br.

Ainda com base no mesmo documento, “em relação às transferências não contributivas que utilizam algum critério de renda, é importante notar o crescimento do benefício de prestação continuada, que apresentou aumento de 32% em 2003, de 27% em 2004, passando de R$ 3,4 bilhões (2002) para R$ 5,8 bilhões (2004).” Aponta ainda que o “dispêndio com os programas correlatos ao programa bolsa família saltou de R$ 2,4 bilhões em 2002 para R$ 5,8 bilhões em 2004, um aumento de aproximadamente 150%”.

É certo que, como dito, a assistência social integra o sistema de seguridade social, sendo as prestações não contributivas necessárias e inevitáveis para corrigir desequilíbrios sócio-econômicos, concentrando-se em grupos focalizados e mais desfavorecidos, que necessitam de um tratamento específico e preferencial, para superar uma condição de pobreza extrema.

Não se desconhece a realidade brasileira em que a economia de inúmeros municípios, onde impera a pobreza absoluta, sobrevive à custa de programas assistenciais, a exemplo do arquipélago do Marajó, em que 85% das famílias pobres são dependentes do programa assistencial do governo federal citado, o bolsa família.

Todavia, não se pode admitir que as políticas sociais se reduzam a um assistencialismo que ameace traduzir-se em clientelismo. Várias medidas são necessárias para dotar o sistema de seguridade social de efetividade. Uma delas são as políticas de transferência de renda, focalizadas em grupos mais vulneráveis, que servem de complemento às políticas redistributivas, estando longe de ser a única forma possível e necessária de atuação do Estado, eis que paliativa.

Medidas de cunho redistributivo devem ser adotadas prioritariamente, com maior intensidade e vigor, além das assistenciais, como as educativas e de melhoria na qualidade do ensino público, em todos os níveis, visando à redução da desigualdade de renda e pobreza e permitindo a melhoria de vida em todos os níveis da pirâmide social, não apenas das camadas mais pobres, sob pena daqueles que conseguiram alcançar a classe média, virem a regredir, causando novos desequilíbrios.

Neste sentido, o pensamento do autor espanhol[20] citado:

> “Las políticas sociales se van resituando crecientemente hacia las próprias de um Estado asistencial que solamente interviene em aquellos casos de extrema necesidad, de marginación, de miséria etc, dejando así, de se um elemento de seguridad de las clases medias-laborales que tendrían, según los nuevos criterios mercantilizadotes, a asegurarse medios de recibir bienes sociales por unas vias que no fueran del Estado, sino a través de sus proprias posibilidades de capitalización privada, a partir de la constituición de fondos, depósitos, contratos de servicios, seguros y, en general, a partir de la entrada, por la vía privada, de una cierta reconstrucción del bienestar independiente de la ciudadanía laboral y de la obligación pública a mantenerla”.

A natureza complementar que deve ter a assistência social nos remete à reflexão sobre o sistema na qual está integrada, juntamente com a previdência social e a saúde. Modernamente, vem sendo denominado, na doutrina espanhola,

[20] Op. cit., p. 110.

de sistema de proteção social, no qual distintas ações estão previstas, tanto de natureza pública, quanto privada.

Trabalhar essas categorias, pública e privada, no contexto de uma reflexão sobre o papel do Estado, dos diversos atores sociais e, mais recentemente, do chamado terceiro setor, enquanto partícipes e responsáveis pelo bem estar social de todos, faz-se necessário, a fim de viabilizar a prática cotidiana de uma cidadania universal e completa. Esses conceitos devem ser construídos, principalmente, em face dos novos desafios trazidos com a globalização e a "hiper-modernidade".

3. PERSPECTIVAS PARA RECONSTRUÇÃO DA CIDADANIA SOCIAL

É difícil pensarmos em perspectivas para a reconstrução da cidadania social no século XXI, quando nos deparamos com uma cultura tão paradoxal como a nossa. Não se pode refutar que as inúmeras transformações tecnológicas e científicas vêm trazendo benefícios inestimáveis para os seres humanos, em diversas áreas de realização, como o trabalho, a família, a religião e as artes.

Porém, concomitantemente, as estatísticas a respeito da violência, da pobreza e da desigualdade social, no Brasil e no mundo, nos mostram um quadro de barbárie e retrocesso social devastadores, aproximando-nos de uma realidade de pauperismo e miséria semelhante a da Revolução Industrial.

Indaga-se, quais seriam os reflexos das situações contraditórias narradas acima no âmbito da cidadania?

Para Alonso[21]:

> "Estamos presenciando una curiosa reversión temporal; estamos viviendo una transformación tecnológica cada vez más acelerada y dirigida al futuro y una regresión social que nos sitúa en un concepto de ciudadania muy similar, de hecho y en su materialización sustantiva, a la de los siglos XVIII y XIX. Consumidores del siglo XXI, ciudadanos del siglo XIX."

Desde fins do século passado, muito se tem dito a respeito de questões como o "fim do trabalho", a crise do Direito do Trabalho e do próprio Estado de Bem Estar Social. Além dessas teses, hoje, em um horizonte maior de sociedade e de mundo, é comum o debate a respeito de crises na família, na educação, em antigas e novas religiões e sobre a renovação das artes.

Não há como solucionar um problema sem antes reconhecê-lo. Para isso, admitir a crise do Direito do Trabalho e do Estado de Bem Estar Social é um imperativo, mormente, se vislumbramos salvaguardá-los e aperfeiçoá-los. Uma postura diversa, de desconhecimento ou negação, levaria ao marasmo, quando nada seria feito e aqueles poderosos instrumentos de paz e Justiça social poderiam vir a serem eliminados antes mesmo de nos conscientizarmos a respeito da situação de desvirtuamento em que se encontram.

No que tange ao universo laboral, diversos atores sociais têm se empenhado em afirmar a permanência do trabalho na vida social, rechaçando as teses quanto ao seu fim. Ultrapassada essa fase de reafirmação, faz-se necessário avançarmos para a recuperação da centralidade do trabalho[22], atentando não apenas

---

[21] Op. cit., p. 120.

[22] Para Cântaro, "remotivar e recuperar a centralidade do trabalho representa para a Europa, além de um dever ético social, ainda e em primeiro lugar, uma questão existencial" (tradução livre) in Op. cit., p. 82.

para quantidade de postos oferecidos, mas principalmente para a qualidade dos mesmos. Pois se o trabalho humano continuará existindo enquanto houver sociedade, qual a qualidade dos postos laborais que almejamos ter e oferecer? Precários, brutos, cruéis e desumanos?

É necessário repensarmos qual a função do trabalho na vida humana, familiar, comunitária e societal. Seria unicamente econômica? Ou seja, o trabalhador despende de sua energia física, mental e intelectual para ao final obter "em troca" apenas uma quantia financeira e nada mais? E o que dizer do trabalho enquanto uma categoria humana e humanizante, como parte integrante de um processo que deveria ser de conscientização, amadurecimento interior, humanização, civilização e progresso individual, social, harmonia e paz?

Ocorre que, como expôs o Professor Ricardo Antunes[23], deve-se entender o trabalho "não como uma criação do capitalismo (...), mas como resultado de um movimento, verdadeiramente dialético, de positividade e negatividade, criação e servidão, humanidade e desumanidade, autoconstituição e desrealização."

Prossegue o sociólogo[24] citado, lecionando que "o trabalho, ao mesmo tempo em que transforma a natureza exterior, autotransforma a natureza de quem o realiza. Positiva ou negativamente. Unilateralizar o trabalho e não apreender sua dúplice e contraditória dimensão, é deixar de perceber sua verdadeira fonte de riqueza (e também de miséria)."

Sendo que o raciocínio a respeito da dimensão dúplice e contraditória do trabalho pode ser aplicado para outras categorias e institutos sociais, como o Estado nacional e a cidadania. A depender da finalidade e do modo como atuam ou deixam de agir, mantendo-se omissos ou não, podem vir a ser um instrumento positivo ou negativo, de paz e distribuição de renda ou miséria e injustiça.

Sobre o papel do Estado, dispôs Alonso[25]:

> "La cuestión Del Estado, planteada de una manera realista, por tanto, no está en si debiera o no debería haber Estado - tal como lo plantean los neoliberales - sino qué tipo de Estado debería ser y cómo podría satisfacer las necesidades y los derechos de aquellos a quienes debería servir más que dominar. (…) El inencontrable Estado mínimo es un modelo que significa, finalmente, la negación de lo social."

Ao adotar uma postura pró-ativa, favorecendo o bem estar comum, através de políticas públicas que privilegiam a distribuição de renda e não o assistencialismo puro, o Estado estaria viabilizando a cidadania social, mediante o progresso do indivíduo-cidadão, com a constituição de laços comunitários que o ajudem a incluí-lo na sociedade laboral, a fim de que possa exercer uma cidadania consciente, participativa, responsável, solidária e fraterna, com a garantia de direitos, mas também com a assunção de deveres para consigo, com o próximo, com a comunidade e a sociedade.

No entanto, o que se constata no Brasil é que além do projeto de Estado de Bem Estar Social jamais ter sido implantado de forma completa, ainda na atualidade o governo opta por manter-se omisso ou não intervém a contento em questões de grande relevância nacional que ameaçam a paz social e comprometem

---

[23] ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha - ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 99.
[24] Ibid., p. 99.
[25] Op. cit., p. 84.

o futuro da nação, como se constata, apenas para citar um exemplo mais recente, na crise do sistema aéreo.

Diante desse quadro desolador de um Estado em crise e deliberadamente omisso, da sociedade que se mantém inerte, considerando que a camada mais sofrida encontra-se "sob controle" com os programas assistenciais como o bolsa escola, deve-se questionar onde está a responsabilidade social do indivíduo, das empresas, sindicatos, associações e demais atores e instituições?

Como exercer uma cidadania responsável, participativa, solidária e fraterna e, ao mesmo tempo, exigir uma postura pró-ativa do Estado, através dos Poderes constituídos, para que cumpra com os deveres de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, nos termos do art. 3º da Constituição Federal de 1988?

Os objetivos citados estão elencados na Lei Maior como sendo fundamentais, condicionando a finalidade da intervenção do Estado não mais em prol de interesses particulares e de grupos poderosos, mas do "bem de todos". Caberia, então, àqueles princípios, receberem o tratamento prioritário por ocasião da formulação de políticas públicas e da elaboração de projetos legislativos. Mas em propostas de leis recentes, como a Emenda 3, mencionada anteriormente, que visava restringir a fiscalização do trabalho, vemos que o Estado brasileiro caminha em direção oposta àquela prevista pelo legislador constituinte.

É imprescindível uma reflexão mais ampla a respeito do papel do Estado, eis que composto por indivíduos, que ao serem portadores de direitos sociais, devem assumir a condição intrínseca de "devedores sociais". Não há como conceber o caráter coletivo e comunitário dos direitos sociais, sem pensar em toda uma rede de responsáveis pela efetivação dessas garantias.

Seguindo essa linha de argumentação, aponta-se como um dos maiores obstáculos para concretização daqueles direitos, a superação do chamado "mito de credores", segundo o qual nada se deve ao próximo necessitado além do que a lei ou a Justiça impõe. Dessa forma, teríamos uma sociedade exclusivamente jurídica e desprovida de valores essencialmente humanos, como o amor ao próximo, a compaixão, a solidariedade e a fraternidade, inviabilizando a vivência de uma cidadania verdadeiramente inclusiva e universal.

A respeito dessa condição de "devedores", a ser assumida pelos titulares de direitos sociais, dispôs o italiano Cantaro[26]:

> "se quisermos continuar a dar um sentido à nossa existência humana, devemos novamente 'aprender' que somos todos <devedores> do outro. O grande problema é como transformar o estado de débito (...) em uma verdadeira e própria antropologia. Como tornar socialmente atraente e juridicamente possível a vida do *homo reciprocus* e seu 'ambiente': a sociedade de devedores[27]."

[26] Op. cit., p. 142.

[27] Tradução livre de: "Se vogliamo continuare a dare um senso alla nostra existenza umana dobbiamo nuovamente 'imparare'che siamo tutti <debitori> dell'altro. Il grande problema è come transformar elo stato di debito (...) in uma Vera e própria antropologia. Come rendere socialmente attraente e giuridicamente possibile la vita dell'*homo reciprocus* e il suo ambiente: la <società dei debitori>"

Admitido pelos indivíduos o papel de detentores de direitos e deveres, como vivenciá-lo plenamente? Em meio a que tipo de cidadania? Individual ou social? Universal ou focalizada? Pública ou privada? É possível concebermos uma cidadania social em meio a uma sociedade hiper-moderna, na qual prevalece o individualismo cego e desprovido de sentido e o utilitarismo?

Cantaro[28] discorre sobre a problemática de uma "cidadania individualística", que teria como característica uma "judicialização extrema de direitos" e garantias, vislumbrada pelo autor na "idéia que a efetividade dos direitos (notadamente os sociais) seja confiada somente a um Juiz ou a um procedimento, sem aquele aparato dos princípios solidários e daquela rede de poder institucional em condições de reivindicá-los e fazê-los valerem concretamente[29]."

Ao utilizar o Judiciário como primeiro, último e único recurso para a realização da cidadania, pacificação e justiça social, corre-se o risco de desvirtuar as finalidades desse Poder, exigindo a solução de conflitos, que, muitas vezes, transcendem a órbita legal, alcançando outras esferas, como a estritamente familiar, religiosa ou comunitária. A litigiosidade excessiva, verificada atualmente, dependendo de como conduzida pelas partes do processo, advogados e Juízes, traz em si o risco de agravar tensões sociais, afastando-se dos ideais de paz e justiça ao invés de concretizá-los.

A solidariedade deve ser um valor viabilizado pelo Estado, estimulado e cultivado por todos, mormente pelas instituições de controle social como a família, a escola e a Igreja, por exemplo. A sociedade civil organizada assume relevância fundamental, possibilitando o exercício de uma cidadania social ativa, universal e pública, viabilizando a criação de novos vínculos sociais e comunitários, fundamentais para a vida em sociedade, consoante uma lógica que não seja unicamente a de mercado.

Neste contexto, merece atenção a atuação do chamado terceiro setor. Diversamente do primeiro setor, que seria o Estado, do segundo, que é a iniciativa privada ou o mercado, o terceiro é composto por entidades "dispostas a auxiliar o Estado na prestação de serviços assistenciais, sociais, educacionais, dentre outros[30]", podendo se dedicar a causas humanitárias e, no caso das organizações sociais, atuando através do trabalho eminentemente voluntário.

As organizações do terceiro setor podem revestir-se da forma legal de associações, fundações, Organizações Sociais (organizações não governamentais) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Elas vêm crescendo significativamente no mundo todo, principalmente, a partir dos anos oitenta, com a adoção de políticas neoliberais, de redução das atividades do Estado, pelas vias da privatização e terceirização.

Muitas organizações não governamentais têm se destacado, por oferecerem, principalmente aos grupos mais desfavorecidos (crianças, idosos, desempregados e outros) das comunidades que atendem, uma possibilidade

---

[28] Op. cit., p. 129.

[29] "Tradução livre de: "L'idea che l'effettività dei diritti (e segnatamente dei diritti sociali) possa essere affidara soltanto as um <giudice o ad uma procedura>, senza quell'apparato di principi solidaristici e quella rete di poteri istituzionali in grado di reclamarli e farli valere concretamente."

[30] SALEME, Edson Ricardo. As organizações não-governamentais no contexto brasileiro: implicações jurídicas. In DARCANCHY, Mara Vidigal (Org.) Responsabilidade social nas relações laborais: homenagem ao professor Amauri Mascaro Nascimento. São Paulo: LTr, 2007, p. 64.

real e concreta de inserção social, através de cursos profissionalizantes (computação, recepcionista e etc), assistência médica gratuita e de qualidade (serviços de saúde os mais variados), lazer e educação (cursos de artes, teatro, danças diversas - de salão, do ventre, folclóricas, ballet, festas em datas comemorativas, caminhadas ecológicas e etc).

Essas organizações têm desempenhado um papel singular, construindo redes de comunidade e realizando uma experiência ímpar com ações humanizantes, proporcionando aos envolvidos, uma prática de dignidade, bem estar físico, mental e emocional, fraternidade, solidariedade, lazer, diversão, alegria e felicidade. Tratam-se de protagonistas de uma nova cidadania que surge, em que os direitos humanos se apresentam como uma realidade experimentada e vivenciada, ao menos em âmbito local.

Observa-se que as organizações sociais, ao atuarem junto às comunidades em que se constata uma elevada exclusão sócio-econômica, cultural e existencial, possibilitam a constituição de novos vínculos societários, em que se os integrantes sentem-se responsáveis pelo próximo, dando novos contornos à desintegração do tecido social constatada na atualidade.

Essa atuação social e humanitária em meio às comunidades é salutar, pois para Cântaro[31], "(...) se o homem quiser ainda continuar 'humano', devem ser criados novos vínculos coletivos e sociais que responsabilizem cada homem no confronto com outros homens, que o tornem partícipe das necessidades, desejos e interesses do outro[32]."

Mas, certamente, para o pleno gozo dos direitos de cidadania não basta apenas uma frente de ação. O terceiro setor deve coexistir de forma harmoniosa e participativa com o primeiro e o segundo setores. Sendo imprescindível a construção de um Estado de bem estar social mais adequado e compatível com os tempos atuais, de globalização, sócio-diversidade e multiculturalismo social e laboral.

Mas como lidar com os efeitos sociais e nefastos da globalização e seus impactos no âmago do ser humano, que, com freqüência, encontra-se angustiado, marginalizado, solitário, desconsolado, perdido, sem referenciais, vínculos, certezas e segurança? Como trazê-lo para uma vida em sociedade - ativa, participativa e solidária, em que possa se sentir e ser cidadão, inserindo-se na organização política, social, econômica e cultural de seu bairro, comunidade, cidade, estado, país e do mundo?

A cidadania social construída nos países que tiveram a experiência da existência de um efetivo "welfare state", ao longo dos anos gloriosos, vêm sendo desarticulada e fragmentada, com a instalação da ordem neoliberal, na qual o Estado perde a hegemonia, prevalecendo unicamente os valores monetários.

Neste contexto, Alonso[33] aponta para a segmentação e dualização da cidadania, na qual há os cidadãos de primeira, como os grandes consumidores e os cidadãos de segunda, que são "los inmigrantes, parados, precários, pobres, etc - sujetos fragiles, semimarginales o directamente marginales incapaces de alcanzar un estatuto social con identidad auto-centrada."

No âmbito dos países europeus, a cidadania social de outrora se converte

---

[31] Op. cit., p. 37.

[32] Tradução livre de: "(...) se l'uomo vuole rimanere ancora 'umano' - che siano creati nuovi vincoli collettivi e legami sociali che responsabilizzanno ciascun uomo nei confronti degli altri uomini, che lo rendano partecipe dei bisogni, dei desideri, degli interessi dell'altro."

[33] Op. cit., p. 123.

em uma “cidadania paga”, obtida com a obtenção da cidadania européia, que vem se resumindo à mera livre circulação de serviços e pessoas. Uma cidadania puramente econômica e privada, muito distante do ideal de “cidadão europeu” compatível com a tradição histórica “welfarista e trabalhista” daquele continente.

No que concerne aos países em desenvolvimento, onde antes mesmo de se constituírem cidadãos já haviam consumidores embalados pelo “american way of life”, com a explosão dos objetos de consumo, a situação é ainda mais desalentadora. Nestes casos, não se trata de reconstruir uma cidadania social outrora praticada. O desafio é muito maior.

No Brasil, por exemplo, urge que para a construção de uma cidadania social nunca vivenciada plenamente por todos, sejam consideradas as especificidades de uma herança nacional escravocrata, de desigualdade de renda e forte exclusão social, trazendo obstáculos adicionais para a consecução dos objetivos fundamentais da República (art. 3º da CF/88), citados anteriormente.

Mas seja na reconstrução ou construção da cidadania social, deve-se ter como ponto de partida as transformações pelas quais a sociedade e o mundo laboral vêm passando. Se nos países que adotaram um modelo de “welfare state”, um dos maiores feitos foi ter distanciado o trabalho da pobreza, hoje vemos o inverso. Logo, a reconstrução da cidadania social passa, necessariamente, pelo binômio trabalho-cidadania, que precisa ser estruturado em uma cultura laboral solidária, plural e multicultural.

Neste sentido, as lições de Alonso[34]:

> “La idea de reconstruir el binômio trabajo-cidadania, de reconstruir una nueva cultura laboral más solidária es, también, recrear un Estado del bienestar que no sea sólo un Estado generado por y para la economía de los empleados, sino un Estado que tenga cierta pluralidad social, de atención a los sujetos diferentes, de valorización de los trabajadores invisibles o marginales, de ampliar el Estado de bienestar hasta sus límites nacionales e sociales.”

Deve-se buscar uma atuação revigorada dos sindicatos, recuperando a força do movimento, junto a categorias profissionais antigas e novas, para que transcenda as fronteiras locais e nacionais, atentando para as diversas condições vivenciadas no trabalho hoje (terceirização, precarização, informalidade e etc) e integrando os diferentes sujeitos sociais (mulheres, idosos, jovens, crianças, desempregados, cooperados, autônomos e etc).

Não há como se pensar em um sindicato renovado e efetivamente representativo, sem a retomada da solidariedade como um valor e sem a reconstrução de uma identidade coletiva dos trabalhadores. Essas diretrizes são imprescindíveis como contraponto à visão neoliberal individualista e utilitarista. Urge a construção de um novo discurso social através de uma consciência de classe adequada aos tempos atuais, não mais apenas em âmbito nacional, mas como também internacional.

Para se buscar uma maior legitimidade política dos sindicatos é necessária a participação efetiva dos trabalhadores, o que exige uma maior politização. O sindicato deve se afirmar enquanto um ator político nesse novo contexto no qual os problemas enfrentados pela classe trabalhadora ultrapassam as dimensões do trabalho tradicionais como jornada, remuneração e ocupação.

---

[34] Op. cit., p. 209.

A luta obreira e coletiva deve assumir novos contornos, compatíveis com as necessidades da classe trabalhadora ampliada[35], que vão muito além de melhorias salariais ou aumento de postos de trabalho, passando por todo um questionamento a respeito do modo de vida social, laboral e mercantil próprio do capitalismo financeiro.

Segundo Alonso[36], "la crisis actual del Estado de bienestar puede ser un paso central para el redescubrimiento de la ciudadania social". Se nos anos gloriosos a cidadania social era considerada sinônimo de Estado social-democrático, hoje, enquanto as constituições continuarem assegurando os direitos de cidadania, dentre os quais o trabalho, não se pode vislumbrar o fim dos projetos de Estado Social, concretizados ou não, ainda que esse modelo deva passar por uma reavaliação e reformulação, da qual esperamos que saia fortalecido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inúmeras crises que vivenciamos, como a do Estado social, da cidadania e do próprio sindicalismo, se explicam, em parte, pelos valores capitalistas preponderantes, mormente na ordem neoliberal. A lucratividade a um menor custo possível, com sacrifício de garantias trabalhistas, maior produtividade e o egoísmo que permeia a lógica capitalista, corroem o espírito coletivo e associativo, desvalorizando qualquer forma de mobilização social.

Como pensar na renovação do Estado de bem estar social, revalorização social do trabalho e do próprio movimento sindical, quando a base daquela forma de Estado, do sindicalismo e do associativismo nos remete a uma ideologia completamente distinta do espírito narcisista da sociedade hiper-moderna[37]? Qual arma pode ser utilizada pela classe trabalhadora ampliada contra um neo-individualismo reduzido à satisfação de interesses, realizações e anseios unicamente pessoais e particulares?

Deve-se perceber, todavia, que a hiper-modernidade não é unidimensional, mas contraditória e paradoxal. Pois, ao mesmo tempo em que a fragmentação social se apresenta como traço marcante de nossos tempos, outros valores são enfatizados, na vida privada e pública, como o voluntariado, a indignação pelo sofrimento do próximo, independentemente do lugar em que ele se encontre, a busca por uma maior afetividade, amorosidade e religiosidade, o aprimoramento da vida pessoal e relacional, o humanismo como base dos direitos do homem e etc.

O predomínio de um individualismo exacerbado e despropositado não significa a extinção ou eliminação total de laços sociais e de solidariedade. Eles precisam, na verdade, ser reafirmados e ampliados, vislumbrando o alargamento

---

[35] Por "classe trabalhadora ampliada" deve-se entender a que, segundo Ricardo Antunes, "inclui todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salários, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural (...) o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos Mc Donalds, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital (...)" in ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho - ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. Boitempo: São Paulo, 2005, p. 103.

[36] Op. cit., p. 209.

[37] Cf. LIPOVESTKY, Gilles. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

do conceito de cidadania alcançado nos anos gloriosos, em países desenvolvidos. Neste sentido, a promoção do senso de valores humanistas, ora presenciada por nós, volta seus olhos para um horizonte universal, a curto, médio e longo prazo.

Novos espaços de sociabilidade são criados a todo tempo. Não há dúvidas de que o mundo virtual, onde quase tudo se torna possível, é, muitas vezes, assustador e inquietante. Todavia, a tecnologia deve servir ao homem e não o inverso, sob pena de recursos como os comunicadores instantâneos, no sistema de redes mundial, serem utilizados apenas a favor do capital e não com uma finalidade humana, de aproximar e unir pessoas, reforçando laços de ordem profissional ou de amizade, amor e fraternidade.

Neste contexto, vínculos sociais estão se compondo a partir do virtual, como em programas de relacionamento, comunicação e entretenimento. São instrumentos que vêm integrando pessoas do mundo inteiro e ampliando a vida social para além do plano real. Logo, poderiam ser ferramentas importantes na reconstrução da cidadania social, possibilitando uma maior participação de sindicatos e associações na vida humana e laboral, consoante os novos papéis de atores políticos que devem exercer, em âmbito global.

No que tange ao mundo jurídico, seria salutar que fosse mais generoso para com as novas ciências e outros ramos do saber, incluindo em suas reflexões não mais apenas postulados da economia, da história e da sociologia, mas também da psicanálise, da psicologia, das artes e etc. Essa integração é fundamental para uma compreensão mais humana, sensível e real de conceitos como dignidade, cidadania, trabalho, solidariedade, responsabilidade, comprometimento, pacificação e justiça social, principalmente tendo em vista os tempos em que vivemos, de grande diversidade intelectual, com quebra de padrões e modelos únicos.

A reformulação do Estado de bem estar e a reconstrução da cidadania social devem ser repensadas de acordo com a realidade hodierna, isto é, em um contexto hipermoderno, no qual há novas necessidades, direitos e deveres. O envelhecimento da população e o aumento da precarização exigem soluções firmes e sustentáveis, reforçando a necessidade de um Estado social-democrático cada vez mais presente para proteger os diversos grupos de desfavorecidos (idosos, precários, mulheres, crianças, jovens e etc), que não cessam de crescer e se multiplicar, bem como a universalidade dos cidadãos.

A sociedade civil organizada deve assumir a responsabilidade de refletir e apresentar propostas concretas e compromissadas em solucionar os problemas atuais, mas não de forma paliativa, como o modelo assistencialista vem o fazendo, e sim com a complexidade que exigem, visando resultados duradouros, em prol de gerações atuais e futuras, ainda que isso implique em sacrifícios para os grupos dominantes e poderosos.

O saber religioso nos ensina que contra os vícios devem ser exaltadas as virtudes. Assim, diante do individualismo desvirtuado e irresponsável, do estado de bem estar unicamente pessoal e de uma cidadania privada, que caracterizam os tempos hiper-modernos, propomos um individualismo responsável, no qual o indivíduo se reconheça plenamente nessa condição, possibilitando um relacionamento e uma convivência construtiva com o próximo, com a assunção de deveres para consigo e para com a coletividade.

Cabe ao Estado Social atentar para as novas necessidades, além das antigas não solucionadas, tendo em vista a sócio-diversidade e o "multiculturalismo" laboral e pessoal, marcantes em nossa época. A reconstrução da cidadania social deve estar pautada em um individualismo responsável,

participativo, com uma identidade pessoal e comunitária, a fim de buscarmos concretizar o preceito outrora exposto no artigo primeiro, da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1793, consoante o qual "o fim da sociedade é a felicidade comum".

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVICH, Victor, CURTIS, Christian. Los derechos sociales en el debate democrático. Fundación Sindical de Estudios. Editorial Bomarzo, abril: 2006.

ALONSO, Luis Enrique. Trabajo y ciudadanía. Estudios sobre la crisis de la sociedad salarial. Madrid: Editorial Trotta, 1999.

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha - ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho - ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. Boitempo: São Paulo, 2005.

APARICIO, Jose. La seguridad en la Constituición en A. SEMPERE (Dir.), El modelo social en la Constituición Española de 1978, Ministerio de Trabajo Y Asuntos Sociales, Madrid, 2004.

AURELIANO L. e DRAIBE, S. M. A especificidade do Welfare State brasileiro. In: A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989.

BAYLOS, Antonio. Estado de bienestar y derechos sociales em T. FERNANDEZ Y J. GARCES (coord.),Criticas y futuro del Estado de bienestar. Reflexiones desde la izquierda. Tirant Lo Blanch, Valencia, 1999.

CANTARO, Antonio. Il seculo lungo - lavoro e diritti sociali nella storia europea. Roma: Ediesse, 2006.

FAGNANI, Eduardo. Política Social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade. Campinas: IE/UNICAMP, 2005, Tese de doutorado (Conclusão).

FORBES, Jorge, REALE, Miguel, FERRAZ, Tércio Sampaio (orgs.) A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade. Barueri, SP: Manole, 2005.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 4ª ed rev. atualiz. Malheiros, 1998.

LIPOVESTKY, Gilles. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

MINISTÉRIO da Fazenda (2005). Gasto social do Governo Central 2001 e 2004. abr. Brasília. Disponível em: www.fazenda.gov.br

PAES DE BARROS, R. HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000) A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In HENRIQUES, R. (Org.) Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea.

POLANY, Karl. A Grande Transformação - As origens da nossa época. 2º ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SALEME, Edson Ricardo. As organizações não-governamentais no contexto brasileiro: implicações jurídicas. In DARCANCHY, Mara Vidigal (Org.) Responsabilidade social nas relações laborais: homenagem ao professor Amauri Mascaro Nascimento. São Paulo: LTr, 2007.

Trabajo - Revista de la OIT. Num. 57, Septiembre, 2006.

JUÍZO CONCILIATÓRIO TRABALHISTA

Adriana Goulart de Sena *

1 - PODER JUDICIÁRIO - ABORDAGEM INTRODUTÓRIA

O Poder Judiciário, um dos três poderes clássicos do Estado, vem assumindo (e a cada dia de forma mais acentuada) uma função fundamental na efetivação do Estado Democrático de Direito. É o guardião da Constituição, cuja finalidade, basicamente, repousa na preservação dos valores e princípios que a fundamentam - cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além do pluralismo político (Art. 1º, CF/88).

Um dos motivos da existência do Poder Judiciário é a sua função de aplicar o direito com independência, impondo a sua observância indistinta e na busca da pacificação social. As garantias que lhe foram atribuídas, na realidade foram outorgadas como prerrogativas para o imparcial, independente e seguro cumprimento de seu mister constitucional.

Todavia, é de se salientar que as prerrogativas não foram outorgadas como um privilégio direcionado para a pessoa do Juiz, mas sim como uma garantia e, em "ultima ratio", para a própria sociedade. Um Juiz independente representa garantia do povo e da democracia.

2 - MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

02.01 MECANISMOS TRADICIONAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS.

No mundo ocidental contemporâneo são distintos os métodos de solução de conflitos interindividuais e sociais. Classificam-se, basicamente, em três grupos - autotutela, autocomposição e heterocomposição.

02.01.a. AUTOTUTELA.

A autotutela ocorre quando o próprio sujeito busca afirmar, unilateralmente, seu interesse, impondo-o (e impondo-se) à parte contestante e à própria comunidade que o cerca. [1]

De certo modo, a autotutela permite o exercício de coerção por um particular, em defesa de seus interesses. Contemporaneamente, a cultura ocidental tem restringido, ao máximo, as formas de exercício da autotutela, transferindo ao

---

* Juíza do Trabalho, Titular da 35ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG. Professora Adjunta do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito. Mestre e Doutora em Direito Comercial pela Universidade Federal de Minas Gerais. Conselheira da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Professora da disciplina "Técnicas de Juízo Conciliatório Trabalhista" na ENAMAT - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - TST.

[1] DELGADO, Maurício Godinho. *Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro*. São Paulo: Revista LTr, v. 66, n. 6, jun. 2002, pág. 663.

aparelho do Estado as diversas e principais modalidades de exercício de coerção.

No Direito do Trabalho, a GREVE constitui importante exemplo da utilização da autotutela na dinâmica de solução de conflitos coletivos trabalhistas. Todavia, raramente ela completa seu ciclo autotutelar, impondo à contraparte TODA a solução do conflito. O que ocorre é funcionar esse mecanismo como simples meio de pressão, visando o alcance de mais favoráveis resultados na dinâmica negocial coletiva em andamento ou a se iniciar.[2]

02.01.b. AUTOCOMPOSIÇÃO

Na autocomposição, o conflito é solucionado pelas partes, sem a intervenção de outros agentes no processo de pacificação da controvérsia.[3]

A autocomposição verifica-se seja pelo despojamento unilateral em favor de outrem da vantagem por este almejada, seja pela aceitação ou resignação de uma das partes ao interesse da outra, seja finalmente, pela concessão recíproca por elas efetuada. Não há, em tese, exercício de coerção pelos indivíduos envolvidos.

As modalidades de autocomposição são as seguintes: renúncia, aceitação (resignação/submissão) e a transação.

Ocorre a renúncia quando o titular de um direito dele se despoja, por ato unilateral seu, em favor de alguém. Já a aceitação (resignação/submissão) ocorre quando uma das partes reconhece o direito da outra, passando a conduzir-se em consonância com esse reconhecimento. E, a transação, verifica-se quando as partes que se consideram titulares do direito solucionam o conflito através da implementação de concessões recíprocas.

É de se destacar que as figuras acima podem ocorrer tanto no âmbito exclusivo da sociedade civil (classificando-se como *extraprocessuais*) ou no interior de um processo judicial (enquadrando-se como *endoprocessuais*).

02.01.c. - HETEROCOMPOSIÇÃO:

A heterocomposição ocorre quando o conflito é solucionado através da intervenção de um agente exterior à relação conflituosa original. É que, ao invés de isoladamente ajustarem a solução de sua controvérsia, as partes (ou até mesmo uma delas unilateralmente, no caso da *jurisdição*) submetem a terceiro seu conflito, em busca de solução a ser por ele firmada ou, pelo menos, por ele instigada ou favorecida.[4]

Considerando o fato de que se levam em linha de conta os sujeitos envolvidos e a sistemática operacional do processo utilizado, temos as seguintes modalidades de heterocomposição: Jurisdição, Arbitragem, Mediação (de certo modo) e a Conciliação.

---

[2] DELGADO, Maurício Godinho. *Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro*. São Paulo: Revista LTr, v.66, n. 6, jun. 2002, pág. 663.

[3] DELGADO, Maurício Godinho. *Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro*. São Paulo: Revista LTr, v.66, n. 6, jun. 2002, pág. 664.

[4] DELGADO, Maurício Godinho. *Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro*. São Paulo: Revista LTr, v.66, n. 6, jun. 2002, pág. 664.

Com já se depreende, a divisão acima não é consensual na doutrina. Existem autores que consideram a conciliação e a mediação como meios autocompositivos e como meios heterocompositivos a arbitragem e a jurisdição. Repita-se a prevalência da divisão acima, funda-se no fato da classificação levar em consideração os sujeitos envolvidos e na sistemática operacional do processo utilizado.

Explicando: é que na autocomposição apenas os sujeitos originais em confronto é que se relacionam na busca da extinção do conflito, conferindo origem a uma sistemática de análise e solução da controvérsia autogerida pelas próprias partes. Entretanto, na heterocomposição a intervenção é realizada por um *agente exterior* aos sujeitos originais na dinâmica de solução do conflito, transferindo em maior ou menor grau, para esse agente exterior a direção dessa própria dinâmica.[5]

É de se salientar que a mediação é o método que confere menor destaque ao papel do agente exterior, uma vez que este apenas aproxima e instiga as partes à pacificação. Por isso, alguns autores classificam a mediação como um instrumento a serviço de um método de solução de controvérsias (a serviço da transação bilateral ou da negociação coletiva, por exemplo) e não propriamente um método específico.

02.01.c.1- JURISDIÇÃO:

É o poder-dever conferido ao Estado de revelar o direito incidente sobre determinada situação concreta trazida a seu exame, efetivando a solução jurídica encontrada a respeito. Sendo manifestação do *imperium* inerente ao Estado, que se funda diretamente na soberania, outro atributo estatal, a jurisdição tem como instrumento próprio de agir a coerção, utilizável frente a resistências descabidas de seu exercício regular. [6]

Diz-se, muitas vezes, que a jurisdição é o poder que o Estado avocou para si de dizer o direito, de fazer justiça, em substituição aos particulares.

Na realidade, a jurisdição é poder, função e atividade. É "poder" porque decorre da potestade do Estado exercida de forma definitiva em face das partes em conflito. É "função", pois cumpre a finalidade de fazer valer a ordem jurídica em face de uma lide. E, é também "atividade", já que consiste em uma série de atos e manifestações externas e ordenadas que culminam com a declaração do direito e concretização do que foi consagrado no título. [7]

O resultado da resolução do conflito pela via jurisdicional consuma-se através da sentença, que é o ato pelo qual o Juiz decide a lide entre as partes processuais, através da aplicação do Direito ao caso concreto posto em exame.

02.01.c.2 - ARBITRAGEM:

Ocorre quando a fixação da solução de certo conflito entre as partes é entregue a um terceiro, denominado árbitro, em geral por elas próprias escolhido.

---

[5] DELGADO, Maurício Godinho. *Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro*. São Paulo: Revista LTr, v.66, n. 6, jun. 2002, pág. 664.
[6] DELGADO, Maurício Godinho. *Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro*. São Paulo: Revista LTr, v.66, n. 6, jun. 2002, pág. 665.
[7] LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 143.

Em se tratando de arbitragem obrigatória, essa livre escolha pode ser restringida pela lei reguladora do sistema, todavia não se trata da hipótese nacional.

No direito brasileiro, a arbitragem só pode se dirigir a acertamento de direitos patrimoniais disponíveis e está prevista na Lei 9307/96. O árbitro não pode ser o Juiz, no exercício de sua função judicante - sob pena de confundir-se com a jurisdição.

Em tese, fora da função judicante e desde que autorizado por norma jurídica, o juiz *poderia* exercer a função de simples árbitro. Contudo, este não seria o mais adequado caminho de implementação do instituto. É que a arbitragem objetiva cumprir o papel de efetivo *concorrente jurisdicional*, assim melhor seria sempre situar-se a escolha do árbitro fora dos quadros da magistratura.

De se ressaltar que a lei de arbitragem não prevê a hipótese de juiz de carreira atuando como árbitro (Lei 9307/96). E a lei 9099/95, em seu art. 24, § 2º, prevê que os árbitros, nos Juizados Especiais, serão escolhidos entre os juízes leigos.

02.01.c.3 - MEDIAÇÃO:

É a conduta, pela qual, um terceiro aproxima as partes conflituosas, auxiliando e, até mesmo instigando sua composição, que há de ser decidida, porém, pelas próprias partes.

Sobre o tema, a posição de Luiz Alberto Warat citado por Marcelo Paes Menezes:

> "a mediação é uma forma ecológica de resolução dos conflitos sociais e jurídicos; uma forma na qual o intuito de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada de uma sanção legal. A mediação como uma forma ecológica de negociação ou acordo transformador das diferenças." [8]

Alguns autores entendem que o Juiz não poderá ser o mediador haja vista a sua formação dogmática.[9] Afirmam que o juiz decide a partir de um sentido comum teórico dos juristas, a partir do imaginário da magistratura, ou seja, a partir de "... um lugar de decisão que não leva em conta o fato de que o querer das partes pode ser diferente do querer decidido". [10] Por outro lado, dizem que muitas vezes o conflito trabalhista tem um colorido afetivo, de modo que o tratamento há de ser específico para casos como tal.

Novamente, a posição de Luís Alberto Warat:

> "A mediação começa quando as partes conseguem interpretar, no simbólico, ódios e amores que as diferenciam. A

[8] WARAT, Luís Alberto. *Ecologia, Psicanálise e Mediação.* Trad. De Julieta Rodrigues, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995 citado por Marcelo Paes Menezes, "A crise da Justiça e a mediação", Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, 33 (63): 23-31, jan./jun. 2001.

[9] Como por exemplo: André Gomma Azevedo, Marcelo Paes Menezes, Flávia Fragale Martins Pepino.

[10] WARAT, Luís Alberto. *Ecologia, Psicanálise e Mediação.* Trad. De Julieta Rodrigues, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995 citado por Marcelo Paes Menezes, "A crise da Justiça e a mediação", Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, 33 (63): 23-31, jan./jun. 2001.

> mediação facilita às partes a possibilidade de interpretar seus ódios e amores. O que é mediável são os conflitos de afetos, não as diferenças patrimoniais sem história, sem afetos, nem desejo (elas são transações que podem estar disfarçadas de mediações). Nos casos patrimoniais sem história, se decidem as diferenças, não existe conflito a resolver. Para que algo possa ser mediado, é necessário que uma das partes, pelo menos, tenha um conflito de ódio, amor ou de dor." [11]

Segundo o referido autor, para mediar, é preciso amar:

> "... pode parecer estranho e até surpreendente eu afirmar que o amor precisa construir um espaço de mediação para a sua realização. Amar é exercer uma capacidade de negociação das diferenças. Um estado de permanente mediação para que possam conviver as diferenças. O amor se instala em um espaço de conflitividade que precisa ser negociado para realizar os afetos." [12]

Todavia, ainda que não se possa falar de várias condições para a mediação típica (cláusula de confiabilidade, rapport, sigilo, amor ao mediado, etc.), certo é que algumas técnicas que são aplicadas na mediação, podem e devem ser aplicadas pelo Magistrado do Trabalho quando da sua atuação apaziguadora no conflito trazido pelas partes ao Judiciário.

No conflito trabalhista não só está prevista a possibilidade do Juiz realizar o juízo conciliatório (art. 764 da CLT), como é de curial importância que seja o magistrado que conduza tais tratativas diante do conflito peculiar e extremante importante, quer social, quer juridicamente. Observando-se, é claro, a escolha das melhores técnicas[13] como forma de conduzir a conciliação em juízo, onde todas as variáveis envolvidas possam e devam ser consideradas pelo órgão estatal respectivo.

Assim sendo, inequívoca a necessidade de o Juiz trabalhista estudar e aprimorar as técnicas de juízo conciliatório, até porque, como já se salientou, a atividade de conciliação no processo do trabalho deverá ser feita pelo Magistrado, consoante legislação aplicável à espécie.

---

[11] WARAT, Luís Alberto. *Ecologia, Psicanálise e Mediação.* Trad. De Julieta Rodrigues, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995 citado por Marcelo Paes Menezes, *A crise da Justiça e a mediação,* Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, 33 (63): 23-31, jan./jun. 2001.

[12] WARAT, Luís Alberto. *Ecologia, Psicanálise e Mediação.* Trad. De Julieta Rodrigues, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995 citado por Marcelo Paes Menezes, *A crise da Justiça e a mediação*, Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, 33 (63): 23-31, jan./jun. 2001.

[13] Importante ressaltar que a escolha de melhores técnicas parte do pressuposto de que a atividade conciliatória não deverá levar em conta atitudes ou atos que possam ser interpretados como coação, como insegurança, como propostas aleatórias, como propostas meramente salomônicas, como "pré-julgamentos", como atos de violência psicológica, etc. Referidos atos sequer podem ser considerados como técnicas e em nenhum momento se defende a aplicação ou utilização.

02.01.c.4 - CONCILIAÇÃO:

É o método de solução de conflitos em que as partes agem na composição, mas dirigidas por um terceiro, que se mantém com os próprios sujeitos originais da relação jurídica conflituosa. Todavia, é importante frisar que a força condutora dinâmica conciliatória por esse terceiro é real, muitas vezes conseguindo programar resultado que, originalmente, não era imaginado ou querido pelas partes. [14]

É de se ressaltar que a conciliação judicial trabalhista é um tipo de conciliação endoprocessual muito importante no Direito do Trabalho, ela acontece nas Varas do Trabalho, sob a direção do Juiz do Trabalho, nos processos judiciais postos a seu exame.

Conceitua Maurício Godinho Delgado, a conciliação judicial trabalhista, como "ato judicial, por meio do qual as partes litigantes, sob a interveniência da autoridade jurisdicional, ajustam solução transacionada sobre matéria objeto de processo judicial".

A conciliação distingue-se das figuras da transação e da mediação sob três aspectos. No plano subjetivo a diferenciação se apresenta na interveniência de um terceiro e diferenciado sujeito que é a autoridade judicial. Do ponto de vista formal, a conciliação judicial se realiza no iter de um processo judicial, podendo extingui-lo parcial ou integralmente. E, quanto ao seu conteúdo, também, difere, pois a conciliação judicial pode abarcar parcelas trabalhistas não transacionáveis na esfera estritamente privada.

3 - A JURISDIÇÃO E OS ESCOPOS PROCESSUAIS

O convívio em sociedade e o exercício da liberdade individual perante uma coletividade de iguais, acaba gerando naturais conflitos e litígios entre os seus membros. O Direito visa, assim, prevenir ou findar os conflitos existentes nas relações humanas; trazer, em suma, a estabilidade social diante do conceito mais próximo de Justiça pensada por aquele conjunto de pessoas.

Com a finalidade de se evitar a autotutela (hodiernamente admitida em restritas hipóteses) e as indesejáveis violências que esta atividade ocasiona, o Estado trouxe para si o poder-dever de entregar a tutela jurisdicional, dizendo o direito e empregando os meios necessários para que o mesmo seja aplicado. Portanto, sempre que chamado o Juiz aplicará a lei no caso concreto.

No dizer de André Gomma Azevedo:

> "A jurisdição é a função, poder e atividade do Estado por intermédio da qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente, buscar a pacificação de determinado conflito por meio de critérios justos, impondo imperativamente determinadas decisões."[15]

---

[14] DELGADO, Maurício Godinho. *Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro*. São Paulo: Revista LTr, v.66, n. 6, jun. 2002, pág. 665.

[15] AZEVEDO, André Gomma. *Perspectivas deontológicas do exercício profissional da magistratura: apontamentos sobre a administração de processos autocompositivos*. Brasília: Revista do *CEJ - Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça*, n. 24, março/2004, p. 15.

As missões transcendentais[16] (Niceto Alcalá Zamora Y Castilho) da jurisdição, também denominadas de "escopos" [17] (Candido Rangel Dinamarco) possuem três categorias iniciais: sociais, políticos e jurídicos.

Os chamados escopos sociais se dirigem, primordialmente, à realização efetiva da pacificação social esperada de um determinado ordenamento jurídico, em outras palavras, eliminar conflitos mediante critérios justos. Outra orientação do escopo social é a educação como missão que o exercício contínuo e efetivo da jurisdição deve cumprir perante a sociedade, uma vez que conscientiza a população de seus direitos e deveres. Quanto maiores os níveis de confiança perante o jurisdicionado, mais factível de ser alcançada a pacificação.

Por seu turno, os escopos políticos dizem respeito à função do ordenamento jurídico-processual de influenciar politicamente as relações do Estado com o cidadão. Alguns aspectos de relevo podem ser elencados: afirmação da capacidade estatal de decidir imperativamente (jurisdição-poder); concretização do valor liberdade, ao restringir o exercício do poder limitador do Estado e assegurar dignidade do cidadão em relação ao qual aquele exerce seu poder e garantia da participação dos cidadãos na determinação dos destinos aos quais o Estado se dirige. Já os chamados escopos jurídicos levam em conta a efetivação do direito material, atuando, pois, a vontade concreta da lei.

Alguns autores tratam dos chamados novos escopos do sistema processual: a capacitação (ou empoderamento) das partes que é a educação para a composição das controvérsias[18]; e, a validação que se traduz na compreensão recíproca das partes.[19]

É do senso comum que uma das finalidades do Poder Judiciário é a pacificação social, portanto incumbe-lhe utilizar mecanismos e técnicas que aproximem o cidadão da verdadeira Justiça. E, muitas vezes, a verdadeira justiça só será alcançada se aquela demanda for solucionada mediante conciliação, porque nessa forma de resolução de conflito há efetiva e real possibilidade de se resolver todas as "lides"[20] que porventura possam existir. A busca da paz é a

---

[16] ZAMORRA Y CASTILLO, Niceto Alcalá. *Proceso, autocomposición y autodefensa,* Cidade do México: Universidad autônoma nacional de México, 1991, p. 233 citado por AZEVEDO, André Gomma. *Perspectivas deontológicas do exercício profissional da magistratura: apontamentos sobre a administração de processos autocompositivos*. Brasília: Revista do *CEJ - Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça*, n. 24, março/2004, p. 15.

[17] DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo,* 1ª ed., São Paulo: Malheiros, 1987.

[18] "É imperioso lembrar que o momento da audiência corresponde ao direito do cidadão de ter o seu dia na Justiça e destina-se, exclusivamente, àquelas partes que aguardaram para ser ouvidas por aquele que não só deve conhecer profundamente o processo, como saber a solução e, principalmente, ter poder de decisão." ANDRIGHI, Fátima Nancy. *O instituto da conciliação e as inovações introduzidas no Código de Processo Civil Brasileiro.* Revista dos Tribunais, Ano 85, v. 727, maio de 1996, pág. 30.

[19] AZEVEDO, André Gomma. *Perspectivas deontológicas do exercício profissional da magistratura: apontamentos sobre a administração de processos autocompositivos*. Brasília: Revista do *CEJ - Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça*, n. 24, março/2004, p. 15.

[20] Aqui compreendidas as lides jurídica e sociológica (e até psicológica e psicossociológicas para alguns). É base desse trabalho que somente com a resolução da controvérsia "global" é que se pode alcançar a paz. E essa não será alcançada se se resolver apenas parcela do problema (controvérsia); o que se busca com a pacificação do conflito é a solução de todas as questões que envolvam o relacionamento entre os interessados.

razão de existência do Poder Judiciário.[21] E, não menos certo que, o Judiciário não deve ser o lugar somente onde as causas começam, mas também onde elas terminam, em outras palavras: que o processo seja de resultados.

A lição de José Roberto Freire Pimenta:

> "A busca pela efetividade do direito processual, concebido como mecanismo de concretização do direito material do qual é ele o instrumento inafastável, tem trabalhado várias questões que são complementares. Em síntese, procura-se abandonar o tecnicismo e o formalismo excessivos para construir *um processo de resultados*, capaz de concretizar, na realidade prática e dentro de um tempo razoável, a finalidade precípua da função jurisdicional: a pacificação, com justiça, dos conflitos intersubjetivos de interesses. Isto se deve a uma constatação realista que é comum a todos os sistemas jurídicos mais avançados do mundo contemporâneo: a consciência de que esse instrumento processual, por melhor que seja, tem limitações óbvias e inevitáveis"[22].

Nos estudos realizados para aprimoramento dos sistemas jurídicos em geral e dos mecanismos de resolução de litígios, é de se ressaltar que a conciliação judicial e extrajudicial tem constituído uma das principais vertentes estudadas, exatamente por sua inerente capacidade de pacificar o conflito e todas as suas eventuais dimensões (jurídica, sociológica e psicológica).

A conciliação entendida em um conceito muito mais amplo do que o "acordo", significando entendimento, recomposição de relações desarmônicas, empoderamento, capacitação, desarme de espírito, ajustamento de interesses. Em dizer psicanalítico: apaziguamento.

Não se olvide que o processo e a própria função jurisdicional do Estado têm limites inerentes aos instrumentos jurídicos em geral e ao próprio Direito. É, portanto, extremamente ingênuo e porque não dizer, irreal, atribuir à função jurisdicional do Estado a tarefa de fornecer sempre uma solução absoluta, pronta e acabada para todo e qualquer conflito intersubjetivo de interesses, tão logo este se verifique.

Novamente, a análise perspicaz de José Roberto Freire Pimenta:

> "É preciso admitir, portanto, que é impossível à máquina judiciária estatal resolver todos os dissídios que lhe forem submetidos através de sentenças (as quais, em sua maioria, ainda precisarão ser executadas após o seu trânsito em julgado) - é que, se for preciso esgotar sempre todas as etapas e fases processuais necessárias para se chegar à efetiva satisfação dos direitos em definitivo reconhecidos como existentes, nunca haverá recursos públicos suficientes para montar e custear um aparato jurisdicional capaz de atender, em tempo razoável, a todos esses litígios. Diga-se expressamente: nenhum ramo do Poder Judiciário (e muito menos a

---

[21] BACELLAR, Roberto Portugal. *Juizados Especiais: A nova mediação paraprocessual,* São Paulo: RT, 2004, p. 101.

[22] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparador e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, pág. 152.

> Justiça do Trabalho brasileira) está preparado para instruir, julgar e, se necessário, executar as sentenças condenatórias proferidas em todos (ou quase todos) os processos que lhe forem ajuizados. As conseqüências desse quadro já são, aliás, de conhecimento geral e infelizmente estão presentes em vários setores do Judiciário brasileiro: uma Justiça assoberbada por um número excessivo de processos é inevitavelmente uma Justiça lenta e de baixa qualidade. Então, é de lógica e de bom senso trabalhar, estimular e explorar as múltiplas vertentes alternativas de solução dos conflitos de interesses, dentre as quais assume especial relevo a conciliação das partes."[23]

É claro que não se está defendendo qualquer tipo de conciliação, ou seja, uma conciliação a qualquer "preço", "valor" ou "condições". O que se está consignando é que a solução conciliada de um conflito é sim uma das vertentes possíveis e viáveis para a resolução da controvérsia entre as partes. Certo que a temática sobre a conciliação, os seus contornos e limites éticos e legais será levada a efeito em tópico a frente.

4 - O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

Sabe-se que uma das garantias fundamentais dos cidadãos é o princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário, insculpido no art. 5º, XXXV, da CF 1988.

O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, segundo o qual todos têm direito de ver apreciada pelo Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito seu, não pode mais ser entendido pelo simples acesso ao processo e ao direito a uma sentença de mérito transitada em julgado. E, assim se diz porque o simples acesso não significada efetividade e a sentença, nem sempre significa resolução do conflito com a pacificação, escopo magno do processo. O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional deve ser entendido, à luz dos valores e princípios do nosso tempo, como inspirador da regra de que todos têm o direito a uma tutela efetiva e eficaz.

O monopólio da atividade jurisdicional é conquista histórica de garantia da imparcialidade, independência para o alcance da segurança jurídica e manutenção do Estado de Direito.

Hodiernamente, muito se tem falado em crise da justiça: sobrecarga de processos nos Tribunais, morosidade do processo em fases nevrálgicas, difícil efetividade do direito reconhecido, a burocratização dos juízes, a complicação procedimental. Na verdade, isto corresponde à própria denegação da Justiça, o que não pode ser aceito passivamente, como se fosse inerente ao exercício jurisdicional. Mudanças e aprimoramentos em institutos são e serão sempre possíveis.

Ada Pellegrini Grinover nos relata que os esforços dos processualistas comprometidos em buscar soluções para a já mencionada "crise da Justiça" estão se concentrando em duas vertentes:

> "A vertente jurisdicional, com a tentativa de descomplicação do próprio processo, tornando-o mais ágil, mais rápido, mais direto,

---

[23] ALMEIDA, Selene Maria de. *O paradigma processual do liberalismo e o acesso à justiça*. Brasília: Revista CEJ - *Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça*, n.22, jul. /set. 2003, p.20-24.

> mais acessível, com relação à qual se fala em deformalização do processo. E a vertente extrajudicial, buscando-se por ela a deformalização das controvérsias, pelos equivalentes jurisdicionais, como vias alternativas ao processo. É nesta segunda perspectiva que se insere a revisitação da conciliação (autocomposição) e da arbitragem (heterocomposição)." [24]

As temáticas referentes ao chamado "mundo do trabalho" hoje, inequivocamente, estão sob a competência da Justiça do Trabalho que teve ampliada a sua competência pela Emenda Constitucional n. 45/04.[25] E, mesmo antes de tal ampliação, sabe-se, pelos números expressivos de demandas que são ajuizadas diariamente nos órgãos trabalhistas, que a Justiça do Trabalho tem merecido esse lugar de confiança do jurisdicionado que a procura quando tem seu direito lesado ou ameaçado de lesão.[26]

A Justiça do Trabalho tem aptidão para a solução barata e rápida das causas consoante seu arcabouço processual e os dispositivos legais e principiológicos incidentes ("ius postulandi", "oralidade", "concentração", "gratuidade", "conciliação"). A celeridade e a resolução do conflito são "valores" para o Judiciário e Magistrado Trabalhista consoante pode se extrair de suas estatísticas e, também e principalmente, da atuação de seus magistrados.[27]

04.1. VERTENTE EXTRAJUDICIAL TRABALHISTA - As Comissões de Conciliação Prévia

A vertente de composição extrajudicial trabalhista - no que tange ao conflito individual - encontra residência legal nos arts. 625-a até h da CLT, onde estão previstas as chamadas Comissões de Conciliação Prévia e com a possível extensão de regras aos chamados Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista.

Sabe-se que há previsão legal expressa no sentido de obrigatoriedade de

---

[24] GRINOVER, Ada Pellegrini. *Deformalização do processo e deformalização das controvérsias*, Novas Tendências do Direito Processual, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, pp. 175 e segs.

[25] Sobre o tema ver meu artigo: "Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho: algumas considerações relevantes", Belo Horizonte: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, n. 46, Jan.-Jun. de 2005, p. 23-38.

[26] Não se está dizendo, e nem se poderia dizer, que inexistem demandas que ficam excluídas da apreciação jurisdicional ou até extrajudicial. Certo é que muitas vezes o trabalhador não ajuíza a ação e nem procura a comissão de conciliação prévia, é a chamada anomia. Mas, a anomia existe em todos os ramos do Judiciário em menor ou maior grau.No meu modo de ver, a anomia em maior ou menor grau reflete a confiança do jurisdicionado em face daquele ramo específico do Judiciário e a sua capacidade de dar uma resposta real e efetiva à resolução daquele conflito e de sua forma de ser ou não acessível a esse cidadão.

[27] Também não se está dizendo, é certo, que as estatísticas não revelem regiões, varas ou tribunais com maior ou menor celeridade, produtividade, maior ou menor número de conciliações, etc. Além de ser inerente da própria atuação jurisdicional já em sua base estão Juízes, seres humanos extremamente qualificados e comprometidos com a solução adequada para cada uma da demanda que lhe é submetida, o fato é que as demandas e tipos de questões processuais, postura dos litigantes, condição econômica, grau de esclarecimento e empoderamento das partes variam de região para região, de vara para vara e tribunal para tribunal.

submissão à Comissão de Conciliação Prévia qualquer demanda de natureza trabalhista se, na localidade de prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria (art. 625-D da CLT). Referida previsão mereceu interpretação de inconstitucionalidade por parte abalizada da doutrina. Todavia, a interpretação que prevaleceu junto ao C. Tribunal Superior do Trabalho foi em sentido inverso, ou seja, que a exigência corresponde a um requisito processual a ser necessariamente observado. (RR 2287/2000-464-02-00.1)[28]

Comentando a constitucionalidade da referida previsão, Ada Pellegrini Grinover concluiu:

> "É certo que a Constituição assegura a inafastabilidade do controle jurisdicional no inc. XXXV do art. 5º, mas é igualmente certo que o exercício do direito da ação não é absoluto, sujeitando-se a condições (as condições da ação), a serem estabelecidas pelo legislador.
>
> Essas condições - desde que razoáveis, dentro do critério substancial das garantias do devido processo legal - são legítimas e se subsumem às categorias clássicas da possibilidade jurídica, da legitimação para a causa e do interesse de agir (art. 267, VI, CPC).
>
> Ora, é exatamente na categoria do interesse de agir que se inserem as técnicas pelas quais o legislador pode exigir, para o ajuizamento da ação, o esgotamento prévio das vias administrativas, desde que o faça em termo razoáveis. Visto o interesse de agir por seus indicadores fundamentais - a necessidade de tutela jurisdicional e sua utilidade (ou adequação), não haverá necessidade de recorrer às vias jurisdicionais enquanto caminhos alternativos forem ainda capazes de levar à solução

[28] Site: www.tst.gov.br acessado em 03 de junho de 2007 - Notícias do TST - notícia de 01 de junho de 2005 - Exame das Comissões de Conciliação Prévia é obrigatório - "Os trabalhadores têm de submeter suas controvérsias às Comissões de Conciliação Prévia, quando existentes na empresa ou no sindicato da categoria. A exigência corresponde a um requisito processual a ser necessariamente observado. Sob esse entendimento, a Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu recurso de revista à Volkswagen do Brasil Ltda. e extinguiu reclamação ajuizada contra a empresa por um ex-empregado. A tentativa obrigatória de composição entre empresa e trabalhador nas Comissões de Conciliação está prevista no artigo 625-D da CLT, considerado como constitucional pelo TST. "O dispositivo não atenta contra o acesso ao Poder Judiciário, garantido pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal", afirmou o relator do recurso da Volkswagen, ministro Ives Gandra Martins Filho. O posicionamento do TST resultou no cancelamento de decisão tomada anteriormente pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (com sede em São Paulo). Segundo o TRT paulista, a CLT não estabelece qualquer sanção ao descumprimento da regra do artigo 625-D, o que tornaria o comparecimento à Comissão de Conciliação uma opção do trabalhador. A redação do dispositivo da CLT possui caráter imperativo, avaliou o relator. O texto legal fala que "a demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia". A providência seria facultativa, conforme a tese adotada pelo TRT, se a legislação previsse que a disputa "poderá ser submetida", observou o relator. Ives Gandra acrescentou que o prazo para o exame da demanda pela Comissão de Conciliação Prévia é curto, "de apenas dez dias". A lei também garante à parte justificar, no texto da ação judicial, a não submissão à comissão. No caso concreto, o relator esclareceu que "é incontroversa nos autos a existência da Comissão e o trabalhador ajuizou a ação sem o comprovante de frustração da conciliação prévia (art. 625-D, §2º) e sem justificar o motivo da não-submissão da controvérsia à Comissão de Conciliação Prévia". (RR 2287/2000-464-02-00.1)"

> espontânea do conflito de interesses: o que se faz, no nosso caso, pela tentativa de conciliação é arbitragem. A razoabilidade do prazo é igualmente evidente." [29]

Na mesma linha de raciocínio se posicionou o Ives Gandra da Silva Martins Filho:

> "A pretensa inconstitucionalidade, vislumbrada por alguns, na obrigatoriedade da passagem prévia da demanda perante a comissão de conciliação, não tem qualquer procedência. As comissões de conciliação prévia não constituem óbice ao acesso ao judiciário, assegurado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, na medida em que são apenas instância prévia conciliatória, em que a comissão deve dar a resposta à demanda em dez dias (CLT, art. 625-F), o que, de forma alguma, representa óbice ao acesso ao Judiciário."[30]

Entretanto, independente da constitucionalidade ou não da submissão antecipada das controvérsias às comissões de conciliação prévia, o certo é que nesse tema não há consenso e que, a possibilidade de quitação ampla de direitos trabalhistas por meio de tais comissões é inadmissível, quer do ponto de vista jurídico, quer até do ponto de vista material ante a desigualdade real entre os protagonistas do conflito trabalhista.[31]

Se de um lado parte da doutrina vê a presença das comissões de forma positiva, outra parte já lhe reserva severas críticas. As principais críticas que lhes são atribuídas dizem respeito às fraudes que ocorrem no seio dessas comissões, ao esvaziamento da função sindical efetiva, a atuarem como local de flexibilização dos direitos trabalhistas e de sua desconstrução. [32]

Já as posições de apoio dizem que esse órgão extrajudicial de

---

[29] GRINOVER, Ada Pellegrini. *Órgãos Extrajudiciais de Conciliação*. Revista de Direito do Trabalho, Revista Trimestral, setembro de 1993, n. 83, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, SP, p. 18.

[30] MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *Modernização da Justiça do Trabalho: extinção da representação classista, movimento de recursos por despacho e rito sumaríssimo,* Jornal Trabalhista, ano 17, n. 803, Brasília, 13/03/2000, p. 14.

[31] Deve-se ter cuidado para não repetir a solução mandarim. "Existia um reino, governado por um imperador e administrado pelo mandarim. Certo dia de chuva, o imperador resolveu deixar o palácio e passear pelo reino. Verificou que muitos súditos possuíam guarda-chuva. Porém, também, constatou que muitos não tinham guarda-chuva. Insatisfeito com tal situação, ao retornar ao palácio, o imperador ordenou ao mandarim que resolvesse o problema: não admitiria mais ver nenhum súdito sem guarda-chuva. Decretou, então, que, na próxima chuva, deixaria o palácio, e, se encontrasse alguma pessoa sem guarda-chuva, mandaria matar o mandarim. Quando a chuva voltou a cair, o imperador foi passear na cidade e não encontrou nenhum súdito sem guarda-chuva. Satisfeito, indagou ao mandarim como teria conseguido tal proeza. Fácil, respondeu o mandarim: mandei matar todas as pessoas que não tinham guarda-chuva." - Lenda antiga.

[32] Por exemplo, Márcio Túlio Viana: *A onda precarizante, as comissões de conciliação e a nova portaria do ministério do trabalho"*, Revista LTr, São Paulo, vol. 66, n. 12, Dezembro de 2002, p. 1447/1460.

conciliação atua como anteparo da Justiça do Trabalho ao grande número de processos; que há revitalização de via alternativa ao processo; que há satisfação mais rápida das necessidades vitais do trabalhador; que atuam como sistema de filtragem dos litígios, contribuindo sobremodo para descongestionar a JT e que rompem com cultura brasileira de para tudo procurar o Judiciário.[33]

Em que pese a temática do artigo não ser especificamente sobre comissões de conciliação prévia, o tema não pode ser olvidado, nem tão-pouco poderia se deixar de fazer referência a um interessante debate que se trava sobre a função ideológica da Lei 9958/99 onde se indaga se ela não seria forma de desconstituir direitos positivados na lei e nas convenções coletivas, se não seria uma forma de esconder a não efetivação dos direitos sociais e, também, de diminuir os custos da mão de obra.

As comissões de conciliação prévia na forma como tem se apresentado, tenham realmente ensejado e merecido todas as críticas a elas direcionadas, não se pode olvidar que as idéias defendidas por aqueles que apóiam a presença das referidas comissões não sejam defensáveis. Por exemplo, não há como dizer que os atores coletivos (sindicatos) não possam participar de um processo alternativo de resolução dos conflitos de forma coerente, legal, ética e responsável. [34]

Enaltecer o lado genuíno da idéia de composição de conflitos extrajudicialmente pode ser uma boa via para se percorrer estabelecendo contornos éticos e efetivos para que tal se realize. Não há como não reconhecer que há um efeito perverso da judicialização das relações sociais.

Na judicialização, a Justiça aparece como último refúgio de um ideal democrático desencantado; procura-se a Justiça como uma muralha contra o desabamento interior, com os Juízes chamados a preencher uma função clerical, abandonada pelos antigos titulares. Surge uma sociedade de litigantes, onde não se tenta resolver as questões extrajudicialmente. A democracia gera o paradoxo de fragilizar os laços sociais, onde cada cidadão libera-se de seus "magistrados naturais" e entrega o destino de tudo ao Juiz estatal. A efetivação dos direitos sociais deixa de ocorrer na sociedade civil, fazendo emergir uma cidadania passiva, onde o paternalismo estatal pode levar a uma "justiça de salvação", com a redução dos cidadãos ao estatuto de indivíduos clientes de um Estado providencial. [35]

O tema é complexo e a própria estruturação e realidade das referidas comissões está a merecer o contínuo e aprofundado debate. Todavia, inequívoco que uma das condições necessárias mínimas para o funcionamento adequado das

---

[33] Como se depreende dos dizeres de Ives Gandra da Silva Martins Filho. *Modernização da Justiça do Trabalho: extinção da representação classista, movimento de recursos por despacho e rito sumaríssimo.* Jornal Trabalhista, ano 17, n. 803, Brasília, 13/03/2000, p.10-14.

[34] Sobre experiência positiva, ver: "*Sindicatos na administração da justiça: mediação e arbitragem voluntárias nos dissídios individuais do trabalho",* Antônio Gomes de Vasconcelos, Revista Trabalho e Doutrina, Ed. Saraiva, São Paulo, n. 14, setembro de 1997, p. 14/28 e também, livro "Sindicatos na administração da justiça", Ed. Del Rey, Belo Horizonte, 1997.

[35] Debate interessante advindo de textos de Boaventura Santos e Antoine Garapon.

comissões de conciliação prévia será a efetivação da promessa constitucional de proteção ao trabalhador quanto à sua dispensa arbitrária.[36]

04.2. VERTENTE JUDICIAL - DEFINIÇÃO ESTRUTURAL POSITIVA.

Desde sua criação, a Justiça do Trabalho está estruturada em três graus de jurisdição, sendo integrada atualmente e segundo previsão legal pelos seguintes órgãos: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho (art. 111 da CF/1988)

É de se ressaltar que com a extinção da representação classista, a composição das Varas do Trabalho sofreu substancial alteração, na medida em que a jurisdição na primeira instância passou a ser exercida pelo Juiz singular e não existem mais leigos compondo tribunais regionais ou o tribunal superior.

A extinção da representação classista, ou em outras palavras a exclusão dos quadros da Justiça do Trabalho dos juízes leigos, se deu, dentre vários motivos, ao desvirtuamento da representação que tinha como inspiração a concepção de que a presença de leigos na estrutura do Judiciário representaria a democratização do Judiciário. [37]

Assim, hodiernamente, todo o iter procedimental trabalhista é realizado pelo Juiz togado, inclusive e principalmente, todas as tentativas de conciliação previstas em lei. De se ressaltar que o passado recente com a presença de juízes não togados na administração da Justiça e os problemas que foram

---

[36] Sobre o tema**: 1**. *A Solução extrajudicial dos conflitos individuais do trabalho*. José Francisco Siqueira Neto, Revista T&D - Trabalho e Doutrina, Ed. Saraiva, São Paulo, n. 14, setembro de 1997, p. 58-62. **2**. *Dissídio individual e conciliação extrajudicial prévia.* João Orestes Dalazen, Revista do TRT da 9ª Região, Curitiba, Paraná, v. 1, n. 1, 1976, p. 41-59. **3**. *Modernização da Justiça do Trabalho: extinção da representação classista, movimento de recursos por despacho e rito sumaríssimo,* Ives Gandra da Silva Martins Filho. Jornal Trabalhista, ano 17, no. 803, Brasília, 13/03/2000, p. 10-14. **4**. *Arbitragem,mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho.* Maurício Godinho Delgado. Revista LTr, vol. 66, n. 06, junho de 2002, São Paulo, p. 663-670. **5**. *A onda precarizante, as comissões de conciliação e a nova portaria do Ministério do Trabalho*. Márcio Túlio Viana. Revista LTr, vol. 66, n. 12, dezembro de 2002, São Paulo, p. 1447-1460. **6**. *Soluções extrajudiciais dos conflitos individuais trabalhistas.* Jorge Luiz Souto Maior. Jornal Trabalhista. Ed. Consulex, Brasília, 31.01.2000, p. 4-5. **7.** *Conflitos individuais: solução extrajudicial?* Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. Revista T&D - Trabalho e Doutrina, Ed. Saraiva, São Paulo, n. 14, setembro de 1997, p. 84-99. **8.** *Órgãos extrajudiciais de conciliação.* Ada Pelegrini Grinover. Revista de Direito do Trabalho. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, no. 83, setembro de 1993, p. 17-19. **9.** *Conciliação extrajudicial: uma via para flexibilização.* Ivan da Costa Alemão. Revista de Direito do Trabalho, Ed. Gênesis, Curitiba, Paraná, n. 37, janeiro de 1996, p.35-40.

[37] "A instituição da representação classista, que prestou seus serviços nos primórdios da Justiça do Trabalho, mostrou-se, ao longo do tempo, incapaz de plasmar na realidade cotidiana das lides trabalhistas o ideal pelo qual foi instituída, permitindo que nela se alojassem distorções que terminaram por desfigurá-la e mostrar suas deficiências e limitações." MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *"Modernização da Justiça do Trabalho: extinção da representação classista, movimento de recursos por despacho e rito sumaríssimo",* in Jornal Trabalhista, ano 17, n. 803, Brasília, 13/03/2000, p. 11.

vivenciados e diagnosticados com tal experiência, conferem segurança e certeza de tratar o tema conciliação na Justiça do Trabalho sob a premissa de que tal conciliação é feita somente pelo Magistrado do Trabalho, profissional preparado e vocacionado para tão importante mister. [38]

5 - ACESSO À JUSTIÇA

No Estado de Direito contemporâneo não merecem qualquer ressonância a idéia ou as práticas pregadas na China do século XII, representadas pelo teor do decreto do imperador Hangs Hsi:

> "Ordeno que todos aqueles que se dirigirem aos Tribunais sejam tratados sem nenhuma piedade, sem nenhuma consideração, de tal forma que se desgostem tanto da idéia do Direito quanto se apavorem com a perspectiva de comparecerem perante um magistrado. Assim o desejo para evitar que os processos não se multipliquem assombrosamente, o que ocorreria se não existisse o temor de se ir aos Tribunais; o que ocorreria se os homens concebessem a falsa idéia de que teriam a sua disposição uma justiça acessível e ágil; o que ocorreria se pensassem que os juízes são sérios e competentes. Se essa falsa idéia se formar, os litígios ocorrerão em número infinito e a metade da população será insuficiente para julgar os litígios da outra metade."[39](cf. Legal Institutions in Manchú China, Van Der Sprenkel, 1962, p. 77).

O acesso à Justiça é um direito do cidadão, não apenas do ponto de vista do direito ao ajuizamento da ação, mas também no sentido amplo que o termo tem, encerrando verdadeira pacificação social.[40] Por outro lado, hodiernamente, é bem claro que tratar como iguais a sujeitos que econômica e socialmente estão em desvantagem não é outra coisa senão uma ulterior forma de desigualdade e injustiça, repetindo a exclusão já existente na relação de direito material.[41]

A confiança dos cidadãos nos órgãos jurisdicionais é imprescindível, sendo mister que o cidadão acione o Poder Judiciário, seja ouvido, tenha seu problema solucionado em tempo hábil, para que as nefastas conseqüências do descrédito ou do desestímulo em sua utilização não se façam presentes. A inadequação do Judiciário para suas funções manifestas provoca insegurança

---

[38] Até porque é a própria lei que assim estabelece - art. 764, 846, 850, 852-E da CLT.
[39] ANDRGHI, Fátima Nancy. *O instituto da conciliação e as inovações introduzidas no Código de Processo Civil Brasileiro*. Revista dos Tribunais, v. 727, ano 85, maio/1996, pg. 29-30.
[40] Ter acesso ao Judiciário sem a garantia de um tratamento igualitário não é participar de um processo justo.
[41] CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*, Porto Alegre:Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, p. 31.

jurídica e isso ocasiona, em *ultima ratio,* uma situação de perigo para a democracia.[42]

05.1. ACEPÇÕES POLÍTICAS

O "acesso à Justiça", na acepção jurídica formal é a mera garantia formal de postulação jurisdicional, de acesso ao Poder Judiciário. Na acepção jurídica material, é o acesso a todo e qualquer órgão, poder, informação e serviço, especialmente, mas não apenas os públicos, e aos direitos fundamentais e humanos.[43]

Na feliz síntese de Cappelletti e Garth, acesso à justiça é o "sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado". [44]

As políticas de acesso à justiça, denominadas de ondas por Cappelletti e Garth, podem ser assim resumidas:

> "O recente despertar de interesse em torno do efetivo acesso à Justiça levou a três posições básicas, ao menos nos países do Mundo Ocidental. Tendo início em 1965, estes posicionamentos emergiram mais ou menos em seqüência cronológica. Podemos afirmar que a primeira solução para o acesso - a primeira "onda" desse movimento novo foi a *assistência judiciária;* a segunda dizia respeito às reformas tendentes da proporcionar *representação jurídica par os interesses 'difusos',*especialmente nas áreas de proteção ambiental e do consumidor; e o terceiro - e mais recente - é

---

[42] A concessão, via norma constitucional, de direitos econômicos e sociais tornou o direito de acesso à Justiça no direito essencial à efetivação dos novos direitos outorgados. O problema econômico também atingiu a capacidade do Estado de organizar e aparelhar a Justiça de maneira a dar resposta às crescentes demandas sociais, cujos conflitos terminavam em processos judiciais. Enquanto se operava a rebelião das massas, o CPC foi um marco da legislação brasileira preocupado em pôr o sistema processual civil em consonância com o progresso científico daqueles tempos. Além do rigor conceitual, da busca de critérios científicos para a terminologia processual, a codificação de 1973 caracteriza-se pelo formalismo. Apesar de a legislação adotar o princípio da instrumentalidade, em várias passagens, culmina de nulidade a não obediência à forma - art. 13, I, 246, 247, 236, 333, par. único, 618 e 1029. O cientificismo do CPC foi uma etapa necessária ao desenvolvimento do direito processual, todavia, de há muito é insuficiente para a pacificação social pela via da Justiça, tanto que foram criados os Juizados Especiais cujo rito processual bem se assemelha ao rito processual trabalhista. É de se dizer que a Consolidação das Leis do Trabalho, apesar de necessárias e pontuais reformas, ainda é um modelo processual extremamente interessante porque respeita o devido processo legal, todavia tem em sua base a informalidade, a instrumentalidade e principalmente, mecanismos que pugnam pela efetividade. ALMEIDA, Selene Maria de. *"O paradigma processual do liberalismo e o acesso à justiça".* Revista CEJ - Brasília, n.22, p.20-24, jul./set. 2003.

[43] MARTINS, Leonardo Pereira. *Da negação do acesso à justiça - identificando as matrizes dos mecanismos pelos quais se opera o fenômeno*, RT Fascículos Civil, São Paulo: Revista dos Tribunais, Ano 93, vol. 827, set./2004, p. 732-3.

[44] CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, reimpresso em 2002, p. 8.

> que nos propomos a chamar simplesmente de "*enfoque de acesso à Justiça"* porque inclui os posicionamentos anteriores, mas vai muito além deles (..)."[45]

Essa última "onda" denominada de "enfoque de acesso à justiça" visa à transformação da estrutura judicial, desburocratização de tribunais e procedimentos, reformas, inclusive, da mentalidade do operador do direito. [46]

05.2. PERSPECTIVAS

O tema "acesso à justiça" pode ser abordado por diversas perspectivas. Na perspectiva do cidadão, pode-se dizer que acesso à justiça é direito de falar e ser ouvido; é direito de acesso a um serviço público; é exercício de cidadania. Para a sociedade, "acesso à justiça" é uma tutela jurisdicional que seja efetiva e eficaz. E, partindo da premissa de que o exercício da jurisdição se trate, também, de um serviço público (ainda que em sentido lato), a sociedade tem expectativa que a tutela jurisdicional seja justa, em tempo razoável e com resultados reais e efetivos.

Na perspectiva do Juiz, várias são as posturas que podem ser analisadas. A propósito da postura mental, diz José Renato Nalini:

> "Imbuir-se do espírito de juiz que se propõe a ampliar o ingresso das pessoas à proteção da justiça é resultado de desforço meramente pessoal. É o íntimo de suas convicções, a cena de batalha em que se contrapõem argumentos propendentes à visão clássica do julgador passivo e neutro e a assunção de um compromisso real com a concretização da justiça.... A questão hoje ultrapassou a escala da mera *conveniência* ou já não se coloca mais como *recomendação*. É tema de *sobrevivência institucional.* Ou o Judiciário acorda para os reclamos de uma comunidade heterogênea, mas desperta, ou será substituído por alternativas menos dispendiosas, mais rápidas e eficientes de resolução dos conflitos."[47]

O olhar sobre o tema "acesso" pode convergir também para a análise da postura processual. O Juiz trabalha com as normas processuais postas, assim deve extrair delas tudo o que puder assegurar em termos de concretização do justo. É sua tarefa constante no exercício jurisdicional. O Juiz é o condutor do processo, portanto a ele incumbe fazê-lo tramitar de maneira regular e célere. E, como o processo converge para a decisão, deve o juiz, portanto, usar de iniciativas instrutórias de ofício, empenhar-se na conciliação, ter conhecimento total da controvérsia, além da clara noção que processo é instrumento e não razão de ser.[48]

A missão de realizar justiça atribuída ao Juiz, traz como requisitos inafastáveis

---

[45] CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, reimpresso em 2002, p. 31.

[46] CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. "Acesso à justiça",Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, p. 31.

[47] NALINI, José Renato. *O Juiz e o acesso à Justiça*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2000, p. 83.

[48] NALINI, José Renato. *O Juiz e o acesso à Justiça*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2000, p. 118-138.

de seu ofício, a necessidade de zelo e dedicação na direção dos processos e, também, em sua atuação em audiências na fase conciliatória e na instrução.

Na concepção de um processo justo, o clássico direito de ação se transforma não apenas em meio de se recorrer ao Poder Judiciário para a defesa dos direitos individuais, mas também para o estabelecimento de um verdadeiro direito material da justiça, que requer a remoção dos obstáculos econômicos e sociais que impedem o efetivo acesso à jurisdição.[49]

O sistema processual trabalhista corresponde, na verdade, a um verdadeiro sistema de tutela jurisdicional diferenciada: seja através da concentração; seja através da simplificação das fases e dos atos processuais; seja através da técnica de sumarização da cognição, típica das medidas cautelares e antecipatórias[50], o que lhe outorga posição de destaque nessa concepção de processo justo.

6 - IMPORTÂNCIA E PAPEL DA CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO

Observando o teor dos arts. 764, 831, 850 e 852-E todos da CLT, é forçoso reconhecer que os momentos legais específicos à tentativa de conciliação resultam na consagração do Juiz como pacificador social, relegando a segundo plano sua função de aplicador da lei.

A importância da conciliação no processo do trabalho é inequívoca, tanto que se tem entendido que, se o Juiz não propõe a conciliação, haverá nulidade absoluta do atos processuais posteriores, já que se trata de matéria de ordem pública.[51]

A propósito:

> "NULIDADE POR AUSÊNCIA DA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO NA AUDIÊNCIA INAUGURAL - Nos termos do artigo 846 da CLT, no processo do trabalho, é imperativo de ordem pública a sujeição dos dissídios individuais à prévia proposta de conciliação. Pelo menos em duas oportunidades definidas por lei, o Juiz é obrigado a propor e a renovar a proposta de conciliação. Ademais, a proposta de conciliação é obrigatória, pela própria natureza do processo do trabalho, conforme se extrai do artigo 114 da Constituição Federal que disciplina a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar os dissídios individuais. Portanto, a ausência da proposta de conciliação constitui nulidade absoluta, podendo ser argüida a qualquer tempo. Revista conhecida e provida". (TST - RR 335588/1997 - 3ª T. - Rel. Min. Francisco Fausto - DJU 22.10.1999 - p. 204).[52]

---

[49] Nesse contexto, a presença de um magistrado com saberes transdisciplinares é imprescindível, além da aproximação com a exlética - "pensamento do homem integral". Sobre o tema, ver MARTINS, Nádia Bevilaqua. *Resolução Alternativa de Conflito Complexidade Caos e Pedagogia*, Curitiba: Juruá, 2006.

[50] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p.154.

[51] Nesse sentido: LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 479.

[52] É de se salientar que a nova redação do art. 114 da Constituição (EC 45/04) não mais possui o verbo "conciliar", todavia, sabe-se que tal alteração ocorreu em face das novas competências trabalhistas onde não se admite a conciliação (executivos fiscais e mandado de segurança em 1º grau). Portanto, o teor do acórdão do C. TST é plenamente aplicável, apesar da referida alteração.

Arion Sayão Romita [53] analisando a conciliação não sob o enfoque processual, mas sim sob o prisma da política social, diz que a conciliação, ao lado da composição e da competência, constitui um dos pilares em que se apóia a organização corporativista da Justiça do Trabalho. (grifou-se)

Para o referido autor, a Justiça do Trabalho do Brasil foi instituída com a finalidade de anular o conflito entre as classes evitando o contato direto entre elas e refletindo em conseqüência a mesma feição paternalista. Diz que a Justiça do Trabalho deve reservar seus esforços para a tarefa de julgar. E arremata aduzindo que a mera (sic!) tentativa de conciliar as partes constitui trabalho subalterno para juízes de 1º grau, que se prepararam para uma bela carreira, prestaram um concurso dificílimo e jamais terão oportunidade de demonstrar sua cultura jurídica se o esforço conciliatório vingar. O texto foi escrito em outubro de 1993 e a propósito da alteração do caput do art. 114 da Constituição da República foi republicado em 2005 com a mesma assertiva. [54]

Efetivamente, não comungo do posicionamento externado pelo r. autor, salientando que o mister conciliatório do Juiz do Trabalho é extremamente importante e rico, sendo a conciliação relevante mecanismo estatal dos conflitos intersubjetivos de interesses nas sociedades contemporâneas. Urge eliminar tais preconceitos, até porque é até do senso comum que no atuar conciliatório o Juiz deverá ter inúmeras ferramentas que, nem sempre, no ofício de julgar serão necessárias. O Juiz que atua conciliando e julgando, desenvolve saberes distintos, é um profissional complexo, com conteúdos e ferramentas de atuação transdisciplinar e muito preparado para a função jurisdicional como um todo.

Lapidar o ensinamento de José Roberto Freire Pimenta:

> "É fundamental a compreensão da importância da conciliação como um componente inevitável e importantíssimo do mecanismo de solução estatal dos conflitos intersubjetivos de interesses, nas sociedades contemporâneas. Isto é necessário, antes de mais nada, para eliminar o inegável e equivocado preconceito que os operadores de Direito ainda têm com as conciliações em geral e, em particular, com os acordos trabalhistas - como se a Justiça que enfatizasse as conciliações em detrimento daquela que sempre decidisse os conflitos a ela submetidos através de sentença autoritativamente proferida fosse, de algum modo, uma "Justiça menor" e, também, de alguma forma "menores" os juízes que encaminhassem, com a ênfase e o empenho necessários, o entendimento entre as partes."[55]

06.1. CONCILIAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO:

Como já se salientou, é inequívoco que a conciliação é relevante mecanismo estatal de solução estatal dos conflitos intersubjetivos de interesses

---

[53] ROMITA, Arion Sayão. *A conciliação no processo do trabalho após a Emenda Constitucional n. 45.* São Paulo: Revista LTr, vol. 69, n. 5, maio de 2005, p. 535.

[54] ROMITA, Arion Sayão. *A conciliação no processo do trabalho após a Emenda Constitucional n. 45.* Revista LTr, vol. 69, n. 5, maio de 2005, p. 535.

[55] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p. 154.

nas sociedades atuais. [56] E, como também já salientado acima, já é hora de eliminar a preconceituosa visão de que a Justiça que concilia é uma Justiça "menor" e de que os Juízes que conciliam são Juízes "menores". [57]

Não menos certo que há de se rechaçar a idéia de que o sistema processual trabalhista é um sistema originalmente defeituoso, padecendo de vício insanável, a merecer total reforma ou aplicação irrestrita do Código de Processo Civil.

Nicola Picardi, professor da Universidade de Roma, citado por José Roberto Freire Pimenta, a propósito da conciliação no direito comparado, salienta:

> "O direito comparado tem revelado, nos últimos anos, um perfil comum em todos os países, no sentido de reforçar e de desenvolver formas de conciliação, principalmente para garantir uma maior eficiência de todo o aparato judiciário. O que equivale dizer: a conciliação se apresenta, no mundo contemporâneo, como uma das formas de garantir maior eficiência ao aparato judiciário."

A conciliação judicial, em especial aquela que possa ser obtida logo no

---

[56] Alguns trechos de grandes doutrinadores: **Martins Catharino**: a conciliação é uma conseqüência do princípio teleológico da finalidade social específica, um dos seus princípios fundamentais, próprio do Direito Processual do Trabalho. **Coqueijo Costa**: os órgãos da Justiça do Trabalho são precípua e inicialmente conciliadores, decidindo se não conseguirem avir as partes, porquanto suas decisões, mesmo em dissídios individuais, transcendem o interesse conflitante das partes para se projetar no todo como poderoso instrumento de paz social. **José Augusto Rodrigues Pinto**: o Juiz do Trabalho é além de conciliador, mediador e árbitro.

[57] Também na Itália eram tradicionalmente vistos como componentes de uma "justiça menor" os conciliadores ou juízes de paz, juízes leigos (hoje recrutados exclusivamente entre bacharéis em Direito, mas que desempenham funções exclusivamente honoríficas e não remuneradas) correspondentes ao primeiro dos três níveis em que se dividiam naquele país os órgãos jurisdicionais de primeira instância (encarregados fundamentalmente das "pequenas causas", sendo os outros dois o "pretor", juiz de carreira que decidia monocraticamente alguns tipos de litígios, e os "tribunais", compostos também exclusivamente de juízes de carreira e que decidiam de forma colegiada todos os demais litígios, estrutura essa que recentemente foi modificada pelo Decreto legislativo nº 51, de 19.02.98, que suprimiu a figura do pretor e repartiu a competência jurisdicional naquele país exclusivamente entre os juízes de paz e os tribunais, decidindo estes, como regra geral, em composição monocrática em matérias pré-fixadas, inclusive nas controvérsias do trabalho, e de forma colegiada, de forma residual, nas demais). Vejam-se a respeito o trabalho já citado de Nicola PICARDI ("Il conciliatore", *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, 1984, Milano: Giuffré Ed., p. 1067-1115), bem como dois artigos de Mauro CAPPELLETTI ("Giudici laici", *Rivista di diritto processuale*, Padova: CEDAM, p. 698 e ss. e "Appunti su conciliatore e conciliazone", *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, Milano: Giuffré Ed., 1981, p. 50 e ss.), bem como as concisas exposições de Elio FAZZALLARI (*Istituzioni di diritto processuale*, Padova: CEDAM, 1996, 8ª ed., p. 125-133), de Giovanni VERDE (*Profili del processo civile - 1. Parte generale*, Napoli: Jovene Editore, 4ª ed., 1994, p. 84-87) e de Andrea PROTO PISANI (*Lezioni di diritto processuale civile*, Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1999, p. 15-18, 135-139 e 225-228). In PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p. 154-5.

início do iter procedimental é extremamente interessante, por razões de funcionalidade do próprio sistema e, também porque atende aos princípios da celeridade e efetividade tão importantes quando se trata de tutela jurisdicional desejável. [58]

Por outro lado, a conciliação recupera faixas contenciosas que ficariam em estado potencial (as chamadas pequenas causas). E, uma vez que atenua a pressão numérica dos processos judiciais contribui para reduzir o tempo de tramitação global dos processos, preservando a qualidade da atuação dos organismos judiciários.[59]

Sempre que as partes estão envolvidas em relações multiplexas, isto é, relações de múltiplo vínculo (opostas às relações circunstanciais, de vínculo único, que se estabelecem entre estranhos), a continuidade das relações por sobre o conflito tende a criar um peso estrutural a cujo equilíbrio só a conciliação pode adequar.[60]

Segundo José Roberto Freire Pimenta, nessas hipóteses de conflitos surgidos e desenvolvidos no curso de uma relação jurídica ao menos tendencialmente continuativa, a sentença não é a melhor solução por que:

> "Essa tende, de fato, a resolver o problema retrospectivamente, estabelecendo qual das duas partes na lide tinha razão e qual agiu errado, do ponto de vista técnico jurídico. Na espécie, o episódio isolado está inserido, ao invés, na situação complexa da qual saiu e a investigação do julgador tem de ser dirigida não tanto ao passado quanto ao futuro. Sobre a justiça legal, técnica, profissional deve prevalecer, como regra, a busca de toda possibilidade destinada a restabelecer uma convivência pacífica entre as partes." [61]

Existem litígios próprios da vida contemporânea que surgem em decorrência das relações intersubjetivas relativas às chamadas "instituições integrais" - família, escola, hospital, local de trabalho, por exemplo. E, nesses conflitos os procedimentos de conciliação são desejáveis, porque a "fuga" destas instituições ou é impossível ou é muito onerosa, além do que as relações são destinadas a perdurar no tempo. Outro tipo de litígio em que a conciliação opera de forma eficaz são as chamadas "pequenas causas" (aquelas de reduzida relevância econômica se consideradas caso a caso), pois a chance de abandono pelo autor se a demanda não terminar por acordo na 1ª audiência é freqüente.

---

[58] A esse respeito se pronunciaram de forma expressa CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant em sua obra coletiva "Acesso à justiça", Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, p. 83/84: "Existem vantagens obtidas tanto para as partes quanto para o sistema jurídico, se o litígio é resolvido sem necessidade de julgamento. A sobrecarga dos tribunais e as despesas excessivamente altas com os litígios podem tornar particularmente benéficas para as partes as soluções rápidas e mediadas, tais como o juízo arbitral. Ademais, parece que tais decisões são mais facilmente aceitas do que decretos judiciais unilaterais, uma vez que eles se fundam em acordo já estabelecido entre as partes."

[59] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p. 154.

[60] SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica.* Rio de Janeiro: Revista Forense, vol. 272, 1980.

[61] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p. 154-5.

Na realidade, a conciliação é a pedra de toque do processo trabalhista, alçada a um verdadeiro princípio basilar, o que demonstra quão fundamental é o papel do Juiz do Trabalho em um contexto como tal.

06.2. POSTURA PRÓ-ATIVA DO JUIZ NO PROCESSO DO TRABALHO

Como postura "pró-ativa" do Juiz entende-se uma participação efetiva do juiz na condução do processo, usando seu poder diretivo (formal e material) e suas faculdades instrutórias, sem se afastar, é claro, da condição e garantia que as partes têm de ter um juiz imparcial.

O papel tradicionalmente reservado ao juiz de um espectador inerte, passivo e incapaz de reagir e agir por uma justiça mais eficiente e mais próxima da verdade real não cabe mais no momento atual. Já se disse que o Juiz seria um "convidado de pedra" diante das injustiças e misérias do mundo. Já se disse, também, que o que não está nos autos não está no mundo. Mas, não é esse o papel que a sociedade contemporânea espera do Poder Judiciário. [62]

Se em outros ramos do direito, a postura "pró-ativa" do Juiz vem sendo incentivada, no processo do trabalho ela tem especial relevância, quer pelo tipo de conflito que lhe é submetido diuturnamente, quer porque a referida atuação está prevista na própria consolidação em seus arts. 8º e 765.

E a lei assim estabelece porque os conflitos trabalhistas têm origem e repercussão de amplo significado social. Por outro lado, nunca se olvide que as partes nesses conflitos são profundamente desiguais tanto do ponto de vista econômico, social e cultural. E, acresça-se que é inequívoca a eficiência dos litigantes "habituais" em sua atuação em juízo, tendo que se compensar juridicamente tais desigualdades de fato. Assim, por qualquer ângulo que se analise a questão, a previsão legal da "pro-atividade" do Juiz do Trabalho é irrepreensível.

Márcio Túlio Viana em texto sobre "discriminação", com sutileza e muita propriedade, trata de algumas questões que estão subjacentes ao exercício da função jurisdicional do Magistrado do Trabalho e que fundamentam a postura "pró-ativa" referida:

> "Vejo hoje, com vinte e um anos de atraso, que o processo - ou o procedimento - é algo muito mais intrincado e complexo do que um simples conjunto de regras formais, entre as quais o juiz se movimenta. Não é apenas um composto de prazos, recursos, sentenças, petições. É também o modo de falar, o jeito de ouvir, a forma de olhar; são as vestes talares, o estrado alto, o linguajar rebuscado, o argumento mais hábil. É tudo isso e muito mais: como as raízes de uma árvore, ele se irradia para além dos papéis, para além da lei e para fora da sala de audiências. Se o que não está nos autos não está no mundo, o que está no mundo está sempre nos autos...
>
> Por isso, discriminamos todos nós, juízes, quando não notamos

[62] Sobre o tema ver "A Rebelião da Toga", José Renato Nalini, Ed. Milleniun, São Paulo, 2006. Para o autor a "rebelião" da toga seria uma espécie de conversão do juiz brasileiro para tornar-se um artífice da pacificação, a partir de uma interpretação constitucional conseqüente com a realidade. Para ele a missão de edificar a nação justa, fraterna e solidária prometida pelo constituinte, não pode recair apenas sobre os demais Poderes-o Executivo e o Legislativo. Segundo o autor, o Judiciário é também parte integrante do Estado, é um dos três Poderes da República e os objetivos fundamentais da Nação brasileira são seus também.

> que todas as coisas se interagem; e que a Justiça não é uma estátua de mármore, mas uma mulher cheia de malícias, que recebe e reflete tudo o que se passa fora dela. Em poucas palavras, discriminamos quando não percebemos que as relações de dominação não se esgotam no pequeno mundo da fábrica, mas acompanham o trabalhador em cada um de seus passos e de seus gestos; que o perseguem até em seu lar, quando ele engole e digere, sem defesas, os jornais e as domingadas da TV...
>
> Discriminamos todos nós quando não vemos - ou tentamos não ver - que a igualdade formal, embora muito importante, pode também servir, e tem servido, para mascarar e legitimar a desigualdade real: se todos são iguais, por que não o seriam as próprias regras? Na verdade, como dizia, as regras compensatórias, que a lei criou, só reduzem as discriminações mais visíveis.
>
> Discriminamos todos nós, eu diria, quando deixamos de ser parciais: não para destorcer a prova, ignorar a norma ou prejulgar o fato, mas no sentido de compensar, na medida do possível e do razoável, as outras tantas discriminações que a lei despreza ou esconde - pois ela quer manter o mito, e (graças a isso) todo o sistema.
>
> Discriminamos todos nós, enfim, quando nos tornamos insensíveis às infinitas variáveis do cotidiano, sem perceber que uma parte do processo vem das ruas - contaminando, por todos os lados, o corpo cheio de poros da Justiça."

Compreende-se que, no processo do trabalho a atuação do magistrado é instrumento estatal de equalização jurídica das partes materialmente desiguais, além de controlar a aplicação das normas de ordem pública e de interesse da sociedade em geral (v.g. direitos indisponíveis, questões tributárias e previdenciárias[63]). [64]

Assim, inexorável a conclusão de que o Juiz do Trabalho não é um mero "homologador passivo" de todo e qualquer acordo que lhe seja submetido pelos litigantes (arts. 125, III e 129 do CPC). [65] Na homologação que corresponde ao ato

---

[63] Art. 832, § 6º, da CLT - O acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença não prejudicará os créditos da União.

[64] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p. 155.

[65] Em sentido oposto, Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena "A nível de preservação não só da competência dos Juízes do Trabalho mas e mesmo dos instrumentos operativos e das questões e do conteúdo da conciliação trabalhista, fica-se na indevassabilidade do conteúdo do acordo, que é negócio jurídico autônomo entre as partes, de que externa e formalmente participa o órgão judicial, com o ato da homologação. É evidente que a intervenção do Estado, através do Juiz, no ato da homologação, é exclusivamente extrínseca e diz respeito, tão somente, ao procedimento, ao iter e à forma deste ato. (omissis) Pois bem, o Juiz do Trabalho não pode intervir no ato de elaboração das condições materiais do acordo nem desvirtuar-lhe as causas que levaram as partes a realizá-lo, e menos ainda, obstaculá-lo, com inserção de cláusulas ou condições externas à vontade autônoma dos interessados, pois o Estado não integra substancialmente a transação mas, na Justiça, o faz tão só formalmente, com a homologação pela Junta, que extingue a lide e faz a coisa julgada." *A conciliação trabalhista. A transação. O IR e o INSS.* Belo Horizonte: Boletim Doutrina e Jurisprudência, TRT da 3ª Região, v. 14, n. 01, jan./maio de 1993.

judicial pratico pelo Juiz do Trabalho, compete-lhe avaliar com a percuciência e profundidade pertinente a forma e o conteúdo que lhe estão sendo submetidos. Tudo de modo a assegurar a livre e consciente manifestação da vontade das partes e, também, para evitar ofensa a normas de ordem pública, assegurando a presença de uma genuína transação.

06.3. O LITIGANTE HABITUAL E SUA ATUAÇÃO EM JUÍZO

No caso dos chamados "litigantes habituais", a postura "pró-ativa" do Juiz também se faz necessária porque compensa juridicamente as eventuais desigualdades de fato, já que a eficiência desses litigantes quando em juízo é inequívoca.

A eficiência dos litigantes eventuais decorre de alguns fatos e posturas que podem ser adotadas, exatamente por ter posição assídua frente ao Poder Judiciário. Inequívocas as vantagens dos litigantes "habituais" em face dos litigantes "eventuais", consoante pode-se verificar pelo elenco apresentado por José Roberto Freire Pimenta:

> "a) maior experiência com o Direito, que lhes possibilita melhor planejamento de cada litígio e do conjunto de litígios em que eles estão ou estarão envolvidos;
>
> b) o litigante habitual tem economia de escala, porque tem mais casos (o que significa que, para cada um deles, ser-lhe-á menos oneroso atuar em Juízo; por exemplo, em se tratando das mesmas lesões eventualmente cometidas contra um número expressivo de empregados, suas defesas e seus meios de prova serão sempre iguais, padronizados ou ao menos semelhantes);
>
> c) o litigante habitual tem oportunidades de desenvolver relações informais com os membros da instância decisora (que, embora não sejam capazes de influenciar o conteúdo de suas decisões imparciais, não deixam de constituir uma vantagem adicional, ao menos para lhe permitir saber qual a melhor maneira de se conduzir ao longo dos feitos e de argumentar da forma mais persuasiva possível, em função de seu conhecimento das posições de cada julgador, já manifestadas em casos similares);
>
> d) ele pode diluir os riscos da demanda por maior número de casos (o que por sua vez vai diminuir o peso de cada derrota, que será eventualmente compensado por algumas vitórias);
>
> e) ele pode testar estratégias diferentes com determinados casos (de natureza material ou processual), de modo a criar precedentes favoráveis em pelo menos alguns deles e a garantir expectativa mais favorável em relação a casos futuros." [66]

O sistema da CLT é inspirado pelo publicismo do processo, que lhe garante uma coloração mais efetiva, social e justa. E, se o artigo 791, "caput", da CLT de inequívoca constitucionalidade, assegura aos litigantes trabalhistas o *jus postulandi*, o papel do Juiz do Trabalho é extremamente importante como instrumento de garantia da igualdade substancial (e não apenas formal) das partes no curso do processo trabalhista. Esta tarefa do juiz de facilitar e promover a equalização das

---

[66] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p. 157.

partes deve ser destacada, observando que os "julgadores mais ativos podem fazer muito para auxiliar os litigantes que não contam com assistência profissional." [67]

Não se entenda com isso que se está a defender que o Juiz do Trabalho atue de forma parcial ou direcionada a uma das partes. Na realidade, a sua intervenção equalizadora visa a garantir às partes uma real "igualdade de ferramentas" tanto para no "atuar processual", quanto para a compreensão da controvérsia e do iter procedimental que elas percorrerão. Há de se garantir sempre às partes, o patamar essencial oriundo dos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

06.4. CONCILIAÇÃO COMO MEDIDA DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL

A conciliação não pode ser interpretada ou processada como uma forma de desconstrução do processo ou do direito material que lhe está subjacente. Tratar de conciliação é tratar de um instituto importantíssimo que, todavia, não pode se converter em medida de inefetividade dos direitos legalmente previstos. Essa é uma premissa indeclinável desse estudo: o processo não pode ser ferramenta de desconstrução do direito material do trabalho.

Mauro Cappelletti e Briant Garth salientam que as técnicas processuais (a forma pela qual os direitos substanciais se tornam efetivos) servem a funções sociais:

> "... qualquer regulamentação processual, inclusive a criação ou o encorajamento de alternativas ao sistema judiciário formal, tem um efeito importante sobre a forma como opera a lei substantiva - com que freqüência ela é executada, em benefício de quem e com que impacto social." [68]

Assim sendo, conforme dizeres de José Roberto Freire Pimenta, a prática do Juiz na conciliação tem que ter subjacentes algumas importantes questões:

> 1. Aplicação do direito material pelo Judiciário é mecanismo de justa pacificação daquele conflito específico;
> 2. Referida aplicação é, também, poderoso instrumento de indução do cumprimento espontâneo das normas, na perspectiva mais geral da sociedade na qual eles estão inseridos;
> 3. Os destinatários das normas jurídicas devem saber que só lhes resta cumprir a lei, assim menor será o acionamento da máquina jurisdicional e mais eficácia e efetividade terão as normas jurídicas.[69]

Em poucas palavras: quanto mais efetiva for a jurisdição, menos ela será acionada.

A cuidadosa análise de José Roberto Freire Pimenta merece ser transcrita:

> "Mais concretamente: qual o valor médio das conciliações trabalhistas, em função do valor das obrigações trabalhistas deliberadamente descumpridas por determinados empregadores, ao longo do contrato de trabalho ou por ocasião de sua rescisão;

---

[67] CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. "Acesso à justiça", Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, p. 103.

[68] CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*, Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, reimpresso em 2002, p. 12.

[69] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p. 157.

> se as conciliações normalmente são celebradas com ou sem assinatura da CTPS, com incidência ou não das contribuições previdenciárias e das obrigações tributárias e com ou sem a denominada quitação plena por todas as obrigações porventura decorrentes daquele contrato de trabalho ou da relação jurídica de outra natureza havida entre as partes. Por outro lado, qualquer empresa razoavelmente organizada faz uma análise dos custos relativos de sua política trabalhista: vale ou não a pena descumprir a lei trabalhista, à luz da relação custo-benefício? Quais os ganhos financeiros dessa conduta, em confronto com os riscos dos ônus (também financeiros) daí decorrentes (multas aplicadas pela fiscalização trabalhista, tributária e previdenciária e pela própria Justiça do Trabalho - artigos 467 e 477, § 8º, da CLT). As possíveis vantagens para o empregador são numerosas e substanciais: o número de empregados que de fato ajuízam reclamações trabalhistas freqüentemente é bem inferior ao número de lesados; existem os ganhos decorrentes da prescrição trabalhista, que vão erodindo, total ou parcialmente, os direitos trabalhistas; os acordos judiciais quase sempre são celebrados em valor inferior ao devido; no caso de não conciliação na fase de conhecimento, os ganhos no mercado financeiro são sempre superiores aos ônus decorrentes do prosseguimento da ação trabalhista; resta sempre a possibilidade de vitória por vicissitudes processuais - confissão ficta, por exemplo; se nada disso ocorrer, existe sempre a possibilidade de acordo somente na execução, ainda por valor inferior ao declarado como devido, em sentença passada em julgado." [70]

Interessante observar que a depender do contexto social em que existir a controvérsia, a iniciativa de se buscar a tutela jurisdicional pode variar e, também, o motivo que impulsiona o caminho jurisdicional. Segundo interessante análise de Dinamarco, nas sociedades menos desenvolvidas, é o devedor, quem normalmente fala para aquele que dela seria beneficiário e foi lesado por sua conduta contrária ao Direito, de modo cínico: *"Vá procurar seus direitos!"* Entretanto, nas sociedades mais desenvolvidas, em situações semelhantes, a expressão intimidativa é outra. Nos Estados Unidos, a advertência parte daquele que é o beneficiário da norma tida por descumprida, que diz: *"I will sue you"* (eu vou processá-lo). Esse é o mecanismo através do qual o titular do direito dissuade o obrigado quanto a possíveis resistências injustas.[71]

---

[70] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p. 157.

[71] Nesse último caso de conflito, a ameaça é daquele que em princípio se beneficia do direito material, porque sabe que pode contar com uma jurisdição efetiva, capaz de, com boa probabilidade, sancionar aquele que não cumpriu espontaneamente os preceitos de conduta estabelecidos pelo ordenamento jurídico em vigor, observação também de José Roberto Freire Pimenta. PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* S. Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p.157.

Portanto, na prática conciliatória, não se pode olvidar que o direito processual serve para materializar a justiça social, como instrumento eficaz para a reivindicação dos direitos dos trabalhadores no processo.

Há interessante debate que se trava quanto à desigualdade e proteção que a lei, por vezes, outorga. Assim, "justo é tratar desigualmente os desiguais, na mesma proporção em que se desigualam, e o favorecimento é qualidade da lei e não defeito do juiz, que deve aplicá-la com objetividade." [72]

06.5. REQUISITOS JURÍDICO-FORMAIS DA CONCILIAÇÃO JUDICIAL TRABALHISTA

A transação, por sua força antilitigiosa, é instituto salutar de inegável utilidade para as partes e também para a coletividade. Todavia, como já se consignou acima, não é toda e qualquer transação que é salutar ou que contem tal força. E, por outro lado, para que a transação tenha efetividade, alguns requisitos (existência e de validade) deverão ser respeitados.

São chamados de requisitos de existência: convenção das partes; reciprocidade das concessões; incerteza (subjetiva) a quem pertence o direito (res dubia); incerteza sobre o resultado do processo (res litigiosa) e se tratar de direitos patrimoniais de caráter privado. Por outro lado, os requisitos de validade podem ser assim enumerados: capacidade; licitude e possibilidade do objeto (não pode ser fraudulento[73], atentatório aos cofres públicos, fraudar direitos de terceiros, atentar contra a ordem pública, em face de direitos "fora do comércio" reconhecidos e/ou confessados - vg. alimentos futuros, salários, bens públicos) e que a forma seja prescrita ou não defesa em lei.

Especificamente sobre o conceito de *res dubia* e o objeto da transação importante a reflexão de João Baptista Villela para se reconhecer que o significado de coisa duvidosa é muito mais amplo do que a semântica estrita:

> "Todos os direitos positivados na ordem jurídica padecem, por assim dizer e no que respeita à sua garantia estatal, de uma *dubiedade* intrínseca e imanente, que se manifesta sempre que alguém se opõe ao seu prevalecimento. O reclamante podia estar bem cônscio e

---

[72] GIGLIO, Wagner. *Direito Processual do Trabalho,*12ª. ed., Saraiva: S. Paulo, 2002, p. 73.

[73] São as chamadas lides simuladas (ou patológicas, para alguns), acordos forjados aproveitando da hipossuficiência ou necessidade do trabalhador quando a ruptura contratual. Os exemplos se multiplicam, infelizmente. Algumas decisões de minha lavra, quando integrante da Seção Especializada em Dissídios Individuais: 1) Ação Rescisória do TRT da 3ª Região: 1) "***AÇÃO RESCISÓRIA*** - LIDE SIMULADA. Se a prova nos autos produzida demonstra que a decisão homologatória do ***acordo*** foi proferida em sede de verdadeira lide simulada, impõe-se a sua desconstituição e, em juízo rescisório, a extinção do processo originário, sem julgamento do mérito. Inteligência do disposto na Orientação Jurisprudencial no. 94 da d. SbDI-II do TST. **00031-2005-000-03-00-7 AR" - 2) *AÇÃO RESCISÓRIA*** - LIDE SIMULADA. Quando as provas dos autos demonstram, de forma inequívoca, que o ***acordo*** celebrado na reclamação trabalhista originária era condicionante para o pagamento de verbas rescisórias e/ou a manutenção do emprego e, ainda, que o advogado da reclamante lhe fora indicado pela própria ré, está-se diante de uma lide simulada.E,nos termos da Orientação Jurisprudencial no. 94 da d. SbDI-II do TST, "a decisão ou ***acordo*** subjacente à reclamação trabalhista, cuja tramitação deixa nítida a simulação do litígio para fraudar a lei e prejudicar terceiros, enseja ***ação rescisória***, com lastro em colusão. No juízo rescisório, o processo simulado deve ser extinto". **01881-2004-000-03-00-1 AR.**

> convencido de seu direito. Oferecida, porém, resistência invencível à sua pretensão, só lhe restou a alternativa de buscar reconhecimento em juízo. A partir daí é a autoridade judiciária quem dirá se ele tem ou não tem direito. Não caiamos, por isso, na tentação de pensar que direito é só o que as cortes declaram como tal. O direito preexiste ao juiz, que apenas o aplica. Mas é o ato concreto de jurisdição que aponta a norma incidente e lhe revela o sentido. Nem é outro o significado de *jurisdição*. Ela se constitui no poder que está investido o juiz para *dizer o direito*. Ou seja, apontar o direito aplicável à espécie sob seu julgamento. ... omissis ... Vê-se, pois, que a certeza do direito é relativa e que, diante da contestação, nunca se sabe, em rigor, que solução prevalecerá. *Res dubia,* pode ter um significado muito mais amplo do que simplesmente o de *coisa duvidosa*, aqui no sentido de direito sobre cuja existência, conteúdo ou extensão o próprio titular esteja inseguro."[74]

Certo que ao Juiz incumbe a verificação além da regularidade formal do ato, também o seu conteúdo, notadamente no que tange a sua conveniência para as partes e os requisitos elencados. O Juiz deve velar para que a conciliação celebrada, com a sua assinatura homologando a avença, se constitua em um ato eficaz, produzindo os efeitos queridos pelas partes.

Quando o Juiz homologa o acordo (dá o seu aval), ele está praticando um verdadeiro ato jurisdicional ("sentença de homologação", segundo Valentim Carrion[75]) que inclusive põe fim ao processo, extinguindo-o com resolução de mérito - art. 269, III, do CPC, possibilitando seja reconhecida a coisa julgada (art. 831, parágrafo único, da CLT) e sua execução judicial (art. 876 da CLT).

Para Ísis de Almeida, a conciliação "não se homologa", invocando o artigo 831 e seu parágrafo único da CLT, já que ao estabelecer que o acordo equivale a decisão irrecorrível, a lei estaria proibindo o Juiz de intervir na operação, exceto na parte formal. [76] A linha argumentativa exposta extrai-se de Liebman, para quem a "composição retira sua eficácia do consenso dos litigantes e não da qualidade de ela ser mais ou menos conforme à justiça, negada ao juiz qualquer possibilidade de impedir-lhe a formação em termos que lhe pareçam injustos, se, de qualquer modo, convém às partes."[77] Veja-se que não se pretende desmerecer a doutrina de Liebman, todavia ela tem em vista o processo civil, onde as controvérsias sujeitas à transação

---

[74] VILLELA, João Batista. Sobre a renúncia e transação no direito do trabalho. *Curso de direito do trabalho - estudos em memória de Célio Goyatá.* Coord. Alice Monteiro de Barros, 3ª ed. São Paulo: LTr, 1997, p. 182.

[75] CARRION, Valetin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.* 24ª ed. São Paulo: Saraiva. 1999, p.644. Saliente-se, entretanto, que não se comunga do entendimento de r. jurista quanto à impugnação do acordo homologado via ação ordinária, ao invés da ação rescisória (súmula 259 do TST). Veja-se o entendimento do referido autor: "Homologada a transação e transcorrido o prazo para recorrer dessa sentença (com força definitiva), só o despacho formal transita em julgado, pelo que entendemos que, em ação ordinária, poder-se-á discutir o alcance do conteúdo e rescindir o ato jurídico que não constitui coisa julgada; não há lugar para ação rescisória, pois a CLT apenas lhe dá o valor de sentença (art. 831) para o fim de que se possa executar (art. 876), como se fosse." (idem, p. 645).

[76] ALMEIDA, Ísis. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1985, p. 35.

[77] LIEBMAN, Enrico Tullio. In Risoluzione convenzionale del processo. *Rivista di diritto processuale civile,* Padova, v. 9, p. 1, 1932, p. 284.

dizem respeito a direitos disponíveis, inclusive extrajudicialmente. "É natural que em tal contexto prevaleça a máxima *ubi partes conveniunt, cessat officium iudiciis.* No processo do trabalho, há bons motivos para que se adotem outras regras".[78]

Em obra anterior[79], Wagner Giglio entendia que nos acordos formalizados por petição nos autos, o art. 158 do CPC eliminara a necessidade de homologação. Todavia, em obra mais recente, diz textualmente:

> "Nas conciliações formalizadas por petição, o art. 158 do Código de Processo Civil, se aplicável ao processo trabalhista, teria eliminado a necessidade de homologação ... (omissis). A prática revela, porém, que nem sempre seria possível aplicar o referido art. 158 do CPC, por incompatibilidade com o processo do trabalho. Se o acordo é apresentado por petição depois de já ter ocorrido uma audiência, com comparecimento das partes. Mas, se a avença é apresentada antes da primeira audiência, pode (e, por vezes, deve) ser rejeitada, em primeiro lugar, porque, no pedido ainda não contestado, não existe lide a ser composta; em segundo, porque o processo pode estar sendo utilizado para obter benefício vedado por lei (v. infra); em terceiro, porque o acordo pode apresentar defeitos ou vícios, de forma ou de fundo; e finalmente, porque esse procedimento enseja vários tipos de fraude, em prejuízo do empregado ou de outros credores."[80]

Saliente-se que a petição de acordo é ato processual, já a transação havida entre as partes é ato da relação jurídica material. A averiguação do Juiz da validade do acordo judicial e da inexistência de defeitos do negócio jurídico é de natureza processual e é feita quando ele procede ao ato homologatório. Assim, se a homologação é dispensável ao negócio jurídico em si, não o é ao processo. [81]

Em resumo, a homologação do acordo judicial trabalhista é, pois, ato do Juiz em um processo judicial, na presença de lide. É o endosso necessário do Estado, conferindo-lhe validade.

A propósito os ensinamentos de João Baptista Vilella:

> "A aprovação da autoridade é o que faz o ato eqüipolente, nos seus efeitos, à sentença. Por isso mesmo se chama *homologação,* vale dizer, ato de tornar *homólogo* ou correspondente. A homologação, em resumo, faz o acordo *homólogo* ou equivalente à sentença, cujos poderes ele imita e até ultrapassa, pois já nasce com a nota da irrecorribilidade (cf. CLT, art. 831, parágrafo único)."[82]

Na conciliação judicial nada impede que o trabalhador e o empregado avencem cláusulas sem nulidade. O caráter cogente da norma ou a sua

---

[78] VILLELA, João Batista. Sobre a renúncia e transação no direito do trabalho. *Curso de direito do trabalho - estudos em memória de Célio Goyatá.* Coord. Alice Monteiro de Barros, 3ª ed.São Paulo: LTr, 1997, p. 184.

[79] GIGLIO, Wagner D. *A conciliação nos dissídios individuais do trabalho.* S. Paulo: LTr, 1982.

[80] GIGLIO, Wagner D. e CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. *Direito Processual do Trabalho*, 15ª ed., São Paulo: Saraiva, p. 208.

[81] No mesmo sentido: José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva. O acordo no processo do trabalho. *Revista do TRT da 15ª Região - Campinas,* São Paulo: LTr, 2001, v. 13, p.159.

[82] VILLELA, João Batista. Sobre a renúncia e transação no direito do trabalho. *Curso de direito do trabalho - estudos em memória de Célio Goyatá.* Coord. Alice Monteiro de Barros, 3ª ed.São Paulo: LTr, 1997, p. 184.

inderrogabilidade não implicam, necessariamente, na absoluta impossibilidade de disposição de direitos (art. 331, §1º, do CPC c/c art. 769 da CLT).

Quando a transação ocorre perante o Estado o princípio da utilidade social prepondera. O Estado entende que é melhor, politicamente, terminar a lide e que, assim celebrada, a transação não serviu como um instrumento para a derrogação de institutos básicos.

A transação judicial está dentro do sistema de legislação social, na medida em que concilia a necessidade de segurança dos negócios jurídicos com a necessidade de tutela da ordem econômica e social.

Por conveniência de política legislativa, homologar (que é o que sempre ocorre com a transação judicial) é tornar o ato que se examina semelhante ao ato que devia ser ou que se tem por modelo ou idéia. Pode ser ficção jurídica, mas é de política legislativa.

À inequívoca relevância da homologação no juízo conciliatório trabalhista corresponde o dever do Juiz do Trabalho de não apenas verificar, como já se salientou, a regularidade formal, mas também o controle de conveniência para as partes. Segundo Coqueijo Costa "o acordo não deve ser homologado pelo Juiz quando atentar contra preceito de ordem pública, ou seja lesivo aos interesses do empregado". [83] Tostes Malta nos adverte: "nunca o Juiz poderá homologar um acordo apenas porque as partes querem que seja homologado".[84]

Em acréscimo, João Baptista Villela:

> "É de se ir mais além ainda. Um acordo excessivamente oneroso a pequeno empregador ou àquele que, mesmo de grande porte econômico, esteja em situação patrimonial difícil, não deve ser homologado. Até porque, ao fim e ao cabo, o acordo correria o risco de tornar-se impraticável, provocando para o empregado a necessidade de fazê-lo executar judicialmente, nem sempre com vantagens. Ademais, uma eventual inviabilização do empreendimento econômico, que acordos gravosos para o empregador poderiam precipitar, a ninguém serve. Não serve, desde logo, ao empregador. Mas também não serve aos seus outros empregados, nem à sociedade em geral." [85]

Em sentido diverso, Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena quando diz que:

> "... fica-se a indevassabilidade do conteúdo do acordo, que é negócio jurídico autônomo entre as partes, de que externa e formalmente participa o órgão judicial, com o ato da homologação. É evidente que a intervenção do Estado, através do Juiz, no ato da homologação é exclusivamente extrínseca e diz respeito, tão-somente, ao procedimento, ao iter e à forma deste ato. Inversamente do que entende BAPTISTA VILLELA (op.cit., p. 160/1), a inserção da vontade do juiz no conteúdo ou na formação material do ato transigente deforma o instituto, admitindo-se, tão-somente,

---

[83] COSTA, Coqueijo. *Direito processual do trabalho.* 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1986, p. 323.

[84] TOSTES MALTA, Christovão Piragibe. *Prática do processo trabalhista.* 18ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Trabalhistas, p. 292.

[85] VILLELA, João Batista. Sobre a renúncia e transação no direito do trabalho. *Curso de direito do trabalho - estudos em memória de Célio Goyatá.* Coord. Alice Monteiro de Barros, 3ª ed.São Paulo: LTr, 1997, p. 185.

> aclaramentos dos órgãos técnicos, judiciais (juízes togados e classistas), como suporte de formação e não de conclusão." [86]

Todavia, não é esse o nosso modo de ver a questão, pois a conciliação é, regra geral, a melhor forma de resolução da lide. Através dela as partes põem fim ao conflito que deu origem à atuação do Judiciário, transacionando os limites da pretensão e da resistência inicialmente apresentadas. Desta feita, não apenas o processo é extinto, mas também a controvérsia pertinente ao direito material e a lide sociológica porventura existente. Em outras palavras: ocorre a pacificação do conflito, que é a finalidade da própria atuação do Judiciário. Todavia, ressalte-se a composição das partes não é um fim em si mesma, não ensejando a homologação incondicional pelo Juiz.

Assim, de forma resumida, o Juiz deve negar homologação ao acordo:

- que infrinja as normas de proteção e prejudique notadamente o empregado;
- que imponha ônus excessivo ao empregador, resultando em graves dificuldades para o seu cumprimento;
- que contenha prestações sucessivas de alongada extensão e/ou de difícil acompanhamento e que traga em si o germe de outras disputas;
- que valha para as partes alcançar fim defeso em lei (art. 125, III e 129 do CPC).

Observados os indeclináveis parâmetros supra, pode-se ainda compor a equação de sopesamento do atuar conciliatório em juízo com mais alguns dados, consoante João Baptista Villela:

> "A lide não encerra apenas *custas*, mas também *custos,* cuja avaliação é fundamental no ato de aceitar ou rejeitar um acordo. Tais custos assumem no processo a mais variada configuração e vão da incerteza quanto à sorte final da demanda ao desconforto psicológico que o processo determina. No caso do trabalhador, a distância cronológica entre o pedido e sua efetiva satisfação pode ter um significado dramático. Ainda que a causa tenha um andamento rápido, é compreensível que a inevitável demora na prestação jurisdicional atue como catalisador da composição. Carnelutti recorda a lição da experiência para concluir que o *timor litis* favorece a transação não apenas como receio do resultado, senão também como indisposição para com os males do processo. Reporta-se a contexto judiciário em que se fazem concessões, ainda que o êxito da demanda seja certo, mas cujo preço se revele ainda mais alto que o da renúncia. Ou, no sabor do original, "tutte lê volte in cui il prezzo della transazione è minore del prezzo della vittoria!. CARNELUTTI, Francesco. Sulla causa della transazione. *Rivista del diritto commerciale,* Milano, v. 12, pt. 2, 1914, p. 580."[87]

---

[86] VILHENA, Paulo Emilio Ribeiro. A conciliação trabalhista. A transação. O IR e o INSS. In *Boletim Doutrina e Jurisprudência*. TRT da 3ª Região, Minas Gerais. V. 14, n. 1, janeiro/março de 1993, p. 22.

[87] VILLELA, João Batista. Sobre a renúncia e transação no direito do trabalho. *Curso de direito do trabalho - estudos em memória de Célio Goyatá.* Coord. Alice Monteiro de Barros, 3ª ed.São Paulo: LTr, 1997, p. 186.

De se ressaltar, também, que não há direito líquido e certo das partes de chancela judicial à avença apresentada. A razão é singela: os requisitos que emprestam validade à conciliação deverão ser sempre avaliados para que a conciliação seja homologada pelo Judiciário.

Nesse sentido, a Súmula 418 do TST:

> "MANDADO DE SEGURANÇA VISANDO A CONCESSÃO DE LIMINAR OU HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO (conversão das OJs ns. 120 e 141 da SDI-II - Res. 137/2005 - DJ 22.8.2005). A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança."

A participação do Estado na resolução do conflito existente entre os litigantes é de grande valia, pois apesar de não garantir a autenticidade da manifestação de vontade das partes, verifica a legitimidade da efetiva quitação das verbas conciliadas.[88]

O Juiz do Trabalho: não é mero observador, participa ativamente do processo, imprimindo diretrizes consentâneas aos fins da jurisdição; não é um mero espectador do que as partes pretendem fazer no e do processo.

A jurisdição não se destina a limitar ou impedir a conciliação, mas a garantir que os escopos da jurisdição sejam atingidos, com a justa composição da lide, o respeito à Justiça, além do empoderamento das partes para a efetiva solução do conflito, (que, muitas vezes, está muito além da petição inicial e da defesa).

No momento em que os escopos sejam olvidados ou tangiversados, caberá ao Juiz intervir no conteúdo do acordo, redirecionando para obtenção de valores superiores, de prazos que sejam consentâneos às partes (autor e réu), além de estrito respeito às normas de ordem pública, às contribuições legais incidentes - sociais e tributárias.

Portanto, sempre que ocorrer um desvio de finalidade, constituir-se-á para o Juiz o indeclinável dever de penetrar no âmago do ajuste, examinando-o em seu aspecto intrínseco.

Novamente, os ensinamentos de José Roberto Freire Pimenta:

> "Ao Juiz do Trabalho compete a solução de conflitos que apesar de individuais, têm origem e repercussão de amplo significado social, cujo conteúdo corresponde em boa parte a direitos indisponíveis, e diante do qual se defrontam partes que na maioria das vezes são profundamente desiguais do ponto de vista econômico, social e cultural.
>
> Não é toda e qualquer conciliação judicial que se deseja, portanto não se pode querer um acordo a qualquer preço - isto é, aquele que tenha, em seu conteúdo, a injustiça travestida de justiça ou que implique em lesão a direitos públicos ou privados de natureza indisponível." [89]

---

[88] É claro que não se está tratando de acordos cujo pagamento é estabelecido fora dos autos - no escritório, na sede da empresa, etc. É que nesses casos, a legitimidade na percepção dos valores do acordo fica mitigada ante o pagamento fora do controle jurisdicional (v.g. pagamento em instituições bancárias com convênios judiciais).

[89] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p. 156.

7 - EFEITOS JURÍDICOS DA CONCILIAÇÃO E SEU ALCANCE

Segundo o parágrafo único do art. 831 da CLT, no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.

Primeira observação importante, para se desconstituir o acordo homologado a única via é a ação rescisória, consoante o art. 485, VIII, do CPC.

A propósito:

> Súmula 259 do TST - Termo de Conciliação. Ação Rescisória. Só por ação rescisória é impugnável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da CLT.

O inciso V, da Súmula 100, V, do TST, também deixa claro que esse é o caminho a ser trilhado:

> Súmula 100, V, do TST - O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, na forma do art. 831 da CLT. Assim sendo, o termo conciliatório transita em julgado na data da sua homologação judicial. (ex-OJ nº 104 - DJ 29.04.03).

Segunda observação, a partir da Emenda Constitucional n. 20/98 (regulamentada pela Lei n. 10.035), a Justiça do Trabalho passou a ser competente para processar e julgar as questões relativas às contribuições previdenciárias que incidirem sobre as sentenças e acordos homologados por ela homologados. Assim, houve alteração da redação originária do parágrafo único do art. 831 da CLT, para, exatamente, acolhendo a ampliação da competência, compatibilizar a condição de créditos de terceiros e a extensão de efeitos decorrentes do acordo homologado em Juízo. Assim, a lei, expressamente, exclui os efeitos de coisa julgada em face do INSS decorrente do acordo trabalhista homologado em Juízo.

Estabelece o § 3º do art. 832 da CLT, que "as decisões cognitivas ou homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso." E, nos termos do art.832, § 5º, da CLT, "intimada da sentença, a União poderá interpor recurso relativo à discriminação de que trata o § 3º deste artigo.

Consoante o parágrafo único do art. 831, da CLT, a decisão que homologa a conciliação entre os sujeitos originários da lide somente produzirá os efeitos da coisa julgada, originalmente, a esses sujeitos. No caso da União, ela pode se insurgir contra os termos do acordo homologado que lhe digam respeito (contribuições previdenciárias, por exemplo). Entretanto, o acordo produzirá efeitos à União se, intimada para tomar ciência da decisão, deixar transcorrer *in albis* o prazo que lhe foi assinalado. (art.832, § 4º, da CLT). [90]

Por outro lado, é lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório (art. 764 da CLT). Todavia, o acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença não prejudicará os créditos da

[90] Art. 832, § 4º **da CLT -** A União será intimada das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, na forma do art. 20 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, facultada a interposição de recurso relativo aos tributos que lhe forem devidos.

União. (art. 832, § **6**º, da CLT). Ou seja, crédito de terceiro, matéria de ordem pública, não admite transação, como, aliás, já se salientou anteriormente.

Entretanto, a lei admite que seja exercido juízo de valoração pelo Ministro da Fazenda quanto ao importe que deverá ou não ser executado, conforme se depreende do parágrafo 7º do art. 832 da CLT: "o Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União nas decisões homologatórias de acordos em que o montante da parcela indenizatória envolvida ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico."

8 - A MEDIAÇÃO DO CONFLITO ESTRUTURAL DA RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO EM JUÍZO - FUNÇÃO JURISDICIONAL DO MAGISTRADO DO TRABALHO.

Primeiramente, é importante ressaltar que embora distintos e autônomos sob a perspectiva epistemológica, direito material do trabalho e direito processual do trabalho constituem um todo funcionalmente orgânico e indivisível.

Como já se salientou anteriormente, o direito processual serve para materializar a justiça social, como instrumento eficaz para a reivindicação dos direitos dos trabalhadores no processo.

No processo do trabalho, a conciliação é geralmente enfatizada e visa amortecer as tensões sociais decorrentes das relações capital-trabalho, essas tidas, também politicamente, como fundamentais para uma harmonia social. No campo das relações de trabalho vê o Estado considerável potencial de desarmonia social, face às contradições imanentes e cuja composição a ordem jurídica buscar efetivar de forma antitética.

Em audiência, a presença do Magistrado tende a impedir o poder de coerção, coação, intimidação que o "empregador-parte" possa exercer. Todavia, não se pode olvidar que há possibilidade de coações anteriores ou posteriores ao momento processual. Não se pode esquecer que há a coação econômica, acrescida de premência alimentar ou até de sobrevivência e que não se afasta (aliás, fica até reforçada) no momento da audiência, quando se tem um hipossuficiente em um dos pólos da demanda.

De se pontuar que existem algumas medidas que podem atenuar a coação econômica (tutelas antecipadas para percepção de valores referentes ao Seguro Desemprego e/ou de FGTS, v.g.) e, assim o efeito perverso da necessidade econômica nos autos e a impossibilidade física de eventual espera processual ficam postergados e impedindo que esse seja o dado decisivo na aceitação do acordo. Certo é que na mediação do conflito, o Juiz do Trabalho deverá lidar com o mecanismo básico do direito: a sanção.

Não menos certo que o demandar não pode ser vantajoso para a parte que descumpriu, na relação de direito material, o dever que lhe incumbia. O processo e/ou o descumprimento da legislação de direito material não pode ser usado como um aspecto do "negócio" de quem quer que seja. Não é essa a resposta que o Estado, através do Poder Judiciário, pode dar ao jurisdicionado, principalmente, porque vários cumpre devidamente suas obrigações e não podem ser penalizados por condutas como tal.

Na relação processual, em face dos escopos jurisdicionais, busca-se a substituição de um estado de luta, por um estado de Paz. Na relação de direito material, não se nega, nem se poderia negar o conflito estrutural capital x trabalho, ele existe, é real e a tensão é necessária (sociologicamente falando).

Os arts. 9º, 444 e 468 da CLT asseguram ao trabalhador uma superioridade

jurídica compensatória à sua inferioridade econômica. Todavia, a igualdade formal, embora muito importante, pode também servir para mascarar e legitimar a desigualdade real: se todos são iguais, por que não o seriam as próprias regras? As regras compensatórias criadas pela lei reduzem tão-somente as discriminações mais visíveis. [91]

Nesse contexto, a postura pró-ativa do Juiz do Trabalho é imprescindível para notar, conforme sensível observação de Márcio Túlio Viana que:

> "... o processo - ou o procedimento - é algo muito mais intrincado e complexo do que um simples conjunto de regras formais, entre as quais o juiz se movimenta. Não é apenas um composto de prazos, recursos, sentenças, petições. É também o modo de falar, o jeito de ouvir, a forma de olhar; são as vestes talares, o estrado alto, o linguajar rebuscado, o argumento mais hábil. É tudo isso e muito mais: como as raízes de uma árvore, ele se irradia para além dos papéis, para além da lei e para fora da sala de audiências. Se o que não está nos autos não está no mundo, o que está no mundo está sempre nos autos..." [92]

Assim, a atuação do Magistrado do Trabalho deverá ser sempre com equidade (art. 8º e 852-i da CLT) e como criterioso aplicador das normas e princípios de Direito do Trabalho.

Sobre a concentração das competências do binômio conciliar/julgar no magistrado do trabalho de 1º grau, a visão profícua de José Roberto Freire Pimenta:

> "A concentração, num único órgão unipessoal, das competências (e correspondentes atribuições) para atuar como mediador, com vistas a obter a conciliação dos litigantes, e, em caso de fracasso, para decidir a controvérsia através de sentença, por si só acarreta problemas e dificuldades. Caberá ao juiz do trabalho, em sua prática diária, ficar atento para os perigos e os paradoxos a ela inerentes e distinguir, caso a caso, até que ponto deve prevalecer sua atuação flexível e baseada na eqüidade, como conciliador, e quando deverá assumir seu papel fundamental de criterioso aplicador das normas protecionistas de Direito do Trabalho". [93]

A expressa advertência de CAPPELLETTI e GARTH para o perigo[94] inerente à combinação da atribuição de conciliar com o poder de proferir decisões vinculativas das partes em caso de as partes permanecerem inconciliáveis não se aplica,

---

[91] VIANA, Márcio Túlio. *O Dia-a-dia do Juiz e as discriminações que o acompanham.* Discriminação, São Paulo: Ed. LTr, p. 274.

[92] VIANA, Márcio Túlio. *O Dia-a-dia do Juiz e as discriminações que o acompanham.* Discriminação, São Paulo: Ed. LTr, p. 274.

[93] PIMENTA, José Roberto Freire. *A Conciliação judicial na Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho.* São Paulo: Revista LTr, vol. 65, n. 02, fevereiro de 2001, p.159.

[94] É que o detentor de ambas as competências pode confundir os papéis de juiz e de conciliar e falhar no desempenho satisfatório de qualquer dos dois. E prosseguem, com indiscutível propriedade: "Como conciliador ele pode inconscientemente impor um 'acordo' pela ameaça implícita em seu poder de decidir. Como Juiz, ele pode deixar seu esforço de conciliação subverter seu mandato de aplicador da lei".

como eles mesmos reconhecem, quando o Julgador é especializado na área de direito material respectiva, exatamente o que ocorre na Justiça do Trabalho brasileira.[95] Ademais, ainda que assim não fosse, o conflito trabalhista é um conflito peculiar e com facetas e desdobramentos que, na maioria das vezes transcendem as partes envolvidas, com conotações sociológicas, com partes materialmente desiguais, o que não autoriza a mediação ou conciliação por leigo, não investido de poder jurisdicional.

As técnicas de conciliação[96] devem ser usadas pelo magistrado do trabalhista quando da sua atuação em juízo de forma a, efetivamente, apaziguar o conflito das partes (em todos os seus aspectos - aspectos jurídicos, sociológicos, psicológicos e até psicossociológicos existentes naquela demanda). O franquear da fala às partes, bilateral e ordenada, além da escuta ativa do magistrado possibilitam a investigação dos verdadeiros interesses, fazendo exsurgir o conflito "real", muitas vezes diverso do conflito "processado".

O processo do trabalho (oral, simplificado, com a presença do "jus postulandi", conciliado) facilita e induz a tal atuação próxima às partes e à realidade social que dos autos deflui. A postura pró-ativa do Juiz do Trabalho é condição inerente à boa e adequada atuação jurisdicional[97], quer na prática conciliatória, quer na instrução processual (art. 765 da CLT).

A Sociedade espera do Judiciário Trabalhista uma tutela efetiva e eficaz dos direitos constitucionalmente reconhecidos e em tempo razoável no que se faz possível. Espera o jurisdicionado que se solidifique a nova mentalidade que privilegia o processo social de resultados (processo efetivo e efetivado).

Dentro da nova visão processual e de seus escopos, certo que a sociedade tem direito ao esclarecimento das normas jurídicas materiais e processuais aplicáveis ao litígio para que, assim, possa decidir com consciência sobre conciliar ou não ("empoderamento").

A magistratura deve ser exercida, pois, com firmeza e sem timidez, mas de forma serena e sem incorrer na tentação do autoritarismo, sempre com a finalidade maior de obter a pacificação com justiça dos dissídios.

O exercício equilibrado e efetivo da função jurisdicional é, a um só tempo, condição de existência e expressão concreta do Estado Democrático de Direito que é a nossa função precípua.

Não há dúvida de que a pacificação social é um dos resultados que se almeja quando se procura o Estado-Juiz. E quando se fala em pacificação, a conciliação tem lugar de destaque, pois a conciliação é a "declaração de paz no litígio".[98]

BHZ. 09 de julho de 2007.

---

[95] CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. "Acesso à justiça", Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, p. 109-10 e nota 245.

[96] Muitas delas desenvolvidas em textos sobre mediação e que em nada alteram o fato de ser um magistrado o condutor da averiguação dos verdadeiros "interesses" das partes litigantes e não apenas a "posição" das mesmas. A palavra "interesse" foi aqui usada com o sentido de externar a lide sociológica e a "posição" externando a "lide jurídica".

[97] A função de conciliar do Juiz do trabalho (art. 764 da CLT) é função jurisdicional que a ele incumbe segundo a Consolidação das Leis do Trabalho.

[98] CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.* 24ª ed. São Paulo: Saraiva. 1999, p. 580.

INTERPRETAÇÃO JURÍDICA, CRIATIVIDADE E REPRESENTAÇÕES CEREBRAIS

Atahualpa Fernandez *
Marly Fernandez **

O problema da interpretação e aplicação jurídica levanta ao menos três questões fundamentais: de ordem epistemológica, de ordem axiológico-política e de ordem subjetivo-individual do jurista-intérprete. Nesse contexto, não resulta difícil inferir que a criatividade joga um papel de fundamental importância no processo de realização do direito, uma vez que se o fator último de individualização da resposta ou conclusão do raciocínio jurídico não procede do sistema jurídico (ainda que deva resultar compatível com ele), parece óbvio que deve proceder das convicções pessoais do operador do direito. Assim que embora a questão da natureza da atividade hermenêutica se analise somente desde o ponto de vista descritivo e lógico-formal, o que se deveria tratar de fazer é, em efeito, determinar as funções mentais que se põe em marcha nas operações efetivas levadas a cabo na tarefa de interpretar e aplicar o direito (Troper, 2003).

E porque para a hermenêutica o modelo sujeito-objeto não é viável no âmbito das ciências humanas, a criatividade presente em todo ato de compreensão, interpretação e aplicação jurídica também deve ser abordada por meio da análise dos processos cerebrais do operador do direito. Parafraseando a advertência de Philip Tobias (1997) relativa à linguagem, *se julga com o cérebro*. De fato, temos todas as razões para crer que a tomada de decisão surge da atividade eletroquímica de redes-neuronais no cérebro. A experiência de escolher a decisão satisfatória não é uma ficção, mas uma conseqüência causada pela atividade fisiológica de um cérebro (produto de sistemas cognitivos e emocionais no cérebro) moldado geneticamente ao longo da história evolutiva de nossa espécie e aparelhado para pensar de certa maneira.

Trata-se de um processo neural, com a óbvia função de selecionar a "melhor solução" segundo suas conseqüências previsíveis, a par de devidamente fundamentada. Isto implica dizer que, para poder interpretar uma informação, o cérebro tem que chegar a uma coalizão de grandes conjuntos de neuronas cuja ativação e interação representa a melhor interpretação de um determinado

* Pós-doutor em Teoría Social, Ética y Economia /Universidade Pompeu Fabra; Doutor em Filosofía Jurídica, Moral y Política / Universidade de Barcelona; Mestre em Ciências Jurídico-civilísticas/Universidade de Coimbra; Pós-doutorado e Research Scholar do Center for Evolutionary Psychology da University of California, Santa Barbara; Research Scholar da Faculty of Law/CAU- Christian-Albrechts-Universität zu Kiel-Alemanha; Especialista em Direito Público /UFPa.; Professor Titular da Unama/PA;Professor Colaborador (Livre Docente) e Investigador da Universitat de les Illes Balears/Espanha (Etologia, Cognición y Evolución Humana/ Laboratório de Sistemática Humana); Membro do MPU (aposentado).

** Doutora em Filosofía Moral (Cognición y Evolución Humana)/ Universitat de les Illes Balears- UIB/Espanha; Mestra em Cognición y Evolución Humana/ Universitat de les Illes Balears- UIB/Espanha; Mestra em Teoría del Derecho/ Universidad de Barcelona-UB/ Espanha; Investigadora da Universitat de les Illes Balears/ UIB-Espanha (Etología, Cognición y Evolución Humana / Laboratório de Sistemática Humana).

fenômeno, com frequência em competição com outras interpretações possíveis mas menos prováveis. Por certo que a solução elegida pode não ser a melhor de todas as concebíveis, mas seguramente será potencialmente a melhor de todas as possíveis e disponíveis. É nesse sentido que a interpretação e aplicação do direito é, em última instância, um processo panglossiano.

Depois, não parece definitivamente razoável supor que a tarefa interpretativa e os modelos metodológicos sejam concebidos como extracraneais, enquanto a cognição e a emoção (produtoras da criatividade) não o são. São produtos de nossa maquinária cerebral, tanto como são produtos de nosso entorno cultural.[1] Como recorda Pinker (2002), se a mente é um sistema com muitas partes, uma tendência ou predisposição inata é apenas um componente entre outros. Algumas faculdades podem dotar-nos de cobiça, luxúria ou malignidade, mas outras podem dotar-nos de solidariedade, empatia, previdência, amor-próprio, desejo de ser respeitado e capacidade de aprender com nossas experiências e as de nossos semelhantes. Esses são circuitos físicos situados no córtex pré-frontal e em outras partes do cérebro, e não poderes ocultos de um *Poltergeist,* e têm base genética e história evolutiva tanto quanto os impulsos primais. É apenas a tabula rasa que faz com que as pessoas creiam que os impulsos são "biológicos" mas que o pensamento e a tomada de decisão são alguma outra coisa.

Pois bem, o desenvolvimento neurocognitivo do ser humano favoreceu o aparecimento da curiosidade humana e, a partir dela, surgiu inevitavelmente nosso potencial criativo. Na advertência de Changeux (1996), o cérebro é evidentemente a "base" da linguagem, da arte e da moral. E o ser humano é o único meio através do qual a criatividade chega ao mundo. De fato, se se borrasse o conjunto de cérebros humanos da face da terra, o fenômeno da criatividade desapareceria ao mesmo tempo. A criatividade não existe mais que no cérebro do homem do qual provém e que somente ele é capaz de produzir e compreender[2]. Somente o ser humano dispõe de potencial criativo, e o tem precisamente em seu cérebro, na forma de representações plasmadas em suas conexões neuronais. O resto é mitologia[3].

Daí que o juízo ético-jurídico baseado não somente em raciocínios senão também em emoções e sentimentos morais produzidos pelo cérebro, não pode ser considerado como totalmente independente da constituição e do funcionamento desse órgão que, em uma primeira aproximação, parece não dispor de uma sede única e diferenciada relacionada com a cognição moral e o juízo normativo que dita o sentido do direito e da justiça. O melhor modelo neurocientífico do juízo normativo disponível hoje estabelece que o operador do direito conta, em seus sistemas avaliativo-afetivos neuronais, com uma permanente presença de exigências, obrigações e estratégias, com um "dever-ser" que incorpora internamente motivos racionais e emocionais, e que se integra constitutivamente em todas as atividades dos níveis prático, teórico e normativo de todo processo de realização do direito.

Assim que com relação ao processo criador no direito, parece possível conjeturar que a investigação neurocientífica sobre a cognição moral e jurídica possa vir a afetar nosso entendimento acerca da natureza do pensamento e da conduta humana, com conseqüências profundas no domínio próprio (prático-argumentativo) do fenômeno jurídico. E porque não há uma instituição humana mais fundamental que a norma jurídica e, no campo do progresso científico, algo mais instigante que o estudo do cérebro, a união destes dois elementos (norma/

Notas 1, 2 e 3 no final da matéria

cérebro) acaba por representar uma combinação naturalmente fascinante e estimulante, uma vez que a norma jurídica e o comportamento que procura regular são ambos produtos de processos mentais. Neste particular contexto, o processo de interpretação e aplicação jurídica (convertido no ponto cardinal da evolução jurídica) aparece como o mecanismo apto e o único meio possível e com capacidade necessária e suficiente para por em evidência a natural combinação cérebro/norma.

E uma forma de proceder à análise da criatividade a partir de tais considerações é partindo da premissa estabelecida segundo a qual os operadores do direito vivem das representações e significados que se passam na mente, isto é, que são processados em suas estruturas cerebrais[4]. O conceito de representação procede da teoria kantiana do conhecimento segundo o qual a realidade existe para cada um em particular somente em sua imaginação. Portanto, é somente sua representação. O mundo que vemos é um mundo concebido através da construção feita a partir de estímulos físicos por uma maquinária que é nosso cérebro: a realidade objetiva é "realidade" entanto que realidade humana percebida pelo cérebro humano.

Em neurociência se vem usando o termo representação de forma sistemática para aludir ao conjunto de correlatos neuronais que se dão em nosso cérebro do mundo exterior. Neste marco parece possível não somente aceitar a equivalência entre representação e padrão de atividade cerebral senão também, e muito particularmente, intentar avançar no significado do conceito de representação com base no paradigma admitido pela neurociência. Isto é importante porque nos conduz ao conceito de estabilidade na atividade cerebral como fator determinante da evolução dos padrões, por exemplo, no ato de compreensão, interpretação e aplicação do direito.

Para seguir nesta direção é útil imaginar um simples experimento que poderíamos fazer com uns quantos operadores do direito, com semelhante preparo intelectual e formação profissional, interpretando uma lei. Suponhamos que lhes mostramos a todos um mesmo texto legal (que envolva um dilema moral ou ético-jurídico), lhes pedimos que tratem de interpretar e compreender seus matizes e que depois lhes pedimos que expressem com detalhes um determinado desenho acerca da posição pessoal de cada um sobre o referido enunciado normativo.

Se verdadeiramente estes operadores têm semelhante preparação intelectual e formação profissional nos poderão fazer desenhos praticamente iguais, a menos que o texto legal (ou dilema) contenha detalhes difíceis de interpretar. Portanto, estes operadores tiveram acesso a uma realidade tangível e objetiva do mundo exterior que se haverá armazenado como representação em seus cérebros em forma de padrões de atividade de distintas regiões cerebrais. Não há, contudo, razões para pensar que as zonas cerebrais ativadas serão idênticas nos distintos intérpretes.

Com toda segurança haverá um alto grau de correspondência no trabalho realizado por regiões cerebrais. Por exemplo, com toda segurança se haverá ativado o córtex cerebral ocipital quando os sujeitos visualizavam o texto legal, assim como o córtex frontal e o sistema límbico[5] para poder levar a cabo uma conduta relacionada com o processo de toma de decisões. Mas se descendemos ao nível dos neurotransmissores e os potenciais sinápticos, que constituem a linguagem de comunicação dos neurônios (de modo que maiores quantidades de neurotransmissores liberados produzem maiores potenciais sinápticos), não há nenhuma razão para esperar que haja dois neurônios idênticos respondendo identicamente no momento da tarefa

Notas 4 e 5 no final da matéria

interpretativa. A demonstração mais simples disto é a redução ao absurdo baseada no fato de que não é previsível que haja dois cérebros, simplesmente, com o mesmo número de neurônios e conexões sinápticas que geram e determinam os processos cerebrais associados com a percepção, os padrões de pensamento e o sentido de ação (no caso, com o processo de observar, avaliar e decidir).

Um de nossos operadores pode ser jovem e outro mais velho, circunstância em que o processo de desaparição de neurônios já tenha iniciado. Cada um terá sua representação resultante de seu próprio padrão de atividade cerebral e das interações sinápticas produzidas pela experiência (esta característica de câmbios se conhece com o nome genérico de plasticidade neuronal e pode estar na base da individualidade associada à experiência, dissociada do determinismo genético). O que não quer dizer que a realidade não exista objetivamente e que somente exista em nossa imaginação.

De fato, o problema filosófico segue vigente porque não se trata tanto de se existe uma realidade senão dos critérios de fundamentação dessa mesma realidade - uma vez que as percepções são o resultado de um processo psicológico que combina o que os olhos vêem com o que já pensamos, sentimos, sabemos, queremos e cremos, e depois utiliza essa combinação de informação sensorial e conhecimento já existente para construir nossa percepção da realidade. Dito de modo mais simples (e jurídico): porque cada cérebro constrói o mundo de maneira ligeiramente distinta dos demais cérebros, não há uma interpretação definitiva do que expressa a "norma", senão simplesmente uma interpretação dentro de nossas cabeças (uma construção pessoal), interpretação que se desencadeia através dos elementos externos que melhor estamos preparados para registrar.

Assim como assim, o certo é que as representações - assim como o fenômeno da criatividade - têm um substrato material que são os correlatos cerebrais ou padrões de atividade neuronal que se estabelecem individualmente. Ainda não há uma resposta clara acerca de como tem lugar este processo criativo, uma vez que, para tanto, haveríamos de ser capazes de determinar, se é que é possível, o limite entre percepção, emoção, memória e cognição. Para tratar de aclarar a complexidade do problema podemos recorrer ao exemplo de nossos intérpretes.

Quando viram o texto legal se puseram em marcha seus circuitos visuais, o que significa que uma série de sinais navegaram desde seus olhos através das vias nervosas correspondentes até o córtex cerebral ativando, na mesma medida, o sistema límbico. Com toda segurança todos identificaram que se tratava de uma lei porque previamente haviam visto objetos parecidos. Portanto disponiam de interações sinápticas modificadas ao efeito. Quando trataram de compreender os detalhes dessa lei em concreto tiveram que se produzir novas modificações sinápticas (e, em qualquer dos casos, suas respectivas percepções da realidade e suas características desvelarão o traço ou pontos de vista de cada intérprete de igual forma que refletirão as coisas que representa). E parece ser este o momento em que a dimensão humana do potencial criativo impõe suas pautas.

Agora: Quando foi suficiente? Em que nível o processamento de informação se torna significado, conhecimento, consciência? Quanto tiveram que modificar as interações sinápticas para que se estabelecera a representação dessa lei e a criatividade relativa ao processo de sua interpretação e aplicação? Como se decidiu que era suficiente? Estamos no caso da criatividade ou outros fenômenos perceptivos similares, ante processos cognitivos mais bem unitários e discretos, ou se trata somente de fenômenos que emergem de muitos mecanismos psíquicos articulados no tempo e espaço? Têm estes supostos processos ou séries de processos algum aspecto de caráter universal, no sentido de que contam com

algum componente nuclear comum capaz de determinar em cada indivíduo sua particular criatividade ou valoração acerca do que é ou deixa de ser justo? Será possível algum dia descrever esse processo ou processos (ou os componentes chave) em termos mais objetivos? Cabe buscar sua origem em algum padrão idiossincrásico de atividade neural que contenha ao menos alguma sequência espaço-temporal identificável compartida por todos os indivíduos? A diferença do que parece ocorrer na base neural das faculdades artísticas (Changeux, 1994; Vigouroux,1992), existem algumas áreas neuronais cuja intervenção específica seja em certo modo crítica e universal no marco da atividade amplamente distribuída que muito provavelmente subjaz - como em todos os processos cognitivos superiores (Vigouroux,1992) - ao fenômeno da criatividade? Em que medida contribuem a herança e a história de aprendizagem de cada indivíduo no pôr em marcha ou na ativação desse suposto padrão funcional? Podem ser de utilidade as modernas técnicas de neuroimagem não tanto para a localização estrita da sede cerebral de tal traço de atividade, senão, mais bem, para a identificação da implicação diferencial de certos circuitos distribuídos?

Particularmente com relação à questão metodológica da interpretação e aplicação do direito, o problema da localização dos correlatos cerebrais que subjazem e ditam o processo criativo suscita as seguintes questões: qual a relação existente entre os resultados da investigação neurocientífica sobre a criatividade e o processo de realização do direito? Em que pontos se podem enlaçar de modo presumidamente tão decisivo para que a neurociência cognitiva ponha em questão as teorias tradicionais acerca da criatividade nos resultados da compreensão e da realização jurídica? De que forma um modelo neurocientífico do processo criativo oferece razões poderosas que poderão vir a dar conta da falsidade subjacente às concepções comuns da psicologia (da criatividade e da racionalidade) humana? Em que medida é possível saber onde termina a cognição e começa a emoção no processo criativo de realização do direito? Que alcance pode chegar a ter essa perspectiva neurocientífica para o atual edifício teórico e metodológico da ciência jurídica? Ou, já que estamos, de que maneira cambiará nossa concepção acerca da criatividade como elemento essencial do processo de realização do direito e, conseqüentemente, para a tarefa do jurista-intérprete de dar "vida hermenêutica" ao direito positivo em sua relação na prática?

Simplesmente não o sabemos. Parece não existir no cérebro nenhuma área específica (e se houver a neurociência ainda não conseguiu descobri-la) em que a neurofisiologia misteriosamente se torna criatividade. O que há é um padrão de ativação cerebral que pode implicar um número considerável de estruturas cerebrais e que em algum momento é suficiente como para que o sujeito-intérprete possa compreender (de forma criativa ou não) o objeto interpretado: um trabalho que envolve múltiplas e distintas regiões do cérebro (não necessariamente conectadas por simples trajetos sinápticos ou sinapticamente distantes) contribuindo harmoniosamente para o todo (ou envolvidas em aspectos complementares da mesma tarefa: de cada região, de acordo com suas possibilidades, para cada uma, de acordo com suas necessidades - Rose, 2006).

E talvez o mais interessante ao respeito seja a identificação, por parte de Sanfey e colaboradores (2003), das áreas cerebrais implicadas nessa decisão de raiz estritamente ligada a um sentido da justiça: resultam ser as mesmas que, no modelo de Damasio (1994) do marcador somático, formam parte da rede neuronal de interconexão fronto-límbica[6]. De fato, o atual modelo neurocientífico do juízo ético-

Nota 6 no final da matéria

normativo no direito e na justiça obtido por técnica de neuroimagem parece sugerir que o raciocínio jurídico implica um amplo recrutamento e emprego de diferentes sistemas de habilidades mentais (relacionados tanto com o pensamento racional como emocional) e fontes de informação diversas (Goodenough & Prehn, 2005).

De que é a atividade coordenada e integrada das redes neurais a que torna possível a conduta moral humana, isto é, de que o juízo moral integra as regiões frontais do cérebro com outros centros, em um processo que implica a emoção e a intuição como componentes fundamentais. É mais, que cada uma destas funções cerebrais intervêm em uma grande diversidade de operações cognitivas, umas relacionadas com a inteligência social e outras não (Greene et alii, 2001, 2002 e 2005[7]; Moll et alii, 2002 e 2003 e 2005). Como insiste Damasio (1994), não há um centro da moral no cérebro, pois esta bem pode ser um efeito colateral do funcionamento dos sistemas que evolucionaram para regular outros aspectos mais primários do organismo.

Seja como for, conhecer como se realizam as conexões dos neurônios ao estabelecer as redes que levam aos juízos, quer sejam morais ou, como no caso de alguns experimentos estéticos já levados a cabo (Cela-Conde et al., 2004), é necessário para se ter uma idéia, ainda que limitada, acerca do processamento mental[8] relativo à criatividade. Sem embargo, inclusive quando se disponha de um mapa espacial e temporal das funções cognitivas - algo que tardará em chegar - restará ainda pendente o explicar como se produziu a evolução dessa capacidade. É muito provável, diga-se de passo, que buscar a localização do pensamento, da criatividade, da emoção ou da atuação em áreas específicas do cérebro implique, ao fim e ao cabo, em cometer um erro de categoria, porque esses processos são realizados não propriamente em uma área específica, mas em um padrão de interações dinâmicas entre regiões múltiplas do cérebro.

Depois, seguimos sem entender como se produzem os fatos mentais mais triviais. Não sabemos o que ocorre no cérebro quando tomamos uma decisão, ou quando aprendemos um número de telefone. Nem sequer acabamos de entender para que serve dormir ou sonhar. A informação topográfica de que dispomos não proporciona conhecimento algum sobre os mecanismos subjacentes nem permite averiguar nem compreender o que ocorre no cérebro, senão somente donde ocorre. O cérebro constrói o mundo da percepção e a experiência. Alguns fótons emitidos pelo Sol e refletidos pelas coisas externas impactam na superfície da retina, donde são detectados pelos fotoreceptores. Os sinais luminosos são digitalizados e transmitidos pelo nervo óptico ao cérebro. Este os recebe e, a partir deles, constrói o mundo cheio de formas e cores que vemos. Esta visão é realista, mas representa a realidade de uma maneira autoconstruída. E ainda não conseguimos entender como o cérebro constrói o mundo percebido.

Contudo, o que de fato resulta curioso é a circunstância de que toda a construção hermenêutica e a própria unidade da realização do direito elaboradas pelas teorias contemporâneas estão baseadas, na atualidade, no modo de explicação dominante da teoria da eleição racional[9], construindo uma imagem sobre a racionalidade ou emoções ideais que os operadores jurídicos têm no processo de tomada de decisão (parafraseando Wilson acerca de seu veredicto sobre o marxismo: "Teoria maravilhosa. Espécie errada"). Seu conceito fundamental é o de que, antes de tudo, os juízes são essencialmente racionais e objetivos em seus juízos de valor acerca da justiça da decisão: examinam tão bem como podem todos os fatores pertinentes ao caso e ponderam o resultado provável que se segue

Notas 7, 8 e 9 no final da matéria

a cada uma das eleições potenciais. A opção preferida ("justa") é aquela que melhor se adequar aos critérios de racionalidade e objetividade por meio da qual foi gerada.

O processo de análise indicado contém, em essência, uma operação incompatível com os conhecimentos que a neurociência nos aporta. A de construir um modelo de extrema racionalidade (da decisão dos juizes) de algo que se configura essencialmente como uma atividade com acentuados componentes irracionais: racionalizamos por razões irracionais.

O inadequado da imagem se põe de manifesto ao analisar como funciona o cérebro quando formulamos juízos morais acerca do justo ou injusto. A causa dos processos cerebrais associados é preciso aceitar a iniludível presença de elementos não-lógicos e, em geral, a intrusão do valorativo e do criativo no raciocínio jurídico. A partir daí, não resulta aceitável nem legítimo o seguir considerando a tarefa hermenêutica como uma operação ou conjunto de operações regidas exclusivamente pela silogística dedutiva ou cognoscitiva. De fato, a mente humana parece estar carregada de traços e defeitos de desenho que empanam o nosso legado biológico no que se refere à plena objetividade e racionalidade cognitiva.

Depois, não só a maioria das decisões judiciais são tomadas com bastante rapidez, em cenários complexos e com informação parcial e incompleta - inclusive, em condições de incerteza -, como os julgadores, no processo de realização do direito, não deixam de ser homens imbuídos de toda a preocupação ética, de certos valores, preferências e intuições morais, o que faz com que não pareça legítimo nem razoável interpor, na aplicação do direito, uma barreira insuperável entre a desejada objetividade, a criatividade e a subjetividade emocional do intérprete. O processo de realização do direito por parte do juiz implica, em última instância, uma tarefa que pode considerar-se propriamente construtiva e emocional, pessoal e criativa em certo sentido, embora não como absolutamente livre ou desprovida de vínculos para o julgador.

E é essa constatação a que faz com que não somente a noção de racionalidade habitual em ciência jurídica esteja sendo objeto de revisões drásticas, senão que a idéia mesma de que a ciência jurídica está fundada na objetividade, neutralidade e racionalidade do operador do direito vem sendo assaltada e posta em dúvida nos últimos lustros desde as mais variadas direções. Desde logo, a partir de algumas tendências da filosofia e da filosofia do direito mesmo, mas também, e acaso mais incisiva e contundente, por parte dos cientistas cognitivos, dos filósofos da mente e dos avanços provenientes da própria neurociência cognitiva.

E com o resultado de que, embora quando alguma noção de racionalidade no processo de realização do direito parece iniludível (tratar de prescindir da idéia de agentes intencionais é tarefa condenada de antemão ao fracasso), o processo de derivação de valores não é de natureza fundamentalmente neutra, objetiva e racional, senão que essencialmente criativa - quero dizer: nossos desejos e nossas emoções intervêm sempre em maior ou menor medida em todo o processo de tomada de decisão em concreto, ou, para ser mais preciso, a articulação co-constitutiva da afetividade e da razão intervêm em toda a interpretação (compreensão), justificação e aplicação de uma vontade alheia[10].

Se é certo que a eleição moral não pode existir sem a razão (preferências individuais e razão instrumental), não menos certo é a "intuição" (e já agora a "evidência empírica") de que é a gama caracteristicamente humana de emoções que produz os propósitos, metas, objetivos, vontades, necessidades, desejos, medos, empatias, aversões e a capacidade de sentir a dor e o sofrimento de outro[11]. Formulamos juízos

Notas 10 e 11 no final da matéria

de valor sobre o justo e injusto não somente por sermos capazes de razão (como expressam a teoria dos jogos e a teoria da interpretação jurídica) mas, ademais, por estarmos dotados de certas intuições morais inatas e de determinados estímulos emocionais que caracterizam a sensibilidade humana e que permitem que nos conectemos potencialmente com todos os outros seres humanos.

Assim que não resta dúvida alguma de que, a partir das evidências até agora obtidas, cabe ir muito mais longe. Com efeito, parece razoável supor o fato de que as investigações em neurociência cognitiva da moral, e muito particularmente do juízo normativo no direito e na justiça, podem vir a fornecer uma enorme e rica contribuição para a compreensão em detalhe do funcionamento interno do cérebro humano no ato de julgar - de formular juízos morais acerca do justo e do injusto - o respectivo potencial criativo que o motiva. A neurociência pode subministrar as evidências necessárias sobre a natureza das zonas cerebrais ativadas e dos estímulos cerebrais implicados no processo de decidir e criar, sobre o grau de envolvimento pessoal dos julgadores e os condicionantes culturais em cada caso concreto, assim como sobre os limites da racionalidade, da criatividade e o grau de influência das emoções e dos sentimentos humanos na formulação e concepção acerca da "melhor decisão"[12].

E ainda dando por sentado que o mistério da criatividade permanecerá indecifrável, a neurociência seguramente nos levará a entender melhor que a busca de um adequado critério metodológico para a compreensão e a realização do direito poderá considerar-se, antes de tudo, como a arqueologia das estruturas e correlatos cerebrais relacionados com o processamento das informações responsáveis pelo fenômeno da criatividade no âmbito ético-jurídico.

Isto é, de que o melhor caminho para explicar e entender as estruturas sócio-jurídicas, suas instituições e os modelos práticos de sua realização é o da análise da natureza humana e das ações individuais - a explicação intencional e, como variante, a eleição criativa e racional (Wright,1994) -, em síntese, da idéia do homem (do sujeito-intérprete) como ponto de partida e de chegada de um sistema complexo de justiça e de normas de conduta desenhados para oferecer soluções aos conflitos de interesses e canalizar nossa tendência à "agressão" decorrente da falta de reciprocidade e dos defeitos que emergem dos vínculos sociais relacionais que estabelecemos ao longo de nossa secular existência, delimitando (mais do que compondo conflitos) por uma via não conflitiva os campos em que os interesses individuais, sempre a partir das reações do outro, possam ser válida e socialmente exercidos (Ricouer, 1995).

Da mesma forma, diante do atual panorama metodológico acerca do reconhecimento, polêmico em relação com a metodologia tradicional, do fato de que os operadores do direito (especialmente os juízes), em muitos casos e até um certo grau, produzem direito, a neurociência permitirá abrir caminho para a exigência, cada vez mais urgente, de desenhar e estabelecer os critérios metodológicos e os limites adequados que há que pôr a esta inegável produção do direito por parte dos magistrados.

Estas são algumas das muitas formas por meio das quais a neurociência, quanto às emoções imperfeitas e aos fatores de irracionalidade que realmente sentimos e experimentamos na tarefa de julgar, pode trazer maior contribuição para o desenho e a elaboração de "decisões justas" do que a ilusão sobre a racionalidade ou emoções ideais que gostaríamos que os operadores jurídicos tivessem no processo (criativo ou não) de tomada de decisão.

Nota 12 no final da matéria

Em resumo, nossa tese é a de que os novos avanços da neurociência cognitiva permitirá uma melhor compreensão da mente e do cérebro e trará consigo a promessa de cruciais aplicações práticas no âmbito da interpretação e aplicação jurídica: constituem uma oportunidade para refinar nossos juízos ético-jurídicos e estabelecer novos padrões e critérios metodológicos sobre cimentos mais firmes e consistentes. E o que se espera é que um modelo neurocientífico do juízo normativo no direito e na justiça venha a oferecer razões poderosas que possam vir a dar conta da falsidade subjacente às concepções comuns da racionalidade e da criatividade humana e, a partir daí, determinar o alcance que essa perspectiva neurocientífica pode chegar a ter para o desenho de um renovado edifício teórico e metodológico da ciência jurídica e, conseqüentemente, para a tarefa do jurista-intérprete de dar "vida hermenêutica" ao direito positivo.

Sem olvidarmos, claro está, de outros aspectos distintivos da natureza do comportamento humano à hora de decidir sobre o sentido da justiça concreta e a existência de universais morais determinados pela natureza biológica de nossa arquitetura cognitiva (neuronal). Afinal é o cérebro que nos permite dispor de um sentido moral, o que nos proporciona as habilidades necessárias para viver em sociedade e solucionar determinados conflitos sociais, e o que serve de base para as discussões e reflexões filosóficas mais sofisticadas sobre direitos, deveres, justiça e moralidade.

E uma vez que são os correlatos cerebrais dos processos cognitivos/emotivos os que parecem ditar o sentido e o alcance da criatividade na tarefa hermenêutica, nada do que dissemos será possível sem a mediação de operadores jurídicos (e muito particularmente de juízes) criativos, com alto nível de inteligência efetiva, aberto à experiência, com liberdade para superar inibições restritivas e dogmáticas, com sensibilidade ante as injustiças, com flexibilidade cognitiva e emocional, com independência de pensamento e ação, e com o compromisso inquestionável de atender ao imperativo ético segundo o qual o direito deve ser manipulado de tal maneira que suas conseqüências sejam sempre compatíveis com a maior possibilidade de evitar ou diminuir a miséria e o sofrimento humano, isto é, com a obrigação de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana concreta de cada sujeito-cidadão de forma livre, igualitária e fraterna em uma comunidade de vida legitimamente compartilhada.

REFERÊNCIAS

Adolphs, R. et alii (2002). *Emoción y conocimiento. La evolución del cerebro y la inteligencia*. Barcelona, Metatemas.

Barkow, J. et alii (1992). *The Adapted Mind*, New York, Oxford University Press.

Barron, Frank et alii (1981), "Creativity, Intelligence, and Personality", *Annu. Rev. Psychol.*, 32: 439-76.

Baron-Cohen, S., P. Bolton, S. Wheelwright, V. Scahill, L. Short, G. Mead, A. Smith (1998) Autism occurs more often in families of physicists, engineers, and mathematicians, *Autism,* 1998, 2, 296-301.

Baron-Cohen, S. (1995). *Mindblindness and the Language of the Eyes: An Essay in Evolutionary Psychology*, Cambridge, Mass.: MIT Press.

Casebeer, W.D. (2003). “Moral Cognition and Its Neural Constituents”, *Nature Reviews Neuroscience*, 4: 840-847.

_____ & Churchand, P.S.(2003). “The neural mechanisms of moral cognition: a multiple-aspect approach to moral judgment and decision-making”. *Biol. Philosophy*, 18: 169-194.

Cela Conde, Camilo J. (1985). *De genes, dioses y tiranos. La determinación biológica de la moral*, Madrid, Alianza.

Cela Conde, C. J., Marty, G., Maestu, F., Ortiz, T., Munar, E., Fernandez, A., Roca, M., Rossello, J., & Quesney, F. (2004). Activation of the prefrontal cortex in the human visual aesthetic perception. PNAS, 0401427101.

Changeux, J.P. (1994). *Raison et plaisir*, Paris: Odile Jacob.

_____ (1996). *Fundamentos naturais da ética.* Lisboa. Instituto Piaget.

Churchland, P. S. (1993). “Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes”, in Alvin I. Goldman (comp.), *Readings in Philosophy and Cognitive Science*, Cambridge, Mass., MIT Press.

_____ (1986). *Neurophilosophy. Towards a Unified Science of the Mind-brain.* Cambridge MA: MIT Press.

_____ (1989). *A Neurocomputational Perspective*, Cambridge, Mass., MIT Press.

_____ (2002) *Brain--Wise. Studies in Neurophilosophy.* Cambridge: MIT Press.

Crick, F., & Koch, C. (1990). Towards a Neurobiological Theory of Consciousness. Seminars in the neurosciences, 2, 263-275.

Damasio, A. R. (1994). Descartes’ Error. Emotion, Reason, and the Human Brain. New York, NY: G. P. Putnam’s Sons.

_____ (2001). Compreender os fundamentos naturais das convenções sociais e da ética, dados neuronais. In Jean-Pierre Changeux (Ed.), *Fundamentos Naturais da Ética* (pp. 113-129). Lisboa: Instituto Piaget.

Damasio, H., Grabowski, T., Frank, R., Galaburda, A. M., & Damasio, A. R. (1994). The Return of the Phineas Gage: Clues About the Brain from the Skull of a Famous Patient. *Science, 264*, 1102-1105.

Deacon, T. (1997). *The Symbolic Species*. New York, NY: W.W. Norton & Company.

Deacon, T. W. (1996). Prefrontal cortex and symbol learning: Why a brain capable of language evolved only once. In B. M. Velichkovsky & D. M. Rumbaugh (Eds.), *Communicating Meaning: The Evolution and Development of Language* (pp. 103-138). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

Fernandez, Atahualpa (2002). *Direito, evolução, racionalidade e discurso jurídico,* Porto Alegre: Ed. Fabris.

_____ (2006). *Direito e natureza humana. As bases ontológicas do fenômeno jurídico*, Curitiba. Ed. Juruá.

_____ (2006). *Argumentação jurídica e hermenêutica.Da natureza humana ao discurso jurídico.* Campinas: Ed. Impactus.

_____ (2005). Diritto e natura umana: la funzione sociale-adattiva del comportamento normativo, in: i-lex, 3, pp. 307-336 (del formato pdf), in *i-lex Scienze Giuridiche,Scienze Cognitive e Intelligenza Artificiale*, *Revista quadrimestrale on-line:* www.i-lex.it.

_____ "Law and Neuroscience" (May / 2005). Working Paper. Journal of Law, University of Florida, http://journal.law.ufl.edu/~techlaw/editors/fernandez.doc.

_____ "Moral Intelligence: Mind, Brain an the Law " (July/ 2005). *ExpressO Preprint Series.* Working Paper 659. http://law.bepress.com/expresso/eps/659

_____ "Juridical Discourse and Evolutionary Dynamics " (June/ 2005). *ExpressO Preprint Series.* Working Paper 646. http://law.bepress.com/expresso/eps/646

_____ El Derecho y el órgano de la Moral, Nómadas: revista crítica de ciencias sociales y jurídicas, Universidad Complutense de Madrid*, ISSN 1573-6730*, Nº. 13, 2006.

_____ Derecho y evolución: La naturaleza humana y la función adaptativa del comportamiento normativo, Nómadas: revista crítica de ciencias sociales y jurídicas, Universidad Complutense Madrid*, ISSN 1573-6730*, Nº. 11, 2005.

_____ *et alii* (2005). "Sobre la evolución de la mente", Julio Sanjuán y Camilo J. Cela Conde (eds.), *La profecía de Darwin*, Barcelona: Ars Medica.

_____ *et alii* (2005). "La filogénesis de la inteligencia humana:¿una búsqueda imposible?", Frederico Gullén-Salazar (ed.), *Existo, luego pienso.Los primates y la evolución de la inteligencia humana*, Madrid: Ateles Editores.

Fernandez, Atahualpa e Fernandez, Marly (2007). *Neuroérica, Direito e Neurociência. Conduta humana, liberdade e racionalidade jurídica*, Curitiba: Ed. Juruá.

Fodor, J.(1983). *The Modularity of Mind*, Cambridge, MA, MIT Press.

Frith, U. y Blakemore, S. (2007). *Como aprende el cerebro: las claves para la educación*, Barcelona: Ariel.

Gazzaniga, M.S. (2005). *The Ethical Brain.*New York: Dana Press.

Gazzaniga, M. S. et alii (2002). *The Biology of the Mind*, 2nd. Edition, NY:W.W. Norton & Company, Inc.

Gazzaniga, M.S. & Heatherton,T.F.(2003). *Psychological Science: mind, brain and behavior,* NY:W.W. Norton & Company, Inc.

Golberg, E. (2002).*El cerebro ejecutivo.* Barcelona. Critica.

_____ (2006). *La paradoja de la sabiduría.* Barcelona: Crítica.

Goodenough,O. & Prehn, K. (2005). Un modello neurocientífico del giudizzo normativo del diritto e nella giustizia, In *i-lex Scienze Giuridiche,Scienze Cognitive e Intelligenza Artificiale*, *Revista quadrimestrale on-line:* www.i-lex.it, Gennaio, numero 2.

_____ et alii. (2004). *Law and the brain.* UK. The Royal Society.

Greene, J. D., Sommerville, R. B., Nystrom, L. E., Darley, J. M., & Cohen, J. D. (2001). An fMRI Investigation of Emotional Engagement in Moral Judgment. *Science, 293*, 2105-2108.

Greene, J. et alii (2002). How (and there) does moral judgement work?. *Trends in Cognitive Sciences, 6* (12): 517-523.

Greene, J. et alii (2005). Saving lives versus keeping promises: an fMRI investigation of consequentialist and deontological moral judgment. Program nº 12.7. *Abstract Viewer/Itinerary Planner.*Washington, DC: Society for Neuroscience.

Greene, J. & Cohen, J. (2004)."For the law, neuroscience changes nothing and everything." *Philos Trans R Soc Lond B Biol Sci* **359**, 1775-85.

Haidt, J. (2006). *The Happiness Hypothesis*, New York, Basic Books.

Haidt, J. (2001) The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. Psychol. Rev. 108, 814-834.

Haidt, J. Rapporteur, Susanne Baer, Leda Cosmides, Richard A. Epstein, Wolfgang Fikentscher, Eric J. Johnson, Jeffrey J. Rachlinski, Clara Sattler de Sousa e Brito, and Indra Spiecker genannt Döhmann. (2006). *Group Report: What Is the Role of Heuristics in Making Law,* 11, 257

Heekeren, H. R., Marrett, S., Bandettini, P. A., & Ungerleider, L. G. (2004). A general mechanism for perceptual decision-making in the human brain. Nature, 431(7010), 859-862.

Jahanshahi, M., et. al. (2000). "The role of dorso-lateral prefrontal cortex in random nunber generation: a study with positron emisión tomography", *Neuroimage*, 12 (6), 713-725.

Lanzetta, J. T. *et alii* (1989). « Expectations of Cooperation and Competition an Their Effects on Observers´ Vicarious Emotional Responses", *Journal of Personality and Social Psychology*, 56: 543-554.

LeDoux, J.(1998). *O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Mool, J. et alii (2002). Functional networks in emotional moral and nonmoral social judgements. *NeuroImage,16*: 696-703.

Mool, J. et alii (2003). Morals and the human brain: a working model, *NeuroReport,14*(3): 299-305.

Mool, J. et alii (2002). The neural correlates of moral sensitivity: A fMRI investigation of basic and moral emotions. *The Journal of Neuroscience, 22*(7): 2730-2736.

Moll et al., (2005).The neural basics of human moral cognition. *Nature Neuroscience Reviews*, 6: 799-809.

Morse, S. J. (2004) "New neuroscience, old problems". *Neuroscience and the law* (ed. B. Garland), pp. 157-198. New York: Dana Press

Mosterín, J. (2006). *La naturaleza humana*. Madrid: Espasa-Calpe.

Norman, D.A. (2004).*El diseño emocional.* Barcelona:Paidós.

Nuusbaum, Martha C. (2004). *Hiding from Humanity. Disgust, Shame, and the Law*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Perna, Giampaolo (2004). *La emozioni della mente*, Milano: Ed. Sn Paolo, s.r.l.

Reichle, E. D., et. al. (2000). « The neural bases of strategy and skill in sentence-picture verification », *Cognit Psychol,* 40 (4), 261-295.

Ricoeur, P. (1995). *Le Juste,* Paris, Esprit.

Rizzolatti, G. Et alii (2001). "Neurophysiological Mechanisms Underlying the Understanding and Imitation of Action", *Nature Reviews Neuroscience*, 2: 661-670.

Rizzolatti, G. (2006). *Las neuronas espejos*. Barcelona: Paidós

Runco, Mark A. & Nemiro, J. (2003). "Creativity in the Moral Domain: Integration and Implication", *Creativity Research Journal*, v. 15, n. 1, 91-105.

_____ (2004). "Creativity", *Annu. Rev. Psychol.*, 55: 657-87.

Sanfey, A. G., Rilling, J. K., Aronson, J. A., Nystrom, L. E., & Cohen, J. D. (2003). The Neural Basis of Economic Decision-Making in the Ultimatum Game. *Science, 300*, 1755-1758.

Simner, J. L. (2002). "Newborn´s Response to the Cry of Another Infant", *Developmental Psychology*, 5: 136-157.

Simonton, D. K. (2000). "Creativity. Cognitive, Personal, Developmental, and Social Aspects", *American Psychologist*, v. 55, n. 1: 151-158.

Solomon, R.C. (1999). *The joy of philosophy: Thinking thin versus the passionate life*, New York: Oxford.

Sternberg, R. et al. (2003). *¿Qué es la inteligencia?: enfoque actual de su naturaleza y definición*. Barcelona: Pirámide.

Tobias, P.V. (1997). Orígenes evolutivos de la lengua hablada. In C.J.C. Conde, R.G. Lombardo, & J.M. Contreras (Eds.), *Senderos de la evolución humana* (pp. 35-52). México: Ludus Vitalis, número especial 1.

Troper, M. (2003).*La Filosofía del derecho.* Madrid. Tecnos.

Tsao, D.Y. et al. (2006). A Cortical Region Consisting Entirely of Face-selective Cells, *Science*, 311, 670-674.

Vigouroux, J. (1992). *La fabrique du beau*. Paris: Odile Jacob.

Wolfe, P. (2004). *A importância do cérebro. Da investigação à prática na sala de aula*, Porto: Porto Editora.

Wright, E.O. (1994). "What is Analytical Marxism", *Interrogating Inequality*, London-New York, Verso.

Wright, R.(1994). *The Moral Animal. The New Science of Evolutionary Psychology*, New York, Pantheon.

Zeki, S. & Goodenough, O. (2006). *Law and the brain,* Oxford: Oxford University Press.

Zeki, S., & Marini, L. (1998). Three cortical stages of colour processing in the human brain. Brain, 121, 1669-1885.

Zimmer, C. (2005). The Neurobiology of the Self, *Scientific American*, november, 65-71.

NOTAS

[1] Os estudos da emoção realizados por Donald A. Norman e colaboradores (2004), por exemplo, sugerem que os atributos humanos (como a criatividade) derivam de três níveis diferentes do cérebro: **1**. o *nível visceral*, que corresponde à capa automática de sistemas de disposições determinadas geneticamente: este nível é rápido, realiza juízos rápidos acerca do que bom ou mau, seguro ou perigoso, e envia sinais apropriados aos músculos (o sistema motor) e alerta o resto do cérebro (assim começa o processamento afetivo); trata-se de sinais que estão biologicamente determinados e podem ser inibidos ou intensificados através de sinais de controle procedentes de níveis superiores; **2**. o *nível condutual*, que corresponde a parte que contém os processos cerebrais que controlam quase todo o comportamento humano cotidiano: suas ações podem ser intensificadas ou inibidas por mediação da capa reflexiva e, por sua vez, esta pode intensificar ou inibir a capa visceral; **3**. o *nível reflexivo*, que corresponde à parte contemplativa do cérebro e não tem acesso direto nem ao *input* sensorial nem ao controle do comportamento: mais bem vigia, reflete e trata de influir no nível condutual. Cada nível desempenha um papel diferente no funcionamento total do ser humano, interagindo entre si e modulando-se reciprocamente uns a outros. Quando a atividade parte dos níveis viscerais mais inferiores, esses investigadores a denominam *bottom-up* ou ascendente. Quando, em câmbio, a atividade provém do nível superior ou reflexivo, a conduta se denomina *top-down* ou descendente. Estes termos foram tomados emprestados do modo standard com que descrevem as estruturas do pensamento cerebral, cujas capas inferiores estão associadas à interpretação dos *inputs* ou aportações sensoriais que o corpo recebe, entanto que as capas superiores o estão aos processos superiores do pensamento. Os processos ascendentes são conduzidos pela percepção, entanto que os descendentes o estão pelo pensamento, as substâncias químicas líquidas que denominamos neurotransmissores - e que servem para transmitir sinais entre neurônios - modificam o modo operativo do cérebro. Um

neurotransmissor faz o que seu nome indica: muda o modo em que as neuronas transmitem os impulsos neuronais de uma célula nervosa a outra (quer dizer, de um lado a outro das sinapses). Alguns neurotransmissores intensificam a transmissão, outros a inibem. O fato de ver, ouvir, tocar ou qualquer outro modo de sentir o entorno ou o mundo a nosso ao redor, faz com que o sistema afetivo valore, formule e emita um juízo, e deste modo ponha em alerta a outros centros do cérebro, os quais liberam assim neurotransmissores determinados em função do estado afetivo em questão. Neste caso, trata-se de uma ativação de tipo ascendente. Em câmbio, quando pensamos algo no nível reflexivo, os pensamentos são transmitidos aos níveis inferiores, os quais, por sua vez, desencadeiam a ação dos neurotransmissores. O resultado é que tudo aquilo que fazemos tem ao mesmo tempo um componente cognitivo e um afetivo: cognitivo, porque designa significado, e afetivo porque o que designa é um valor. Não podemos escapar ao afeto, à emoção, já que se acha sempre presente. E o que é ainda mais importante, o estado afetivo, já se trate de um afeto positivo ou de um negativo, modifica não somente o modo em que pensamos, senão que também nosso potencial criativo: é o estado afetivo de tipo positivo que desperta a curiosidade, atrai e aguça a criatividade e faz do cérebro um organismo de aprendizagem efetivo. (Norman, 2004). No mesmo sentido: Damasio, 2002; Baron et alii, 1981; Runco, 2004 e Simonton, 2000.

[2] Na observação de Golberg (2006), formulada a partir de estudos acerca das diferenças entre a criatividade e a sabedoria: a natureza do gênio (ou criatividade) é tão inexplicavelmente misteriosa como a natureza da sabedoria, se não mais. Desde a remota Antiguidade até a alba do que costuma considerar-se a filosofia moderna, a sabedoria, como o gênio, se explicava com referência a deuses providenciais, musas, forças astrológicas, um sexto sentido, um presente da genética ou um acidente da natureza. O gênio, da mesma forma que a sabedoria, se conta entre os traços humanos mais reverenciados e mais inalcançáveis. Ambos são dons de uns poucos que a maioria de nós não pretendemos possuir, que nem sequer aspiramos a possuir. O gênio e a sabedoria compartem o paradoxo inerente ao fato de que são manifestações externas da mente humana. É provável que existam entre nós sem que nos precatemos. O paradoxo é que tanto o gênio como a sabedoria podem levar aos conceitos e crenças vigentes na sociedade de um momento dado a conclusão tão estranhas que se abandonem como se fossem fruto da loucura, ou que se as ignore por completo, como a um rumor confuso em uma língua estrangeira. Qual é os significado, ainda que somente metafórico, da frase “tocado por Deus”? Acaso estes traços insólitos, gênio e sabedoria, faltam totalmente na composição da maioria dos simples mortais? E se é assim, o que fazemos intentando compreender o incompreensível, intentando definir a criatividade ainda que careçamos inclusive da capacidade de reconhecer aos gênios autênticos que vivem entre nós? Como podemos relacionar este dom semidivino com as vidas e realidades de seres humanos inteligentes mas, aceitemos, ordinários? São os indivíduos tocados pelo gênio diferentes do resto de nós de algum modo fundamental e inerente? Acaso existe uma continuidade entre este traço cobiçado, mas para a maioria inalcançável, e os atributos mais modestos que possuímos muitos de nós, ou que ao menos podemos aspirar a alcançar? Dito de outro modo, é possível que o gênio seja forma extrema, suprema, de traços muito desejáveis mas muito mais comuns? Ao desvelar esta continuidade daremos um passo mais para desentranhar os mistérios da criatividade. E ao identificar e examinar os traços mentais e os correlatos cerebrais subjacentes faremos estes conceitos mais relevantes para a vida da maioria das pessoas que, sem chegar a ser gênios nem sábios, possuem talento e inteligência.

[3] De fato, toda “nossa conduta, nossa cultura e nossa vida social, tudo quanto fazemos, pensamos e sentimos, depende de nosso cérebro. O cérebro é a sede de nossas idéias e emoções, de nossos temores e esperanças, do prazer e do sofrimento, da linguagem (do direito) e da personalidade. Se em algum órgão se manifesta a natureza humana em todo o seu esplendor, é sem dúvida em nosso volumoso cérebro. Lástima que não o conheçamos melhor.” (Mosterín, 2006). No mesmo sentido, Gazzaniga (2005) defende a

idéia de que poderia existir um conjunto universal de respostas biológicas aos dilemas morais, uma sorte de ética integrada no cérebro.

[4] Se há algo de que já ninguém duvida é do fato de que a mente é um estado funcional do cérebro, coisa que nos permite não somente estabelecer os correlatos cerebrais da linguagem senão também os de outras faculdades mentais como, por exemplo, as relacionadas com a criatividade: nossa mente (e nossa mente criativa) é uma função do organismo natural que é nosso cérebro. Assim, das investigações realizadas sobre as relações entre novidade, hemisférios cerebrais e lóbulos frontais parece possível inferir que o hemisfério direito do cérebro não é a única parte do cérebro que é importante à hora de acometer novos retos cognitivos. Os lóbulos frontais desempenham também um papel fundamental a este respeito. Os estudos de neuroimagem funcional mostram que os lóbulos frontais estão particularmente ativos quando o organismo se enfrenta a um novo reto. Mas à medida que a tarefa se torna familiar, autônoma e deixa de requerer esforço, o papel do córtex pré-frontal diminui. Como é lógico, a criatividade depende também do funcionamento do lóbulo frontal. Ingegerd Carlsson e colaboradores (2000) estudaram o fluxo sanguíneo cerebral regional (FSCr) pré-frontal em pessoas com criatividade baixa e com criatividade alta (de acordo com uma medida da criatividade baseada em um teste psicológico especial). Em estado de repouso, o nível de FSCr pré-frontal era maior no grupo de criatividade alta. Quando se apresentava um reto cognitivo, o grupo de alta criatividade mostrava uma ativação frontal bilateral, enquanto que o grupo de baixa criatividade mostrava unicamente ativação frontal esquerda. Estes resultados indicam que tanto os lóbulos frontais da direito como os da esquerda participam na resolução de problemas nos indivíduos altamente criativos, enquanto que nos indivíduos menos criativos somente participa o córtex pré-frontal esquerdo. Um estudo parecido sugere que, ao enfrentar-se a uma tarefa que requer engenho, as pessoas criativas respondem com um aumento da atividade no hemisfério direito, e esta ativação é especialmente pronunciada nos lóbulos frontais. Em câmbio, as pessoas menos criativas ficam a mercê do hemisfério esquerdo e seu hemisférios direito se mantém em um estado de relativa inatividade. O fato de que a transferência do "centro de gravidade cognitivo" desde o hemisfério direito ao hemisfério esquerdo seja um fenômeno universal ao largo da vida sugere a seguinte pergunta: significa que esta transferência se produz em todas as pessoas com uma uniformidade mecânica, ou acaso resta espaço para as diferenças individuais? Com a devida adequação ao que já sabemos acerca do cérebro e da cognição, cabe esperar o último. De fato, em algumas pessoas a criatividade é um traço que se prolonga durante toda a vida sem diminuir com a idade. Acaso diferem os cérebros em seus circuitos? E de que modo? Consideremos o seguinte experimento mental. Suponhamos que dispomos de um teste psicológico que nos permite medir a sabedoria. Suponhamos que com ajuda deste teste podemos identificar às pessoas sábias e às que não são tão sábias. Suponhamos, ademais, que propomos a nossos sujeitos um problema para cuja solução necessitam de sabedoria. Quais seriam as diferenças nas pautas de ativação cerebral entre as pessoas sábias e as não tão sábias? Uma inferência provável seria a de achar o selo da sabedoria em uma ativação especialmente forte das regiões pré-frontais do hemisfério esquerdo, e que as pessoas que com a idade alcançaram a sabedoria mas retiveram o dom da criatividade apresentariam uma ativação especialmente forte tanto na região pré-frontal direita como a esquerda. À medida que vamos entendendo melhor o funcionamento dos dois hemisférios cerebrais nos vamos aproximando à resolução de alguns dos aspectos mais misteriosos da cognição. Mas a cognição não atua por si só, como se estivera em um vazio de paixão, em um espaço neutro de emoção. Muito ao contrário, a cognição e a emoção se acham entrelaçadas no processo criativo, e nesta união estão implicados também os dois hemisférios cerebrais.(Dietrich, 2004; Golberg, 2006; Martindale et. al., 1975; Jahanshahi et. al., 2000; Reichle et. al., 2000; Churchland, 2002).

[5] O termo *sistema límbico*, introduzido a meados do século XX, implica uma unidade funcional entre certas estruturas cerebrais, como o córtex órbito-frontal, a corteza cingulada,

a amígdala e o hipocampo, assim como as conexões entre elas (também se incluem as vezes certos núcleos talâmicos e hipotalâmicos). E não obstante ao fato de que as investigações mais recentes estejam pondo em dúvida esta unidade funcional, o termo *sistema límbico* segue utilizando-se por uma questão de tradição. Já a amígdala (que desempenha um papel central nas emoções) é uma estrutura subcortical que forma parte do "sistema límbico" e é filogeneticamente antiga, o que sugere que os mecanismos das emoções começaram a emergir em estágios relativamente adiantados da evolução. Em contraste, durante anos a suposição tácita era que a parte mais jovem do cérebro, o neocórtex, estava involucrado na deliberação desapaixonada, racional e emocionalmente neutra. Isto implicava uma clara dicotomia em nosso mundo interior: o mundo interior da emoção, governado pelas "cálidas" e irracionais estruturas límbicas subcorticais, e o mundo interior do pensamento racional, governado pelo "frio" e "emocionalmente indiferente" neocórtex. Sem embargo, esta dicotomia era demasiado bonita para ser certa, e com efeito não o era. Hoje já se sabe, com acentuado grau de precisão, que a experiência emocional e a expressão emocional claramente implicam o neocórtex: a cognição e a emoção são inseparáveis e se acham necessariamente entrelaçadas e reciprocamente involucradas em todo processo de tomada de decisão, sendo que nesta união estão implicados também os dois hemisférios cerebrais. Significa dizer que, ademais da interconexão fronto-límbica, a representação cortical das emoções também está dividida: o hemisfério esquerdo está implicado nas emoções positivas e o hemisférios direito, nas emoções negativas. E o que é mais, não somente tudo o que fazemos está marcado pelo colorido das emoções (que em boa medida são subconscientes) como as diferenças nos estilos emocionais e sua relação com os dois hemisférios parecem ser inatas, ou ao menos aparecem muito cedo na vida: se há observado que a ativação frontal esquerda é especialmente forte nas crianças de dez meses de temperamento alegre, enquanto que a ativação frontal direita é especialmente forte em crianças choronas e tristes de idade parecida. (Goldberg, 2006 e Norman, 2005). Para um pormenorizado estudo sobre a neurociência das emoções (particularmente da identificação e funcionamento dos diferentes módulos ou sistemas cerebrais subjacentes às distintas classes de comportamento emocional - ou seja, das bases biológicas de nossas emoções e memórias), cfr.: LeDoux, 1998; Perna, 2004. Já para uma análise crítica e filosófica acerca do impacto que o rol das emoções (nomeadamente a vergonha e a repugnância) tem em nossas vidas individuais e sociais e, em particular, na aplicação do direito ver, por todos, Nussbaum, 2004; desde uma perspectiva estritamente filosófica, Solomon, 1999.

[6] Segundo esta hipótese, nossas deliberações sobre a eleição e a planificação do futuro dependem de maneira crucial de nossos sentimentos sobre os distintos cenários aos que nos enfrentamos. Quando nos encontramos perante uma situação social que requer uma escolha, o nosso cérebro ativa representações respeitantes (1) às premissas da situação, (2) às opções de resposta possíveis, (3) às várias consequências visadas. Depois de um breve intervalo, todas essas representações estão disponíveis em simultâneo para um exame consciente. A decisão relativa à linha de conduta a adotar pode implicar uma deliberação intencional (e ser acessível ao pensamento consciente) de conjunto sobre esta paisagem de representação ou pode ser tomada de forma automática e sub-reptícia. Em ambos os casos, Damásio coloca a hipótese de que nos indivíduos normais o processo de tomada de decisão é iniciado e assistido pelo aparecimento de um estado somático que indica as consequências futuras da opção de resposta com a ajuda de um sinal somático negativo o positivo. Assim, a tomada de decisão competente no domínio social não depende somente das convenções sociais, da ética e do direito, nem da percepção e da inteligência necessárias para manipular tais saberes em uma situação da vida real. Um componente somático intervém desde cedo no processo desempenhando um papel de assistência no processo de tomada de decisão, concentrando nele a atenção e selecionando as consequências futuras negativas ou positivas significativas (assim como as opções às quais elas estão ligadas). Pela sua própria natureza, o indicador somático torna mais eficaz a análise ulterior dos custos e dos benefícios. Depois, a finalidade fundamental da tomada de decisão no quadro social

permanece a mesma que a da tomada de decisão em geral: trata-se da sobrevivência do organismo. A base da sobrevivência do organismo é assegurada por um vasto leque de mecanismos reguladores nas células e nos tecidos, e por reflexos, pulsões e instintos geneticamente programados, na medida em que é o conjunto do organismo que está envolvido. Por outro lado, em um meio socialmente complexo há estratégias adquiridas para a sobrevivência, as quais incluem as convenções sociais e a ética. Sem embargo, Damásio sustenta que tais estratégias adquiridas encontram um suporte neurofisiológico em sistemas neuronais conectados com os sistemas de base que executam os comportamentos instintivos, de maneira que as estratégias adquiridas podem continuar a operar pelo mesmo meio: sofrimento e prazer, punição e recompensa. O cérebro mantém a sobrevivência do *soma* como sua finalidade global, e o *soma*, com a ajuda de sinais produzidos pelos seus próprios estados, regula a operação de socorro realizada pelo cérebro. Para um tratamento teórico e pormenorizado destas idéias, Damasio, 1994 e Adholps et alii, 2002.

[7] Imagine uma situação onde a sua interferência pode significar o sacrifício de uma vida para salvar outras cinco. Note-se que, na filosofia, não há consenso acerca da solução para este tipo de dilema. Para a neurociência, contudo, o raciocínio consequencialista de John Stuart Mill (segundo o qual o que importa são as ações que produzem a maior felicidade à maior quantidade de pessoas, ou seja, o "bem maior") parece estar associado a um padrão de ativação cognitiva (pré-frontal), enquanto buscar o comportamento moral de Kant (segundo o qual o importante é "agir moralmente", a intenção de quem produz a ação, independente do seu resultado relativamente ao "bem maior": é mais importante não vulnerar os direitos de outra pessoa que obter um resultado ideal) envolve um padrão "social-emocional" de ativação cerebral que envolve, predominantemente, circuitos emocionais. O que acontece quando há um conflito entre esses dois tipos de raciocínios? Pois bem, para responder esta pergunta, Greene e colaboradores (2005) criaram cenários onde decisões pelo bem maior envolvessem a quebra de uma promessa, colocando as predições de Mill e Kant em pratos opostos da balança. Como esperado, e com um resultado que não dista muito dos experimentos anteriores, a manutenção de uma promessa em detrimento do "bem maior" encontra-se associada à ativação de circuitos sociais-emocionais (Atahualpa Fernandez, 2005). Essa ativação também acontece enquanto se decide por quebrar a promessa em prol de um julgamento utilitário - mas é sobrepujada pela ativação, instantes mais tarde, do córtex pré-frontal dorso-lateral. Confrontado com dilemas, portanto, a primeira reação do cérebro parece ser emocional, em prol de uma moral interna que, no entanto, pode ser silenciada se o córtex pré-frontal optar pelo bem maior, contra os impulsos de outras regiões do mesmo cérebro. Um exemplo ilustrará melhor ao que estamos nos referindo: suponhamos que um indivíduo vá em seu carro novo e vê a um homem estendido na calçada. Sofreu um acidente e está ensanguentado. Poderia levá-lo ao hospital e salvar-lhe a vida; sem embargo, mancharia de sangue seu carro novo. É moralmente aceitável deixá-lo aí? Cambiemos de cenário. Um indivíduo recebe um pedido por correio donde se diz que, se envia 100 reais, salvará a vida de 10 crianças famintas. É aceitável enviar o dinheiro? Ao analisar este tipo de dilemas, Greene e colaboradores (2005) descobriram que, ainda que as opções são superficialmente as mesmas - não faças nada e preserva teu interesse próprio ou salva vidas com pouco custo pessoal -, a diferença estriba em que o primeiro cenário é pessoal, enquanto que o segundo é impessoal. Em síntese, os estudos comprovam que as decisões ante dilemas pessoais supõem mais atividade cerebral nas zonas associadas com a emoção e a cognição moral. E a teoria que justifica esta circunstância é a de que, desde uma perspectiva evolutiva, as estruturas neuronais que associam os instintos com a emoção se selecionaram ao largo do tempo porque resulta benéfico ajudar à gente ou cumprir uma promessa de modo imediato; o instinto visceral, ou moral, é o resultado de processos selecionados ao largo do processo evolutivo: dispomos de processos cognitivos que nos permitem tomar decisões morais rápidas que aumentarão nossa probabilidade de sobrevivência (se estamos programados para salvar a um indivíduo ou cumprir as regras de reciprocidade do intercâmbio social, todos sobreviveremos melhor).

O certo é que, de acordo com os experimentos provenientes da neurociência cognitiva, parece razoável supor que não estamos frente a dois juízos reciprocamente excludentes, senão diante de dois juízos diferentes que ativam áreas distintas do cérebro por obra das circunstâncias e do envolvimento pessoal do agente que atua. Por exemplo, Casebeer (2003), tendo em vista as numerosas filosofias morais que existem, tomou como ponto de partida de suas investigações acerca das zonas cerebrais que se ativam durante o raciocínio ou juízo moral, as três filosofias ocidentais mais importantes: o utilitarismo de Stuart Mill, a deontologia de Kant e a teoria da virtude de Aristóteles (que trata de cultivar a virtude e evitar os vícios). Concluiu sua análise com a seguinte observação: "Assim que poderíamos dizer [...] que estes três enfoques situam-se em diversas zonas do cérebro: frontal (Kant); préfrontal, límbica e sensorial (Mill); a ação corretamente coordenada de todo o cérebro (Aristóteles)". Seja como for, no atual panorama científico tem aparecido vários estudos donde se afirma que *existe*, no cérebro, uma versão do raciocínio ou juízo moral. Já se descobriu que determinadas regiões do cérebro, normalmente ativas durante os processos emocionais, se ativam diante de alguns tipos de juízo moral, mas não diante de outros. Os encarniçados debates seculares sobre a natureza das decisões morais e sua similitude ou diferença se resolvem agora de maneira rápida e clara com a moderna imagem cerebral. E os novos resultados indicam que, quando alguém está disposto a atuar segundo uma determinada crença moral, é porque a parte emocional de seu cérebro se ativou ao pensar na questão moral. Assim mesmo, quando se apresenta um problema moralmente equivalente sobre o qual a pessoa decide não atuar, é porque a parte emocional do cérebro não se ativa. Trata-se de uma assombrosa novidade para o conhecimento humano, porque ajuda a entender que a resposta automática do cérebro pode predizer nossa resposta moral. Resumindo: os novos resultados das imagens cerebrais parecem indicar que o cérebro responde aos grandes dilemas morais subjacentes, isto é, de que parece haver mecanismos subconscientes inatos comuns que se ativam em todos os membros de nossa espécie como resposta aos desafios morais. É como se todos os dados sociais do momento, os interesses de sobrevivência pessoal que todos possuímos, a experiência cultural que já vivemos e o temperamento básico de nossa espécie alimentassem os mecanismos subconscientes e inatos que todos possuímos e daí surgira uma resposta, um impulso para atuar ou deixar de atuar (Gazzaniga, 2005). Nesse sentido, o fato de que os juízos morais são majoritariamente intuitivos e inatos talvez seja (ou constitua) a chispa moral, o aglutinante que impede que nossa espécie se destrua a largo prazo.

[8] Note-se que para Haidt (2006) o julgamento moral é como o julgamento estético. Quando você vê uma pintura, em geral sabe automática e instantaneamente se gosta ou não (Cela Conde et. al., 2004). Se uma pessoa lhe pede para explicar seu julgamento, você confabula (isto é, fabrica facilmente razões para explicar o próprio juízo ou comportamento). Não sabe ao certo por que acha que dada coisa é bela, mas seu módulo intérprete é habilidoso na construção dos motivos, como descobriu Gazzaniga em seus estudos (p. e., 2005). Você busca um motivo plausível para gostar do quadro e utiliza a primeira razão que faz sentido (talvez algo vago sobre cor, ou a luz, ou o reflexo do pintor no nariz do palhaço, que brilha). Os argumentos morais são basicamente os mesmos: duas pessoas têm uma posição forte a respeito de uma questão, mas os sentimentos vêm em primeiro lugar e suas razões são inventadas às carreiras. Quando você refuta o argumento de outra pessoa, ela em geral muda de idéia e passa a concordar com você? Claro que não, porque o argumento que você defendeu não foi a causa de sua oposição; foi gerado depois que o julgamento já tinha sido feito. É que embora nossas mentes sejam confederações indefinidas de partes, nos identificamos mais com uma parte, prestando-lhe mais atenção: o pensamento verbal consciente. Daí porque Gazzaniga se refere aos centros de linguagem no lado esquerdo do cérebro como o "módulo intérprete", cuja função seria comentar sobre o que o *self* está fazendo, embora o módulo intérprete não tenha acesso às causas ou motivações reais do comportamento do *self*- a aflição de buscar explicações muito elaboradas acerca de nosso comportamento é uma "virtude" da que todos estamos bem dotados: é sempre melhor ter uma razão para fazer algo (qualquer razão) que não ter razão alguma (Carter, 2002). Os estudos de Gazzaniga são importantes porque mostram, de

maneira dramática, que o módulo intérprete é ótimo em inventar explicações convincentes para o comportamento, ainda que e mesmo quando desconheça a causa e os motivos que o levaram a tal. Por outro lado, essa diferença talvez explique a razão pela qual, segundo alguns autores, o cenário por meio do qual se revela a argumentação no jogo da cena jurídica (e, em particular, da jurisdicional) implica tanto a consideração do contexto de *descobrimento* - ou seja, do processo mental mediante o qual se chega a estabelecer determinada premissa ou conclusão - como do contexto de *justificação*, isto é, da necessidade de motivação da decisão, da questão de como os juristas fundamentam suas decisões ou, dizendo de outro modo, do procedimento consistente em justificar dita premissa ou conclusão. Como se sabe, esta é uma distinção que procede do âmbito da filosofia da ciência (nomeadamente da epistemologia neopositivista) e distingue entre a atividade que consiste em descobrir ou enunciar uma teoria científica determinada, atividade que há de ser estudada por historiadores e sociólogos da ciência mostrando os fatores que concorrem no desenvolvimento do conhecimento científico (o sistema de seleção dos investigadores, seu processo de formação, a estrutura das comunidades de investigação, etc.) e a atividade, claramente distinta, de justificação da teoria científica, uma atividade na qual a lógica e as regras do método científico desempenham o papel mais destacado. Transladada ao campo da argumentação jurídica (da justificação das decisões judiciais), esta distinção foi utilizada para estabelecer que uma coisa é o procedimento por meio do qual se alcança determinada decisão e outra o procedimento mediante o qual se justifica dita decisão. Muitos dos argumentos dos realistas americanos são úteis no âmbito do contexto de descobrimento das decisões judiciais; é importante conhecer os motivos que explicam a decisão tomada pelo juiz: sua classe social, seus prejuízos ideológicos, sua formação dogmática, emoções e sentimentos, etc. Em uma palavra: trata-se de uma distinção utilizada para opor-se a certos teóricos do direito que consideram que as decisões jurídicas - as decisões judiciais - não podem ser justificadas, enquanto que os juízes tomam essas decisões em forma irracional - ou arracional -; a motivação das sentenças não seria mais que uma "racionalização" de uma operação que não obedece em absoluto ao esquema da lógica, ao silogismo judicial. Quem sustenta este último aspecto, diz-se, estaria confundindo o contexto de descobrimento com o contexto de justificação. Agora bem, as razões que justificam a decisão são, em última instância, as razões às que o juiz apela para fundamentar juridicamente sua decisão. E se tomamos em boa conta que o raciocínio moral e as emoções morais trabalham junto para produzir julgamentos ético-jurídicos, parece razoável supor que as apelações a uma multitude de motivos que interferem, condicionam e explicam a decisão judicial não configuram, em absoluto, nenhum argumento a favor de um presumível escepticismo jurídico-argumentativo. Sobre a relação intuição/justificação moral cfr. também: Hauser, 2006; Hauser et al., 2007; Cushman et al., 2006. Já para um estudo acerca dos defeitos da memória (a faculdade que nos permite visualizar o passado), da imaginação (a faculdade que nos permite visualizar o futuro) e da percepção (a faculdade que nos permite ver o presente), assim como dos problemas do realismo (a crença de que as coisas são em realidade como parecem mentalmente) como o primeiro passo de nossa percepção do mundo, cfr. Gilbert, 2006.

[9] Devido ao fato de que a pressão evolutiva não incrementou (de forma "ótima") a racionalidade humana, qualquer construção de uma teoria jurídica de realização do direito deve (ou pelo menos deveria, coerente e prudentemente) implicar um redimensionamento da compreensão *psico-biológica* do próprio acesso da razão e sobretudo da própria idéia de racionalidade. Dizendo de maneira menos generosa, deveria partir da rejeição de qualquer concepção acerca da racionalidade, objetividade e neutralidade causada pelo desconhecimento do funcionamento de nosso cérebro e de nosso passado evolutivo - muito especialmente no que se refere às evidências experimentais relacionadas com os correlatos cerebrais que intervêm no processo cognitivo de formular juízos morais para decidir entre o justo ou injusto. Neste particular, importa considerar o fato de que se parte da premissa de que em questão de racionalidade humana há sempre dois componentes que se entrelaçam: as limitações da mente humana e a estrutura dos ambientes nos

quais a mente funciona. Isto é, de que ao modelo de juízo humano e aos processos de tomada de decisões deveria ser agregado o que em realidade sabemos sobre o funcionamento e as capacidades da mente humana mais bem que sobre presunções ou capacidades fictícias. Trata-se, em síntese, de um modelo muito distinto do modelo tradicional de racionalidade ilimitada e de otimização em ciência cognitiva (transportada para as ciências sociais normativas) que vê a mente humana como dotada de poderes sobrenaturais ou de poderes demoníacos de razão: de um conhecimento ilimitado da realidade e do ambiente, assim como de toda a infinita eternidade para tomar decisões. O que em realidade a denominada "bounded rationality" toma em consideração é o entendimento do processo de tomada de decisões em um mundo verdadeiro, onde a mente humana, funcionando como uma caixa de ferramentas adaptável ("adaptive toolbox"), toma decisões com os recursos realistas mentais de que dispõe e condicionada pelas iniludíveis limitações de tempo, de informação e de conhecimento. Tal como um mecânico utilizará ferramentas específicas para cada tarefa de manutenção do motor de um carro, mais bem que o simples golpe de todo o motor com um martelo grande, os domínios diferentes de pensamento requerem instrumentos e módulos diferentes especializados. Esta é a idéia básica da caixa de ferramentas adaptável: a coleção de mecanismos especializados cognitivos que a evolução incorporou na mente humana para os domínios específicos de inferência e o raciocínio. Em resumo, trata-se da idéia de que a mente está dotada com um sem-fim de dispositivos altamente especializados, isto é, está composta por múltiplos módulos mentais. Cada um destes módulos foram desenhados pela seleção natural para fazer frente a um determinado problema adaptativo que tiveram de afrontar no passado os caçadores-coletores. Tais dispositivos estão firmemente ensartados na mente desde o nascimento e são universais a todos os seres humanos. Por outro lado, estes módulos apresentam uma singular e fundamental característica: são "*ricos em conteúdo*". Quer dizer, não só proporcionam conjuntos de regras para resolver problemas, senão que subministram também o grosso da informação necessária para tal tarefa. Este conhecimento reflete a estrutura do mundo real, ou ao menos o mundo do Pleistoceno em que evolucionou a mente. Esta informação sobre a estrutura do mundo real, junto com uma multitude de normas para solucionar problemas - cada uma contida em seu próprio módulo mental - já está presente na mente do recém-nascido. E enquanto alguns módulos são chamados a atuar de forma imediata - p. e., para o contato com os olhos da mãe -, outros requerem algo mais de tempo antes de se colocar em funcionamento, como por exemplo os módulos para a aquisição da linguagem.

[10] Na aguda observação de Camilo J. Cela-Conde (1985, 1996): "Sabemos que não é possível separar, como pretendia Descartes - e como afirmaram, em seu momento, os funcionalistas cognitivos -, emoção e racionalidade, espírito e cérebro. Isto se aplica ao conjunto do conhecimento, ou seja, às matemáticas, à mecânica quântica, à ética e à literatura". António Damásio (1994) descreve o trabalho efetuado com muitos de seus pacientes com lesões cerebrais, freqüentemente no lóbulo frontal, que perderam sua capacidade de resposta emocional normal e, por conseguinte, converteram-se em seres incapazes de manifestar emoções.Em lugar de se converter em seres inteiramente racionais, dispostos a tomar decisões sem as fastidiosas distrações provocadas pela emoção, são pessoas praticamente paralisadas pela indecisão; a obrigação de tomar determinações, por pequenas e insignificantes que sejam, transforma-se em um dilema que só podem resolver quando se empenham a fundo e passam um largo tempo refletindo sobre a seleção das opções possíveis de serem adotadas. Não precisa dizer que uma existência normal se torna praticamente impossível para esses enfermos. Não seria assim para o resto dos humanos que não nos damos conta da (ou procuramos dissimular a) envergadura emocional contida em um ato de tomada de decisões, porque para nós não existe a implicação de umas conseqüências passadas e, quando se trata de preferências, somos capazes de simplesmente reagir de acordo com nossa aptidão ilimitada de sentir emoções segundo a interpretação e denominação que façamos de nossas respostas fisiológicas. Em resumo, quem não tem emoções é um "idiota racional", ou seja, a caricatura desenhada por Sen para identificar a pessoa egoísta de curta visão:

um idiota incapaz de avaliar o efeito de suas ações sobre outras pessoas. Registre-se que, neste particular, Damásio, LeDoux, economistas como Robert Frank, biólogos como Robert Trivers e psicólogos como Jerome Frank chegaram a conclusões parecidas, a partir de provas diferentes. É, de fato, uma "coincidência" notável.

[11] Uma larga e rica história de investigação psicológica esboçou a chamada hipótese do altruísmo empático, que intenta explicar a conduta pró-social que adotamos quando vemos a outro ser em apuros. Automática e inconscientemente simulamos estes apuros em nossa mente, que a sua vez nos fazem sentir mal, não de uma maneira abstrata senão literalmente mal. Nos contagiamos das sensações negativas da outra pessoa, e para aliviar esse estado próprio nos vemos motivados a atuar. Vários estudos corroboram a idéia de que a manipulação dos sentimentos com relação a um indivíduo incrementa a atitude cooperativa. Por exemplo, a percepção de gestos de angústia ou dor no outro propicia que a conduta seja mais altruísta. Já se realizaram incontáveis experimentos para corroborar essa idéia geral. John Lanzetta e colaboradores (1989) já demonstraram em várias ocasiões que a gente tende a responder ao sentido do tato, do gosto, da dor, do medo, da alegria e do entusiasmo dos demais com análogos padrões fisiológicos de ativação. Literalmente sentem os estados emocionais dos demais como se fossem próprios. Esta tendência a reacionar ante o sinal de dor ou sofrimento dos demais parece inata: se há demonstrado em crianças recém nascidas, que choram em resposta ao sinal de dor de outras crianças nos primeiros dias de vida (Simner, 2002). Alguns experimentos neurofisiológicos e de imagem cerebral sugerem que as neuronas espelho existem nos seres humanos e que são as responsáveis da "compreensão das ações", quer dizer, que têm a função de contribuir à compreensão e à imitação das ações alheias. (Rizzolatti et alii, 2001).

[12] O desenho do cérebro que está aparecendo graças aos estudos da engenharia cerebral aponta já algumas pistas dignas de menção. Em primeiro lugar, a confirmação daquelas hipóteses lançadas por Crick e Koch (1990) acerca da consciência como uma atividade sincronizada de neurônios que se encontram situados em lugares distintos da corteza cerebral, coisa que acaba por colocar em cheque algumas das idéias mais firmes do funcionalismo computacional e da concepção estrita do suposto da modularidade dos processos cognitivos (Fodor, 1983), como por exemplo: o de um processador central e um progresso *bottom-up* da percepção até chegar aos processos superiores. No que chamamos "conhecimento" intervêm sequências de ativação complexas cujas dimensões espaciais e, sobretudo, temporais não puderam ser postas de manifesto até o desenvolvimento de técnicas tão precisas como a da magnetoencefalográfica, capaz de detectar a ativação neuronal em lapsos de centésimos de segundo. Por outro lado, a caracterização neurológica da moral sim que parece compatível com uma psicologia evolucionista que entenda que uns mesmos processos cognitivos intervenham em diferentes tarefas ou para resolver diferentes problemas (Shapiro & Epstein, 1998). Estamos longe ainda de contar com um mapa preciso das ativações espaço-temporais relacionadas com os processos cognitivos, mas parece que vamos trilhando um bom caminho para começar a fazê-lo e a compreendê-lo. Já sabemos, por exemplo, que na tarefa de realização de juízos morais (assim como de juízos normativos no direito e na justiça) é essencial à conexão fronto-límbica (Damasio, 1994; Adolphs et al, 1998; Greene et alii, 2001, 2002 e 2005; Moll et alii, 2002, 2003 e 2005; Goodenough & Prehn, 2005). Sabemos que a percepção estética implica a ativação da corteza préfrontal esquerda (Cela-Conde et al, 2004). Sabemos como se realiza o processamento das cores a partir dos centros visuais primários da corteza ocipital (Zeki & Marini, 1998; Bartels & Zeki, 1999), assim como a ativação neuronal relacionada com a identificação de objetos percebidos mediante a visão (Heekeren, Marrett, Bandettini & Ungerleider, 2004). Em termos gerais vai aparecendo um panorama em que a corteza préfrontal joga um papel de primeira ordem respeito do que são os processos cognitivos superiores, coisa que, por outra parte, havia sido já sugerida, ainda que fosse a título de hipóteses especulativa, pelos paleoantropólogos (Deacon, 1996; 1997)

FORO PRIVILEGIADO: MANUTENÇÃO OU EXTINÇÃO?

Benedito Calheiros Bomfim *

A impunidade, no Brasil, historicamente, sempre se constituiu em incentivo à prática da corrupção, máxime nos crimes contra o patrimônio público e de improbidade administrativa, fato que compromete a credibilidade das nossas instituições democráticas. A feitura das leis, não raro redigidas propositadamente com imprecisões, aliada à morosidade do Judiciário e ao privilégio de foro concedido às autoridades acusadas de autoria de tais delitos, propiciavam, e ainda propiciam e incentivam a desenvoltura e a impunidade de seus agentes.

A Constituição de 1988, em seus arts. 102, I, 105, I, 108, I, 29, X e 96, III, seguindo uma tradição jurídica, elenca as autoridades às quais assegura foro privilegiado, nos casos em que são acusadas de crimes, autoridades essas que vão do Presidente da República a promotores de Justiça.

Essa diferença de tratamento penal em relação ao cidadão comum afronta o princípio (isonômico) fundamental da Constituição/88 (art. 5º), segundo o qual "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza ..."

Tal desigualdade de tratamento, carente de base ética, inaceitável no sistema republicano, é incompatível com o princípio da moralidade administrativa (CF, art. 37) e com o estado de direito democrático, mais se assemelhando à criação de um modelo político aristocrático.

Ao contrário do que sustentam os partidários da manutenção do foro por prerrogativa de função, a melhor maneira de proteger o cargo e a autoridade de quem o exerce é simplificar e acelerar o julgamento do acusado.

Crimes praticados por autoridades, cuja função pressupõe confiança, zelo e probidade no trato e condução das coisas e bens públicos, por sua gravidade, implicações e conseqüências danosas à coletividade, exigem apuração rápida e sanções severas. E isso porque, sendo estipendiadas para zelar pelo patrimônio público e bem servir à comunidade, fraudam e lesam os contribuintes e o erário, prejudicam a sociedade, traem a confiança do poder público de que são depositárias.

O foro privilegiado protege quem tem mais poderes, quando deveria ser o inverso. Pois, quanto maiores os poderes, maiores as responsabilidades, maior a gravidade do delito, mais severas deveriam ser as penas cominadas.

Há quem objete, e não sem razão, que, condenar pessoas da classe média, possuidora de status social - conquanto mereçam penas maiores que outros criminosos que atentam contra o patrimônio individual - a cumprir pena em nossas prisões desumanas, cruéis, degradantes, promíscuas, equivale a torturá-las, expô-las a hostilidades e agressões. e levá-las à morte prematura. Justo, portanto, que, enquanto não humanizado o sistema penitenciário, e esse argumento não vale apenas para as autoridades com privilégio de foro - sejam confinadas em cárceres decentes, separados, distintos. Aconselhável ainda que, na apreciação de cada caso, substitua-se a pena privativa por restritiva de direitos, ou por um regime mais brando de cumprimento da pena.

É notório que, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais

* Ex-presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Ex-Conselheiro Federal da OAB. Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Superiores encontram-se, de há muito, abarrotados de processos e, mal aparelhados, faltando-lhes, portanto, condições materiais para se desempenharem de mais essa relevante competência. O acréscimo de atribuição trazido pelo foro privilegiado, alonga e dificulta ainda mais a tramitação e o julgamento dos crimes de corrupção.

Por ocasião da apreciação da denuncia dos envolvidos no caso do chamado "mensalão", o Min. Joaquim Barbosa, relator do feito, reconheceu que o STF não tem estrutura para instruir e julgar processos criminais que lhe são submetidos por força do foro privilegiado.

O STF, com efeito, não está apto a realizar investigações, coletar documentos e provas, ouvir testemunhas, atividades essas próprias de juízes de 1º grau. Os tribunais são estruturados para julgar recursos, e não para julgar originariamente ações penais.

Não se compreende que, no momento em que, visando à agilização processual, instituem-se a súmula vinculante e a exigência do requisito de "repercussão geral", esta, como condição para conhecimento de recurso extraordinário, discuta-se no Congresso, contraditoriamente, a ampliação da competência do STF e do STJ, para incumbir as duas Cortes de apreciar, instruir e julgar processos em que ex-autoridades são acusadas de crimes. Com o assim proceder, anula-se o propósito de celeridade visado pela adoção daqueles dois importantes institutos processuais. Contra essa extensão de foro já se manifestaram a Associação de Magistrados Brasileiros, a AJUF e a AMATRA, algumas das quais favoráveis à eliminação do foro privilegiado. Ao em vez de corrigir o mal funcionamento do Judiciário, a instituição do privilégio de foro o agravou, aumentando-lhe, com o acréscimo de tal competência, a morosidade e gerando mais impunidade, em decorrência da superveniência da prescrição. A aprovação da extensão do foro privilegiado a ex-autoridades equivaleria, enfim, à generalização e à institucionalização da impunidade.

Com as leis processuais que temos e a deficiente estrutura de nossos tribunais, com pautas saturadas, especialmente a do STF, a única fórmula para processar e julgar celeremente tais crimes é submetê-los à apreciação de uma instância específica, originária e única, cujos julgamentos sejam proferidos de forma terminativa.

Assim, o STF e o STJ, ainda que para tanto precisem aumentar o número de seus integrantes, criariam Turma especializada e exclusiva para processar as autoridades com direito a foro privilegiado. Mesmo que essa medida implique aumento de despesas, seriam estas largamente compensadas com a velocidade com que seriam os réus julgados e recuperados pelo erário valores e bens sonegados ou desviados.

O correto e desejável seria a mera abolição do foro privilegiado, como propugna a AMB. mas, há que, realisticamente, concluir que se trata de uma medida de difícil viabilização. Pois seria ingenuidade esperar que parlamentares, magistrados e outras autoridades, em sua maioria, abrissem mão de tamanha salvaguarda, colocando o interesse público acima de seus privilégios. Por isso, mais prático e factível, seria instituir Varas e Tribunais especializados em crimes de corrupção. Ainda agora, o Tribunal de Justiça de São Paulo criou uma Câmara para julgamento de crimes atribuídos a Prefeitos, seguindo exemplo recente, nesse mesmo sentido, adotado no Judiciário do Rio Grande do Sul.

Nos últimos 18 anos e meio, o STF instaurou 130 processos criminais contra autoridades detentoras de foro privilegiado, mas em nenhum deles houve condenação.

Criados, ou não, tribunais especializados, uma coisa é certa: a única maneira capaz de combater eficazmente os crimes contra a administração pública e a improbidade administrativa, não é a severidade da pena; é incutir nos criminosos a certeza de que serão investigados, julgados e punidos com rapidez e convencê-los de que os bens e valores que desviaram serão devolvidos ao poder público com a mesma velocidade do julgamento criminal.

Cabe às associações de magistrados, promotores de Justiça, à opinião pública, aos movimentos sociais, enfim, à sociedade civil, sensibilizarem e mobilizarem a mídia e o Congresso, o Conselho Nacional de Justiça para que sejam votadas leis e priorizados todos os projetos e medidas visando à eliminação ou a redução do foro privilegiado. Aliás, o Senado já aprovou projeto de lei (PSL 268/07), merecedor de todo o apoio, determinando seja dada prioridade ao andamento de processos envolvendo crimes de responsabilidade de servidores contra a administração pública.

A ÉTICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO PODE EVITAR O ASSÉDIO MORAL

José Roberto Dias Leite[*]

1. Histórico

As relações laborais pleiteiam-se na dicotomia capital (classe patronal) versus trabalho (classe proletária), que afetam a atividade produtiva da sociedade e inevitavelmente atraem para si a regulação normativa estatal na forma do direito do trabalho.

A CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, e as garantias constitucionais do trabalhador sofrem ataques nebulosos, motivados por interesses certamente censuráveis. Os princípios, defensores legítimos dos direitos de trabalhadores e patrões, apenas mitigam pela defesa da melhor aplicação do direito.

A reserva ética dos princípios do direito, verdadeira garantia da melhor aplicação do direito, posiciona-se acima do próprio edifício jurídico. Os princípios se colocam na condição de garantidores supranormativos, imbuídos de uma reserva ética.

As mudanças, no Direito, ocorrem diariamente, seja pela incorporação de novas legislações, pelo entendimento de jurisprudências. Empregadores, trabalhadores e prepostos, regem-se pelo princípio da boa-fé que tem vasta aplicação nas relações de trabalho. Na execução do contrato de trabalho deseja-se que o empregado e empregador obriguem-se a cumprir o pactuado em relação ao melhor rendimento do trabalho, com lealdade e boa-fé, as obrigações cabíveis a cada um.

Harcèlement moral; bullying; mobbin; murahachibu, *assédio moral*, todas as expressões referem-se ao assédio moral, forma psicoterrorista desencadeada no psicológico do trabalhador. A palavra assédio vem do latim absediu; sinônimo de cerco, bloqueio, sítio, operações militares em frente ou em volta de uma praça, para tomá-la; em sentido figurado: insistência; importunação.

Confúcio, citado por Eduardo Pessôa *"uma injustiça feita a um só homem é uma ameaça para toda gente".*[1] A repercussão no seio da sociedade em relação a determinados atos, mesmo quando cometidos contra uma só pessoa, em relação ao assédio moral, direcionado a uma vítima, tem repercussões sociais devastadoras. Revelar as motivações que impulsionam o assediador moral a agir, estabelece significativa relevância ao estudo do fenômeno. Analisar o assediador e entender suas atitudes é o primeiro passo para combater o assédio moral no ambiente de trabalho.

2. Causas do Assédio moral

Fugindo aos estereótipos mal utilizados ou precariamente pré-concebidos, tendo em vista sua subjetividade, temos que a humilhação repetitiva e de longa duração, interfere na vida do trabalhador assediado de modo direto, comprometendo

---

[*] José Roberto Dias Leite - Pós-graduando em Direito Empresarial pela Uninove-SP, Bacharel em Direito - EDUVALE- Avaré-SP.

[1] Confúcio, *apud in* PESSOA, E. Pensamentos Eternos. Rio de Janeiro: Idéia Jurídica, 2001, p. 95.

sua identidade, dignidade e em suas relações familiares e sociais. Estas humilhações podem ocasionar graves danos à sua saúde física e mental, inclusive podendo gerar a incapacidade laborativa do trabalhador, desemprego ou mesmo a morte, constituindo um risco nas relações e condições de trabalho.

Os superiores hierárquicos utilizam-se de táticas nocivas, torturas psicológicas, com o intuito de prejudicar a ação laboral da vítima, impondo-lhe restrições negativas, humilhações, expondo-a a situações constrangedoras.[2]

Certos agressores são hábeis em depreciar de modo pejorativo seus subordinados, levando-o a um processo de degradação, perda da auto-estima.

Segundo Rosalice Pinheiro, do abuso do direito resultam duas conseqüências: "-prevalece a concepção objetivista de abuso do direito; - o ato abusivo constitui-se em ato ilícito".[3]

> *"O critério objetivo delineado pelo mencionado artigo remete-se ao princípio de boa-fé, enquanto regra de comportamento que se impõe tanto ao cumprimento de obrigações, como ao exercício de posições jurídicas". Não obstante, sob a égide dessa concepção, a boa-fé possa se apresentar como uma "norma em branco", a legislação brasileira abre espaço para consagração das "hipóteses típicas" sob as quais ela passa a ser concretizada. Eis a proibição do venire contra factum proprium, o instituto de verwirkung, o tu quoque, a "inalegabilidade de nulidades formais" e o "exercício desequilibrado de direitos". [4]*

Corroborando, Alexandre Miguel afirma que:

> *"No novo Código Civil, considera-se que o abuso de direito é modalidade de ato ilícito, e essa regra teve como fonte direta o Código Civil português, do qual é praticamente cópia fiel de seu art. 334". [5]*

Conforme Miguel Alexandre, o Código Civil, em seu art. 187, prevê expressamente a teoria do abuso de direito[6] e busca impedir que sejam cometidas arbitrariedades, por não mais existir um direito ao fundo que as acobertem. Assim, segundo Rodrigues, "veda o abuso do direito".[7] Já constava idêntica previsão no Código Civil de 1.916: *"Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico e social, pela boa-fé ou pelos bons costumes".*

Comete ato ilícito, de acordo com o Código Civil, em seu *art. 186: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".*

A Constituição Federal, conforme art. 5º, incisos V e X:

---

[2] LEITE, J.R.D. **Assédio Moral: Causas, efeitos e implicações jurídicas**. Revista TRT 18: Goiás, n. 8, dez. 2005. p. 117-118.
[3] PINHEIRO, R. F. O abuso do direito e as relações contratuais. Rio de Janeiro:Renovar, 2002 p. 303-304.
[4] PINHEIRO, R. F. Op. cit., p. 304-305.
[5] MIGUEL, A. A responsabilidade civil no novo código civil: algumas considerações. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 809, mar. 2003. p. 11-27.
[6] MIGUEL, A. A responsabilidade civil no novo código civil: algumas considerações. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 92, n. 809, mar. 2003. p. 15.
[7] RODRIGUES, S. Direito civil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 7. p. 55.

> *V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem,*
> *X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.*

O empregador contrata o empregado, o qual oferece sua qualificação normal de trabalho, e não sua total capacidade de produzir, trabalhando até a exaustão. Por isso mesmo, os serviços não devem ser entendidos como aqueles que superam a possibilidade de execução do trabalhador, aqueles que excedem sua capacidade normal de produzir, ou seja, serviços excessivos. Os serviços contratados pelo empregador são aqueles que estão dentro da capacidade do empregado em realizá-los, e não os impossíveis de realizar, quer sejam pelos seus recursos físicos, psicológicos ou técnicos.

Em geral, a pessoa assediada é escolhida porque possui características pessoais que perturbam os interesses do elemento assediador, ao qual lhe resulta inconveniente o trabalhador, por suas habilidades, destreza, conhecimento, desempenho e exemplo, entre outras.

O desenvolvimento do individualismo reafirma o perfil do "novo trabalhador": competitivo, criativo, flexível, capaz, qualificado, habilidades que o qualificam em busca do mercado. Estas qualificações responsabilizam os trabalhadores pela formação e melhor qualificação para o mercado atual, e tendem a culpá-los pelo desemprego, desfocando a realidade e impondo-lhes um sofrimento perverso.

Porém, não podemos aceitar que formas de "pressões racionais" exercidas com lucidez, visando obter resultados econômicos e sociais favoráveis à empresa e ao trabalhador, desde que respeitados os limites individuais e necessários sejam interpretados como assédio moral.

Para Bernardo Moreira:

> *"...entendemos que a pressão da competitividade contagia a ação das chefias tornando-os exigentes e, muitas vezes fazendo-os considerar que seus subordinados podem fazer mais do que imaginam que podem.... Reforço que a exigência de superação sempre está acompanhada de significativa dose de confiança e preocupação pelo desenvolvimento dos subordinados. A chefia pode, e deve pressionar com freqüência e exigir que seus subordinados se superem. Mas presumo que fique claro que não é a isso que se refere o assédio moral".*[8]

3. A ética e a moral: as relações de trabalho

A ética, do latim *ethica*, deriva do grego *ethiké*, na filosofia tem seu significado: *disciplina filosófica que tem por objeto de estudo os julgamentos de valor na medida em que estes se relacionam com a distinção entre o bem e o mal.* Tanto no latim, grego ou na filosofia, se referem ao caráter, às atitudes humanas, às regras de conduta que norteiam a vida do ser humano. A ética é composta de enunciados que são gerados em uma investigação a respeito da validade ou não dos enunciados morais; é a ciência da moral.

Segundo Bittar, os estudos da etimologia do termo "ética" revelam que

[8] Moreira B. L. **Assédio Moral**, 2005 p.1. *http://www.golrh.com.br/artigos/artigos.asp?COD_Tema=304*

éthos está revestido de ambigüidades, o que torna a própria discussão da matéria também aberta. Já o termo *éthos* (do grego, singular) é o hábito ou comportamento pessoal, decorrente da natureza, das convenções pessoais ou da educação, *ethé* (do grego, plural) é o conjunto de hábitos ou comportamentos de grupos ou de uma coletividade, podendo corresponder aos próprios costumes.[9]

Muitos profissionais e pesquisadores do conhecimento desenvolvem trabalhos no campo da ética, dedicando-se ao seu estudo. Para Aristóteles, a *ética é centrada na ação voluntária e moral do indivíduo.*[10]

Ética e moral não são a mesma coisa.

A ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo relacionamentos justos e aceitáveis. Fundamenta-se nas idéias de bem e virtude, valores perseguidos por todo ser humano que, ao alcançá-lo é traduzido numa existência plena e feliz. É uma característica inerente a toda ação humana, portanto, é um elemento vital para a produção da realidade em sociedade. Todo ser humano possui um senso ético, "consciência moral", avaliando suas ações constantemente, julgando-as boas ou más, justas ou injustas, certas ou erradas. O comportamento humano é classificado sob a ótica do *certo e errado*, do *bem e do mal*. Embora essa relação seja da ação individual de cada um, elas têm relação com a cultura que prevalece na sociedade a qual pertence e em seus contextos históricos.

A moral, do latim *morale*, se expressa através de um conjunto de costumes e opiniões que um indivíduo ou um grupo de indivíduos possuem relativamente ao comportamento; conjunto de regras de comportamento consideradas como universalmente válidas. A moral é parte da filosofia que trata dos costumes e dos deveres do homem para com seu semelhante e para consigo; teoria ou tratado sobre o bem e o mal, enunciados que dão valor a certas condutas, aprovando-as ou rejeitando-as.

> *A excelência moral, relaciona-se com a escolha das ações e emoções - devemos então, preferir o meio-termo - em relação a nós. Em relação às pessoas certas e aos objetos, e de maneira certa, nisto consiste o meio-termo e a excelência característicos da virtude.... De modo análogo, também existe excesso, carência e um meio-termo no que diz respeito às ações - em que o excesso é uma forma de erro- enquanto o meio-termo é uma forma de acerto digna de louvor; estar certa e ser louvada são características da virtude.... Nas várias formas de deficiência moral há falta ou excesso do que é conveniente tanto nas emoções quanto nas ações; a excelência moral encontra e prefere o meio termo. Logo, a excelência moral é um meio termo, mas com referência ao sumo bem e ao mais justo, ela é um extremo.*[11]

O homem não vive em sociedade, e sim convive nela. Encontramos então, o direito, os imperativos éticos a assinalar que nem tudo que é jurídico é honesto, que o homem honesto deve impor limites a si mesmo maiores do que a lei lhe confere, principalmente em suas relações com outros seres humanos. Segundo

---

[9] BITTAR, E.C.B. Curso de ética jurídica. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 6.
[10] ARISTÓTELES. Ética a Nicômano. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 14.
[11] ARISTÓTELES. Ética a Nicômano. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 43-49.

Aristóteles: *"pelos atos que praticamos em nossas relações com outras pessoas, tornamo-nos justos ou injustos (...)".*[12]

A sociedade é característica plena do homem que vive na cidade, portanto, o exercício da vida em comunidade social e política é o meio necessário para o exercício da moral. O homem que vive em sociedade é um ser social, e como tal, não pode levar uma vida moral como indivíduo isolado, e sim, no seio de uma comunidade.

Segundo Aristóteles, há duas espécies de virtude, a intelectual e a moral. A virtude intelectual requer experiência e tempo, em sua grande parte, é gerada pelo ensino, já a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, exercício constante, pelo aprendizado, tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente.[13]

Segundo Aristóteles, é na infância que a moral é construída. A virtude moral decorre do hábito e não da natureza do ser humano, pois o hábito não modifica a natureza. A prática da virtude moral, que conduz o homem à verdadeira felicidade, não nasce com ele, mas é construída a partir de condutas positivas reiteradas, realizar atitudes virtuosas para determinar o alcance do bem, determinando o estilo de vida.

> *"Nossas disposições morais nascem de atividades semelhantes a elas. É por esta razão que devemos atentar para a qualidade dos atos que praticamos, pois nossas disposições morais correspondem às diferenças entre nossas atividades. E não será desprezível a diferença se, desde a nossa infância, nos habituarmos desta ou daquela maneira, ao contrário, terá imensa importância, ou seja, será decisiva".*[14]

A princípio, o assédio moral, traz repercussões negativas ao homem, seja nas esferas social e econômica, física e psicológica. Os motivos que levam o assediador a agir de forma violenta, mesmo que sutilmente, nos remete aos caminhos da ética e da moral. O assediador é um indivíduo essencialmente destituído de ética e de moral; age sem nenhuma nobreza de caráter, através de impulsos negativos, revela seu lado perverso ao ver sua vítima sucumbir gradativamente diante de sua iniqüidade. O assediador é movido por diversas motivações, que variam da inveja ao desejo do poder, deprecia a virtude do caráter; para realizar propósitos mesquinhos e destituídos de nobreza, deixa de praticar certas ações que contemplam a ética e a moral; não abre mão de suas condutas contrárias à equidade, mas deseja parecer, perante as demais pessoas, como aquele que pratica o bem.

Detectamos, portanto, o estado em que verdadeiramente se encontram aqueles que protagonizam no pólo ativo o assédio moral: a infelicidade. Certamente procuram na opressão, àqueles que se encontram hierarquicamente num patamar inferior, suprir carências e traumas suportados em suas vidas, tanto no contexto pessoal, quanto no profissional. Com o assédio, sentem-se poderosos, inatingíveis, donos do destino de seus semelhantes.

O empregado antiético causa enormes e desastrosos efeitos no

---

[12] ARISTÓTELES. Ética a Nicômano. São Paulo: Martin Claret, 2006, p.4 1.
[13] ARISTÓTELES. Ética a Nicômano. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 40-41.
[14] ARISTÓTELES. Ética a Nicômano. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 41.

ambiente de trabalho, contendas entre os próprios colegas de trabalho; desarticulação de uma equipe, desacordos empresariais, chegando mesmo à falência de uma empresa. Como cita o *art. 482, "alínea b"* da CLT, a incontinência de má conduta ou mau procedimento resulta até em demissão por justa causa.

Segundo Manzi, o empregador também pode apresentar vários aspectos no ambiente de trabalho:

> *"A falta de ética por parte do empregador também pode atingir várias facetas: no abuso de poder de subordinar ou punir; no assédio sexual ou moral; na sonegação de direitos trabalhistas (inclusive com o uso de fraude); na exigência de anotações inverídicas de horário de trabalho, ...na despreocupação com a saúde do trabalhador, nas ameaças de demissão e punição injustas, ...na insensibilidade com a condição humana do empregado, etc.".*[15]

O assediador moral faz das atitudes nefastas e prepotentes seu modo de vida, eventualmente pratica algumas atitudes virtuosas, longe de conduzi-lo à felicidade.

4. Aspectos Jurídicos

Promulgada em 1988, a Constituição Federal justifica e fundamenta a garantia ao exercício da cidadania, ao respeito e a dignidade da pessoa humana, assegurando a prevalência do interesse social em detrimento do mero interesse particular do lucro (art. 5º, XXIII, art. 170, III).

O art. 193 da Constituição Federal diz que*: "A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais", enfocamos ainda, o disposto nos arts. 6º e 7º, "caput" visando os direitos sociais do indivíduo e dos trabalhadores, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.*

O direito constitucional passou a tutelar os direitos fundamentais da pessoa humana: direito à seguridade; à higiene; ao trabalho; ao salário; ao registro em CTPS; ao descanso semanal remunerado; às férias, ao 13º salário, etc. Dentro do respeito à dignidade do trabalhador o legislador incluiu a extraordinária garantia constitucional à indenização por dano moral, conforme o art. 5º da CF, inciso X: *"são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".*

A CF de 1988, em seu *art. 225*, relacionado ao meio ambiente, elegeu-o à categoria de bem de uso comum do povo por meio de um ambiente de trabalho sadio.

> *Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.*

Com o advento da Emenda Constitucional nº 45 de 2004, dá seus

[15] MANZI, J.E. Ética no direito e no processo do trabalho. Revista TRT 18: Goiás, n. 8, p. 95-96, dez. 2005.

primeiros passos em relação ao assédio moral, uma vez que haviam poucas e esparsas jurisprudências em relação à temática. Vejamos um exemplo:

> **Assédio moral. Degradação do ambiente de trabalho. Direito à indenização**. A sujeição dos trabalhadores, e especialmente das empregadas, ao continuado rebaixamento de limites morais, com adoção de interlocução desabrida e sugestão de condutas permissivas em face dos clientes, no afã de elevar as metas de vendas, representa a figura típica intolerável do assédio moral, a merecer o mais veemente repúdio desta Justiça especializada. Impor, seja de forma explícita ou velada, como conduta profissional na negociação de consórcios, que a empregada "saia" com os clientes ou lhes "venda" o corpo e ainda se submeta à lubricidade dos comentários e investidas de superior hierárquico, ultrapassa todos os limites plausíveis em face da moralidade média, mesmo nestas permissivas plagas abaixo da linha do Equador. Nenhum objetivo comercial justifica práticas dessa natureza, que vilipendiam a dignidade humana e a personalidade da mulher trabalhadora. A subordinação no contrato de trabalho diz respeito à atividade laborativa e assim, não implica submissão da personalidade e dignidade do empregado em face do poder patronal. O empregado é sujeito e não objeto da relação de trabalho e assim, não lhe podem ser impostas condutas que violem a sua integridade física, intelectual ou moral. Devida a indenização por danos morais (art. 159, CC de 1916 e arts. 186 e 927, do NCC). TRT 2ª Região. RO 01531200146402000. Ac. 2005/0288894. Rel. Juiz Ricardo Artur Costa e Trigueiros. TRT 2ª Região/SP. Publicado em 20.05.05

5. Conclusão

No ambiente de trabalho tudo caminha para devolver ao trabalhador sua dignidade e caráter, dentro de um trabalho humano que, após esse evento qualquer aplicação de programas ético e moral do trabalho sejam resgatados. Com o advento da união do Direito e da Filosofia em repressão ao assédio moral é possível conscientizar os assediadores, quer seja revelando a virtude e a ética, quer seja reconstruindo seu caráter e valores, através de reflexão, para que a justiça prevaleça e a vítima assediada seja indenizada substancialmente.

Com o propósito de coibir o assédio moral no ambiente de trabalho, não seria demais recomendar iniciativas de algumas empresas em imprimir um código de ética para seus trabalhadores. Uma conduta ética para os trabalhadores faz com que haja cooperação e o conseqüente aumento na produtividade de cada meta.

As partes interessadas devem se conscientizar de uma profunda reflexão para atingir o objetivo comum, qual seja, o desabrochar da ética e da moral na relação laboral. Em contrapartida, se defraudada, recorre-se à justiça. A legislação vigente no país tem permitido ao Poder Judiciário a entrega da prestação jurisdicional quando provocada, podendo definir, a contento, o valor indenizatório correspondente à vítima assediada moralmente, julgando e concedendo o valor indenizatório correspondente aos danos sofridos.

As estatísticas revelam a necessidade de se preservar a saúde mental dos trabalhadores, à própria dignidade da pessoa humana, princípio sobre o qual se fundam os ordenamentos democráticos modernos.

Apesar de pendências de aprovação de leis e projetos de leis no Congresso Nacional, a Justiça do Trabalho foi contemplada pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004, com a competência para julgar as ações decorrentes de reparação de danos que decorram da relação de trabalho. No aguardo da aprovação dos projetos de leis e de leis específicas para regulamentar a questão do assédio moral, ancora-se em nova tendência jurisprudencial e doutrinária, que é fonte original do Direito do Trabalho, verdadeira inovação de características constitucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BITTAR, E.C.B. **Curso de ética jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LEITE, J.R.D. **Assédio Moral:** Causas, efeitos e implicações jurídicas. Revista TRT 18: Goiás, n. 8, p.117-124, dez. 2005.

MANZI, J.E. **Ética no direito e no processo do trabalho**. Revista TRT 18: Goiás, n.8, p.90-110, dez. 2005.

MIGUEL, A. **A responsabilidade civil no novo código civil**: algumas considerações. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 92, n. 809, mar. 2003.

MOREIRA, Bernardo Leite. **Assédio Moral**. Disponível em: http://www.golrh.com.br/artigos/abre_artigo.asp?cod_tema=304. Acesso em: 08 jul. 2005.

PESSÔA, E. Pensamentos Eternos. Rio de Janeiro: Idéia Jurídica, 2001.

PINHEIRO, R. F. **O abuso do direito e as relações contratuais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUES, S. **Direito civil**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, v. 7, 2002.

Jurisprudência



SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Resolução nº 142, de 27/9/2007 (DJU 10/10/2007)

- Cancela a Súmula 194 do TST e a Orientação Jurisprudencial nº 147 da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais.

Cancelamento da Súmula nº 194

Nº 194 AÇÃO RESCISÓRIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. DEPÓSITO PRÉVIO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003
As ações rescisórias ajuizadas na Justiça do Trabalho serão admitidas, instruídas e julgadas conforme os arts. 485 "usque" 495 do Código de Processo Civil de 1973, sendo, porém, desnecessário o depósito prévio a que aludem os respectivos arts. 488, II, e 494.

Cancelamento da Orientação Jurisprudencial nº 147 da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais

Nº 147 AÇÃO RESCISÓRIA. VALOR DA CAUSA. DJ 10.11.2004
O valor da causa, na ação rescisória de sentença de mérito advinda de processo de conhecimento, corresponde ao valor da causa fixado no processo originário, corrigido monetariamente. No caso de se pleitear a rescisão de decisão proferida na fase de execução, o valor da causa deve corresponder ao montante da condenação.

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ENUNCIADO Nº 4

"NOS PROCESSOS EM QUE SE DISCUTE INDENIZAÇÃO POR DANO, REMETIDOS PELA JUSTIÇA ESTADUAL, EM OBSERVÂNCIA AO QUE DETERMINA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004, NÃO INCIDE O PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO ARTIGO 7°, XXIX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NO ARTIGO 11 DA CLT."

(Resolução TRT nº 201, de 21/6/2007)

ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRETENSÃO INIBITÓRIA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0002-2006-011-08-00-2
PROLATORA: Desembargadora GRAZIELA LEITE COLARES

RECORRENTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**
Doutor Marcelo Freire Sampaio Costa

RECORRIDA: **EMPRESA DE TRANSPORTES TRANSBEL RIO LTDA.**
Doutor Mário Sérgio Pinto Tostes

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRETENSÃO INIBITÓRIA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. Se já existe sanção prevista em lei para evitar a inobservância de norma jurídica, carece de interesse a ação judicial proposta com a mesma finalidade. Ainda mais quando a tutela dessa norma é auto-executável, como é o caso das normas previstas na CLT em que o Estado, por meio de seus agentes de fiscalização, tem o poder- dever de impor as sanções. A superposição de tutelas ou a reiteração de normas sancionadoras ofende o princípio do *nom bis in idem*. *Recurso improvido*.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS

2.1 CONHECIMENTO
Conhece-se do recurso, porque preenchidos todos os pressupostos legais de admissibilidade.

2.2 DA FALTA DE INTERESSE DO MPT PARA POSTULAR SANÇÕES PECUNIÁRIAS POR INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO CELETISTA
Como dito no corpo da própria ação, trata-se de uma Ação Civil Inibitória ajuizada com o objetivo de obter uma tutela preventiva de modo a fazer com que a ré passe a cumprir dispositivo legal:
a) Cumprir o artigo 477 da CLT, sob pena de multa de 50.000,00 por procedimento irregular;
b) Pagar os valores rescisórios de forma integral.
Entendo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Com efeito, não se vê interesse no ajuizamento de ações inibitórias contra o réu se a tutela pretendida pelo MP (cumprir a lei trabalhista) pode e deve ser alcançada por obra da Delegacia Regional do Trabalho, órgão que tem o dever de fiscalizar e multar aqueles que não cumprem as normas previstas na CLT.

Se o objetivo do MPT é obter uma tutela preventiva, é claro que não necessita desta ação pois é justamente esta tutela preventiva que a multa fixada em lei - Artigo 477 parágrafo oitavo -, oferece. Não há razão para a superposição de tutelas. É um erro pensar que somente o Estado-juiz tutela direitos. A tutela de direitos também é prestada pelo Poder Executivo ao proceder a fiscalização, ao aplicar as sanções previstas em lei.

Nesse sentido confira-se a doutrina da professora Luciane Gonçalves Tessler[1]

> *O Executivo também realizará o direito de proteção no exercício do poder de polícia, fiscalizando atividades que exponham o direito a riscos intoleráveis e controlando atos ilícitos*. (...) *Vale lembrar que essa sanção administrativa também assume caráter educativo e portanto inibitório de futuras infrações*

A mesma autora trata da questão da "proibição do excesso" de tutela frente a "proibição da insuficiência" de tutela, dizendo assim:

> *Verificada a necessidade do imperativo de tutela cabe determinar como o Estado realizará a proteção do bem jurídico fundamental. O âmbito de discricionariedade do Estado será orientado pelas técnicas da "proibição da insuficiência" e da "proibição do excesso".A proibição do excesso impõe que a tutela não seja prestada além do necessário para a proteção do direito fundamental. Isto porque nas relações entre particulares, normalmente a proteção do direito de uma das partes significa restrição de direito da parte contrária. Se o Estado transcender o âmbito da necessidade da tutela, inevitavelmente estará onerando a outra parte com gravame desnecessário.*

Significa que se já há uma tutela com objetivo de prevenir a lesão outra tutela a ser fixada pelo judiciário implica em excesso desnecessário, pois o objetivo da ação judicial inibitória também é a prevenção.

Outro aspecto do problema do interesse de agir é a questão relacionada a autotutela que Alexandre Freitas Câmara[2] trata assim:

> Assim, é que, p*ara que se configure o interesse de agir, é preciso antes de mais nada que a demanda ajuizada seja necessária. Essa necessidade da tutela jurisdicional decorre da proibição da autotutela, sendo certo assim que todo aquele que se considere titular de um direito (ou outra posição jurídica de vantagem) lesado ou ameaçado, e que não possa fazer valer seu interesse por ato próprio, terá de ir a juízo em busca da proteção.(...).*

E aqui entra a questão de que a pretensão inibitória pretendida pelas partes não se encontra entre aquelas que são desprovidas da autotutela. Muito pelo contrário. Volvendo à lição da professora acima citada de que a tutela de direitos fundamentais não ocorre necessariamente e exclusivamente através da atuação do Estado-Juiz, mas também através do Estado-administração, é de se afirmar que a pretensão externada tem proteção pelo Estado-administração através de sua atividade fiscalizadora e sancionadora.

É o próprio Ministério Público que aponta em sua petição a sanção

---

[1] Marinoni, Luiz Guilherme. Estudos de Direito Processual Civil. (Org.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. p. 160/164.

[2] Câmara, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. ed. 12ª. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2005. p. 128.

correspondente a infração a ser aplicada pela fiscalização, ou seja, a prevista no art. 477 parágrafo oitavo da CLT. Tal sanção é imputável ao réu pelo Estado-administração sem necessitar da interferência do Estado-juiz. O ato administrativo é executado autonomamente, com a imposição pela fiscalização da multa prevista, a qual, em havendo resistência ao pagamento, será cobrada via judicial por iniciativa do Estado-administração. Significa que o papel pleiteado ao Estado-juiz não só é da mesma natureza que o desempenhado pelo Estado-administração, como são idênticas as sanções.

De outra feita, e ainda de acordo com as lições de equilíbrio entre a "proibição de insuficiência" e "proibição do excesso" dada pela professora Luciane, não se pode conceder tutelas sobrepostas principalmente quando a lei já tarifou um valor para aquela infração. Além de incorrer-se no prefalado excesso de tutela, ainda haveria violação do princípio da reserva legal, pois se o Estado- Legislativo chamou para si o papel de fixar a sanção (princípio da reserva legal), só lei nova pode majorar ou modificar a sanção prevista em lei velha. Pedir que isso seja feito pelo Judiciário implica ladear o processo legislativo necessário para fixação de novas sanções. É uma tentativa de se atingir, através do Estado-juiz, o patamar da discricionariedade inalcançável via processo legislativo. De se afastar o caráter da generalidade da lei que a todos iguala.

A questão mal compreendida é a diferença principiológica entre o Direito do Trabalho e o Direito Civil decorrente do caráter eminentemente tutelar do primeiro. Esse viés do Direito do Trabalho faz com que, ao se fixar uma obrigação, fixe-se também a sanção e a atribuição ao Poder Público para implementá-la.

Trata-se de antigo ensinamento que parece anuviado pela ansiedade de juízes e procuradores em experimentar as modernas técnicas decorrentes das novas ações. Veja-se o seguinte trecho doutrinário da lavra de Elson Goltschalk[3]:

> (...) as normas legais que proíbem o trabalho dos menores e das mulheres em determinados serviços ou no período noturno, limitam o horário de trabalho, obrigam o empregador à assistência e indenizações em casos de acidentes de trabalho, exigem nos estabelecimentos industriais ou comerciais a observância de determinada proporção de trabalhadores nacionais, etc, cominando, nos casos de infração, penalidades, inclusive fechamento da empresa, cassação da concessão de serviços públicos, bem como de autorizações de funcionamento (...) perfazem o direito tutelar do trabalho, que estabelece relações jurídicas de direito público. São caracterizadas estas relações pela intervenção direta e imediata do poder público como sujeito ativo da relação, que, para a realização dos fins inerentes à sua função, faz uso da coação administrativa, isto é da própria autoridade estatal. São relações de sujeição ou subordinação.

No Direito Civil não é bem assim por isso muitas vezes para fazer valer determinado interesse de ordem civil, o interessado necessita recorrer ao Judiciário. Mesmo assim com temperanças. Observe-se a lição de Calmon de Passos[4], sobre a utilidade das ações cominativas previstas no artigo 287 do CPC.

> *O artigo 287 cuida da cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença. Indaga-se: ela deve ser*

[3] Gottschalk, Egon Felix. Norma Pública e Privada no Direito do Trabalho. Saraiva: São Paulo, 1995, p. 27.

[4] Passos, José Joaquim Calmon de. Comentários ao Código de Processo Civil. Editora Forense: Rio de Janeiro, 1992. vol. III. p. 234 e 235.

> *invocada quando inexistente outra cominação específica prevista em lei ou no contrato? Ou ela pode ser acrescida a outras previamente estabelecidas?* (...)

O doutrinador responde assim:

> *(...) A cominação do artigo 287 não exclui outras previsões de caráter reparatório, não é incompatível com perdas e danos, mas a elas se soma. Não pode contudo, somar-se a cominação legal ou contratual já fixada com fins coercitivos*.

Portanto, mesmo no direito obrigacional comum a cominação de pena pecuniária para forçar o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer só tem cabimento se a lei ou o contrato não contenham norma com esta mesma finalidade. Ali também não haverá interesse de agir para fixação de uma sanção coercitiva ou inibitória pelo Judiciário se tal sanção já constar da lei ou do contrato. O interesse de agir então se restringirá ao ajuizamento de ação para reparação do dano.

E quando a lei fixa uma sanção (princípio da reserva legal) é porque é aquela sanção que elege como suficiente para evitar o dano. O fato de não haver evitado faz surgir apenas o direito a sua imputação e a reparação do bem lesado, mas não autoriza o agravamento da sanção prevista em lei usando o Poder Judiciário como veículo desse desiderato. E por uma questão muito simples. Quem descumpre a lei, também pode descumprir a sentença e o resultado de ambos os descumprimentos é sempre a, até então insubstituível, reparação pecuniária.

Outra questão que se relacionada com o tema interesse de agir no que respeita especificamente às ações cominatórias é bem posta por Celso Agrícola Barbi[5] e diz respeito a real existência de lide entre as partes. *Verbis*:

> O problema central das ações preventivas é o interesse de agir, o qual não pode ser resolvido em abstrato, mas sim em critérios de ordem prática.
>
> (...) a ameaça deve ser objetiva e atual. Entendemos que a ameaça será objetiva quando real, vale dizer, traduzida por fatos e atos e não por meras suposições, e, será atual se existir no momento, não bastando que tenha existido em outros tempos e haja desaparecido. A ameaça que reunir essas duas características, segundo o prudente critério do juiz será capaz de produzir o justo receio referido na lei. Na falta de qualquer daqueles requisitos, a ameaça será considerada inábil para causar a modalidade de receio que a legislação exige para o ingresso em juízo. Em resumo, haverá interesse de agir em ações preventivas quando houver necessidade do uso da via judicial. E essa necessidade existirá quando houver ameaça objetiva e atual a direito do autor.

Arruda Alvim[6] leciona que:

> O mero interesse cívico na observância da lei, não legitima o exercício do direito de ação, salvo se o ordenamento jurídico, ao lado de pressupostos específicos, vier a admitir a ação, como é o caso da ação popular. Mas não se trata, pura e simplesmente, de interesse cívico.

Dessas antigas lições resulta que a cominação prevista no art. 287 do

---

[5] Barbi, Celso Agrícola. Comentários ao Código de Processo Civil. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992, vol. I, p. 27.

[6] Alvim, Arruda. Manual De Direito Processual Civil, v. 1: parte geral. 9ª ed. Rev. Atual e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005, p. 355.

CPC e atualmente na LACP só tem cabimento havendo lesão ou ameaça concreta de lesão (ou seja havendo lide) e mesmo assim quando essa ameaça não puder ser suprida pelo Estado-administração ou não tiver tutelada pela lei ou pelo contrato. O importante instituto da *astreint* não é panacéia para todas as situações relativas à prevenção das obrigações de fazer e não fazer.

Não fosse assim, a qualquer empregado temeroso que, no futuro, seu empregador não satisfizesse uma obrigação legal seria reconhecido o direito de ação. Ou se a qualquer cidadão que por simples temor de que outro cidadão, com quem tem relação jurídica viesse a descumprir a avença, desse-se o direito de acionar o Judiciário, não haveria juízes bastantes para responder a tantas demandas. Não basta o temor, há que haver interesse decorrente de uma ameaça concreta e não apenas potencial.

A situação acima se extrema daquelas muito comuns nas lides forenses onde os empregados vêm pleitear, por exemplo, que o empregador anote a sua CTPS num prazo determinado pelo juiz. Aí o pedido não tem caráter inibitório de um comportamento futuro e incerto, ou seja, o empregado não quer que o juiz lhe conceda um provimento genérico advertindo o empregador de que, se doravante não anotar a CTPS estará sujeito a pena x ou y. Aqui o dano já se instalou, o direito já restou violado, apenas ainda é possível o cumprimento da obrigação específica. Então o juiz determinará que o empregador faça as anotações em determinado prazo, sob pena de multa (*astreint*) ou conversão em perdas e danos. A multa, portanto, é pelo descumprimento de uma sentença que **resolve uma lide concreta** e não para prevenir um comportamento futuro contrário a lei, como ocorre neste processo, onde não há uma lide (pretensão ameaçada ou resistida) mas apenas um temor da parte autora, fundado em investigações por ela realizadas, no âmbito da empresa, de que no futuro a lei venha a ser descumprida.

A possibilidade do descumprimento é potencial, provável e não real. Tal probabilidade é não só desta empresa, mas de qualquer outra, ainda que a outra não tenha dado mostras dessa possibilidade.

Ninguém pode assegurar que quem já descumpriu a lei sempre a descumprirá, tampouco que quem nunca descumpriu jamais venha a descumprir. Mesmo que assim fosse, essas ilações não constituem o requisito da lesão ou ameaça de lesão indispensável para acionar o Judiciário, além de que para os reincidentes, há sanção agravada na própria lei e auto-aplicável pelo Estado-administração, como já se abordou acima.

E o provimento jurisdicional ou sentença entregue pelo juiz não pode ser condicional (futuro e incerto), como quer o autor e sim determinado (situação concreta) e certo. Essa é uma característica da sentença que a diferencia da lei.

Nesse sentido a critica do professor Lauria[7]:

> Somando-se a tudo isso a também equivocada interpretação (e conseqüente errônea aplicação) do disposto nos arts. 287 do Código de Processo Civil e 11 e 12 da Lei n. 7.347/85, de sorte a formularem-se com freqüência, *petições iniciais tecnicamente ineptas,* não temos dúvida em afirmar, conclusivamente, e com o máximo respeito, que a utilização da ação civil pública, pelo Ministério Público, a par de exagerada, tem-se mostrado realmente abusiva.

[7] Wald, Arnold. Aspectos Polêmicos da Ação Civil Pública. (Org.). São Paulo: Editora Saraiva, p. 391.

> Extrapolando comumente, os seus membros, encarregados de aforá-las, dos limites estabelecidos na legislação específica em vigor, tem-na conseqüente e infelizmente, desfigurado, vezes várias com o referendo de juízes que, exacerbando suposto interesse público, fazem por ignorar a *indispensabilidade de tratamento paritário das partes,* corolário inafastável do *devido processo legal.*
>
> Urge, pois, que a consciência jurídica nacional, especialmente dos Chefes das respectivas instituições ministeriais e dos agentes do Poder Judiciário, tenha presente a necessidade de pôr-se cobro à insólita situação a que chegamos, tida na devida conta a real importância do Ministério Público na proteção do *patrimônio público,* considerado em seu mais largo senso.

Para finalizar, o caso instiga uma elucubração.

Uma vez admitida a alteração da norma sancionadora via ação judicial, para regular comportamentos futuros e incertos dos jurisdicionados, é de se questionar se um dia o Estatuto Disciplinar da Magistratura não será alterado por via de uma ação judicial que tenha por réus apenas alguns juízes.

Imaginemos, por suposto, que alguns juízes, tal como alguns empregadores, não estejam cumprindo a contento sua obrigação. Então o MP entraria com uma Ação Civil Pública, alegando que o direito difuso a uma célere e boa prestação jurisdicional estaria afetado por ação ou omissão desses juízes. O objeto desta famigerada ação seria então fixar uma sanção futura (diferente da que está na LOMAN) somente para esses juízes pedindo, por exemplo, que, doravante, quando descumprirem seus deveres capitulados em lei causando prejuízo aos jurisdicionados, não sejam mais apenados com as penas de censura, advertência ou aposentadoria, mas com uma pena pecuniária ou de outra natureza.

Entendendo o Tribunal que as penas fixadas em lei podem ser modificadas via sentença civil (onde se fixe uma norma para o futuro) fixaria apenas para esses juízes sanções diversas, das que são fixada na LOMAN, tal como aqui se pede para fixar para um só empregador. Suas faltas futuras não seriam mais punidas com as penas previstas na lei, mas com aquelas fixadas na sentença civil segundo "prudente arbítrio" do magistrado prolator da decisão.

Se é possível para os empregadores, porque não seria (ou será) para os juízes? A LOMAN é lei, a CLT também, ambas contém sanções de cunho administrativo.

Não importa as vestes que verguem os magistrados.

Todos serão iguais perante uma sentença civil!

Quem viver verá!

São as razões pelas quais propus a manutenção da sentença quanto a falta de interesse de agir.

2.3 DANO MORAL COLETIVO

Com relação a este pleito, entendo que também deve ser mantida a sentença, ainda que seja o caso de improcedência do pedido. A uma porque o dano moral não pode ser coletivo. O dano moral é todo sofrimento causado ao indivíduo em decorrência de qualquer agressão aos atributos da personalidade ou aos seus valores pessoais. É, portanto, de caráter individual, não sendo compatível à idéia de "transindividualidade" da lesão, não havendo qualquer previsão legal de que a coletividade possa ser sujeito de dano moral.

Aliás a definição de dano moral está na própria Constituição Federal e seu

texto não pode ser desprezado. Diz o artigo 5º inciso X: *são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem da pessoas assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.* Revelando pois que para sua caracterização há necessidade de que a vítima seja pessoa, perfeitamente identificada e não um ente abstrato, não detentor de personalidade e que, por óbvio, não seja pessoa física ou jurídica, como é a coletividade.

Nesse sentido, é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

> *"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DANO MORAL COLETIVO. NECESSÁRIA VINCULAÇÃO DO DANO MORAL À NOÇÃO DE DOR, DE SOFRIMENTO PSÍQUICO, DE CARÁTER INDIVIDUAL. INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE." (REsp. Nº 598.281 - MG (2003/0178629-9). Prol. Ministro Teori Albino Zavasck. Julgado em 02.05.2006.).*

Para o Ministro Relator, ainda que, em tese, o dano ambiental ou ecológico possa acarretar dano moral, *"Todavia, a vítima do dano moral é, necessariamente, uma pessoa. Não parece ser compatível com o dano moral a idéia da "transindividualidade" (= da indeterminabilidade do sujeito passivo e da indivisibilidade da ofensa e da reparação) da lesão".* Explica o Ilustre Ministro que o dano moral envolve, necessariamente, dor, sentimento, lesão psíquica.

Assim, não é possível admitir o dano moral coletivo sob pena de admitir-se que meros entes abstratos, que sequer tem uma definição jurídica como é a coletividade, sejam equiparados a pessoas e possam ser sujeitos passivos de direitos.

Não fosse apenas isso e mesmo que se admita a figura jurídica do dano moral coletivo o fato é que nesse caso o dano ou suposto dano seria exclusivamente do trabalhador único que pode ter sido lesado pelo acordo judicial. E ainda assim esse suposto dano teria natureza apenas material - prejuízo econômico - e não moral.

Reafirma esta constatação o fato de que no caso não existe sequer órgão criado por lei para receber os valores pleiteados. O pedido de que o valor seja entregue ao FAT, não tem previsão legal. A lei da ação civil prevê a destinação desse valor a um fundo determinado, é uma espécie de patrimônio afetado. Não cabe aos juízes tampouco ao MP mudar o destino do valor, sob pena de ofensa ao princípio da reserva legal.A livre dicção do direito pelos juízes não os autoriza a agir como monarcas. A eles principalmente compete a observância da norma jurídica.

Sendo assim, mantenho a sentença também neste ponto, ainda que por fundamento diverso.

Ante o exposto, conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento para confirmar a d. decisão em todos os seus termos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO JUIZ RELATOR, DOUTOR WALTER ROBERTO PARO, NEGAR PROVIMENTO AO APELO PARA MANTER A DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS. TUDO CONFORME

FUNDAMENTOS. Prolatou o acórdão a Excelentíssima Desembargadora Graziela Leite Colares.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 25 de maio de 2007. (Publicado no DOJT8 em 12/6/2007). GRAZIELA LEITE COLARES, Desembargadora Prolatora.

****

AÇÃO DECLARATÓRIA DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00033-2007-016-08-00-6
RELATORA: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

RECORRENTE: **BANCO DO BRASIL S. A.**
Doutor Marçal Marcelino da Silva Neto

RECORRIDO: **ANSELMO DOMINGOS DE OLIVEIRA PANTOJA**

AÇÃO DECLARATÓRIA DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A ação declaratória não se presta para suprir homologação de rescisão do contrato de trabalho pelo sindicato. Ela pressupõe dúvida ou incerteza sobre a relação jurídica, sendo também incabível para declaração de mero fato.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
2.1 CONHECIMENTO
O recurso ordinário é adequado, tempestivo e está subscrito por profissional habilitado (folhas 63/64).
Não há depósito *ad recursum* por inexistir condenação em pecúnia.

2.2 MÉRITO
2.2.1 DA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA
Sob o título de negativa de prestação jurisdicional, o recorrente alega que a sentença teria incorrido em contradição quando se embasa no art. 4º *caput* e inciso I, do CPC que determina que se declare a existência ou não da relação jurídica e, contrariando o que afirma, nega a prestação jurisdicional pretendida pelo recorrente, ou seja, exime-se de declarar rescindido o vínculo empregatício entre as partes.
A fim de que se possa entender a pretensão da autora, ora recorrente, impõe-se fazer um breve histórico do que se contém nestes autos.
O Banco do Brasil deseja que a Justiça do Trabalho declare a rescisão do contrato de trabalho com o recorrido, tendo em vista que o sindicato se recusou a homologar, sob a justificativa do cancelamento da Orientação Jurisprudencial nº 177 do TST e da divergência entre a data de afastamento no TRCT (Termo de Rescisão Contrato de Trabalho) e a da concessão do benefício da aposentadoria, conforme consta do verso do aludido termo.

Segundo expõe o autor da ação, ora recorrente, o pedido demissão seria decorrente da aposentadoria por tempo de serviço/idade

Em seu arrazoado recursal, o recorrente, ressalta que tal relação jurídica foi amplamente reconhecida pelo recorrido, tanto em audiência, quanto perante o sindicato da categoria, que, ao ser procurado pelas partes, em atendimento ao preceito do art. 477, § 1º da CLT, apesar de ambas as partes estarem acordantes, negou-se, ao arrepio da lei, homologar a rescisão do contrato de trabalho, conforme argumentos expendidos no verso dos TRCTS.

Entende que a MM Juíza prolatora da decisão recorrida teria voltado a se contradizer quando se nega a suprir a homologação do sindicato, embora reconhecendo que esta é que confere validade ao pedido de demissão ao teor do art. 477 da CLT. Destaca que a intervenção sindical é necessária a fim de equilibrar a relação entre as partes e sobre isto a sentença não se pronunciou.

Alega, ainda, que teria havido omissão na sentença de conhecimento e na que improveu os embargos declaratórios

Em primeiro lugar, a contradição e a omissão são causas ensejadoras dos embargos de declaração e o recorrente não conseguiu demonstrá-las na oportunidade devida que foram os embargos de declaração, Inexiste contradição quando a sentença declara ser a homologação requisito de validade do recibo de rescisão contratual e se recusa a suprir a omissão. Isto porque a rescisão está consumada, sendo desnecessária sua declaração. Falta apenas uma formalidade que confere validade ao documento. Também inexiste omissão no fato da sentença invocar o art. 4º *caput* e inciso I do CPC e, ao mesmo tempo, declarar inexistente o interesse processual do autor da ação, uma vez que a declaração de rescisão teria utilidade se houvesse controvérsia a seu respeito. No que tange à omissão, o autor sequer aponta onde ela teria se verificado.

Em segundo lugar, não houve negativa de prestação jurisdicional porque não havia nenhuma controvérsia em torno da existência da relação de emprego e de seu desfazimento, sendo por isso, desnecessário o pronunciamento do Poder Judiciário a respeito.

A sentença está perfeitamente fundamentada, inexistindo ofensa ao art. 93, IX, da Constituição da República.

Rejeito, por falta de amparo legal, a questão preliminar de negativa de prestação jurisdicional.

2.2.2 DO INTERESSE PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Insiste em dizer que possui interesse processual a obter a certeza jurídica sobre a forma de existir, de inexistir ou do modo de existir de determinada relação jurídica. Sustenta que teria interesse processual em ver declarada por sentença a rescisão contratual prevista em lei e negada pela entidade sindical. Seria um provimento judicial preventivo e pacificador de inevitável conflito trabalhista.

Não tem razão. Pretende o Banco do Brasil a declaração do fato, qual seja rescisão do contrato e não de existência ou inexistência de uma relação jurídica.

O art. 4º do Código de Processo Civil dispõe:

> O interesse do autor pode limitar-se à declaração:
> I - da existência ou inexistência de relação jurídica;
> II - da autenticidade ou falsidade de documento.
> Parágrafo único. É admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

Mesmo assim, a ação declaratória de relação jurídica só tem cabimento

se existir dúvida ou incerteza quanto a ela. Este não é o caso, o ex-empregado, de fato, declarou em audiência que compareceu ao sindicato e que este se recusou a homologar a rescisão pelos dois motivos antes apontados; que recebeu os valores constantes do TRCT, tendo sido anotada a data de saída em sua CTPS; que recebeu o benefício previdenciário e que a única pendência relativa à homologação reside sua não concordância em não receber os 40% do FGTS, uma vez que não pediu demissão, mas aposentadoria. Assim sendo, não há qualquer dúvida de que existe relação empregatícia entre as partes e que ela foi desfeita.

O Poder Judiciário somente poderá se manifestar sobre a correção no pagamento das verbas rescisórias em ação própria movida pelo ex-empregado.

Desse modo, se não há dúvida nem incerteza a respeito da rescisão contratual o recorrente é carecedor de interesse processual.

Não acolho o apelo, no particular. Mantenho a sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito por falta de interesse processual do autor, com base no art. 267, VI do CPC.

2.2.3 DO MÉRITO

Reitera seu desejo de ver declarada a existência da rescisão do contrato de trabalho.

Argumenta que a doutrina exige a formalidade para a terminação do contrato de empregado, com pagamento de verbas rescisórias. Acrescenta que os tribunais também aderiram ao entendimento sobre a exigência da obrigatoriedade da homologação da rescisão, com participação das entidades especificadas em lei.

É verdade que este é o posicionamento tanto da doutrina como da jurisprudência: a homologação da entidade sindical é necessária para conferir validade ao termo de rescisão do contrato do empregado com mais de um ano de serviço. Mas, a ausência da formalidade homologação não significa a inexistência do fato desfazimento do contrato de trabalho.

Ademais, como dito anteriormente, não se presta a ação rescisória para declaração de fato, porém apenas de relação jurídica.

Todavia, o exame destes argumentos está prejudicado tendo em vista o reconhecimento da falta de interesse processual do autor que acarreta a extinção do processo sem resolução de mérito.

Ante o exposto, conheço do recurso, no mérito nego-lhe provimento para confirmar a sentença recorrida em todos os seus termos, inclusive quanto as custas.

3. CONCLUSÃO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA, CONFIRMAR A DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS INCLUSIVE QUANTO AS CUSTAS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 26 de setembro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 4/10/2007). ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR, Juíza Relatora.

****

AÇÃO RESCISÓRIA, IMPROCEDÊNCIA. CONCILIAÇÃO JUDICIAL SEM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ALVEDRIO DAS PARTES. INEXISTÊNCIA DE DOLO, COAÇÃO, OU ERRO ESSENCIAL. MANUTENÇÃO DO ACORDO FACE A LIBERALIDADE DO ATO IMPORTAR EM SUA INCONDICIONALIDADE VOLITIVA.

ACÓRDÃO TRT/SE-1/AR 00033-2007-000-08-00-0
RELATOR: Desembargador HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS

AUTOR: **FRANCISCO ALVES DE SÁ.**
Advogada: Drª. Marialva Franco Pinheiro.

RÉU: **FRANCISCO ALVES DE SÁ JÚNIOR.**
Advogados: Dr. Raimundo José de Paulo Moraes Athayde e outros.

AÇÃO RESCISÓRIA, IMPROCEDÊNCIA. CONCILIAÇÃO JUDICIAL SEM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ALVEDRIO DAS PARTES. INEXISTÊNCIA DE DOLO, COAÇÃO, OU ERRO ESSENCIAL. MANUTENÇÃO DO ACORDO FACE A LIBERALIDADE DO ATO IMPORTAR EM SUA INCONDICIONALIDADE VOLITIVA. Não há se rescindir conciliação celebrada pelas partes, assistidas de advogado, em que, fixado tratar-se de acordo por mera liberalidade, o Reclamado, seguramente, a bem de seus interesses, faz acrescentar que o celebra não como empregador mas como pai do Reclamante. Inadmissível que, por tal motivação, pretenda o Autor transmutar o litígio trabalhista, encerrado em conflito familiar, para competência do Juízo Comum. O princípio maior da conciliação no processo trabalhista permite que se celebre a conciliação ainda que o titular do pólo passivo diga que o faz sob outro título qualquer que não a condição de empregador. O ato homologatório do Juízo, em tal hipótese, de caráter fiscalizatório da transação, não interfere no ato das partes.

1. RELATÓRIO.
OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS.
2.1. MÉRITO.

O Autor da presente ação busca rescindir acordo celebrado em processo de reclamação trabalhista contra ele intentada por seu filho, Francisco Alves de Sá Junior, aduzindo, em síntese, que a MM. Juíza titular da Vara de Santa Izabel do Pará, em ampliação de seus poderes, persuadiu as partes à conciliação, a celebrarem um acordo que fere frontalmente o art. 114, I, da Constituição da República, bem como, o art. 643 da CLT, pois, o acordo sugerido e homologado, firmado pelas partes, não teria resolvido litígio trabalhista nem demanda oriunda da

relação de trabalho, daí equivaler a decisão proferida por Juiz absolutamente incompetente.

O Autor faz referência ao termo de audiência realizada na reclamação (fls. 25/27) em que o acordo foi celebrado, que estaria a demonstrar a violação dos artigos 114 da Constituição e 643 da CLT e que o Juízo teria feito mau uso do art. 655 do texto consolidado, tomando para si competência da Justiça Comum.

Em sua defesa, o Réu, autor da reclamação trabalhista, aduz que é filho legítimo do Autor que, com o falecimento de sua mãe, constituiu outra família e, desde menor idade, obrigou o contestante a trabalhar em um de seus pimentais, semelhante aos demais empregados.

Acrescenta que não teve condições de estudar, tendo de trabalhar muito para sobreviver, ainda que o Autor tivesse condições financeiras de dar melhor educação, pois, seu pai é um dos maiores exportadores de pimenta do reino do Pará, com grandes negócios na área de exportação de pimenta e com compradores estrangeiros, o que é do conhecimento da população de Santa Izabel.

Diz o Réu que foi forçado a trabalhar como os demais trabalhadores rurais da fazenda, até que foi à presença do Autor e de seu Tio, pedir melhoria salarial, eis que, recebia salário inferior ao mínimo. E o pai lhe teria respondido que, se não estivesse satisfeito, procurasse seus direitos, daí haver procurado a tutela do Estado.

Expõe que ajuizou a ação e, na audiência é legítimo o Juízo buscar a conciliação entre as partes, audiência em que estiveram presentes as partes devidamente acompanhadas de seus advogados. Esclarece que o Autor apresentou contestação escrita e, na fase do interrogatório, o Autor aceitou a proposta de acordo feita pelo patrono do contestante. Nega tenha havido qualquer tipo de pressão do Juízo, pois, insiste, o Autor estava acompanhado de Advogado.

Não vejo como prosperar a rescisória.

Assinalo, primacialmente, que, não obstante o enquadramento dado pelo Autor (art. 485, incisos II e V do CPC), isto é, sentença proferida por juiz absolutamente incompetente e violação de literal disposição de lei, substancialmente, o Autor alega vício de consentimento, pois, a Magistrada teria, na persuasão à solução conciliatória, exorbitado de sua competência. E nesse rumo não vejo como prosperar a pretensão.

Veja-se que a conciliação foi celebrada após o interrogatório das partes.

O ora Autor, ao ser interrogado, confessa:

> *"que o reclamante não trabalhou com o irmão do depoente; que o depoente é que dá R$80,00 ao reclamante por semana, mais um tanque de combustível para a moto, que ainda está pagando a moto do reclamante, que foi comprada de forma financiada; que dá referido valor ao reclamante todo sábado, até hoje; que antes o reclamante ia buscar o valor no escritório, e agora a secretária do escritório entrega o dinheiro ao reclamante; que antes o reclamante assinava uma folha de pagamento, apenas para fins de controle da empresa, pois precisavam saber com o que estão gastando"*

É certo que o Autor também confessa *"que nunca pagou remuneração por serviços prestados; que o que deu foi a plantação de maracujá para o reclamante tomar conta, tirar a fruta e vender;"*

No entanto, faço a transcrição de trechos do interrogatório do ora Autor para fazer transparecer que, se não se descarta a hipótese de se tratar mesmo de pura relação familiar, não se pode também desprezar a possibilidade de relação de trabalho entre filho e pai, este, sobretudo, aparentando mesmo uma exploração

agrícola a nível empresarial. Aliás, somente assim se pode conceber haver aquiescido em celebrar um acordo para por fim ao litígio do valor de R$-9.600,00, embora em 16 parcelas de R$-600,00 (seiscentos reais), mais um veículo GOL/VW, ano 2002 (o acordo foi celebrado em 05/12/2006).

É inconteste que o Autor, estava, sim, assistido de advogado.

Não creio que se possa cogitar de literal transgressão de dispositivo constitucional e infra-constitucional quando, como se vê, trata-se de conciliação que pôs fim a uma reclamação trabalhista em que se discutia vínculo empregatício, ainda que entre filho e pai.

Já se demonstrou, outrossim, que, do contexto do interrogatório das partes, de modo algum se poderá concluir por flagrante inexistência de relação de trabalho, pois, só assim se poderia incursionar pelos caminhos de frontal e literal transgressão à Constituição e à lei, no pertinente à competência material deste órgão jurisdicional.

Ora, é fora de dúvida que o poder conciliatório do Juízo Trabalhista hoje se estende a todas as ações inseridas em sua competência material ampliada pela Emenda Constitucional nº 45. No caso, a ação foi intentada com fulcro em vínculo empregatício, é verdade.

Nada obstava, pois, que o Juízo usasse de seus poderes de persuasão à solução conciliatória. E, se estivesse controverso o liame empregatício, poderia homologar o acordo por mera liberalidade, como costumeiramente se faz. E assim foi feito.

Evidente que, se o acordo é celebrado por liberalidade, irrelevante se torna o acréscimo da motivação declarada pelo Reclamado de que o fazia sem reconhecimento de vínculo empregatício e apenas em razão de parentesco entre as partes.

Liberalidade segundo Houaiss[1], é: "qualidade ou condição de liberal (generoso, pródigo); disposição daquele que, em seus atos ou em suas intenções dá o que não tem obrigação de dar e sem esperanças de receber nada em troca;".

Não há se olvidar que o direito trabalhista, e suas normas instrumentais consubstanciadas no processo do trabalho, não podem deixar de atuar sob o princípio protetivo da parte considerada hipossuficiente, o Reclamante.

Daí que, cogitar-se de vício de consentimento de quem ocupa processualmente posição de Reclamado, haverá de implicar em cautela maior do Juízo, sobretudo, nos limites estritos de uma ação rescisória de acordo equivalente a sentença transitada em julgado.

Já se disse que a literal transgressão de texto constitucional e legal não resulta demonstrada. O Autor da presente ação, ao que dá a entender, expressa autêntico arrependimento do acordo celebrado por motivos que não podem ser alçados ao patamar de desfazimento da coisa julgada, a que equivale o acordo.

A propósito do princípio protecionista do economicamente inferior na conciliação, e quanto à intervenção do órgão jurisdicional, do Juiz, vale trazer as lições de Ísis de Almeida[2]:

> "Na fase de conhecimento, ele dirige o processo, tem a ampla liberdade que se comentou no capítulo referente à interpretação da norma processual trabalhista, mas só profere decisões interlocutórias ordinatórias.

---

[1] HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Editora Objetiva: 2001.

[2] ALMEIDA, Ísis de. Manual de Direito Processual do Trabalho. 1º volume. SP: LTr, 1991.

> Por isso mesmo, não se compreende como alguns juízes recusam a 'homologação' de um acordo, por reputarem-no nocivo ao trabalhador.
>
> A nosso ver, é uma intervenção inadmissível, mesmo porque não há 'homologação'; não há-repita-se, nenhuma apreciação de fundo, mas apenas da forma, ou, quando muito, a fiscalização do ato, para que não seja praticado, pelo reclamante, sob algum vício de consentimento: coação, erro, simulação, fraude ou dolo; ou por incapacidade.
>
> As condições, a renúncia e a transação contidas no ajuste não podem, portanto, ser objeto de um julgamento.
>
> A transação é nos termos em que foi lavrado o acordo. Abrange os direitos pleiteados expressamente na reclamatória, mas pode também conter outros, oriundos do contrato de trabalho - inclusive a dissolução deste -, ainda que não constantes do pedido.
>
> A própria relação de emprego, se for objeto do litígio, pode ser renunciada, uma vez que, recusada na defesa sob qualquer fundamento, não chegou a evidenciar-se e, portanto, permaneceu dentro dos direitos disponíveis que o reclamante pode negociar."

A inferência que faço é no sentido de que não há como se afastar a competência material da Justiça do Trabalho tão só por uma expressão literal usada pelo Reclamado de que, por mera liberalidade, firmava o acordo na condição de pai do reclamante e não de empregador. A liberalidade, como dito, por não haver reconhecimento de vínculo, dava ensejo a que o devedor consignasse sua motivação especial, sem que, tão só por isso, devesse o Juízo proclamar sua incompetência absoluta para prosseguir no processo quando, como na doutrina de Ísis de Almeida, nem ato homologatório há. Razões pelas quais, não há como serem acolhidas as razões relativas ao conflito de competência aludido pelo Autor, em suas razões finais.

Não prospera, destarte, a argüição de que o Juízo teria alterado causa de pedir quando o ato de conciliar de cunho transacional, é ato de vontade das partes, não do Juiz.

Aqui, oportuno buscar as lições de José Augusto Rodrigues Pinto[3]:

> "A conciliação leva esse nome, ao que nos parece, graças à preocupação do legislador trabalhista em adotar nomenclatura original, decerto tentando sublinhar, de modo ingênuo, a autonomia do direito processual do trabalho em face do comum. Mas, por sua natureza, ela não passa de um negócio jurídico processual entre titulares de direitos materiais, disciplinado no Código Civil Brasileiro sob o nome de transação (art. 840 do Código Civil/2002, 1.025 do Código Civil/1916)."

Enfatize-se, mais uma vez, que a conciliação é ato das partes, não do Juízo que, no máximo, exerce sua função fiscalizadora, zela pelo respeito à ordem pública, sem se divorciar dos princípios protetivos direcionados à parte economicamente fraca: o trabalhador.

São as partes interessadas, Reclamante e Reclamado, ainda mais, quando devidamente assistidos por seus advogados, que decidem por prevenir ou terminar o litígio mediante concessões mútuas.

---

[3] PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo Trabalhista de Conhecimento. São Paulo: LTr, 7ª edição.

Por isso, *data venia*, inconcebível que o Autor, como Reclamado na ação trabalhista, decida por transacionar, a bem de seu interesse e faça constar da transação que o fazia por mera liberalidade, na condição de pai, e agora, supervenientemente, venha a dizer que o Juízo o teria persuadido a firmar acordo em exorbitância de sua competência jurisdicional, por se tratar de questão de família.

Cabível invocar-se o art. 849, "caput", do Código Civil: *"A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa".*

É possível que ante a peremptoriedade do texto legal, o Autor não tenha invocado como fundamento da rescisória o inciso VIII do art. 485 do CPC, pois, este dispositivo é que se afeiçoa à hipótese de busca de fundamento para invalidar a transação. E o autor, à obviedade, não teria como buscar este fundamento, tanto que, nem chega a afirmar diretamente que teria sido vítima de coação por parte da Meritíssima Magistrada titular da Vara de Santa Izabel.

Daí que não se tem, *data venia*, como ver prosperar a pretensão de rescindir o acordo por violação literal de dispositivo constitucional pertinente à competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição da República), tampouco o art. 643 da CLT.

Reitero que se trata de acordo por liberalidade em que muitas vezes a inserção de motivo especial dado pelo Reclamado nada mais significa do que termo por ele proposto, assistido de advogado, com intuito de melhor se acautelar quanto a não transparecer condição de empregador. Seguramente, a expressão de o fazer, não como empregador, mas como pai do reclamante, traduz puro interesse da parte reclamada, não do Juízo.

Por todo o exposto, **julgo improcedente** a presente ação rescisória para, manter incólume o ato homologatório de conciliação trabalhista, exarado nos autos do processo nº 01823-2006-115-00-0, em que figuram como reclamante FRANCISCO ALVES DE SÁ JÚNIOR, e como reclamado, FRANCISCO ALVES DE SÁ, em todos os seus termos, consoante os fundamentos.

Diante desse improvimento, **revogo a liminar** concedida pelo Acórdão (TRT/SE1/AREG 00033-2007-000-08-00-0) proferido nestes autos, que determinou a sustação da execução nos autos da reclamação trabalhista.

2.2. DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

Em contestação, o Réu pede seja aplicada ao Autor a multa por litigância de má-fé.

Indefiro o pedido, porque não vislumbro a alegada má-fé, em conformidade com a disposição dos artigos 16 a 18 do CPC, considerando que a parte apenas se utilizou de medida processual que entendeu cabível para alcançar o seu interesse, não tendo, portanto, agido de má-fé.

Ante o exposto, admito a presente ação rescisória; no mérito, julgo-a totalmente improcedente, para manter integralmente a r. decisão que homologou a conciliação realizada nos autos do processo nº 01823-2006-115-00-0, em que figuram, como reclamante, FRANCISCO ALVES DE SÁ JÚNIOR, e, como reclamado, FRANCISCO ALVES DE SÁ, em todos os seus termos, e em conseqüência, revogo a liminar concedida por meio do v. Acórdão AREG 00033-2007-000-08-00-0, proferido nestes autos que determinou a sustação da execução em trâmite nos autos da reclamação trabalhista; rejeito o pedido de

condenação do Autor como litigante de má-fé, à falta de amparo legal, tudo consoante os fundamentos. Custas, pelo Autor, na quantia de R$-400,00 (quatrocentos reais), calculadas sobre o valor de R$-20.000,00, dado à causa.

3. CONCLUSÃO.
ISTO POSTO,
ACORDAM OS DESEMBARGADORES da Seção Especializada-1 do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em admitir a presente ação rescisória; no mérito, por maioria de votos, vencidos os Excelentíssimos Desembargadores Francisca Oliveira Formigosa (Presidente), Rosita de Nazaré Sidrim Nassar e Walmir Oliveira da Costa, julgá-la totalmente improcedente, para manter integralmente a r. decisão que homologou a conciliação realizada nos autos do processo nº 01823-2006-115-00-0, em que figuram, como reclamante, FRANCISCO ALVES DE SÁ JÚNIOR, e, como reclamado, FRANCISCO ALVES DE SÁ, em todos os seus termos, e em conseqüência, revogar a liminar concedida por meio do v. Acórdão AREG 00033-2007-000-08-00-0, proferido nestes autos, que determinou a sustação da execução em trâmite nos autos da reclamação trabalhista; sem divergência, rejeitar o pedido de condenação do Autor como litigante de má-fé, à falta de amparo legal, tudo consoante os fundamentos. Custas, pelo Autor, na quantia de R$-400,00 (quatrocentos reais), calculadas sobre o valor de R$-20.000,00, dado à causa.

Sala de Sessões da Seção Especializada-1 do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 20 de setembro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 24/9/2007). HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - Desembargador Federal do Trabalho - Relator.

****

ACIDENTE DE TRABALHO - DOENÇA CAUSADA PELA INALAÇÃO DE FUNGOS EXISTENTES NAS FEZES DOS POMBOS - CARACTERIZAÇÃO - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - DEFERIMENTO.

ACÓRDÃO TRT 8ª-1ª T/ RO 00512-2006-004-08-00-1
RELATOR: Desembargador MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA

RECORRENTE(S): FAUSTO RODRIGUES DE SOUZA FILHO.
Advogado(a): Dr(a).Adriana de Cássia Ferro Martins.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT.
Advogado(a): Mário Antonio Lobato de Paiva.

RECORRIDO(S): OS MESMOS.

ACIDENTE DE TRABALHO - DOENÇA CAUSADA PELA INALAÇÃO DE FUNGOS EXISTENTES NAS FEZES DOS POMBOS - CARACTERIZAÇÃO - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - DEFERIMENTO. Ainda que o laudo pericial tenha

concluído que o fungo causador da doença do reclamante, criptococose, seja mais frequentemente encontrado na zona rural, não descartou que a doença pudesse ter sido causada pelas inalação de fungos existentes nas fezes dos pombos, que, habitualmente, frequentavam os dutos de ventilação existentes no local de trabalho, tanto que recomendou várias medidas para evitar a presença dessas aves. Uma vez reconhecido o acidente de trabalho, é devida indenização por dano moral, pois o reclamante, precocemente aposentado por invalidez, nada obstante tenha ingressado saudável na empresa de lá saiu cego e com dificuldades de deambulação.

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

I - conhecimento

Conheço dos recursos, do principal do reclamante e do adesivo da reclamada, pois preenchidos, em ambos, os pressupostos de admissibilidade.

Esclareço que o recurso adesivo da reclamada versa sobre o reconhecimento do mesmo direito das prerrogativas conferidas à Fazenda Pública, requerendo que, expressamente, assim seja declarado.

Pois bem, nada obstante tenha a sentença silenciado sobre a matéria questionada pela reclamada na contestação, creio que agora, no recurso, se pode esclarecer, até porque o reconhecimento das prerrogativas, por decorrer de lei, deve ser declarado de ofício pelo magistrado.

II - mérito

1) recurso do reclamante

Não se conforma o recorrente com a decisão que não reconheceu o acidente de trabalho como descrito na peça de ingresso, em conseqüência, indeferiu o pedido de indenização por dano moral e material.

Alegou que adquiriu criptococose, doença ocasionada por fungo existente nas fezes do pombo, em razão da existência de dutos de ventilação no seu local de trabalho, que por não terem sido limpos e costumeiramente habitado por aquelas aves, acabou por contrair a doença, que, inclusive, acarretou-lhe a aposentadoria por invalidez.

Mencionou que a prova dos autos, a despeito do contido no laudo médico produzido nos autos, caminharam no sentido de mostrar que, de fato, a doença do reclamante foi causada pela contaminação pelos fungos existentes nas fezes dos pombos, sobretudo porque, insistiu, era comum a permanência das aves no sistema de ventilação.

Finalizou dizendo que, mesmo tendo o laudo concluído pela inexistência do nexo de causalidade, a perita do juízo declarou que a reclamada deveria adotar medidas de controle de proliferação de pombos.

Creio ter absoluta razão o recorrente, senão vejamos.

Alegou o reclamante, na peça de ingresso, como já noticiado, ter adquirido doença em razão de ter inalado fungos existentes nas fezes dos pombos, animais que costumeiramente frequentavam os dutos de ventilação existentes na empresa.

Restou incontroverso ser o reclamante portador de criptococose, a qual, posteriormente, evoluiu para meningite ocasionando graves seqüelas à saúde do

reclamante, em especial a perda da visão e da deambulação, tanto que está, o recorrente, aposentado por invalidez desde 25.10.2000.

A tese da reclamada, desde a contestação, baseou-se na inexistência do nexo de causalidade entre a doença do reclamante com o trabalho executado na empresa.

Pois bem, ainda que a defesa tenha mencionado que o local de trabalho era sadio, já que regularmente vistoriado por técnicos de segurança do trabalho, inclusive confeccionado laudos atestando essa condição, não foi isso que se mostrou nos autos.

Não existe um só laudo trazido pela reclamada atestando as boas condições do ambiente de trabalho do reclamante.

Por outro lado, disse o preposto, em depoimento, que *"que no prédio onde o reclamante trabalhava em sua parte externa haviam muitos pombos; que não sabe dizer se estes adentravam nos dutos de ventilação; que em algumas saídas desses dutos haviam telas, mas em outras não; que não sabe dizer se os dutos eram limpados com freqüência;... que o reclamante se encontra afastado por doença originada de pombos..."*

Como se nota, sem nenhuma dificuldade, que a própria reclamada admitiu que a doença do reclamante foi causada pelos pombos, que, aliás, como bem disse o preposto, frequentavam livremente os dutos de ventilação.

É verdade, reconheço, que a declaração do preposto não substituíria um laudo médico, haja vista que esse profissional é que seria o competente para afirmar a causa da doença, porém, como mais adiante falarei, o laudo produzido nestes autos não inviabiliza que se reconheça ter sido a doença causada pela inalação dos fungos existentes nas fezes dos pombos.

Igualmente não tenho dúvida em afirmar que a doença do reclamante está caracterizada como acidente de trabalho, ainda que seja discutível qualificá-la como doença do trabalho, haja vista o que expressamente dispõe o art. 19 da lei nº 8.213/91, bem como, ratificando o que estou argumentando, o que está regulamentando o art.21, III, da mesma lei.

Ainda que assim não fosse, o que estou admitindo apenas como argumento, deve a reclamada ser responsabilizada pela doença adquirida pelo reclamante.

O art. 186 do atual CC dispõe que aquele que por ação ou omissão causar dano a outrem estará cometendo ato ilícito, portanto obrigado a reparar os danos, como manda o art. 927 do mesmo diploma legal.

Ora, no mínimo, a reclamada, não obstante estivesse obrigada a manter um ambiente de trabalho saudável, foi negligente ao não mandar limpar os dutos de ventilação, omissão confirmada pelo depoimento do preposto.

Por fim, ainda que entendesse absolutamente desnecessária a produção de laudo pericial, pois mesmo descaracterizado o acidente subsistiria a responsabilidade da reclamada, conforme razões já expostas, não posso, *data vênia*, referendar a sua conclusão.

Inicialmente o laudo mencionou que os dutos de ventilação não eram visitados pelos pombos, conflitando visivelmente com as demais provas produzidas nos autos.

Ademais, como noticiou o laudo, o local de trabalho não apresenta as mesmas características, em especial quanto aos dutos de ventilação, já que não mais existentes no local de trabalho do reclamante.

Apesar do laudo ter concluído que a doença do reclamante seria causada pelo fungo ***cryptococcus neoformans variedade gattii***, geralmente associada à

zona rural e a árvore do eucalipto, não percebi, confesso, estar descartada a contaminação pela fezes do pombo,, tanto que recomendou, a Sra. Perita, que a reclamada adotasse medidas de controle de proliferação de pombos, diminuindo a disponibilidade de alimentos, água e, ***principalmente***, de abrigos, sendo que esses locais, para que os fungos possam ser removidos com segurança, devem ser umidificados. (ressaltei)

Assim, concluir que a doença do reclamante pode ter sido causada, por exemplo, pelo fato dele ter residido em casa de madeira até 1998 ou por ter acampado em Mosqueiro e Salinas, *data vênia*, é simplória diante do fato comprovado nos autos, de que havia exposição à fezes de pombo nos dutos de ventilação da empresa, capazes de fazer com que algum dos seus empregados pudesse adquirir a doença, razão pela qual não tenho outra explicação senão a de que a doença do reclamante, de fato, foi causada pelo agente mencionado na peça de ingresso.

Ultrapassada essa questão, resta saber se tem, o recorrente, direito à indenização por dano moral e material, no que respondo, em relação à primeira, afirmativamente.

Ora, quanto ao dano moral, já feita a observação da regra prevista pelo art. 927 do CC, em sendo a lesão sofrida pelo autor potencialmente capaz de macular seu patrimônio imaterial, sobretudo porque ingressou são na empresa e de lá saiu cego e com dificuldade para andar, isso depois de muito sofrer.

O reclamante postulou o pagamento da indenização por dano moral de R$ 510.000,00, valor equivalente a 1.700 salários mínimos.

É verdade que a lei não fixa parâmetros para que o julgador estipule o valor, pelo que deve ficar a seu prudente arbítrio, nada obstante possa se balizados por alguns elementos, como, por exemplo, a gravidade da lesão, a condição econômica das partes, sobretudo a do ofensor, inclusive para que a sanção desestimule a reincidência, razão pela qual entendo razoável fixar a indenização em R$ 250.000,00.

Em relação à indenização por dano material, que ao contrário da lesão anterior, deve restar comprovado o efetivo prejuízo, não só o que o reclamante gastou como o que deixou de ganhar.

Não há nos autos nenhum comprovante de que o reclamante, a partir do tratamento de sua doença, tenha efetuado gastos, fosse para comprar medicamente ou para atender outra despesa.

O reclamante pediu o pagamento de pensão mensal no valor equivalente ao valor do seu último provento de aposentadoria, R$ 820,00, e até que ele complete 70 anos, o que resultaria em 444 meses, haja vista, ao tempo da petição inicial, ele ter 33 anos de idade.

Observo da ficha cadastral do reclamante, juntada pela reclamada às fls. 120/121, que o salário do reclamante, caso tivesse permanecido no emprego, em 8.2005 seria R$ 612,59, todavia valor inferior ao benefício recebido, aliás, como o próprio reclamante confessou na peça de ingresso, o que, pelo menos mantida a situação atual, não lhe acarretou prejuízo de ordem material.

Dessa maneira, em relação ao dano material, indefiro o pedido de indenização, porém ressaltando que caso a situação de fato, a que hoje está sendo vivenciada pelo reclamante, se altere, poderá o autor ajuizar nova ação, a fim de perseguir o pagamento da indenização correspondente.

2) recurso da reclamada

O recurso da reclamada cinge-se, repito, aos benefícios que lhe seriam reconhecidos, já que entende ter todos aqueles concedidos à Fazenda Pública.

A matéria já foi submetida ao Tribunal Pleno, tendo, inclusive, sido editada a súmula nº 2 do TRT da 8ª Região, o que, para os integrantes da Corte, deve ser obrigatoriamente seguida.

Assim está redigida a súmula:

> ***"EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT - PRIVILÉGIOS E PRERROGATIVAS PROCESSUAIS - I - A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos do art. 12 do Decreto-lei nº 509/69, está sujeita a execução por precatório, exceto quando se tratar de dívida de pequeno valor, nos termos da legislação; II - Não é exigível da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, o depósito recursal nem a antecipação do pagamento das custas como pressuposto recursal. III - Não se aplica à EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, o privilégio da Fazenda Pública com relação aos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês."***

Portanto, nos termos da súmula acima referida, concedo à reclamada os benefícios ali referidos.

Pelo exposto, conheço dos recursos e, no mérito, dou provimento a ambos; ao do reclamante, em parte, para deferir o pedido de indenização por dano moral e, ao da reclamada, para reconhecer-lhe os benefícios mencionados pela Súmula nº 2 do TRT da 8ª Região, tudo consoante os termos da fundamentação.

ISTO POSTO,

DECIDEM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA EGRÉGIA 1ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS, TANTO DO PRINCIPAL DO RECLAMANTE COMO DO ADESIVO DA RECLAMADA, E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO A AMBOS, AO DO RECLAMANTE, EM PARTE, VENCIDO O DESEMBARGADOR RELATOR, PARA, REFORMANDO A SENTENÇA, DEFERIR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, BEM COMO AO DA RECLAMADA PARA RECONHECER OS PRIVILÉGIOS MENCIONADOS PELA SÚMULA Nº 2 DO TRT DA 8ª REGIÃO, TUDO CONSOANTE OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. AS CUSTAS SERIAM DEVIDAS PELA RECLAMADA, TODAVIA, POR FORÇA DE LEI, ESTÁ ISENTA DO PAGAMENTO. DEFERIDA JUSTIFICATIVA DE VOTO DIVERGENTE AO EXM.º DESEMBARGADOR REVISOR.

Sala de Sessões da Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Belém, 18 de dezembro de 2006. (Publicado no DOJT8 em 1º/3/2007). ***Desembargador Federal do Trabalho Marcus Losada - Relator.***

JUSTIFICATIVA DE VOTO DIVERGENTE

RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR

O recorrente não se conforma com a decisão que deixou de reconhecer o nexo de causalidade entre as condições de trabalho do reclamante e a doença de que foi portador e que o deixou incapacitado para o exercício de suas atividades laborais.

Sustenta que adquiriu uma doença, denominada *criptococose* possivelmente

transmitida por fezes de pombo, em razão da existência de dutos de ventilação em seu local de trabalho que seriam costumeiramente habitados por este tipo de ave. Esta doença veio a lhe provocar invalidez permanente, com cegueira e dificuldade na locomoção.

Todavia, em que pese reconhecer o lastimável estado de saúde do recorrente, não creio como possível reconhecer nexo de causalidade entre as condições de trabalho em que prestava suas atividades e a contaminação de que foi vítima.

O primeiro ponto que impende reconhecer é a dubiedade no reconhecimento da infecção de que foi vítima o recorrente. Sua narrativa é de contaminação pelo fungo *cryptococcus neoformans*, variedade *neoformans*, cuja transmissão está comumente associada às fezes de pombo. Todavia, o exame de fl. 316 atesta a contaminação pelo fungo *cryptococcus neoformans*, variedade *gattii,* cujo vetor de transmissão está associado a árvores, especialmente o eucalipto.

Este ponto, embora importante, não é fundamental para o deslinde da controvérsia, pois não se descarta a contaminação por esta variante do fungo pela via das fezes de pombo, embora tal não seja o padrão, conforme os documentos constantes dos autos.

Todavia, a simples presença do vetor de contaminação é controversa. Funda-se a argumentação do recorrente na existência de dutos de ventilação não limpos e contaminados por fezes de pombo. Porém, o levantamento efetuado pela perita designada pelo Juízo atesta a existência de dutos de ventilação protegidos por telas, o que impediria a passagem dos pombos para o ambiente interno. Destaco que a modificação havida no ambiente de trabalho diz respeito à retirada dos dutos internos entre os pontos de ventilação, o que não descaracterizou o ponto central que é a existência dos ventiladores de entrada cobertos por tela.

Desta forma, nem mesmo existe a certeza de que o ambiente estivesse contaminado por fezes de pombo, ressaltando ainda que nenhum dos colegas de trabalho do obreiro foi vítima do mesmo contágio, ou mesmo tenha referenciado qualquer processo alérgico em virtude da alegada exposição.

Existe, é fato, um trecho do depoimento do preposto da reclamada de que o reclamante está afastado por doença originada dos pombos. Todavia, não empresto a tal frase a aptidão de provocar uma confissão da reclamada por dois motivos: o primeiro é que isso não significa que a contaminação tivesse ocorrido no ambiente de trabalho, pois os dutos de acesso eram telados, além do que é comum a presença de pombos em toda a Cidade de Belém; o segundo ponto é que a afirmativa do preposto pode ser desconsiderada em face das outras provas existentes no processo, especialmente o exame que atenta a variedade do fungo transmissor da doença, nos termos do 348 e 131 do CPC, ante a natureza extremamente técnica desta constatação.

O laudo pericial não confirma o nexo de causalidade, condição essencial para responsabilizar a empresa reclamada.

Nego provimento ao recurso.

Ante o exposto, conheço do recurso; rejeito a prejudicial de prescrição, suscitada na instância ordinária, à falta de amparo legal; no mérito, nego-lhe provimento para confirmar a decisão recorrida em todos os seus termos.

Belém, 18 de dezembro de 2006. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA-Desembargador Revisor.

****

ACIDENTE DE TRABALHO - VIGILANTE - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPREGADORA.

ACÓRDÃO TRT 2ª T./RO 01821-2006-205-08-00-1
RELATOR: Desembargador HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS

RECORRENTES: **LEYDE DAYANE DE ANDRADE BARBOSA e AGOSTINHO DE ANDRADE BARBOSA, menores representados por sua genitora, Srª. MARIA LEIDE DE ANDRADE BARBOSA.**
Advogada: Drª. Cleide Rocha da Costa.

RECORRIDAS: **NORSERGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. (1ª reclamada).**
Advogados: Dr. Carlos Augusto Vasconcelos e outros.

TELEMAR NORTE LESTE S/A. (2ª reclamada).
Advogados: Drª. Mariana Bezerra Dias Rocha e outros.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA (3ª reclamada).
Advogados: Dr. Rodrigo Barbosa de Azevedo e outros.

ACIDENTE DE TRABALHO - VIGILANTE - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPREGADORA. I - Tem-se constatado a evolução doutrinária no sentido de se consagrar a responsabilidade objetiva da empregadora ante danos decorrentes de acidente de trabalho. Não obstante, haver-se-á de exercer o devido juízo de ponderação no caso concreto, para aferir o grau de responsabilização do agente pela correspondente indenização. II - A teoria objetivista, que se calca na teoria do risco profissional, dispensa o empregado de provar a culpa do empregador, posto que o acidente decorre do risco inerente ao trabalho, competindo ao empregador provar fato excludente de sua responsabilidade. Restou evidenciada, no presente caso, a omissão voluntária da empregadora na prevenção do acidente de trabalho, pois deixou de adotar no local de trabalho medidas eficazes na prevenção de acidentes como o que ocorreu com o reclamante, levando-o à morte. E, com isto, a empregadora deixou de observar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e o direito social do trabalhador de ter reduzidos os *riscos "inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança"* (art. 7º, XXII/CF).

1. RELATÓRIO.
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO.
2.1. CONHECIMENTO.
Conheço do recurso, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade: é adequado, tempestivo, está subscrito por advogado habilitado nos autos (fl. 14) e foi concedida a isenção do pagamento das custas à fl. 438.

2.2. MÉRITO.
Da indenização por danos morais e materiais.
Os Recorrentes, menores impúberes, representados por sua genitora, em suas razões recursais insistem, unicamente, no pleito de indenização por danos morais e materiais, em razão da responsabilidade objetiva da empregadora, pelo fato do seu pai ter ficado exposto aos riscos inerentes à atividade de vigilante que exercia, culminando com a morte deste, ainda que posteriormente, em decorrência de tentativa de assalto que sofreu em seu local de trabalho, quando foi atingido por projétil de arma de fogo.
Esclareço que esta ação, inicialmente, fora proposta perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Macapá-AP. Naquele Juízo houve citação das Reclamadas, que apresentaram contestações, realização de audiência inaugural sem conciliação entre as partes (fl. 319), e, posteriormente, o Exmº. Juízo de Direito, em r. decisão saneadora do feito às fls. 355/358, acolheu a preliminar de incompetência daquele Juízo para processar e julgar a demanda, e determinou a remessa dos autos a esta Justiça Especializada.
Para melhor situar o debate, faço um ligeiro retrospecto do ocorrido nestes autos, eis que, em casos como este, há necessidade de conhecimento detalhado dos fatos ocorridos em relação ao acidente, para que, com a devida ponderação, se possa atribuir responsabilidade à empregadora, como pretendem os Recorrentes.
Os Requerentes são filhos do ex-empregado da 1ª reclamada, NORSERGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., Sr. Francisco das Chagas de Melo Barbosa, que exercia a função de vigilante em um posto da TELEMAR (2ª reclamada). Em 13.01.1999, referido senhor sofreu tentativa de assalto em seu local de trabalho, tendo sido baleado por arma de fogo, conforme documentação acostada aos autos.
Em tempo hábil (14.01.1999), a Reclamada emitiu a CAT (fl. 26) e o Sr. Francisco ficou de benefício pelo INSS, até que em 19.08.1999 foi aposentado por invalidez (fl. 163), e, então, rescindido o seu contrato de trabalho (fl. 164).
No interrogatório de fls. 423/425, a Srª. Maria Leide, mãe dos Recorrentes, declarou: "que no período em que o *de cujus* esteve internado a NORSERGEL deu ajuda para compra de medicamentos quando o hospital não tinha esses medicamentos; que depois que ele recebeu alta hospitalar não recebeu mais qualquer ajuda da NORSERGEL; que 20 poucos dias depois que o *de cujus* recebeu alta do hospital, foram embora para o Piauí e depois para seguiram *(sic)* para o Maranhão para que ele fosse submetido a tratamento no Hospital Sarah Kubstchek; que depois disso retornou a Macapá em 2000, uma única vez, e foi até a NORSERGEL para solicitar ajuda financeira, porém não obteve essa ajuda; que o *de cujus* foi aposentado definitivamente em novembro de 1999, depois do falecimento a depoente passou a receber a pensão do INSS; ...".
Há nos autos comprovantes de que o seguro de vida foi devidamente pago

ao ex-empregado, como se vê às fls. 43, 182/183 e 191/196, no valor de R$-18.846,73, em 09 e 15 de fevereiro de 2001.

O óbito ocorreu em 12.04.2003, tendo ficado expresso na certidão (fl. 16) que a causa da morte foi "Falência de múltiplos órgãos. Septicemia. Insuficiência renal crônica, perfuração por arma de fogo", o que confirma o nexo causal com o acidente sofrido pelo *de cujus*, que o deixou paraplégico por completo, conforme atestado médico de fl. 29, culminando com sua morte.

Feito este relato, passo ao exame da controvérsia.

É indiscutível que o fato ocorrido com o *de cujus* foi acidente de trabalho que, além de lhe ter causado incapacidade definitiva para o trabalho (paraplegia completa), culminou, posteriormente, com sua morte, conforme atesta a Certidão de Óbito juntada aos autos (fl. 16).

Tem-se ainda que o acidente de trabalho sofrido pelo *de cujus*, que resultou plenamente caracterizado nos autos, está conceituado no artigo 19 da Lei nº 8.213/91, assim redigido:

> **Art. 19. Acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.**

Em contestação, a 1ª Reclamada às fls. 132/142 sustenta a inexistência de qualquer ato doloso ou culposo na sua conduta em relação ao que ocorreu com o *de cujus*. Diz que durante o tratamento médico, ainda na cidade de Macapá, pois, em seguida, houve a mudança da família para o Piauí, prontamente atendeu aos pedidos de compra de medicamentos, conforme demonstram as cópias de receituários e as notas fiscais acostados aos autos. Providenciou toda a documentação necessária ao recebimento do benefício previdenciário, bem como do FGTS com a rescisão do contrato em razão da aposentadoria do *de cujus,* e ainda com relação ao seguro de vida, restando insubsistentes as alegações feitas na inicial. Alega que a atividade de vigilante não está enquadrada entre aquelas consideradas perigosas, enumeradas no art. 193 da CLT, logo, não pode a empresa ser penalizada, sob pena de ocorrer ofensa ao inciso II do art. 5º da CF. Por fim, sustenta que diante da inexistência de culpa, não pode ser condenada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais.

Tem-se que atualmente já não existe divergência doutrinária ou jurisprudencial sobre o cabimento de indenização em razão de dano moral e/ou material, desde que a ocorrência tenha decorrido de relação laboral, quando o ato imputado como causador seja ilícito e de tal monta lesivo que venha a atingir a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem do empregado. O inciso X do art. 5º da CF/88 assegura que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, garantido o direito à indenização pelo dano material e/ou moral decorrente de sua violação.

Relembro o que diz o Exmº. Desembargador Federal do Trabalho deste Tribunal, WALMIR OLIVEIRA DA COSTA, em sua obra Dano Moral nas Relações Laborais, Ed. Juruá, citando João de Lima Teixeira Filho, que conceitua dano moral como sendo: "... o sofrimento humano provocado por ato ilícito de terceiro que molesta bens imateriais ou magoa valores íntimos da pessoa, os quais constituem o sustentáculo sobre o qual sua personalidade é moldada e sua postura nas relações em sociedade é erigida".

Pela teoria da responsabilidade civil, prevista no artigo 186 do Código Civil, quem, praticando ato ilícito, causar dano a outrem, é obrigado a repará-lo:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

A indenização por dano moral situa-se no âmbito da responsabilidade civil e por isso seus pressupostos de definição devem estar suficientemente satisfeitos, destacadamente e principalmente, em se tratando de acidente de trabalho, como no presente caso, no que tem pertinência com a culpa evidenciada da empregadora.

Como se sabe, ocorrendo acidente de trabalho, conforme a Lei 8.213/91 e Decreto 3.048/99, que a regulamenta, e desde que haja prova da culpa do empregador, é possível responsabilizá-lo civilmente, com fulcro no artigo 7º, XXVIII, da Carta Magna, no artigo 121 da Lei 8.213/91, bem como no artigo 342 do Decreto 3.048/99.

Resta investigar se a Empregadora desincumbiu-se a contento do encargo de zelar pela saúde do seu ex-empregado, adotando medidas de segurança recomendadas pelas normas regulamentares para a prevenção de acidentes de trabalho, que seria a prova excludente de sua culpa e, por conseqüência, de sua responsabilidade pelo ocorrido.

Pelo que se extrai dos autos, a ex-empregadora apenas sustenta a inexistência de dolo ou culpa; que prestou assistência no tratamento da enfermidade do *de cujus*; que providenciou documentação para o benefício previdenciário, liberação do FGTS com a aposentadoria por invalidez, e para recebimento do seguro de vida. E, realmente, não se há negar sua presteza nesses procedimentos, principalmente no que respeita à emissão da CAT.

Mas, o certo é que não demonstrou ter providenciado as medidas de segurança necessárias ao desempenho de atividade de tamanho risco como a que exercia o *de cujus*, e isto implica na culpa pelo ocorrido, eis que se trata de um fato perfeitamente previsível na sua atividade que é a prestação de serviço de segurança.

A omissão da real empregadora do *de cujus* na prevenção do acidente de trabalho restou evidente, quando se constata que não há qualquer notícia nos autos de que a mesma tenha adotado medidas eficazes na prevenção de acidentes de trabalho dessa natureza no local onde ocorreu o sinistro. E se chegou a adotar algum método de prevenção de acidente, fato não comprovado nos autos, obviamente não foi suficiente para garantir a segurança, a saúde do ex-empregado ou pelo menos impedir evento tão grave como o que ocorreu com o obreiro.

Assim, a ocorrência de dano está comprovada, pois não resta dúvida de que o acidente fatal trouxe prejuízos materiais e morais à família do *de cujus*, que em razão do evento perdeu de forma drástica a sua principal fonte de sustento, trazendo com isso profundos reflexos de ordem financeira.

A saúde do trabalhador é bem indispensável, pelo qual, repito, incumbe à empregadora zelar, na prevenção de acidentes de trabalho, adotando medidas de segurança recomendadas pelas normas regulamentares. Ressalto que a empregadora, com um grau maior de responsabilidade e compromisso no cumprimento das leis trabalhistas e de segurança, deve cercar-se de todos os cuidados para proteger seus empregados contra possíveis danos que possam atingi-los, observando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e o direito social do trabalhador de ter reduzidos os *riscos "inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança"* (art. 7º, XXII/CF).

A norma consolidada trabalhista também prevê dispositivos quanto à

obrigação da empregadora no que respeita à saúde e segurança dos seus empregados:

> **Art. 157. Cabe às empresas:**
> **I- cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho:**
> **II- instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.**
> **...**

Evidenciado restou, nestes autos, que a empregadora do *de cujus* foi omissa na prevenção do acidente de trabalho, pois constatado que não há qualquer notícia nos autos de que a mesma tenha adotado medidas eficazes na prevenção de acidentes de trabalho dessa natureza no local onde ocorreu o sinistro. Resta agora definir o tipo de responsabilidade da reclamada NORSERGEL.

Registro, por oportuno, que tenho acompanhado com interesse a evolução doutrinária no sentido de se consagrar a responsabilidade objetiva ante danos decorrentes de acidente de trabalho. Não obstante, haver-se-á de exercer o devido juízo de ponderação no caso concreto.

A teoria objetivista, que se calca na teoria do risco profissional, dispensa o empregado de provar a culpa do empregador, posto que o acidente decorre do risco inerente ao trabalho, competindo ao empregador provar fato excludente de sua responsabilidade e não simplesmente fazer alusão, como no presente caso, à inexistência de dolo ou culpa, ao fato de que a atividade de vigilante não está enquadrada entre aquelas consideradas perigosas, enumeradas no art. 193 da CLT, e que por esta razão não poderia ser penalizada, sob pena de ocorrer ofensa ao inciso II do art. 5º da CF, e, por fim, sustentar que diante da inexistência de culpa, não poderia ser condenada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais.

Não se há desconsiderar a diretriz hodiernamente traçada pelo novo Código Civil, no que tange à responsabilidade inerente a uma atividade de risco. Eis o que diz o art. 927 do citado código:

> **Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**
> **Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.**

A eminente Magistrada Maria Francisca dos Santos Lacerda, Juíza do Trabalho, Presidente do TRT da 17ª Região, Biênio 2003-2005, em artigo doutrinário, sob título "O Novo Código Civil e o Direito do Trabalho", especificamente, quanto à responsabilidade civil proclama o seguinte:

> O NCC traz, todavia, dispositivo que dispensa a apreciação da culpa, conforme dispõe o parágrafo único do art. 927: *Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.* Observe-se: a teoria subjetiva ou teoria da culpa continua a fundamentar, como regra geral, a responsabilidade civil, mas em face das dificuldades da vida

> moderna, a multiplicidade de acidentes e a crescente impossibilidade de provar a causa dos sinistros e a culpa do agente, fez como que o CCB adotasse a teoria objetiva, ou teoria do risco no dispositivo em tela. Então, trazendo a questão para o direito do trabalho, podemos dizer que o empregador que, normalmente, exerça uma atividade de risco, como, por exemplo, extração de minério, utilização de produto tóxico, etc, se houver um dano material ou moral a um empregado, deve repará-lo, sem se cogitar de sua culpa. Responde simplesmente pelo risco de sua atividade. A ação que pede reparação pode cumular dano material e moral, conforme Súm. 37 do STJ.[1] (destaquei)

Como adverte VALENTIN CARRION, a segurança do trabalho é fator vital na prevenção de acidentes na defesa da saúde do empregado, evitando o sofrimento humano e o desperdício econômico lesivo às empresas e ao próprio País.

Nesse sentido a jurisprudência:

> **RESPONSABILIDADE CIVIL - ASSALTO - INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DO EMPREGADO - TEORIA DO RISCO - DANO MORAL - A empresa, considerada empregadora na acepção do *caput* do art. 2º, da CLT, está inserida no contexto do capitalismo como um ente destinado à obtenção do lucro, por isso que, no âmbito do Direito do Trabalho, ela se arroga do poder diretivo, assumindo amplamente os riscos sociais de sua atividade econômica, e se investe da obrigação de garantir a segurança, bem como a integridade física e psíquica dos seus empregados, durante a prestação de serviços. O motorista de ônibus de transporte coletivo urbano trabalha sob estresse constante - trânsito, público, ruído, calor, poluição e violência -, além de manter sob a sua responsabilidade parte da propriedade da empregadora, por assim dizer uma parcela do estabelecimento ou do aviamento - o ônibus e todos os seus pertences (bens materiais e vidas humanas). Ao explorar determinado ramo de atividade econômica, ainda mais por concessão pública, a empresa é responsável pelos danos físicos e psíquicos sofridos pelo empregado, quando provenientes de assalto a mão armada com tiro desferido no abdômen do motorista, que resultou em cirurgia de emergência, e grande cicatriz permanente, além de seqüelas psíquicas importantes. Competia ao empregador a adoção de medidas simples ou complexas que minimizassem (embora a palavra de ordem, nos dias de hoje, seja maximizar) o risco conhecido, previsível e grave de assalto no ponto final. Não é tolerável que o direito à cidadania, à dignidade, à integridade física e mental, à segurança do trabalhador, seja agredido de forma tão violenta, sem que se impute responsabilidade a quem explora a atividade econômica e não diligenciou nenhuma medida para reduzir os riscos a esse tipo de violência. Garantir a segurança, a integridade física e mental, do**

[1] Síntese Trabalhista, nº 176-Fev./2004. p. 23.

motorista e do cobrador, assim como de qualquer outro empregado, é obrigação da empresa, constituindo-se até cláusula contratual implícita, pois se ela se cerca do cuidado de manter o cofre onde é depositado o dinheiro fechado sob sete chaves, deveria também se preocupar um pouco com a segurança dos trabalhadores. A falta da empresa decorre de sua omissão voluntária e sobre ela recai a culpa in vigilando, estabelecido o nexo causal entre o seu comportamento e o dano, que de uma forma ou de outra sempre acarreta uma repercussão paralela na ordem social. O lucro e o homem estão em pólos opostos na sociedade pós-moderna, mas o direito proporciona instrumentos aptos à aproximação deles, estabelecendo inclusive a teoria dos riscos, por intermédio da qual aquele que almeja o lucro do exercício de determinada atividade econômica com o concurso de empregados deve indenizar os danos físicos e psíquicos que estes sofrem no local de trabalho. Indenização por dano moral que se fixa, levando-se em consideração a extensão das seqüelas de ordem física e psíquica do empregado, o caráter pedagógico da pena e a capacidade econômica da empresa, que, no caso, é concessionária de serviço público. (TRT 3ª R. - RO 00597-2003-093-03-00-1 - 4ª T. - DJMG 28.08.2004 - Rel. Juiz Luiz Otávio Linhares Renault).

Não há dúvida, portanto, que a incapacidade laborativa permanente do ex-empregado produziu danos de ordem moral, ante a impossibilidade de exercer novamente a sua profissão, sendo evidente que a queda nos rendimentos e a impossibilidade de agregar valores a sua renda familiar lhe provocaram consideráveis prejuízos morais.

É válido acrescentar que o ex-empregado diante de tão grave ferimento ocorrido na tentativa de assalto, que resultou na perda total de sua capacidade laborativa, viu-se num estado sem definição quanto ao futuro, a sofrer constrangimento íntimo inerente a esse estado de invalidez, o que, sem dúvida, impõe a responsabilização do ex-empregador. Não há se questionar, portanto, que a redução da capacidade laborativa do ser humano causa uma série de frustrações, angústias e ansiedades, causando-lhe abalo moral que resultou perfeitamente caracterizado nos autos, visto que ficou incapacitado definitivamente para o trabalho, tendo a enfermidade evoluído para o evento morte, razões que me levam a deferir a indenização pleiteada.

No que refere ao *quantum* indenizatório, pleiteado no valor de R$-200.000,00 quanto ao dano moral, e de R$-4.099,34 quanto ao dano material, conforme os termos do pedido inicial, entendo necessário fazer algumas considerações.

Não existe na legislação brasileira regra legal específica para reparação de dano moral, pelo que se deve recorrer ao juízo de eqüidade na estipulação do valor da indenização compensatória pelos danos sofridos.

O Exmº Desembargador Federal do Trabalho WALMIR OLIVEIRA DA COSTA, em sua obra "Dano Moral nas Relações Laborais - Competência e Mensuração", não vê empecilho *"a que sejam observados pelo Juiz do Trabalho, na operação de quantificação do valor da compensação pelo dano moral trabalhista os parâmetros estabelecidos pela legislação civil (CCB, arts. 1.547 e 1.553)".* Prossegue com suas ponderações, estabelecendo valores mínimo e máximo de compensação *"... variando entre 24 e 3.600 salário mínimos legais, em margem discricionária*

dentro da qual o magistrado atuará o seu poder jurisdicional de arbitrar o quantum *a ser ressarcido pelo lesante à vítima. Impõe-se fazê-lo, todavia, com moderação, levando em conta as circunstâncias do caso concreto, a gravidade do dano, a situação do lesante e condição do lesado, etc".*

Não se pode olvidar que o valor da indenização não deve ser tão grande que proporcione o enriquecimento ilícito da parte. Por outro lado, o valor da compensação não pode ser tão pequeno que se torne insignificante perante o patrimônio do ofensor e não surta o efeito pedagógico almejado.

Segundo o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, relator de um caso de dano moral na Subseção de Dissídios Individuais 1 do Tribunal Superior do Trabalho, a fixação do valor da indenização judicial por danos moral e material deve ser proporcional e razoável entre a quantia estabelecida e a ofensa sofrida pelo trabalhador: ***"Deve buscar o julgador, utilizando-se do princípio da eqüidade, razoabilidade e proporcionalidade a traduzir tais condenações, de modo que possa proporcionar a certeza de que o ato ofensivo não fique impune, e que sirva de desestímulo a práticas que possam retirar do trabalhador a sua dignidade"*** (Processo TST ERR 763443/2001.4).

Com estas considerações, vê-se que não há um parâmetro exato para se estabelecer o *quantum* indenizatório. O valor dessa compensação deve ser arbitrado conforme as circunstâncias da causa, de modo a minimizar a dor e para punir o ilícito, levando em conta as conseqüências do infortúnio, que acarretaram o falecimento de um pai de família de 34 (trinta e quatro) anos de idade, que tinha como seus dependentes a esposa e dois filhos menores, estes ora Recorrentes.

Os Reclamantes, repito, pretendem o deferimento de indenização por danos morais e materiais, sendo que, nos termos do pedido inicial, os valores correspondem, respectivamente, a R$-200.000,00 e R$-4.099,34.

Como afirma SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA, alguns pressupostos assentados na doutrina e na jurisprudência devem nortear a dosimetria dessa indenização:

> a) a fixação do valor obedece a duas finalidades básicas que devem ser ponderadas: compensar a dor, o constrangimento ou o sofrimento da vítima e combater a impunidade;
>
> b) é imprescindível aferir o grau de culpa do empregador e a gravidade dos efeitos do acidente;
>
> c) o valor não deve servir para enriquecimento da vítima nem de ruína para o empregador;
>
> d) a indenização deve ser arbitrada com prudência temperada com a necessária coragem, fugindo dos extremos dos valores irrisórios ou dos montantes exagerados, que podem colocar em descrédito o Poder Judiciário e esse avançado instituto da ciência jurídica;
>
> e) a situação econômica das partes deve ser considerada, especialmente para que a penalidade tenha efeito prático e repercussão na política administrativa patronal;
>
> f) ainda que a vítima tenha suportado bem a ofensa, permanece a necessidade da condenação, pois a indenização pelo dano moral tem por objetivo também uma finalidade pedagógica, já que demonstra para o infrator e a sociedade a punição exemplar para aquele que desrespeitou as regras básicas da convivência humana.[2]

[2] Oliveira, Sebastião Geraldo de. Indenizações por acidente de trabalho ou doença ocupacional. São Paulo: LTr, 2005. Páginas 126 e 127.

É certo que a reclamada NORSERGEL agiu com presteza na emissão da CAT; cumpriu sua obrigação quanto ao seguro de vida, tanto que este foi pago ao ex-empregado, ainda em vida, no valor de R$-18.846,73, como se vê às fls. 43, 182/183 e 191/196; e ajudou nas despesas hospitalares, segundo declarou a Srª MARIA LEIDE, mãe dos Recorrentes, em seu interrogatório à fl. 423. Porém, tais procedimentos não são suficientes para a descaracterização da responsabilidade objetiva do pólo patronal calcada na teoria do risco da atividade profissional, devendo, portanto, indenizar o dano causado.

O *de cujus* após o acidente ocorrido em 13.01.1999 ficou de benefício acidentário pela Previdência Social, até que em 19.08.1999 aposentou-se por invalidez, vindo a falecer em **12.04.2003** (nascimento = **28.03.69**).

Entendo, no presente caso, ser razoável fixar-se o *quantum* indenizatório com observância da diferença entre a idade que tinha o ex-empregado quando ocorreu o óbito (34 anos) e o tempo de vida ativa profissional que ainda teria, até o limite de 65 (sessenta e cinco) anos, por analogia ao que estabelece o art. 48 da Lei nº 8.213/1991, tomando por base a diferença entre o valor da última remuneração do ex-empregado (R$-337,25 - fl. 206) e o valor da pensão recebida pela viúva, conforme declarado na inicial e não impugnado (R$-634,00 - fl. 05), observando a devida proporcionalidade desses valores com o número de salários mínimos correspondente. Isto com a intenção de assegurar aos dependentes a utilização de uma base de cálculo que observe a integralidade remuneratória do *de cujus* em relação ao valor da pensão percebida pela mãe dos Recorrentes.

Procedimento similar foi adotado em precedente da 1ª Turma deste Tribunal, o Acórdão TRT 1ª T./RO 00981-2002-003-08-00-0, da lavra do Exmº. Desembargador Federal do Trabalho Francisco Sérgio Silva Rocha, em processo julgado no dia 17.02.2004.

> Vejamos para o presente caso:
> Idade na data do falecimento = 34 anos = 408 meses
> 65 anos = 780 meses - 408 meses = 372 meses
> R$-337,25 em janeiro/1999 equivale a 2,59 SM (SM = R$-130,00)
> R$-634,00 em junho/2005 (data do ajuizamento) equivale a 2,11SM (SM = R$-300,00)
> Diferença = 0,48 SM que corresponde a R$-144,00 (300,00 x 0,48)
> 372 meses x 144,00 = **R$-53.568,00**
> Desta feita, fixo a indenização por danos morais em **R$-53.568,00**.

No que respeita à **indenização por danos materiais**, não posso acolher o valor pleiteado, porque os documentos acostados aos autos pelos Recorrentes nem todos comprovam que as despesas ali registradas foram feitas com o *de cujus*. Assim, levo em consideração apenas os de fls. 44 (R$-10,00 - exame), 55 (R$-300,00 - ressonância magnética), 60 (R$-60,00 - 2 consultas médicas), 61 (R$-60,00 - 2 consultas médicas), 62 (R$-600,00 - compra de urna funerária) e 67 (R$-531,00 - 2 passagens aéreas em nome do *de cujus)*, que totalizam **R$-1.561,00** porque comprovadamente referem-se ao ex-empregado.

Assim, **dou provimento** ao recurso para deferir aos Recorrentes as indenizações por danos morais (**R$-53.568,00**) e materiais (**R$-1.561,00**), que deverão ser pagas pela ex-empregadora do *de cujus,* NORSERGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., como principal responsável, e pela 2ª reclamada, TELEMAR NORTE LESTE S/A., de forma subsidiária.

Por oportuno, ressalto que a 2ª reclamada, TELEMAR NORTE LESTE S/A. permanece na presente lide, conforme decidiu o MM. Juízo do 1º grau, ao rejeitar a sua argüição de ilegitimidade passiva, entendimento do qual comungo integralmente, *verbis* (fl. 433)*:*

> (...) A NORSERGEL firmou contrato de prestação de serviços de vigilância e guarda com a TELEMAR (fls. 118/126); o *de cujus* foi vítima de assalto quando estava trabalhando no posto de serviço da TELEMAR.
>
> Não há que se falar em ilegitimidade *ad causam* passiva, pois a TELEMAR foi indicada pelos autores como demandada, pela relação jurídica material, não importando se foi ou não empregadora do autor, cabendo aferir se lhe cabe alguma responsabilização em caso de eventual condenação do real empregador, já que o *de cujus* prestou serviços para a segunda demandada. Aplica-se ao caso a Súmula 331 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. Preliminar rejeitada.
>
> …

Nada a acrescentar quanto à 3ª reclamada, COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA, eis que excluída da lide pela r. sentença recorrida, e sua reinclusão no feito não faz parte do objeto recursal.

Ante o exposto, conheço do recurso; no mérito, dou provimento, em parte, ao apelo para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, condenar a 1ª reclamada, NORSERGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., e, subsidiariamente, a 2ª reclamada, TELEMAR NORTE LESTE S/A., ao pagamento em favor dos Recorrentes das indenizações por danos morais e materiais, nos valores de **R$-53.568,00** e **R$-1.561,00**, respectivamente, com juros e correção monetária. Custas, pelas reclamadas (1ª e 2ª), na quantia de R$-1.102,58, calculadas sobre o valor da presente condenação. Tudo conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, dar provimento, em parte, ao apelo para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, condenar a 1ª reclamada, NORSERGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., e, subsidiariamente, a 2ª reclamada, TELEMAR NORTE LESTE S/A., ao pagamento em favor dos Recorrentes das indenizações por danos morais e materiais, nos valores de R$-53.568,00 e R$-1.561,00, respectivamente, com juros e correção monetária. Custas, pelas reclamadas (1ª e 2ª), na quantia de R$-1.102,58, calculadas sobre o valor da presente condenação. Tudo conforme os fundamentos.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 06 de junho de 2007. (Publicado no DOJT8 em 12/6/2007). HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS - Desembargador Federal do Trabalho - Presidente e Relator.

****

ACÚMULO DE FUNÇÕES. DIFERENÇA SALARIAL INDEVIDA.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00294-2007-004-08-00-6
RELATORA: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

RECORRENTE: ROMULO OLIVEIRA DE MORAIS
Advogado: Dr. Sérgio Augusto de Castro Barata Junior

RECORRIDAS: TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Advogado: Dr. Raimundo Jorge Santos de Matos

ACÚMULO DE FUNÇÕES. DIFERENÇA SALARIAL INDEVIDA. O desempenho de atividades diversificadas, porém compatíveis e executadas, concomitantemente, dentro do horário normal do trabalho, não configura o acúmulo ilegal de funções, por conseguinte, não gera o direito a diferença salarial, nem implica pagamento de adicional na remuneração. Para o empregado ter direito ao acréscimo salarial é necessário que lhe seja imposto o exercício de uma função melhor remunerada, com o pagamento de remuneração inferior, bem como lhe seja exigida o cumprimento de uma jornada suplementar para a execução de novas tarefas.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
2.1 DO CONHECIMENTO
Conheço do recurso interposto pelo reclamante. É tempestivo, está subscrito por advogado habilitado, fl. 18, e o recorrente foi isento do recolhimento das custas, fl. 160.

Por conseguinte, rejeito a preliminar de não conhecimento do apelo por deserção, face ao não recolhimento das custas, suscitada pela recorrida à falta de amparo legal.

2.2 MÉRITO
2.2.1 DO ACÚMULO DE FUNÇÃO
O recorrente volta a sustentar que, além da função de motorista, ainda exerceu a função de cobrador ou bilheteiro que possui atribuições próprias e tem salário previsto em convenção coletiva. Aponta, ainda, que cobrar passagem é tarefa distinta de dirigir o ônibus da empresa.

A reclamada, fls. 73/81, impugnou a pretensão contida na inicial, apontando que a cobrança de passagens de usuários dos veículos pelos motoristas é feito esporadicamente. Afirmou, ainda, que em pontos de apoio os bilhetes de passagem eram emitidos pelos próprios bilheteiros que vendem passagem ao longo da rodovia.

Não custa enfatizar que a acumulação é o exercício de funções ou de cargos pela mesma pessoa. E para o empregado ter direito é necessário que lhe seja imposto o exercício de uma função melhor remunerada, com o pagamento de

remuneração inferior, e ainda quando lhe seja exigida jornada suplementar para o cumprimento de novas tarefas.

Por outro lado, não se verifica o acúmulo de funções quando um empregado é substituído pelo outro em pequenos intervalos, pois o dever de colaboração justifica essa solicitação.

Verifica-se, diante do que restou evidenciado nos autos, que o reclamante executou as atividades referente a função para a qual foi contratado, de Motorista, e, apenas eventualmente, quando o passageiro acenava no meio da viagem, é que desempenhou a de cobrador.

Ora, a execução de atividades diversificadas mas compatíveis no horário normal do contrato, desempenhadas de maneira concomitante, não caracteriza o acúmulo ilegal de funções.

De outro lado, também, entendo que não houve a alegada alteração unilateral do contrato de trabalho, nem abuso na atuação do poder de comando do empregador, nem exploração ilegal da força do trabalho do empregado. A reclamada utilizou-se legitimamente de seu poder diretivo sobre os meios de produção, sem impor qualquer prejuízo ao empregado.

Ademais, não foi imposto ao reclamante o exercício de uma função melhor remunerada, com o pagamento de remuneração inferior, nem lhe foi exigido o cumprimento de uma jornada suplementar para a execução de novas tarefas.

Dessa forma não há se falar em acúmulo de funções, até porque inexiste prova nos autos da existência de qualquer previsão no contrato de trabalho, regulamento da empresa, na lei ou em norma coletiva..

Aliás, acerca do acúmulo de funções, o Colendo Tribunal Superior do Trabalho posiciona-se no sentido de que:

> **Trabalho em duas funções para o mesmo empregador, pelo mesmo salário. Inexistência de violação legal" (TST, RR 4.234/84, Guimarães Falcão, Ac. 3ª T. 5.756/85).**

A Consolidação das Leis do Trabalho, no art. 456, § único estabelece:

> "À falta de prova ou inexistindo cláusula expressa a tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal".

Por fim, cito a seguinte jurisprudência deste Egrégio Tribunal:

> **ACÚMULO DE FUNÇÕES - INEXISTÊNCIA - PROPAGANDISTA-VENDEDOR. A execução de tarefas diversificadas, porém compatíveis com a atividade principal e desempenhadas de maneira concomitante, não configura o acúmulo ilegal de funções, nem implica pagamento do adicional de remuneração. Para este acréscimo, há que ficar evidenciado que foi imposto ao Reclamante o exercício de uma função melhor remunerada, com o pagamento de remuneração inferior, e que lhe tenha sido exigida jornada suplementar para o cumprimento de novas tarefas. Por fim, para que o exercício de várias atividades gere o direito à diferença salarial por acúmulo de funções, é necessário que haja prova nos autos da existência de qualquer previsão no contrato de trabalho, regulamento da empresa, na lei ou em norma coletiva. Na falta desses elementos não restará configurado o acúmulo de funções com direito a pagamento de remuneração adicional. Recurso provido. *(Acórdão TRT 2ª T./RO 01661-2003-004-08-00-5, Herbert Tadeu Pereira de Matos).***

2.2.2 HORAS EXTRAS

O recorrente insiste no atendimento do pleito de horas extras, apontando que independentemente de onde ficava, seja no hotel, no alojamento, ou garagem, estava a disposição da empresa, pois ali não se desligava da função.

Não tem razão o recorrente.

Conforme restou demonstrado nos autos, o reclamante, entre uma viagem e outra, não ficava à disposição da empresa, mas sim descansando em hotel ou alojamento pagos pela reclamada, uma vez que no dia seguinte tinha que pegar o ônibus em viagem de volta para Belém.

É preciso destacar, ainda, e que foi confirmado pelo próprio autor em depoimento, fls. 118/119, em uma viagem longa trabalhavam no veículo dois motoristas que se revezavam durante a viagem, sendo que o revezamento era decidido pelos próprios motoristas.

Ademais, a própria testemunha arrolada pelo autor, e que também prestou serviço para a recorrida como motorista, confirmou, fl. 119, "*que durante o período que o depoente permanecia no hotel ou no alojamento não tinha tarefa para executar.*"

Portanto, deve ser mantida a decisão que julgou improcedentes os pedidos de horas extras, adicionais noturnos e repousos semanais remunerados, e reflexos, uma vez que inexiste nos autos qualquer prova, mesmo no hotel ou alojamento, permanecia aguardando ordens do empregador.

2.2.3 DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

O recorrente manifesta, por fim, o seu inconformismo contra a r. sentença que o declarou litigante de má-fé, cominando-lhe multa de 1% e indenização de 10%, calculadas sobre o valor atribuído à causa. Aponta que a reclamação não tem e nunca teve o intuito de ser uma "aventura processual", tampouco agiu com má-fé ou tentou afrontar uma lide temerária.

O art. 17 do CPC estabelece os motivos para alguém ser reputado como litigante de má-fé. E o art. 18 do mesmo diploma legal, fixa para o litigante de má-fé o pagamento de uma multa não excedente a 1%, e de uma indenização.

Por outro lado, litigante de má-fé, segundo Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, na obra CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO, 9ª edição, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, "*É a parte ou interveniente que, no processo, age de forma maldosa, com dolo ou culpa, causando dano processual à parte contrária. É o improbus litigator, que se utiliza de procedimentos escusos com o objetivo de vencer ou que, sabendo ser difícil ou impossível vencer, prolonga deliberadamente o andamento do processo procrastinando o feito.*"

Entendo que o recorrente não está protelando, injustificadamente, o andamento do processo, nem está agindo de modo temeroso e desleal. Apenas estão se valendo de um direito amplamente garantido pela Carta Magna, não incorrendo em qualquer abuso no exercício do direito constitucional de ação.

Portanto, o recorrente, repito, não está agindo de forma maldosa, com dolo ou culpa, causando dano processual à parte contrária, nem está se utilizando de procedimentos escusos com o objetivo de prolongar deliberadamente o andamento do processo procrastinando o feito.

Reformo o decisório para excluir da condenação a declaração do reclamante como litigante de má-fé, por conseguinte, a multa de 1% e a indenização equivalente a 10%.

O pedido de que seja concedido o benefício da gratuidade da justiça encontra-se prejudicado, diante do despacho que isentou o reclamante do pagamento das custas.

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário, rejeitando a preliminar de não conhecimento por deserção suscitada pela recorrida, à falta de amparo legal. No mérito, dou provimento, em parte, ao apelo para, reformando a r. sentença, excluir da condenação a declaração do reclamante como litigante de má-fé, por conseguinte, a multa de 1% e a indenização equivalente a 10%. Mantenho a r. decisão recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como no primeiro grau de jurisdição, de cujo recolhimento o recorrente já se encontra isento.

3. CONCLUSÃO
ISTO POSTO,
ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, REJEITANDO A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO POR DESERÇÃO SUSCITADA PELA RECORRIDA, À FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADO WALTER ROBERTO PARO, DAR PROVIMENTO, EM PARTE AO APELO PARA, REFORMANDO A R. SENTENÇA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A DECLARAÇÃO DO RECLAMANTE COMO LITIGANTE DE MÁ-FÉ, POR CONSEGUINTE, A MULTA DE 1% E A INDENIZAÇÃO EQUIVALENTE A 10%; SEM DIVERGÊNCIA, MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, DE CUJO PAGAMENTO O RECORRENTE JÁ SE ENCONTRA ISENTO.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 18 de setembro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 20/9/2007). SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA - Desembargadora Federal do Trabalho Relatora.

****

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESERÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 1ª T./AI 01409-2006-011-08-01-0
RELATORA: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

AGRAVANTE: **VARIG S/A. - VIAÇÃO ÁREA RIO-GRANDENSE**
Dr. Edilberto Santana Lima

AGRAVADA: **DARLENY NAZARETH SILVA CAPELONI**
Dr. Ivaldo José Bentes Capeloni

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESERÇÃO. As empresas que se encontram em processo de recuperação judicial não estão desoneradas do preparo. Inaplicável, pois, a Súmula n. 86 do TST, restrita ao falido. Agravo improvido.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1 CONHECIMENTO

Conheço do agravo de instrumento, pois é adequado, tempestivo (fls. 2 e 66), encontra-se subscrito por advogado habilitado (fls. 31 e 32) e procedeu a agravante à juntada das peças obrigatórias, conforme previsto no artigo 897, § 5º, inciso I, da CLT, motivo pelo qual rejeito a questão preliminar suscitada, em contra-razões, de inadmissibilidade do recurso.

Conheço das contra-razões da agravada, pois são tempestivas (fls. 67 e 68) e se encontram subscritas por advogado habilitado (fl. 29).

2.2 MÉRITO (DA INEXISTÊNCIA DE DESERÇÃO)

Em resumo, a agravante requer a reforma da decisão que negou seguimento ao seu recurso ordinário, por deserção, pois estaria impossibilitada de proceder ao depósito recursal, por encontrar-se em processo de recuperação judicial, nos termos do disposto no artigo 53 da Lei nº 11.101/2005.

Alude à inexistência de ato voluntário seu no que toca ao não recolhimento do depósito recursal, mas sim à impossibilidade de fazê-lo, em razão de ordem judicial em contrário.

Tece extensas considerações sobre a matéria e se reporta à impossibilidade de recebimento de crédito com privilégio, em detrimento dos demais credores da empresa em recuperação, pois qualquer antecipação geraria desequilíbrio na intenção primordial da recuperação judicial.

Após discorrer sobre o tema, requer seja provido o agravo de instrumento, para que seja determinado o regular processamento do recurso ordinário.

Vejamos.

Ressalte-se, desde logo, que a exigência de cumprimento dos pressupostos de admissibilidade recursais - no caso, pressuposto objetivo, o preparo - não constitui violação a qualquer preceito constitucional, não se aplicando à hipótese o princípio da instrumentalidade das formas (CPC, art. 244).

A Constituição Federal assegura, sim, ao cidadão o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, mas não de modo absoluto, uma vez que devem ser observados o devido processo legal e as regras de procedimento a ele relativas (CF/88, art. 5º, incs. LIV e LV).

Neste sentido já se pronunciou o C. Supremo Tribunal Federal, em voto da lavra do Ministro Mauricio Correa, cuja ementa a seguir se transcreve:

> "EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADICIONAL DE CARÁTER PESSOAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA À COISA JULGADA. MATÉRIA PRECLUSA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356-STF. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. IMPROCEDÊNCIA. 1. Não conhecida pelo TST a existência da coisa julgada, porque ausente o prequestionamento. É inadmissível o recurso extraordinário quando o tema constitucional suscitado não foi ventilado no acórdão recorrido. Incide o óbice das Súmulas 282 e 356-STF. 2. Alegação de que a Constituição Federal assegura aos litigantes o direito de ampla defesa e, por isso, são inadmissíveis os óbices regimentais suscitados para o

> trancamento do recurso. Improcedência. O preceito constitucional que assegura o exercício da ampla defesa e do contraditório não é absoluto e há de ser exercido, pelos jurisdicionados, por meio das normas instrumentais postas à sua disposição, não se constituindo negativa de prestação jurisdicional ou cerceamento de defesa a inadmissão dos recursos, quando não atendidos, na interposição, os pressupostos instrumentais atinentes. Agravo regimental desprovido."[1].

Não basta, portanto, a parte manifestar o *animus* de recorrer, havendo necessidade de que sejam observados todos os pressupostos de admissibilidade previstos nas normas instrumentais.

Conforme antes relatado, a reclamada deixou de recolher o depósito recursal, pois estaria em processo de recuperação judicial. Entretanto, a empresa em recuperação judicial não está desonerada do preparo, sendo-lhe inaplicável a Súmula n. 86 do TST, restrita ao falido.

Com efeito, a recuperação judicial encontra-se regulamentada nos artigos 47 a 74 da Lei n° 11.101/2005. A falência, por sua vez, é tratada nos artigos 75 a 160 da mesma lei. São, pois, institutos distintos. A falência é o estado de insolvência total, que leva o patrimônio do devedor à execução coletiva, enquanto que, na recuperação judicial, ao contrário, a empresa é preservada e o objetivo é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira. A falência é o fim da empresa, é a liquidação do ativo para saldar o passivo, enquanto que a recuperação judicial lhe permite a continuidade dos negócios, ainda que sob supervisão e controle judicial. Na falência, enfim, o devedor perde a administração dos seus bens, enquanto que, na recuperação judicial, o devedor não é afastado do comando (art. 22, inc. II, da Lei nº 11.101/2005), mas apenas fiscalizado.

De notar que a alegação de que se aplicaria, *in casu,* o artigo 59 da Lei nº 11.101/2005, ou seja, haveria novação dos créditos anteriores ao pedido, é totalmente descabida porque a exigência de depósito recursal para a admissibilidade de recurso não pode ser considerada como crédito, nem, tampouco, existiria a dívida antes mesmo do ajuizamento da ação.

Por fim, faz-se ver que, na forma do disposto no § 4º do artigo 6º da Lei n. 11.101/2005, o juiz pode, tanto na falência, quanto na recuperação judicial, determinar, mesmo no período de suspensão os processos, a reserva da importância que estimar devida, reserva esta que teria o mesmo objetivo do depósito recursal, a saber, garantir o crédito.

Conclui-se, pois, que apenas a massa falida não está sujeita ao pagamento de custas, nem à realização do depósito recursal, nos termos da Súmula n° 86 do C. TST, não se aplicando tal privilégio às empresas que se encontrem em liquidação extrajudicial ou em recuperação judicial ou extrajudicial.

Assim, há de ser mantido o despacho que negou seguimento ao recurso ordinário por deserção.

Nego, pois, provimento ao agravo de instrumento.

ANTE O EXPOSTO, conheço do agravo de instrumento e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo a decisão agravada em todos os seus termos, tudo conforme os fundamentos.

---

[1] STF. AI 179957 AgR / SP - 2ª T. Relator Ministro Mauricio Correa. DJ de 29.11.1996.

3. CONCLUSÃO
POSTO ISTO,
ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E, NO MÉRITO, POR MAIORIA, VENCIDO O EXMO. DESEMBARGADOR MÁRIO LEITE SOARES, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO A DECISÃO AGRAVADA EM TODOS OS SEUS TERMOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 17 de julho de 2007. (Publicado no DOJT8 em 20/7/2007). SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Desembargadora Relatora.

****

AGRAVO DE PETIÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COBRANÇA DE HONORÁRIOS PROFISSIONAIS.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./AP 00928-2006-012-08-00-4
RELATORA: Desembargadora SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

AGRAVANTE: **ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA**
Advogado: Dr. Sérgio Augusto Azevedo Rosa

AGRAVADOS: **JOSE DE ARIMATEIA CHAVES SOUSA**
Advogado: Dr. Dercyllios Rendeiro de Noronha

ROBERTA DOS ANJOS MOREIRA
Advogado: Dr. Dercyllios Rendeiro de Noronha

AGRAVO DE PETIÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COBRANÇA DE HONORÁRIOS PROFISSIONAIS. Compete à Justiça do Especializada do Trabalho apreciar e julgar as ações que versem acerca da cobrança de honorários profissionais oriundos da prestação de serviços de advocacia.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
2.1 DO CONHECIMENTO
Conheço do Agravo de Petição, eis que atende os requisitos de admissibilidade.

2.2 MÉRITO
É visto à fl. 833 dos autos que o Juízo da execução entendeu que "..Mesmo que se entenda que a questão posta não preclui por se tratar de incompetência absoluta e que pode ser suscitada de ofício pelo Juiz ou mesmo em qualquer grau

de jurisdição, não tem procedência o questionamento feito. A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, alterou redação do artigo 114 da Constituição Federal, estendendo a competência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, estando abrangida a competência para apreciar lides resultantes da prestação de serviços, de qualquer natureza, inclusive o trabalho autônomo prestado por profissionais liberais, não havendo que se discutir incompetência desta Especializada para apreciar o pedido da exordial."

O agravante em seus argumentos requereu em sede de tutela antecipada a decretação de suspensão do processo desde a protocolização da exceção de incompetência, especialmente ordenando a não liberação do valor bloqueado aos autores e, no mérito, requer a reforma da decisão para declarar a validade do pedido de reconhecimento da incompetência desta Especializada para julgar a presente demanda.

A presente questão trata da competência desta Justiça Especializada para apreciar e julgar a cobrança de honorários profissionais decorrentes de prestação de serviços de advocacia. Cumpre esclarecer primeiramente que a matéria não é de todo consenso, vez que a maioria não apenas da doutrina como da própria jurisprudência se encontra no limiar para conceder essa responsabilidade à Justiça Comum ou a Justiça Trabalhista.

Essa discussão ganhou maior suporte quando do advento da Emenda Constitucional n° 45, que ampliou sensivelmente a competência material desta Justiça Especializada, principalmente, no que concerne à redação do inciso I do artigo 114 da Carta Magna de 1988, a qual substituiu a expressão "...dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores..." para a atual redação que fala em "...ações oriundas da relação de trabalho...".

Diante dessa nova circunstância que vive a Justiça Trabalhista, busca-se solucionar os litígios visando não apenas a prestação do serviço subordinado, mas alcançando da mesma maneira o trabalho de caráter autônomo, sensivelmente, o que esteja em compatibilidade com a regras celetistas.

No que concerne aos serviços prestados pelo advogado, há de ser afastada qualquer hipótese de que se trata de relação de consumo, como muitos poderiam imaginar, haja vista que além de estar respaldado em legislação própria, lei 8.906/94, as obrigações e vantagens que lhe são impostas se afastam por completo na natureza da relação consumista.

Nesse sentido, tem entendimento o Superior Tribunal de Justiça, consoante o Processo nº 2003/00991158-3 MS, 5ª Turma. Ministro Relator Aldir Passarinho Junior, D J. 30/05/05.

Ademais, a própria jurisprudência trabalhista tem entendido pela competência desta Justiça Especializada para dirimir tais controvérsias, conforme se verifica nas decisões a seguir:

> "COBRANÇA de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Quanto todavia o profissional liberal atua como pessoa física, obrigando-se a prestar serviços a determinada pessoa física ou jurídica, em típico contrato de atividade, o litígio daí oriundo é da Justiça Laboral, eis que estamos diantes de uma relação de trabalho, em que figura, como prestador de serviços o profissional liberal, pessoa física, e como tomador de serviços, uma outra pessoa física ou jurídica. Os litígios daí oriundos serão de competência da Justiça do Trabalho, ou seja, tanto a ação de cobrança dos honorários contratados e não honrados pelo tomador de serviço como a ação de ressarcimento

de dano que o tomador de serviço tenha contra o prestador de serviços, que fugiu das especificações técnicas ajustadas." (Processo TRT 3ª Reg. RO nº 970/2005-043-03-00-0. Sexta Turma. Relatora Emília Facchini, acórdão publicado no DJ em 19/01/06).

Diante do que foi visto, não restam dúvidas quanto a competência desta Justiça Especializada para julgar as ações, como no presente caso, de cobrança de honorários advocatícios.

Aliás, a Egrégia Primeira Turma deste Regional, já assim se manifestou, conforme se verifica a seguir:

"I - COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COBRANÇA DE HONORÁRIOS PROFISSIONAIS. É da competência material da Justiça do Trabalho a cobrança de honorários profissionais, decorrentes da prestação de serviços de advocacia, pois inserido no conceito de relação de trabalho, mesmo se o processo onde se deu a prestação de serviços for de natureza cível e teve tramitação perante a Justiça Estadual." (Processo 1ª TRT/RO 1233-2006-021-08-00-2. Relator Francisco Sérgio Silva Rocha).

Ante o exposto, conheço do agravo de petição; no mérito, nego-lhe provimento para confirmar a r. decisão agravada, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO, PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO AGRAVADA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 02 de outubro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 4/10/2007). SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA - Desembargadora Federal do Trabalho Relatora.

****

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA - EFEITOS.

ACÓRDÃO TRT 8ª 3ª T./RO 00348-2007-012-08-00-8
RELATOR: Desembargador WALMIR OLIVEIRA DA COSTA

RECORRENTE: NEUTON COELHO DOS PASSOS
Dr. Francisco Lindolfo Coelho dos Santos

RECORRIDO: INSTITUTO OFIR LOIOLA
Dr. Fabricio Barbalho Anaissi

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA - EFEITOS. Considerando que o STF, na ADI 1.721-3, entendeu que a concessão de aposentadoria voluntária a empregado não implica, automaticamente, a extinção da relação empregatícia,

quando o empregado continua a trabalhar na empresa, do que decorre a unicidade do contrato de trabalho, força é convir que a norma do caput do art. 453 da CLT, não mais pode ser aplicada à situação descrita, sob pena de descumprimento ao comando exarado pelo STF na ADI 1.721-3. Recurso a que se dá provimento.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
2.1 CONHECIMENTO
Conheço do recurso ordinário do reclamante, por observar os pressupostos de admissibilidade.

***2.2 MÉRITO DO RECURSO* - APOSENTADORIA ESPONTÂNEA - EFEITOS**
O Juízo de Primeiro Grau, mediante sentença de folhas 49 a 53, julgou totalmente improcedente os pedidos de aviso prévio e de pagamento do adicional de 40% sobre os depósitos do FGTS de todo o período contratual, sob o fundamento de que a concessão da aposentadoria por tempo de serviço acarreta a extinção do contrato de trabalho, sob o seguinte fundamento:

Muito embora o e. STF, através de ADINS, tivesse suspendido a eficácia dos §§1º e 2º do art. 453 do Texto Consolidado, o caput deste dispositivo legal permaneceu intacto e em pleno vigor. Pela sua redação, mesmo enquanto os parágrafos já estavam suspensos, sempre entendi estar evidente que, no ordenamento jurídico trabalhista, a aposentadoria espontânea é causa de extinção do contrato de trabalho.

O reclamante, ora recorrente, sustenta que, mesmo após a sua aposentadoria, permaneceu trabalhando na reclamada, quando foi dispensado imotivadamente. Assim, sob o argumento de que a aposentadoria não extingue o contrato de trabalho, requer a condenação da empresa ao pagamento de aviso prévio e do adicional de 40% sobre a totalidade dos depósitos do FGTS. Nesse sentido, cita as ADI's 1770 e 1721 e transcreve arestos a favor de sua tese.

Razão lhe assiste.

O Tribunal Pleno do TST, na sessão de 03/10/2006, decidiu pelo cancelamento da Orientação Jurisprudencial nº 177 da SDI-1/TST, em razão da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.721-3-DF, no sentido de que a aposentadoria espontânea do empregado não é causa de extinção do contrato de trabalho, quando o trabalhador continua a prestar serviços ao mesmo empregador.

Anteriormente ao advento da Lei nº 8.213/91, regulava, a espécie, a norma do art. 453, caput, da CLT, segundo o qual, no tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, salvo se houver sido despedido por falta grave, recebido indenização legal ou se aposentado espontaneamente.

Interpretando-se o disposto no caput do art. 453 da CLT, mantive o entendimento de que a aposentadoria espontânea é causa de extinção do contrato de trabalho, ainda que o trabalhador continue prestando serviços à empresa, não sendo devidas diferenças relativas à multa de 40% do FGTS sobre o tempo de serviço posterior à jubilação nem diferenças relativas ao aviso prévio, já que neste caso formou-se novo contrato de trabalho, não sendo

possível a somatória deste com o contrato de trabalho anterior, a teor da Orientação Jurisprudencial n 177 da SBDI-1.

Ocorre, entretanto, que o Pleno do Supremo Tribunal Federal, na apreciação da Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.721-3 DISTRITO FEDERAL, relatada pelo Ministro Carlos Britto, no julgamento proferido em 11/10/2006, entendeu que a concessão de aposentadoria voluntária a empregado não implica, automaticamente, a extinção da relação empregatícia.

Entre outros fundamentos, a Suprema Corte consigna, em sua decisão, a premissa de que, uma vez concedida a aposentadoria voluntária, possa o trabalhador ser demitido. Mas acontece que, em tal circunstância, deverá o patrão arcar com todos os efeitos legais e patrimoniais que são próprios da extinção do contrato de trabalho sem justa motivação. Ao final, por maioria de votos, o STF decidiu pela procedência da ADI, para o fim de declarar inconstitucional o § 2º do art. 453 da CLT.

Em razão da decisão proferida pelo STF na citada ADI 1721-3, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, na sessão de 30/10/2006, decidiu pelo cancelamento da Orientação Jurisprudencial nº 177 da SDI-1, dando cumprimento à norma do art. 102, § 2º, da CF, segundo o qual as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública.

Fixadas tais premissas, não obstante a declaração de inconstitucionalidade na ADI 1.721-3 ter atingido especificamente o parágrafo segundo do art. 453 da CLT, forçoso reconhecer que o comando da decisão em causa atinge, sem dúvida, a própria norma inserida no caput desse dispositivo consolidado, espraiando sobre ela os seus efeitos, à semelhança do que se verifica no exercício da jurisdição constitucional, em processo objetivo, em que a Suprema Corte confere interpretação a texto de lei de conformidade com os ditames da Constituição da República, no caso, em razão da incidência dos artigos 7º, I, e 193, da CF, ou como espécie de declaração de inconstitucionalidade do art. 453, caput, sem redução de texto, quanto à matéria decidida em última instância.

Do contrário, haveria flagrante entrechoque ente a norma do art. 453, caput, da CLT, no que diz respeito à impossibilidade de somatória de contratos de trabalho de empregado aposentado espontaneamente (acessio temporis) e os fundamentos da decisão do STF na ADI no sentido de que, uma vez concedida a aposentadoria voluntária, possa o trabalhador ser demitido. Mas acontece que, em tal circunstância, deverá o patrão arcar com todos os efeitos legais e patrimoniais que são próprios da extinção do contrato de trabalho sem justa motivação.

Nessa linha de raciocínio, considerando que o STF, na ADI 1.721-3, entendeu que a concessão de aposentadoria voluntária a empregado não implica, automaticamente, a extinção da relação empregatícia, quando o empregado continua a trabalhar na empresa, do que decorre a unicidade do contrato de trabalho, força é convir que a norma do caput do art. 453 da CLT, não mais pode ser aplicada à situação descrita, sob pena de descumprimento ao comando exarado pelo STF na ADI 1.721-3, passível de reclamação constitucional.

Conclui-se, pois, que a regra normativa inserida no caput do artigo 453 da CLT, quanto ao denominado acessio temporis, continuará a ser aplicada na hipótese em que o empregado obtém aposentadoria voluntária e deixa o emprego e, posteriormente, é readmitido pelo mesmo empregador, o que não se observou no presente caso, já que não houve solução da continuidade do labor e sim unicidade contratual, como se infere pelas razões expostas na defesa (folha 41).

Desta forma, restando incontroverso nos autos o não pagamento das parcelas deduzidas na inicial e afastando o entendimento de que, no presente caso, a aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, já que o empregado continuou a trabalhar na empresa, configurando unicidade do contrato de trabalho, dou provimento ao recurso para condenar a reclamada ao pagamento do aviso prévio e do adicional de 40% sobre o FGTS de todo o período do contrato de trabalho, antes e após a aposentadoria espontânea do reclamante.

Do exposto, dou provimento ao recurso para condenar a reclamada ao pagamento do aviso prévio e do adicional de 40% sobre o FGTS de todo o período do contrato de trabalho, antes e após a aposentadoria espontânea do reclamante, conforme for apurado em liquidação, abatidos os valores do FGTS pagos a esse mesmo título.

3. CONCLUSÃO
ISTO POSTO
ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA, CONDENAR A RECLAMADA AO PAGAMENTO DO AVISO PRÉVIO E DO ADICIONAL DE 40% SOBRE O FGTS DE TODO O PERÍODO DO CONTRATO DE TRABALHO, ANTES E APÓS A APOSENTADORIA ESPONTÂNEA DO RECLAMANTE, CONFORME FOR APURADO EM LIQUIDAÇÃO, ABATIDOS OS VALORES DO FGTS PAGOS A ESSE MESMO TÍTULO, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 1º de outubro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 11/10/2007). WALMIR OLIVEIRA DA COSTA - Desembargador Relator.

****

COISA JULGADA.

ACÓRDÃO TRT 2ª T./AP 00407-2006-006-08-00-5
RELATOR: Desembargador LÚCIO VICENTE CASTIGLIONI

AGRAVANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
Dr. Alfredo Augusto Casanova Nelson Ribeiro e outros

AGRAVADOS: **CLÉCIO LIMA DOS SANTOS**
Dr. Paulo Flávio Marçal
e
W G ENGENHARIA LTDA.

COISA JULGADA. Existindo coisa julgada material, a teor dos arts. 467 e 468, do CPC, a matéria não pode ser reexaminada em agravo de petição, conforme preceituam os artigos 836, da CLT, e 471, do CPC.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2 FUNDAMENTAÇÃO
2.1 DO CONHECIMENTO
Conheço do agravo de petição por preencher os requisitos de admissibilidade. O juízo está garantido pelo depósito de fls. 26 dos autos.

2.2 DA IMEDIATA ANÁLISE DO MÉRITO.
2.2.1 DA INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO
A reclamada/executada diz que é perfeitamente cabível no processo a discussão a respeito da existência ou não de erro material que enseja o excesso na execução.
Alega que mesmo após o escoamento do prazo para a impugnação cabe a revisão dos cálculos, por meio dos embargos à execução, pois diz que há excesso na execução.
Argumenta que, combate erros materiais, aos quais não é aplicada a preclusão.

2.2.2 DOS CÁLCULOS ELABORADOS PELA VARA
Aduz que não sendo aplicável a preclusão ao presente caso, renova as impugnações aos cálculos da contadoria do juízo, verificando algumas inconsistências no que se refere à multa do art. 467 da CLT sobre 13° salário e férias, sobre aviso prévio, nas verbas rescisórias; e quanto aos cálculos previdenciários.
Finaliza afirmando que o erro nesses cálculos provoca o excesso na execução, elevando o *quantum debeatur,* que diz deve ser reduzido, já que há uma diferença de R$-2.050,26.
Requer, portanto, a reforma da r. decisão recorrida a fim de se determinar o refazimento dos cálculos, de acordo com as impugnações acima descritas.
Em suas contra-razões, o reclamante/agravado aduz que a sentença do processo de conhecimento acolheu os cálculos formulados na inicial, tendo o contador do Juízo efetuado apenas a atualização dos valores e o cálculo dos juros de mora e das obrigações de ordem pública (INSS e IRRF). Desse modo, diz que se os cálculos fornecidos com a petição apresentassem alguma impropriedade, deveria a reclamada tê-los impugnado no momento adequado, qual seja, a audiência de instrução e julgamento.
Registra que embora as reclamadas não tenham comparecido à audiência, a patrona da ora agravante estava presente e poderia ter se manifestado sobre os cálculos, posto que.a revelia torna incontroversa apenas a matéria de fato.
Analiso.
Acertadamente a sentença de embargos à execução decidiu rejeitar os embargos, sob o seguinte fundamento: *"... em face da preclusão da matéria argüida. Com efeito, à embargante foi dada a oportunidade de impugnar toda a conta de liquidação, já que a sentença de conhecimento foi prolatada de forma líquida, podendo a mesma ter se manifestado sobre a conta por meio de embargos de declaração ou mesmo recurso ordinário. Porém, ela deixou transcorrer in albis o seu prazo, havendo perdido o momento processual de tentar infirmar a liquidação, o que gerou a preclusão da matéria...".*
A reclamada-recorrente tomou ciência dessa decisão em audiência, dia 04.05.06, presente a patrona Dra. Vanessa Navarro Barros de Souza, que,

in casu, deveria ter provocado o Juízo através do remédio processual adequado haja vista o prazo recursal, esgotado em 25.05.06 (quinta-feira). Ademais, sabem os advogados que o direito não socorre os que dormem (*dormientibus non succurrit jus*), brocardo tão conhecido e de absoluta aplicação. Assim, sem as providências para a reforma de seu inconformismo, estabeleceu-se a preclusão do seu direito e, conseqüentemente, materializou-se a *res judicata*, nos termos do artigo 467 e 468 do CPC, sendo defeso à parte voltar a discutir os aspectos ali decididos em agravo de petição, conforme preceituam os artigos 836, da CLT, e 471, do CPC, a bem de proteger-se a estabilidade dos casos julgados, sob pena de afronta ao estabelecido no inciso XXXVI, art. 5º, da Constituição Federal de 1988.

Quadra ressaltar que, a possibilidade da coisa julgada ser desconstituída somente seria possível através de ação rescisória, nos termos dos arts. 485 e seguintes do CPC, conforme ensinamentos do Professor José Afonso da Silva:

> *"Tutela-se a estabilidade dos casos julgados, para que o titular do direito aí reconhecido tenha a certeza jurídica de que ele ingressou definitivamente no seu patrimônio. A coisa julgada é, em certo sentido, um ato jurídico perfeito; assim já estaria contemplada na proteção deste, mas o constituinte a destacou com um instituto de enorme relevância na teoria da segurança jurídica.*
>
> *A proteção constitucional da coisa julgada não impede, contudo, que a lei preordene regras para a sua rescisão mediante atividade jurisdicional. Dizendo que a lei não prejudicará a coisa julgada, quer-se tutelar esta contra atuação direta do legislador, contra ataque direto da lei. A lei não pode desfazer (rescindir ou anular ou tornar ineficaz) a coisa julgada. Mas poder prever licitamente, como o fez o art. 485 do Código de Processo Civil, sua rescindibilidade por meio de ação rescisória".* (*Curso de Direito Constitucional Positivo*, 20ª ed. Ed. Malheiros, 2001).

Logo, não há que se cogitar em reparo da r. decisão de fl. 36/37, para excluir dos cálculos elaborados pela Vara, ainda que tenha havido o excesso referente à multa do art. 467 da CLT sobre 13° salário e férias, sobre aviso prévio, nas verbas rescisórias e quanto aos cálculos previdenciários, porque a decisão exeqüenda assim determinou e o que está sendo cumprido é a *res judicata.*

Por tais fundamentos, mantenho a respeitável decisão agravada em todos os seus termos, com base nos arts. 467, 468, 471, 473 e 474, e, em especial, no inciso V e parágrafo 3º do art. 267 do CPC.

Agravo improvido.

Ante todo o exposto, conheço do agravo de petição, porém, nego-lhe provimento para manter a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO, POR ATENDER AOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE; SEM DIVERGÊNCIA, MANTER A R. SENTENÇA AGRAVADA, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 28 de fevereiro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 5/3/2007). LÚCIO VICENTE CASTIGLIONI - Desembargador Relator.

****

COMISSÃO ELEITORAL - USURPAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES.

ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00944-2006-014-08-00-0
RELATOR: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES

RECORRENTE: **CHAPA 2 - ALTERNATIVA DE LUTA PARA O SINTEPP (REPRESENTADA POR DIONÍSIO GONÇALVES DE OLIVEIRA)**
Dr. Carlos Botelho da Costa

RECORRIDO: **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARÁ - SINTEPP - COMISSÃO ELEITORAL**

COMISSÃO ELEITORAL - USURPAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES. Deve ser anulada decisão tomada por Comissão Eleitoral que, usurpando das atribuições da mesa apuradora, resolve desconsiderar os votos por esta contabilizados.

I. RELATÓRIO
OMISSIS.

II. FUNDAMENTAÇÃO
CONHECIMENTO
Conheço do recurso ordinário, porque atendidos todos os seus pressupostos de admissibilidade.

MÉRITO
A princípio, cumpre registrar que a ação a que alude a petição inicial de fls. 20/31 foi, equivocadamente, ajuizada, em 11.05.2006, perante à Justiça Comum, quando a CF, em seu art. 114, III, da CF, vigente desde a publicação da EC nº 45/2004 atribui à Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar as ações sobre representação sindical, pouco importando que o sindicato seja de empregados privados ou de servidores públicos.

De qualquer modo, na aludida demanda, em sede de tutela antecipatória, foi proferida a decisão de fls. 33/35, que determinou que o sindicato *"recebesse a relação de filiados da Subsede de Marabá e permitisse o direito de voto desses filiados"*. E nada mais. Em momento algum, tal decisão condicionou à apuração desses votos à prolação de decisão definitiva no feito, o que, aliás, viria de encontra à própria natureza da tutela antecipada, que significa, como sabido, antecipação do provimento de fundo. E de nada adiantaria coletar esses votos e não apurá-los, vez que a espera o trânsito em julgado da decisão definitiva, certamente, ultrapassaria o período de mandato dos dirigentes eleitos, tornando inócua a coleta dos votos.

Soa, mesmo, absurda a disposição de condicionar o direito de votos dos

eleitores de uma subsede a que esta tenha encaminhado, oportunamente, a relação dos filiados à Comissão Eleitoral. A subsede, obviamente, tem dirigentes que, com sua omissão, é certo, não pode prejudicar uma coletividade de associados do sindicato, portadores do sagrado direito de voto. Logo, bastante oportuna a tutela antecipatória concedida pelo Juízo Cível.

Até porque o edital da eleição admitia, em seu art. 16, Seção X, que o eleitor que não constasse da relação de votantes pudesse, no momento da votação, comprovar sua condição de filiado, colhendo-se seu voto em separado.

Pois bem, realizada a eleição suplementar em Marabá, por força de decisão judicial, a Comissão Eleitoral entendeu por bem que tais votos não deveriam ser, desde logo, apurados pela mesa receptora, mas sim encaminhados à Comissão Eleitoral que somente os apuraria após o julgamento do mérito da ação judicial movida no Juízo Cível.

Ora, o cumprimento de tal determinação da Comissão Eleitoral, na prática, implica o mesmo que não colher os votos em Marabá, vez que, como dito acima, em razão da demora conjuntural do julgamento dos processos pelo Judiciário, notadamente na Justiça Comum Estadual, quando proferida a decisão de mérito, o mandato dos dirigentes eleitos, há muito, já se teria expirado, tornando a contabilização dos votos inócua.

A impressão que fica é que a Comissão Eleitoral, por qualquer motivo, não quer ver contabilizados os votos de Marabá, o que, mais uma vez, vem de encontro ao direito de sufrágio dos eleitores dessa subsede. Notadamente quando se tem em conta que esses votos poderão influir na distribuição proporcional dos cargos de diretoria entre os integrantes das várias chapas concorrentes.

Por outro lado, a nova determinação da Comissão Eleitoral, ao se atribuir o direito de apurar os votos da eleição suplementar de Marabá, contrariou o disposto no § 2º do art. 25 do regimento da eleição, que comina o poder de apuração dos votos, nas subsedes, às próprias mesas coletoras. Assim, a atitude da Comissão Eleitoral, além de possuir conotações anti-democráticas, significou verdadeira usurpação da competência atribuída às mesas coletoras de votos.

Penso, assim, deva ser anulada a decisão tomada pela Comissão Eleitoral.

III. CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, conheço do recurso ordinário; no mérito, dou-lhe provimento para anular a decisão da Comissão Eleitoral que presidiu as eleições do sindicato reclamado, que resolveu não contabilizar os votos dos eleitores da rede municipal de Marabá, havendo tais votos de serem computados, de imediato, para todos os efeitos, inclusive para a distribuição de cargos na diretoria da entidade sindical de forma proporcional à votação de cada chapa concorrente; tudo conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDOS OS EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES REVISOR E GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO, DAR-LHE PROVIMENTO PARA ANULAR A DECISÃO DA COMISSÃO ELEITORAL QUE PRESIDIU AS ELEIÇÕES DO SINDICATO RECLAMADO, QUE RESOLVEU NÃO CONTABILIZAR OS VOTOS DOS ELEITORES DA REDE MUNICIPAL DE MARABÁ, HAVENDO TAIS VOTOS DE SEREM COMPUTADOS,

DE IMEDIATO, PARA TODOS OS EFEITOS, INCLUSIVE PARA A DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA DIRETORIA DA ENTIDADE SINDICAL DE FORMA PROPORCIONAL À VOTAÇÃO DE CADA CHAPA CONCORRENTE; INVERTIDO O ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA, CUSTAS PELO RECLAMADO NO VALOR MÍNIMO LEGAL (R$ 10,64); TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 06 de fevereiro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 8/2/2007). MÁRIO LEITE SOARES - Desembargador Relator.

****

CONTRATO DE COMODATO. PRAZO DE VIGÊNCIA

ACÓRDÃO TRT/ 2ª T./ AP 01357-2006-012-08-00-5
RELATORA: Desembargadora ODETE DE ALMEIDA ALVES

AGRAVANTE: **AMBEV COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS (FILIAL BELÉM)**
Advogado: Dr. José Rubens Barreiros de Leão

AGRAVADO: **JOAQUIM SOEIRO MATOS**

CONTRATO DE COMODATO. PRAZO DE VIGÊNCIA - O contrato de comodato, por sua própria natureza, não admite indeterminação de prazo, na medida em que se completa por simples empréstimo. Assim, se os bens permaneceram na posse da executada, sem qualquer documento que comprovasse a prorrogação do ajuste, a conclusão que se permite fazer é a de que passaram a integrar o patrimônio dela, através de doação, ou outro negócio jurídico.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1. CONHECIMENTO
Conheço do agravo de petição, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.

2.2. MÉRITO
A terceira embargante mostra sua inconformação com a respeitável sentença de embargos de terceiro, que deu procedência parcial à ação de embargos, liberando a penhora sobre os bens constantes nos itens 1 e 3 do auto de penhora do processo principal (fls. 253), em face de contrato de comodato em plena vigência, e manteve a validade da penhora incidente sobre os demais bens, eis que não provada a propriedade, eis que os bens estavam na posse da executada do processo principal, tratando-se de móveis, cuja propriedade pode ser transferida por simples tradição.

A respeitável sentença concluiu que, em se tratando de bens móveis, a propriedade se transfere por simples tradição e, em conseqüência, estando os

bens penhorados no endereço da executada, a presunção legal é a de que integram o patrimônio da devedora. Ademais, não foi provada a propriedade sobre os bens que deram ensejo ao agravo, pois não houve renovação de contrato em relação àqueles.

Apesar de perfeito o entendimento, eis que os bens móveis se transmitem por simples tradição, incumbe analisar a prova documental e as conseqüências jurídicas do negócio, na medida em que o comodato também se perfaz com a tradição do objeto, nos termos do artigo 579 do Código Civil em vigor. Por outro lado, em se tratando de simples presunção, importa verificar se os documentos constantes dos autos evidenciam certezas, de modo a afastar aspectos presuntivos.

Constam dos autos cinco contratos de comodato, todos celebrados com a empresa Autoposto Nogueira Ltda., executada nos autos do processo principal, nos seguintes termos:

	Objeto	Data da Celebração	Vencimento	Nota Fiscal / Comodato	Fls.
1º	Refrigerador Ant. Duplo P Cegaun	02/12/2005	14/11/2006	53584	48
2º	Refrigerador Ant. Duplo P Cegaun	27/08/2005	28/02/2006	927047	50
3º	Pingüim Duplo	07/12/2001	06/12/2002	038391	52
4º	Refrigerador Norm Oasis PV Vun	29/11/2003	24/11/2004	718243	54
5º	Pingüim Super	14/11/2003	1º/10/2003	697264	56

Todos os instrumentos estão acompanhados de nota fiscal, significando a prova da propriedade destes. Então, diz a agravante que o fato de estarem os contratos vencidos não impede o reconhecimento da sua propriedade, haja vista "que após a data do vencimento se converteram em contratos com prazo indeterminado para o seu término".

Ocorre que a indeterminação de prazo não é própria do contrato de comodato, por sua natureza jurídica.

Estabelece o artigo 592 do Código Civil:

> "Não se tendo convencionado expressamente, o prazo do mútuo será:
> I - até a próxima colheita, se o mútuo for de produtos agrícolas, assim para o consumo, como para semeadura;
> II - de trinta dias, pelo menos, se for de dinheiro;
> III - do espaço de tempo que declarar o mutuante, se for de qualquer outra coisa fungível."

Ora, os termos dos instrumentos de mútuo definem o prazo de duração do comodato e nem ao menos fazem referência a supostas cláusulas de prorrogação, que não podem ser aceitas, de maneira alguma, na modalidade tácita.

Assim, considerando a natureza do contrato, que não admite indeterminação de prazo, na medida em que se completa por simples empréstimo dos bens, a conclusão a que se pode chegar é a de que ocorreu doação ou, por outra forma, os bens passaram a integrar o patrimônio da comodatária, eis que a propriedade de bens móveis se transmite com a simples tradição.

Definindo comodato, De Plácido Silva, no Vocabulário Jurídico, assim expressa:

> "Derivado do latim *commodatum*, que quer dizer empréstimo,

designa o contrato a título gratuito, em virtude do qual uma das partes cede por empréstimo a outra determinada coisa, para que a use pelo tempo e nas condições estabelecidas."

Comentando a respeito do prazo, leciona Maria Helena Diniz, em seu "Código Civil Comentado", que "o mútuo é concluído por prazo certo; se fosse perpétuo, ter-se-ia a doação".

Desse modo, não se justificam as razões da agravante, devendo ser mantida a decisão agravada.

Ante o exposto, conheço do agravo de petição; no mérito, nego-lhe provimento, para manter a respeitável sentença recorrida, em todos os seus termos. Tudo conforme a fundamentação. Custas pela agravante, de R$44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos), nos termos do artigo 789-A, IV, da CLT.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO, PARA MANTER A RESPEITÁVEL DECISÃO AGRAVADA, EM TODOS OS SEUS TERMOS. TUDO CONSOANTE FUNDAMENTOS. COMINAM-SE CUSTAS À AGRAVANTE, NO MONTANTE DE R$44,26 (QUARENTA E QUATRO REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS), NOS TERMOS DO ARTIGO 789-A, INCISO IV, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 27 de junho de 2007. (Publicado no DOJT8 em 29/6/2007). ODETE DE ALMEIDA ALVES - Desembargadora Relatora.

****

CONTRATO DE EMPREGO. CULTO RELIGIOSO. MINISTÉRIO. PASTOR EVANGÉLICO.

PROCESSO TRT RO 01011-2006-013-08-00-3
RELATOR: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR

RECORRENTES: IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
Doutor Almyr Carlos de Morais Favacho e outros

RAYDON AZEVEDO DA GAMA
Doutor Cláudio Monteiro Gonçalves

RECORRIDOS: OS MESMOS

CONTRATO DE EMPREGO. CULTO RELIGIOSO. MINISTÉRIO. PASTOR EVANGÉLICO. Não é empregado o pastor evangélico que exerceu ministério de culto religioso recebendo prebendas e outros direitos

assegurados pela igreja reclamada no interesse desse ministério (habitação, transporte individual e plano de saúde), sendo inaceitável alegação de eventual torpeza mútua em favor de quem também lhe deu causa.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS
2.1 QUESTÃO PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO

O reclamante, em contra-razões, suscita questão preliminar de não conhecimento do recurso ordinário da reclamada por deserção (folha 320).

A reclamada foi condenada ao pagamento do valor de R$-2.263,97 (dois mil duzentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos), valor este a ser considerado para fins de depósito recursal (inciso II, alínea *a* da Instrução Normativa Nº 3, de 5 de março de 1993, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho), o que não foi observado pela reclamada ao depositar valor inferior de R$-2.059,20 (dois mil e cinqüenta e nove reais e vinte centavos) (folhas 294), que corresponde ao valor da condenação sem correção monetária e os juros de mora conforme se constata nos cálculos de liquidação (folha 264).

Assim, embora tempestivo (folha 323) e subscrito por advogado habilitado (folha 79), não se pode conhecer do recurso ordinário da reclamada por deserção.

2.2 CONHECIMENTO DO RECURSO DO RECLAMANTE

Conhece-se do recurso ordinário do reclamante porque adequado, tempestivo, subscrito por advogado habilitado (folha 43), não havendo necessidade da realização do depósito recursal e nem do pagamento das custas processuais.

2.3 QUESTÃO PREJUDICIAL
2.3.1 EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE EMPREGO

Inconformado com a sentença que não reconheceu a existência de contrato de emprego com a reclamada, alega estariam provados os requisitos da onerosidade e da subordinação, pedindo a reforma da sentença (folhas 298-308).

Diz que manteve trabalho remunerado com a reclamada por 20 (vinte) anos e que existia *toda uma hierarquia funcional, constituída de pastores com cargo de titular, auxiliar e regional, bem como a de um Bispo Estadual, todos regularmente remunerados por critérios bem definidos pela Ré,* aduzindo ainda que receberia outros benefícios, como moradia, transporte - veículo para deslocamento - e plano de saúde, conforme provariam os depoimentos e testemunhos (folha 303).

Alega que a reclamada atuaria como um empreendedor, equiparável a empregador, exigindo *metas financeiras a serem alcançadas, sob pena de não o fazendo serem submetidos a penas disciplinares* (....) *o que importa na presença da subordinação jurídica própria de uma relação empregatícia* (sic, folha 305), aduzindo ainda que receberia comissões sobre as vendas de livros religiosos, jornais, CDs, como provariam os depoimentos e testemunhos (folhas 306-307).

Conclui alegando que as atividades desenvolvidas na reclamada não se limitavam as de natureza eclesiástica, alcançando o contexto de uma típica relação de emprego, e *se o ingresso do reclamante na recorrida deu-se por necessidades religiosas, espirituais, o desvirtuamento desse sentimento operou-se pela própria necessidade da reclamada, de seu caráter empreendedor, pelas atividades operacionalizadas em busca de recursos que a sustente como tal* (sic, folha 307).

A reclamada, ao discorrer longamente sobre liberdade religiosa (folhas 98-105), diz inexistir contrato de emprego entre o sacerdote - pastor evangélico - e a igreja, apontado o trabalho como religioso (folhas 105-106).

Diz que o reclamante teria sido membro da igreja reclamada desde março de 1983, passando a desempenhar as atividades de obreiro por 1 (um) ano e 6 (seis) meses, auxiliando os cultos religiosos a título de trabalho voluntário, sem qualquer remuneração, que teria o reclamante sido consagrado pastor evangélico no ano de 1985 com o objetivo de dedicar-se à vida religiosa, quando passou a celebrar cultos, batismos, casamentos, visitas em asilos, hospitais e demais trabalhos correlatos (folha 107), acrescentando que após demonstrar desinteresse pelas atividades eclesiásticas que desempenhava, deixara a igreja por vontade própria em 27 de março de 2006 (folha 108).

Nega que tenha havido fim econômico, subordinação jurídica, pagamento de salário e pessoalidade na relação havida entre as partes (folhas 107-117), aduzindo que o ônus de provar a relação de emprego seria do reclamante (folha 117), citando jurisprudência (folhas 118-128).

Posta assim a matéria em debate, o primeiro aspecto a ser enfrentado diz respeito ao ônus da prova, o que remete para a necessidade de perquirir se o art. 333 do Código de Processo Civil tem aplicação subsidiária no processo trabalhista.

Preambularmente, deve ser recusada a aplicação subsidiária do artigo 333 do Código de Processo Civil, pois a existência de regra processual trabalhista específica, tal seja o artigo 818 consolidado, impede a aplicação subsidiária da legislação processual civil.

Reconhece-se que, usualmente, esse versículo da lei adjetiva civil tem sido aplicado de forma conjugada ao artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive no âmbito desta Egrégia Turma, sem maiores impugnações. Entretanto, fazendo uma reflexão mais ampla sobre o tema, este Relator terminou por acolher o magistério de Teixeira Filho[1] para quem:

> *o art. 818, da CLT, desde que o intérprete saiba captar, com fidelidade, o seu verdadeiro conteúdo ontológico, deve ser o único dispositivo legal a ser invocado para resolver os problemas relacionados ao ônus da prova no processo do trabalho, vedando-se, desta forma, qualquer invocação supletiva do art. 333, do CPC, seja porque a CLT não é omissa, no particular, seja porque há manifesta incompatibilidade com o processo do trabalho.*

E assim deve ser buscada e seguida a orientação, para fins de distribuição da carga da prova, exclusivamente no artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho que, ainda conforme a lição de Teixeira Filho[2]:

> *estabelece o critério objetivo e específico para a partição da carga da prova entre os litigantes e diz apenas (e é o quanto basta) que o ônus incumbirá à parte que formular alegações, sem distinguir entre serem positivas ou negativas tais alegações. Basta que se alegue - prossegue a lição - e aí estará o ônus, pouco importando de quem tenha sido a iniciativa. (...) Deste modo, sempre que o empregador expender uma alegação oposta à do empregado e capaz de eliminá-la (donde resulta o seu caráter substitutivo, em*

---

[1] Ver TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **A Prova no Processo do Trabalho**. 5ª edição revista e ampliada. São Paulo: LTr, 1989. p. 83.
[2] TEIXEIRA FILHO, op. cit. p. 88-89.

relação àquela), sobre ele recairá o ônus de demonstrar ser verdadeira, ainda que se trate de negativa; não se desincumbindo, satisfatoriamente, desse encargo probatório, presumir-se-á autêntica a que foi formulada pelo empregado, na medida em que a objeção que se lhe fez restou ineficaz para elidi-la.

Não se trata, pois, de inverter o ônus da prova, mas de atribuir a cada um o que é seu (*suum cuique tribuere*), conforme a antiga máxima de Ulpiano e o disposto no artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A propósito, alargando o alcance desse dispositivo consolidado e, nesse ponto, avançando mais ainda no que tem sido sempre sustentado por este Relator acerca desse tema, afirma-se a necessidade de atualizar o conteúdo ideológico dessa norma, aproximando-o do que há de mais atual nessa matéria, qual seja o Código de Defesa do Consumidor[3].

A realidade social e econômica do país e as desigualdades por todos conhecida - atualmente expressa em indicadores reputados e acatados internacionalmente, como o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da Organização das Nações Unidas - ONU - exige do juiz percepção fina e sensibilidade máxima para tal problema, daí resultando inaceitáveis as tentativas de restringir o alcance do princípio protetor[4], que também incide no direito processual do trabalho. Nas relações entre fornecedores e consumidores, estes são protegidos pelo Estado porque sua hipossuficiência presumida, decorrente de relação econômica que lhe é necessariamente desfavorável, sob as regras do jogo no modo de produção e da sociedade atual. O mesmo ocorre com os trabalhadores em face dos empresários, sendo a hipossuficiência daqueles também presumida, segundo as regras ordinárias de experiência[5] - experiência resultante do conhecimento dessa realidade social e econômica - o que atrai idêntica proteção do Estado. Da ação do Estado - Estado-juiz, neste caso é resultar o reequilíbrio nas relações de forças existentes entre os contendores e o cumprimento de um dos objetivos fundamentais da República, qual seja a redução das desigualdades sociais (art. 3º, III, da Constituição da República).

Também nesse mesmo sentido, tem-se firmado a doutrina moderna, como a do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que propõe a aplicação do Código de Defesa do Consumidor no direito processual do trabalho[6].

Esses fundamentos, sustentados ao longo dos anos por este Relator, vem sendo gradualmente acolhidos pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, de que é exemplo a Súmula nº 338.

Neste caso concreto, tendo o reclamante alegado que manteve relação de emprego - *PASTOR* (sic, caixa alta no original, folha 3) - com a reclamada e tendo esta aduzido a inexistência dos elementos caracterizadores da relação de emprego

---

[3] Art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Art. 6º. São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regas ordinárias de experiências.

[4] RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. 3ª edição. São Paulo: LTr, 2000.

[5] Art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

[6] PAULA, Carlos Alberto Reis de. **A Especificidade do Ônus da Prova no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2000. p. 88-89.

com aquele, apontando o trabalho como religioso, é mesmo sobre a reclamada-recorrida que recaiu o ônus de demonstrar ser verdadeira essa alegação substitutiva (art. 818 consolidado).

Inicialmente é necessário afirmar que a ausência de qualquer dos requisitos da relação de emprego - pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação - é suficiente para descaracterizá-la na forma do art. 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Incontroversa a percepção de valores pelo trabalho realizado, como provam os documentos juntados (folhas 46-54), porém se faz necessário examinar qual o ânimo do trabalho, se visou à pregação da fé em benefício do próximo segundo os ensinamentos religiosos, o que afastaria a relação de emprego, ou se tinha o objetivo de auferir salário em face do trabalho efetuado. Não é suficiente para o reconhecimento do contrato de emprego que o trabalho seja remunerado, necessário que se tenha a intenção de auferir salário - caráter subjetivo da onerosidade.

E se é o próprio reclamante que afirma e pretende ver reconhecido o emprego como pastor evangélico[7] - e não vendedor de livros, discos compactos e jornais - fica evidente, porque confessado na petição inicial, a inviabilidade do reconhecimento do contrato de emprego, sendo essa matéria bastante conhecida e com jurisprudência superior já abundante e desfavorável ao recorrente.

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO - PASTOR EVANGÉLICO - RELAÇÃO DE EMPREGO - NÃO CONFIGURAÇÃO - REEXAME DE PROVA VEDADO PELA SÚMULA Nº 126 DO TST. O vínculo que une o pastor à sua igreja é de natureza religiosa e vocacional, relacionado a resposta a uma chamada interior e não ao intuito de percepção de remuneração terrena. A subordinação existente é de índole eclesiástica, e não empregatícia, e a retribuição percebida diz respeito exclusivamente ao necessário para a manutenção do religioso. Apenas no caso de desvirtuamento da própria instituição religiosa, buscando lucrar com a palavra de Deus, é que se poderia enquadrar a igreja evangélica como empresa e o pastor como empregado. No entanto, somente mediante o reexame da prova poder-se-ia concluir nesse sentido, o que não se admite em recurso de revista, a teor da Súmula nº 126 do TST, pois as premissas fáticas assentadas pelo TRT foram de que o Reclamante ingressou na Reclamada apenas visando a ganhar almas para Deus e não se discutiu a natureza espiritual ou mercantil da Reclamada. Agravo desprovido.*[8]

De todo modo, e para que não se alegue negativa de prestação jurisdicional, prossegue-se no exame da matéria, com vistas a sua exaustão.

A reclamada desincumbiu-se do ônus da prova pelos testemunhos que produziu, persuasivos da inexistência de fim econômico no trabalho de pastor e até mesmo o não pagamento de comissões pelas vendas realizadas (folhas 252-253).

O reclamante confessou que ingressou como membro da igreja para trabalho

---

[7] Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Código 2631 - Ministros de culto, missionários, teólogos e profissionais assemelhados. Fonte: http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?código 2631

[8] Brasil. Tribunal Superior do Trabalho. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, 4ª Turma, Proc. nº 3652-2002-900-05-00. Agravante: Roberto Toscano de Souza; Agravada Igreja Universal do Reino de Deus. Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, publicado em 09.05.2003.

de evangelização, sem visar a percepção de salário (folha 247), e o alegado desvirtuamento desse atributo não foi provado, pois o primeiro testemunho produzido por ele (folha 250) afirmou que as comissões eram recebidas e investidas - pela testemunha e pelo reclamante - na própria igreja, que comprava roupas e alimentos e confeccionavam os envelopes da campanha. A segunda e a terceira testemunhas não trabalharam com o reclamante e nada podem provar em relação a ele (folhas 249-251). Trata-se, por evidentíssimo, da incidência no caso concreto de conhecido preceito da própria religião, conforme o qual *quem prega o Evangelho tem o direito de viver do Evangelho*[9], pouco importando se esse preceito vinha sendo praticado pelas partes em conformidade ou não com o espírito e a ética derivada da própria religião a que pertenceu o reclamante, porque não cabe a uma justiça estatal e laica julgar conforme leis religiosas, por mais relevantes e importantes que sejam ou tenham sido elas. Se for certo, como alega o recorrente, ter a igreja reclamada caráter empreendedor (folhas 302-307) e nisso ele agora vê torpeza, será torpeza para a qual terá ele contribuído por longos vinte anos e não pode agora alegar em seu favor se a ela também deu causa, conforme elementar preceito de direito laico, aplicável ao caso assim submetido ao Estado-juiz.

As regras de proteção legal e jurídica que gozam os ministros de confissão religiosa à luz da lei estatal - e não leis religiosas - foram corretamente atendidas neste caso concreto, seja pelo recolhimento de tributos sobre as prebendas pagas (folhas 46-54), seja pela condenação da reclamada aos valores que ficou devendo a esse título (folhas 256-263). Os direitos laicos que tinha e foram aqui deduzidos foram deferidos na sentença, neles não se incluindo, porque indevidos, os derivados da incidência dos artigos 2º e 3º consolidados.

Em suma, não é empregado o pastor evangélico que exerceu ministério de culto religioso recebendo prebendas e outros direitos assegurados pela igreja reclamada no interesse desse ministério (habitação, transporte individual e plano de saúde), sendo inaceitável alegação de eventual torpeza mútua em favor de quem também lhe deu causa.

Por tais fundamentos rejeita-se a questão prejudicial de existência de contrato de emprego.

*2.*4 MÉRITO

2.4.1 MULTA

Não se conforma com a condenação em multa por embargos protelatórios, aduzindo que teria pretendido apenas prequestionar as questões controvertidas, para que fossem examinadas de acordo com a lei, negando que tivesse a intenção de procrastinar a tramitação do processo, alegando ainda que a multa aplicada seria excessivamente onerosa, ônus que o reclamante não poderia ter porque prejudicial ao seu sustento e incompatível com os benefícios da justiça gratuita que teria recebido (folhas 300-301), pedindo a isenção do pagamento da multa (folha 301).

Os argumentos que veiculou nos embargos declaratórios acerca da existência do contrato de emprego (folhas 270-272) constituem matéria típica de recurso ordinário, não havendo *necessidade do prequestionamento da matéria* (folha 272). O reexame das provas e de sua valoração é matéria típica e própria do recurso ordinário, não se prestando os embargos declaratórios para repor o debate acerca desses aspectos.

---

[9] Primeira Espístola de Paulo aos Coríntios (1Cor 9,1-5).

Com a ardilosa interposição de embargos declaratórios manifestamente procrastinatórios o reclamante conseguiu retardar a tramitação do processo de 28 de março de 2007 (folha 267) a 14 de maio de 2007 (folha 298), conseguindo assim ter tempo adicional para preparar o presente recurso ordinário, baixa prática forense que não pode ser chancelada.

O juízo não está obrigado a fazer da fundamentação uma resposta simétrica aos argumentos das partes, e por isso, em caso como o destes autos, é mesmo de ser aplicada a multa prevista para o uso de embargos com fins manifestamente protelatórios, o que há de ser feito também com finalidade pedagógica, na esperança de que encontre o ilustre advogado do reclamante recorrente uma outra solução para as dificuldades que parece enfrentar no tocante aos prazos recursais.

Nega-se provimento.

2.5 PREQUESTIONAMENTO

Recusa-se, por todo o exposto, toda a argumentação recursal do reclamante-recorrente (folhas 298-308) e acolhe-se parcialmente a das contra-razões ao recurso da reclamada (folha 319-322), deixando expressamente prequestionado tudo o que nelas se contém. Afirma-se, desde já, que este Acórdão não viola os artigos 5º da constituição da República, 2º, 3º, 9º, 769, 818 da Consolidação das Leis do Trabalho, deixando-os, de todo modo, prequestionados, com o declarado e deliberado intuito de prevenir e, quiçá, evitar embargos declaratórios.

Ante todo o exposto e em conclusão, acolhe-se a questão preliminar suscitada em contraminuta pelo reclamante e não se conhece do recurso ordinário da reclamada, conhece-se do recurso ordinário do reclamante e rejeita-se a questão prejudicial de existência de contrato de emprego; no mérito, nega-se provimento ao recurso ordinário do reclamante, mantendo integralmente a sentença recorrida, inclusive quanto às custas processuais, tudo conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM ACOLHER A QUESTÃO PRELIMINAR E NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA E EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE; AINDA, À UNANIMIDADE, EM REJEITAR A QUESTÃO PREJUDICIAL DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE EMPREGO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, MANTENDO INTEGRALMENTE A SENTENÇA RECORRIDA, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 24 de setembro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 28/9/2007). JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, Relator.

****

DANO MORAL - AGRESSÃO FÍSICA PRATICADA POR COLEGA DE TRABALHO QUE CAUSOU PERDA VISUAL AO RECLAMANTE - RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0966-2006-205-08-00-5
RELATOR: Desembargador WALMIR OLIVEIRA DA COSTA

RECORRENTE: **ESTACON ENGENHARIA LTDA**
Dr. João Daibes de Campos Junior

RECORRIDO: **OSVALDINO MIRANDA DA SILVA**
Dr. Márcio Valério Picanço Rego

DANO MORAL - AGRESSÃO FÍSICA PRATICADA POR COLEGA DE TRABALHO QUE CAUSOU PERDA VISUAL AO RECLAMANTE - RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR - Nos termos do que dispõe o art. 932, III, do Código Civil, o empregador responde pelos atos de seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele. No caso concreto, à empresa reclamada cabe o ônus de indenizar ao reclamante o prejuízo de natureza imaterial decorrente de injusta agressão física praticada por colega de trabalho durante a execução do contrato de trabalho, que lhe acarretou perda visual do olho esquerdo, fato cabalmente demonstrado nos autos por prova oral e pericial. Recurso ordinário a que se nega provimento, nesse particular.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
2.1. CONHECIMENTO
Conheço do recurso ordinário interposto, pois adequado, tempestivo, subscrito por advogado habilitado nos autos (fl. 49), e regular quanto ao preparo (fls. 302 e 303).

2.2. MÉRITO
2.2.1. JUSTA CAUSA
Alega a recorrente que fez a prova de que o reclamante e um colega de trabalho entraram em briga corporal, o que entende ser motivo de justa causa, a teor do disposto nas alíneas “h” e “j” do art. 482 da CLT.
Acrescenta que o recorrido já havia sido advertido anteriormente, em razão de abandono do posto de serviço.
Analiso.
O autor afirma na inicial que foi agredido por um colega de trabalho, o qual não queria lhe passar o plantão, visando a realização de horas extras, o que resultou em sua cegueira, decorrente de uma “cadeirada” em seu rosto.
Às fls. 30 consta o auto de prisão em flagrante n. 425/2005, contra o Sr.

Admilson Marques do Vale, sob o relato de que o acusado teria deferido uma cadeirada no rosto do Sr. Osvaldino Miranda da Silva, ora reclamante, à época com 61 anos de idade.

Em depoimento, o autor, confirma os fatos narrados na inicial e informa haver uma testemunha da ocorrência, Sra. Angelina Jaques Damasceno, a qual, em depoimento, às fls. 215/216, confirma a agressão nos termos ditos pelo autor, ressaltando, inclusive, que a agressão não foi de iniciativa do reclamante.

Não prospera a tese da reclamada de que o depoimento da testemunha é inservível como prova. O fato de testemunha do autor ter informado que a data do ocorrido fora em 16.11.2005, o que contraria a informação do autor, e que a vítima estaria, antes do início da agressão, se preparando para iniciar o serviço, e não para sair do local, não permite desconsiderar o depoimento, visto que a testemunha diz que a briga ocorreu em um domingo, somente errando a data, além de ser passível de dúvida o ato de manusear roupas, ato este que não interfere na prova da agressão, até por que foi neste momento que o agressor partiu para agredir a vítima.

Sabe-se que a prova do motivo ensejador da justa causa deve ser cabal, sob pena de imputação ilícita de punição ao empregado, causando-lhe prejuízo passível de ressarcimento, não somente material como moral.

Do exposto, observa-se que o reclamante consegue fazer prova da ausência de culpa pessoal no fato narrado, considerando a prova testemunhal e documental juntadas aos autos.

Ademais, a punição anteriormente aplicada ao autor refere-se a fato diverso do qual ensejou a justa causa, conforme documento à fl. 78, não servindo para caracterizar reincidência em prática ilícita no trabalho.

Mantenho, assim, a r. sentença que afastou a dispensa por justa causa e, em conseqüência, condenou a reclamada ao pagamento das parcelas relativas à demissão imotivada.

2.2.2. ACIDENTE DE TRABALHO - DESCONFIGURAÇÃO

Aduz a recorrente que não resta configurado o acidente de trabalho, visto que, no momento da luta corporal, o reclamante não se encontrava em serviço.

Não tem razão.

Às fls. 256 consta a Comunicação de Acidente de Trabalho, o que faz presumir a ocorrência de situação capaz de se configurar como acidente de trabalho.

Ademais, o reclamante recebeu auxílio-acidente, conforme informações prestadas pelo INSS às fls. 241/259, bem como é incontroverso que ele estava nas dependências da empresa quando ocorreu a agressão, incluído na escala respectiva.

Nada a reformar.

2.2.3. DANO MORAL - AGRESSÃO FÍSICA PRATICADA POR COLEGA DE TRABALHO QUE CAUSOU PERDA VISUAL AO RECLAMANTE - RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR

Sustenta a recorrente que, no presente caso, não houve a prática de ato culposo ou doloso por parte da empresa, não podendo ser responsabilizada pela briga ocorrida entre o autor e outro empregado, pois a luta corporal foi um ato isolado, que não depende de sua fiscalização.

Não lhe assiste razão.

O art. 21, inciso II, "b", da Lei 8.213/1991 dispõe que se equiparam ao

acidente de trabalho a ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.

Cabe registrar que, pela teoria da responsabilidade civil extracontratual (subjetiva), abraçada pela legislação civil (Código Civil de 2002, art. 186), em caso de dano moral trabalhista, só haverá responsabilidade do ofensor quando a vítima fizer prova dos seguintes elementos: a) o dano suportado pelo empregado; a culpa (sentido amplo) do empregador; e c) o nexo causal entre o evento danoso e o ato culposo ou doloso do agente ativo da ilicitude.

No caso dos autos, restou devidamente comprovado o ato ilícito que resultou em dano moral ao reclamante, considerando que é incontroverso que houve a lesão em seu olho esquerdo, de forma a danificar sua visão, conforme laudos expedidos pelo INSS, e que referida lesão decorreu de agressão injusta de colega de trabalho.

Passamos, então, à análise da existência de culpa da empregadora e o respectivo nexo causal.

O dano moral decorrente da relação trabalhista ocorre não somente entre empregado e empregador, mas também entre colegas de trabalho, desde que haja o nexo de causalidade, entre a conduta ilícita e o resultado, em atentado aos atributos valorativos do trabalhador, na espécie, em razão do ato ilícito praticado por empregado da empresa e nas dependências desta, no horário de trabalho.

Nesse caso, levando-se em consideração a teoria da culpa *in eligendo* e/ou *in vigilando*, a responsabilidade pelo pagamento da indenização, poderá ficar a cargo do empregador.

Menciono, analogicamente, o caso do assédio moral ou sexual, quando o assédio é praticado por um colega de trabalho, de hierarquia superior, mas advinda da relação trabalhista, o que enseja o direito da vítima vir a reclamar junto à Justiça do Trabalho contra a empregadora.

Nos termos do que dispõe o art. 932, III, do Código Civil, o empregador responde pelos atos de seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

No caso contrato, à empresa reclamada cabe o ônus de indenizar ao reclamante o prejuízo de natureza imaterial decorrente de injusta agressão física praticada por colega de trabalho durante a execução do contrato de trabalho, que lhe acarretou perda visual do olho esquerdo, fato cabalmente demonstrado nos autos por prova oral e pericial.

Assim, os argumentos da recorrente não prosperam, sendo certo que suas razões recursais não negam a existência de dano moral, mas somente tenta excluir sua culpa.

Quanto ao pleito da recorrente de redução do montante da indenização fixada na sentença, caso mantida a condenação, sob o argumento de que o valor de R$50.000,00 é desproporcional ao evento, atentando contra o princípio da razoabilidade, tem razão a recorrente.

Merece reparo a r. sentença no que toca à fixação do dano moral no valor de R$ 50.000,00, conforme postulado na petição inicial, cujo montante considero exagerado, *data venia*, tendo em vista as circunstâncias do caso concreto.

Consoante manifestei-me em obras jurídicas já publicadas sobre o tema em discussão, *a reparação por danos morais reveste-se de dupla função: reparatória e punitiva. A primeira, tem como finalidade oferecer compensação ao lesado e, assim, atenuar o seu sofrimento, recaindo em montante razoável do patrimônio do ofensor, de tal modo que ele não persista na conduta ilícita. A função punitiva consiste em aplicar uma sanção ao lesante, visando a coibir ou inibir atentados ou investidas contra direitos personalíssimos de outrem, razão de funcionar como*

penalidade de natureza pedagógica. Serve de advertência para que o ofensor não reincida na prática de atos lesivos à personalidade alheia e de exemplo à sociedade que, em suas relações, deve pautar-se por conduta ética e de respeito mútuo no campo das relações jurídica e sociais.[1]

Em outra passagem, também considero complexa e difícil a operação judicial de mensuração ou fixação, em pecúnia, do montante devido pelo lesante à vítima a título de compensação por dano moral, à falta de parâmetros objetivos na legislação de regência.

De tal sorte que, na espécie, utilizando o critério do arbitramento judicial (prudencial) para fixar o montante ressarcitório do dano moral causado ao reclamante, o qual tenho adotado em tais situações, levando em conta, ainda, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e as circunstâncias do caso, reputo adequado fixar o montante da condenação por dano moral em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), aplicando o disposto no art. 944, parágrafo único, do Código Civil, por entender que houve excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, razão pela qual dou provimento parcial ao recurso para reformar a r. sentença, nesse ponto.

2.2.4. MULTAS DO ART. 477 E 467 DA CLT, SEGURO-DESEMPREGO E FÉRIAS SIMPLES 2004/2005

Requer a recorrente a exclusão da condenação das parcelas de multas do art. 477 e 467 da CLT, seguro desemprego e férias simples 2004/2005.

Sem razão.

As multas dos artigos 477 e 467 da CLT são devidas, pois a reclamada não pagou todas as verbas rescisórias no prazo de dez dias determinado na lei.

O seguro desemprego é devido na dispensa sem justa causa, sendo irrelevante o fato de o empregado ter sido dispensado, sem justa causa, após retornar do gozo de benefício acidentário, fato incontroverso nos presentes autos.

Quanto às férias simples 2004/2005, a reclamada não fez prova do respectivo gozo do empregado. O aviso de férias à fl. 74 refere-se ao período aquisitivo de 2003/2004, com gozo no período de 01/07/2005 a 30/07/2005, e, em depoimento, o autor confirma que gozou férias em abril/2005, mas não relata qual o período correspondente.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso; no mérito, dou-lhe parcial provimento para, reformando, em parte, a r. sentença recorrida, reduzir o valor da indenização por dano moral a R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), mantido o r. decisório em seus demais termos, inclusive quanto às custas.

CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA REDUZIR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL A R$25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), MANTIDA A R. SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS.

---

[1] Costa, Walmir Oliveira da. *Dano moral nas relações laborais: competência e mensuração.* Curitiba: Juruá, 1999.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 17 de setembro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 19/9/2007). WALMIR OLIVEIRA DA COSTA - Desembargador Federal do Trabalho, Relator.

****

DANO MORAL DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. MORTE DO TRABALHADOR. LEGITIMIDADE ATIVA.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00172-2006-015-08-00-2
RELATORA: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO

RECORRENTE: BENEDITA SIMÕES DOS ANJOS
Advogada: Drª. Rosa Ester da Silva

RECORRIDO: PARÁ CLUBE
Advogado: Dr. Jerry Wilson Silva de Souza

DANO MORAL DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. MORTE DO TRABALHADOR. LEGITIMIDADE ATIVA. O direito ao pagamento de indenização por danos morais em decorrência de acidente de trabalho vincula-se à relação de emprego, daí estar a matéria afeta à competência da Justiça do Trabalho. Como referido acidente, no presente caso concreto, causou a morte do trabalhador, a legitimidade para figurar no pólo ativo da ação trabalhista pertence ao espólio, representado em juízo pelo inventariante.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO.

Conheço do recurso ordinário, eis que presentes os pressupostos legais de admissibilidade.

DA LEGITIMIDADE ATIVA

A recorrente insurge-se contra a r. decisão que extinguiu a presente ação sem julgamento do mérito, por vício de representação da parte autora.

Segundo a recorrente, seu companheiro era empregado do clube reclamado e faleceu em decorrência de acidente de trabalho, o que a levou a ajuizar Ação de Reparação de Danos Morais perante a Justiça Comum, tendo, posteriormente, os autos sido remetidos a esta Justiça Especializada.

A r. decisão recorrida, à fl. 217 dos autos, está assentada nos seguintes fundamentos:

> "Considerando que até a presente data não houve habilitação do espólio nestes autos, considerando, ainda, que a reclamante junta nestes autos cópia do processo 200610312429, que tramita perante a 19ª Vara Cível desta capital, demonstrando que até a data de 09/02/07 aquele MM Juízo não nomeou representante de inventariante, este Juízo, cumprindo despacho de fls. 162, extingue

o processo sem julgamento do mérito por vício de representação vez que a autora não trouxe aos autos a certidão de inventariante e o CPC determina que o espólio seja representado, em juízo pelo inventariante."

A recorrente admite que "até a presente data, não houve nomeação de inventariante". Contudo, ressalta que vivia em união estável com o *de cujus*, fato atestado por meio dos documentos de fls. 11, 12 e 124/126 dos autos, este último sentença proferida nos autos de Ação Ordinária de Reconhecimento de União Estável - Processo nº 2002.1.042500-9, que tramitou perante a 13ª Vara Cível desta Capital.

Considera, desse modo, ter legitimidade para propor ação pleiteando danos morais, direito que lhe seria assegurado pelo preceituado no parágrafo único do art. 12 do Código Civil, na condição de cônjuge sobrevivente.

Ressalta, ainda, que o direito a indenização por danos morais não resulta em condenação única, a ser repartida entre os parentes do *de cujus*, já que cada um pode demandar separadamente.

Na verdade, não se questiona eventuais direitos da recorrente como companheira do *de cujus*, em face da união estável já reconhecida inclusive por meio de ação judicial. O óbice encontra-se em sua legitimidade para demandar como herdeira ou sucessora, haja vista que sequer há termo de compromisso de inventariante firmado no foro cível competente, o que a habilitaria a requerer, por meio da presente demanda trabalhista, direitos em nome do *de cujus*, por força do contrato de trabalho que o mesmo manteve com o reclamado.

O direito ao pagamento de indenização por danos morais em decorrência de acidente de trabalho vincula-se à relação de emprego, daí estar a matéria afeta à competência da Justiça do Trabalho. Como referido acidente, no presente caso concreto, causou a morte do trabalhador, a legitimidade para figurar no pólo ativo da ação trabalhista pertence ao espólio, representado em juízo pelo inventariante.

Não se trata aqui de direito à indenização por dano em que o lesado possa demandar separadamente, pois nessa hipótese estar-se-ia diante de uma lide de natureza exclusivamente civil, em que cada um pleiteia direito próprio, não figurando como herdeiro ou sucessor de direitos buscados pelo trabalhador.

Em vista destes fundamentos, mantenho a r. decisão recorrida, rejeitando a alegação de ofensa a preceitos constitucionais e/ou infra-constitucionais, sobretudo aqueles expressamente referidos pela recorrente em seu arrazoado, os quais considero preqüestionados.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso ordinário, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade; no mérito, nego-lhe provimento para manter a r. decisão recorrida em todos os seus termos, inclusive quanto à isenção de custas. Tudo conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, EIS QUE PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO À ISENÇÃO DE CUSTAS. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 5 de junho de 2007. (Publicado no DOJT8 em 11/6/2007). ALDA MARIA DE PINHO COUTO - Desembargadora Federal do Trabalho Relatora.

****

DANO MORAL E MATERIAL - SEGURANÇA PÚBLICA - DOENÇA DO TRABALHO, ADQUIRIDA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, MAS DECORRENTE DE ATO DE TERCEIRO - CULPA DO ESTADO E NÃO DA EMPRESA.

ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 01367-2006-008-08-00-1
RELATOR: Desembargador MÁRIO LEITE SOARES

RECORRENTE: **ROSEMARY SOUZA ALVES**
Dra. Joseliza Cunha Paes Barreto

RECORRIDA: **EMPRESA DE TRANSPORTES BELÉM LISBOA LTDA**
Maria do Socorro de F. Miralha da Silva

DANO MORAL E MATERIAL - SEGURANÇA PÚBLICA - DOENÇA DO TRABALHO, ADQUIRIDA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, MAS DECORRENTE DE ATO DE TERCEIRO - CULPA DO ESTADO E NÃO DA EMPRESA. Sendo os serviços de segurança pública atribuição exclusiva do Estado, não há que se reconhecer culpa do empregador por danos, ocasionados a seus empregados, decorrentes de assaltos ou brigas de gangues, ainda que ocorrida em ônibus da empresa reclamada, quando transitava por via pública.

I. RELATÓRIO
OMISSIS.

II. FUNDAMENTAÇÃO
CONHECIMENTO
Conheço o recurso ordinário, porque atendidos todos os seus pressupostos de admissibilidade.

MÉRITO
Os riscos por acidente de trabalho devem ser suportados por benefício previdenciário, pago pelo INSS e custeado pelo empregador. Para tanto, suficiente que se afigure nexo de causalidade entre o evento ocorrido durante o labor do empregado e a doença apresentada pelo mesmo. A responsabilidade do empregador, por sua vez - a qual, registre-se, não é excluída pela simples percepção dos benefícios previdenciários - somente pode ser trazida à baila por meio de ação judicial em que se pleiteia a reparação de danos civis, quando, ordinariamente, há de ser provada a culpa ou dolo do empregador na verificação do evento danoso ao empregado.
Assim, tendo a reclamante presenciado, no exercício de seu mister, os

assaltos e a briga de gangue relatados na exordial (fls. 09/06) - fato que sequer fora impugnado pela reclamada - é de se presumir o liame causal estabelecido entre a doença pela qual fora acometida e a ocorrência de tais situações fáticas; tanto é que a reclamante foi afastada do trabalho percebendo auxílio-doença acidentário (fl. 14).

Superada, portanto, a matéria dos autos no âmbito previdenciário, estando a reclamante, no momento presente, percebendo aposentadoria por invalidez, resta saber se a empresa reclamada pode vir a ser responsabilizada pelos eventuais danos sofridos pela reclamante.

Pois bem, para a configuração da responsabilidade civil do empregador, necessário se faz perquirir acerca da efetiva ocorrência de dano à vítima, da existência de nexo causal entre o dano e a ação ou omissão da reclamada, bem como - em se tratando de responsabilidade subjetiva - da configuração de culpa ou dolo daquele a quem esteja sendo imputada a responsabilidade.

Nesse viés, entendo que, não tendo a autora restabelecido a sua capacidade laborativa, é de se supor que a patologia tenha, de fato, repercutido na sua vida econômica e social, fatos que, por si só, caracterizariam danos morais e materiais.

No que concerne à responsabilidade objetiva, prescrita no art. 927, do CC/02, já se pronunciou o Conselho da Justiça Federal no sentido de que *"a responsabilidade fundada no risco administrativo, prevista na segunda parte do parágrafo único do art. 927 do novo Código Civil, configura-se quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano causar à pessoa determinada um ônus maior do que aos demais membros da coletividade"* (Enunciado nº 38, do Conselho da Justiça Federal, aprovado na I Jornada de Direito Civil).

Seguindo essa linha de pensamento, entendo que não há como se exigir da reclamada - nem de qualquer outra empresa, no exercício de sua atividade econômica - um nível de segurança absoluto, principalmente quando se trata de segurança pública, ônus que deve ser suportado, da mesma forma e com a mesma intensidade, por toda a coletividade.

Nesse viés, esclareço que somente poderia ser exigido da reclamada a neutralização de riscos que fossem inerentes à sua atividade, como seria o caso, por exemplo - e em se tratando de cobradores de ônibus -, dos riscos ergonômicos; o que, absolutamente, não está sendo discutindo no caso dos autos.

Afasto, portanto, a responsabilidade objetiva da reclamada, em face inexistência de risco administrativo que seja inerente à sua atividade, a teor do art. 927 do CC/02 e do Enunciado nº 38 do Conselho da Justiça Federal, citado.

Quanto à responsabilidade subjetiva, a Constituição Federal impõe ao empregador o dever de indenizar o empregado pelo acidente de trabalho, quando concorre com dolo ou culpa (art. 7º, XXVIII, CF/88).

Levando em consideração aludido dispositivo constitucional, a jurisprudência vem se firmando no sentido de que a culpa, *seja de que grau for*, enseja a obrigação de indenizar.

Por outro lado, entendo que não há que se falar em culpa da empresa reclamada quando não tenha concorrido para o fato lesivo - quer comissiva, quer omissivamente -, muito menos quando se trata de questão de segurança pública, matéria essa de atribuição exclusiva do Estado. Ora, em se tratando de dever que somente incumbe ao Estado, eis que se trata de serviço público indelegável, não há como se pretender que esse ônus seja transferido ao particular.

A própria reclamante admite que a doença psicológica, pela qual fora acometida, decorrera dos assaltos e da briga de gangues ocorridas *no interior do ônibus em que trabalhava* (fl. 77). Diante de tais alegações, fácil se presumir que

tais eventos, além de terem se afigurado em vias públicas, não tendo a reclamada para tanto contribuído, escaparam ao controle da reclamada. Aliás, a rigor, sequer tinha a reclamada o dever de preveni-los ou reprimi-los, afigurando-se a segurança pública como atribuição inafastável do Estado.

Desse modo - e em se tratando de atos de terceiros, os quais nada têm a ver com a relação empregatícia entabulada entre as partes -, não seria razoável exigir da reclamada qualquer nível de providência para evitar a ocorrência do evento danoso, devendo, pois, ser rechaçada a tese da recorrente de que teria havido negligência da recorrida quanto à manutenção da segurança de seus empregados.

Se os assaltos houvessem acontecido dentro de um banco ou de uma joalheria, onde se guardam valores e objetos vultosos, ainda se poderia, com muito esforço, aduzir que o empregador, procurando suprir a incompetência e inoperância do Estado, tivesse de contar com sistema privado de vigilância. Agora, *data venia*, atribuir-se à empresa de ônibus o ônus de manter, dentro de cada coletivo, vigilância armada privada, é algo inimaginável e inconcebível, não tendo notícia de País algum no Mundo onde tal exista.

No caso, a reclamada até adotou certas as medidas preventivas - como a instalação de câmaras de vídeo e de cofres em seus veículos - as quais, dentro de suas possibilidades, como particular que é, visavam, pelo menos, a assaltos.

No máximo, poderia a reclamante pleitear reparação de danos, por meio de ação própria em que se discuta a responsabilidade subjetiva da Administração Pública, por omissão. Nesse ponto, cumpre-me esclarecer, retomando a discussão acerca da pretensa responsabilidade objetiva da reclamada, que, se nem a Administração Pública pode ser responsabilizada objetivamente pelos danos decorrentes da insuficiência da segurança pública, eis que se trata de caso de omissão, muito menos o particular.

Ademais, afigura-se absolutamente desarrazoada a tese da autora de que *"se realmente tivesse um policial ou um segurança treinado dentro do ônibus os fatos não teriam ocorridos"* (fl. 77). Ora, a questão da violência urbana é fato que vai muito além da mera pretensão da recorrente em alocar seguranças nos veículos da reclamada, tratando-se de questão que envolve a implementação de políticas públicas pelo Estado, ônus que, de forma alguma, da empresa pode ser exigido. Não há, portanto, que se falar em omissão ilícita da demandada.

Para haver responsabilidade por omissão, é fundamental que o agente do ilícito haja se omitido, quando possuía o dever legal de agir. Em se cuidando de segurança da população em plena via pública, o dever legal de agir é apenas e tão somente do Estado. Se alguém se omitiu, foi o Estado. Se alguém é culpado, é o Estado. Se alguém tem de reparar danos, esse alguém também é o Estado.

Excluída, portanto, a responsabilidade da reclamada - seja pela ausência de nexo causal entre a sua conduta e o danos causado à reclamante, seja pela ausência de culpa, nos termos do art. 7º, XXVIII da CF/88 -, não havendo, portanto que suportar o ônus da reparação dos danos eventualmente sofridos pela autora.

III. CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, conheço do recurso ordinário; no mérito, nego provimento ao apelo; mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos; tudo conforme os fundamentos.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO EM

CONHECER RECURSO ORDINÁRIO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDOS OS EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES REVISOR E MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA, NEGAR PROVIMENTO AO APELO; MANTENDO A DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS; DEFERIDA A JUSTIFICATIVA DE VOTO DIVERGENTE A EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA REVISORA. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 19 de junho de 2007. (Publicado no DOJT8 em 22/6/2007). MÁRIO LEITE SOARES - Desembargador Relator.

JUSTIFICATIVA DE VOTO DIVERGENTE

DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

Divirjo do Exmo. Desembargador Relator quanto à indenização por dano moral, que entendo devida, pelas seguintes razões.

Após o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se pacífica a possibilidade de o empregado pleitear indenização por danos morais e materiais decorrentes da violação de sua intimidade, de sua vida privada, de sua honra e de sua imagem pelo empregador, nos termos do inciso X do artigo 5º da Carta Constitucional.

Segundo Orlando Gomes, citado por Valdir Florindo, dano moral *"é a lesão a direito personalíssimo produzida ilicitamente por outrem"*[1]. Entre os doutrinadores modernos, um dos que teve maior sucesso na difícil tarefa de conceituar dano moral foi JOÃO DE LIMA TEIXEIRA FILHO[2], que ensina:

> "O dano moral é o sofrimento humano provocado por ato ilícito de terceiro que molesta bens imateriais ou magoa valores íntimos da pessoa, os quais constituem o sustentáculo sobre o qual sua personalidade é moldada e sua postura nas relações em sociedade é erigida. Dano moral, na precisa definição de *Antônio Chaves*, 'é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado sem repercussão patrimonial. Seja a dor física - dor-sensação como denomina *Carpenter* -, nascida de uma lesão material; seja a dor moral - dor-sentimento - de causa material".

No dano moral, o elemento subjetivo apresenta-se sempre como indispensável, cabendo à vítima o ônus de comprová-lo adequadamente para ter sua pretensão acolhida em juízo, já que não se trata de responsabilidade objetiva.

Já está sedimentado na doutrina e na jurisprudência que a responsabilidade do empresário perante seus empregados segue a regra da responsabilidade civil subjetiva, estabelecida nos artigos 186 e 187, combinados com o artigo 927, todos do CCB, fundando-se, portanto, na existência de dolo ou culpa.

Ressalte-se que a ocorrência de assaltos e de briga de gangues no interior dos ônibus em que a reclamante trabalhava como cobradora restou provada, tendo ela juntado, inclusive, boletins de ocorrências (fls. 11 e 12), sendo de destacar, ainda, que a reclamada a admitiu, mas alegou que os infortúnios não ocorreram por dolo ou culpa da empresa, e sim por falta de segurança pública (fl. 45, contestação).

---

[1] *apud* Florindo, Valdir. *Dano Moral e o Direito do Trabalho*, 2. ed., São Paulo: LTr, p. 33.
[2] i*n* SÜSSEKIND, Arnaldo *et. al. Instituições de direito do trabalho*. v. 1. 20. ed. São Paulo: LTr, 2002, p. 617.

Deve-se ter em mente que o artigo 927, parágrafo único, do CC/2002 dispõe que "haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem", consagrando, portanto, hipótese de responsabilidade objetiva que se aplica, sem qualquer dúvida, à hipótese dos autos.

Com efeito, a reclamante trabalhava como cobradora em ônibus da reclamada e, por ter sido submetida a diversas situações de violência no interior do veículo, foi acometida de distúrbios psiquiátricos que culminaram com a emissão de CAT pelo sindicato, e não pela empregadora, como se depreende do documento de fl. 59, como deveria ter acontecido, já evidenciando omissão pela qual deve ser responsabilizada.

Após diversos períodos de afastamento, a reclamante foi aposentada por invalidez, como se verifica na carta de concessão constante dos autos (fls. 13 e 14), em virtude dos problemas psiquiátricos que passou a sofrer.

De notar que o preposto da reclamada admitiu sua responsabilidade na diminuição do risco de assaltos, como se depreende do depoimento a seguir transcrito: "que a empresa adota algumas providências a fim de inibir a ação de assaltantes, como a instalação de câmeras e cofres dentro dos ônibus; que a reclamada também conta com o auxílio das forças policiais do Estado; que as medidas adotadas tem sido eficazes para drástica diminuição do número de assalto nos ônibus da reclamada" (*sic*, fl. 64).

Desse modo, aplicando-se o parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, conclui-se pela existência de responsabilidade da empresa pelo dano suportado pela reclamante.

Ainda que assim não fosse, ter-se-ia como comprovada a omissão da empresa em proporcionar a seus empregados segurança no desempenho de suas atividades, fundando-se, portanto, na existência de dolo ou culpa e embasando-se no disposto nos artigos 186 e 187 do atual Código Civil Brasileiro.

Destarte, como a obreira comprovou a presença dos pressupostos essenciais e delineadores da responsabilidade civil aquiliana, quais sejam: o dano por ela efetivamente suportado, a culpa do empregador e o nexo de causalidade entre o evento danoso e o ato culposo, há que lhe ser deferida a indenização requerida.

Cite-se, nesse sentido, decisão do E. TRT da 3ª Região, a saber:

> "RESPONSABILIDADE CIVIL - ASSALTO - INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DO EMPREGADO - TEORIA DO RISCO-DANO MORAL - A empresa, considerada empregadora na acepção do caput do art. 2º, da CLT, está inserida no contexto do capitalismo como um ente destinado à obtenção do lucro, por isso que, no âmbito do Direito do Trabalho, ela se arroga do poder diretivo, assumindo amplamente os riscos sociais de sua atividade econômica, e se investe da obrigação de garantir a segurança, bem como a integridade física e psíquica dos seus empregados, durante a prestação de serviços. O motorista de ônibus de transporte coletivo urbano trabalha sob estresse constante - trânsito, público, ruído, calor, poluição e violência -, além de manter sob a sua responsabilidade parte da propriedade da empregadora, por assim dizer uma parcela do estabelecimento ou do aviamento - o ônibus e todos os seus pertences (bens materiais e vidas humanas). Ao explorar determinado ramo de atividade econômica, ainda mais

> por concessão pública, a empresa é responsável pelos danos físicos e psíquicos sofridos pelo empregado, quando provenientes de assalto a mão armada, com tiro desferido no abdômen do motorista, que resultou em cirurgia de emergência, e grande cicatriz permanente, além de seqüelas psíquicas importantes. **Competia ao empregador a adoção de medidas simples ou complexas que minimizassem (embora a palavra de ordem, nos dias de hoje, seja maximizar) o risco conhecido, previsível e grave de assalto no ponto final. Não é tolerável que o direito à cidadania, à dignidade, à integridade física e mental, à segurança do trabalhador, seja agredido de forma tão violenta, sem que se impute responsabilidade a quem explora a atividade econômica e não diligenciou nenhuma medida para reduzir os riscos a esse tipo de violência. Garantir a segurança, a integridade física e mental do motorista e do cobrador, assim como de qualquer outro empregado, é obrigação da empresa, constituindo-se até cláusula contratual implícita, pois se ela se cerca do cuidado de manter o cofre onde é depositado o dinheiro fechado sob sete chaves, deveria também se preocupar um pouco com a segurança dos trabalhadores.** A falta da empresa decorre de sua omissão voluntária e sobre ela recai a culpa in vigilando, estabelecido o nexo causal entre o seu comportamento e o dano, que de uma forma ou de outra sempre acarreta uma repercussão paralela na ordem social. (...)" (negrito).[3]

Quanto ao valor da indenização, é pacífico que a sua fixação não observa regra legal, ficando ao arbítrio do juiz, que deve, no entanto, levar em conta as circunstâncias fáticas e as atenuantes e agravantes existentes nos autos. O valor do dano não deve ser tão grande que proporcione o enriquecimento ilícito da parte. Por outro lado, não pode ser tão pequeno que importe seu empobrecimento.

In casu, está evidenciado que o dano incapacitou a reclamante para o trabalho, o que a impede de dirigir sua vida livremente, bem como de exercer, até mesmo, a profissão para a qual foi habilitado.

Antes de tudo, deve-se ter em mente que o bem mais precioso que o ser humano possui, depois da vida, é a sua saúde física e mental. Diante do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, não se pode admitir que um trabalhador seja explorado ao limite e depois descartado, como se fosse um objeto. Ainda mais em um caso como este, em que, provavelmente, a reclamante ficará impedida de ser reincluída no mercado de trabalho.

Segundo ensinamentos de Mauricio Godinho Delgado[4], o montante indenizatório, com respeito ao dano moral (inclusive estético), é fixado pelo órgão judicante por meio de um juízo de eqüidade.

Levando em consideração esse juízo de eqüidade, o valor da indenização deve ser fixado de forma que tenha efeito pedagógico, para que a reclamada não cometa novamente práticas como as constatadas neste processo, reavaliando a sua

---

[3] TRT 3ª R., 4ª T., RO 00597-2003-093-03-00-1, Rel. Juiz Luiz Otávio Linhares Renault, j. 18.08.04, *in* DJMG de 28.08.04, p. 10.

[4] DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2005, p. 623.

conduta patronal. Por outro lado, também deve ser um valor que não provoque o enriquecimento ilícito do reclamante. Portanto, o valor deve ser o meio termo entre estes objetivos: penalizar a reclamada e reparar o dano sofrido pelo reclamante.

Portanto, o valor pleiteado deverá atender às duas finalidades, ressaltando, neste ponto, que, considerando suficiente o valor requerida pela reclamante, qual seja, de R$50.000,00, compatível com o porte da reclamada.

Indefiro o pedido de honorários advocatícios vez que não configurada a hipótese de cabimento nesta Justiça Especializada.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso para deferir à reclamante indenização por dano moral no importe de R$50.000,00 (cinqüenta mil reais), acrescida de juros e correção monetária.

São os termos do voto divergente.

Belém, 05 de junho de 2007. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Desembargadora Revisora.

****

DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INEXISTÊNCIA. ATO ADMINISTRATIVO. NULIDADE. EFEITOS.

ACÓRDÃO TRT/SE I/ MS 00001-2006-000-08-00-4
RELATOR: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

IMPETRANTE:	**CARLOS HENRIQUE NOGUEIRA CUNHA** **LUCISTELA LACERDA FREITAS E OUTROS** **Drª Ellen Maria Holanda Miranda e outros**
AUTORIDADE COATORA:	**EXMA. JUÍZA FEDERAL DO TRABALHO DA MM. VARA DO TRABALHO DE SANTA IZABEL**
LITISCONSORTES:	**MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ. PREFEITURA MUNICIPAL** **Dr.ª Adriana Melo de Barros** **CARLOS MARIÓ DE BRITO KATÓ - PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ** **Dr.ª Adriana Melo de Barros** **E** **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** **Procuradora Drª Loana Lia Gentil Uliana**

DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INEXISTÊNCIA. ATO ADMINISTRATIVO. NULIDADE. EFEITOS. O ato administrativo declarado nulo, por inobservância dos princípios constitucionais (arts. 5º, II, e 37), bem como do art. 2º, parágrafo único, alínea *b*, da Lei nº 4.717/65, produz efeito *ex tunc*, não gerando direito líquido e certo a ser protegido pela via mandamental. *In casu,* o ato do Administrador Público nasceu fadado à nulidade,

por inobservância dos princípios e regras constitucionais e infraconstitucionais, respectivamente, porque irrenunciáveis.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
A presente ação mandamental está em condições de ser apreciada. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos requeridos à fl. 13.

MÉRITO
Como relatado, trata-se de mandado de segurança contra ato da Exmª Juíza Titular da MM. Vara do Trabalho de Santa Izabel, que homologou o acordo de fls. 943/944, firmado entre o Município de Santa Izabel do Pará, ex-Prefeito, sr. Antônio Martins Simão e empresa Villhena & Almeida S/C Ltda, anulando o Concurso Público nº 01/2003.

Em que pesem as alegações dos impetrantes, não lhes assiste razão, considerando-se que não há direito líquido e certo a ser protegido.

É que restou provado nos autos que foram violadas normas constitucionais que regem a Administração Pública Municipal, e que não poderiam ser desprezadas.

O art. 37 da Constituição da República impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No caso, desrespeitados os princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência. Ressalte-se, ainda, o princípio da legalidade inserto no inciso II do art. 5º da Lei Maior, que também é aplicado ao administrador público em geral.

Com efeito, em depoimento às fls. 946/947, o ex-Gestor Municipal declarou: *que foi notificado pelo Ministério Público do Trabalho para comparecer, em suas dependências, para tratar acerca de denúncias feitas pelo Sindicato dos Funcionários Públicos de Santa Izabel do Pará, no sentido de que o Município tinha muitos funcionários temporários; que isso deve ter ocorrido no ano de 2003; que, na ocasião, foi-lhe dado o prazo de 03 meses para que fossem levadas informações à Procuradoria do Trabalho sobre providências tomadas para regularizar a questão; que não tem certeza, mas acha que a data correta em que isso aconteceu foi no primeiro trimestre de 2004; que mais ou menos no meio do ano de 2003 decidiram realizar concurso público nos termos do Ajuste de Conduta firma com o MPT; que o primeiro procedimento adotado pelo Município foi encaminhar à Câmara Municipal um Plano de Cargos e Salários, mais o pedido para que fosse realizado o concurso e criadas as vagas; que em anexo ao pedido, foi encaminhado levantamento dos cargos e vagas necessárias; que ante de encaminhar proposta da criação de cargos à Câmara Municipal já contactaram com a empresa Vilhena e Almeida para saber os procedimentos como a Prefeitura deveria tomar para realizar o concurso; que foi a referida empresa que os orientou a encaminhar o Plano de Cargos e Salários à Câmara Municipal; que depois o depoente designou o Secretário de Administração, Sr. José Maria da Silva Menezes, para que tomasse todas as providências necessárias à realização do concurso; que o depoente não recorda se despachou algum processo autorizando a contratação da 3ª reclamada sem licitação; que com certeza a autorização para contratar a 3ª reclamada foi dada verbalmente; que o depoente delegou competência ao Secretário de Administração; que essa delegação também foi verbal; que delegou e autorizou a contratação mais ou menos em julho ou agosto de 2003; que o projeto da criação*

de cargos foi aprovado pela Câmara Municipal antes da realização do concurso; que a Lei que criou cargos é a de fls. 105; que o projeto de criação de cargos foi encaminhado à Câmara em 2003, mas foi engavetado, porque o Presidente da Câmara Municipal, à época, era adversário político do Prefeito (destaquei).

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, *in* Direito Administrativo, 12ª edição, São Paulo, Atlas, 2000, pp. 192/193, tratando sobre a forma dos atos administrativos, ressalta: *Partindo-se da idéia de **elemento** do ato administrativo como condição de **existência** e de **validade** do ato, não há dúvida de que a inobservância das formalidades que precedem o ato e o sucedem, desde que estabelecidas em lei, determinam a sua invalidade. É verdade que, na concepção restrita de **forma**, considera-se cada ato isoladamente; e, na concepção ampla, considera-se o ato dentro de um **procedimento**. Neste último, existe, na realidade, uma sucessão de atos administrativos preparatórios da decisão final; cada ato deve ser analisado separadamente em seus cinco elementos: sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade*.

Ocorre que tanto a inobservância da forma como a do procedimento produzem o mesmo resultado, ou seja, a ilicitude do ato. Por exemplo, se a lei exige forma escrita e o ato é praticado verbalmente, ele será nulo; se a lei exige processo disciplinar para demissão de funcionário, a falta ou vício naquele procedimento invalida a demissão, ainda que esta estivesse correta, quando isoladamente considerada (grifos no original).

E continua: *A obediência à forma não significa, no entanto, que a Administração esteja sujeita a formas rígidas e sacramentais; o que se exige, a rigor, é que seja adotada, como **regra**, a forma escrita, para que tudo fique documentado e passível de verificação a todo momento; a não ser que a lei preveja expressamente determinada forma (como decreto, resolução, portaria etc.), a Administração pode praticar o ato pela forma que lhe parecer mais adequada. Normalmente, as formas mais rigorosas são exigidas quando estejam em jogo direitos dos administrados, como ocorreu nos concursos públicos, na licitação, no processo disciplinar.*

É bom ressaltar, no presente caso, que não procede a alegação de que deveria se estabelecer processo disciplinar, por se tratar de ato nulo de pleno direito desde o seu nascedouro, não produzindo qualquer efeito jurídico e que, a partir da declaração de nulidade, sofre efeito *ex tunc*, razão pela qual não se tratavam de servidores públicos municipais.

De igual modo, não procede a alegação da declaração de nulidade feita por decreto e seus efeitos. É que este é *a forma que se revestem os atos individuais ou gerais emanados do Chefe do Poder Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeito).*

Ele pode conter, da mesma forma que a lei, regras gerais e abstratas que se dirigem a todas as pessoas que se encontram na mesma situação (decreto geral) ou pode dirigir-se pessoa ou grupo de pessoas determinadas. Nesse caso, ele constitui decreto de direito concreto (decreto individual); é o caso de uma decreto de desapropriação, de nomeação, de demissão.

(....)

A anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos, conforme entendimento já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal por meio das Súmulas nºs 346 e 473. Pela primeira, '"a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos"; e nos termos da segunda, "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou

revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

E a anulação pode também ser feita pelo Poder Judiciário, mediante provocações dos interessados, que poderão utilizar, para esse fim, quer as ações ordinárias e especiais previstas na legislação processual, quer os remédios constitucionais e ressalvada, em todos casos, a apreciação judicial (ob. cit., pp. 214/215 e 219).

Por outro lado, é de se observar o disposto no art. 2º, parágrafo único, alínea *b*, da Lei nº 4.717/65, dispõe:

Art. 2º. São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

a) omissis;

b) vício de forma;

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:

a) omissis;

b) o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.

Alexandre de Moraes Filho, *in* Direito Constitucional Administrativo, São Paulo, Atlas, 2002, p. 99, destaca: *O tradicional princípio da legalidade, previsto no art. 5º, II, da Constituição Federal, aplica-se normalmente na Administração Pública, porém de forma mais rigorosa e especial, pois o administrador público somente poderá fazer o que estiver expressamente autorizado em lei e nas demais espécies normativas, inexistindo incidência de sua vontade subjetiva, pois na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza, diferentemente da esfera particular, onde será permitida a realização de tudo que a lei não proíba*.

Com efeito, o certame nasceu fadado à nulidade, por inobservância das regras de conduta pública, irrenunciáveis, por ser de ordem pública. Como ensina Diogenes Gasparini, a Administração Pública (Municipal, Estadual ou Federal) *somente pode agir nos termos da lei, não pode conviver com atos ilegais, ensina Celso Antônio Bandeira de Mello* (Direito Administrativo, 8ª edição, Saraiva, São Paulo, 2003, p. 109).

ANTE O EXPOSTO, admito a presente ação mandamental, denegando-lhe a segurança pretendida, por inexistir direito líquido e certo a ser protegido, nos termos da fundamentação. Custas, pelos impetrantes, no valor de R$10,00, calculadas sobre o valor de R$500,00, das quais ficam isentos, nos termos da Lei nº 1.060/50, conforme requerido à fl. 13.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEÇÃO ESPECIALIZADA I DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM ADMITIR A PRESENTE AÇÃO MANDAMENTAL, DENEGANDO-LHE A SEGURANÇA PRETENDIDA, POR INEXISTIR DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER PROTEGIDO, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS, PELOS IMPETRANTES, NO VALOR DE R$10,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR DE R$500,00, DAS QUAIS FICAM ISENTOS, NOS TERMOS DA LEI Nº 1.060/50, CONFORME REQUERIDO À FL. 13.

Sala de Sessões da Seção Especializada do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 26 de julho de 2007. (Publicado no DOJT8 em 2/8/2007). GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO - Desembargador Relator.

****

EMPRESA EXECUTADA. FALÊNCIA. JUÍZO UNIVERSAL.

ACÓRDÃO TRT/3ª T/AP 00157-1993-010-08-00-7
RELATOR: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

AGRAVANTE: **NELSON RAIMUNDO DA COSTA LIMA**
Dr. Célio Simões de Souza

AGRAVADA: **MESBLA LOJAS DE DEPARTAMENTO S A**
Dr. Aloysio Neves

EMPRESA EXECUTADA. FALÊNCIA. JUÍZO UNIVERSAL. Decretada a falência da empresa executada, os créditos trabalhistas, mesmo desfrutando de privilégio em relação a outros créditos, face a sua natureza alimentar, devem ser habilitados perante o Juízo Universal. Ademais, a habilitação do crédito no Juízo universal vai garantir os interesses dos credores em igualdade de condições, sem que um predomine sobre o outro. Agravo a que se nega provimento.

I. RELATÓRIO
OMISSIS.

II. FUNDAMENTAÇÃO
CONHECIMENTO
Conheço do agravo de petição, eis que atendidos os pressupostos de admissibilidade.
Da mesma forma, das contra-razões, pois em ordem.

DAS PRELIMINARES DE NULIDADE
O agravante, como primeira preliminar, requer seja declarada nula a decisão agravada, pois entende que baseada em documento à fl. 499, sem valor probatório, quanto à forma e/ou conteúdo.
Como segunda preliminar, a agravante pretende também a nulidade da r. decisão, em razão do Juízo ter juntado o documento já citado e não ter concedido vistas ao agravante para manifestação, contrariando, dessa forma garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.
Entendo que as referidas preliminares devem ser rejeitadas em sua totalidade, pois cabe ao síndico da massa falida entre outras atribuições zelar para que as execuções se processem de modo mais célere.
No presente caso a juntada do documento não afetou em nada o direito do agravante até porque é fato público e notório o processo falimentar da MESBLA pois se trata de empresa que possuía lojas em todo o território nacional e

ingressou em sistema de quebra, razão pela qual rejeito as preliminares por falta de amparo legal.

HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO JUÍZO FALIMENTAR

Inconformado com a r. decisão que declarou a incompetência deste Juízo para prosseguir no feito, o agravante, pugna pela nulidade da decisão agravada, para que prossiga a execução com a realização da penhora conforme r. despacho à fl. 470, impedindo-se dessa forma habilitação dos créditos do agravante no juízo falimentar da 7ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

Alega que a MESBLA S/A e a MESBLA LOJAS DE DEPARTAMENTOS S/A, são empresas coligadas, pertencentes ao mesmo grupo econômico, cuja falência não está decretada, por esta razão afirma que tendo em vista a certidão do oficial de justiça à fl. 496, que esclarece que o Shopping Center Iguatemi pertence, em parte, à MESBLA S/A, contra ela deve correr a execução, sendo prescindível a habilitação dos créditos do Agravante no Juízo Falimentar no Rio de Janeiro (sic).

Assevera que a r. Sentença foi prolatada antes da decretação da falência, motivo pelo qual entende que a competência para executar a decisão é da Justiça do Trabalho, não sendo possível admitir o juízo universal para fins de habilitar o crédito do Agravante.

Analiso.

Inicialmente, importante destacar que o instituto da falência tem como escopo principal a garantia dos credores do falido, de modo que sempre fique assegurada a igualdade de condições entre os mesmos, respeitadas, logicamente, as peculiaridades de cada um dos créditos existentes.

Por outro lado, assim dispõem o art. 76 e seu parágrafo único, da Lei 11.101, de 09.02.2005, que trata da falência do empresário e da sociedade empresária, bem como regula a recuperação judicial e a extrajudicial:

> "*ART. 76. O JUÍZO DA FALÊNCIA É INDIVISÍVEL E COMPETENTE PARA CONHECER TODAS AS AÇÕES SOBRE BENS, INTERESSES E NEGÓCIOS DO FALIDO, RESSALVADAS AS CAUSAS TRABALHISTAS, FISCAIS E AQUELAS NÃO REGULADAS NESTA LEI EM QUE O FALIDO FIGURAR COMO AUTOR OU LITISCONSORTE ATIVO.*
>
> *Parágrafo único. Todas as ações, inclusive as excetuadas no caput deste artigo, terão prosseguimento com o administrador judicial, que deverá ser intimado para representar a massa falida, sob pena de nulidade do processo."*

O art. 81 da Lei Falimentar também possui regra específica acerca dos demais sócios que integram a sociedade, ao dizer:

> *Art. 81. A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim o desejarem.*
>
> *§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se ao sócio que tenha se retirado voluntariamente ou que tenha sido excluído da sociedade, há menos de 2 (dois) anos, quanto às dívidas existentes na data do arquivamento da alteração do contrato, no caso de não terem sido solvidas até a data da decretação da falência.*

> *§ 2º As sociedades falidas serão representadas na falência por seus administradores ou liquidantes, os quais terão os mesmos direitos e, sob as mesmas penas, ficarão sujeitos às obrigações que cabem ao falido.*

No caso, a decisão transitou em julgado, conforme fl. 416, em março de 2006.

A falência da empresa executada foi decretada em 30.09.1999, conforme comprovado à fl. 416 dos autos, portanto no curso do processo de execução.

O argumento trazido pelo agravante não merece prosperar, uma vez que isto não impede que os créditos trabalhistas sejam atraídos para o Juízo Universal da falência, mesmo desfrutando de privilégio em relação a outros créditos, em face do caráter alimentar.

Não é outra a dicção do art. 83 da Lei 11.101/05, ao dizer:

> *Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:*
> *I - os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinqüenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;*

De maneira que, a própria natureza dos créditos trabalhistas, pelo privilégio que possuem (art. embora se achem antepostos aos demais, não se distinguem entre si, daí porque se torna forçoso a sua habilitação no processo falencial a fim de resguardar a satisfação eqüitativa e proporcional de todos eles. Tal procedimento assegura igualdade de tratamento entre os credores, inclusive dentre aqueles que possuem créditos privilegiados.

Ademais, vale destacar que o artigo 768, da CLT, estabelece que a execução é feita no Juízo Universal da falência e não na Justiça do Trabalho, *in verbis:*

> *Art. 768. Terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o juízo da falência.*

Sendo necessário apenas que a sentença se torne líquida para se determinar a execução no juízo da falência, o que foi devidamente cumprido, conforme se observa às fls. 477/491, com a atualização dos cálculos.

Mantenho, portanto, a decisão agravada.

III. CONCLUSÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO; REJEITAR AS PRELIMINARES DE NULIDADE ARGUIDAS PELA AGRAVANTE, À FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO APELO, PARA MANTER A DECISÃO AGRAVADA. TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 17 de agosto de 2007. (Publicado no DOJT8 em 23/8/2007). Des. LUIS J. J. RIBEIRO - Relator.

****

EMPRESA INTERPOSTA. ATIVIDADE-FIM. SIDERURGIA. PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL.

ACÓRDÃO TRT 4ª T/ RO 00683-2006-107-08-00-8
RELATORA: Desembargadora VANJA COSTA DE MENDONÇA

RECORRENTE: **SIDERÚRGICA DO MARANHÃO S.A.**
Doutor: Altair José Damasceno

RECORRIDO: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**
Doutora: Dinamar Cely Hoffmann

EMPRESA INTERPOSTA. ATIVIDADE-FIM. SIDERURGIA. PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL. Os trabalhadores de carvoaria estão inseridos totalmente na atividade-fim das siderúrgicas produtoras de ferro gusa, posto que estas tem a necessidade vital do carvão vegetal, não se tratando apenas de insumo de produção. Portanto, não há que falar em simples relação entre as carvoarias e as siderúrgicas como sendo de oferta e procura, até porque nesses casos existe a ingerência direta das siderúrgicas na produção do carvão e, se assim é, não se pode acolher a tese de que o vínculo de emprego se forma com o dono da carvoaria, porque caracterizada está a hipótese de intermediação ilegal de mão-de-obra (empresa interposta), prevista no inciso I, da Súmula n. 331, do C. TST, o que torna a tomadora de serviços a verdadeira empregadora.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1 CONHECIMENTO
Conheço do recurso ordinário, uma vez que adequado, tempestivo (fls. 1.928 e 1.930), subscrito por advogado habilitado nos autos (fl. 171), tendo sido efetuado o pagamento do depósito recursal e o recolhimento das custas, conforme fl. 1.998.

2.2 DAS QUESTÕES PRELIMINARES
2.2.1 DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA PROMOVER AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE DANO MORAL, VERBAS TRABALHISTAS E DIREITOS RESCISÓRIOS
Em síntese, a recorrente alega que o Ministério Público do trabalho não é parte legítima para promover a presente Ação Civil Pública para postular pagamento de indenização por dano moral, verbas trabalhistas e direitos rescisórios, porquanto não se trata de interesses coletivos emanados de garantia constitucional, mas sim de dissídio individual com vista à aplicação da legislação em vigor, que não tem natureza coletiva.
Transcreve farta jurisprudência e doutrina em favor de sua tese.
Alega a recorrente que a preliminar em destaque diz respeito à condição

da ação e sendo esta matéria de ordem pública, deve ser apreciada de ofício pelo órgão judiciário, a qualquer tempo e grau de jurisdição, razão porque diz remeter a esse nobre colegiado as razões da preliminar expostas por ela na contestação.

Analisemos.

Destaco que o Ministério Público, a fim de cumprir a sua função institucional, prevista constitucionalmente no art. 129 da atual Carta Magna, propôs a presente ação civil pública, visando a proteção do patrimônio público e social, bem como dos interesses coletivos, pois entende possuir legitimidade ativa para residir em juízo, vez que se trata de legitimação concorrente do Sindicato e do Ministério Público do Trabalho, sendo que o que distingue esta atuação é o prisma sobre o qual os interesses coletivos são defendidos, conforme art. 8º, III, CF/88 e art. 127 e 129, III, do mesmo diploma legal.

Como já mencionei alhures, a Constituição confere ao *Parquet* a tutela dos interesses individuais indisponíveis (art. 127), o que significa dizer, que não está no âmbito das suas atribuições, a defesa de interesses, cuja tutela, cada indivíduo tem a aptidão de dispensar, pois ao Órgão Ministerial é vedado que substitua a intenção volitiva do indivíduo no que toca a direitos dos quais tenha a total disponibilidade.

Partindo desta premissa, verifico que o Órgão Ministerial tem total legitimidade para propor a presente ação, pois, como bem ressaltado pelo MM juízo de primeiro grau, a medida trata de Ação Civil Coletiva e tem escopo no art. 91 e seguintes da Lei n. 8.078/90 relativa ao Código de Defesa do Consumidor. De mais disso, o Ministério Público tem expressa legitimidade, nos termos do que dispõe o inciso I do art. 82 do referido Código de Defesa do Consumidor c/c com a Lei Complementar n. 75/93, em seu inciso XII, art. 6º e art. 84.

Entendo que o *Parquet*, pode e deve fazer uso das prerrogativas que lhe são asseguradas constitucionalmente, o que não impede que cada prejudicado venha, individualmente, buscar a proteção de seu direito, sendo certo que, na presente hipótese houve o desrespeito aos direitos sociais constitucionalmente garantidos.

No tocante a esta questão da legitimidade do Ministério Público do Trabalho em busca da defesa dos interesses individuais homogêneos, vale destacar as lições do Procurador do Trabalho Raimundo Simão de Melo, na obra "Ação Civil Pública na Justiça do trabalho", ed. LTr, p. 34, assim preleciona:

> *(...) qualquer ato do empregador capaz de provocar lesão de forma coletivizada aos trabalhadores constitui direito homogêneo e permite a defesa coletiva porque, embora cada um possa, em tese, defender seu direito, este, por ser decorrente de uma origem comum, pode e deve ser defendido também de forma coletiva. Aqui, não é o interesse que se classifica como coletivo; coletiva é a forma de sua defesa em nome do interesse social maior na proteção e efetivação dos direitos trabalhistas violados.*

Cumpre destacar, que após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público foi elevado como órgão essencial às funções jurisdicionais do Estado, sendo a ele atribuída a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o que nos leva a concluir que, ao tutelar os direitos elencados no art. 7º da Carta Magna ele atua, também, na defesa dos direitos e garantias fundamentais conferidas aos cidadãos.

Vejo que os direitos dos reclamantes que foram violados, referem-se àqueles individual homogêneo, ou seja, àquele que tem origem comum e interessa a uma coletividade que, na presente hipótese, materializa-se como sendo a classe de trabalhadores. Logo, o *Parquet* está autorizado a ingressar

com a Ação Civil Coletiva, com a finalidade de postular a reparação do dano sofrido pela classe.

Assim, levando-se em consideração que a definição acerca do que seja o interesse difuso, coletivo ou individual homogêneo, decorre da própria pretensão formulada, entendo que o pedido inserto na inicial, em que é possível a identificação daqueles que estão sendo lesados em seus direitos, portanto, passível de tutela mediante a iniciativa do autor, principalmente porque se traduz em direito individual homogêneo.

Repisa-se, no caso particularizado do Ministério Público do Trabalho o que deve ser buscado na ação, não é só a defesa dos interesses dos empregados, mas, os decorrentes da afetação homogênea, como de caráter social e ainda daqueles qualificados como de interesse difuso, posto decorrem de origem comum, originários dos postulados constitucionais e das normas celetistas.

Neste contexto é que concluo que a pretensão formulada na exordial, onde fora relatado o labor em condições de escravidão em total desrespeito à dignidade humana, com a violação de valores sociais e trabalhistas de um grupo de trabalhadores, legitima *Parquet*.

Por tais fundamentos, rejeito a presente preliminar, para manter a r. decisão quanto a este aspecto.

2.2.2 DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA RECORRENTE (1ª REQUERIDA)

Assevera a recorrente que, da análise das provas carreadas aos autos, não há qualquer embasamento factual ou legal para o reconhecimento da sua responsabilidade solidária pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho mantido entre a empresa do Sr. Gilson Rocha de Almeida e os seus empregados como deseja o Ministério Público do Trabalho, nem para o reconhecimento da relação de emprego entre a recorrente e os trabalhadores substituídos.

Vejamos.

Entendo que a presente preliminar diz respeito à matéria que se confunde com o mérito, pelo que, reservo-me a examiná-la oportunamente.

Rejeito.

2.2.3 DE INÉPCIA DA INICIAL

Argüi, também, a recorrente, a questão preliminar de inépcia da inicial, requerendo o indeferimento da inicial nos termos do art. 295, I e IV do CPC. Neste sentido, aduz que o autor não observou os requisitos essenciais à propositura da ação, porquanto as alegações ali expendidas dizem respeito à ingerência da SIMASA no processo produtivo de carvão vegetal, asseverando a existência de terceirização ilícita, posto que a contratação se verificava mediante pessoas alcunhadas de "gatos", fazendo incluir no pólo passivo da demanda, ainda, outros requeridos, Srs: LUIZ CRUZ DE ALMEIDA, PEDRO CRUZ DE ALMEIDA e ROBERTO CARDOSO DA SILVA), sendo certo que, quanto a estes, não especificou o Ministério Público qual a responsabilidade de cada um desses, quais as atitudes ilícitas dos mesmos, estando assim demonstrada a inexistência de fundamentação coesa. Prossegue, afirmando que em audiência preliminar o órgão ministerial requereu a desistência da ação em relação ao requerido Luiz Cruz de Almeida, obstaculizando a plena defesa, o que afronta o princípio do contraditório, além do que, os pedidos são confusos e sem especificação, apresentando fundamentação genérica, na medida em que requer o reconhecimento do liame laboral com a ora recorrente e, ao mesmo tempo, pede a sua condenação solidária com os demais reclamados. Diz,

também, que a petição inicial não veio acompanhada dos documentos essenciais, indispensáveis à propositura da ação, pelo que deve a exordial ser indeferida, a teor do inciso I do art. 267, art. 295, VI c/c art. 282, VI, todos do CPC.

Analisemos.

A petição inicial significa uma peça escrita do autor, a fim de provocar a tutela jurisdicional, dirigida ao Juiz, órgão que representa o Poder Judiciário nesta função de compor os conflitos em interesse.

Os requisitos da petição inicial estão previstos no artigo 282 do CPC e de acordo com a processualista do código, estes se classificam em internos e externos.

Os requisitos externos, que são os pertinentes quanto à forma escrita, datada e assinada pelo procurador, estes foram cumpridos. Os requisitos internos, são de duas ordens, um referente ao processo e outro ao mérito, constituindo o próprio libelo. Quanto aos requisitos internos relativos ao processo, previstos nos incisos V, II, VI e VII, do artigo 292, do CPC, também, foram cumpridos pela demandante.

No tocante aos requisitos internos, referentes ao mérito, que são os previstos nos incisos II e IV, do artigo 282 do Código de Processo Civil, é que vamos analisar se, realmente, a reclamante preencheu em sua peça exordial. Dentre os requisitos expostos, vale ressaltar a importância do fato e dos fundamentos jurídicos do pedido, pois se estes não estiverem bem expostos, acarretará a inépcia da inicial, prevista no artigo 295, parágrafo único do diploma legal multicitado.

Na Justiça do Trabalho, o Juízo não emprega o rigor técnico processualista civil, quanto ao exame dos requisitos da petição inicial, haja vista o *jus postulandi*, que ainda continua em pleno vigor, onde o reclamante tem acesso ao Poder Judiciário, independente de assistência de advogado, daí porque certos pedidos encontram-se, às vezes, confusos e indeterminados, mas importa destacar que não é a hipótese dos autos, pois o Ministério Público do Trabalho deduziu os pedidos de forma clara e explícita e, ao contrário do que diz a reclamada, não vislumbro no pedido em questão, a falta de clareza alegada, resultando na dificuldade da parte adversária se defender. Contrariamente a essas alegações, verifico que a reclamada ao contestar, o fez de forma que não lhe trouxe qualquer prejuízo, aliás, o fez com bastante propriedade.

Ademais, a petição inicial está de acordo com o art. 840 Consolidado, que assim dispõe:

> *Art. 840 - A reclamação poderá ser escrita ou verbal.*
> *§ 1º - Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do Presidente da Junta, ou do juiz de direito a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.*

À parte cabe o direito de postular o que entende de direito, previsto no ordenamento jurídico pátrio e, com base na produção dos fatos e provas, ao Juiz é conferido o poder de proferir decisão com base no que entender mais justo, em consonância com o princípio do livre convencimento, art. 131, também do CPC.

Não vejo na petição inicial qualquer confusão na causa de pedir e no pedido, tendo o *Parquet* delineado de forma clara o que pretende e postula, especificando a responsabilidade de cada reclamado e a sua conduta em relação à situação descrita na peça inicial.

Assim, não vislumbro, da simples leitura da petição inicial, que a mesma encontra-se inepta, posto que preenchidos todos os requisitos dos arts. 840, da CLT e 282, da lei processual civil.

Por tais fundamentos, rejeito a presente questão preliminar.

2.3 MÉRITO

2.3.1 DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Requer a reforma da r. sentença, que declarou a existência do vínculo de emprego com a recorrente. Neste sentido, pretende fazer valer o TAC - Termo de Ajuste de Conduta juntado aos autos, vez que, possui o mesmo teor do TAC ajustado para aplicação no Estado do Maranhão, que visa a proteção dos direitos dos trabalhadores das carvoarias e, por outro lado, define o produtor de carvão como empregador originário dos trabalhadores nas carvoarias, considerando as siderúrgicas como beneficiário indireto, cabendo-lhe a responsabilidade subsidiária das obrigações trabalhistas para com seus empregados.

Acrescenta que não houve qualquer ato motivador para a desejada vinculação empregatícia dos trabalhadores substituídos para com a recorrente, conforme dispõem os arts. 2º e 3º, ambos da CLT, sendo certo que os produtores de carvão procediam à admissão e dispensa sem qualquer ingerência da recorrente.

Neste patamar, aponta vários fatores que não poderiam ser levados em consideração para a configuração da relação de emprego entre a recorrente e os substituídos, na medida em que existe TAC do Ministério Público do Trabalho, firmando alguns ajustes, como a viabilização para a construção de fornos em terra de terceiros, fornecimento de EPI's, viabilização da construção de alojamentos, controle da produção com a presença física de funcionários da SIMASA, onde se vê a ingerência das siderúrgicas no campo de atuação dos produtores de carvão.

Salienta que a inidoneidade dos produtores de carvão não pode emergir sem a devida comprovação, pelo que não poderia a recorrente ser condenada de forma subsidiária, na medida em que aqueles são possuidores de bens.

Nesta esteira, observa que o real empregador é o Sr. Gilson Rocha de Almeida, filho do proprietário do imóvel onde se encontrava a carvoaria visitada pelos fiscais e, com quem, a recorrente firmou contrato de compra e venda de carvão vegetal, sendo certo que o Sr. Beto sempre foi o gerente ou administrador/ procurador do Sr. Gilson, dele recebendo salário de R$1.000,00 (hum mil reais) por mês.

Diz, também, a recorrente, que jamais promoveu o controle administrativo e contábil da produção dos produtores de carvão, ressaltando que o controle que exerce diz respeito apenas à quantidade de carvão para proceder ao respectivo pagamento. Alega que o MM juízo de origem não poderia firmar seu posicionamento sob a alegação de que o fornecimento de carvão era exclusivo à recorrente pelo produtor. E, mais que não tem contrato com qualquer escritório de contabilidade para pagamento de FGTS e INSS dos trabalhadores das carvoarias e nem a produção de carvão era sua atividade-fim, pelo que esclarece que a sua atividade-fim é a produção do ferro gusa que, como produto final, leva na sua composição, vários elementos, dentre eles, o carvão vegetal, no percentual de 60%, havendo, assim, uma relação de cunho comercial. Prossegue em suas alegações fazendo comparações entre empresas produtoras e seus fornecedores de matéria prima.

Afirma que não havia intermediação de mão-de-obra, nos termos do que dispõe a Súmula n. 331, do C. TST, rechaçando os fundamentos do MM juízo de origem de que houve a contratação fraudulenta com o objetivo de burlar as leis trabalhistas, concluindo que o Poder Público, através das autoridades competentes,

pelo meio próprio e com a apuração das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, já delineou e conceituou, de forma clara, as relações entre as siderúrgicas e seus fornecedores de carvão como operações de compra e venda, onde inexiste a relação de emprego entre os trabalhadores e as referidas siderúrgicas.

Assevera ser absurda a conclusão dos fiscais ao lavrarem os Autos de Infração, de que os trabalhadores encontrados nos locais de produção de carvão vegetal, sem qualquer prova inequívoca da relação de emprego, foram considerados empregados da ora recorrente pelo simples fato de haverem dito que para ela prestavam serviços.

Finalmente, observa que as CTPS dos trabalhadores encontrados na carvoaria, estavam assinadas pelo dono da mesma, o que deveria ser levado em consideração pelos fiscais por ocasião da lavratura dos Autos de Infração, por ser prova da relação de emprego, cujas anotações no referido documento geram presunção *juris tantum* e, ainda, destaca o disposto no art. 334, IV, do CPC.

Assim, requer a recorrente seja considerada apenas como compradora de carvão vegetal da carvoaria do Sr. Gilson/Beto, reconhecendo os trabalhadores substituídos como reais empregados do Sr. Gilson Rocha de Almeida.

Analisemos.

Entendo que, do conjunto probatório existente nos autos, não restou comprovada a tese da reclamada, no sentido de que a relação de emprego dos substituídos deveria ser declarada com os produtores de carvão. A hipótese dos autos, trata, claramente, do inciso I, da Súmula n. 331, do C. TST, que assim dispõe:

> *331 - Contrato de prestação de serviços. Legalidade (Revisão da Súmula nº 256 - Res. 23/1993, DJ 21.12.1993. Inciso IV alterado pela Res. 96/2000, DJ 18.09.2000)*
>
> ***I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974)***. (destacamos)
>
> *II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).*
>
> *III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.*
>
> *IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993).*

Com base nesta Súmula e, considerando os demais elementos dos autos, restou cristalino que a relação de emprego deve ser com a SIMASA, na medida em que a mesma contratou empresa interposta, o que, além de ser considerado

ilícito pelo ordenamento jurídico pátrio, faz valer a relação com o tomador de serviço.

Neste diapasão, deve-se ressaltar um princípio relevante que norteia o Direito do Trabalho, qual seja, o da primazia da realidade, que busca a essência das relações, independentemente dos rótulos e das máscaras das formas, do que diz ser e, assim, visando o cerne do processo, para trazer à tona o que se esconde por trás das aparências, em busca da transparência, da face real, do que é em verdade, o que faz cair por terra a s anotações na CTPS dos trabalhadores, cuja presunção de veracidade é *juris tantum*, o que implica em aceitar prova em contrário.

Compulsando os autos, chega-se à conclusão de que a relação da recorrente com a carvoaria era mediante empresa interposta, o que é vedado, porquanto a produção do carvão vegetal pelos donos das carvoarias, nada mais é do que atividade-fim da SIMASA, que não esconde a necessidade de obter carvão vegetal de seus fornecedores para a produção permanente de ferro gusa, e que esse fornecimento chega a 60% do custo de produção do ferro. Não esconde, também, a recorrente, o grande interesse em patrocinar a construção de fornos, alojamentos para os trabalhadores, fornecendo, até mesmo, equipamento de proteção individual, chegando a fiscalizar o trabalho nesses carvoarias.

Tem-se mesmo que seguir os caminhos da r. sentença, que muito bem analisou o caso dos autos à luz da lei e das provas colhidas, fazendo destaque aos depoimentos de fls. 47-48, onde se evidencia toda a ingerência que a recorrente tinha em relação às carvoarias, sendo certo que o carvão vegetal produzido nessas carvoarias são fundamentais para a sua produção, tendo até mesmo o controle de qualidade por conta da SIMASA.

Ressalte-se, também os depoimentos constantes das fls. 38-39, onde o terceiro requerido, Sr. Roberto Cardoso da Silva, afirma que a produção do carvão era exclusiva da SIMASA e, ainda, que a carvoaria era fiscalizada pelo Sr. José Maria, da SIMASA, o qual verifica as condições de trabalho dos trabalhadores, desde o registro à segurança dos mesmos, como a utilização dos EPI's, a situação dos alojamentos, fazendo, também, a limitação dos trabalhadores em relação ao número de fornos, não autorizando o registro de mais trabalhadores além do permitido.

Há de se destacar, ainda, o que disse o terceiro requerido (fl. 40):

> *...que a SIMASA retém R$4,50 por metro cúbico de carvão para efetuar o pagamento do 13º salário, INSS e FGTS dos trabalhadores; que os valores dos salários dos trabalhadores da carvoaria, para fim de anotação na CTPS, é fixado segundo uma tabela produzida pela SIMASA; que, em média, seu rendimento líquido na carvoaria gira em torno de R$1.000,00 (hum mil reais); que não possui outras fontes de renda, além da carvoaria; que o todo patrimônio do declarante se resume a uma pequena casa que possui em Itinga, PA., no valor de R$2.000,00 (dois mil reais); que não possui nenhum veículo...*

O próprio motorista que transportava o carvão produzido para a SIMASA, Sr. Lidiomar Dias de Almeida, quando prestou declarações ao Órgão Ministerial, assim declarou (fl. 41):

> *...que transporta toda a produção da carvoaria de ROBERTO, em média 06 gaiolas de 60 metros cúbicos por mês, EXCLUSIVAMENTE para a SIMASA; que o carvão custa, na carvoaria, R$30,00 o metro cúbico e, na SIDERÚRGICA, R$62,00 o metro cúbico; que a produção e o frete são acertados pela Siderúrgica duas vezes na semana; que as notas fiscais do carvão*

vendido são emitidas para a SIDERÚRGICA; que a SIMASA mantém um fiscal frequentando constantemente a carvoaria de ROBERTO; que o fiscal atual é o Sr. JOSÉ MARIA, mas deverá ser substituído por RICARDO; que toda a documentação dos trabalhadores da carvoaria, inclusive registro de empregados, é feita por escritório da SIMASA, em Dom Eliseu (Escritório Sigma); que os valores referentes ao FGTS e ao INSS dos trabalhadores da carvoaria são descontados pela SIMASA, que faz os recolhimentos devidos...

Diante das declarações acima, dos relatórios dos auditores fiscais, autos de infração, termos de declarações, depoimentos e verificação física, fotos e ainda termo de inspeção judicial, restou evidente que os trabalhadores da carvoaria estavam diretamente subordinados à Siderúrgica SIMASA, porquanto a sua ingerência na mesma se dava na ordem de verdadeira administração no processo de produção do carvão vegetal, interferindo desde o registro do trabalhador até a fixação do valor do salário, sendo certo que havia a intermediação pelo 3º requerido, Sr. Roberto Cardoso, que era quem ficava à frente da carvoaria como empregador e dono. O fato da produção ser de exclusividade da recorrente é fundamental para o reconhecimento de que a hipótese que se examina é de empresa interposta, em verdadeira fraude e burla aos direitos trabalhistas e, essa exclusividade ficou comprovada não só pelas declarações antes mencionadas, mas também pelos instrumentos particulares de fornecimento de carvão vegetal de compra e venda (fls. 51-55 e 313-317).

Não poderia deixar de ressaltar o que assinalou o MM juízo *a quo*, no sentido de que o carvão vegetal não é somente uma matéria prima que a recorrente utiliza para a produção de energia, mas também como uma mistura na produção da matéria prima que a mesma tem como principal produto, qual seja, o ferro gusa, porquanto executa atividade no ramo da siderurgia. Elas, as siderúrgicas, necessitam do carvão para continuar funcionando.

Logo, não há como acolher a tese da reclamada de que não era ela a verdadeira empregadora dos trabalhadores das carvoarias, pois, como restou patente nos autos, os pseudo-empresários apenas faziam a intermediação entre a recorrente e a carvoaria, sendo certo que estas realizavam atividade-fim da reclamada na qualidade de siderúrgica, caracterizando a empresa interposta, nos termos do inciso I, da Súmula n. 331, do C. TST, do que resulta no reconhecimento do vínculo dos trabalhadores da carvoaria com a tomadora, isto é, a própria recorrente, haja vista que presentes os elementos configuradores para tal, a teor dos arts. 2º e 3º, ambos da CLT, sendo certo que o trabalhador de uma carvoaria está totalmente inserido na atividade-fim da siderúrgica.

Quanto à aplicação analógica do TAC - Termo de Ajuste de Conduta do Maranhão assinado perante o Ministério Público da 16ª região e algumas siderúrgicas atuantes naquele Estado, dentre as quais, a própria recorrente, entendo não ser possível, em face do princípio institucional e constitucional da independência funcional, bem como, pelo fato do referido TAC não cumprir o seu objetivo maior, que é o de proteger e assegurar a dignidade dos trabalhadores de carvoarias, os quais sobrevivem em condições precárias e aviltantes.

Nesse passo, abro um parêntese aqui para dizer que o TAC do Maranhão, pelo que se depreende do mesmo, ao contrário do que afirma a recorrente, demonstra, por si só, que o vínculo entre as siderúrgicas e as carvoarias é bastante estreito, no que diz respeito à produção do carvão vegetal, verificando-se, assim, que não se trata de simples oferta e procura na aquisição da matéria-prima, atrelado

a uma atividade mercantil. E, mais, a vinculação chega a ponto das siderúrgicas assumirem, em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas, a responsabilidade subsidiária.

Por tais fundamentos, mantenho a r. sentença.

Ante todo o exposto e em conclusão, conheço do recurso ordinário, rejeito as questões preliminares de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho, de ilegitimidade passiva *ad causam* e de inépcia da inicial, à falta de amparo legal: no mérito, nego-lhe provimento, para manter a r. decisão recorrida em todos os seus termos, inclusive quanto às custas processuais, tudo conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO E REJEITAR AS QUESTÕES PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, DE ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* E DE INÉPCIA DA INICIAL, À FALTA DE AMPARO LEGAL: NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, PARA MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 28 de agosto de 2007. (Publicado no DOJT8 em 30/8/2007). VANJA COSTA DE MENDONÇA - Desembargadora Relatora.

****

EXECUÇÃO.

ACÓRDÃO TRT-8ª/SE I/AG/MS 0467-2007-000-08-00-0
RELATOR: Desembargador LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA

AGRAVANTE:	**ORGANIZAÇÃO PARAENSE EDUCACIONAL E DE EMPREENDIMENTOS LTDA.** **Advogado: Dr. Helder Wanderley Oliveira.**
AUTORIDADE COATORA:	**EXMº JUÍZO DA MM. 4ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM.**
AGRAVADOS:	**TELMA LÚCIA DOS SANTOS NOGUEIRA.** **SOCIEDADE CIVIL NÓBREGA LTDA.** **E** **FRANCISCO CANDIDO SILVA.**

"EXECUÇÃO. A douta decisão monocrática indeferiu a inicial do *mandamus* por entender a matéria própria e específica para o exame de

incidentes na execução trabalhista - penhora, embargos de terceiro, embargos à execução -, sob a competência funcional de uma das Egrégias Turmas desta Corte Regional, e não de suas Seções Especializadas".

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

Conheço do agravo regimental porque atendidas as exigências legais.

No mérito, a douta decisão indeferiu a inicial do *mandamus* por entender a matéria própria e específica para o exame de incidentes na execução trabalhista, sob a competência funcional de uma das Egrégias Turmas desta Corte Regional, e não de suas Seções Especializadas.

Trata-se de pessoa jurídica que se reconhece terceira na relação jurídica e processual em que os trabalhadores da Sociedade Civil Nóbrega Ltda. buscam a execução de seus créditos reconhecidos em sentenças que transitaram em julgado. Ao terceiro cabe os embargos, a defesa patrimonial de injustas constrições judiciais, mas a via mandamental, é imprópria para a defesa da matéria posto que não há direito líquido e certo a impedir a ação judicial de execução que busca a responsabilidade patrimonial.

A matéria foi suscitada, por diversas vezes pela agravante, em execuções e não obteve êxito segundo nos dá conta farta jurisprudência desta E. Corte. E, de outro lado, a agravante reconhece que o imóvel em que exerce suas atividades - Avenida Governador José Malcher, 1148 - é o mesmo em que funcionava a executada; que o sócio da executada FRANCISCO CÂNDIDO SILVA também figura como sócio da impetrante; e que o Egrégio Tribunal, em Acórdão 3ª T-AP-00384-2004-004-08-00-4, considerou a impetrante responsável solidariamente à executada S/C NÓBREGA LTDA. E por conta disto, a impetrante celebrou diversos acordos para liquidar o passivo trabalhista da executada, mas nada disto reflete a sua real ausência de responsabilidade.

Em decisão monocrática observamos que a impetrante pretende discutir, na via mandamental, o r. despacho do Juízo da Execução no processo 00446-2001-004-08-00-X que está à folha 73, atribuindo-lhe a responsabilidade solidária prevista no artigo 2º, § 2º da CLT em razão de "identidade de sócio em empreendimentos com a mesma atividade econômica, além do aproveitamento do mesmo ponto comercial".

Citamos em reforço à nosso *decisum,* a previsão legal do agravo de petição - artigo 897, letra a da CLT: "Cabe agravo de petição das decisões do Juiz ou Presidente nas execuções". E, havendo recurso previsto em lei, afastamos a hipótese de mandado de segurança a teor do artigo 5º, inciso II, da Lei nº 1.533/1951: "Não se dará mandado de segurança quando se tratar de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correção".

Ainda assim, observamos em pesquisa *on line* no *site* de nosso Tribunal Regional que a impetrante opôs embargos à execução e agravo de petição no Processo nº 00384-2004-004-08-00-4, onde tivemos o Acórdão da Egrégia Terceira Turma com a seguinte ementa:

> "GRUPO ECONÔMICO - Se a agravante tem ou teve sócio em comum com a empresa executada, aplica-se a responsabilidade solidária prevista no §2º do art. 2º da CLT, procedimento que se adota mesmo que esta empresa não conste no título executivo.

Entendimento reforçado com o cancelamento do Enunciado nº 205 do C. TST pela Resolução nº 121/03". Julgamento em 20-10-2004. Juiz Convocado Relator Dr. Antonio Oldemar Coêlho dos Santos.

Citamos ainda parte dos fundamentos que apreciaram em tutela jurisdicional o mérito daquele agravo:

"Assevera a agravante que a decisão que confirmou a penhora do imóvel localizado na av. Governador José Malcher, 1148, para fins de garantia da execução que se processa nos autos do processo nº 0742-2001-004-08-00-6, não pode ser mantido por esta segunda instância.

Insiste na tese de que não teria nenhuma vinculação com a executada naquele feito, a SOCIEDADE CIVIL NÓBREGA LTDA., além de ter sido adquirido antes do ajuizamento da reclamatória trabalhista que embasa aquele procedimento executivo em negócio jurídico que não contou com a participação da executada porque a proprietária anterior era autarquia federal (Universidade Federal do Pará - UFPA).

Insiste ainda na aplicação do Enunciado nº 205 do C. TST vez que jamais participou do pólo passivo no processo de conhecimento daquele feito.

Em primeiro lugar, verifico que no contrato social da agravante, fls. 130/135, figura o Sr. Francisco Cândido Silva, com 20% do capital desta empresa, ao lado dos Srs. João Batista Sena Costa, José Antonio Gomes de Souza Alves, José Carlos Simões Fontes e Mecenas Pantoja Gonçalves.

Pois bem, embora existam notícias de que referido senhor não seja mais sócio da agravante desde dezembro/2000, pelo que consta o trecho do Acórdão transcrito na r. sentença recorrida, existem indícios sólidos, pelo que consta no mesmo trecho transcrito, da permanência desse controle no âmbito familiar pela assunção desse capital por seu filho (Sr. Fábio Cândido Silva).

Paralelamente, percebe-se, pelo documento de fls. 91/93, a presença deste mesmo Sr. Francisco Cândido Silva como sócio da empresa executada, autorizando o reconhecimento da existência do grupo econômico autorizador da manutenção da penhora, com base no §2º do art. 2º da CLT, ao contrário do que tenta fazer crer no apelo.

E não se diga que tal viola o entendimento contido no Enunciado nº 205 do C. TST porque esse dispositivo da Súmula de Jurisprudência daquela Corte Superior foi cancelado recentemente pela Resolução nº 121/2003, quando se fez uma revisão em todos os enunciados e se constatou que essa interpretação acabava por inviabilizar na prática a aplicação do §2º do art. 2º da CLT, uma vez que exigia que o reclamante, já na inicial, nomeasse todas as empresas do grupo econômico para que pudesse valer seu direito na execução, procedimento absolutamente desnecessário diante do que assevera claramente a lei.

Em consulta à jurisprudência deste Regional e, mais especificamente, desta 3ª Turma (AP 1349-2003-013-08-00-1,Rel. Juíza Pastora Leal, julgado em 30/08/04), verifico que a responsabilidade da terceiro-embargante na execução do processo

principal, onde figura a empresa SOCIEDADE CIVIL NÓBREGA LTDA é matéria já consolidada na jurisprudência desta Oitava Região, embora por diferente fundamento, igualmente válido.

Com efeito, tem-se adotado entendimento de que o registro da transferência do imóvel, da UFPA para a agravante, em 14/02/2001, não teria a necessária eficácia porque evidente que o imóvel já estava de posse da empresa executada desde 09/08/99, pois não houve cancelamento daquela promessa de compra e venda.

De qualquer maneira, tenho que a declaração de grupo econômico torna prejudicada qualquer argumentação em torno da aquisição do imóvel penhorado pela agravante, levando ao improvimento do agravo interposto.

ANTE O EXPOSTO, conheço do agravo de petição interposto por ORGANIZAÇÃO PARAENSE DE ESTUDOS SUPERIORES S/C LTDA.; no mérito, nego-lhe provimento para confirmar a r. decisão agravada em todos os seus termos, conforme os fundamentos".

E concluímos que a matéria é exatamente a mesma, própria para o agravo de petição onde se discute decisão do r. Juízo da Execução, de cunho, no mínimo, controvertido, capaz de gerar debates e divergências, o que não ocorreu no caso acima citado, onde a decisão da Egrégia Terceira Turma foi à unanimidade de seus integrantes. Assim, em tal situação, mais adiante, seria difícil ultrapassar o mérito da ação mandamental, quanto à liquidez e certeza do direito aqui defendido.

Conseqüentemente, foi indeferida a petição inicial do mandado de segurança nos termos do artigo 5º, II da Lei nº 1.533/1951 e julgado extinto o processo sem resolução do mérito, a teor do artigo 267, VI do Código de Processo Civil, cominando-se as custas à Autora em R$-100,00 sobre R$-5.000,00.

Ante o exposto, conheço do agravo regimental, e, no mérito, nego-lhe provimento para confirmar em todos os termos a douta decisão agravada.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEÇÃO ESPECIALIZADA I DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO REGIMENTAL; E, NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR EM TODOS OS TERMOS A DOUTA DECISÃO AGRAVADA. Custas como fixadas à fl. 194.

Sala de Sessões da Egrégia Seção Especializada I do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 20 de setembro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 24/9/2007). LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA - Relator.

****

EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DO DÉBITO ADMINISTRATIVAMENTE. DISCUSSÃO SOBRE MONTANTE DA DÍVIDA. IMPOSSIBILIDADE.

ACÓRDÃO TRT 4ª T. AP 01539-2005-016-08-00-0
RELATORA: Desembargadora VANJA COSTA DE MENDONÇA

AGRAVANTE: **DIÁRIO DO PARÁ LTDA.**
Doutor: Katia Gadelha Bragança Nobre

AGRAVADA: **UNIÃO - FAZENDA NACIONAL**
Procurador: José Renato Fragoso Lobo

EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DO DÉBITO ADMINISTRATIVAMENTE. DISCUSSÃO SOBRE MONTANTE DA DÍVIDA. IMPOSSIBILIDADE. Não se admite que o devedor, após efetuar o parcelamento do débito perante a Fazenda Pública, continue discutindo judicialmente o cálculo efetuado.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1 DAS QUESTÕES PRELIMINARES DE NÃO CONHECIMENTO
2.1.1 DEVIDO A EXISTÊNCIA DE FATO EXTINTIVO DO DIREITO DE RECORRER, SUSCITADA EM CONTRA-RAZÕES PELA UNIÃO

Afirma a União que o devedor parcelou o débito em execução, nos termos da lei n. 10.522/2002, o que acarretaria confissão irretratável da dívida e, por conseguinte, a aceitação tácita da sentença, inexistindo pressuposto recursal.

Analiso.

Entendo que a presente questão trazida como preliminar, trata-se, na verdade, de mérito, razão pela qual a rejeito, para apreciá-la no momento próprio.

Rejeito.

2.1.2 DE IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO RECURSO POR INÉRCIA

Aduz que o agravante não demonstra os fundamentos que poderiam levar à revisão da sentença recorrida. Ressalta que a causa de pedir do recurso são os contra-argumentos à sentença prolatada, quando na verdade deveria rebater seus fundamentos e premissas o que não aconteceu.

Requer o não conhecimento do recurso.

Vejamos.

Não assiste razão ao agravado, tendo em vista que mesmo que as razões do recurso sejam as mesmas dos Embargos à Execução, ainda assim, o arrazoado contido no presente Agravo, tem relação com a decisão recorrida, configurando-se, então, o pressuposto intrínseco da adequação. Rejeito.

Assim, conheço do Agravo de Petição, vez que adequado, tempestivo (fls. 113 e 114), subscrito por advogado habilitado regularmente nos autos (fl. 47), estando o juízo garantido, fl. 38, estando preenchidos os requisitos do art. 897, § 1º, da CLT.

2.2 MÉRITO

Afirma o recorrente que a petição inicial deveria ter sido considerada inepta por não demonstrar os cálculos dos valores devidos. Aduz que não há indicação de atualização monetária, juros de mora e nem dos encargos, razão pela qual não se pode verificar se o valor cobrado de R$53.236,42 (cinqüenta e três mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos) está correto ou não.

Ressalta que a forma como a petição inicial expôs o valor cobrado impede que exercite seu direito ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa, previstos constitucionalmente.

Justifica que não há como verificar a retidão do número de UFIR´s referentes ao *quantum* devido, já que não há demonstração da constituição do débito, não havendo como saber se as normas legais que fixam os critérios para a apuração das infrações foram realmente observados, razão pelas quais requer a reforma da r. sentença recorrida, para que a petição seja considerada inepta.

Não assiste razão ao recorrente.

Destaco, primeiramente, que a Certidão de Dívida Ativa exeqüenda, além de estar preenchida com todos os requisitos exigidos pela lei n. 6.830/80, por imposição legal, goza de presunção de liquidez e certeza (artigo 3º), razão pela qual caberia ao executado/agravante ilidir tal prova, apontando os equívocos existentes na mesma e não transferir tal obrigação ao exeqüente, como pretende.

Apesar disso, o MM Juízo de primeiro grau, de forma didática, elucidou todos os aspectos de constituição e formação do débito, não havendo o que ser questionado pelo agravante quanto a esta questão, ainda mais quando em sua peça recursal, nada mais fez do que renovar os mesmos argumentos trazidos nos Embargos à execução.

Por outro lado, conforme informado pelo exeqüente em contra-razões, o executado parcelou o débito exeqüendo, administrativamente, conforme documento de fl. 131. A lei n. 10.522/2002, que dispõe sobre o cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), estabelece no §5º, do art. 11, que *"o pedido de parcelamento constitui confissão irretratável de dívida, (...)."*

O parcelamento do débito feito pelo agravante implica, portanto, na aceitação do montante da dívida, não lhe sendo mais lícito questionar tais valores.

Por estas razões, mantenho a r. sentença.

Ante o exposto e em conclusão, rejeito as questões preliminares de não conhecimento do recurso, suscitadas em contra-razões pela União, e dele conheço; no mérito, nego-lhe provimento para manter a r. Decisão e todos os seus termos, tudo conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM REJEITAR AS QUESTÕES PRELIMINARES DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO, SUSCITADAS EM CONTRA-RAZÕES PELA UNIÃO, E DELE CONHECER; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, PARA MANTER A R. DECISÃO E TODOS OS SEUS TERMOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 31 de julho de 2007. (Publicado no DOJT8 em 2/8/2007). VANJA COSTA DE MENDONÇA - Desembargadora Relatora.

****

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. LIMITES. LIBERAÇÃO DE VALORES ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPATIBILIDADE DO ART. 475-O, DO CPC, COM O ART. 899, DA CLT.

ACÓRDÃO TRT / 2ª T./ AP 00453-2004-110-08-00-0
REVISORA/PROLATORA: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN

AGRAVANTE: **OLDEMBERG WANDERLEY GUIMARÃES DE OLIVEIRA**
Advogados: Drª. Meire Costa Vasconcelos e outros

AGRAVADA: **CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A**
Advogados: Drª. Débora Cristina da Silva Salgado e outros

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. LIMITES. LIBERAÇÃO DE VALORES ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPATIBILIDADE DO ART. 475-O, DO CPC, COM O ART. 899, DA CLT. A regra do art. 899 da CLT significa que a execução provisória não permite atos de alienação do domínio ou pagamento ao exeqüente de valores relativos às parcelas não transitadas em julgado. Se o processo executório não se encontra na fase final, estando ainda pendente do julgamento de agravo de instrumento, não havendo trânsito em julgado da sentença, não se pode ofender os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, possibilidade a quitação do crédito que ainda não é definitivo. As novas disposições do art. 475, do CPC são incompatíveis com o Processo do Trabalho e especificamente com o art. 899, da CLT, sendo, portanto, inaplicáveis, consoante art. 769 consolidado.

OMISSIS.

É O RELATÓRIO que, como lido em sessão de julgamento pelo Excelentíssimo Desembargador Relator, adoto.

Conheço do agravo de petição, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade.

Desconsidero, para quaisquer fins, as contra-razões apresentadas pela executada, às fls. 294/296, porque subscritas por pessoa não habilitada nos autos.

QUITAÇÃO TOTAL DO CRÉDITO NA EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO ART. 475-O, DO CPC.

O MM. Juízo *a quo*, no r. despacho de fls. 284, indeferiu o pedido de levantamento de valores em favor do exeqüente, tendo em vista que a r. sentença exeqüenda ainda não transitou em julgado, estando pendente de julgamento do agravo de instrumento interposto da r. decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário da executada (Proc. TST-AIRE-23773/2006-000-99-00-8 - Certidão às fls. 284).

O exeqüente interpôs agravo de petição, às fls. 287/291, sustentando que a r. decisão agravada afronta o inciso LXXVIII, do art. 5º, da Constituição Federal, que assegura a todos, no âmbito judicial, *uma razoável duração do processo*, além dos meios que garantam a celeridade na sua tramitação. Ademais, violaria os princípios que norteiam o Processo do Trabalho, sobretudo o da celeridade na satisfação do crédito trabalhista de caráter alimentar.

Portanto, argumenta que não poderia o MM. Juízo de 1º Grau obstar a satisfação do crédito reconhecido em título judicial, pelo que devida a liberação dos valores já depositados para garantia do Juízo, nos termos previstos no art. 475-O, inciso III, do CPC.

Analiso.

Realmente, a execução trabalhista é especial, porque representa o meio de atuação de normas cogentes, objetiva constranger o devedor a pagar pelos meios legais, crédito de natureza alimentar e é norteada pelos princípios da eficácia do julgado, da utilidade, da instrumentalidade, do inquisitório (art. 878 consolidado), da celeridade (art. 765, da CLT), visando a entrega da prestação alimentar.

No entanto, esses princípios se traduzem de outra forma, na limitação dos recursos na fase de execução, na prevalência na Justiça do Trabalho do princípio do inquisitório, devendo o Juízo que, tem a direção do processo (art. 765 da CLT), impulsioná-lo de ofício, tomando as medidas e diligências necessárias para solucionar rapidamente o feito, sem ficar dependendo de provocação das partes.

Mas não se deve queimar etapas e eliminar os trâmites seguintes do processo executório, pagando ao exeqüente possíveis créditos, antes do trânsito em julgado, enquanto a CLT não for modificada. É preciso resguardar a boa ordem processual e o direito ao contraditório.

A despeito do efeito meramente devolutivo do Agravo de Instrumento, o Juízo não pode ordenar o pagamento imediato dos valores que dizem respeito às parcelas discutidas no recurso principal, o recurso de revista, ainda que negado seguimento ao AI, visto que se trata de execução provisória, não se cogitando da existência de nenhum direito líquido e certo ao recebimento desses valores, não sendo o caso de verificar-se nenhum abuso do direito de defesa por parte da executada, posto que o normal nessas hipóteses é aguardar a decisão do Tribunal Superior, não dando seguimento aos trâmites finais da execução, antes do pronunciamento da última instância.

De acordo com o art. 899 da CLT, a execução provisória não permite atos de alienação do domínio ou pagamento ao exeqüente de valores relativos às parcelas não transitadas em julgado, porque não há coisa julgada material e formal, pelo que não se tornou definitiva a execução.

Eis a redação do aludido dispositivo legal:

> *Art. 899 - Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora.*
>
> *§ 1º Sendo a condenação de valor até 10 (dez) vezes o salário-mínimo regional, nos dissídios individuais, só* ***será*** *admitido o recurso inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da respectiva importância. Transitada em julgado a decisão recorrida, ordenar-se-á o levantamento imediato da importância de depósito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz.*

Outrossim, a executada jamais efetuou depósito em juízo para quitar a dívida, com o intuito de liberação imediata ao exequente, tendo apenas garantido o juízo.

Ademais, nos presentes autos não se verifica demora abusiva da execução, pois a reclamação trabalhista foi ajuizada em 2004, a reclamada foi condenada a pagar diferenças de verbas que continuam sendo pagas ao reclamante, que tem preservado seu contrato de trabalho, não estando desempregado e em estado de necessidade, não havendo porque cogitar-se de ofensa ao direito a uma duração razoável do processo.

Entendo que as alterações profundas efetuadas no CPC, por força da Lei nº 11.232, de 22.12.2005, no que diz respeito à execução provisória, são incompatíveis com o Processo do Trabalho, que possui regramento próprio, não podendo ser no mesmo aplicadas, enquanto não houver um diploma legal específico que altere a CLT.

Não sigo a corrente que tenta forçar a aplicação subsidiária, alegando que a CLT é omissa, que a aplicação do procedimento contribui para a "duração razoável do processo" (art. 5º, LXXVIII).

Como leciona **Manoel Antonio Teixeira Filho**, este entendimento importa em "*indisfarçável transgressão ao art. 769, da CLT, que estadeia a omissão como requisito fundamental para a adoção supletiva da norma do processo civil pelo do trabalho, não se podendo configurar esse pressuposto pelo simples fato do CPC haver sido dotado de novas disposições*" além de "*arbitrária derrogação dos dispositivos da CLT que disciplinam o processo de execução (notadamente, os arts. 880 e 884), como se fosse juridicamente possível, lege lata, normas editadas com vistas ao processo civil deitarem por terra expressas disposições da CLT, que, como é óbvio, são específicas do processo do trabalho.*" (*in* "O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA NO CPC E O PROCESSO DO TRABALHO", *apud* Revista do TST, nº 73, pág. 55/56).

De modo que, sem que haja uma alteração legislativa das disposições da CLT, acentua o notável doutrinador, "*toda substituição de norma do processo do trabalho por norma do processo civil é arbitrária; mais do que isso, é transgressora do preceito estampado no art. 769, da CLT e de outros mais, conforme se demonstrou.*".

Pedro Paulo Teixeira Manus também destaca que a mudança do processo trabalhista depende de modificação expressa da CLT, pois, caso contrário, a pretexto de dar maior efetividade ao processo não se pode adotar as novas disposições do CPC, visto que *é preciso haver a omissão da CLT e também da Lei 6.830/80, para que então se possa lançar mão do CPC e, ainda assim, somente se não houver incompatibilidade com a norma trabalhista*.

...

O ato judicial torna-se viciado quando ofende o direito de qualquer das partes de que seja observada a norma legal, inclusive do executado, prossegue o festejado autor, mencionando que, "*Nesse contexto é que se coloca a garantia constitucional do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa, assegurados pelo art. 5º, LIV, e LV, da Constituição Federal, no sentido de que às partes litigantes há que se garantir o respeito às regras estabelecidas pelo legislador e sua estrita observância, sob pena de ofensa ao referido devido processo legal, que se materializa exatamente pela garantia das oportunidades processuais.* (*apud* Revista do TST, nº 73, págs. 43/50, A EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO, O DEVIDO PROCESSO LEGAL, A EFETIVIDADE DO PROCESSO E AS NOVAS ALTERAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

As novas disposições do art. 475, do CPC são incompatíveis com o Processo do Trabalho e especificamente com o art. 899, da CLT, sendo, portanto, inaplicáveis, consoante art. 769 consolidado.

Ademais, *ad argumentandum*, ainda que prevalecesse o voto divergente

do digno Relator, não se poderia liberar além de sessenta salários mínimos, posto que se trata de execução provisória, conforme até mesmo as novas disposições do CPC que, aliás, também instituíram para o Juízo uma mera faculdade de liberar o dinheiro nas causas de pequeno valor, conforme sua prudência e bom senso, não gerando nenhum direito para o credor da execução provisória.

Ante o exposto, conheço do agravo e desconsidero, para quaisquer fins, as contra-razões apresentada pela executada, às fls. 294/296, porque subscritas por pessoa não habilitada nos autos; no mérito, nego-lhe provimento, para confirmar o r. despacho agravado, tudo de acordo com a fundamentação supra.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO AGRAVO E DESCONSIDERAR, PARA QUAISQUER FINS, AS CONTRA-RAZÕES APRESENTADAS PELA EXECUTADA, ÀS FLS. 294/296, PORQUE SUBSCRITAS POR PESSOA NÃO HABILITADA NOS AUTOS; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR, NEGAR PROVIMENTO AO APELO, PARA CONFIRMAR O R. DESPACHO AGRAVADO, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA. PROLATOU O ACÓRDÃO A EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA REVISORA. O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR REQUEREU E LHE FOI DEFERIDA JUSTIFICATIVA DE VOTO DIVERGENTE.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 19 de setembro de 2007. (Publicado em 24/9/2007). ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN - Desembargadora Federal do Trabalho - Revisora e Prolatora do Acórdão.

JUSTIFICATIVA DE VOTO DIVERGENTE

Conheço do agravo de petição, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade.

Da contraminuta da executada (fls. 294/296)

Inicialmente, esclareço que ***desconsidero a contraminuta*** apresentada pela executada, às fls. 294/296, porque subscrita por pessoa não habilitada nos autos. É o que se afere da procuração de fls. 36, e substabelecimentos de fls. 37, 222 e 251. Ademais, na procuração de fl. 276 e no substabelecimento de fl. 277, que estão em cópia simples, não consta o nome da subscritora das contra-razões.

Do mérito

O exeqüente interpôs agravo de petição, às fls. 287/291, com vistas à reforma da r. decisão de fl. 284, que indeferiu o levantamento de valores em favor do demandante, tendo em vista que a r. decisão exeqüenda ainda não transitara em julgado, porque pendente de julgamento agravo de instrumento interposto da r. decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário da executada (Proc. TST-AIRE-23773/2006-000-99-00-8 - Certidão à fl. 284).

Postula, o agravante, a reforma da r. decisão agravada, que não autorizou a liberação de valores a seu favor, sob o fundamento da existência de execução provisória. Alega que a r. decisão agravada afronta o inciso LXXVIII, do art. 5º, da

Constituição Federal, que assegura a todos, no âmbito judicial, *uma razoável duração do processo*, além dos meios que garantam a celeridade na sua tramitação. Ademais, violaria os princípios que norteiam o processo do trabalho, sobretudo o da celeridade na satisfação do crédito trabalhista de caráter alimentar.

Afirma que o agravo de instrumento pendente de julgamento em grau extraordinário não suspende a execução provisória da sentença, bem como não haveria possibilidade de modificação da decisão meritória, pois o C. TST já se pronunciou acerca da matéria, negando provimento ao agravo de instrumento da executada, uma vez que o direito ao adicional de periculosidade e sua repercussão em outras parcelas é previsto em lei e na jurisprudência uniforme daquele C. Tribunal Superior do Trabalho (Súmula nº 191), o que obsta o recurso de revista (art. 896, § 5º, da CLT). Por outro lado, enfatiza não haver matéria constitucional a ser discutida. Assim, o agravo de instrumento interposto caracterizar-se-ia como meramente protelatório.

Portanto, não poderia o MM. Juízo de 1º Grau obstar a satisfação do crédito reconhecido em título judicial, pelo que devida a liberação dos valores já depositados para garantia do Juízo, nos termos previstos no art. 475-O, inciso III, do CPC.

Analisemos a controvérsia.

A *priori*, mister tecer algumas considerações quanto ao cerne da controvérsia, a saber: a execução provisória.

A execução provisória, prevista do no art. 899, da CLT, está jungida a atos que não importem em expropriação de bens do devedor.

O art. 899, da CLT, assim dispõe, *in verbis:*

> "Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, **permitida a execução provisória até a penhora**." (grifos nossos)

Com efeito, verifica-se, no caso dos autos, que a execução provisória decorre da pendência de julgamento de agravo de instrumento (Proc. TST-AIRE-23773/2006-000-99-00-8, Certidão à fl. 203), interposto porque negado seguimento a recurso extraordinário apresentado em agravo de instrumento de recurso de revista (TST-AIRR-453/2004-110-08-40.4, fl. 200 dos autos do agravo de instrumento, em apenso).

O segundo aspecto concerne à aplicação subsidiária do art. 475-O, § 2º, incisos I e II, do CPC, ao processo trabalhista (art. 769, da CLT).

No caso em exame, infere-se dos autos, petição de fl. 283, que deu origem à r. decisão agravada, a noticiar que não haveria "mais qualquer recurso capaz de ensejar a modificação da decisão meritória, sendo o AIRE meramente protelatório do feito, bem como, a natureza alimentar do crédito trabalhista" (fl. 283).

À vista do pleito e diante da certidão de fl. 284, que atestara a pendência de julgamento de agravo de instrumento interposto da r. decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário da executada, de lavra do Exmº. Ministro, Rider Nogueira de Brito, à fl. 200 dos autos do agravo de instrumento nº TST-AIRR-453/2004-110-08-40.4, em apenso, o MM. Juízo de 1º Grau indeferiu o pedido, decisão ora impugnada.

Quanto à questão ora em análise, mister que se traga a lume o que leciona ***Cassio Scarpinella Bueno***[1], ao analisar a alteração procedida no CPC pela Lei nº 11.232, de 22/12/2005, com relação ao art. 475-O, inciso III, e § 2º, incisos I e II, *in verbis*:

---

[1] SCARPINELLA BUENO, Cassio. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil: comentários sistemáticos às Leis n. 11.187, de 19-10-2005, e 11.232, de 22-12-2005*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1. p. 156-160.

"21.1 Especificamente a dispensa da caução (art. 475-O, § 2º)

O § 2º do art. 475-O, seguindo a diretriz aberta pela Lei n. 10.444/2002, autoriza a 'dispensa da caução'. A hipótese do inciso I, embora próxima à disciplina então dada ao § 2º do art. 588, é diferente, porque mais ampla que a anterior. A hipótese do inciso II é novidade trazida pela Lei n. 11.232/2005.

(...)

A regra atual é mais ampla do que a anterior, embora não seja tão aberta quanto particularmente sempre me pareceu que dela *devesse ser* (mesmo antes do advento da Lei n. 10.444/2002), por força do modelo constitucional do processo. Passo, contudo, fiel aos objetivos do trabalho, a examinar o novo texto. A crítica vem ao final.

Dispensa-se a caução a que se refere o inciso II do art. 475-O naqueles casos de natureza alimentar *ou* naqueles casos de ato ilícito desde que, em um e em outro, o exeqüente demonstre situação de necessidade *e* o valor exeqüendo for de até 60 salários mínimos. Não há dúvida, pela fórmula redacional, invertida, empregada pelo legislador, que as ressalvas ('situação de necessidade' *e* 'limite de 60 salários mínimos') aplicam-se indistintamente ao crédito de natureza alimentar *ou* ao crédito decorrente de ato ilícito. Não basta que se trate de crédito de natureza alimentar e não basta que ele seja proveniente de ato ilícito para que seja dispensada a caução exigida, como regra, pelo inciso III do art. 475-O. Mister também, para as duas hipóteses, que o exeqüente demonstre a *necessidade* no recebimento do valor exeqüendo e, mesmo assim, observando-se o teto dos 60 salários mínimos.

O que é positivo no inciso I do § 2º do art. 475-O é que não há mais espaço para se questionar se um crédito de natureza alimentar proveniente não do 'direito de família' mas da prática de um *ato ilícito* enseja a aplicação da regra. Sempre defendi a interpretação ampliativa e alegra-me vê-la vencedora na lei.

Há, contudo, dois pontos negativos na regra, com o devido respeito a seus idealizadores. E nisto ela apenas repete fórmula, que sempre me pareceu muito restrita, da Lei n. 10.444/2002.

Aquele texto ainda deixa espaço para dúvidas bem fundadas e que têm desafiado a nossa doutrina. Assim, para ficar com duas bem interessantes, embora não ofereça, aqui, minha resposta: é possível sempre dispensar a caução até o limite de 60 salários mínimos? É possível exigir caução somente para o que sobejar aquele valor?

Outro ponto que não me agrada no dispositivo em comento - e que já não me agradava na versão da Lei n. 10.444/2002, repito - é que os casos de dispensa de caução são muito restritos. Dada a inegável *cumulação* das situações sobre a qual já me manifestei (embora tenha, neste ponto, havido melhora sensível com o destaque expresso dos atos ilícitos), haverá outros tantos casos em que a prestação da caução para a ultimação dos atos de execução mesmo que provisória poderia ser dispensada. A situação, sempre pensei assim, deveria ficar a cargo do juiz do caso concreto,

melhor capacitado a considerar os riscos envolvidos em prol e em detrimento de cada uma das partes, ao mesmo tempo em que tem condições de avaliar quem tem o 'melhor direito', isto é, em que medida o título que fundamenta a execução provisória será, ou não, confirmado em sede recursal.

De qualquer sorte, reitero o que já tive oportunidade de escrever anteriormente, não hesito em afirmar que a rigidez do dispositivo deve ceder espaço ao modelo constitucional do processo. Mesmo fora das situações pré-avaliadas pelo legislador, é dado ao juiz deixar de exigir a caução (dispensá-la, portanto), quando verificar que o exeqüente tem, a um só tempo, mais plausibilidade de direito que o executado e que ele, exeqüente, tende a experimentar um prejuízo maior que o do executado. O risco inerente a esta decisão é ínsito ao sistema e faço questão de notar: quando se fala de execução provisória no contexto no qual estou me referindo, está a se falar de uma sentença ou, até mesmo, de um *acórdão* proferido por um Tribunal que tem condições de surtir seus efeitos executivos. Por que não reconhecer a eles seu máximo de eficácia, ao encontro do princípio da efetividade da jurisdição?

(...)

Tecidas essas considerações, é momento de destacar o inciso II do § 2º do art. 475-O, novidade da Lei n. 11.232/2005, quando comparada com a Lei n. 10.444/2002. Trata-se, a bem da verdade - e bem na linha do que acabei de escrever - de uma situação em que a dispensa da caução dá-se, assim reconhecida expressamente pelo legislador, em função da altíssima plausibilidade de manutenção do título que fundamenta a execução provisória. Nos casos em que houver pendente de apreciação, perante o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, o agravo de instrumento a que se refere o art. 544, isto é, o agravo interposto para que se admita o processo de recurso ordinário ou recurso especial indeferido no órgão de interposição (os chamados 'agravos de despachos denegatórios de recurso especial e extraordinário'), a execução provisória pode seguir sua marcha sem a necessidade de caução.

Pelo que se lê do texto da lei, não se aplicam aqui as ressalvas do inciso I do mesmo dispositivo. A dispensa da caução dá-se pela existência do fato objetivo consistente em haver, perante os Tribunais Superiores, os agravos de que trata o art. 544. Não há espaço para se questionar sobre os valores envolvidos na execução (se inferiores ou superiores a 60 salários mínimos) ou se há, ou não há, situação de necessidade do exeqüente. Tampouco a origem da condenação.

A redação dada ao inciso II do § 2º do art. 475-O tem um mérito extra. Ao abrir expressamente a oportunidade de o magistrado deixar de dispensar a caução à luz do '*risco processual* concreto', dá aplicabilidade correta aos princípios que informam a execução provisória, em estreita sintonia com o modelo constitucional do processo. Que esta abertura comunique-se e generalize a hipótese,

contaminando a ainda rígida *letra* do inciso I, em nome dos valores constitucionais do processo que, na nossa prática, sempre parecem estar 'atrás' da lei e dela dependentes, quando o correto seria rigorosamente o oposto." (grifos nossos)

Acompanho, integralmente, a manifestação do renomado doutrinador acima transcrita, pois o § 2º, do art. 475-O, do CPC, comporta parâmetros em perfeita harmonia com o modelo constitucional do processo.

De fato, como tenho me manifestado em casos similares, creio que o novo modelo legal para o cumprimento da sentença, embora em caráter provisório, determinado pelo art. 588 (depois art. 475-O), do CPC, estabelece diminutas diferenças entre os tipos de execução (definitiva ou provisória), com possibilidade ampla de bloqueio de valores; o levantamento de depósito em dinheiro, como no caso em exame; o que guarda perfeita harmonia com os princípios do processo do trabalho, que se caracteriza pela celeridade, em razão da necessidade de atender o pagamento de créditos de natureza alimentar.

Por conseguinte, ***dou provimento*** ao agravo de petição do exeqüente para, ao reformar a r. decisão agravada, determinar a liberação dos valores depositados para garantia do Juízo, nos termos previstos no art. 475-O, § 2º, inciso II, do CPC.

ANTE O EXPOSTO, conheço do agravo de petição; desconsidero a contraminuta apresentada pela executada, porque subscrita por pessoa não habilitada nos autos; e, no mérito, dou provimento ao agravo de petição do exeqüente para, ao reformar a r. decisão agravada, determinar a liberação dos valores depositados para garantia do Juízo, nos termos previstos no art. 475-O, § 2º, inciso II, do CPC, conforme os fundamentos.

Belém, 19 de setembro de 2007. VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA - Desembargador Federal do Trabalho - Relator.

****

GERENTE DE *LEASING*. CARACTERIZAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00044-2007-004-08-00-6
RELATOR: Desembargador JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR

RECORRENTES: **NILSON SOARES PEREIRA**
Doutora Christianne de Lima Ribeiro e outros

BANCO SAFRA S. A.
Doutor Arnaldo Moraes Filho e outros

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

GERENTE DE *LEASING*. CARACTERIZAÇÃO. O gerente de *leasing* de banco que recebe horas extraordinárias não é gerente em sentido estrito, para os fins e efeitos do § 2º art. 224 consolidado, pelo que não tem direito à gratificação estipulada em norma coletiva especificamente para os gerentes assim caracterizados nessa norma legal.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS
2.1 QUESTÕES PRELIMINARES
2.1.1 NÃO CONHECIMENTO

Recebe-se como questão preliminar de não conhecimento a seção secundária 1.3 da contraminuta do reclamante, denominada **1*.3 - DA IRREGULARIDADE DOS INSTRUMENTOS DE FLS. 237, 238-239*** (sic, caixa alta e negrito no original, folhas 325-326).

Alega haver irregularidades nas procurações e substabelecimentos trazidos pela reclamada (folhas 237, 238 e 239), pois além de intempestivas violariam o art. 654 do Código Civil (folhas 325-326).

Não é verdade que a procuração outorgada pela sociedade anônima reclamada não contenha a qualificação civil da outorgante, pois contém, extensamente, bastando para constatar isso que se a leia com atenção (folha 238). O outorgante é a reclamada Banco Safra S.A., não seus diretores, como maliciosamente pretende fazer crer o recorrente, cuja qualificação não é exigida pelo art. 654 do Código Civil.

Também não é verdade que os diretores signatários da procuração não estejam identificados, pois estão e suas assinatura foram reconhecidas em cartório - que tem poderes para fazê-lo, ao contrário do recorrente, que não o tem - que teve o cuidado de registrar seus nomes no verso da procuração (folha 239 verso). O recorrente não teve o elementar cuidado de ler o verso da procuração antes de perder seu tempo com essa alegação infundada, impondo perda de tempo igual ou maior ao Relator do recurso, tempo que poderia ser melhor empregado no exame do mérito do recurso, o que deveria ser seu maior interesse.

Não cuidou o recorrente de ler os Estatutos Sociais do outorgante, trazidos aos autos com a procuração (folhas 240-241), e neles constatar que seus diretores executivos têm poderes para outorgar mandato (art. 17, parágrafo 2º, folha 240), revelando falta de seriedade na impugnação que assim fez.

E tendo assim perdido tempo com o que não devia, não percebeu o recorrente irregularidade que efetivamente há, como se demonstra em seguida. A procuração impugnada está assinada por dois diretores do Banco, na forma de seus Estatutos Sociais (folhas 238-240), sendo outorgado o Doutor José Luís Caetano, que substabeleceu com reserva de iguais os poderes que lhe foram assim outorgados para o Doutor Paulo Sérgio Rodrigues Morais, inclusive - e expressamente - o de substabelecer (folhas 238-239). Ocorre que o Doutor Paulo Sérgio Rodrigues Morais substabeleceu tais poderes para a Doutora Paula Tavares de Moraes (folha 237) em 26 de fevereiro de 2007, sem ter tido o cuidado de reservar iguais poderes para si - como o fez o primeiro substabelecente - com o que deles despojou-se, conforme a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho abaixo transcrita[1]:

> *SUBSTABELECIMENTO. RESERVA. O silêncio a respeito da cláusula de reserva, no substabelecimento, eqüivale à ausência de reserva de poderes. O advogado que substabelece a procuração a outro advogado, sem reserva de poderes, se despoja dos poderes*

[1] TST - 1ª T. - RR 145414/94 - Ac. 9184/97 - Rel. Min. João Orestes Dalazen - DJ 07.11.97.

que lhe foram conferidos, transferindo-os sem ressalva, aquele em favor de quem foi feito o substabelecimento. Recurso conhecido e não provido.

Assim sendo, quando mais adiante, em 23 de março de 2007, o Doutor Paulo Sérgio Rodrigues Morais substabeleceu novamente poderes para o Doutor Arnaldo Moraes Filho (folha 312), ele já não mais tinha poderes a substabelecer, pois os transferira sem reservas para a Doutora Paula Tavares de Moraes (folha 237), sendo por isso - e não pelos argumentos do recorrente - inválido o segundo substabelecimento assim feito. E como o recurso ordinário está assinado pelo Doutor Arnaldo Moraes Filho (folhas 285 e 311), que não tem regulares poderes para esse fim e não tem mandato tácito (folha 206), não atende esse pressuposto de regularidade da representação no processo.

Por tais fundamentos - e não pelos da contraminuta - embora seja ele adequado e preparado com o depósito recursal (folha 396) e o pagamento das custas processuais (folha 397), acolhe-se a questão preliminar e não se conhece do recurso ordinário do reclamado.

Conhece-se do recurso ordinário do reclamante porque adequado, tempestivo (folha 331), subscrito por advogado habilitado (folha 14) e dispensado de preparo.

2.1.2 NULIDADE DO PROCESSO

Em longas razões de 8 (oito) páginas sustenta o reclamante-recorrente que a contestação deveria ter sido considerada inexistente pelo juízo recorrido, porque não se habilitara o advogado com procuração no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e assim descumprido o que fora determinado em audiência, sob as penas do parágrafo único do art. 37 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual requer a nulidade do processo a partir do primeiro ato praticado pelo advogado da reclamada e declarada revel e confessa, com retorno dos autos ao juízo de origem (folhas 271-278).

No sistema de nulidades vigente no processo trabalhista a parte deve argüir a nulidade na primeira vez que falar nos autos ou em audiência (art. 795 consolidado), pelo que neste caso concreto a primeira vez que coube ao reclamante falar nos autos foi quando interpôs embargos declaratórios (folhas 222-228), ocasião em que se limitou a mencionar o que entendia ser uma nulidade processual (folha 227), sem requerê-la expressamente, antes pelo contrário, concluiu as razões recursais pedindo que fosse suprida a omissão apontada (folha 228), tal seja, decisão sobre a penalidade estipulada no parágrafo único do art. 37 do Código de Processo Civil.

Ao assim proceder, o reclamante-recorrente permitiu que se operasse a preclusão, tornando impossível o acolhimento da questão preliminar de nulidade do processo nesta fase.

Por tais fundamentos recusam-se expressamente as extensas razões recursais (folhas 271-278), prequestionando expressamente tudo o que nelas se contém, o que se faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos declaratórios.

Rejeita-se a questão preliminar de nulidade do processo.

2.1.3 NULIDADE DA SENTENÇA

Diz o reclamante-recorrente que a sentença não teria examinado a questão preliminar de nulidade do processo por falta de representação processual do advogado da reclamada, incorrendo em negativa de prestação jurisdicional (folhas 278-279).

Reiterando os fundamentos da seção terciária imediatamente anterior, faz-se notar que também aqui ocorreu preclusão, porque o reclamante não suscitou a questão preliminar de nulidade da sentença nos embargos declaratórios que interpôs (folhas 222-228), limitando-se a requerer o suprimento da omissão, mas não a nulidade da sentença. Assim operada a preclusão é inviável a nulidade da sentença, nos termos do art. 795 consolidado.

Por tais fundamentos recusam-se expressamente as razões recursais (folhas 278-279), prequestionando expressamente tudo o que nelas se contém, o que se faz com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos declaratórios.

Rejeita-se a questão preliminar de nulidade da sentença.

2.2 MÉRITO

2.2.1 RECURSO DO RECLAMANTE

2.2.1.1 REPERCUSSÕES DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Alega que os valores das horas extras pagas não teriam sido apuradas corretamente para efeito de repercussão sobre as demais verbas salariais, requerendo a integração da média do valor de R$1.302,04 (hum mil trezentos e dois reais e quatro centavos) em gratificação natalina, férias, depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e *todas as verbas rescisórias* (folha 282-283).

Tomando por amostragem o mês de dezembro de 2000 (folha 21), verifica-se que no demonstrativo de pagamento consta salário básico de R$2.838,40 (dois mil oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos) e gratificação natalina de R$4.576,37 (quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos) ficando assim claramente demonstrado, pelo valor bem superior em relação ao salário básico, que havia mesmo repercussão das horas extraordinárias habituais em valor até mesmo superior ao que pede o reclamante-recorrente. Não procede a alegação em relação à gratificação natalina, não conseguindo o recorrente indicar um só ano em que teria deixado de ser paga essa repercussão.

Igualmente tomando por amostragem o mês de julho de 2002, quando foram pagas as férias (folhas 25 e 189), verifica-se o reclamante recebeu remuneração de férias de R$3.209,37 (três mil duzentos e nove reais e trinta e sete centavos) correspondente a apenas 20 (vinte) dias de férias porque convertidos outros 10 (dez) dias em abono pecuniário de R$1.604,69 (um mil seiscentos e quatro reais e sessenta e nove centavos), como se verifica no mesmo demonstrativo. Como o salário básico do reclamante era de R$2.994,52 (dois mil novecentos e noventa e quatro reais e cinqüenta e dois centavos), conforme demonstrativo de pagamento do mês imediatamente anterior (folha 188), ficou assim provado que a repercussão das férias era feita também no tocante às férias, em valor também superior ao reclamado.

E quanto às repercussões sobre o que denominou *verbas rescisórias* (sic, folha 283), supondo sejam elas as mesmas mencionadas na sentença (folha 216), já que o recorrente não se deu ao trabalho de indicá-las com precisão e objetividade, adotam-se os mesmos fundamentos da sentença recorrida, nada havendo a repercutir porque mantido o pedido de dispensa e seus efeitos, não havendo *verbas rescisórias* a pagar.

Por tais fundamentos rejeitam-se as razões recursais (folhas 282-283), prequestionando-as expressamente, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos declaratórios.

Nega-se provimento.

2.2.1.2 INDENIZAÇÃO ADICIONAL

Não se conforma com o indeferimento do pedido de indenização adicional estipulada no art. 9º da Lei Nº 7.238/84, asseverando que o direito seria mera conseqüencia do pedido de reajuste salarial julgado procedente.

Ao final da seção secundária 2.4 da petição inicial o reclamante argumentou ser *devida a indenização adicional de que trata o art. 9º da Lei 7.238/84 c/c a Súmula 314/TST* (sic, folha 8), reclamando a esse título *Salário decorrente da indenização prevista no art. 9º da Lei 7.238/84* (folha 10), tendo o juízo recorrido pronunciado a prescrição dessa parcela, extinguindo-a com resolução do mérito (folhas 212 e 220).

O recorrente não impugna no recurso a prescrição assim pronunciada (folhas 271-284), daí resultando que com ela concordou. Ademais, como bem demonstrado na sentença recorrida, em relação a esse pedido a prescrição não foi interrompida, porque ele não foi objeto da reclamação anterior (folhas 38-44), pelo que foi ele alcançado pela prescrição bienal, porque o recorrente foi despedido em 3 de setembro de 2003 e propôs esta reclamação em 11 de janeiro de 2007 (folha 2).

Tais fatos são incontroversos, porque alegados e provados pelo próprio reclamante, que assim deduziu pretensão contra eles, litigando de má-fé, o que será objeto de cuidados mais adiante.

Por tais fundamentos rejeitam-se as razões recursais (folha 283), prequestionando-as expressamente, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos declaratórios.

Nega-se provimento.

2.2.1.3 DIFERENÇAS SALARIAIS

Diz que teria sido Gerente CDC de *Leasing* AG de setembro de 2001 a agosto de 2002 - quando foi promovido para Gerente Geral de Agência - e não recebera a gratificação que estaria assegurada na cláusula décima primeira da Convenção Coletiva de Trabalho, em percentual não inferior a 55% (cinqüenta e cinco por cento), pelo que requer a reforma da sentença que julgou o improcedente o pedido de diferenças salariais (folha 283).

Ocorre que essa cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho não se aplica ao recorrente, que não foi, nesse período, gerente no sentido e para os fins do art. 224 consolidado, tanto assim que era remunerado pelas horas extraordinárias trabalhadas, conforme consta dos demonstrativos de pagamento que ele próprio trouxe aos autos (folhas 21-25), sendo esse mais um fato incontroverso contra o qual o recorrente deduz pretensão. Como bem notado na sentença recorrida, se recebia o recorrente horas extraordinárias, é porque a ele não se aplicava a regra do § 2º do art. 224 consolidado, pois se gerente - em sentido estrito - fosse, nada receberia a esse título. Como bem dito na sentença, o reclamante pretende o melhor de dois mundos, o que não é possível e aceitável.

Em suma, o gerente de *leasing* de banco que recebe horas extraordinárias não é gerente em sentido estrito, para os fins e efeitos do § 2º do art. 224 consolidado, pelo que não tem direito à gratificação estipulada em norma coletiva especificamente para os gerentes assim caracterizados nessa norma legal.

Mais uma vez o reclamante, que assim deduziu pretensão contra fatos incontroversos, porque por ele mesmo provados, litiga de má-fé, o que será objeto de cuidados mais adiante.

Por tais fundamentos rejeitam-se as razões recursais (folha 283),

prequestionando-as expressamente, com o declarado e deliberado propósito de evitar embargos declaratórios.

Nega-se provimento.

2.2.1.4 LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Como demonstrado nas seções quaternárias **2.4.2.2 INDENIZAÇÃO ADICIONAL e 2.4.2.3 DIFERENÇAS SALARIAIS** acima, o recorrente deduziu pretensão contra fatos incontroversos, pelo que se o declara litigante de má-fé, condenando-o a pagar ao reclamado multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da condenação, nos termos dos artigos 17 e 18 do Código de Processo Civil.

2.3 PREQUESTIONAMENTO

Recusa-se, por todo o exposto, parcialmente a argumentação recursal do reclamante (folhas 270-284), deixando expressamente prequestionado tudo o que nelas se contém. Afirma-se que este Acórdão não viola o art. 93, IX da Constituição da República, art. 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, artigos 13, II, 37, 458, 535 do Código de Processo Civil, art. 954 do Código Civil e art. 9º da Lei Nº 7.238/1984, de todo modo, prequestionados, com o declarado e deliberado intuito de prevenir e, quiçá, evitar embargos declaratórios.

Ante todo o exposto e em conclusão, acolhe-se a questão preliminar suscitada na contraminuta do reclamante e não se conhece do recurso ordinário do reclamado; conhece-se do recurso ordinário do reclamante, rejeitam-se as questões preliminares de nulidade do processo e de nulidade da sentença; no mérito, nega-se-lhe provimento, declara-se o reclamante-recorrente litigante de má-fé, condenando-o a pagar ao reclamado-recorrido multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da condenação, mantendo integralmente a sentença recorrida, inclusive quanto às custas processais, tudo conforme os fundamentos.

3 CONCLUSÃO

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM ACOLHER A QUESTÃO PRELIMINAR SUSCITADA NA CONTRAMINUTA DO RECLAMANTE E NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE E REJEITAR AS QUESTÕES PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO E DE NULIDADE DA SENTENÇA; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, DECLARAR O RECLAMANTE-RECORRENTE LITIGANTE DE MÁ-FÉ E CONDENÁ-LO A PAGAR AO RECLAMADO-RECORRIDO MULTA DE 1% (UM POR CENTO) DO VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO, MANTENDO INTEGRALMENTE A SENTENÇA RECORRIDA, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSAIS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 24 de setembro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 28/9/2007). JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, Relator.

****

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - HONORÁRIOS CONTRATUAIS E HONORÁRIOS JUDICIAIS - DISTINÇÃO

ACÓRDÃO TRT 4ªT./ RO 02346-2006-201-08-00-5
RELATOR: Desembargador GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO

RECORRENTE: **RICARDO GONÇALVES SANTOS**
Advogado: Dr. Claudemiro Santos Júnior

RECORRIDAS: **ASSUNÇÃO IVO PORTELA SAMPAIO**
RAIMUNDA MIRANDA BARROS
Advogado: Dr. Luís Carlos de Aguiar Portela

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - HONORÁRIOS CONTRATUAIS E HONORÁRIOS JUDICIAIS - DISTINÇÃO - Honorários judiciais são aqueles relativos às ações judiciais, provenientes da sucumbência, e não se confundem com os contratuais, que visam recompor os prejuízos experimentados pelo lesado em razão da contratação de advogado para patrocinar a sua demanda em busca do cumprimento forçado da obrigação.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
2.1. Conhecimento
Conheço do recurso, porque atendidos os requisitos de admissibilidade.

2.2. Mérito
Alega o recorrente que foi contratado para defender os reclamados nos autos do Processo 1078/1999 que tramitou perante a MM. Quarta Vara Cível da Comarca de Macapá, em que Maria Simões Paes, Jarbas Serique Gato e Lourival Simões Paes, onde pretendiam indenização por danos materiais e morais. Diz que a ação possuía como valor da causa a importância de R$ 527.338,11, para o ano de 1998, mais R$ 105.467,62 equivalentes a 20% a título de honorários advocatícios, totalizando R$ 632.805,73.

Alude que por conta de um incêndio em imóveis de sua propriedade, os reclamados afirmaram que não poderiam lhe pagar os honorários razão por que chegaram a um consenso de que pagariam uma importância equivalente a 20% do que deixassem de pagar a título de indenização aos autores do referido processo, valor a ser atualizado e pago em vinte parcelas mensais e consecutivas do mesmo valor, a partir do trânsito em julgado da decisão. Sustenta que após a negociação foi feito o contrato de prestação de serviços mas que os reclamados se negaram a assiná-lo.

Assevera que foi contratado para atuar dentro dos limites estaduais da judicatura e não em instâncias superiores, vez que estas demandam viagens, tempo e dinheiro, e diz também que o contrato era de risco e de interesse para ambas as partes.

Aduz que a prova maior de que os reclamados tinham acertado com ele o valor apontado é a confissão parcial de que mesmo após a decisão do primeiro grau, quando ele, autor, teria cobrado quantia três vezes superior ao valor da condenação, eles ratificaram o mandato que lhe fora concedido. Por isso, entende que se não houvessem chegado ao valor contratado por escrito, e não assinado, ele não iria ajuizar o recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Amapá.

Argumenta que o valor contratado corresponde exatamente ao disposto nas tabelas da Ordem dos Advogados do Brasil, não podendo ser considerado de cunho obscuro e inatingível.

Assegura que a prova inquestionável é a confissão de um dos reclamados em juízo, que negou categoricamente a existência do contrato, porém, o ratificou quando foi intimado a declarar qual dos advogados constituíra para apresentar seu recurso perante o Tribunal de Justiça Estadual. Diz que o próprio recorrido declarou em depoimento que se não fosse ele, autor, na presteza da continuidade dos serviços, o outro advogado teria perdido o prazo para recurso.

Se insurge também contra o entendimento do juízo de primeiro grau, que considerou aviltante o percentual de 20% sobre o que deixasse de pagar aos autores da ação do cível. Afirma que é comum a cobrança entre 20 a 30% sobre o valor total da causa, e defende que não falta razoabilidade no percentual acordado tendo em vista ele ter se atrelado ao sucesso da causa, que consistia em fazer com que os reclamados pagassem o menor valor possível a título de indenização.

Entende que a decisão do juízo de primeiro grau não seguiu as regras processuais civis, vez que de acordo com o § 3º do art. 20 do CPC, deveria ter arbitrado, no mínimo, o percentual de 10% sobre o benefício trazido aos reclamados por seu intermédio. Requer a aplicação do citado § 3º, alegando que o juízo não pode se esquivar de aplicar a lei.

Acrescenta que a causa foi tratada pelo juízo de primeiro grau em valores existentes no ano de 1998, e não em valores atuais, e que o valor que atribuído aos honorários advocatícios, de R$ 15.333,00, ou seja, 2/3 de R$ 23.000,00, equivale a 0,01180482% do valor da causa atualizado, que em 2006 estaria em R$ 1.948.356,05.

Transcreve doutrina em amparo de sua tese e também jurisprudência para afirmar que os tribunais pátrios também consideram reversíveis os honorários fixados em valor pífio.

Alude, ainda, que houve cerceio de defesa em razão de ter sido aceita a contradita da testemunha que arrolou. Entende que mesmo sendo advogado do mesmo escritório que ele, essa qualidade não lhe desmerece o crédito de probidade.

Finaliza requerendo a reforma da sentença, com o conseqüente deferimento do pleito da inicial ou, supletivamente, o mínimo legal com os “agravantes” demonstrados no apelo, concernentes aos honorários advocatícios.

Analiso.

Inicialmente, convém ressaltar que não houve o alegado cerceio de defesa, no indeferimento do depoimento da testemunha arrolada pelo autor, uma vez acolhida a contradita feita pela reclamada.

A testemunha trazida pelo autor não merece fé. Conforme documento de fl. 932, trata-se de advogado que milita junto com o autor, no mesmo escritório e que, inclusive, consta da procuração outorgada pelo reclamado para ambos, portanto, sem a necessária isenção de ânimo para depor. Desta forma, não existe qualquer cerceio de defesa.

Quanto às demais questões trazidas no apelo, entendo que assiste razão em parte ao recorrente.

Tratam os presentes autos da cobrança de honorários advocatícios pelo

autor, sob a alegação de que foi contratado pelos reclamados para defendê-los em ação de indenização por danos morais e patrimoniais em feito que tramitou perante a Justiça Civel do Estado. Alegou que foi ajustado percentual de 20% sobre a importância que deixasse de ser paga na citada ação, porém, só existia contrato verbal, vez que os reclamados se negaram a formalizar por escrito o acerto.

Decidindo o pleito, o juízo de primeira instância condenou os reclamados a pagarem ao autor o valor de 2/3 do total de R$ 23.000,00, reconhecidos pelos mesmos, importando em R$ 15.333,33.

Pelos termos do ajuste pactuado entre as partes, vislumbro tratar-se da hipótese de honorários contratuais, e não judiciais como entende fazer jus o autor. Outrossim, os honorários judiciais são aqueles relativos às ações judiciais, provenientes da sucumbência, e não se confundem com os contratuais.

Com efeito, existem os honorários advocatícios contratuais, fulcrados em norma de direito material, fruto da alteração nascida com o novel Código Civil de 2002, e os honorários advocatícios sucumbenciais, ou judiciais, estribados na norma do Código de Processo Civil.

Contudo, tem-se, de início, que os honorários judiciais não se confundem com os honorários contratuais. Estes são uma das modalidades do ressarcimento por perdas e danos decorrentes do inadimplemento das obrigações, vale dizer, os honorários contratuais visam recompor os prejuízos experimentados pelo lesado em razão da contratação de advogado para patrocinar a sua demanda em busca do cumprimento forçado da obrigação.

A Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, há muito tempo já faz a distinção entre as diversas espécies de honorários advocatícios nascidos de qualquer condenação judicial, diferenciando de forma peremptória os honorários convencionados (contratuais) dos sucumbenciais, ou judiciais. Dispõe o artigo 22 da referida Lei: "*A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência*". Portanto, verifica-se que os honorários referidos neste artigo não são os honorários sucumbenciais, já contemplados pela legislação processual. Trata-se de honorários extrajudiciais, a serem incluídos na conta sempre que o credor houver contratado advogado para fazer valer seu direito.

Partindo das premissas explanadas, vejamos o que disse o reclamado Assunção Ivo Portela Sampaio em depoimento; "*que nunca houve nenhum contrato escrito entre os reclamados e o reclamante fixando os honorários deste; que o contrato verbal foi no valor de R$-23.000,00 para que o reclamante defendesse os reclamados em todas as instâncias, previsto, ainda, o parcelamento de 20 vezes; que posteriormente o reclamante encaminhou um contrato de honorários para o estabelecimento dos reclamados; que quando o depoente o recebeu, entrou em contato com o reclamante imediatamente, já que o que continha o contrato escrito não coincidia com o que tinha sido acertado verbalmente; que o reclamante disse ao depoente que sua secretária havia se enganado e pediu desculpas; que o contrato escrito continha o percentual de 20% sobre o valor da causa, o que não tinha sido ajustado pelas partes; que quando o depoente procurou pelo reclamante não foi para contratá-lo, mas sim para pedir a indicação de um bom advogado para a causa em que figurava como réu, cujo valor era de R$-523.000,00, montante superior ao seu patrimônio; que então o reclamante disse que poderia defendê-lo; que neste momento foi acertado depois de muita conversa o valor dos honorários em R$-23.000,00; que essa conversa foi tratada apenas entre o depoente e o reclamante, não havendo mais ninguém que a tenha presenciado; ... que o*

reclamante disse ao depoente nessa ocasião que os seus honorários, naquela época importavam, de fato, em R$-78.000,00 e que cobraria mais R$-15.000,00 para interpor recursos ao STF e STJ; que esta conversa se deu por mais ou menos uma hora e meia; que o depoente e o reclamante não conseguiram chegar a um acerto, por conta dos honorários de advogados; que então o depoente disse ao reclamante que o contrato não poderia mais vigorar e que pagaria ao 2º 2/3 do valor que tinha sido ajustado por este, isto é 2/3 sobre R$-23.000,00, já que na época ainda faltava a interposição de recursos para o STJ e o STF e o contrato estipulava que a defesa se daria em todas as instâncias pelo valor de R$-23.000,00".

Observa-se, pelas declarações prestadas em juízo, que os reclamados admitiram haver contrato verbal de honorários no valor de R$ 23.000,00, o que incorre na hipótese de honorários contratuais.

Por esse prisma*, data venia,* discordo do entendimento do juízo de primeiro grau, com relação ao valor arbitrado, vez que em se tratando dessa modalidade de contrato de honorários, não poderia a sentença condenar os reclamados a pagarem somente a importância equivalente a 2/3 do valor ajustado, sendo devida a totalidade do valor ajustado, e admitido pelos reclamados. Outrossim, não prevalece os termos da defesa com relação à alegação de pagamento de 2/3 apenas por ter o advogado atuado na primeira instância, pois é certo que a atuação do advogado, quando contratado pela parte, se destina a todas as instâncias, não havendo como ser aceita a tese no sentido de haver pagamento para a atuação do mesmo em cada fase processual ou em cada grau de jurisdição. Isso somente seria aceito na hipótese de haver nos autos um contrato formal, assinado por ambas as partes, o que não se verificou na presente questão.

Assim sendo, tenho por incontroversa a existência de contrato verbal entre as partes. Impende dizer, quanto às alegações relativas à qualidade dos serviços prestados, bem como aos valores apontados que entende fazer jus o autor ou, ainda, quanto aos pretensos valores de honorários atualizados para os dias atuais, que não procedem os argumentos recursais. Isto porque em se tratando de honorários contratuais, o autor faz jus somente ao valor reconhecido pelos reclamados em depoimento. Por tal motivo, entendo não haver como se aplicar à causa o disposto no § 3º, do art. 20, do CPC.

Pelos fundamentos expostos, dou parcial provimento ao apelo para condenar os reclamados ao pagamento de honorários percentuais no valor de R$ 23.000,00, conforme reconhecido pelos mesmos em depoimento.

Ante o exposto, conheço do recurso e lhe dou parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença, arbitrar o valor dos honorários advocatícios em R$ 23.000,00, mantida a decisão recorrida em seus demais termos, tudo nos termos da fundamentação. Custas, pelo reclamados, de R$ 460,00, calculadas sobre R$ 23.000,00, em razão da majoração da condenação.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDA A EXMA. DESEMBARGADORA REVISORA, EM LHE DAR PARCIAL PROVIMENTO PARA, REFORMANDO EM PARTE A R. SENTENÇA, ARBITRAR O VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM R$ 23.000,00, NOS TERMOS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC, MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA

EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS. CUSTAS, PELO RECLAMADOS, DE R$ 460,00, CALCULADAS SOBRE R$ 23.000,00, EM RAZÃO DA MAJORAÇÃO DA CONDENAÇÃO.

SALA DE SESSÕES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO. BELÉM, 07 DE AGOSTO DE 2007. (Publicado no DOJT8 em 10/8/2007). GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - Desembargador Federal do Trabalho Relator.

****

HORAS INTERVALARES. DEFERIMENTO.

ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 02354-2006-107-08-00-1
RELATOR: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA

RECORRENTES: ROGÉRIO ALVES FERNANDES
Dr.ª Kelli Rangel Vilela

COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PARÁ S/A - COSIPAR
Dr. Fernando Menezes Cunha

RECORRIDOS: OS MESMOS

HORAS INTERVALARES. DEFERIMENTO. A inobservância do intervalo legal intrajornada gera para o empregado o direito à indenização do período correspondente, acrescido do adicional de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal. Trata-se, portanto, de uma indenização que não se compensa, nem se confunde com a contraprestação pelas horas efetivamente trabalhadas, sejam elas ordinárias ou extraordinárias. Visa a indenização ressarcir os malefícios causados à higidez física e mental do trabalhador, gerados pela não concessão do intervalo para repouso e alimentação.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1 CONHECIMENTO

Concedo ao reclamante a isenção no pagamento das custas cominadas na sentença, na forma do art. 790, § 3º da CLT.

Conheço do recurso do reclamante interposto às fls.186/191, porque tempestivo e subscrito por advogada habilitada nos autos (fl. 09).

Da mesma forma, conheço do apelo apresentado pela reclamada às fls. 178/183, pois tempestivo, subscrito por advogado habilitado nos autos (fl. 74), tendo sido efetuado o recolhimento das custas (fl. 184) e do depósito recursal. (fl.185) regularmente.

Admito a peça de contraminuta apresentada pela reclamada, porque em ordem.

2.2 MÉRITO
RECURSO DA RECLAMADA
DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Insurge-se a reclamada contra a r. decisão recorrida que deferiu ao reclamante o pagamento de 4,5 repousos remunerados em dobro, com reflexos no aviso prévio, 13º salário, férias com 1/3 e FGTS.

Argumenta a recorrente que os cartões de ponto demonstram a concessão das folgas antes do sétimo dia, inclusive quando há mudança de turno, sendo as mesmas concedidas dentro da mesma semana na qual era trabalhado o dia de repouso.

Diz que o art. 7º do Decreto 27.048/49, que regulamentou a Lei 605/49, autoriza o trabalho em dias destinado ao repouso, desde que a empresa enquadre-se nas hipóteses previstas no regulamento, dentre as quais se encontra a atividade de siderurgia, como é a da recorrente. Além disso, ressalta que a Súmula 146 do C. TST estabelece o pagamento em dobro do repouso remunerado, desde que não concedida a folga compensatória.

Analiso. Na peça vestibular, afirma o reclamante que trabalhou para a reclamada no período de 11.06.2003 a 01.04.2005, exercendo a função de auxiliar de produção. Esclarece que trabalhava em turnos ininterruptos de revezamento, nas escalas de 08h00 às 16h00, das 16h00 à 00h e de 00h às 08h00, por 7 (sete) dias seguidos, sem usufruir o repouso semanal remunerado, descumprindo, assim, a empresa, o prazo estabelecido no art. 67 da CLT para concessão do repouso. Por isso, pleiteia o pagamento de 4,5 repousos semanais remunerados, em dobro, por cada mês trabalhado, ou que sejam esses dias remunerados como horas extras com acréscimo de 100%, no total de 36 horas por mês, com reflexos.

A reclamada defendeu-se alegando que a jornada de trabalho do autor encontra-se registrada nos cartões de ponto, que demonstram que o empregado gozava de folgas dentro da mesma semana. Ressalta a empresa que embora o reclamante, algumas vezes, trabalhasse sete dias corridos, tinha garantida a folga compensatória com o descanso semanal em dobro e uma vez por mês em triplo, o que implicava um gozo efetivo de sete dias de folga mensais, ao invés de quatro, o que lhe era mais benéfico.

Diante das provas colhidas, creio não merecer reparos a r. decisão recorrida. Analisando os cartões de ponto acostados aos autos (fls. 117/141), constata-se que em várias ocasiões o reclamante laborava por sete dias na semana, gozando de folga apenas no oitavo dia. Raramente trabalhava 5 dias ou seis dias, folgando no sexto ou no sétimo dia. Quanto às folgas, durante todo o pacto laboral, gozava por um dia ou dois ou até mesmo três dias seguidos.

A questão relativa à ilegalidade no sistema de concessão de folgas restou provada. Na realidade, a prática adotada pela empresa, de jornada de trabalho de sete dias corridos de trabalho, sem gozo de folga obrigatória após o sexto dia, configura ofensa à legislação obreira, até porque trata-se de norma de ordem pública, visando garantir ao trabalhador um descanso semanal mínimo de 24 horas, preferencialmente aos domingos.

Deste modo, resta comprovada nos autos a violação ao art. 7º, XV da Constituição Federal e a Lei 605/49, razão pela qual mantenho a sentença no particular, pelos seus próprios fundamentos.

A recorrente pede, por fim, em caso de manutenção da condenação, que não seja devido o repouso remunerado nas semanas onde há registro de faltas, estas demonstradas nas folhas de ponto pela rubrica “ausente”, até porque o reclamante não impugnou os registros de horário.

O juízo ao sentenciar, assim se manifestou:

"Os diversos registros sob a rubrica "Ausente" existentes não se confundem com faltas injustificadas, não só por ter nomenclatura diversa e ambígua, como também por não haver prova do desconto correspondente às supostas faltas havidas, além do que, na maioria das vezes, coincidem exatamente com as folgas em dobro ou em triplo concedidas pela reclamada, logo, não há porque determinar-se a exclusão das semanas com tais registros".

Entendo que, em parte, a recorrente tem razão. Cotejando os contracheques e os registros de ponto existentes nos autos, verifico, por amostragem, que no período 15.12.2003 a 14.01.2004, foi registrado no cartão de ponto (fl. 119) 1 ausência correspondente a 6 horas trabalhadas, o mesmo número descontado no contracheque do mês de janeiro/2004 (fl. 37, doc. 01), referente a esse período. No contracheque de abril/2004 (fl. 26, doc. 1), foi descontado 13,43 faltas, que deduzo ser referente a dois dias de trabalho, considerando que no registro de ponto do período respectivo, 15.03.2004 a 14.04.2004 (fl. 132), constam 2 dias de ausência. No contracheque de março/2005 (fl. 28, doc. 03) houve desconto relativo a 3 dias de ausência (18:6), o mesmo número lançado no cartão de ponto de fl. 141.

O reclamante não impugnou os registros de ausência constante dos cartões de ponto, tampouco os descontos efetuados em contracheque na rubrica "faltas". Contudo, entendo que na apuração do repouso remunerado deve ser excluído o período de sete dias onde haja registro de ausência nos cartões de ponto, desde que devidamente comprovada tal ausência com o respectivo desconto a título de faltas efetuado nos contracheques juntados aos autos.

Dou provimento parcial ao recurso para, na apuração da parcela de repouso semanal remunerado, sejam excluídos os períodos de sete dias onde há registro de ausência no cartão de ponto e desconto de falta no contracheque.

RECURSO DO RECLAMANTE

DA DIFERENÇA DE HORAS EXTRAS PELA INOBSERVÂNCIA DA HORA NOTURNA REDUZIDA

Pede o recorrente a reforma da sentença que indeferiu o pedido de pagamento de diferença de horas extras, em número de dez mensais, pela inobservância da hora noturna reduzida.

Alega o recorrente que restou evidenciado nos autos que a reclamada não observava a hora noturna reduzida, pois embora o autor cumprisse a jornada de trabalho diária de seis horas, acrescida de duas horas extras habituais, a empresa remunerava como extras as duas horas excedentes à jornada de seis horas, sem observar a redução do horário de trabalho noturno.

Tem razão o recorrente. Verifico, por amostragem, no cartão de ponto de fl. 127 e contracheque respectivo de fl. 25 (doc. 01), que engloba o período de 15.05.2004 a 14.06.2004, que foram apuradas e pagas 14 horas extras reduzidas noturnas a 50% e 3,40 horas extras reduzidas noturnas a 100%, montante inferior ao devido ao recorrente, considerando que, nesse período, o reclamante nos dias 16, 17, 25 e 26 de maio/2004 e 03, 04, 12, 13 e 14 de junho/2004, cumpriu uma jornada em média de 09h diárias, já que iniciava entre 23h19' a 23h37', encerrando entre 08h a 08h14' do dia seguinte, o que implica a média 3 horas extras noturnas por dia, em razão da prorrogação do trabalho noturno, conforme interpretação dada ao art. 73, § 5º da CLT pelo C. TST através da Súmula 60. Nos dias 21, 29, 30 e 31 de maio/2004 e 08 e 09 de junho/2004, quando o reclamante cumpriu, em média, oito horas de trabalho, encerrando a jornada às 00h, resultando em duas horas extras noturnas diárias.

Portanto, por não ter a reclamada pago corretamente as horas extras noturnas, reformo a sentença para incluir na condenação o pagamento de 10 horas extras mensais noturnas, conforme postulado na inicial.

DAS HORAS EXTRAS COM ACRÉSCIMO DE 50% - INTERVALO INTRAJORNADA

Insurge-se o reclamante com a sentença que indeferiu o pedido de pagamento de horas extras em razão da supressão do intervalo intrajornada e repercussões.

Afirma o autor na exordial, que trabalhava em turnos ininterruptos de revezamento de 08 horas diárias (08:00 às 16:00 horas/16:00 às 24:00 horas ou de 24:00 às 08:00 horas), contudo sem gozar de intervalo para descanso ou refeição, nos termos do art. 71 da CLT.

A reclamada, por sua vez, defendeu-se alegando ser inaplicável a regra do art. 71, § 4º da CLT, visto que o reclamante cumpria jornada de trabalho de seis horas diárias, em turnos ininterruptos de revezamento, com intervalo de 30 minutos que não era assinalado no cartão de ponto, por força do contido em acordo coletivo, na cláusula 38ª, sendo que pagava o labor em regime suplementar e os intervalos.

A MM. Vara do Trabalho, apreciando a controvérsia, entendeu que se o reclamante trabalhava em turnos ininterruptos de revezamento, sujeito à jornada normal contínua não superior a 6 horas, a previsão do art. 71 da CLT seria inaplicável à hipótese dos autos, pois em tais casos, o intervalo previsto seria de apenas 15 minutos. Entendeu, ainda, que o deferimento do pedido enseja o reconhecimento da jornada normal de 8 horas diárias, logo com o dever de devolução à empresa das duas horas extras diárias recebidas durante o pacto.

Data venia, entendo merecer reforma a decisão.

O Acordo Coletivo da categoria, em sua CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA, prevê:

> *"Os trabalhadores terão sua jornada de trabalho controlada na forma do art. 74 da CLT, mediante registro manual, mecânico ou eletrônico, facultando-se às empresas a dispensa da assinalação de ponto no intervalo no mínimo de 30 minutos para repouso e alimentação".*

Resta claro que a referida cláusula prevê a possibilidade de redução do intervalo intrajornada em 30 minutos, dispensando o registro do mesmo.

A redução do limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição só era considerada possível por ato do Ministério do Trabalho (art. 71, §3º do diploma consolidado), caso atendidos os requisitos legais.

Nesse sentido, cito jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho:

> **PROC. Nº TST-RR-619.959/1999.7**
> **C:**
> **A C Ó R D Ã O**
> **5ª Turma**
> **RB/tb/aa/hb**
> **INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO PREVISÃO DA HORA CORRIDA EM ACORDOS COLETIVOS. A Constituição Federal de 1988 conferiu maiores poderes aos sindicatos, de modo que essas entidades podem, no interesse de seus associados e mediante negociação coletiva, restringir certos direitos assegurados aos trabalhadores a fim de obter outras vantagens não previstas em lei. Não obstante,**

tal flexibilização não autoriza a negociação coletiva que atente contra normas referentes à segurança e saúde no trabalho.

De fato, o estabelecimento do intervalo mínimo de uma hora para refeição e descanso dentro da jornada de trabalho é fruto da observação e análise do comportamento humano, e das reações de seu organismo quando exposto a várias horas de trabalho. Doutrina e jurisprudência evoluíram no sentido da necessidade desse intervalo mínimo para que o trabalhador possa não apenas ingerir alimentos, mas também digeri-los de forma adequada, a fim de evitar o estresse dos órgãos que compõem o sistema digestivo, e possibilitar o maior aproveitamento dos nutrientes pelo organismo, diminuindo também a fadiga decorrente de horas de trabalho. Se de um lado a Constituição Federal prevê o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho como direito dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º, XXVI, da Constituição Federal), de outro estabelece ser a saúde um direito social a ser resguardado (art. 6º da Carta Política). Recurso de revista não conhecido

Recentemente, Portaria GM/TEM n. 42, de 28 de março de 2007 foi publicada para disciplinar a redução do intervalo intrajornada via acordo ou convenção coletiva de trabalho, prevendo em seu art. 1º que:

"O intervalo para repouso ou alimentação de que trata o art. 71 da CLT poderá ser reduzido por convenção ou acordo coletivo de trabalho, devidamente aprovado em assembléia geral, desde que:

I - os empregados não estejam submetidos a regime de trabalho prorrogado; e

II - o estabelecimento empregador atenda às exigências concernentes à organização dos refeitórios e demais normas regulamentadoras de segurança e saúde no

trabalho.

Art. 2º A convenção ou acordo coletivo deverá conter cláusula que especifique as condições de repouso e alimentação que serão garantidas aos empregados, vedada a indenização ou supressão total do período."

Como se vê, a cláusula em questão não possui validade, mesmo porque na hipótese dos autos, o reclamante está submetido a regime de trabalho prorrogado, sendo, portanto, impossível a redução do intervalo via acordo coletivo.

A regra estabelecida no art. 71 da CLT é de que para as jornadas de trabalho superiores a 06 horas em que não houver a concessão de um intervalo mínimo de uma hora para repouso e alimentação, o empregado deverá receber uma hora de trabalho acrescida de no mínimo 50% sobre o valor da remuneração da hora normal, mesmo que o total da jornada diária de trabalho não ultrapasse as oito horas (art. 71 §4º da CLT).

Analisando os documentos juntados aos autos, constata-se que o reclamante constantemente prorrogava sua jornada em duas horas extras, as quais seriam remuneradas pela empresa. Porém, tal pagamento não se refere ao labor no horário intervalar destinado à alimentação e repouso.

Deste modo, considerando que o intervalo intrajornada não era concedido

pela empresa, contrariando assim, o disposto no art. 71, § 4º da Consolidação das Leis do Trabalho, dou provimento ao recurso do reclamante, para deferir o pagamento de uma hora extra por dia, por todo o pacto laboral, com o acréscimo de 50% sobre a hora normal, tal como previsto na OJ n° 307.

Entendo, contudo, indevidos os reflexos de aviso prévio, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS com 40% e DSR, tendo em vista o caráter indenizatório dessa verba.

Trata-se de hora extra ficta, portanto, de verba indenizatória, conforme decisão do Colendo TST, *in verbis*:

> **"INTERVALO INTRAJORNADA NÃO USUFRUÍDO. CARÁTER INDENIZATÓRIO. REFLEXOS. Não tendo o Reclamante sido pago pelo período referente ao intervalo não concedido, está correto o entendimento do Regional, que lhe deferiu o pagamento do valor integral, equivalente aos 30 minutos suprimidos, acrescido do adicional de 50%. Todavia, revestindo-se a parcela ora deferida de caráter indenizatório, não há que cogitar na sua respectiva integração para fins de reflexo em outras parcelas. Recurso de Revista conhecido e provido."**[1]

HORAS EXTRAS A 50% E 100%

Ressalto que embora o reclamante, no final das razões recursais, postule a reforma da sentença quanto ao indeferimento do pedido de diferença de horas extras a 50% e 100% e reflexos, sobre a questão não há uma linha sequer rechaçando os fundamentos da sentença, o que impede o reexame da matéria, razão pela qual dou por encerrada a análise do recurso.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço dos recursos ordinários apresentados, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade; no mérito, dou, em parte, provimento ao apelo do reclamante para, reformando parcialmente a sentença recorrida, incluir na condenação dez horas extras noturnas mensais, bem como uma hora intervalar por dia, acrescida de 50%, por todo o pacto laboral; dou provimento ao recurso da reclamada, para determinar que na apuração do repouso remunerado sejam excluídos o períodos de sete dias onde haja registro de ausência nos cartões de ponto, desde que devidamente comprovado o desconto das faltas em contracheque, mantida a r. sentença recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos.

POSTO ISTO,

ACORDAM os Desembargadores da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos ordinários interpostos pelas partes, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade; no mérito, sem divergência, dar, em parte, provimento ao apelo do reclamante para, reformando parcialmente a sentença recorrida, incluir na condenação dez horas extras noturnas mensais, bem como uma hora intervalar por dia, acrescida de 50%, por todo o pacto laboral; dou provimento ao recurso da reclamada, para determinar que na apuração do repouso remunerado, sejam excluídos os períodos de sete dias onde haja registro de ausência nos cartões de

[1] TST RR 70459/2002-900-02-00, 2ª T, Rel. Min. José Simpliciano Fernandes, *in* DJ de 26.09.2003.

ponto, desde que devidamente comprovado o desconto das faltas em contracheque; mantida a r. sentença recorrida em seus demais termos, conforme os fundamentos.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 03 de julho de 2007. (Publicado no DOJT8 em 6/7/2007). FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - Desembargador Relator.

****

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. OPORTUNIDADE.

ACÓRDÃO TRT 2ª T./RO 01855-2006-115-08-00-5
RELATOR: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

RECORRENTE: **MARCELO DE LIMA MARTINEZ**
Advogado (s): Dr. Manoel Pedro Lopes de Sousa e outros

RECORRIDO: **Y. WATANABE**
Advogado (s): Dr. Paulo Bosco Miléo Gomes Vilar e outros

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. OPORTUNIDADE.
I - O incidente de uniformização da jurisprudência não deve ser suscitado ao primeiro sinal de divergência de julgados dos órgãos fracionários do Tribunal. A doutrina e a jurisprudência recomendam que se espere até que as posições discrepantes ou antagônicas sejam melhor discutidas, refletidas e sedimentadas.
II - As eventuais divergências entre as Turmas do Tribunal sobre matéria recente e, praticamente, localizada na empresa reclamada, ainda não justificam o procedimento pretendido.
III - Compete à Turma, perante a qual o incidente foi argüido, examinar, nos termos regimentais, a conveniência e a oportunidade de sua admissão, caso em que dispõe de uma margem de discrição para decidir.
IV - Na hipótese dos autos, não há fundamento para aceitar a argüição, que deve ser liminarmente indeferida (art. 896, § 3º, da CLT; art. 476 e seu parágrafo único, do CPC; e art. 163, § 4º, do Regimento Interno do E. TRT-8ª Região).

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

Conheço do recurso, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade.

Da uniformização de jurisprudência

Requer que, na apreciação do presente feito, sejam observadas as regras do art. 476, do CPC, tal como orienta o art. 896 § 3º, da CLT.

Assinala que o d. Juízo de 1º Grau, ao apreciar as normas coletivas aplicáveis ao presente caso, "*decidiu aplicar o Acórdão em questão ao contrato de trabalho do Recorrente até 31.04.2004, considerando eficaz o Acordo Coletivo de Trabalho 2004/2005 (fls. 76/85), a partir de então (fl. 85). Isto se fez, mediante a observação, de que a Cláusula qüinquagésima quinta do Acórdão TRT SE DC 00372-2004-000-08-00-8 atribui vigência a si no período de 1º.06.2003 a 31.05.2005, ou seja, durante dois anos*" (fl. 165).

Prossegue a aduzir ainda que "*a fluência do Acórdão em questão perdurou normalmente desde o início de sua vigência (1º.06.2003). Em meados do ano de 2004, o sindicato profissional celebrou Acordo Coletivo de Trabalho diretamente com a empresa Recorrida, com vigência no período de 1º.06.2004 a 31.05.2005, no qual estão assegurados diversos direitos específicos, muitos deles desfavoráveis aos trabalhadores, como a garantia no emprego e percentual de horas extras e adicional noturno, sendo certo que até o percentual de reajuste salarial previsto no Acórdão é reduzido de 17% para 10%. No entanto, o Acordo Coletivo de Trabalho supra não prevê vigência retroativa de suas garantias*" (fl. 165).

Salienta que "*a divergência jurisprudencial se instala na hora de decidir se o Acórdão em evidência se aplica aos contratos de trabalho dos empregados desde o início de sua vigência - 1º.06.2003 - até 31.05.2004, uma vez que o Acordo Coletivo de Trabalho 2004/2005 inicia sua fluência em 1º.06.2004, por isso a aplicabilidade do mesmo Acórdão ficaria inviabilizada -, ou de forma concomitante - naquilo que não contrariar o próprio Acórdão - ou não, até 31.05.2005, quando encerraria a fluência da sentença normativa retro*" (fl. 166).

Colaciona Acórdãos das Turmas deste E. Tribunal para demonstrar a divergência no trato da matéria, para requerer, com base no art. 476, do CPC c/c art. 896 § 3º, da CLT, seja esta solucionada "*sobre a interpretação de um mesmo fato, à luz do direito*" de modo que "*no julgamento desse recurso, seja primeiro ouvido o Pleno desse Regional, na forma do dispositivo retro citado*" (fl. 170).

Examinemos a matéria.

Em maio de 1997, escrevi um artigo intitulado de "O Incidente de Uniformização e a Súmula da Jurisprudência Dominante nos Tribunais Regionais do Trabalho", inserido no livro "*Em Defesa da Justiça do Trabalho e Outros Estudos*", São Paulo: LTr, 2001 (p. 65-89), de minha autoria.

Esse artigo foi produzido antes da Lei nº 9.756, de 17.12.1998, que deu nova redação ao § 3º do art. 896, da CLT, ao determinar aos Tribunais Regionais do Trabalho que procedam, obrigatoriamente, "à uniformização de sua jurisprudência, **nos termos do Livro I, Título IX, Capítulo I do CPC**", muito embora as respectivas súmulas não sirvam para ensejar a admissibilidade do Recurso de Revista quando contrariar Súmula da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho. Como se sabe, a matéria era prevista, de modo tímido, ainda, no art. 14, da Lei nº 7.701, de 21.12.1988.

Em razão do novo preceito consolidado, o E. TRT-8ª Região adotou, em seu Regimento Interno, o procedimento de uniformização da jurisprudência, de acordo com os seguintes dispositivos:

> "Art. 161 - Na forma do art. 896, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, será consubstanciada em Enunciados a Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região.
>
> Art. 162 - Compete à Comissão de Jurisprudência (NR):
>
> I - examinar e emitir parecer fundamentado sobre os incidentes de uniformização de jurisprudência,

II - propor o enunciado a ser adotado pelo Tribunal Pleno,

III - formular projetos de edição, revisão ou cancelamento de Enunciado (NR).

§ 1º. A Comissão de Jurisprudência é composta por 5 (cinco) Desembargadores Federais do Trabalho: o Desembargador Vice-Presidente, a quem competirá sua Presidência, e os Presidentes de cada uma das Turmas (NR).

§ 2º. O quorum mínimo para funcionamento da Comissão é de 3 (três) Desembargadores(NR).

Art. 163 - O incidente de uniformização reger-se-á pelos arts. 476 a 479 do Código de Processo Civil.

§ 1º - O incidente pressupõe a divergência de julgados oriundos de Turmas diversas do Tribunal, ou das Seções Especializadas, sobre interpretação de regra jurídica, não necessariamente sobre matéria de mérito, podendo resultar, também, da verificação, pelos votos proferidos, de que o Colegiado adotara tese diversa da fixada em julgado prolatado por outro órgão judicante (NR).

§ 2º - O incidente pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público do Trabalho ou por qualquer dos julgadores, pressupondo, nos dois primeiros casos, divergência jurisprudencial já configurada.

§ 3º - O Desembargador somente poderá suscitar o incidente ao proferir seu voto.

§ 4º - Quando suscitado pela parte, a petição, devidamente fundamentada, poderá ser apresentada até o momento da sustentação oral, competindo ao órgão julgador apreciar preliminarmente o requerimento.

§ 5º - Uma vez verificado o dissídio jurisprudencial pelo Colegiado, cumpre-lhe dar seqüência ao incidente, lavrando o acórdão pertinente o relator do recurso; se vencido, o autor do primeiro voto vencedor.

§ 6º - A determinação de remessa ao Tribunal Pleno é irrecorrível, assegurada às partes a faculdade de sustentação oral por ocasião do julgamento.

§ 7º - Será relator no Tribunal Pleno o Desembargador que haja redigido o acórdão proferido no incidente, desde que o integre.

§ 8º - Os autos serão remetidos à Comissão de Jurisprudência, para exarar parecer, no prazo de trinta dias. Decorrido este prazo, independentemente de parecer, os autos serão conclusos ao Desembargador Relator e Desembargador Revisor para visto e liberação para inclusão em pauta (NR).

§ 9º - Entre o dia da publicação da pauta e o do julgamento, mediará prazo não inferior a quarenta e oito horas, devendo a Secretaria do Tribunal Pleno remeter cópias do acórdão e do parecer da Comissão de Jurisprudência aos demais Desembargadores da Corte, via correio eletrônico.

§ 10 - Como matéria preliminar, o Tribunal Pleno decidirá sobre a configuração ou não do dissenso jurisprudencial, passando, caso admitido, a deliberar sobre as teses em conflito.

§ 11 - A decisão do Tribunal Pleno sobre o tema é irrecorrível, cabendo ao órgão julgador no qual foi suscitado o incidente aplicar

à espécie, quando da seqüência do julgamento, a interpretação fixada.

§ 12 - O julgamento do Tribunal Pleno, tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que o integram, será objeto de Súmula e constituirá precedente na uniformização da jurisprudência predominante.

§ 13 - Será remetida à Comissão de Jurisprudência certidão da decisão tomada por maioria absoluta do Tribunal em sede de incidente de uniformização de jurisprudência, competindo-lhe propor texto de enunciado ao Tribunal Pleno, no prazo de trinta dias. Decorrido este prazo, a matéria será apreciada na sessão seguinte do Tribunal Pleno, por provocação de qualquer dos Desembargadores Federais do Trabalho, independentemente da emissão de parecer (NR).

§ 14 - Não será objeto de apreciação de incidente de uniformização matéria já consubstanciada em Enunciado da Súmula, Orientação Jurisprudencial ou Precedente Normativo do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 164 - As súmulas adotadas serão registradas sob numeração seqüencial e indexação alfabética específicas e levadas à publicação no Diário Oficial dos Estados do Pará e Amapá, por 3 (três) vezes consecutivas, passando a integrar a Súmula de Jurisprudência Predominante do Tribunal, observando-se este mesmo procedimento na revisão ou cancelamento.

§ 1º - O projeto de edição de Enunciado deverá atender a um dos seguintes pressupostos:

a) doze acórdãos das quatro Turmas do Tribunal, sendo três de cada, prolatados à unanimidade;

b) três acórdãos de cada uma das Turmas do Tribunal, prolatados por maioria simples.

§ 2º - Tratando-se de exame de constitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público, a edição de Enunciado independe da observância dos pressupostos constantes do parágrafo anterior.

§ 3º - As súmulas poderão ser revistas mediante proposta de revisão votada pela maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal Pleno, da Seção Especializada ou de qualquer das Turmas;

§ 4º - Acolhida a proposta, será sorteado relator no mesmo dia, concorrendo ao sorteio todos os Desembargadores efetivos do Tribunal.

§ 5º - A proposta de revisão de súmula será apreciada pelo Tribunal Pleno na primeira sessão ordinária que se seguir."

No citado artigo, que escrevi sobre o tema, abordei um tópico sobre o "momento da argüição" do incidente de uniformização da jurisprudência, nos termos adiante transcritos:

"O incidente de uniformização de jurisprudência sobre interpretação de norma jurídica deve ser argüido pelo juiz, perante a Seção, Turma ou Grupo de Turmas, *antes* do julgamento da causa ou do recurso. Ainda que se admita que a parte também possa fazê-lo, por aplicação subsidiária do CPC (parágrafo único do art. 476), deve o litigante suscitá-lo *antes* do julgamento do feito, ao

arrazoar o recurso ou em petição avulsa, sob pena de preclusão. O requerimento de instauração do incidente não deve ser acolhido se a parte deixar de instruir o pedido com a indicação de repertório jurisprudencial idôneo ou certidão dos acórdãos divergentes[1]. Não pode a parte nem mesmo requerer a instauração do incidente através de memorial reiterado em sustentação oral[2].

De qualquer modo, a argüição do incidente de uniformização da jurisprudência constitui uma *faculdade* do juiz, tal como consta do art. 140 do Regimento Interno do TRT-8ª Região.

Deve ser liminarmente rejeitada a argüição do incidente por via de *embargos declaratórios*, se na apreciação do recurso, por exemplo, a matéria não fora prequestionada.

De fato, o incidente constitui um pronunciamento *prévio do Tribunal acerca da interpretação do direito, suscitado perante a Seção, Turma ou Grupo de Turmas, quando verificar que, a respeito, ocorre divergência entre os julgados destes órgãos.*

Observe-se que a divergência deve *preexistir* à apreciação do incidente pelo Tribunal. A argüição é incabível pela simples possibilidade de que a divergência possa existir, em face do julgamento a ser proferido[3].

Se a Seção, Turma ou Grupo de Turmas já tiver proferido julgamento da causa ou do recurso, sem que tenha havido qualquer argüição para instauração do incidente de uniformização de jurisprudência, seja por iniciativa da parte, nas razões recursais ou em petição avulsa, *antes* da decisão, seja, enfim, por qualquer juiz integrante do órgão julgador, *em tempo oportuno*, não cabe mais suscitá-lo por via de embargos declaratórios, em face da preclusão. Sendo assim, deve o Tribunal rejeitar liminarmente a argüição e determinar o retorno do processo ao órgão remetente, para prosseguir no julgamento, como entender de direito. Nesse sentido o Acórdão nº 33/96-TP (Processo TRT IUJ-ED-01627/96), de 16.05.1996, do qual fui relator[4]."

No caso dos autos, o reclamante suscita o incidente em petição avulsa, antes do julgamento, daí porque o pedido é tempestivo.

Todavia, no item intitulado de "*quorum* e funcionamento", teci os seguintes comentários, na mesma obra:

"O incidente de uniformização da jurisprudência não deve ser suscitado, necessariamente, ao primeiro sinal de divergência de julgados dos órgãos fracionários do Tribunal (Seção, Turma ou Grupo de Turma). A doutrina e a jurisprudência recomendam que se espere até que as posições discrepantes ou antagônicas sejam melhor discutidas, refletidas e sedimentadas. Há quem entenda, com razão, que cabe ao Tribunal Pleno ou Órgão Especial, perante o qual o incidente foi argüido, examinar a conveniência e a oportunidade de

---

[1] Ver nota de rodapé nº 12 ao art. 476 do CPC, anotado por *Theotônio Negrão*, op. cit., pág. 360 (RJTJESP 37/114, JTA 39/149, RP 4/407, em. 198).

[2] Ver nota de rodapé nº 11-c ao art. 476 do CPC, anotado por *Theotônio Negrão*, op. cit., pág. 360 (RT 669/123).

[3] Ver nota de rodapé nº 11-b ao art. 476 do CPC, anotado por *Theotônio Negrão*, op. cit., pág. 360 (STJ-3ª Turma, REsp 14.836-SP, rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 9.12.91, não conheceram, v.u., DJU 17.2.92, p. 1.377, 1ª col., em.).

[4] *Revista do TRT-8ª Região* nº 57, julho/dezembro-1996, págs. 246/248.

> sua admissão. Nesse particular, o Tribunal dispõe de uma margem de discrição, eis que o incidente por vezes é suscitado com invocação de julgados isolados ou já superados pelo tempo, sem revelar, enfim, a jurisprudência iterativa, notória e atual da Corte[5]".

A própria Turma, entretanto, pode examinar, preliminarmente, o cabimento da argüição, nos termos regimentais.

In casu, como vimos, não há fundamento para aceitar a argüição.

Em face do exposto, inclusive com apoio no art. 163, § 4º, do Regimento Interno deste E. Regional, e no art. 476 e seu parágrafo único, do CPC, indefiro liminarmente a argüição do incidente de uniformização da jurisprudência, porque as eventuais divergências entre os órgãos fracionários deste E. Tribunal, sobre matéria recente e praticamente localizada na empresa reclamada, ainda não justificam o procedimento pretendido.

Mérito

Da aplicabilidade do Acórdão 372/2004 ao contrato de trabalho do recorrente até 31.05.2005

Insurge-se contra a r. decisão de 1º Grau que concluiu por aplicar o v. Acórdão em questão até 31.04.2004, pelo que considerou eficaz a norma coletiva 2004/2005.

Argumenta que a vigência do Acórdão TRT/SE/DC 00372-2004-000-08-00-8 iniciara antes da celebração do acordo coletivo de trabalho firmado com o sindicato estadual, o que poderia ser aferido pelas Cláusulas Qüinquagésima Quinta do aludido Acórdão e Cláusula II do acordo coletivo, do que se depreende como data de início da vigência 01.06.2003 e 01.06.2004, respectivamente.

Sustenta que "*as garantias constantes da sentença normativa já haviam se incorporado ao patrimônio jurídico dos empregados da Recorrida, não podendo, portanto, ser revogado por norma coletiva posterior, principalmente se observado que a mesma é flagrantemente prejudicial aos trabalhadores, haja vista suprimir garantias econômicas (como percentuais de horas extras, adicionais noturnos, etc) e sociais (como garantia de emprego), cujo impacto é muito maior na realidade econômica e financeira dos empregados. Veja-se também o caso de banco de horas, por exemplo, e a cláusula de adicional de insalubridade, onde, sobre esta, até mesmo o Juízo recorrido - bem como o E. Regional - sabe, ante o considerável número de processos que tramitam pela MM. Vara de origem, que o labor realizado nas dependências da Recorrida, é insalubre e, ainda assim, o Sindicato celebra norma que permite apenas à Reclamada, unilateralmente, a apuração de tais agentes, o que facilita a fraude*" (fl. 170).

Afirma que não se poderia negar eficácia ao aludido Acórdão, uma vez que a realidade contratual seria favorável à tese do recorrente, inclusive como dispõe a Súmula 277, do C. TST, uma vez que "*se o prazo assinalado para vigência da norma, é de dois anos - ver cláusula qüinqüagésima quinta do referido Acórdão -, não pode o ACT celebrado romper as garantias ali insculpidas, principalmente se observados o período de contrato do Recorrente*" (fl. 172)

Salienta, ainda, ser "*equivocado o entendimento do Juízo recorrido, quando suscita que a celebração do ACT, digamos, extinguiria conflito coletivo instaurado, a ponto de perder o objeto, para a Recorrida, o dissídio coletivo. Na Cláusula*

---

[5] Ver notas de rodapé nº 1-b ao art. 476 do CPC, anotado por *Theotônio Negrão*, op. cit., pág. 359 (RSTJ 12/326 STJ-RT 658/206; e STJ-4ª Turma, REsp 6.369-SP, rel. Min. Fontes de Alencar, j. 7.12.93, não conheceram, v. u., DJU 13.6.94, p. 15.110, 1ª col., em.).

Segunda do ACT, vê-se que a mesma, ao retratar as diferenças salariais relativas ao período 2000 a 2002, representadas pelos Acórdãos 5.185/2000, 7.064/2001 e 5.692/2002, não nega eficácia aos mesmos e ainda os ratifica, em outras palavras, os mesmos não estão sendo revogados. Portanto, foi inócuo tal entendimento. E mais, o que se pleiteia nessa demanda é o cumprimento de norma assecuratória de proteção contra a dispensa imotivada, instituto de natureza social não pecuniária, ou seja, o mesmo não possui natureza econômica. Isto afasta a aplicabilidade da parte final da cláusula qüinquagésima quinta da sentença normativa, que restringe a vigência das cláusulas econômicas há 1 ano. Assim, se nada é dito quanto as garantias sociais, ao contrário, as mesmas têm reiterada sua validade por dois anos, não pode o Juízo ampliar o poder de eficácia da norma naquilo que a mesma foi silente (...) " (fl. 171).

Enfatiza que o acordo coletivo de trabalho em questão não conteria qualquer cláusula revocatória do disposto do v. Acórdão analisado.

Invoca, com base no previsto no art. 620, da CLT, o princípio da aplicabilidade da norma mais benéfica, uma vez que as disposições do v. Acórdão TRT/SE/DC 00372-2004-000-08-00-8 seriam mais favoráveis ao recorrente do que as contidas na norma coletiva.

Assinala, por fim, que "*mais uma razão há para deferir os pleitos pautados no Acórdão 372/2004, é que, de acordo com a publicação do periódico 'Diário do Pará', acostada aos autos pelo Autor (fls. 33) a quando de sua manifestação, o Sindicato celebrante do Acordo Coletivo em questão, não fez cumprir as disposições contidas nos arts. 524, e, 611, § 1º, 612, e 617, § 2º, todos da CLT, isto é, não foi convocada assembléia geral específica com os trabalhadores da Recorrida, para autorizar a celebração do ajuste em questão*" (fl. 172).

Requer, pois, seja reconhecida a aplicabilidade do Acórdão TRT SE DC 00372-2004-000-08-00-8 até 31.05.2005, a fim de que seja deferida, ao autor, a pretensão contida nos itens A, C e E, da petição inicial.

Examinemos a matéria.

A questão, ora suscitada, já foi amplamente debatida na E. Turma, pelo que peço vênia para citar e adotar como razão de decidir, os fundamentos proferidos no v. Acórdão TRT 2ª T./RO 00139-2005-115-08-00-0, do qual fui Relator, julgado em 21.09.2005, *in verbis*:

> "Em síntese, pretendem os demandantes que lhes sejam aplicadas as disposições constantes no v. Acórdão TRT SE DC 00372-2004-000-08-00-8, em que figurou, como demandante, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação dos Estados do Pará e Amapá e, como demandados, o Sindicato da Indústria de Torrefação e Moagem de Café dos Estados do Pará e Amapá, o Sindicado da Indústria de Pesca dos Estados do Pará e Amapá - SINDPESCA e o Sindicato da Indústria da Carne e Derivados do Estado do Pará - SINDICARNE, notadamente a cláusula quarta daquela sentença normativa, que assegurou a garantia de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, salvo comprovado motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.
>
> Por oportuno, peço vênia para transcrever trecho da r. sentença de 1º Grau cuja percuciente análise reflete o entendimento adotado por esta Relatoria:
>
> "Inicialmente, cumpre ressaltar que o reclamado é quem produz o 'Frango americano', produto conhecido e encontrado

nos estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios. A atividade do reclamado vai desde a incubação de ovos, criação de aves, abate, embalagem e distribuição das aves para consumo.

Entretanto, a atividade preponderante do reclamado é o abate de aves e seu beneficiamento para consumo, razão pela qual o próprio reclamado reconhece que o Sindicato representativo é o dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação.

Todavia, não obstante o pleito referir-se a uma norma coletiva ter sido prolatada num momento em que a reclamada já considerava como legítimo representante da categoria o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação dos Estados do Pará e Amapá, cumpre esclarecer a respeito da controvérsia anteriormente instaurada, a respeito de qual dos dois Sindicados representava os reclamantes, se o Sindicato dos Estados do Pará ou o de Santa Izabel e Benevides.

.....

In casu, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Município de Santa Izabel e Benevides, ao qual o reclamado pretende que este juízo conceda legitimidade e, por conseqüência, declare válida a norma coletiva firmada com este Sindicato, não foi criado através de deliberação da categoria tomada no Sindicato do qual se desmembrou, qual seja, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Pará.

Ademais, registre-se que a ata de fundação e eleição da diretoria do sindicato municipal sequer se refere à quantidade de trabalhadores presentes na mesma.

Assim consoante o modelo em vigor em nossa legislação pátria a respeito da constituição de Sindicatos, o pertencente à categoria dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Município de Santa Izabel e Benevides foi criado de forma irregular, não possuindo legitimidade para representar a categoria dos Municípios que abrange sua área de atuação, razão pela qual, continua como representante da categoria o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Pará, tanto é verdade que a partir de 2004, conforme aduzido pelo próprio reclamado em sua peça de defesa, este reconheceu a legitimidade do Sindicato Estadual ao firmar Acordo Coletivo com esta entidade de classe".

.....

Finalmente, a controvérsia importante para o deslinde da questão discutida neste processo, uma vez que os reclamantes fundamentam seus pedidos na sentença normativa, processo nº 00372/2004, diz respeito a que norma coletiva deverá ser aplicada a partir de junho de 2004, ou seja, se o Acordo Coletivo firmado entre o reclamado e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Pará, ou a Sentença Normativa proferida nos autos do dissídio coletivo instaurado por este mesmo sindicato em face do Sindicato representativo da categoria econômica do reclamado.

O reclamado aduz que em 01 de junho de 2004 o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Pará instaurou dissídio coletivo, processo nº 00372/2004.

Entretanto, em 25 de junho de 2004 o sindicato demandante firmou Acordo coletivo com o reclamado, cuja vigência vai de 01.06.2004 a 31.05.2005, demonstrando interesse das partes acordantes em normatizar a relação dos trabalhadores da categoria de forma independente do desfecho judicial, sendo mais adstrito à realidade sócio-econômica dos acordantes.

O artigo 114, § 2º, da CF, preceitua que depois de recusada à negociação coletiva por qualquer das partes ou à arbitragem, é que será facultado às mesmas ajuizar dissídio coletivo, demonstrando que a intenção do constituinte foi valorizar o instrumento normativo autônomo, limitando o poder normativo dos Tribunais do Trabalho quando frustrada esta, pelo fato de que a negociação coletiva por empresa atende as peculiaridades das condições de trabalho dos empregados de cada empresa acordante.

O constituinte de 1988, também no artigo 7º XXVI, exaltou o princípio da autonomia da vontade, ao determinar o reconhecimento das convenções e acordos coletivos.

Assim, pelos preceitos constitucionais, as normas oriundas da autonomia negocial devem prevalecer sob a sentença normativa, porque ajusta aos anseios das partes acordantes, amoldando as condições de trabalho previstas nos instrumentos normativos autônomo à realidade daquela relação específica.

.....

In casu, a data base da categoria profissional que pertencem os reclamantes era 1º de junho de 2004, sendo que até esta data o mencionado Sindicato e o reclamado não conseguiram pôs fim ao conflito coletivo instaurado.

Assim, frustrada a negociação, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Pará ajuizou dissídio coletivo junto ao TRT da 8ª Região, processo nº 00372/2004, constando como um dos demandados o Sindicato representativo da categoria econômica do reclamado.

Todavia, a instauração de dissídio coletivo, que constitui uma das formas heterocompositivas de solução de conflito coletivo, não impede que uma das empresas representadas pelo sindicato demandado, no exercício da autonomia da vontade, entabule negociação e, consequentemente, firme acordo coletivo, pondo fim ao conflito, porém de forma autônoma para aquela empresa, continuando o dissídio coletivo para as demais empresas representadas pelo Sindicato demandado.

No caso em questão, ocorreu a situação acima, uma vez que o reclamado, mesmo após a instauração do dissídio coletivo, negociou com o Sindicato demandante, firmando o acordo coletivo de fls. 137/146, extinguindo, assim, o conflito coletivo instaurado, perdendo objeto, para esta empresa, o dissídio coletivo, principalmente pelo fato de que o Acordo Coletivo, ter vigência de 1º junho de 2004 a 31 de maio de

2005, regulamentou direitos aos empregados desde 2000, concedendo inclusive diferenças salariais relativas ao ano de 2003, conforme cláusula segunda.

Deste modo, os acordos coletivos, como instrumento de negociação coletiva, em face da ordem constitucional, devem prevalecer sobre a sentença normativa, como exercício da autonomia coletiva, tendo em vista que o poder normativo, exteriorizado pela sentença normativa, constituir forma heterecompositiva de solução de conflitos, devendo ser aplicado de maneira subsidiária, ou seja, apenas quando frustrada aquela.

.....

Em suma, havendo acordo coletivo firmado entre o reclamado e o legítimo sindicato representativo da categoria dos reclamantes, este instrumento normativo prevalecerá, como ocorre no caso dos autos, não se aplicando, portanto, o acórdão nº 00372/2004, oriundo do dissídio coletivo" (fls. 152/157).

Segundo sustenta a recorrida, em sua contestação, a empresa demandada celebrou acordos coletivos com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Santa Izabel e Benevides, no período de novembro de 1995 a setembro de 2003; com a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins do Estado do Pará, no período de outubro de 2003 a maio de 2004, por recomendação da Delegacia Regional do Trabalho, considerando a situação indefinida das entidades sindicais de âmbito municipal e estadual; e com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação dos estados do Pará e Amapá, a partir de junho de 2004, com vigência até 31 de maio de 2005.

Conforme a inicial, os reclamantes foram dispensados nas datas de 19.11.2003 (João Raiol Pinheiro), 1º.12.2003 (Benedito Carlos Freitas Rebouças) e 03.03.2004 (Manoel Monteiro Reis), portanto no período que a demandada entende ser aplicável o acordo coletivo celebrado com a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins do Estado do Pará, pelos motivos antes expostos, aliás comprovados, nestes autos, conforme a documentação juntada durante a instrução processual, inclusive convocações expedidas pela Delegacia Regional do Trabalho e atas de reuniões, perante aquele órgão, para tentativa de negociação coletiva, por solicitação da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins do Estado do Pará (fls. 83/146).

Válido, por conseguinte, o acordo coletivo celebrado com a federação, à luz do art. 611, § 2º, da CLT.

Por outro lado, o art. 620, da CLT, estabelece que as condições estabelecidas em convenção coletiva somente prevalecerão sobre as estipuladas em acordo coletivo "quando mais favoráveis". Mas desde que, é claro, ambas - da convenção e do acordo - sejam aplicáveis à espécie.

Em suma, pela teoria do conglobamento, devem ser consideradas todas as condições contidas na convenção coletiva e no acordo coletivo, de modo a prevalecer a mais benéfica, conforme o

entendimento contido no art. 620 da CLT. Não cabe pinçar de cada instrumento coletivo a cláusula mais vantajosa, a fim de tentar criar um novo instrumento coletivo.

Nesse sentido, a jurisprudência:

"Não se interpretam as cláusulas do acordo coletivo de forma atomista e insulada, mas em seu conjunto. Firmado pelo sindicato da categoria profissional, presume-se que haja vantagem global e geral para a categoria, o que não se apura da consideração particular de uma única norma coletiva. Convicção que se robustece se se tiver presente que a Constituição da República atribuiu ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria (art. 8º, III)" (TST - RR 390333 - 1ª Turma. Relator: Ministro João Oreste Dalazen - DJU 26.10.2001 - p. 606).

Na hipótese dos autos, devem prevalecer as normas do acordo coletivo, porque mais específico, até mesmo por força da teoria da conglobamento, que recomenda a interpretação sistemática da ordem jurídica".

Nego provimento.

Das horas extras

Salienta que os acordos coletivos de trabalho, nos quais se fundamentou o d. Juízo *a quo*, para indeferir a pretensão do autor, não obstante preverem a compensação de horas trabalhadas em excesso, não estipula qualquer proibição ao recebimento de horas extraordinariamente laboradas, tampouco do intervalo intrajornada.

Assinala que o autor cumpria jornada de trabalho de 12 x 36 horas, de 06:00 às 18:00 ou de 18:00 às 06:00 horas, bem como que, "*embora, em alguns casos, o Recorrente registrasse em seus cartões de ponto um intervalo para descanso e alimentação de 12:00h às 13:00h e de 21:00h às 22:00h, o mesmo, na prática não existia, uma vez que deveria permanecer na portaria o tempo todo, aguardando a movimentação de veículos ou de pessoas. O trabalho era realizado em turnos ininterruptos de revezamento (CF/88, art. 7º, XIV) e, por isso, temos que a jornada normal laboral deveria ser de 6 horas diárias e 36 horas semanais. Conclui-se, então, que as jornadas de trabalho praticadas pelo Autor excediam o horário reconhecido por lei como normal*" (fl. 176).

Requer, pois, o pagamento do labor extraordinário, na forma postulada na exordial.

Examinemos a questão.

A jornada de 12 x 36 horas, uma vez prevista em norma coletiva, obsta a percepção de horas extras, pois o labor extraordinário é posteriormente compensado, tal como autoriza o art. 7º, XIII, da Constituição Federal.

Desse modo, se os acordos coletivos de fls. 76/95 autorizam o labor em jornada de 12 x 36 horas, não são devidas horas extras ao reclamante, no período de 01.06.2004 até a dispensa, razão pela qual nego provimento ao apelo.

Do intervalo intrajornada

Cita o art. 71, da CLT, para afirmar que "*o legislador não estabeleceu que o intervalo para repouso e alimentação deveria ocorrer (somente) dentro da jornada normal de trabalho, mas nas atividades exercidas de forma continuada e que excedesse a seis horas. Mais adiante, diz que acaso este intervalo não seja concedido, o empregador pagará ao empregado o período correspondente mais*

50%. Em ambos os casos, não se nota que o intervalo em questão deva ser concedido apenas na fluência da jornada normal de labor. Ora se o legislador não restringiu, não poderia o Juízo recorrido limitar a aplicabilidade do dispositivo sob comento, ao momento em que transcorresse o horário normal de trabalho, pois senão estará abençoando a possibilidade de o obreiro labutar extensas jornadas, sem se alimentar ou descansar" (fl. 178).

Salienta que os registros de freqüência demonstrariam que o autor não teria usufruído do intervalo para repouso e alimentação, não obstante o labor acima de seis horas, daí porque descumprida a disposição do art. 71, *caput*, da CLT.

Enfatiza que "*o Juízo atacado confunde, ainda, a natureza jurídica de dois institutos distintos: a sobrejornada laboral e a indenização pelo não cumprimento de uma obrigação de fazer, qual seja a concessão do intervalo de uma hora para descanso ou alimentação*" (fl. 180).

Pleiteia a reforma da r. decisão de 1º Grau, a fim de que seja deferida a indenização pela não concessão do intervalo intrajornada.

Examinemos a questão.

A questão gira em torno da aplicabilidade do art. 71, da CLT, aos empregados que laboram em regime de 12 x 36 horas.

Dispõe o art. 71 que "*em qualquer trabalho continuo cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas*".

Os cartões de ponto, às fls. 52/56, confirmam que o autor, como vigia, laborava no regime de 12 x 36 horas, no horário de 06:00 às 18:00 horas ou de 18:00 às 06:00, bem como registram o de intervalo intrajornada de 1 (uma) hora.

In casu, incumbia ao reclamante o ônus de comprovar o fato constitutivo do seu direito (art. 818, da CLT, c/c art. 333, I, do CPC), ou seja de que, embora registrado o intervalo, dele não usufruía efetivamente, todavia, de tal encargo não se desincumbiu na medida em que não apresentou qualquer prova a corroborar suas alegações, pois sequer apresentou testemunhas, bem como reconheceu, ao depor, que gozava do intervalo em questão.

Desse modo, uma vez não comprovada a ausência de intervalo intrajornada, nego provimento ao apelo, ainda neste aspecto.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso; indefiro a argüição de incidente de uniformização de jurisprudência; e, no mérito, nego-lhe provimento para confirmar a r. sentença de 1º Grau, tudo conforme os fundamentos. Custas, como no 1º Grau.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, à unanimidade, em conhecer do recurso; sem divergência, indeferir a argüição de incidente de uniformização de jurisprudência; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença de 1º Grau, tudo conforme os fundamentos. Custas, como no 1º Grau.

Sala de Sessões da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 19 de setembro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 24/9/2007). VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA - Desembargador Federal do Trabalho - Relator.

****

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CONDIÇÕES DEGRADANTES. PAGAMENTO DE SALÁRIO A MENOR. INOCORRÊNCIA.

ACÓRDÃO TRT 2ª T/RO 00458-2007-004-08-00-5
RELATORA: Desembargadora ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN

RECORRENTES: **BENEDITO FABIANO COSTA LIRA**
Advogados: Dr. José Leite Cavalcante e outra
E
MC DONALD'S COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - BED (DRIVE THUR)
Advogados: Dr.ª Renata Geórgia Guimarães Costa e outros

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CONDIÇÕES DEGRADANTES. PAGAMENTO DE SALÁRIO A MENOR. INOCORRÊNCIA. O pagamento de salário abaixo do mínimo legal e/ou convencional pode atrair para o empregador a obrigação de pagar as diferenças salariais pleiteadas, mas de per si não constitui ilícito penal, não ensejando indenização por dano moral tendo em vista a existência de permissivo legal para o pagamento do salário por hora, tratando-se inclusive de matéria juridicamente controversa. A reparação por dano moral pressupõe a prática pelo empregador de ato ilícito ofensivo à dignidade, honra ou boa fama do empregado, o que resta descaracterizado.

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

CONHECIMENTO
PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA, SUSCITADA EM CONTRA-RAZÕES PELO RECLAMANTE

Argumenta o reclamante em contra-razões que o recurso não trouxe qualquer discussão acerca dos fundamentos contidos na decisão de primeiro grau, limitando-se a reclamada apenas a fazer retomar tese já vencida de inexistência de diferenças salariais.

Esta preliminar é descabida.

O art. 899 da CLT prescreve que, na Justiça trabalhista, os recursos podem ser interpostos por simples petição, sem que a peça recursal esteja sujeita a requisitos de forma, atendendo-se aos postulados que informam o processo trabalhista, aos princípios da simplicidade, celeridade, economia e utilidade.

O recurso ordinário devolve ao Tribunal o conhecimento da matéria litigiosa debatida na r. sentença, bastando que a parte fundamente o inconformismo, para que sejam conhecidos os motivos pelos quais se rebela contra a r. sentença.

E a reclamada expôs, de forma substancial, os motivos pelos quais em

suas razões recursais manifesta seu inconformismo com a r. sentença, postulando que o juízo examine os argumentos por ela apresentados, a seu ver capazes de concluir pela improcedência do pleito de diferenças salariais, como se verifica pelos fundamentos expostos às fls. 188/214.

Como se observa, a recorrente apresentou fundamentação específica contra a decisão que lhe foi desfavorável, pelo que não há falar em não conhecimento do recurso que se opõe aos fundamentos utilizados pela decisão recorrida.

Rejeito a preliminar e conheço do recurso da reclamada, bem como conheço do recurso do reclamante, porque ambos atendem todos os pressupostos legais de admissibilidade.

RECURSO DA RECLAMADA

PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR INCORRER EM JULGAMENTO *EXTRA PETITA*

A reclamada suscita a nulidade da sentença, afirmando que o Juízo de primeiro grau incorreu no vedado julgamento *extra petita*, pois declarou nula a cláusula do contrato de trabalho que trata da jornada móvel e variável, que não foi objeto da inicial, pois o reclamante limitou-se a postular diferenças salariais decorrentes da nulidade do pagamento do salário-hora.

Sustenta que a decisão causou-lhe manifesto prejuízo, incorrendo em cerceamento de defesa e ofensa ao art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, pois não pôde contestar, deixando de apresentar razões que certamente conduziriam à improcedência do pedido de nulidade da cláusula que trata da jornada de trabalho.

Caso não seja este o entendimento desta Egrégia Turma, pugna pela exclusão do dispositivo da r. sentença que impôs a nulidade da cláusula II do contrato de trabalho e, em consequência, do pedido de diferenças salariais entre a remuneração percebida e o piso da categoria.

Por fim, prequestiona os arts. 2º, 128, 293 e 460, do CPC, que restaram violados, tendo em vista a condenação da recorrente em pedidos que não foram objeto da inicial.

Realmente, a reclamada distorce os fatos, sendo esse um dos motivos porque foi inclusive apenada como litigante de má-fé.

O juízo não incursionou em julgamento *extra petita*, não apreciou nenhum pedido não formulado na petição inicial, não incluiu na condenação parcela que deixou de ser objeto da inicial.

Na inicial o reclamante fundamentou sucintamente o pedido de diferenças salariais para o piso da categoria, em razão de receber seus salários com base em salário hora, que alega ter sido inventado pela reclamada, infringindo as normas coletivas por ele colacionadas que não autorizam o pagamento de valor inferior ao piso da categoria, sustentando que trabalhava inclusive em horas extras e que a declaração do trabalhador nesse sentido é nula, por infringir o art. 7º da CF/88, segundo seus fundamentos, alegando que recebia abaixo do salário mínimo e do piso da categoria.

Portanto, embora o reclamante não tenha mencionado cláusula contratual prevendo a denominada jornada móvel e variável implantada pela reclamada, pediu que fosse desprezada a prática do salário hora adotada, porque atentatória às normas mínimas de proteção legal do trabalhador e de sua dignidade, tanto assim que aludida prática foi objeto do pedido de indenização por dano moral.

A reclamada contestou às fls. 64/85 cada uma das parcelas postuladas, especificamente, como a lei determina, e revidou que o reclamante era horista, tendo como última remuneração R$-1,82, recebendo por hora trabalhada como

atestam a ficha de registro, o contrato de trabalho e a ficha financeira, mencionando que o salário era pago conforme o contrato de trabalho, onde seriam remuneradas como horas extras as excedentes da oitava diária e da quadragésima quarta semanal, alegando que o reclamante não foi contratado como mensalista e tinha plena consciência de que trabalhava como horista, recebendo de acordo com o número de horas trabalhadas, alegando que não existe lei que proíba essa prática e que "*jamais houve por parte da reclamada "criação" de um regime de salário que resultaria em pagamento inferior ao salário mínimo legal ou piso da categoria*", invocando a legislação que respaldaria a contratação como horista, doutrina e jurisprudência (fls. 66/68). Portanto, a remuneração resulta da jornada de trabalho que está perfeitamente contida na *litiscontestatio*, ao contrário do que sustenta a reclamada, pois para o juízo verificar se a remuneração estava correta necessitaria analisar a jornada de trabalho.

Logo, o juízo não se afastou dos limites da lide ao desprezar a prática de salário-hora que estabeleceu a jornada móvel e variável, por considerá-la atentatória às normas protetivas do trabalhador e por não considerá-la inserida na previsão das normas coletivas da categoria, não tendo a r. sentença declarado a nulidade específica de uma cláusula do contrato de trabalho, visto que o contrato de trabalho contém a previsão de jornada de 44 horas semanais, não havendo que se falar em cerceamento de defesa, pois o reclamante expôs os pedidos e colacionou as normas coletivas que tratam de jornada de trabalho, trazendo até mesmo parecer do Ministério Público do Trabalho e jurisprudência favorável à sua tese.

Não há que se falar em ofensa aos arts. 5º, LV, da CF/88, e 2º, 128, 293 e 460, do CPC, pois o juízo decidiu nos exatos termos do pedido, e com base nos fundamentos postos na defesa da demandada, fazendo uma análise criteriosa e generalizada das questões postas em juízo pelas partes.

Ademais, ao julgador cabe apreciar a questão de acordo com o que ele entender atinente à lide. Não está obrigado o magistrado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso.

Rejeito a preliminar.

MÉRITO

DIFERENÇA SALARIAL E REFLEXOS DECORRENTES DO PAGAMENTO A MENOR QUE O SALÁRIO DA CATEGORIA

Insurge-se a reclamada contra a r. sentença que a condenou ao pagamento de diferença salarial e reflexos.

Sustenta que, consoante contrato de trabalho juntado aos autos, o reclamante foi contratado para receber por hora trabalhada e cumprir jornadas móveis e variáveis de, no máximo, 44 horas semanais e, no mínimo, 8 horas semanais, de acordo com as escalas ajustadas de comum acordo com o empregado, percebendo salário compatível com o número de horas trabalhadas, podendo, portanto, o empregado trabalhar tanto 8 horas, como 44 horas semanais e não diárias como mencionado pela r. sentença, tudo dependendo da disponibilidade do empregado. Ademais, observa-se o acordo de vontade ocorrido entre a recorrente e o reclamante, no sentido de que estava sendo contratado como horista, recebendo a remuneração correspondente às horas trabalhadas, sendo que as testemunhas foram uníssonas em afirmar que, quando da admissão dos empregados, é explicada a forma de remuneração e a jornada de trabalho pactuada.

Assevera que inexiste vedação constitucional, legal ou em norma coletiva,

à contratação do trabalhador horista, sendo absolutamente legal o pagamento proporcional do salário, com base nas horas trabalhadas e que não resta comprovado qualquer prejuízo aos empregados advindo da contratação sob essa forma, pelo contrário, viabiliza o acesso desses trabalhadores à escola, o que não seria possível se fossem obrigados a trabalhar na jornada fixa de 8 (oito) horas diárias.

Analiso.

Asseverou o autor na inicial que trabalhou para a recorrente no período de 22.08.2005 a 1º.01.2007, recebendo remuneração calculada por hora, em 6 (seis) dias na semana, cumprindo escala, no horário das 16:30h às 23:30h, de terça-feira a domingo, recebendo salário inferior ao piso da categoria e ao salário mínimo mensal, inclusive. Pugnou pela diferença salarial encontrada entre o valor de R$400,00 (piso salarial previsto em norma coletiva) e o valor de R$113,29 (média do salário mensal por ele percebido).

A demandada, em contestação de fls. 64/85, alegou que efetuava o pagamento do salário do reclamante observando rigorosamente o padrão salarial fixado pela lei e pela convenção coletiva a todos os seus empregados, ressaltando que o reclamante tinha plena ciência da forma de sua remuneração, anuindo com a mesma sem qualquer restrição, não se vislumbrando qualquer vício de consentimento em sua contratação e, ainda, que a jornada contratual e a forma de remuneração têm essas características justamente para possibilitar aos empregados mais jovens a compatibilização com seus estudo. Ademais, asseverou inexistir vedação legal para contratação de empregado horista, desde que assegurado o mínimo para o salário/hora.

Também refutou o horário de trabalho mencionado na inicial, dizendo que o horário de trabalho do reclamante foi, principalmente, das 17:00 às 23:00 horas, com quinze a trinta minutos de intervalo para refeição e descanso e sempre com, pelo menos, uma folga semanal, jornada que poderia ser comprovada através de cartões de ponto que não colacionou, à exceção do referente ao mês de janeiro de 2006 e que consta às fl. 119.

Não pode prosperar a rebeldia.

Entre as formas de pagamento de salário, temos o ganho por unidade de tempo, que *é aquele que é pago em função do tempo no qual o trabalho foi prestado ou o empregado permaneceu à disposição do empregador, ou seja, a hora, o dia, a semana, a quinzena e o mês, excepcionalmente um tempo maior* (Amauri Mascaro Nascimento, Iniciação ao Direito do Trabalho, 29ª edição, pág. 361).

O art. 7º, incisos IV e XIII, da CF/88, asseguram em geral o direito ao salário mínimo e à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, assim como o art. 58, da CLT, sendo que as partes poderão fixar, quando da admissão do empregado, jornada inferior à legal, devendo respeitar o salário mínimo por hora ou o piso salarial da categoria por hora, e a contraprestação deve ser proporcional a essa jornada.

Mas este não é o caso do reclamante, pois se verifica que ele efetivamente estava sujeito a uma jornada normal, ficando à disposição do empregador durante 44 horas por semanais, e sujeito a horas extras, quando o § 4º, do art. 59, da CLT, veda que os empregados contratados a tempo parcial prestem horas extras.

As cláusulas e condições do contrato de trabalho devem ser bem claras, de modo a que o trabalhador tenha pleno conhecimento do local de trabalho, do horário e do salário, pois daí nascem direitos e obrigações e o contrato de trabalho é de natureza bilateral, consensual, sinalagmática, comutativo, oneroso, de trato sucessivo, mas são nulas todas as cláusulas que fraudam os direitos trabalhistas fundamentais garantidos em normas cogentes pela CLT e legislação esparsa.

O empregador não pode a seu bel prazer submeter o trabalhador a jornada que lhe interessar e pagar o salário que bem quiser, inclusive abaixo do mínimo e do piso da categoria, pois esse tipo de cláusula é nula de pleno direito, considerada inexistente, prevalecendo em seu lugar a norma legal e coletiva, consoante rezam os arts. 9º, 444 e 468, da CLT.

Examinando-se o contrato de trabalho do reclamante (fls. 114/117), colacionado pela reclamada, verifica-se que ali não consta estipulado o horário de trabalho, sendo que a cláusula II prevê que o trabalhador pode ficar à disposição do empregador e ser submetido a uma jornada semanal móvel e variável de 8 a 44 horas, sem receber horas extras, o que não é válido, pois contraria o disposto nos arts. 58-A e 59, § 4º, da CLT.

Eis o teor da aludida cláusula:

> "CLÁUSULA II
>
> *A duração normal semanal do trabalho do(a) CONTRATADO(A) será móvel e variável, mas não terá duração superior ao limite de 44 (quarenta e quatro) horas, nem inferior ao mínimo de 8 (oito) horas, devendo ser ajustada de comum acordo entre as partes, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência do início de cada semana, observados sempre os limites mínimos legais de 11(onze) horas consecutivas de descanso entre uma jornada e outra de trabalho e o descanso de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas por semana de trabalho, tudo em consonância com a disponibilidade do (a) CONTRATADO(A), visando principalmente adequar seu horário de trabalho a outras atividades, como lazer, estudos ou mesmo outra atividade profissional.*
>
> PARÁGRAFO PRIMEIRO
>
> *Em nenhuma hipótese as horas trabalhadas até o limite normal diário de 8 (oito) horas serão computadas e pagas como horas extraordinárias e como tal remuneradas. Somente as horas de trabalho que excederem à oitava diária ou à quadragésima quarta semanal, ou aquelas laboradas em dias feriados ou domingos, sem concessão de folga compensatória, serão computadas e pagas como extraordinárias, com os acréscimos devidos.*
>
> PARÁGRAFO SEGUNDO
>
> *A jornada de trabalho poderá ser ajustada em qualquer horário, tanto diurno quanto noturno ou misto, respeitada a vedação existente na legislação quanto ao trabalho dos menores de dezoito anos em horário noturno.*
>
> PARÁGRAFO TERCEIRO
>
> *Após as 2 (duas) primeiras horas de trabalho diário, o(a) CONTRATADO(A), caso seja do seu interesse e desde que os serviços assim o permitam, poderá encerrar sua jornada de trabalho antes do horário previamente ajustado, mediante requerimento feito por escrito à CONTRATANTE e sua autorização expressa, mas sem direito da remuneração das horas não trabalhadas.*" (fls. 114/117).

A reclamada realmente não pode deixar de especificar o horário diário de seus empregados no contrato de trabalho, sendo nula essa prática, porque ofensiva a um direito elementar do trabalhador, o de conhecer sua jornada de trabalho, sua carga horária diária, semanal e mensal.

A CLT recepcionou o trabalho a tempo parcial, geralmente adotado para os

contratos de aprendizagem, fruto da tendência flexibilizadora das normas de ordem pública, em que o empregado é contratado para prestar serviço em uma jornada inferior a 8 horas diárias e não excedente de 25 horas semanais, o que pode atender a interesses particulares dos empregados, lhes possibilitando estudar e ter outros empregos, mas desde que essa jornada fique bem clara no contrato de trabalho, não sendo permitido que o estudante fique à disposição do empregador além das 25 horas semanais, sem receber o salário integral, e desde que haja expressa autorização em norma coletiva.

Mas não é o caso do reclamante, pois ficava submetido a uma jornada superior a 25 horas semanais, portanto, até mesmo ao arrepio da MP 2.076, pois para que o sistema se concretize, a jornada reduzida não deverá ultrapassar 25 horas de trabalho por semana (art. 58-A, da CLT, com redação da MP 2.076-38).

A reclamada contratou esse tipo de jornada em fraude à norma de ordem pública, sem estar autorizada por norma coletiva, ao arrepio da norma legal, pois o reclamante não era estudante e trabalhava realmente seis horas diárias em seis dias da semana, como faz prova o único cartão de ponto colacionado pela reclamada (fls. 119), portanto, sob qualquer ponto de vista, legal ou normativo, deveria obrigatoriamente receber salário integral.

No caso presente, a convenção coletiva da categoria, vigente no período trabalhado pelo reclamante, a partir de 01.08.2005, colacionada às fls. 22/34, na cláusula I, dispõe a respeito do piso salarial, sendo bem clara quanto a estipulá-lo por mês, não permitindo ganho mensal inferior a ele, contendo a seguinte redação:

> "*Os empregados das empresas integrantes da categoria econômica serão admitidos com O PISO salarial de R$330,00 (trezentos e trinta reais), pelo período do contrato de experiência de 90 dias, após o mesmo, terão os seus pisos salariais reajustados para R$370,00 (Trezentos e Setenta Reais.)*" (fl. 22).

No mesmo sentido, o Termo Aditivo à Convenção Coletiva (fls. 18/20), com vigência no período de 1º.08.2006 a 31.07.2007, ao dispor na cláusula I, *verbis*:

> "*Os empregados das empresas integrantes da categoria econômica serão admitidos com O PISO salarial de R$360,00 (trezentos e sessenta reais), pelo período do contrato de experiência de 90 dias. Após o mesmo, terão os seus pisos salariais reajustados para R$400,00 (Quatrocentos Reais.)*" (fl. 18).

As convenções e acordos coletivos, pela regra contida no art. 611 da CLT, são normas aplicáveis às relações individuais de trabalho, estipulando vantagens e condições de trabalho, no âmbito das respectivas representações, às empresas ou categorias profissional e econômica representadas, tornando-se lei entre as partes, gerando direitos e obrigações, devendo ser cumpridas pelas empresas abrangidas, ainda que contrárias a elas.

Nosso modelo constitucional deu ênfase ao princípio da autonomia privada coletiva, conforme o disposto no art. 7º, XXVI, consagrando a liberdade das negociações coletivas e, ainda, nossa Carta Política, nos incisos VI, XIII e XIV, do art. 7º, autorizou inclusive a renúncia a direitos, via acordo ou convenção coletiva, podendo aquelas vias de composição suprimirem benefícios, em troca da obtenção de outras vantagens, sendo que essas negociações existem para obter vantagens superiores àquelas conferidas pela norma legal, devendo ser respeitadas, para evitar-se a interferência do Estado na livre manifestação de vontade das partes.

Portanto, os trabalhadores abrangidos pela norma coletiva não podem ser admitidos com salário mensal inferior inclusive ao salário mínimo, como é o caso do reclamante, que trabalhava seis dias na semana, cerca de seis horas por dia,

recebendo não apenas menos que o piso da categoria, como também menos que o mínimo legal, em evidente apropriação pela empresa de sua força trabalho, como se pode constatar pelos demonstrativos de pagamento de fls. 92/108.

É irrelevante a assinatura de contrato com a previsão pretendida pela demandada, tendo em vista que a cláusula que impõe a duração normal semanal do trabalho de forma móvel e variável, o que a seu ver autorizaria que o pagamento fosse feito em razão das horas laboradas, é nula de pleno direito, quando sua aplicabilidade visa impedir que se assegure direitos trabalhistas fundamentais (art. 9º, da CLT) e que o trabalhador possa ficar à disposição do empregador em jornada integral, sem que lhe seja assegurado o pagamento correspondente.

O reclamante não trabalhava em regime de tempo parcial, visto que estava submetido a jornada de seis horas diárias em seis dias da semana, não podendo receber menos que o salário mínimo, o que não importa em ofensa ao art. 58 da CLT, mas em respeito à negociação coletiva.

Não é verdadeira a ilação de que a Convenção Coletiva permite o trabalho em turnos de seis horas com pagamento inferior ao salário mínimo legal mensal ou ao piso salarial, visto que o parágrafo 3º, da cláusula II, na alínea *g* (fls. 24), estabelece a jornada de trabalho e não permite o pagamento horário inferior ao piso nos turnos de seis horas, sendo bastante clara e específica ao mencionar: "*As empresas integrantes da categoria econômica, a seu critério, poderão adotar uma das jornadas de trabalho abaixo discriminadas: 1) TURNOS DE REVEZAMENTO DE 6 (SEIS) HORAS - .... 2) JORNADA DE 44 (QUARENTA E QUATRO) HORAS SEMANAIS - .... 3) JORNADA DE 12X36 HORAS - ...*".

Na presente hipótese, não se configura nenhuma dessas hipóteses.

O reclamante trabalhava, segundo a demandada, principalmente das 17:00h às 23:00h, seis dias durante a semana, o que importa dizer que trabalhava durante 6 (seis) horas diárias, não tendo a reclamada em contestação apontado especificamente qual o horário de trabalho do reclamante ou quantas horas diárias ele laborava, mencionando apenas que a jornada estava registrada nos cartões de pontos, os quais não vieram aos autos. Ou seja, restou incontroverso nos autos que a jornada de trabalho das reclamantes era de 6 (seis) horas diárias, não podendo, nesse caso, o salário ser inferior ao mínimo legal ou ao piso da categoria, o que não encontra amparo nas normas protetivas da CLT.

A mais elementar das normas cogentes previstas na CLT é aquela que garante o salário mínimo, também prevista no art. 7º, IV, da CF/88 que, corresponde a uma conquista consagrada desde o Tratado de Versalhes e é de natureza irrenunciável e impostergável, não podendo ser reduzida, ainda que com isso o trabalhador haja concordado, premido pela necessidade econômica. A todo trabalhador assalariado é garantido o salário mínimo mensal que, é fixado pelo legislador, ainda que teoricamente, levando em conta o custeio de componentes vitais, indispensáveis às necessidades básicas do homem e sua família, como alimentação, habitação, vestuário e, não pode ser vilipendiado, inexistindo previsão legal para o assalariado ser contratado para receber salário inferior ao mínimo legal, em desrespeito à convenção coletiva que fixa o piso como sendo mensal e as jornadas de trabalho possíveis de serem pactuadas, mas não prevê a possibilidade de pagamento de salário inferior ao salário mínimo.

Assim sendo, deve ser mantida a r. sentença recorrida que deferiu as diferenças salariais para o piso da categoria, conforme pretendidas na inicial.

DA MULTA CONVENCIONAL

A reclamada pleiteia o afastamento da penalidade prevista na cláusula

XXVIII da Convenção Coletiva de Trabalho, aplicada no caso de não cumprimento de suas cláusulas.

Em razão disso, aduz que nada deve ao reclamante, tampouco descumpriu qualquer cláusula da citada convenção. Outrossim, ainda que houvesse violação às cláusulas convencionais fixadas na inicial, a multa não seria devida em razão da controvérsia instaurada.

No entanto, aqui também não prospera a insurgência.

A r. sentença deferiu a multa convencional prevista na cláusula XXVIII, em virtude da inobservância do piso salarial da categoria.

Dispõe a norma clausular em exame:

> "***CLÁUSULA XXVIII - MULTA*** - *Fica determinada a multa de um salário mínimo por trabalhador, que será revertida a favor da parte prejudicada, a ser paga pela parte que descumprir qualquer cláusula desta convenção, observado o disposto no art. 522 da CLT.*" (fls. 31).

Assim, considerando a manutenção da r. sentença que deferiu diferenças salariais, porque constatada a inobservância do pagamento do piso da categoria, houve mácula às disposições da norma coletiva, pelo que não há qualquer reforma na r. decisão, devendo a parcela ser mantida.

DA APLICAÇÃO DAS MULTAS DE 1% E 10% NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Pugna a reclamada pela exclusão das multas de 1% e 10% sobre o valor da condenação, aplicadas pela sentença de embargos, por terem sido considerados protelatórios.

Sustenta que, a partir da Lei 9.957/2000, com a introdução do art. 897-A da CLT, tornou-se inaplicável as disposições do CPC no que diz respeito aos embargos declaratórios, tendo em vista que a CLT passou a ter disposição específica a respeito, o que impossibilitaria a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único do CPC, já que inexiste tal previsão na CLT. Por outro lado, salienta que o duplo grau de jurisdição, consectário do devido processo legal, consiste na possibilidade da parte insurgir-se contra decisões judiciais, requerendo a revisão dos julgados proferidos, dentro das disposições legais.

Por fim, acentua não ser possível a cumulação da multa por embargos de declaração protelatório com a pena de litigância de má-fé prevista nos arts. 17 e 18 do CPC.

Desse modo, requer a exclusão das mencionadas multas.

Dou provimento ao recurso da reclamada no aspecto, não pelos fundamentos por ela utilizados, que nada tem a ver com a questão, pois é pacificamente aplicável a litigância de má-fé no processo trabalhista, mas sim porque entendo que se deve usar com cautela esses institutos e apenas aplicar a litigância de má-fé em caso de evidente intuito de enganar e prejudicar o outro litigante e o juízo, o que não vislumbro na atitude da reclamada.

Excluo da condenação a multa de 1% de que trata o art. 538, do CPC, bem como a multa de 10% por litigância de má-fé, considerando que não se configurou a intenção meramente procrastinatória, tendo em vista que, a embargante apontou lacunas que, sob sua ótica existiram, sendo razoável o entendimento de que a situação se enquadraria nas hipóteses previstas no art. 535 do CPC, pelo menos quanto aos aspectos abordados pela embargante, motivo pelo qual se exclui da condenação as multas de 1% e de 10% impostas à ora recorrente na r. sentença declaratória.

Dou parcial provimento ao apelo da reclamada para, reformando

parcialmente a r. sentença recorrida, excluir da condenação a litigância de má-fé e as multas de 1% e 10% impostas na sentença declaratória, confirmando a r. sentença recorrida quanto aos demais pontos da insurgência.

RECURSO DO RECLAMANTE
DA MULTA DO ART. 467 DA CLT

O recorrente requer que as diferenças salariais sejam consideradas verbas rescisórias e sejam pagas com multa de 50%, nos termos do art. 467, da CLT.

A r. sentença indeferiu o pedido de incidência da multa prevista no artigo 467 da CLT sobre as diferenças salariais, porque o referido dispositivo é restrito à hipótese de verbas rescisórias incontroversas.

Assim dispõe o art. 467 da CLT:

> "*Art. 467. Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinqüenta por cento.*"

A incidência restringe-se às verbas rescisórias, como dispõe o art. 467 consolidado, mesmo com a edição da Lei nº 10.272/01, pelo que não há que se falar na ampliação sobre todas as parcelas objeto da condenação e devidas durante o curso do contrato de trabalho, como é o caso das diferenças de salários, no que há consenso nesta Egrégia Turma.

Assim sendo, nego provimento ao apelo do reclamante no aspecto.

Confirmo a r. sentença recorrida.

DO INTERVALO INTRAJORNADA

Pugna o reclamante pelo pagamento de intervalo intrajornada, porque teria ficado à disposição da reclamada nos horários relativos ao intervalo para alimentação.

Sustenta o reclamante que seu depoimento e as declarações da testemunha de nome Leiliane de Fátima dos Santos não deixam dúvidas quanto à interrupção no intervalo para refeição do reclamante e demais empregados da reclamada, que tinham seus intervalos fixados a qualquer hora pelo gerente da demandada.

Analisemos o contexto probatório.

O autor postulou na inicial horas extras e reflexos intervalares, em virtude de não gozar de intervalo para repouso e alimentação, previsto no art. 71, da CLT.

A reclamada, em contestação, negou que deixasse de desfrutar do referido intervalo, como comprovam as folhas de ponto.

O reclamante ao depor disse "*que o reclamante usufruía 30 minutos de intervalo, mas quem escolhia o momento do intervalo era o gerente, conforme o movimento; que às vezes no momento do intervalo, se o movimento aumentasse, o empregado era chamado para voltar para o atendimento*". (fls. 121). Do teor desse depoimento, conclui-se que o reclamante dispunha de intervalo para repouso e alimentação e que, apenas eventualmente, havia interrupção no gozo do intervalo intrajornada, interrupção essa que não restou demonstrada pelo reclamante, pois asseverou na inicial que não usufruía do referido intervalo.

A preposta, em depoimento às fls. 121, confirmou a tese da defesa de que os empregados usufruíam do intervalo intrajornada de 30 minutos e que obedecia um rodízio entre os empregados.

A testemunha trazida pelo reclamante, de nome Leiliane de Fátima dos Santos, declarou às fls. 121/122, que o intervalo seria de 30 minutos, mas que, às

vezes, era chamada no decorrer desse intervalo e, ainda que, "*na maioria das vezes a depoente usufruía do intervalo e somente era convocada quando faltava funcionário ou quando o movimento aumentava*", o que mais uma vez comprova a eventualidade da não fruição do respectivo intervalo intrajornada.

Assim, diante da confissão do reclamante e das declarações da testemunha por ele apresentada, mantenho a r. sentença, que indeferiu o pedido de horas extras intervalares.

DA MULTA DO ART. 477 DA CLT

Requer o reclamante a condenação da reclamada ao pagamento da multa do art. 477, da CLT, pelo atraso na quitação das verbas rescisórias.

Sem razão o recorrente.

Pleiteou o autor na inicial a condenação da reclamada ao pagamento da multa epigrafada ao argumento de que, em que pese seu afastamento tenha ocorrido em 1º.01.2007, a reclamada efetuou o pagamento somente no dia 17.01.2007, após, portanto, o prazo de 10 (dez) dias estabelecido no §8º, do art. 477 da CLT. Ressalto, ser este o único argumento utilizado pelo autor para pleitear a aludida condenação.

A tese de defesa da reclamada direcionou-se à impossibilidade de aplicação da referida multa, tendo em vista que o reclamante não teria qualquer saldo a seu favor, bem como pelo fato de que as parcelas perseguidas na demanda encontrarem-se *sub judice*, ante a controvérsia instaurada.

A regra inserta no § 6º do art. 477 consolidado, independe do *caput* do referido dispositivo, é de natureza objetiva e, contém um comando impositivo quanto aos prazos para pagamento da rescisão, qualquer que seja o motivo.

O dispositivo legal assim dispõe, *verbis*:

> "*§ 6º O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos: a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.*"

O § 8º, parte final, faz uma única ressalva à incidência da multa, desde que o atraso tenha sido totalmente de responsabilidade do empregado.

Contudo, como bem ressaltado pelo douto juízo *a quo*, a penalidade é aplicada pela ausência do pagamento das verbas rescisórias devidas, o que inocorreu na presente hipótese, tendo em vista que o reclamante, conforme consta em seu Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT), não possuía saldo (fl. 12), o que inviabilizaria a aplicação da penalidade.

Assim, nego provimento ao recurso do reclamante no aspecto.

DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

Investe o reclamante contra a r. sentença que indeferiu o pedido de indenização por dano moral, pleiteado em virtude do pagamento de salário abaixo do mínimo constitucional e normativo da categoria.

Sustenta que foi lesado em sua dignidade humana, pelo fato da reclamada sujeitá-lo a um tratamento ignominioso, a um trabalho sub-humano e em condições degradantes, subtraindo-lhe os recursos indispensáveis ao próprio sustento, por ter sofrido limitações em sua alimentação, moradia, higiene e lazer, bem como a sua família.

A Carta Magna de 1988 abrigou entre os direitos e garantias do homem, a

preservação de sua dignidade, protegendo-lhe a honra, a imagem, a vida privada, a intimidade, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral, no art. 5º, incisos V e X.

De sorte que, além do repúdio social, aquele que transgredir os direitos da personalidade causando dano a outrem, atrai para si a obrigação de reparar a lesão moral ou material provocada.

Em sua defesa a reclamada negou que houvesse praticado qualquer ato insultuoso à imagem e à dignidade do reclamante, porque sempre cumpriu fielmente o estipulado no contrato individual de trabalho, destacando que a questão posta nos autos envolve, no mínimo, controvérsia jurídica relevante, sendo que ainda que esta Especializada entenda que a forma do cálculo salarial restaria equivocada, tal conclusão não autorizaria a indenização por dano moral.

Ora, a obrigação de indenizar por dano moral apenas é deflagrada como consequência da prática de um ato ilícito que consiste na transgressão aos direitos de personalidade, à honra e boa fama do empregado, capazes de causar dor e sofrimento moral.

Se a empregadora, em virtude de acreditar que poderia efetuar pagamento de salário calculado sobre a jornada hora variável, não pagou integralmente os salários reconhecidos pela r. sentença e confirmados pela decisão colegiada desta Egrégia Segunda turma, sem impingir ao reclamante nenhum insulto ou ofensa, sem a intenção deliberada de lhe causar sofrimento, não incorreu em hipótese capaz de ensejar dano moral com fulcro no art. 5º, incisos V e X, da CF/88, pois a circunstância de não haver efetuado o pagamento dos salários de forma integral, de per si não constitui ilícito penal, mas ilícito trabalhista que pode atrair a incidência da condenação às diferenças salariais e suas repercussões.

Ademais, realmente se trata de matéria controversa na atual legislação trabalhista que admite o pagamento do salário/hora e a contraprestação proporcional, e embora a reclamada tenha usado o instituto indevidamente, ainda assim não se configura ilícito penal ou moral.

Assim sendo, nego provimento ao recurso do reclamante e confirmo a r. sentença que julgou improcedente este pleito.

Ante o exposto, rejeito a preliminar de não conhecimento do recurso da reclamada e dele conheço, bem como conheço do recurso do reclamante; rejeito a preliminar de nulidade da sentença por julgamento *extra petita*, suscitada pela reclamada, por falta de amparo legal; no mérito, nego provimento ao recurso do reclamante; dou parcial provimento ao apelo da reclamada para, reformando parcialmente a r. sentença recorrida, excluir da condenação a litigância de má-fé e as multas de 1% e 10% impostas na sentença declaratória, confirmando a r. sentença recorrida em seus demais aspectos, tudo de acordo com a fundamentação supra, inclusive quanto às custas.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM REJEITAR A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DA RECLAMADA, SUSCITADA EM CONTRA-RAZÕES PELO RECLAMANTE, E DELE CONHECER, BEM COMO CONHECER DO RECURSO DO RECLAMANTE; AINDA À UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR JULGAMENTO *EXTRA PETITA*, SUSCITADA PELA RECLAMADA POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO

RECLAMANTE; À UNANIMIDADE, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO DA RECLAMADA PARA, REFORMANDO PARCIALMENTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E AS MULTAS DE 1% E 10% IMPOSTAS NA SENTENÇA DECLARATÓRIA, CONFIRMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA EM SEUS DEMAIS ASPECTOS, TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 8 de agosto de 2007. (Publicado no DOJT8 em 13/8/2007). ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN - Desembargadora Federal do Trabalho Relatora.

****

INSS. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. RELAÇÃO COM O ACIDENTE DO TRABALHO. RELATIVIDADE.

ACÓRDÃO TRT 1ª T. RO 00493-2006-121-08-00-7
RELATOR: Desembargador GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

RECORRENTE: **C. M. CERÂMICA MARITUBA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**
Dr. Jamil Gama Souza

RECORRIDO: **FRANCISCO DE ASSIS ALEXANDRE DE SOUZA**
Dr. Carlos Alberto Prestes de Brito

INSS. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. RELAÇÃO COM O ACIDENTE DO TRABALHO. RELATIVIDADE. O auxílio-acidente concedido pelo INSS, não pressupõe, obrigatoriamente, a ocorrência de acidente do trabalho (ou doença ocupacional), nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.528/97, pois o benefício é concedido por lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, que resultem em seqüelas para o trabalhador, reduzindo sua capacidade laboral. No caso, há dúvida quanto ao nexo causal, considerando-se a falta de laudo pericial e ainda o fato de o reclamante ter sido vítima de acidente em sua residência, que lesionou sua coluna vertebral, como confessado em depoimento pessoal.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
Conhecimento
Conheço do recurso ordinário porque observados os pressupostos de admissibilidade.

MÉRITO

Diferença de horas extras

Pretende a exclusão do pagamento de diferença de horas extras ao argumento de que o reclamante não teria provado fazer jus a elas, havendo apenas uma indicação imprecisa na petição inicial, constante do demonstrativo de cálculo, o que prejudica o deferimento do pedido.

Alega que o juízo de primeiro grau não observou o pedido relativo à diferença de horas extras com reflexo em repouso semanal remunerado e FGTS, mas condenou a reclamada ao pagamento integral de horas extras, ou seja 110 mensais, com percentual acima do pedido formulado na inicial, ensejando julgamento *extra petita*, devendo a sentença ser declarada nula ou adequada ao que foi pleiteado na inicial.

Assiste-lhe parcial razão.

Quanto à prova da existência de diferença de horas extras, o reclamante se desincumbiu do ônus probatório.

Os registros da jornada de trabalho de fls. 85/109, demonstram que o labor era em turno ininterrupto de revezamento, já que cumpria jornada de 06 às 18 horas e de 18 às 06 horas, regularmente, durante todo o contrato de trabalho. Logo, nos termos do art. 7º, XIV, da Lei Maior, deveria cumprir jornada diária de 06 horas, face à inexistência de norma coletiva.

Os contracheques de fls. 110/120, provam que as horas extras não eram pagas corretamente, já que o reclamante ultrapassava, e muito, a jornada normal de trabalho.

No deferimento das diferenças de horas extras, a sentença, após encontrar o total de horas suplementares ocorridas no mês (110), determinou, expressamente, a compensação daquelas pagas em contracheque, como se observar à fl. 140. Logo, não há que se falar em julgamento *extra petita* nesse aspecto.

No entanto, laborou em equívoco o juízo *a quo* em relação ao percentual deferido. Realmente, na inicial à fl. 10, o reclamante pleiteou o pagamento de diferença de horas extras com o percentual de 50% e não de 60%, como pago em contracheque.

Como o juízo deve se ater ao pedido feito na petição inicial (art. 128 do CPC), provejo o apelo nesse sentido para determinar que as diferenças de horas extras sejam calculadas com o percentual de 50%.

Danos morais

Requer a exclusão da indenização por danos morais, tendo em vista que o reclamante jamais sofreu acidente do trabalho em suas atividades laborais, e que nunca se queixou de qualquer enfermidade, razão porque não emitiu a guia de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, e nem se recusou em fazê-lo.

Acentua que os atestados de saúde ocupacional, referentes a exames periódicos, provam que o autor não padeceu de qualquer enfermidade decorrente de suas atividades laborais, confessando, inclusive, em depoimento que, não sofria de nenhum problema na coluna e, aquando de sua dispensa, pediu ao médico da reclamada apenas um exame de raio X de seu pulmão, por laborar com poluição e serragem.

Sustenta que o juízo deferiu o pedido baseado em presunção, em razão de o INSS ter concedido ao reclamante auxílio-doença acidentário, mas que não há prova nos autos da perícia técnica feita pela Previdência Social, o que afasta o direito à indenização por danos morais.

Ressalta que o laudo médico de fl. 43, de 28.09.2002, prova que a coluna

do reclamante, à época, estava normal, e que a CAT de fl. 45, no campo 43, informa que sua enfermidade está relacionada com o acidente que sofreu em sua própria residência, o que foi confirmado pelo autor por ocasião de seu depoimento.

A meu ver, a reclamada tem razão.

O deferimento de indenização por danos morais depende de prova inequívoca da culpa ou dolo do empregador, além do nexo de causalidade entre o dano e as atividades laborais. O enquadramento legal está nos arts. 186 e 927 do Código Civil brasileiro.

O art. 19 da Lei nº 8.213/91 conceitua acidente do trabalho como sendo: *o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 1º desta Lei, provando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.*

O reclamante, em depoimento às fls. 124/125, declarou ao juízo: *que no momento da rescisão não falou para o seu sindicato acerca do seu problema de coluna, porque como o médico tinha lhe dado como apto, achou que não devia falar nada; que sofreu um acidente em casa no ano de 2003, quando foi trocar uma telha e caiu do telhado; que foi atendido na urgência e emergência do Pronto Socorro de Marituba, e lá tiraram um raio X, onde foi constatado um desvio na coluna; ...; que esta queda do telhado agravou bastante as dores que já vinha sentindo.*

O reclamante confessou que em sua residência sofreu um acidente que afetou diretamente sua coluna vertebral. Suas testemunhas, por outro lado, nada disseram sobre os problemas de saúde que teria acometido o autor, inclusive com problemas de desmaio, como alegado na petição inicial; nada comentaram também sobre os efeitos na coluna em decorrência da atividade de forneiro.

Ademais, o documento de fl. 43, do Hospital Divina Providência, datado de 28.09.2002, aponta que o eixo vertebral do reclamante não tinha nenhuma anomalia, o que contraria a tese da inicial, no sentido de que há três anos o reclamante vinha sofrendo fortes dores na coluna.

Considerando-se a Comunicação de Acidente de Trabalho de fl. 45, expedida pelo Ministério Público do Trabalho em 25.11.2005, retroagindo-se 03 anos, temos que, segundo a inicial, as dores começaram desde 25.11.2004. Ou seja, as dores começaram após o acidente que sofreu em sua residência, e um pouco antes de sua demissão, que ocorreu em 14.12.2004 (TRCT de fl. 40).

Os laudos de fls. 41/42, que apontam problemas na coluna do reclamante são de 04.08.2005 e 09.09.2005, respectivamente, isto é, muito após a dispensa e o acidente sofrido, que não foi na reclamada.

É importante perceber que a sentença deferiu a indenização, baseando-se em presunção de acidente do trabalho (ou doença profissional), tendo em vista a concessão de auxílio-doença acidente ao reclamante pelo INSS, conforme os documentos de fls. 47/51.

Ocorre, no entanto, que a concessão do auxílio-doença acidente não pressupõe, de pronto, que tenha ocorrido acidente do trabalho (ou doença profissional) na concepção do termo. Pelo menos é o que diz a Lei nº 8.213/91 em seu art. 86, com a redação dada pela Lei nº 9.528/97, *verbis*: *o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, <u>após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza</u>, resultarem seqüelas que <u>impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia</u>* (destaquei).

Percebe-se que o fato de o reclamante estar recebendo auxílio-doença do

INSS não implica, automaticamente, que tenha havido um exame acurado da Previdência Social estabelecendo o nexo causal entre a enfermidade e as atividades laborais do trabalhador.

Ivan Kertzman, *in* Curso Prático de Direito Previdenciário, 2ª ed., Salvador, JusPODIVM, 2006, p. 322, destaca: *o auxílio-acidente é devido, em decorrência de* ***acidente de qualquer natureza****, e não, apenas, em caso de acidente de trabalho, como muitas pessoas costumam acreditar* (o grifo não é nosso).

No caso que ora se examina, não há nos autos nenhuma perícia do INSS sobre o nexo causal entre a enfermidade e as atividades desenvolvidas pelo autor na reclamada. Logo, não restando provado nos autos a culpa da empresa reclamada, não pode ser deferida a indenização por danos morais.

Portanto, provejo o apelo para excluir da condenação a indenização por danos morais.

Multa de 40% sobre os depósitos do FGTS

A reclamada pretende a exclusão da multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, tendo em vista que não houve esse pedido na petição inicial, recaindo o juízo em julgamento *extra petita*.

Sem razão.

A sentença determinou a repercussão das parcelas deferidas sobre o FGTS com 40%, o que aconteceu nos cálculos de fl. 146, onde há reflexo das parcelas sobre o FGTS e, em seguida, sobre a multa de 40%.

Portanto, a multa de 40% deferida pela sentença recorrida refere-se à repercussão requerida na inicial e não sobre os depósitos fundiários, como pretende fazer crer a recorrente.

Mantenho a decisão.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso; no mérito, dou-lhe parcial provimento para, reformando, em parte, a r. sentença recorrida, determinar que as diferenças de horas extras sejam calculadas com o percentual de 50%, e excluir da condenação a indenização por danos morais, mantida a decisão em seus demais termos, conforme a fundamentação.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA, REFORMANDO, EM PARTE, A R. SENTENÇA RECORRIDA, DETERMINAR QUE AS DIFERENÇAS DE HORAS EXTRAS SEJAM CALCULADAS COM O PERCENTUAL DE 50%, BEM COMO EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, MANTIDA A DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS, CONFORME A FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS, PELA RECLAMADA, SOBRE O VALOR DE R$654,62, CALCULADAS SOBRE O VALOR REDUZIDO DA CONDENAÇÃO NO IMPORTE DE R$32.731,17.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 13 de fevereiro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 1º/3/2007). GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO - Desembargador Relator.

****

JORNADA POR HORA - PISO SALARIAL

ACÓRDÃO TRT 4ªT./ RO 01205-2006-005-08-00-4
RELATOR: Desembargador GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO

RECORRENTES: **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, BARES E SIMILARES DO ESTADO DO PARÁ**
Advogado: Dr. José Leite Cavalcante
e
MCDONALD´S COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogada: Dra. Marise Paes Barreto Marques

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

JORNADA POR HORA - PISO SALARIAL - Se a empresa enquadra seus empregados em jornada por hora, ou seja, situação fática não prevista na norma coletiva da categoria, deve a mesma remunerá-los pelas jornadas trabalhadas com, ao menos, o piso salarial previsto nas normas coletivas.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
2.1. Preliminar de não conhecimento do recurso do Sindicato, suscitada em contra-razões
O MCDONALDS requer o não conhecimento do apelo por ausência de interesse de agir.
Não tem razão. Conforme se observa, o Sindicato recorre da multa convencional em dobro, dos reflexos das diferenças salariais para os empregados já demitidos sem justa causa e para todos os substituídos, da indenização por dano moral e também dos honorários advocatícios e da justiça gratuita, porque tais parcelas foram indeferidas pelo juízo de primeiro grau.
Considero, portanto, autêntico o interesse de agir do Sindicato, motivo por que rejeito a preliminar.
Desta forma, conheço de ambos os recursos porque atendidos os requisitos de admissibilidade. Contra-razões das duas partes em ordem.

2.2. Preliminares
2.2.1. Inépcia da inicial pela cumulação indevida de pedidos e procedimentos
A reclamada alude que o pedido de indenização por dano moral renovado no recurso não se coaduna com a natureza da ação intentada pelo Sindicato.
Tem razão, pois a ação executiva tem por escopo unicamente tornar efetivo o comando inserto na decisão normativa. Assim, por evidente, que o pleito de indenização por dano moral individual e coletivo é matéria que não pode ser perseguida pela via estreita da ação de cumprimento.
Mantenho a sentença que já havia acolhido a preliminar.

2.2.2. Ilegitimidade para defesa de direitos individuais

A recorrente assevera que o Sindicato formula pedidos no recurso que envolvem direitos individuais homogêneos e outros meramente individuais.

Na verdade, a preliminar está relacionada à postulação de dano moral pelo Sindicato a todos os empregados da reclamada. Contudo, conforme analisado no item anterior, foi acolhida a preliminar de inépcia da inicial com relação a este tópico do recurso, ficando sem objeto a apreciação da preliminar.

2.2.3. Ilegitimidade ativa em relação aos empregados já desligados

Em contra-razões e em seu recurso ordinário, a reclamada diz que o Sindicato não tem legitimidade para propor ação de cumprimento em relação a empregados que já não fazem mais parte da categoria, por terem sido dispensados, ou por terem seu contratos encerrados por qualquer outra modalidade.

A preliminar não procede, eis que nos termos dos artigos 8º, III, da CF/1988, e 513, "a", da CLT, cabe ao Sindicato a defesa dos direitos e interesses individuais ou coletivos da categoria que representa, aí incluídos, obviamente os não associados e os trabalhadores desligados da empresa, eis que os mesmos integravam a categoria na época da violação de seus direitos.

2.2.4. Supressão de instância

A recorrente alega que haverá supressão de instância e violação ao princípio "*tantum devolutum quantum apelatum*", porque o objetivo do recurso é remeter ao Tribunal o reexame das questões abordadas na sentença, o que não teria ocorrido com relação às parcelas recorridas.

Sem qualquer razão.

A alegação diz respeito ao pedido de indenização por danos morais, reflexos das diferenças salariais na multa do art. 467 da CLT e nos DSR para todos os substituídos e reflexos de tais diferenças salariais nas mesmas verbas e no aviso prévio para os empregados já desligados. Contudo, ao contrário do alegado, observa-se que o Sindicato sustentou no apelo argumentos visando a reforma da decisão. Não vislumbro onde a análise de tais parcelas, já apreciadas pelo primeiro grau de jurisdição, possa incidir em supressão de instância, ou ainda, em violação ao princípio invocado.

Rejeito a preliminar.

2.3. Mérito

RECURSO DA RECLAMADA

2.3.1. Diferenças salariais e nulidade do regime de contratação por hora

A reclamada diz que alguns empregados das empresas, conforme se verifica dos contratos de trabalho juntados aos autos, são contratados para receber por hora trabalhada e cumprem jornadas variáveis de no máximo 44 horas e no mínimo 8 horas semanais, de acordo com as escalas ajustadas de comum acordo com os empregados, com salário estipulado em consonância com o número de horas trabalhadas, ou sejam proporcional ao período de prestação dos serviços

Afirma que a contratação para recebimento de salário por hora com jornadas variáveis se adequa totalmente à legislação vigente, não havendo qualquer óbice a sua pactuação e execução, na forma como foi feita, incidindo, assim, o disposto no artigo 444 da CLT.

Não lhe assiste razão.

A reclamada tentou criar um regime de salário exclusivo para si, na base

de salário/hora, cujo valor do salário mensal fica bem aquém do salário mínimo, portanto, abaixo do piso normativo da categoria.

As convenções coletivas que vieram aos autos apontam no item JORNADA DE TRABALHO (fl. 24, 39 etc.), que as empresas integrantes da categoria econômica, a seu critério, poderão adotar as seguintes jornadas: 1 - turnos de revezamento de seis horas; 2 - jornada de quarenta e quatro horas semanais; e 3 - jornada de 12 x 36 horas. Conforme se observa, as convenções coletivas regraram as hipóteses de jornada de trabalho de forma taxativa, não existindo qualquer instrumento normativo dispondo que a jornada dos empregados da reclamada seriam fixadas em hora, e como tal, seus empregados receberiam pelas que fossem trabalhadas. De ser ressaltado que a indicação de salário por hora nas tabelas salariais constantes das convenções coletivas, não tem o condão de estabelecer este tipo de jornada, eis que deveria ter havido acordo específico para tanto.

O certo é que se a empresa enquadra seus empregados em jornada por hora, ou seja, situação fática não prevista na norma coletiva, deve a mesma remunerá-los pelas jornadas trabalhadas com, ao menos, o piso salarial previsto nas normas coletivas.

Outrossim, os documentos juntados pelo Sindicato às fls. 16/422, que acompanham a petição inicial, e também a confissão da preposta em audiência, são provas inequívocas que evidenciam a prática da reclamada de pagamento inferior ao piso mínimo estabelecido nas normas coletivas de trabalho da categoria em questão (fls. 15/109).

Entendo, por conseguinte, que deve ser mantida a sentença.

2.3.2. Multa convencional

Não procedem os argumentos recursais, eis que foi mantida a decisão recorrida, quanto ao deferimento das diferenças salariais postuladas.

Em decorrência, é devida a multa convencional, não havendo que se falar que são indevidas em face à controvérsia instaurada, justamente em porque o deferimento é autorizado em razão do descumprimento das normas previstas nas convenções coletivas constantes dos autos.

2.3.3. Prequestionamento

Recuso, pelos fundamentos expendidos, toda a argumentação recursal apresentada pela recorrente, deixando expressamente prequestionado tudo o que nela se contém. Afirmo, desde já, que não foi violado qualquer dispositivo constitucional e infraconstitucional, especialmente os arts. 5º, II, 7º, IV, XIII e XVI, da Constituição da República; arts. 57 a 75, 142, da CLT, desde já prequestionados com o declarado e deliberado intuito de prevenir e, quiçá, evitar embargos declaratórios.

RECURSO DO SINDICATO E DO MCDONALDS

2.3.4. Honorários advocatícios e justiça gratuita

A empresa requer a parcela em razão do feito não ser decorrente de relação de emprego.

Por sua vez, o Sindicato postula os honorários advocatícios e também os benefícios da justiça gratuita, alegando que os reclamantes estão por ele assistidos, na forma do art. 14 da Lei nº 5.584/74 e da Súmula 219 do C. TST.

Não assiste razão à nenhuma das partes. A uma porque, porque o benefício da justiça gratuita não se estende às entidades sindicais. E a duas porque, os honorários advocatícios no âmbito da justiça do trabalho, só é cabível na hipótese

de assistência judiciária prestada pelo Sindicato ao trabalhador, o que não é o caso dos autos. Quanto aos argumentos da reclamada, também não procedem, uma vez não verificados quaisquer dos requisitos previstos nas Súmulas 219 e 329 e Oj's 304 e 305, todos do TST.

Mantenho.

2.3.5. Multa convencional

O Sindicato requer a reforma da sentença, que deferiu a parcela de forma simples. Alega que em face da gravidade no descumprimento da norma convencionada, bem como os prejuízos acarretados com a lesão à natureza da cláusula, ela deve ser deferida em dobro.

Não tem razão, pois a referida cláusula XVIII (fl. 31), não tem previsão para pagamento da multa em dobro. Mantenho.

2.3.6. Reflexos de diferenças salariais deferidas - para os empregados já demitidos sem justa causa - e para todos os substituídos

Alega o Sindicato que a sentença incorreu em contradição, vez que deferiu os reflexos das diferenças salariais no FGTS e a multa de 40% para os empregados já demitidos, mas não deferiu sobre a parcela de aviso prévio, multa do art. 467 e RSR, o mesmo ocorrendo com referência a todos os substituídos, relativamente à multa do art. 467 e RSR.

Assiste-lhe razão. A sentença considerou o pleito inepto porque teria constado apenas no rol dos pedidos, porém, em sentido contrário deferiu o FGTS mais a multa de 40%, que também constou do mesmo pedido (fl. 10), junto com as mesmas parcelas que entendeu ineptas.

Data venia merece reforma a sentença, motivo por que dou provimento ao apelo e defiro os reflexos postulados.

Ante o exposto, conheço dos dois recursos, rejeitando a preliminar suscitada em contra-razões pela reclamada; rejeito as preliminares de inépcia da inicial pela cumulação indevida de pedidos e procedimentos, de ilegitimidade para defesa de direitos individuais, de ilegitimidade ativa em relação aos empregados já desligados, e de supressão de instância, todas por falta de amparo legal; no mérito, nego provimento ao recurso da reclamada, e dou parcial provimento ao do Sindicato reclamante para, reformando em parte a r. sentença, deferir os reflexos das diferenças salariais nas parcelas de aviso prévio, multa do art. 467 e RSR, para os empregados já demitidos, e os mesmos reflexos nas parcelas de multa do art. 467 e RSR para todos os substituídos, mantida a r. decisão recorrida em seus demais termos, inclusive quanto às custas, conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS, REJEITANDO A PRELIMINAR SUSCITADA EM CONTRA-RAZÕES PELA RECLAMADA; SEM DIVERGÊNCIA, EM REJEITAR AS PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL PELA CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PEDIDOS E PROCEDIMENTOS, DE ILEGITIMIDADE PARA DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS, DE ILEGITIMIDADE ATIVA EM RELAÇÃO AOS EMPREGADOS JÁ DESLIGADOS, E DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA, TODAS POR FALTA DE AMPARO LEGAL; NO MÉRITO, À

UNANIMIDADE, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA, E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO DO SINDICATO RECLAMANTE PARA, REFORMANDO EM PARTE A R. SENTENÇA, DEFERIR OS REFLEXOS DAS DIFERENÇAS SALARIAIS NAS PARCELAS DE AVISO PRÉVIO, MULTA DO ART. 467 E RSR, PARA OS EMPREGADOS JÁ DEMITIDOS, E OS MESMOS REFLEXOS NAS PARCELAS DE MULTA DO ART. 467 E RSR PARA TODOS OS SUBSTITUÍDOS, MANTIDA A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

SALA DE SESSÕES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO. BELÉM, 10 DE AGOSTO DE 2007. (Publicado no DOJT8 em 14/8/2007). GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO - Desembargador Federal do Trabalho Relator.

****

JUSTA CAUSA. ATO DE IMPROBIDADE.

ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 00813-2006-009-08-00-7
RELATOR: Desembargador FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA

RECORRENTE: **JORGE LUIZ PEREIRA OLIVEIRA**
Dr. Newton Célio Pacheco de Albuquerque

RECORRIDA: **EMBRAPA**
Dr. José Maria dos Santos Vieira Júnior

JUSTA CAUSA. ATO DE IMPROBIDADE. Restando demonstrada nos autos a prática de ato de improbidade pelo empregado, deve ser mantida a pena de justa causa que lhe foi aplicada.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1 CONHECIMENTO
O recurso ordinário interposto pelo reclamante às fls. 781/789 merece conhecimento, porque tempestivo e subscrito por advogado habilitado nos autos (fl. 19).

2.2 MÉRITO
Busca o reclamante a reforma da decisão de 1 ° grau que julgou totalmente improcedentes os pedidos da inicial.

A ação foi considerada improcedente, sendo reconhecido que o autor foi corretamente dispensado por justo motivo, decorrente do fato de ter sido flagrado furtando determinada quantidade (+/-33 kg) de cabo.

O autor busca a modificação desta sentença pela via do recurso ordinário, que se passa a apreciar.

O primeiro ponto diz respeito à insubsistência da justa causa e à não comprovação e correlação do fato imputado pela empresa. Afirma que foi imputado

ao reclamante o desaparecimento de +/- 500 kg de cabo, o que em nenhum momento restou comprovado, segundo afirma.

O reclamante afirma que a empresa não comprovou o desaparecimento do material e sua responsabilidade pelo ato de improbidade.

É possível constatar que o reclamante se aferra na quantidade de material cujo desaparecimento lhe foi imputado. É claro que não foi encontrado com o reclamante 512 quilos de cabo, mas apenas cerca de 33 quilos. Todavia, não considero que tal implique falta de correlação entre o fato alegado pela empresa e a realidade dos fatos, pois o reclamante foi dispensado por ter sido flagrado com material da empresa em seu carro, sendo este o fato que ensejou a dispensa e toda a discussão relativa ao possível dano moral sofrido pelo reclamante.

O segundo ponto diz respeito à possível nulidade do procedimento de sindicância. Afirma ser beneficiado pelas disposições do artigo 37 da CF, pelo que não poderia ser imotivadamente dispensado, além do que a sindicância não precedeu a dispensa, mas sim a antecipou, pelo que restaria nula. Afirma ainda que teve restringido seu direito à ampla defesa e contraditório, pois não lhe foram entregues os documentos solicitados.

Primeiramente, é duvidoso que o reclamante esteja beneficiado pelas disposições do artigo 37 da CF, pois a admissão do obreiro, ao que se saiba, não foi precedida de concurso público, sendo tal o requisito essencial para a caracterização de aplicabilidade da disposição constitucional ao reclamante. Ademais, o princípio da legalidade está atendido pela submissão da matéria ao Poder Judiciário, capacitado a sufragar ou revogar o ato da reclamada.

O segundo ponto diz respeito ao tempo da autuação do processo de sindicância. É certo que a sindicância foi instaurada após a dispensa do reclamante. Tal é fato e isento de discussão. Ocorre que a sindicância não é elemento essencial para a definição da dispensa do reclamante, além de não ser seu motivo determinante.

Cremos que o procedimento de sindicância ocorreu para imputar a responsabilidade dos demais itens do material desaparecido, não sendo necessário para apreciação dos demais pontos deste debate.

Outro ponto diz respeito à falta de isonomia no tratamento dos empregados da reclamada, sendo afirmado que o Sr. Shikama não foi responsabilizado pela empresa, apesar de ser o encarregado do processo de substituição do cabeamento, além de outras faltas de natureza comissiva e omissiva.

Efetivamente, a falta de responsabilização de outros servidores é estranha e incompatível com seu discurso republicano. Todavia, não é possível comparar desiguais. O reclamante foi flagrado com material da empresa em seu carro e isto não pode ser ignorado.

O reclamante também afirma que a empresa não comprovou que o material lhe pertencia, o que afastaria a tese da reclamada. O argumento, embora bem escrito e apresentado, é completamente descabido, pois em nenhum dos vários depoimentos prestados pelo reclamante este fato apareceu, ou seja, o reclamante jamais negou que este bem pertencia à empresa e que o estivesse removendo sob autorização.

O obreiro ainda afirma haver uma desproporcionalidade entre a punição e a falta cometida, pois os materiais estavam inutilizados e eram sucata.

É complexa a dosimetria da pena em face ao cometimento de ato de improbidade, havendo autores que proclamam sua desnecessidade, pela natureza do ato cometido. Temos que a prática de um ato faltoso é razão suficiente para ensejar a dispensa do reclamante, pois quebra o vínculo de confiança que deve presidir uma relação de emprego.

O reclamante furtou e foi flagrado no ato. A questão relativa ao material furtado é desprezível, pois o laudo do Polícia Federal atesta a existência de valor econômico nos bens furtados.

O obreiro infelizmente foi flagrado furtando um conjunto de cabos de alumínio e levando-o para sua residência com a finalidade de comercializá-lo. Praticou este ato sem autorização de qualquer pessoa e procurou negar a origem dos cabos quando flagrado, como se verifica no depoimento prestado no Departamento de Polícia Federal.

Não vejo razão para modificar o decidido pelo Juízo de primeiro grau quando reconhece a justificação da dispensa e a correção do procedimento.

Nada a reformar.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso do reclamante, pois preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade; no mérito, nego-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos.

POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. SENTENÇA RECORRIDA, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 21 de Agosto de 2007. (Publicado no DOJT8 em 24/8/2007). FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA - Desembargador Relator.

****

NORMA COLETIVA DE CARÁTER PROGRAMÁTICO. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. AÇÃO DE CUMPRIMENTO IMPROCEDENTE.

ACÓRDÃO TRT/2ª T./RO 00524-2007-005-08-00-3
RELATOR: Desembargador VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

RECORRENTE: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO PARÁ - STIUPA**
Advogado(s): Drª. Meire Costa Vasconcelos e outros

RECORRIDA: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA**
Advogado(s): Drª. Elizabeth Cristina da Silva Feitosa e outros

NORMA COLETIVA DE CARÁTER PROGRAMÁTICO. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. AÇÃO DE CUMPRIMENTO IMPROCEDENTE. Tem natureza programática, que se concretiza ao longo do tempo futuro, a norma coletiva que estabelece preceito genérico ao empregador para executar "reformulação nos locais de trabalho, principalmente nas Áreas Operacionais e Unidades

de Negócios, buscando melhorar as condições atuais de trabalho na Empresa"; bem como adotar "amplo sistema de vigilância patrimonial na Empresa, principalmente nos Setores Isolados e em suas Estações, a fim de preservar a segurança pessoal de seus empregados, suas instalações patrimoniais, seus mananciais e sua área de preservação ambiental". Improcedente a ação de cumprimento, ajuizada pela entidade sindical, com objetivo de impor à empresa a cobrança de multa acessória (perinorma) por inadimplemento da alegada prestação principal (endonorma).

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

Conheço do recurso, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade.

Preliminarmente, não vejo razão, necessidade, relevância, conveniência ou oportunidade para deferir o pedido, formulado da tribuna, em sustentação oral, pelo digno advogado da entidade sindical recorrente, Dr. Jarbas Vasconcelos do Carmo, no sentido de que o julgamento seja convertido em diligência, a fim de que seja solicitado ao Ministério Público do Trabalho que faça a juntada dos autos Procedimento Preparatório nº 235/2005, instaurado perante a ilustrada Procuradoria Regional do Trabalho, com vistas a provar a alegada ineficiência da reclamada quanto à adoção de novas medidas de segurança e medicina nos locais de trabalho.

Com efeito, o processo encontra-se instruído, perante o primeiro grau de jurisdição, e a entidade sindical recorrente poderia ter requerido a juntada da citada documentação naquela oportunidade.

Trata, o presente feito, de ação de cumprimento ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará - STIUPA, com vistas ao pagamento da multa da Cláusula Penal XV do ACT 2006/2007, em razão do descumprimento, pela demandada Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, da Cláusula 41ª, itens 41.1 e 41.2, que versam sobre segurança e medicina do trabalho.

Argumenta que "*a COSANPA, descumprindo as bases de seu ACT 2006/2007, até a presente data não reformou as áreas operacionais e unidades de negócios, quanto à vigilância patrimonial e segurança patrimonial de seus empregados, como provado nos autos*" (fl. 307), entretanto, o d. Juízo *a quo* rejeitara a preliminar de ilegitimidade ativa suscitada pela reclamada e, no mérito, julgou totalmente improcedente a reclamatória.

Salienta que a recorrida, em sua defesa, alegara a adoção de diversas medidas para cumprimento da Cláusula 41ª, do ACT 2006/2007, e "*ocorre que, a reclamada trouxe aos autos tão somente o contrato licitatório nº 73/2001 e seus termos aditivos 11º e 12º, os quais provam a existência de contrato de prestação de serviço tão somente em alguns setores em Belém, Abaetetuba, Marabá e Santarém, deixando de juntar aos autos os contratos de guarda e vigilância das demais 27 localidades e alguns setores, como apontado pelo autor em suas manifestações aos documentos. Quer dizer, a reclamada não trouxe aos autos as provas de suas alegações. E, se não as trouxe é porque inexistem tais contratos e, por conseguinte, a adoção de amplo sistema de vigilância patrimonial de seu pessoal e suas instalações patrimoniais*" (fl. 308).

Sustenta que, no presente caso, a inversão do ônus da prova, tal como

reconhecida pelo MM. Juízo de 1º Grau, importaria em violação aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, bem como aos artigos 818, da CLT, e 333, I, do CPC, uma vez que a reclamada, ao alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo ao direito do autor, atraíra para si o ônus de comprovar que efetivamente fez cumprir o disposto na cláusula 41ª do ACT 2006/2007, a qual não se configura em norma programática, ao contrário do que concluíra o d. Juízo *a quo,* mas sim de cláusula obrigacional, com vistas à reformulação da segurança nos locais de trabalho, a ser cumprida no prazo estabelecido.

Assevera que "*a r. decisão recorrida deveria estar vinculada ao que foi posto na lide pelas partes - houve ou não o cumprimento da cláusula 41ª do ACT 2006/2007 -, sob pena de incorrer em decisão extra ou ultra petita, na medida em que traz à controvérsia questão a cujo respeito sequer houve a alegação das partes. A r. sentença a quo defende mais a reclamada, que ela a si própria*" (fl. 310).

Enfatiza, ainda, que "*a expiração da validade do instrumento normativo, é razão suficiente para o ingresso da ação de cumprimento, uma vez que, embora a norma coletiva tenha a previsão de prorrogação de sua vigência até a assinatura de uma nova norma, tal disposição depende por certo de acordo entre as partes signatárias, ou seja, é norma excepcional; não se trata de norma auto-aplicável, mas de disposição que depende da vontade das partes estipulantes, já que pactuaram os direitos coletivos por um prazo que é o previsto para a vigência do acordo coletivo de trabalho, e não ad futurum. Logo, não há qualquer garantia que expirado o prazo do ACT, este seja automaticamente prorrogado* (...)" (fls. 310/311).

Salienta que a norma coletiva em questão não contém qualquer previsão para prorrogação de sua vigência, fixada em 12 (doze) meses, de acordo com a cláusula 68ª, do ACT.

Acentua, ainda, que "*trata-se de obrigação para reformulação de amplo sistema de segurança pessoal e patrimonial e, como tal, não se integra diretamente no conteúdo do contrato de trabalho, o que quer dizer, portanto, que o trabalhador não poderá, não cumprindo a reclamada com a cláusula em questão do ACT, requerer neste Judiciário que se substitua ao empregador e defina qual o novo modelo de amplo sistema de guarda, vigilância e segurança pessoal e patrimonial - o cumprimento da referida cláusula, envolve tarefas de organização da empresa que estão subtraídas do campo de decisão judicial*" (fl. 312).

Reitera que os documentos carreados aos autos, sobre os quais discorre, não são suficientes a comprovar o cumprimento da cláusula em questão, para ampliar e melhorar o sistema de vigilância e segurança patrimonial dos locais de trabalho dos empregados.

Argúi, por fim, que o d. Juízo de 1º Grau, ao indeferir o requerimento para realização de inspeção judicial nos locais citados no contrato apresentado pela demandada, incorrera em negativa de prestação jurisdicional e violação ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa, em clara violação aos artigos 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal; e 128, 130 e 131, do CPC, "*na medida em que, tendo as partes estabelecido a controvérsia acerca de existência ou não de vigilância e segurança nos locais de trabalho - o reclamante aduziu que alguns distritos e setores isolados não há segurança e vigilância 24 horas; a reclamada alega que há em todos os postos de trabalho -, a prova pericial era necessária para apurar-se a veracidade das condições de trabalho dos empregados da reclamada*" (fls. 316/317).

O recorrente apresentou ainda, às fls. 329/346 e 348/354, Termo de Reunião

e Parecer Técnico, relativo ao Procedimento Preparatório nº 253/2005, instaurado pelo Ministério Público do Trabalho, que versa sobre o direito à percepção do adicional de insalubridade e condições de meio ambiente de trabalho na recorrida, e Boletim de Ocorrência Policial, datado de 25.06.2007, e Termo de Declaração do Sr. Raimundo Lourenço da Silva, a respeito de um corpo encontrado nas instalações da Estação Elevatória da Cidade Nova 2, datado de 20.07.2007.

Examinemos a questão.

Trata-se de ação de cumprimento proposta pelo sindicato profissional, com vistas ao "pagamento da multa de um salário mínimo para cada empregado prejudicado, num total de 973 empregados, pertencentes a categoria profissional, aqui substituídos, conforme previsto na cláusula penal XV, do acordo coletivo de trabalho de 2006/2007, celebrado entre o sindicato reclamante a empresa-reclamada, pelo inadimplemento da cláusula IX (obs.: na verdade, cláusula 41ª), deste instrumento normativo, parcelas vencidas, no valor de R$340.550,00", além de juros e correção monetária (fl. 5).

A cláusula questionada está assim redigida (fl. 3 e 38):

> "Cláusula 41ª - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO/ CONDIÇÕES DE TRABALHO
>
> 41.1. A COSANPA na vigência deste ACT executará uma reformulação nos locais de trabalho, principalmente nas Áreas Operacionais e Unidades de Negócios, buscando melhorar as condições atuais de trabalho na Empresa;
>
> 41.2. A COSANPA adotará amplo sistema de vigilância patrimonial na Empresa, principalmente nos Setores Isolados e em suas Estações, a fim de preservar a segurança pessoal de seus empregados, suas instalações patrimoniais, seus mananciais e sua área de preservação ambiental".

Por força de sua cláusula 68ª, o acordo coletivo de 2006/2007 tem vigência no período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de maio de 2006 (fl. 46).

Entretanto, a presente ação de cumprimento foi ajuizada em 10.04.2007, ou seja, antes do término de vigência da norma coletiva.

Como se vê, a ação de cumprimento foi prematura, pois a cláusula 41ª, questionada nos autos, estabelece que "A COSANPA na vigência deste ACT executará uma reformulação nos locais de trabalho, principalmente nas Áreas Operacionais e Unidades de Negócios, buscando melhorar as condições atuais de trabalho na Empresa".

Por outro lado, creio que decidiu com acerto a r. sentença recorrida, ao considerar de natureza programática a norma coletiva objeto de controvérsia, que prevê a sua concretização ao longo do tempo futuro, o que exige a implementação de inúmeras medidas de caráter administrativo, inclusive licitação pública.

O fato de constar na cláusula 67ª que "as cláusulas do presente ACT são auto-aplicáveis" não significa que a cláusula questionada perca o seu caráter programático, uma vez que, como se disse, o seu cumprimento depende de inúmeros fatores não imediatos.

Assim, o comando básico da norma coletiva é a "busca" de melhores condições na área de medicina e segurança do trabalho, o que, afinal, é também o objetivo da sociedade e dos órgãos envolvidos com as relações trabalhistas.

Mais do que evidente o caráter programático da norma, a revelar um ideal a ser perseguido.

Além disso, trata-se de norma coletiva genérica e sem detalhamento para a sua execução, o que poderá ser aperfeiçoado em negociações vindouras.

Ora, a execução de qualquer norma jurídica ou título executivo, judicial ou extrajudicial, depende de requisitos básicos, como a certeza, a liquidez e a exigibilidade.

No caso dos autos, a norma coletiva questionada, tal como redigida, constitui mera declaração de intenções ou de princípios do que preceito obrigacional, tal como ocorre, por exemplo, na esfera do direito internacional.

Ademais, o pedido, na inicial, não é propriamente de "cumprimento de norma coletiva", mas de cobrança da multa estabelecida na norma coletiva.

Ou seja, o sindicato profissional recorrente não pleiteia o cumprimento de uma obrigação de fazer, mas obrigação de pagar a multa acessória, de caráter penal.

Como se vê, a demanda requer, enfim, a aplicação da "perinorma" - para cobrança da multa (sanção) - e não o cumprimento da "norma coletiva", ou seja, a sua suposta prestação ("endonorma"), como se o acessório fosse mais importante do que o principal.

Peço vênia, ainda, para transcrever os seguintes trechos do r. decisório de 1º Grau, que adoto como razão de decidir, datado de 15.05.2007, de lavra do Exmo. Juiz Federal do Trabalho Substituto Dr. Ney Stany Morais Maranhão, *in verbis*:

> "**II - <u>Questão Meritória</u>. Descumprimento de Cláusula Convencional**. O acionante aduz que houve descumprimento da cláusula 41 do Acordo Coletivo de Trabalho - 2006/2007, com o seguinte teor, *in verbis*: '*Cláusula 41ª - Segurança e Medicina do Trabalho/Condições de Trabalho. 4.1. A COSANPA na vigência deste ACT executará uma reformulação nos locais de trabalho, principalmente nas Áreas Operacionais e Unidades de Negócios, buscando melhorar as condições atuais de trabalho na Empresa; 4.2. COSANPA adotará amplo sistema de vigilância patrimonial na Empresa, principalmente nos Setores Isolados e em suas Estações, a fim de preservar a segurança pessoal de seus empregados, suas instalações patrimoniais, seus mananciais e sua área de preservação ambiental*' (fls. 03 e 38). Destaca que a demandada '*até a presente data não implementou as novas condições de Segurança e Medicina do Trabalho*' (fl. 03), sendo que "*seus empregados ficaram privados de uma assistência médica eficaz e adequada*" (fl. 03). Assere que não se dispôs de '*uma segurança e medicina do trabalho mais eficientes e seguras, com implementações de programas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais nos ambientes de trabalho*' (fl. 03). Frisa ainda que '*o modelo atual adotado pela Reclamada, já não mais atende as condições adequadas, eficazes e segura, de segurança e medicina do trabalho, por isso, a empresa comprometeu-se a executar, na vigência do ACT 2006/2007, uma reformulação dos locais de trabalho, de modo a melhorar as condições atuais de trabalho*' (textuais - fl. 04). A acionada, em defesa, aduz que, quanto à implementação de um meio ambiente de trabalho mais seguro, '***várias foram as medidas adotadas para esse fim***' (fl. 155). Relata, também, com relação à questão atinente à vigilância patrimonial, que '*visando justamente ampliar o sistema de vigilância para preservar a segurança pessoal de seus empregados e suas instalações e patrimônio, principalmente nos Setores Isolados e*

em suas Estações, foi instaurado ainda no ano de 2006, processo licitatório para contratação de empresa para a prestação de serviços de guarda e vigilância ostensiva e preventiva nas dependências da COSANPA' (textuais - fl. 155-156). Pois bem. Tangente à adoção de um meio ambiente laboral mais seguro, tenho que a cláusula 41ª configura verdadeira ***regra programática***, apontando para o futuro. Certamente que seus termos exigirão uma atuação atuante e eficaz, de médio e longo prazos, de modo a dar cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXII, da *Lex Legum*. Bom destacar, por oportuno, que as disposições do ACT em comento continuam em plena vigência, tendo em vista que, como registrei acima, nesta sessão, '***inexistiu manifestação expressa dos convenentes quanto ao possível intento de não mais dar continuidade aos seus ditames, o que levou à prorrogação de seus termos***'. De todo modo, certo é que algumas medida têm sido tomadas - ainda que tímidas - nesse desiderato, como se constata da documentação acostada com a defesa (*v.g.*, fls. 200-224). Logo, neste particular, penso que, à vista do atual contexto, a pretensão do reclamante ressoa impertinente. Noutra senda, agora com respeito à área de vigilância, vejo que nada há que demonstre desrespeito à norma coletiva, também nesse ponto, valendo acentuar que os documentos de fls. 276-277 e 284-285, que o reclamante destacou como provas dessa violação (manifestação em peça escrita carreada nesta sessão), em verdade, quando melhor analisados, representam pactuações/alterações perpetradas em período bem anterior à própria entabulação do ACT - 2006/2007. Nesse quadro e na esteira do material probatório coligido nos autos, bem como em face do *princípio do livre convencimento motivado* (CPC, artigo 131), julgo totalmente improcedentes os pedidos deduzidos pelo autor. Não há prova de violação do conteúdo ético do processo, pelo que rejeito o desejo de aplicação da pecha de *improbus litigator*. Prejudicadas as demais questões."

A documentação apresentada pelo recorrente, em fase recursal, com vistas a provar "fato novo", em nada altera o veredicto. Pelo contrário, revela, ainda mais, a natureza programática da norma coletiva questionada, com vistas à "reformulação nos locais de trabalho, principalmente nas Áreas Operacionais e Unidades de Negócios, buscando melhorar as condições atuais de trabalho na Empresa", bem como à adoção de "amplo sistema de vigilância patrimonial na Empresa, principalmente nos Setores Isolados e em suas Estações, a fim de preservar a segurança pessoal de seus empregados, suas instalações patrimoniais, seus mananciais e sua área de preservação ambiental".

Nego provimento.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso; indefiro a conversão do julgamento em diligência, requerida, em sustentação oral, pelo digno patrono da entidade sindical recorrente; e, no mérito, nego-lhe provimento para manter a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas, como no 1º Grau.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, à unanimidade, em conhecer do recurso; sem divergência, indeferir a

conversão do julgamento em diligência, requerida, em sustentação oral, pelo digno patrono da entidade sindical recorrente; e, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para manter a r. sentença recorrida, conforme os fundamentos. Custas, como no 1º Grau.

Sala de Sessões da Egrégia Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 19 de setembro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 24/9/2007). VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA - Desembargador Federal do Trabalho - Relator.

****

PRESCRIÇÃO BIENAL. REAJUIZAMENTO DE RECLAMAÇÃO.

ACÓRDÃO TRT/3ª T/RO 01568-2006-012-08-00-8
RELATOR: Desembargador LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

RECORRENTE: **MANOEL DOS SANTOS PEREIRA**
Dr. Mauro Augusto Rios Brito

RECORRIDA: **PESQUEIRA MAGUARY LTDA.**
Dra. Erica de Almeida Pinto

PRESCRIÇÃO BIENAL. REAJUIZAMENTO DE RECLAMAÇÃO. Não tendo o autor comprovado que a presente ação se trata de reajuizamento e que os pedidos postulados são idênticos aos da ação anteriormente proposta, deve ser mantida a decisão de primeiro grau que pronunciou a prescrição bienal da pretensão do autor, uma vez que a prescrição se interrompe apenas em relação aos pedidos idênticos. Inteligência da Súmula 268 do C. TST. Recurso não provido.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTAÇÃO
CONHECIMENTO
Conheço do recurso ordinário, porque presentes os pressupostos legais de admissibilidade.
Admito a peça de contraminuta, porque regular.

PRESCRIÇÃO BIENAL
Alega o recorrente que deve ser afastada a prescrição bienal declarada pelo juízo de primeiro grau, vez que houve interrupção da prescrição em razão de ação anteriormente ajuizada, conforme restou evidenciado pela capa dos autos, onde consta "reajuizamento". Diz que a primeira ação foi ajuizada em 17.10.06 e recebeu o protocolo nº 108866.
Aduz que a fundamentação da sentença faz crer que houve erro do órgão jurisdicional. E continua sua argumentação afirmando que tendo havido equívoco por parte do setor deste órgão trabalhista, deve ser apurado, considerando as

cópias da petição, com o protocolo de 17.10,06, cópia da resenha e da notificação de audiência, bem como cópia do termo de arquivamento, para que sejam fulminadas quaisquer dúvidas que porventura ainda existam.

Pede a reforma da r. decisão para que seja afastada a prescrição bienal declarada no primeiro grau.

Não prospera a argumentação do recorrente.

O juízo de primeiro grau declarou a prescrição bienal da pretensão do autor, por considerar que o contrato de trabalho se extinguiu em 09.11.04, sendo a presente ação ajuizada somente em 28.11.06 (fl. 02), portanto, após o biênio prescricional, não fazendo o autor prova de que, anteriormente, outra ação idêntica fora ajuizada, e arquivada.

O recorrente, na inicial, alegou ter sido admitido na reclamada em 01.02.01, na função de mecânico naval, tendo sido dispensado imotivadamente em 09.11.04. Postulou o pagamento das verbas decorrentes do seu contrato de trabalho com a reclamada.

Em defesa, a reclamada argüiu a preliminar de prescrição bienal.

Ressalto que na inicial o recorrente não fez qualquer menção acerca de qualquer ação ajuizada, anterior a esta, tampouco juntou documentos referentes a essa ação, principalmente em relação à data do ajuizamento e cópia das petições iniciais, apesar de suas alegações.

Prescreve o art. 283 do CPC, aplicado supletivamente ao processo trabalhista por força do art. 769 da CLT, *verbis:*

> *"Art. 283. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação".*

Por outro lado, dispõe a Súmula 268 do C. TST:

> *"Prescrição. Interrupção. Ação trabalhista arquivada. Nova redação. Res. 121/2003, DJ 21.11.2003 - A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos".*

Portanto, para afastar a prescrição imprescindível que o autor tivesse juntado aos autos cópia da petição inicial da reclamação anteriormente ajuizada, a fim de se verificar serem os pedidos idênticos, pois é obrigação da parte e não do juiz, instruir o processo com os documentos necessários à propositura da ação, principalmente quando assistida por advogado.

Além do mais, após o encerramento da fase instrutória, a juntada de documentos somente é aceita nas hipóteses previstas na Súmula n.º 8, do C. TST, o que não é o caso dos autos.

É verdade que consta na capa dos autos a palavra "reajuizamento" e deve ter sido por um equívoco, o que não dá direito ao reclamante, ora recorrente, ao benefício da interrupção da prescrição, quando não comprovada esta.

Destaco o trecho da sentença de embargos de declaração (fl. 164):

> *"Ainda que assim não fosse e apenas para evitar alegação de negativa de prestação jurisdicional, nenhuma razão lhe assiste. Era seu dever ter instruído a inicial, desde logo, pelo menos com a informação de que a prescrição já fora interrompida nos termos do Enunciado 268, do C. TST, o que não fez em momento algum.*
>
> *O que consta dos autos é uma simples referência em sua capa de tratar-se de reajuizamento, situação que não impunha a esta magistrada o dever de pesquisar ou adotar qualquer das diligências citadas pelo autor, já que a matéria não está elencada dentre aquelas que impõe o conhecimento de ofício pelo magistrado,*

como é o caso da coisa julgada, por exemplo. Mesmo assim e para evitar qualquer prejuízo ao reclamante procedi, pessoalmente e não por intermédio de qualquer servidor deste juízo, como sugere o embargante, a uma pesquisa no sistema informatizado deste Tribunal e apenas através do rol de ações contra a reclamada, já que inexistia qualquer informação a respeito da ação anterior, e não encontrei nenhuma indicando a identificação do reclamante.

Destaco que este juízo não tinha nenhuma obrigação de fazer a pesquisa. Tratava-se de ônus da parte, especialmente por estar assistida de advogado, ter informado ao Juízo a existência de ação anterior e interruptiva da prescrição, destacando-se que mais uma vez ele peca por omissão, já que, diversamente do afirma em seu arrazoado, não juntou aos autos os documentos comprobatórios de suas alegações, eis que não existem documentos anexados em seu recurso."

Não há que se falar em erro do órgão jurisdicional.
Assim, a sentença deve ser mantida.
Nego provimento ao recurso.

Ante o exposto, conheço do recurso, mas nego-lhe provimento, para manter a r. decisão recorrida que pronunciou a prescrição bienal, tudo consoante a fundamentação. Custas como no primeiro grau de jurisdição, mas de cujo pagamento já está isento o recorrente.

3. CONCLUSÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTE AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR MAIORIA, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR, NEGAR PROVIMENTO AO APELO, PARA MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA QUE PRONUNCIOU A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DO AUTOR, TUDO CONSOANTE A FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, MAS DE CUJO PAGAMENTO JÁ ESTÁ ISENTO O RECORRENTE.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 08 de agosto de 2007. (Publicado no DOJT8 em 17/8/2007). Des. LUIS J. J. RIBEIRO - Relator.

****

PRESUNÇÃO. PROVAS.

ACÓRDÃO Nº TRT-8ª/2ª T/RO 00088-2007-014-08-00-3
RELATOR: Desembargador LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA

RECORRENTES: KARINA CARVALHO RIBEIRO
Advogada: Drª. Heloiza Magna Brizueña Arsie

MCDONALDS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Advogado: Dr. Vanilson Ferreira Hesketh

RECORRIDOS: OS MESMOS

"PRESUNÇÃO. PROVAS. Tendo a reclamante contrariado os fatos narrados na inicial aplicou-se o Enunciado da Súmula nº 338 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que a presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, pode ser elidida por prova em contrário".

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

Conheço dos apelos, assim como da peça de contraminuta apresentada pela reclamada, porque preenchem os pressupostos de admissibilidade.

Nulidade do Processo.

A reclamada recorre sustentando a nulidade do processo por cerceamento de defesa em razão da revelia que lhe foi imposta tendo em vista o comparecimento com atraso na audiência inaugural. Esclarece que o atraso ocorreu pela mudança da Vara do Trabalho que, provisoriamente, passou a funcionar ao lado da "antiga lanchonete". Como não sabia onde ficava a antiga lanchonete, levou tempo procurando informações a respeito e, quando chegou à sala de audiências a sessão estava no início com a verificação das anotações na CTPS da reclamante e antes que esta prestasse depoimento.

O termo de audiência às fls. 74-79 demonstra que o ingresso da reclamada ocorreu depois de iniciado o interrogatório da reclamante, quando se verificava a CTPS. Já havia passado o momento da primeira proposta de conciliação e de defesa patronal. O atraso é confessado pela recorrente e aplicou-se a sanção legal prevista no artigo 844 da Consolidação Trabalhista.

A justificativa não poderá ser acolhida porque se houve alguma dificuldade para encontrar o órgão jurisdicional a mesma situação deve ter ocorrido para a reclamante; o tratamento foi isonômico; mas, sobretudo, compete ao jurisdicionado saber a localização do órgão judiciário onde estará à sua disposição o devido processo legal.

E, finalmente, não acolho o fundamento de que a presença tem que ser na audiência e não em seus momentos iniciais. Entendo que o ingresso deve ser no estado da audiência, que é uma seqüência de momentos com sucessivos atos processuais. A audiência inicia com o registro dos presentes; depois a proposta conciliatória; a seguir, a defesa do reclamado, o interrogatório das partes, testemunhas, etc. O revel é aquele que perdeu a oportunidade de defesa e entra no processo onde ele se encontrar, praticando, porventura, os atos que ainda vierem a ocorrer.

Isto foi atendido pela MM. Vara do Trabalho. A primeira proposta de conciliação ficou prejudicada, a reclamada foi revel porque não estava presente para aduzir defesa, e, em seguida passou-se ao interrogatório do reclamante. Como a reclamada tinha chegado, seu preposto prestou depoimento pessoal e foram ouvidas suas três testemunhas trazidas para a ocasião. Destarte, rejeito a preliminar.

Nulidade da Sentença Julgamento *ultra petita*.

Aqui a argüição se dirige ao mérito da causa, isto é, o deferimento de

horas extras a partir da sexta hora diária que não estaria no rol dos pleitos da inicial. Não seria, portanto, o caso de nulidade da sentença e sim de reajuste de seus objetos aos limites da lide, o que é possível de ser atendido, se for o caso, em recurso ordinário. Rejeito a preliminar.

Inépcia da Inicial. Seguro Desemprego.

A douta sentença reconheceu que a reclamante começou a trabalhar para outro empregador em dezembro de 2006, conforme a CTPS. Mas, impôs à reclamada a indenização equivalente a dois salários mínimos como punição pelo descumprimento da obrigação de entregar as guias à reclamante na oportunidade devida.

No entanto, sustenta a reclamada a inépcia do pedido uma vez que não trouxe a causa de pedir e nem menciona o pedido de indenização, ficando, de alguma forma, impedido o exercício do direito de defesa. Requer a extinção do processo sem resolução do mérito quanto a esse objeto.

Acolho o pedido da reclamada recorrente. Em nenhum momento da inicial a reclamante menciona a entrega das guias ou a indenização do seguro desemprego. Apenas incluiu dentre os objetos postulados: *"seguro desemprego - R$-1.400,00"*. Não havendo nenhuma causa indicada para a postulação de tal quantia, excluo esse objeto da apreciação meritória a teor do artigo 267, I e 295, I ambos do Código de Processo Civil.

Salário Contratual. Mínimo Legal.

A reclamante insiste na ilegalidade da contratação em salário hora causando a percepção mensal abaixo do salário mínimo previsto em lei conforme comprovados em contracheques nos autos. A recorrida em contra-razões assegura que a lei fixa o salário mínimo por hora e isso foi atendido, isto é, a reclamada sempre remunerou acima do salário hora fixado para o mínimo legal.

A reclamante foi contratada em 07.04.2005 com salário de R$-1,41 por hora. A Constituição Federal tratou do assunto no artigo 7º, inciso IV assegurando o salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, com reajustes que lhe preservem o poder aquisitivo. O conceito do salário mínimo está no artigo 76 da Consolidação das Leis do Trabalho como "contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador (...) por dia normal de serviço". E as leis ordinárias sobre o assunto adotaram sempre uma subdivisão em salário-mínimo-diário e salário-mínimo-horário:

> LEI Nº 10.888, DE 24 DE JUNHO DE 2004:
>
> Art. 1º A partir de 1º de maio de 2004, após a aplicação dos percentuais de sete inteiros e cento e oitenta e um décimos de milésimo por cento, a título de reajuste, e de um inteiro e dois mil, duzentos e oitenta décimos de milésimo por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), o salário mínimo será de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais). (Vide Medida Provisória nº 288, de 2006) (Revogado pela Lei nº 11.321 de 2006).
>
> Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 8,67 (oito reais e sessenta e sete centavos) e o seu **valor horário a R$ 1,18 (um real e dezoito centavos**).(Revogado pela Lei nº 11.321 de 2006)
>
> LEI Nº 11.164, DE 18 DE AGOSTO DE 2005:
>
> Art.1º A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos

> percentuais de 6,355% (seis inteiros e trezentos e cinqüenta e cinco milésimos por cento), a título de reajuste, e de 8,49 (oito inteiros e quarenta e nove centésimos por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R$ 300,00 (trezentos reais).
>
> Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 10,00 (dez reais) e o seu **valor horário a R$ 1,36 (um real e trinta seis centavos)**.
>
> LEI Nº 11.321, DE 7 DE JULHO DE 2006:
>
> Art. 1º A partir de 1º de abril de 2006, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ocorrida de 1o de maio de 2005 a 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R$ 300,00 (trezentos reais), o salário mínimo será de R$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais).
>
> § 1º Em virtude do disposto no caput deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 11,67 (onze reais e sessenta e sete centavos) e o seu **valor horário a R$ 1,59 (um real e cinqüenta e nove centavos)**.

Sobre o assunto - salário mínimo *versus* salário contratual - o Colendo Tribunal Superior do Trabalho editou na SBDI-I a Orientação Jurisprudencial nº 272, *verbis*:

> **SALÁRIO-MÍNIMO. SERVIDOR. SALÁRIO-BASE INFERIOR. DIFERENÇAS. INDEVIDAS. Inserida em 27.09.02: A verificação do respeito ao direito ao salário-mínimo não se apura pelo confronto isolado do salário-base com o mínimo legal, mas deste com a soma de todas as parcelas de natureza salarial recebidas pelo empregado diretamente do empregador.**

Destarte, por tais fundamentos entendemos correta a douta sentença que bem analisou a controvérsia nos autos e verificados os pagamentos realizados pela empregadora em contracheques cujas cópias se encontram nos autos.

Horas Extras. Jornada de Oito Horas. Intervalo Intrajornada.

A douta sentença recorrida deferiu à reclamante os excessos de jornada de seis horas por dia, no período laboral de 18 meses, em 23 dias trabalhados por mês, o total de 414 horas extras e 207 adicionais noturnos.

A reclamante insiste na presunção de suas alegações na inicial por não ter a empresa apresentado os registros de jornada a que estava obrigada por ter mais de dez empregados - artigo 74, § 2º, da CLT e Súmula nº 338/TST. E pretende as horas extras além da oitava hora diária, mais o intervalo não concedido pelo empregador, o que resulta em 3 horas extras por cada dia de trabalho com as repercussões face habitualidade.

É inegável a aplicação da presunção de fatos em favor da Autora não apenas em razão do Enunciado da Súmula nº 338 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho que vem facilitar o trabalho judiciário, mas também em razão da revelia imposta à reclamada que esteve ausente no momento de apresentar defesa. Ocorre que a reclamante em depoimento pessoal às fls. 74-75 reconheceu fatos inteiramente contrários às alegações da petição inicial. Enquanto na inicial suas jornadas são lineares de 16.30 às 02.00 horas, sem intervalo intrajornada, em depoimento pessoal a reclamante confessou que fazia

jornadas de 16.30 até uma ou duas horas da manhã com 30 minutos de intervalo; e a partir de junho de 2006 passou a trabalhar de 12 às 20 ou 21 horas com uma hora de intervalo intrajornada.

Como fazer prevalecer a inicial se a própria reclamante desfez, pela confissão, aqueles fatos relatados inicialmente? É claro que a matéria tinha que passar pelos elementos de prova e a reclamante trouxe uma testemunha enquanto a reclamada apresentou três testemunhas cujos depoimentos, em conjunto, limitam a investigação científica e, contra as provas dos autos não se poderá presumir fatos que favoreçam a uma ou outra parte. Diz o Enunciado da Súmula nº 338 que a "presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, pode ser elidida por prova em contrário". É o que ocorre nos autos.

De seu turno, a reclamada recorre pela inexistência de horas extras a pagar porque a reclamante pediu horas extras após a oitava hora de trabalho e a douta sentença reconheceu as jornadas de 16.30 às 23.30 horas não havendo horas excedentes à oitava e nem às quarenta e quatro semanais nos termos da lei.

Está correta a empresa quando expressa o argumento de que a inicial e o recurso ordinário deixam claro que o pedido da reclamante é o recebimento das horas extras após a oitava. A douta sentença não se ajusta ao pedido quando entende pelas jornadas diárias pactuadas em seis horas, após o que deferiu as horas extras. Com efeito, esse julgamento está *ultra petita*.

Vejamos a prova testemunhal. A primeira testemunha pela empresa às fls. 76-77 informa que começava a trabalhar às 19 horas, e depois às 17 horas, e que quando chegava para trabalhar a reclamante já estava em serviço. E que a reclamante, desde sua admissão até a dispensa deixava o serviço às 23 horas. Todos os empregados gozavam de duas folgas semanais, pois estavam em semana de cinco dias.

A segunda testemunha da reclamada, à fl. 77 trabalha de 16 ou 16.30 horas até 23 horas, com intervalo de 30 minutos. Havendo folgas em um ou dois dias da semana dependendo da escala, sendo 7 a 8 folgas no mês. A reclamante fazia o mesmo horário e estava no mesmo regime de escalas. Quando ultrapassam as seis horas gozam de uma hora de intervalo.

A terceira testemunha à fl. 78 confirmou essas informações, ficando em horário de 16.30 às 23 ou 23.30 horas com intervalo de 30 minutos, havendo revezamento nesse intervalo intrajornada. Dependendo da escala podia fazer a semana de cinco ou seis dias. Acrescentou, no entanto, que no ano passado a reclamante foi promovida a PDI e passou a cumprir jornada de oito horas trabalhando além das 23 ou 23.30 horas, mas continuando a gozar folgas de 7 a 8 dias no mês.

Com tais elementos nos autos não há como deferir horas extras. A reclamante confessa em depoimento pessoal que "a partir de junho de 2006 passou a trabalhar de 12 às 20 ou 21 horas com uma hora de intervalo intrajornada". São sete a oito horas de jornada porque nos termos do artigo 71 § 2º o intervalo de descanso não é computado na duração do trabalho. A confissão no processo trabalhista é prova superior.

Antes de junho de 2006 seu horário era de 16.30 às 23.30 horas segundo a prova testemunhal e temos, uma vez mais, a jornada de sete horas sem descontar o intervalo de 30 minutos, que sempre era concedido após a sexta hora de trabalho. Só mesmo com a jornada limite de seis horas foi possível o deferimento de horas extras. De outra sorte, ajustando a sentença recorrida ao pedido e à prova dos autos, exclui-se da condenação as horas extras e reflexos em direitos trabalhistas.

Conforme acima reconhecido, o intervalo intrajornada era regularmente concedido, em jornadas de seis ou oito horas, havendo revezamento entre os trabalhadores para não prejudicar o movimento de clientes, segundo informação testemunhal. Conseqüentemente, mantém-se a douta sentença de primeiro grau que indeferiu o pleito a remunerar como hora extra.

Adicional Noturno e Reflexos.

A reclamante recorre para ver deferido o pedido de diferença no adicional noturno e reflexos em parcelas trabalhistas. Fundamenta-se em quatro horas noturnas, em jornadas que iriam até 02.00 horas da manhã, porém essas prorrogações jamais restaram comprovadas nos autos, conforme acima demonstrado. O objeto recursal, portanto, não merece provimento.

Ante o exposto, conheço dos recursos das partes, rejeito as preliminares de nulidade do processo por cerceamento de defesa, nulidade da sentença por julgamento *ultra petita* e acolho a inépcia da inicial quanto ao pedido de seguro desemprego que julgo extinto sem resolução do mérito a teor do artigo 267, I do Código de Processo Civil ficando excluído da condenação; e, no mérito, nego provimento ao recurso da reclamante e dou provimento ao recurso da reclamada para, reformando a douta sentença recorrida, excluir da condenação as horas extras e reflexos, mantida a douta sentença em seus demais termos. Custas como fixadas no Primeiro Grau.

ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS DAS PARTES: SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR AS PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DE DEFESA, NULIDADE DA SENTENÇA POR JULGAMENTO *ULTRA PETITA;* AINDA SEM DIVERGÊNCIA, ACOLHER A INÉPCIA DA INICIAL QUANTO AO PEDIDO DE SEGURO DESEMPREGO QUE SE JULGA EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A TEOR DO ARTIGO 267, I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL FICANDO EXCLUÍDO DA CONDENAÇÃO; NO MÉRITO, À UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMANTE E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA PARA, REFORMANDO A DOUTA SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A INDENIZAÇÃO DO SEGURO DESEMPREGO E, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDA A DESEMBARGADORA ELIZABETH FÁTIMA MARTINS NEWMAN, EXCLUIR AS HORAS EXTRAS E REFLEXOS, MANTIDA A DOUTA SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS. Custas como fixadas no Primeiro Grau.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 25 de julho de 2007. (Publicado no DOJT8 em 27/7/2007). LUIZ ALBANO MENDONÇA DE LIMA - Relator.

****

RECUPERAÇÃO JUDICIAL - SUCESSÃO DE EMPREGADORES

ACÓRDÃO TRT / 2ª T. / RO 00050-2007-007-08-00-2
RELATORA: Desembargadora ODETE DE ALMEIDA ALVES

RECORRENTES: **VARIG LOGÍSTICA S/A**
Advogado: Drª Silvia Marina Ribeiro de M. Mourão e Outro

VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE S/A - VARIG
Advogado: Dr. Edilberto Santana Lima

RECORRIDOS: **OS MESMOS**
NELSON ALEXANDRE JOHNSTON
Advogado: Dr. Jayme Oliveira de Souza

RECUPERAÇÃO JUDICIAL - SUCESSÃO DE EMPREGADORES - O procedimento de recuperação judicial de empresas, nos termos do art. 49, da Lei 11.101/05, submete todos os créditos, mesmo os vencidos, ao plano de recuperação. Portanto, aprovado o Plano pela assembléia geral de credores e deferido o pedido de recuperação, deve haver submissão à lei e se o reclamante foi dispensado antes do leilão e não prestou serviços em prol da adquirente da unidade, não há a sucessão de empregadores, que requisita a existência de dois elementos: a) transferência de unidade econômico-jurídica; b) inexistência de solução de continuidade na prestação de serviços. Todavia, de qualquer modo, em respeito aos princípios do processo do trabalho, impõe-se reconhecer a responsabilidade subsidiária da adquirente do patrimônio, que foi transferido em sua parte boa, gerando sérios prejuízos aos empregados, por insuficiência de bens para cumprir as obrigações trabalhistas, cujo privilégio é assegurado por lei.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1. CONHECIMENTO
Conheço de ambos os recursos, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade.

2.2. PRELIMINARES SUSCITADAS PELA VARIG LOGÍSTICA
2.2.1. Incompetência material
Sem que tenha argüido no momento de sua defesa, a recorrente requer a declaração de incompetência desta Justiça Especializada, com remessa dos autos à 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, onde tramita o processo de Recuperação Judicial da VARIG S/A. Assim o faz com fundamento no art. 301, inciso II, do CPC, c/c o art. 6º, da Lei nº 11.101/05.

Aduz em prol de sua tese os seguintes argumentos:

a) a manutenção da competência deste Judiciário Trabalhista poderá gerar conflito de diretrizes, capaz de colocar em risco o desenvolvimento do plano elaborado na conformidade da lei, sendo imperioso o reconhecimento de que cabe ao juízo universal da falência a recuperação de todos os créditos da empresa recuperada.

b) a existência de decisões do Superior Tribunal de Justiça, fixando a competência da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro para decidir sobre a existência ou não de sucessão, na aquisição da Unidade Produtiva Varig, arrematada no procedimento de recuperação judicial, além de julgados da aludida 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro (atual 1ª Vara) decidindo pela inexistência de sucessão.

A seu ver, as mencionadas decisões levam, forçosamente, a concluir que somente o juiz que processa o pedido de recuperação judicial pode impedir a quebra da empresa, eis que se porventura ocorrer alienação do patrimônio em sede de reclamação trabalhista, a alternativa de mantê-la em funcionamento ficará comprometida.

c) no fato de que o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar conflito de competência, fixou qual órgão jurisdicional é competente, ficando, pois, impossibilitado o que teve sua competência afastada, de pronunciar-se a respeito da questão.

d) o § 2º, do art. 6º, da Lei nº 11.101/2005, prevê claramente que no âmbito trabalhista as ações serão processadas para a apuração do crédito a ser inscrito no quadro geral de credores da empresa em recuperação judicial.

e) ante a inexistência de sucessão entre as empresas, matéria já decidida pela 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Assim, por força da decisão do Superior Tribunal de Justiça, no conflito de competência antes mencionado, deve ser declarada a incompetência desta Justiça Especializada, com a remessa dos autos ao órgão julgador acima citado, como forma de manter a eficácia da nova legislação que disciplina o processo de recuperação judicial.

Contudo, a recorrente age de forma totalmente equivocada. A uma, porque a questão em análise não se enquadra na hipótese do inciso II, do art. 301 do Código de Processo Civil. A duas, porque sua natureza relativa, ao contrário da incompetência absoluta, não propicia que seja argüida a qualquer tempo e grau de jurisdição, ou seja, se não questionada, a competência prorroga-se. A três, porque a relação discutida na presente é de natureza trabalhista e apenas trabalhista e, finalmente, porque a legislação invocada não garante o resultado pretendido.

Nos termos do art. 111, do Código de Processo Civil, apenas a matéria e a hierarquia justificam a incompetência absoluta. No caso, em momento algum a recorrente alegou que a natureza da questão ajuizada não fosse trabalhista, apenas pretende que o julgamento seja feito no juízo onde se processa a recuperação judicial, como se a questão fosse relacionada com falência.

Assim, a preliminar sequer mereceria conhecimento, eis que a recorrente concordou com o juízo que instruiu e julgou o processo sem nada alegar, o que, a rigor, prorrogaria a competência, se fosse o caso.

Ainda assim, examino os fundamentos apresentados, para evitar alegação de negativa da prestação jurisdicional.

No que diz respeito à matéria, como já enfatizado, a natureza é trabalhista, atraindo a aplicação do art. 114, da CRFB, segundo o qual esta esfera especializada do Poder Judiciário deve “processar e julgar” as matérias

constantes dos seus incisos de I a IX. *In casu*, trata-se de discussão sobre relação de emprego, inexistindo controvérsia a esse respeito.

A esse propósito, mister trazer à baila as lições de Carlos Henrique Bezerra Leite[1], *in verbis*:

> Parece-nos, porém, que o STF deixou assentado que **a fixação da competência material da Justiça do Trabalho depende exatamente daquilo que o autor leva para o processo, isto é, repousa na causa de pedir e no pedido deduzidos em juízo, mesmo se a decisão de mérito que vier a ser prolatada envolver a aplicação de normas de direito civil ou de outros setores do edifício jurídico**. Esse entendimento restou explicitado no voto do relator, ministro Sepúlveda Pertence, segundo o qual, para se estabelecer a competência, o "fundamental é que a relação jurídica alegada como suporte do pedido esteja vinculada, como o efeito à causa, à relação empregatícia, como me parece inquestionável que se passa aqui, não obstante o seu conteúdo específico seja o de uma promessa de venda, instituto de direito civil".

Assim, a competência no que concerne à relação entre empregado e empregador, e quanto às parcelas daí decorrentes, somente cabe à Justiça do Trabalho, pelo critério estabelecido na Lei Maior, de especialização das causas, na certeza de que estamos diante de uma relação jurídica regulamentada por legislação especial (trabalhista).

Nesse tocante, são valiosas as lições de Marcelo Papaléo de Souza, a respeito da competência, conforme se infere abaixo:

> A jurisdição é ato de soberania, sendo una e indivisível, ou seja, o exercício da jurisdição entre os órgãos do poder judiciário sempre é o mesmo, sob o enfoque dos objetivos daquela. No entanto, por motivos de ordem prática, fazendo-se a ressalva anterior, divide-se a jurisdição, de acordo com os órgãos estatais encarregados de exercê-la, em ordinária e especial, conforme a competência definida na Constituição Federal. A especial é exercida por órgãos que visam à solução de conflitos de determinada natureza (ramos específicos do direito material), tais como trabalhistas, militar e eleitoral (arts. 111 e segs., 118 e segs. E 122 e segs. da Constituição). Os demais conflitos são solucionados, por exclusão, pela denominada jurisdição comum ou ordinária. Ressalta-se, ainda, que o critério adotado é o da natureza da lide a ser apreciada. Ressalta Athos Gusmão Carneiro que a competência das jurisdições especiais é definida e expressa taxativamente na Constituição Federal. A lei ordinária não poderá restringir, nem ampliar tal competência. Tal circunstância, quanto à Justiça do Trabalho, é relativizada diante do disposto no art. 113 da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 24, de 9.12.1999.
>
> A competência significa a quantidade de exercício de jurisdição atribuída a cada órgão ou grupo de órgãos, conforme a lição de Liebman. A norma legal determinada os limites dos órgãos

[1] Curso de Direito Processual do Trabalho. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 163.

> jurisdicionais, excluindo os demais da apreciação da lide. A competência está distribuída *ex ratione materiae*, ***ex ratione personae*** e ***ex ratione loci*.**
>
> Com relação à matéria laboral, dispõe o art. 114 da Constituição Federal, com a alteração pela Emenda Constitucional n. 45, que a competência da Justiça do Trabalho é para apreciar os conflitos decorrentes da relação de trabalho. Atualmente, os conflitos de competência da Justiça do Trabalho são os decorrentes do contrato de trabalho, das greves, dos conflitos intersindicais, dos relativos às penalidades administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização e dos referentes às contribuições previdenciárias, em face das sentenças que proferir.
>
> **Portanto, constata-se que não há qualquer divergência entre o disposto na Constituição Federal com o previsto na norma infraconstitucional (Lei nº 11.101/05), pois está estabelecido que a matéria trabalhista é da competência das Justiça do Trabalho[2].**

A respeito da alegada existência de decisão do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de reconhecer competência da MM. Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, destaco que o presente processo é de conhecimento e não de execução, não propiciando acolher tais razões.

Por último, observo que a leitura do art. 6º, da Lei 11.101/05 é inteiramente equivocada, pois ao contrário do que sustenta a recorrente, a competência deste Judiciário Trabalhista está devidamente reconhecida no texto legal, conforme se lê do § 2º, do art. 6º, *in verbis*:

> "art. 6º ...
>
> § 2º É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, **mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8º desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito,** que será inscrito no quadro geral de credores pelo valor determinado em sentença." (destaquei)

Desse modo, seja qual for o ângulo que se analise a questão, não há razões para acolher as alegações da recorrente. Quanto ao reconhecimento do direito de habilitação do crédito, a análise somente é cabível no momento oportuno e se for o caso, após ser tornada líquida a decisão, em respeito à disposição supra transcrita. Afinal, como observado pela digna prolatora da sentença, o pleito de recuperação judicial foi deferido em 22 de junho de 2005 e o § 4º, do art. 6º, da Lei 11.101/2005, prevê a suspensão de todas as ações em face do devedor, durante o prazo improrrogável de 180 dias, que, finalizado, gera o direito "dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial".

Em conseqüência rejeito os argumentos preliminares, seja quanto à incompetência material da Justiça do Trabalho, seja para deferir a suspensão da presente reclamação trabalhista.

2.2.2. Ilegitimidade de parte

A recorrente renova a preliminar, o argumento de que apenas a VARIG S/A

---

[2] A Nova Lei de Recuperação e Falência e as suas Conseqüências no Direito e no Processo do Trabalho. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 281/282.

deve figurar no pólo passivo da presente reclamação, considerando que foi a única a utilizar os serviços do reclamante, não tendo a recorrente se beneficiado de nenhuma forma, razão pela qual deve ser excluída da lide.

Insiste em afirmar que não assumiu o contrato do trabalhador, levando em conta que a extinção do vínculo ocorreu após o leilão judicial em 31.07.2006 e embora a arrematação da UPV da Varig tenha ocorrido na data mencionada, somente passou a recorrente a operar o objeto da arrematação em 14.12.2006, quando a ANAC liberou a concessão e conferiu autorização para tal.

Os argumentos da suscitante não constituem matéria a ser apreciada através de preliminar, eis que envolvem o mérito da demanda.

Parte ilegítima é aquela que foi chamada indevidamente para o processo, o que não acontece no presente caso, em que o reclamante, desde a inicial pleiteia a condenação da VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE S/A - VARIG, e da VARIG LOGÍSTICA - VARIGLOG, aludindo, às fls. 03, o seguinte:

> "DA SUCESSÃO JURÍDICA DA RECLAMADA. A reclamada, mesmo que de forma precária, subsiste administrativamente no mercado local, invocando ter sido comprada pela VARIGLOG - LOGÍSTICA, portanto, requer a esse Juízo a aplicação do disposto no art. 10 e 448 da CLT face à unidade jurídico-econômica das empresas.
>
> Os requisitos indispensáveis ao instituto foram preenchidos: a transferência da unidade-jurídica, que é de conhecimento público, e o modo como afetou significativamente as garantias anteriores do contrato de emprego causados pela demissão em massa dos funcionários, como no caso do reclamante".

Diante de tais fatos, deve ser a recorrente mantida no pólo passivo da demanda, a fim de que se possa analisar quanto às suas responsabilidades, definindo a qual ou quais das empresas cabe assumir os ônus decorrentes da extinção do contrato, que porventura sejam reconhecidos ao reclamante, questão cuja analise remete ao mérito do processo.

Rejeito a preliminar em destaque.

2.2.3. Inexistência de sucessão de empregadores

Aduz a recorrente que não há nos autos qualquer elemento de prova que justifique o reconhecimento da responsabilidade solidária, subsidiária ou mesmo sucessão de empregadores, pelo que deve ser excluída do pólo passivo da demanda.

Disse o reclamante, na inicial, que laborou na função inicial de agente de tráfego e, por fim, de agente de atendimento, no período de 01.02.1998 a 28.07.2006, quando foi dispensado imotivadamente. Acrescentou que a empregadora, mesmo de forma precária, subsiste administrativamente no mercado local e alega ter sido adquirida pela VARIG LOG, motivando, assim, a sucessão de empresas.

Em sua defesa, especificamente às fls. 411, a recorrente aduziu que não pode responder pelas obrigações advindas das atividades prestadas pelo reclamante em proveito da VARIG S/A, uma vez que "a alienação em Juízo de Unidade Produtiva Varig não acarreta a sucessão trabalhista, nos termos do artigo 60 da Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas".

É verdade que a Lei 11.101/2005 prevê a inexistência de sucessão trabalhista, em decorrência da arrematação procedida em processo de recuperação judicial, nos termos do seu artigo 60, que assim dispõe:

> "art. 60. Se o plano de recuperação judicial aprovado envolver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas do

> devedor, o juiz ordenará a sua realização, observado o disposto no art. 142 dessa lei.
>
> Parágrafo único. O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária."

Verdadeiro, também, que o procedimento de recuperação judicial de empresas, nos termos do art. 49, da lei em comento, submete todos os créditos, mesmo os vencidos, ao plano de recuperação.

Tal plano, como informa a ex-empregadora, foi aprovado pela assembléia geral de credores em 17.06.2005, constando às fls. 147 destes autos, notificação encaminhada ao reclamante, na data de 28.07.2006, dando-lhe ciência de que suas atividades deveriam cessar a partir de 28.07.2006, com o objetivo de "dar seqüência ao Plano de Recuperação". Na data dessa comunicação foi o reclamante informado de que "oportunamente" seria cientificado para realização dos exames demissionais e homologação do desligamento.

Logo, sendo o leilão efetivado no dia 30.07.2006, após deferido pedido de recuperação, na data de 22 de junho de 2006, como consta às fls. 204/206, já estava o autor pré-avisado do término do seu contrato, embora esse ainda não estivesse extinto, em decorrência da ficção jurídica que considera o prazo de aviso, integrante do contrato, significando a sua projeção para 28.08.2006.

Porém, é de se considerar que o reclamante não trabalhou para a recorrente e desse modo, bem como em respeito ao disposto no parágrafo único do art. 60, supra transcrito, não existem razões jurídicas que sustentem o reconhecimento formal da sucessão trabalhista.

A esse propósito, a doutrina tem encampado o raciocínio de que a sucessão de empregadores requisita a existência de dois elementos: **a) transferência de unidade econômico-jurídica; b) inexistência de solução de continuidade na prestação de serviços.**

No caso, o reclamante não prestou serviços à recorrente, o que, a rigor, descaracteriza a figura da sucessão trabalhista, **data venia**, contudo, não justifica dispensar a VARIGLOG de assumir as obrigações que lhe são próprias.

A esse respeito, destaco decisão proferida pelo saudoso Valentin Carrion, extraída de seus Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho, segundo a qual:

> "A CLT em seus arts. 2º (empregador é a empresa), 10 (alteração da estrutura da empresa) e 448 (mudança na propriedade) traça uma constante que caracteriza a continuidade do vínculo empregatício e da responsabilidade (solidária ou sucessiva) nos débitos. Não se exclui a exploração de qualquer atividade negocial, nem sequer a concessão de serviço público, desde que se dêem os requisitos. Além do mais, a sucessão é instituto que protege o credor, o empregado, dando-lhe o direito de voltar-se contra o sucessor, não obstante ser o antecessor o inadimplente. Não é qualquer coisa como uma norma pública abstrata que libera o real devedor de livrar-se dos aborrecimentos do processo e da obrigação de responder perante seus empregados" (TRT/SP, RO22.043/85, Valentin Carrion, Ac.8ª T)

O processo de recuperação judicial objetiva a tentativa de retorno da empresa à vida normal e não a sua extinção, só se justificando a primeira hipótese quando verificada a viabilidade do negócio. Nesse passo, a limitação sofrida na administração de seus negócios é bastante restrita, só alcançando os atos de

alienação ou de oneração de bens ou direitos do ativo permanente, até porque a finalidade da lei é justamente possibilitar a continuidade do empreendimento empresarial. A esse respeito, leciona Fábio Ulhoa Coelho:

> "O devedor em recuperação judicial não tem suprimida sua capacidade ou personalidade jurídica. Continua existindo como sujeito de direito apto a contrair obrigações e titularizar crédito. Sofre uma única restrição: os atos de alienação ou oneração de bens ou direitos do ativo permanente só podem ser praticados se úteis à recuperação judicial. A utilidade do ato é presumida em termos absolutos se previsto no plano de recuperação judicial aprovado em juízo. Nesse caso, o bem pode ser vendido ou onerado, independentemente de qualquer outra formalidade ou anuência. Mas, se não constarem do plano de recuperação homologado ou aprovado pelo juiz, a utilidade do ato para a recuperação judicial deve ser apreciada pelos órgãos desta. Assim, a alienação ou oneração só poderá ser praticada mediante prévia autorização do juiz, ouvido o comitê."[3]

Por todas essas razões, reconheço a inocorrência da sucessão trabalhista da VARIG LOGÍSTICA S/A, todavia, isso não significa afastar sua responsabilidade.

Com efeito, os princípios do processo do trabalho não permitem a prevalência de atos formais sobre a realidade que se exibe nos autos.

O que se constata nos autos é a figura de um trabalhador que emprestou sua força de trabalho por longo tempo e foi dispensado sem qualquer respeito aos seus direitos.

Aliás, até mesmo quanto aos salários vencidos, a ex-empregadora não satisfez o seu dever, deixando de cumprir o disposto no parágrafo art. 54 da Lei 11.101/05 que obriga a fixar prazo não superior a 30 dias para pagamento de salários vencidos, até o limite de 5 salários mínimos.

Ora, nos termos do art. 50 da multicitada lei, são vários os meios de recuperação judicial, não se justificando a alienação da "parte boa" do negócio, sem o cumprimento das obrigações cuja natureza é alimentar. Afinal, a empresa que ficou com os bônus, devem também assumir os ônus.

Por assim entender, apesar de não encontrar justificativas para caracterizar a sucessão trabalhista, formalmente, mantenho a decisão que responsabilizou a VARIGLOG, embora a transforme de solidária para subsidiária. Ou seja, a recorrente somente responderá pela dívida se a devedora principal não o fizer.

2.3. Parcelas da condenação

2.3.1. Indenização por danos morais - *quantum* indenizatório

As reclamadas questionam o deferimento da parcela, argumentando que não pode haver "banalização" do instituto; que não está comprovada a existência de ato ilícito praticado por ação ou omissão, nem culpa do seu agente, no conceito genérico (elemento subjetivo); dano material ou moral do ofendido (elemento objetivo).

Prosseguem dizendo que não há evidências de prejuízos ao autor e que a situação objetiva por ele invocada na petição inicial, de que era iminente o risco de ver seu nome lançado no serviço de proteção ao crédito (SPC e SERASA), não se justifica, por não ter comprovado qualquer constrangimento sofrido e/ou que suas

---

[3] Manual de direito comercial - direito de empresa, 18ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 384.

alegações corresponderam à realidade, ônus que lhe competia nos termos do art. 818, da CLT, mesmo porque seu depoimento comprova que tal fato não ocorreu.

Requerem, caso mantida a condenação no particular, que esta seja reduzida, a fim de se adequar ao princípio da razoabilidade.

Conforme se observa da petição inicial, disse o reclamante que a primeira reclamada causou-lhe uma série de prejuízos, eis que não dispunha de outra fonte de renda para sobreviver, passando a depender da ajuda de parentes para sustentar sua família; que ficou na iminência de ter seu nome lançado no sistema de proteção ao crédito (SPC e SERASA), pois não pode honrar com os compromissos anteriormente assumidos, face a retenção dolosa dos salários dos meses de junho e julho de 2006, além de prejuízos que foram ocasionados com sua matrícula na faculdade.

O reclamante finalizou seus argumentos, na petição inicial, salientando a apropriação indébita dos salários antes referidos (art. 168 do CP), que qualificou como ato ilícito, com infringência dos artigos 186 e 927 do CC, bem como afronta ao art. 5º, V, da CRFB, razão pela qual ressaltou a presença de todos os requisitos para o deferimento da indenização.

Em contestação, as reclamadas apresentaram fundamentos contrários ao deferimento da indenização por danos morais. Argumentaram, em suma, que a simples dispensa de um empregado não pode ser considerada como fato gerador do dano, sob pena de banalização do instituto.

Ao depor (fls. 549/550), disse o reclamante

> "que recebia os salários através de depósito em conta bancária; que nunca teve seu nome incluído no CERASA e SPC; que se formou em Administração pela UNAMA em 1984, sendo que depois não mais ingressou em qualquer universidade".

De fato, como ressaltam as recorrentes, a simples dispensa de um empregado não é capaz de gerar direito à indenização por danos morais, eis que tal procedimento, no geral, guarda íntima relação com o poder potestativo do empregador, até porque a proibição da dispensa arbitrária foi flexibilizada mediante o pagamento de indenização correspondente a 40% do FGTS. No caso, decorreu da ausência de condições para pagar, quem sabe decorrente da má administração do negócio.

Ocorre que a questão, como suscitada, não está simplesmente vinculada à dispensa, mas a prejuízos decorrentes desse ato. Não restam dúvidas de que as relações jurídicas impõem deveres e fixam direitos aos sujeitos delas integrantes e, no caso do contrato de trabalho, uma de suas principais características é que o mesmo se desenvolve de forma comutativa.

Ocorre que o autor sequer comprovou os prejuízos, não havendo dúvidas de que pelo não pagamento dos salários, a reclamada fica obrigada aos acréscimos legais e, da mesma forma, pelo não pagamento de verbas rescisórias, fica sujeita à multa do art. 477, da CLT. Penso que os atrasos não decorreram de ato ilícito da empregadora, mas de dificuldades financeiras, que levaram-na a um plano de recuperação judicial.

Por assim entender, reformo a r. sentença para excluir da condenação a indenização por danos morais.

2.3.2. Adicional de periculosidade

As reclamadas questionam o deferimento da parcela (no percentual de 30%), ao argumento de que não podia o MM. Juízo se utilizar de prova emprestada, eis que um dos requisitos para tal é o de que "aquele contra o qual se pretende

efetuar o empréstimo de prova deve ter participado, em contraditório, da sua produção no primeiro processo", pelo que restaram maltratados os princípios do devido processo legal, do acesso à ordem jurídica justa, da ampla defesa e do contraditório.

Dizem que a situação indicada pelo recorrido não permite concluir pela configuração do risco acentuado a que refere o art. 193, da CLT, e a NR-16, do Ministério do Trabalho, que regula as atividades e operações perigosas; por cautela, pugnam pela adoção dos raciocínios cristalizados nas Súmulas 191 e 364, do C. TST.

Acrescentam que o reclamante nunca desempenhou atividade no reabastecimento de aeronaves, sendo possível concluir, de seu próprio depoimento que, na remota hipótese de ter ocorrido contato com combustíveis, esse se deu de forma eventual, o que não autoriza o reconhecimento do direito ao adicional de periculosidade, ante a inexistência de risco, muito menos risco acentuado.

Nos termos requeridos na petição inicial, disse o reclamante que "foi empregado da primeira reclamada na função inicial de Agente de Tráfego e por fim de Agente de Atendimento, de 01.02.1998 à 28.07.2006, quando foi dispensado imotivadamente", e que todas as suas atividades eram desempenhadas simultaneamente com o abastecimento de combustível das aeronaves, pelo que exercia atividade de risco.

Salientou que nunca recebeu o aludido ***plus***, e apresentou como prova o laudo pericial oferecido nos autos do Processo 00071-014-2006-08-00-0 e, ainda, o de nº 11/95, firmado por técnicos da Delegacia Regional do Trabalho, que foram colacionados aos autos, ao argumento de que havia similaridade das situações, que envolvem, justamente, a prática de labor no pátio de manobra das aeronaves. Pugnou, ao final, pela incidência das Súmulas 361 e 364, do C. TST.

Ao contestarem as reclamadas aludiram ser necessário, independentemente de requerimento da parte, a determinação de perícia pelo magistrado, nos exatos termos do art. 195, da CLT, argumentando que na ausência de um laudo válido, que ateste a condição para o deferimento do adicional, não estará caracterizada a situação de que trata o art. 193, da CLT, eis que esse exige contato direto e permanente com explosivos e inflamáveis, em condições de risco acentuado. Impugnaram os laudos apresentados pelo reclamante, principalmente por serem de épocas pretéritas e não refletirem a realidade atual do aeroporto de Belém, mormente após a última reforma, que modernizou bastante todas as suas instalações.

Aduzem que o próprio reclamante confessa que não trabalhava em contato direto e, muito menos permanente com explosivos ou inflamáveis, em condições de risco acentuado, como exige o art. 193, da CLT, haja vista

> "que o mesmo exercia a função de atendente de passageiros no setor de ***chek-in*** da empresa ré, localizado no interior da estação de passageiros no aeroporto internacional de Belém, local bem distante do pátio de manobras das aeronaves".

Ao depor (fls. 548), o reclamante declarou, no tocante ao tema em epígrafe, o seguinte:

> "que suas atividades consistiam em realizar atendimento de ***chek-in,*** realizava embarque e desembarque de passageiros no saguão respectivo, sendo que também quando ocorria algum incidente relativo a bagagens, deslocava-se até o pátio da aeronave para realizar a fiscalização da retirada das bagagens, inclusive entrando no porão do avião".

Mais à frente, acrescentou que em todos os pousos havia necessidade de colocar combustível na aeronave, declarando, ***in verbis***:

> "que sentia o cheiro do combustível; que o abastecimento da aeronave demora de 20 a 25 minutos; que geralmente quando se deslocava até a aeronave o abastecimento estava apenas iniciando; que em algumas oportunidades o comandante entrava em contato, pelo rádio, com o reclamante, solicitando que fosse comunicado ao balanceador acerca de uma possível necessidade de mais combustível; que o depoente aproveitava o ensejo e comunicava também ao funcionário que abastecia a aeronave; q**ue, em média, gastava 30 minutos fora do saguão de embarque e desembarque, sendo que, em média, 20 minutos era dentro da aeronave e 10 minutos no próprio pátio; que seu crachá tinha a letra "R" que significa "restrito"**; que vários funcionários têm esse mesmo crachá, tais como os carregadores autônomos de bagagens; que esse crachá confere liberdade para acesso não apenas no pátio, mas também a outros setores do aeroporto, notadamente o de caráter administrativo; **que o seu contato com o funcionário que abastece a aeronave era extremamente próximo, cerca de um metro a um metro e meio, com pleno contato pessoal**".

O preposto da empregadora, ouvido conforme registros de fls. 550, apesar de declarar que também trabalhou como agente de atendimento e, posteriormente foi designado para laborar como agente administrativo, disse que na primeira função, seus locais de trabalho eram a área de ***chek-in***, bem como o embarque e o desembarque; que, no caso do reclamante, que era agente de atendimento, em poucas ocasiões dirigia-se para acompanhar o embarque e desembarque de passageiros; **confirmou que a letra "R" constante do crachá, significa que o funcionário que o utiliza tem acesso a áreas restritas, como salas de embarque e desembarque e pátio**.

Já o preposto da VARIGLOG, ao depor consoante os termos constantes de fls. 551, declarou ser auxiliar de cargas há dois anos e quatro meses e que, em algumas oportunidades, se desloca até o pátio, ressaltando que o abastecimento de uma aeronave como as da VARIG dura cerca de vinte minutos.

A prova testemunhal produzida não respaldou os fatos, da forma exata que foram indicados.

A primeira testemunha (fls.551/552), disse ter trabalhado como agente de atendimento, porém, nunca no mesmo horário do reclamante. Relatou que também realizava atividades semelhantes as do reclamante e confirmou que, em algumas ocasiões, se deslocava para verificar se os funcionários da SATA estavam, de fato, acompanhando a retirada de bagagens, abastecimento e também manutenção de aeronaves, e confirmou que o abastecimento de uma aeronave durava, em média, de 15 a 20 minutos, dizendo que **"tudo o que relatou também se aplicava ao reclamante"**; corroborou que aquele que tivesse a letra "R" no crachá tinha acesso liberado à rampa e ao pátio, e que mesmo os funcionários administrativos da VARIG podiam, dependendo da necessidade, ajudar no serviço de embarque e desembarque de passageiros.

A única testemunha arrolada pela reclamada, apesar de mencionar que o autor nunca trabalhou no embarque e desembarque, e afirmar que as funções desse limitavam-se a realizar o ***chek-in*** ou o ***chek-out***, e a conferência de bilhetes, ressaltou "que os funcionários que fazem embarque e desembarque de passageiros também tinham a mesma função de atender passageiros". Disse acreditar que a letra "R" nos crachás significa acesso à áreas restritas, como sala de embarque, lojas internas, pátio.

Apesar das reclamadas terem requerido, em contestação, a realização de perícia técnica, ao argumento de invalidade das provas periciais trazidas para os autos, ante a alegação de que as mesmas não mais correspondem à realidade do local de trabalho do reclamante, bem como pelo fato de que não participaram da produção da aludida prova, o juízo entendeu de forma diversa, o que não prejudica o exame. O Julgador não está adstrito à prova técnica, podendo dispensá-la desde que considere satisfatórias as já produzidas nos autos.

Antes de adentrar na análise relativa aos laudos periciais trazidos para os autos e a validade desses como prova, resta averiguar se a atuação do reclamante configura situação prevista na lei para que seja reconhecido o direito ao adicional de periculosidade, no importe de 30%, eis que a solução não depende de considerar válidos ou não os laudos periciais trazidos para os autos, mas, de analisar, inicialmente, em que condições se dava o labor do reclamante.

Nos termos da letra "c", do quadro nº 3, do Anexo 2, da NR-16, da Portaria 3.214/77, do Ministério do Trabalho, dentre as atividades ou operações perigosas, enquadram-se aquelas realizadas **nos postos de reabastecimento de aeronaves**, motivo pelo qual é reconhecida como área de risco dessa atividade, toda a área de operação, local no qual a atividade do reclamante não era desempenhada.

Por certo, o reclamante não exercia atividades concernentes ao abastecimento de aeronaves, sendo importante destacar que de acordo com o conjunto probatório, o labor não ocorria no local de risco. Não há perícia que assim confirme, não sendo possível concluir nesse rumo pela referência feita pelas testemunhas de que algumas vezes estavam no pátio de manobras enquanto ocorriam os abastecimentos.

Fazer o abastecimento no momento em que ocorre o carregamento e descarregamento, hoje já não é definitivo para definir o direito, considerando que as práticas mais modernas, por óbvio, procuram reduzir riscos. Ademais, a demora no carregar e no descarregar é hoje mínima, dificultando adotar conclusões anteriores.

Assim, especialmente por considerar que os trabalhos periciais efetivados no ano de 1995 já não espelham a realidade atual, pelos fatos que compõem o conjunto probatório dos autos, reformo a r. decisão, para excluir a parcela da condenação, na certeza de que as atividades do recorrente não estão incluídas no Anexo 2, da NR 16, da Portaria 3.214/78, do Ministério do Trabalho.

Nesse particular, dou provimento aos apelos das reclamadas, para excluir da condenação a parcela de adicional de periculosidade.

2.3.3. Das demais parcelas de condenação

Sustentam as reclamadas que deve ser reformada a r. sentença, a fim de que sejam excluídas as parcelas de aviso prévio indenizado; férias proporcionais acrescidas de 1/3;13º salário/2006; diferenças de FGTS; multa de 40% sobre o FGTS; reajuste salarial a partir de dezembro de 2005; cesta básica; vale alimentação e multa prevista nas normas coletivas.

A empregadora, em sua defesa, limitou-se a pugnar o indeferimento da parcela de aviso prévio, sem entretanto, apresentar qualquer prova nesse sentido, pelo que a verba é devida. Afinal, não consta que o reclamante tenha trabalhado no período correspondente, nem que tenha recebido a parcela.

No que diz respeito às férias proporcionais mais 1/3 e o 13º salário de 2006, o pagamento não foi comprovado através de recibo, pelo que se impõe a manutenção da sentença, do mesmo modo quanto ao FGTS e a multa de 40% sobre os depósitos; o reajuste salarial a partir de dezembro de 2005, assim como a cesta básica e o vale alimentação.

Também não se impõe a reforma do julgado no tocante ao reajuste salarial e às multas previstas nas normas coletivas, considerando que as provas dos autos não deixam dúvidas de que tais vantagens não foram reconhecidas ao reclamante, no momento oportuno, fazendo, portanto, incidir as multas daí decorrentes.

2.4. Revogação da tutela antecipada. Recurso da VARIG S/A - VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE

Segundo a VARIG S/A, a antecipação dos efeitos da tutela deve ser revogada, ao argumento de que o bloqueio de contas não pode subsistir, por estarem todos os créditos sujeitos ao plano de recuperação judicial, mesmo porque a lei veda o recebimento de crédito em detrimento das demais dívidas da sociedade.

Sustenta que a competência para analisar o pleito de bloqueio é do juízo empresarial competente, não se justificando a ocorrência de bloqueios, penhoras, arrestos ou qualquer outro tipo de constrição judicial sobre o patrimônio da empresa.

No mesmo sentido da fundamentação exposta no decisório de primeiro grau, penso que a suspensão de procedimentos contrários ao credor somente se justifica pelo prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005). Porém, a questão não diz respeito à execução, pois o processo ainda se encontra em fase de conhecimento.

Ademais, o procedimento de recuperação judicial de empresas, nos termos do art. 49, da lei em comento, submete todos os créditos, mesmo os vencidos, ao plano de recuperação, ainda que se considere os termos do § 2º, do art. 6º, da Lei 11.101/2005, no sentido de que os créditos trabalhistas serão processados perante a Justiça Especializada até sua apuração, quando será inscrito no quadro de credores.

Por outro lado, apesar da prioridade do crédito deste processo, possivelmente esse não é o único trabalhista, não se justificando instaurar a desigualdade entre credores, nem desconsiderar a decisão que deferiu o pedido de recuperação judicial.

Destaco que nos termos do parágrafo único do art. 54, da lei ora em estudo, o "plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial, vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial".

Em conseqüência, determino que o bloqueio seja limitado ao pagamento dos salários vencidos, reconhecidos na r. sentença.

Ante o exposto, conheço dos recursos; rejeito as preliminares de incompetência material e de ilegitimidade de parte; afasto o reconhecimento da sucessão de empregadores, transformando a responsabilidade solidária imposta no julgado em responsabilidade subsidiária; no mérito, dou-lhes parcial provimento, para reformando a r. sentença recorrida, excluir da condenação a parcela de indenização por danos morais e o adicional de periculosidade e seus reflexos, bem como para limitar o valor do bloqueio ao pagamento dos salários vencidos, mantida a r. decisão em todos os seus termos, tudo conforme os fundamentos. Ficam as custas minoradas para R$ 800,00, calculadas sobre R$ 40.000,00, ora arbitradas a título de condenação.

3. CONCLUSÃO
ISTO POSTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA SEGUNDA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS RECURSOS; SEM DIVERGÊNCIA, REJEITAR AS PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA MATERIAL E DE ILEGITIMIDADE DE PARTE, SUSCITADAS PELA VARIG LOGÍSTICA S/A; RECONHECER A INEXISTÊNCIA DE SUCESSÃO DE EMPREGADORES, TRANSFORMANDO A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA EM SUBSIDIÁRIA, VENCIDO NO PARTICULAR O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA; NO MÉRITO, VENCIDO APENAS O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADORA VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA NO TOCANTE AO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO, PARA REFORMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO AS PARCELAS DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E SEUS REFLEXOS, BEM COMO PARA LIMITAR O VALOR DO BLOQUEIO PARA O PAGAMENTO DE SALÁRIOS VENCIDOS E SEUS ACRÉSCIMOS, MANTIDA A R. DECISÃO EM TODOS OS SEUS TERMOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. FICAM AS CUSTAS REDUZIDAS PARA R$ 800,00 CALCULAS SOBRE R$40.000,00, QUE ORA ARBITRO A TÍTULO DE CONDENAÇÃO.

Sala de Sessões da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 29 de agosto de 2007. (Publicado no DOJT8 em 31/8/2007). ODETE DE ALMEIDA ALVES - Desembargadora Relatora.

****

I - RECURSO. DESERÇÃO. VALOR MÍNIMO DAS CUSTAS. ART. 789 DA CLT.
II - GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00052-2007-118-08-00-3
RELATORA: Desembargadora ALDA MARIA DE PINHO COUTO

RECORRENTES: **ONEIDE DE SOUSA COSTA CARVALHO**
Advogada: Drª. Dalila Gianni Dias e outros
E
LATICÍNIOS MORRINHOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (SUC LATC NORTE)
Advogado: Dr. Alberto Maranhão Lima

RECORRIDOS: **OS MESMOS**

I - RECURSO. DESERÇÃO. VALOR MÍNIMO DAS CUSTAS. ART. 789 DA CLT. O art. 789 da CLT estabelece, em seu "caput", o valor mínimo devido a título de custas, valor esse que deve ser observado inclusive para efeito de preparo de recurso, sob pena de deserção, ainda que a decisão recorrida fixe as custas em valor inferior. II - GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. "Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na

hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa" (item III da Súmula nº 244 do TST).

OMISSIS.
É O RELATÓRIO.

PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DA RECLAMADA, POR DESERÇÃO

Suscito, preliminarmente, o não conhecimento do recurso ordinário interposto pela reclamada, por deserção, dada a insuficiência no valor das custas.

É certo que a r. sentença, na conclusão, dispõe: "Custas de R$2,00, pelo reclamado, calculados sobre R$100,00, valor arbitrado para esse fim" (fl. 60).

Entretanto, a ninguém é dado desconhecer a lei (art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil) e o art. 789, da CLT, determina em seu *caput* o seguinte: "...as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), **observado o mínimo de R$10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos)**..." (destaquei).

Desse modo, ao recolher as custas, a reclamada deveria fazê-lo pelo valor mínimo estipulado em lei, como forma de propiciar o conhecimento de seu apelo, nos termos do *caput* e parágrafo primeiro do referido preceito da CLT.

Em vista disso, não conheço do recurso da reclamada.

PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DA RECLAMANTE, POR INTEMPESTIVIDADE

A reclamada suscita, em contraminuta, o não conhecimento do recurso ordinário interposto pela reclamante, por intempestividade.

Não lhe assiste razão.

A r. sentença foi prolatada em 09.03.2007, com a ciência prévia das partes, tendo a reclamante interposto o recurso em 16.03.2007, conforme fls. 67 e 75 dos autos, ou seja, dentro do prazo legal, ressaltando-se o fato de que a reclamada opôs embargos de declaração em 13.03.2007, interrompendo o prazo recursal para ambas as partes, à luz do art. 538, *caput*, do CPC, o que com mais ênfase demonstra que não há que se falar em intempestividade, sendo insubsistente a tese da reclamada quanto à propalada intempestividade por "oposição prematura" do recurso.

Rejeito a preliminar e conheço do recurso ordinário da reclamante, porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

MÉRITO

DA DATA DA ADMISSÃO

A reclamante alega que foi contratada em 12.10.2006, tendo sua CTPS assinada somente no dia 01.11.2006. Aduz que o Juízo de primeiro grau baseou-se em documentos assinados com data retroativa e testemunha tendenciosa.

Não lhe assiste razão.

A r. sentença baseou-se na prova documental produzida pela reclamada (documentos de fls. 44, 45, 48, 49 e 50 dos autos).

Correta a r. decisão, tendo em vista que não há nos autos nenhuma evidência eficaz que sugira a existência de fraude no tocante à referida documentação, ônus que competia à reclamante.

Como ressaltou o Juízo de primeiro grau, das duas testemunhas ouvidas,

cada uma afirmou uma data diferente, não merecendo credibilidade para superar e desfazer a eficácia da prova documental.

Mantenho a r. decisão recorrida.

DA NULIDADE DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - DA DISPENSA IMOTIVADA E ESTABILIDADE PROVISÓRIA

A reclamante alega que assinou inúmeros papéis ao ser dispensada, sem ter conhecimento do teor, sobretudo quanto ao suposto contrato de experiência. Relata que não foi submetida a exame admissional e após passar mal no trabalho realizou alguns exames que diagnosticaram sua gravidez, o que teria sido o real motivo de seu afastamento.

Não lhe assiste razão.

O documento de fl. 44 atesta que as partes firmaram contrato de experiência de 45 dias, de 01.11.2006 a 15.12.2006, quando houve a rescisão por término de contrato, conforme TRCT de fl. 45. Não há nos autos nenhum indício de que referida documentação tenha sido obtida mediante fraude, sendo certo que competia à reclamante a prova das alegações que faz a este respeito (art. 818 da CLT).

No exame demissional (fl. 52) foi feita a observação de que a autora estava com mais ou menos 10 semanas de gestação, ou seja, a quando do exame admissional (fl. 51) a autora estaria aproximadamente com 4 semanas, não sendo atestada a gravidez naquela oportunidade, o que é razoável, até porque ainda não há aparência dessa condição com apenas 4 semanas.

Constata-se, desse modo, que ao ser celebrado o contrato de experiência, em 01.11.2006, a reclamante já estava grávida. Logo, como enfatizou o Juízo de primeiro grau, o reclamado não pode ser compelido a indenizá-la pela situação pré-existente ao contrato, o qual, por ser de experiência, tendo termo final pré-fixado, não dá à autora o direito à estabilidade provisória.

Nesse sentido a Súmula nº 244, do Colendo TST, que dispõe:

> **GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. (incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nºs 88 e 196 da SBDI-1) - Res. 129/2005 - DJ 20.04.2005. I e II - *omissis*. III - Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa. (ex-OJ nº 196 - Inserida em 08.11.2000).**

Dada a pré-fixação do prazo contratual, também não há que se falar em dispensa sem justa causa, razão pela qual mantenho a r. decisão recorrida.

DAS HORAS EXTRAS

A reclamante alega que o ônus da prova das horas extras competia à reclamada, por esta possuir mais de dez empregados. Ressalta que a demandada sequer apresentou o livro de ponto.

Não lhe assiste razão.

A reclamada anexou à defesa os registros de horário assinados pela reclamante (fls. 46/47), os quais não foram impugnados. Referidos registros não são lineares e atestam o cumprimento de horas extras, pagas conforme recibo de fl. 48 e TRCT de fl. 45.

Diante disso, se haviam horas extras não pagas, competia à reclamante demonstrar, o que não foi feito.

Mantenho a r. decisão recorrida.

DO DANO MORAL

A reclamante alega que o dano moral ficou caracterizado por sua dispensa abrupta, sem justa causa, mesmo estando grávida.

Não lhe assiste razão.

À luz das razões expostas anteriormente, verifica-se que não houve ilícito praticado pela reclamada, e inexistindo ilícito, não há que se falar em dano passível de reparação.

Mantenho a r. decisão recorrida.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso interposto pela reclamada, por deserção; rejeito a preliminar de intempestividade, suscitada pela reclamada em contraminuta, e conheço do recurso da reclamante, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade; no mérito, nego-lhe provimento para manter a r. sentença recorrida em todos os seus termos. As custas, pela reclamada, são devidas pelo valor mínimo fixado em lei, de R$10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos). Tudo de acordo com a fundamentação supra.

ISTO POSTO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO PELA RECLAMADA, POR DESERÇÃO; AINDA À UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE, SUSCITADA PELA RECLAMADA EM CONTRAMINUTA, E CONHECER DO RECURSO DA RECLAMANTE, EIS QUE PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA PARA MANTER A R. SENTENÇA RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS. AS CUSTAS, PELA RECLAMADA, SÃO DEVIDAS PELO VALOR MÍNIMO FIXADO EM LEI, DE R$10,64 (DEZ REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS). TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO SUPRA.

Sala de Sessões da Quarta Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 21 de agosto de 2007. (Publicado no DOJT8 em 23/8/2007). ALDA MARIA DE PINHO COUTO - Desembargadora Federal do Trabalho Relatora.

****

TRABALHADOR AVULSO. PRESCRIÇÃO.

ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0668-2007-001-08-00-4
RELATORA: Desembargadora ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

RECORRENTE: PAULO CESAR DA COSTA
Doutora Ana Carolina dos Santos Ferreira e outros

RECORRIDOS: BANCO DO BRASIL S/A
Doutor Roberto Bruno Alves Pedrosa e outros
E
ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO

TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO DOS PORTOS ORG. DE BELÉM E VILA DO CONDE - OGMO
Doutor Guilherme Pauxis Aben Athar

TRABALHADOR AVULSO. PRESCRIÇÃO. O prazo de prescrição das pretensões do trabalhador avulso é de 5 (cinco) anos contados da data da violação do direito, conforme estabelece o art. 7º, XXIX, da Constituição da República. Não se pode adotar prazo diferenciado, pois implicaria clara afronta à norma constitucional que já equiparou esses direitos. O prazo de prescrição é o mesmo. O limite de dois anos previsto no inciso XXIX do artigo 7º da Constituição diz respeito à extinção do contrato de trabalho. Porém, como o trabalhador avulso não tem, especificamente, contrato de trabalho, e, conseqüentemente, o término da relação de trabalho, a prescrição, *in casu*, é a quinquenal. O autor apontou a data de 30 de julho de 1997 e juntou comprovante de recebimento da indenização, nesta data, à fl. 12. Tendo apenas ajuizado ação em 04 de maio de 2007, quase 10 (dez) anos após o recebimento da indenização prevista na Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, prescrito seu direito de requerer a diferença do valor da indenização.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2 FUNDAMENTOS
2.1 CONHECIMENTO
Conheço do recurso ordinário, porque adequado, tempestivo (fls. 69 e 75), subscrito por advogado habilitado (fl. 10), sendo isento do pagamento das custas processuais (fl. 73).

2.2 MÉRITO
2.2.1 PRESCRIÇÃO
O reclamante-recorrente não se conforma com a r. decisão que acolheu a prescrição, considerando que ingressou com a reclamação após o prazo prescricional ter expirado. O MM. Juízo *a quo entendeu que a competência da Justiça Laboral para julgar as demandas decorrentes dos direitos do trabalhador avulso já existia muito antes da Emenda Constitucional 45, bastando verificar a regra do art. 7º, XXXIV, da Constituição da República que estabelece a igualdade de direitos entre os trabalhadores com vínculo de emprego e os avulsos.* Argumentou, ainda, O MM. Juízo que o ajuizamento de ação na data de 14 de março de 2003 não teve o condão de interromper a prescrição porque quando ajuizada já havia se consumado a prescrição.

Consta o seguinte nos autos.

O reclamante ajuizou ação 04 de maio de 2007. Alegou que, em 14 de março de 2003, deu entrada na 1ª Vara Cível do Estado do Pará, na ação de cobrança, sob o nº 2003.1.007.446-0, sendo que esta se julgou incompetente para o julgamento da lide, em razão da matéria. Entendeu que interrompeu o prazo prescricional, na forma do art. 177, do Código Civil de 1916, vigente à época.

Disse que foi ex-integrante da categoria dos trabalhadores avulsos, composta de estivadores, arrumadores e movimentadores de cargas, regularmente inscrito no sindicato de classe e cadastrado na Delegacia Regional do Trabalho, conforme declaração em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Relatou que a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, adotou um espécie de indenização para os trabalhadores avulsos que desejassem vender a matrícula, que na prática é uma compensação pela retirada do trabalhador avulso da atividade portuária. Informou que a referida indenização foi instituída no valor de CR$-50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros), padrão monetário da época, cujo direito retroagiu ao mês de junho de 1992. Acrescentou que o Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalhador Portuário Avulso dos Portos Org. de Belém e Vila do Conde - OGMO, cadastrou os interessados na venda da matrícula, sendo que recebeu a ordem de pagamento da indenização a partir do mês de maio de 1996.

Argumentou que, com a mudança no padrão monetário em junho de 1994 para "real", o valor que era em cruzeiros foi convertido para a nova moeda, sendo, porém, que os recorridos não observaram os critérios estabelecidos na lei nº 8.630/93, ou seja, proceder a atualização no período de julho de 1992 a junho de 1994, pelo índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) e, a partir de julho de 1994, a correção deveria ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor série r e, posteriormente pelo INPC (Índice de Preços ao Consumidor).

Requereu, então, o pagamento da diferença da indenização, que lhe foi pago com valores aquém do devido.

Na contestação, às fls. 44/52, o Banco do Brasil S/A, alegou, em resumo, a ocorrência da prescrição, nos termos do art. 7º, XXIX, da Constituição da República.

O Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalhador Portuário Avulso dos Portos Org. de Belém e Vila do Conde - OGMO, às fls. 53/61, disse que o reclamante ajuizou a primeira reclamação no ano de 2005, 08 (oito) anos após o pagamento efetuado pelo Banco do Brasil, dos valores provenientes da indenização a que fazia jus, ocorrendo um lapso temporal daquele que a autorizava a pleitear qualquer diferença em relação aos valores quitados.

No recurso ordinário, às fls. 76/91, o reclamante-recorrente, repisa o argumento de que ingressou com uma ação para reparação do prejuízo sofrido pelo não pagamento integral de sua indenização, na Justiça Comum, que era competente para julgar o feito, quando, em 2004, a Justiça do Trabalho passou a ser competente.

Ressalta que, com o ingresso da ação na Justiça Comum e sua declaração de incompetência, ocorreu a interrupção do prazo prescricional junto a esta justiça especializada, pois somente a partir de julho de 2007 é que se poderia considerar prescrito seu direito.

Entende que por se tratar de matéria regulada no Código Civil, o prazo prescricional é o lá estabelecido, e não o previsto no art. 7º da Constituição da República.

Faz analogia ao prazo prescricional da indenização por danos morais e transcreve entendimento do TST, às fls. 78/91.

Sem razão o reclamante-recorrente.

O trabalhador avulso é conceituado no artigo 9º, VI, do Decreto nº 3.048/1999, que dispõe:

> Trabalhador avulso - aquele que, sindicalizado ou não, presta serviço de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de

mão-de-obra, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ou do sindicato da categoria.

Alice Monteiro de Barros (*in* Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2ª ed., 2006, p. 206), diz que o Decreto nº 616, de 1992, que regulamentou a Lei nº 8.212/91, define *como avulso o estivador, inclusive o trabalhador em estiva de carvão e minério; o trabalhador em alvarenga; o conferente e consetador de carga e descarga; o vigia portuário; o amarrador de embarcação; o trabalhador em serviço de bloco; o trabalhador de capatazia; o ensacador de café, cacau, sal e similares; o trabalhador na indústria de extração de sal; o encarregado de bagagens em portos; o prático de barra em portos; o guindasdeiro.; o classificador, movimentador e o empacotador de mercadoria e guindasdeiro; o classificador, movimentador e o empacotador de mercadoria e outros classificados pelo Ministério do Trabalho. O mesmo Regulamento (decreto nº 612), ao definir o trabalhador avulso, afirma que ele deverá prestar esses serviços a várias empresas, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria.*

Para José Martins Catharino (O novo sistema portuário brasileiro. Rio de Janeiro: Destaque, p. 22), o trabalhador avulso é visto como "aquele que, devidamente habilitado e registrado como tal, pelo órgão gestor de mão-de-obra, trabalha como operador portuário, remunerado por este, mas pago pelo primeiro".

Ensina Maurício Godinho Delgado (Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2ª ed., 203, p. 340/341), que *a Lei nº 8.630/93 revogou inúmeros preceitos relativos ao trabalho em portos e serviços portuários,, abrangendo quer os empregados portuários quer os trabalhadores avulsos (arts. 75 e 76). Ao mesmo tempo, procurou remeter aos instrumentos de negociação coletiva (convenção, acordo ou contrato coletivo de trabalho) a fixação de regras juslaborais de gestão da força de trabalho nesse seguimento (art. 22). Ressalta o referido jurista que a falta desse instrumento de negociação coletiva produzirá a automática incidência do art. 7º, XXXIV, da CF/88, com a aplicação dos direitos trabalhistas assegurados pela legislação heterônoma federal. Ou seja, o preceito magno que, ao surgir, não cumpriu efetivo papel sociojurídico (uma vez que os avulsos já tinham asseguradas todas as vantagens juslaborais, em decorrência da tradicional legislação pré-1988), passou a ter crucial relevância para a categoria avulsa: é que a regra constitucional veio assegurar-lhe, mesmo com a Lei nº 8.630/93, um patamar claro de direitos trabalhistas, independentemente da presença de textos legais expressos nessa direção.*

No presente caso, sendo o autor um trabalhador avulso, não há termo de rescisão do contrato de trabalho. A contagem do prazo prescricional é da data do recebimento da indenização da Lei n. 8.630/03, conforme apontado às fls. 06 e 12, em 30 de julho de 1997 e não impugnado pelos recorridos.

Ressalto, desde logo, que não há prova de que o reclamante ingressou com ação de cobrança, em 14 de março de 2003, junto a 1ª Vara Cível de Belém.

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 7º, XXXIV: *igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.*

O prazo de prescrição das pretensões do trabalhador avulso é de 5 (cinco) anos contados da data da violação do direito, conforme estabelece o art. 7º, XXIX, da Constituição da República. Não se pode adotar prazo diferenciado, pois implicaria clara afronta à norma constitucional que já equiparou esses direitos. O prazo de prescrição é o mesmo. O limite de dois anos previsto no inciso XXIX do artigo 7º da Constituição diz respeito à extinção do contrato de trabalho. Porém, como o trabalhador avulso não tem, especificamente

contrato de trabalho, e, consequentemente, o término da relação de trabalho, a prescrição, *in casu*, é a quinquenal.

O autor apontou a data de 30 de julho de 1997 e juntou comprovante de recebimento da indenização, nesta data, à fl. 12. Tendo apenas ajuizado ação em 04 de maio de 2007, quase 10 (dez) anos após o recebimento da indenização prevista na Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, prescrito seu direito de requerer a diferença do valor da indenização.

Compartilho, dessa forma, com o entendimento do MM. Juízo *a quo* a respeito da questão.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso.

Nada a prover.

Ante o exposto, conheço do recurso; no mérito, nego-lhe provimento para manter a r. decisão em todos os seus termos, inclusive quanto às custas processuais, conforme fundamentos.

3. CONCLUSÃO

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO; NO MÉRITO, POR UNANIMIDADE, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA MANTER A R. DECISÃO EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS, CONFORME FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 24 de setembro de 2007. (Publicado no DOJT8 em 28/9/2007). ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR - Juíza Relatora.

****

I- VÍNCULO EMPREGATÍCIO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. ÔNUS DA PROVA. II- SUCESSÃO DE EMPRESAS. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA OJ N. 225 DA SBDI-1 DO C. TST.

ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00296-2006-014-08-00-1
RELATORA: Desembargadora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

RECORRENTES: **MARCOS MARCELINO E CIA. LTDA.**
Dr. Alexandre Mena Cavalcante

KARLA ÉRIKA POTIGUAR FREITAS
Dr. Orlando Antônio Fonseca

RECORRIDOS: **XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.**
Dr. João Malcher Fonseca Martins

MARCOS MARCELINO E CIA. LTDA.
Dr. Alexandre Mena Cavalcante

KARLA ÉRIKA POTIGUAR FREITAS
Dr. Orlando Antônio Fonseca

I- VÍNCULO EMPREGATÍCIO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. ÔNUS DA PROVA. É da reclamante o ônus da prova do fato constitutivo de seu direito, nos termos dos arts. 818 da CLT e 333, inc. I, do CPC, mas se a reclamada expender alegação substitutiva, caber-lhe-á o ônus de provar sua veracidade, do qual não se desincumbiu. Recurso provido. II- SUCESSÃO DE EMPRESAS. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA OJ N. 225 DA SBDI-1 DO C. TST. Provada a existência de sucessão, assemelhada à sucessão *pro tempore* em contratos de concessão de serviço público, que originou a OJ n. 225 da SBDI-1 do C. TST, há que se reconhecer a responsabilidade direta da sucessora e subsidiária, da sucedida, pelos débitos oriundos do contrato de trabalho.

1. RELATÓRIO
OMISSIS.

2. FUNDAMENTOS
2.1 CONHECIMENTO

Conheço do recurso da reclamante porque é adequado, tempestivo (fl. 483) e se encontra subscrito por advogado habilitado (fl. 14), tendo-lhe sido concedida isenção do pagamento das custas processuais (fl. 478).

Conheço do recurso da segunda reclamada, empresa Marcos Marcelino e Cia. Ltda., eis que adequado, tempestivo e subscrito por advogado habilitado (fl. 464), não lhe tendo sido cominadas custas processuais.

Conheço, ainda, das contra-razões da primeira reclamada aos recursos da reclamante e da segunda reclamada, porque são tempestivas (fls. 533, 551, 571 e 580) e se encontram subscritas por advogado habilitado (fl. 153, 154 e 468), assim como das contra-razões da segunda reclamada, vez que tempestivas (fl. 501) e subscritas por advogado habilitado (fl. 464).

2.2 QUESTÃO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM (RECURSO DA SEGUNDA RECLAMADA)

Insurge-se a segunda reclamada contra a decisão no ponto em que não reconheceu a sua ilegitimidade passiva *ad causam* para figurar no pólo passivo da ação.

Vejamos.

A reclamante informou que, de 1º de junho de 1998 a 27 de fevereiro de 2004, teria trabalhado para a reclamada Xerox Comércio e Indústria Ltda., na prestação de serviços de venda dos equipamentos por ela fabricados.

A primeira reclamada, ao argumento de que a relação mantida com a reclamante teria se exaurido em 30 de abril de 2002, ocasião em que teria encerrado suas atividades nesta capital, tendo, inclusive, rescindido o contrato de representação mantido com a reclamante (fl. 48), requereu o chamamento ao processo da empresa Marcos Marcelino e Cia. Ltda., conforme se verifica à fl. 173.

Alega que, na realidade, teria contratado os serviços de outra empresa - a Marcos Marcelino e Cia. Ltda. - a qual, por seu turno, teria contratado, por sua conta e risco, os serviços da empresa da reclamante, não mantendo nenhuma relação contratual com a reclamante nessa nova fase de prestação dos serviços.

A segunda reclamada, na contestação à fl. 408, suscitou a sua ilegitimidade passiva *ad causam*, tendo em vista desconhecer completamente a relação laboral ou comercial existente entre a Xerox e a reclamante, bem como argumentando que a

prestação jurisdicional pleiteada pela autora estaria totalmente voltada contra a Xerox Comércio e Indústria Ltda., tanto que não fora mencionada pela reclamante, na exordial.

Outrossim, aduziu a incompatibilidade do instituto do chamamento ao processo com o processo do trabalho e que, *ad argumentandum*, não seria cabível a sua aplicação na hipótese em análise, eis que não há o seu enquadramento nas situações previstas no artigo 77 do CPC.

O chamamento ao processo é uma das formas de intervenção de terceiros em que o devedor, acionado, inclui no pólo passivo da demanda o devedor principal ou os co-responsáveis.

Diante da narração acima delineada, quando existem dúvidas que só poderão ser dirimidas com o exame do mérito - como é o caso de verificar se houve, ou não, sucessão de empregadores - e considerando que as condições da ação devem ser aferidas de plano, *in statu assertionis*, é de se manter a recorrente no pólo passivo da demanda, deixando para analisar a existência ou a inexistência de responsabilidade somente quando do exame de mérito.

Rejeito a preliminar.

2.3 QUESTÃO PREJUDICIAL DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE A RECLAMANTE E A XEROX (RECURSO DA RECLAMANTE)

Insurge-se a reclamante contra a r. sentença que não reconheceu a existência de vínculo empregatício entre as partes e julgou totalmente improcedente a reclamação.

Vejamos.

Na inaugural (fls. 02 a 13), a reclamante alegou que trabalhou para a primeira reclamada (Xerox) no período de 1º de junho de 1998 a 27 de fevereiro de 2004, prestando serviços de venda de equipamentos por ela fabricados, não tendo sido anotada a sua CTPS, e que, para dissimular a relação empregatícia, fora firmado contrato de representação comercial, através de pessoa jurídica por ela constituída no mês da contratação, requerendo, portanto, o reconhecimento do vínculo empregatício e as verbas daí decorrentes.

Em contestação, a primeira reclamada informou que a relação mantida com a reclamante era de natureza eminentemente civil, e não trabalhista, e que teria decorrido de iniciativa da própria reclamante, que teria se interessado pela realização do contrato com ela, constituindo empresa para essa finalidade, em tudo sendo observada a Lei nº 4.886/65, ou seja, dentro dos limites de legalidade.

Salienta a validade do contrato de representação firmado e diz que, o fato de a empresa só admitir representantes comerciais através de empresas legalmente constituídas, não encontra óbice na legislação pertinente, estando a opção ligada ao direito de escolha e ao seu poder diretivo.

Informa que a referida relação ter-se-ia exaurido em 30 de abril de 2002, ocasião em que encerrara suas atividades nesta capital, tendo, inclusive, rescindido o contrato de representação mantido com a reclamante (fl. 48).

Discorre sobre as diferenças e semelhanças existentes entre o contrato de representação comercial e o contrato de trabalho, bem como sobre as diferentes atribuições dos seus empregados (representantes de marketing) e as dos representantes comerciais (fl. 179), onde afirma que estes últimos não estão subordinados às ordens de superiores hierárquicos, existindo, apenas, direção e fiscalização.

A segunda reclamada, na contestação, alegou que, dada a natureza das atividades realizadas pela autora, a relação não poderia ser caracterizada como de emprego, uma vez não configurados os seus requisitos fáticos-jurídicos previstos no artigo 3º da CLT.

Inicialmente, há de se ressaltar que, no que tange à questão da distribuição processual do encargo probatório, não há qualquer dúvida quanto ao fato de que, na forma do disposto nos artigos 818 da CLT e 333, inciso I, do CPC, é da reclamante o ônus da prova de fato constitutivo de direito seu, assim considerado o fato capaz de produzir o direito pleiteado em Juízo, no caso, a relação empregatícia.

No entanto, *in casu*, ao confirmar a prestação de serviços pela autora, porém a outro título, ou seja, como representante comercial autônoma, a primeira reclamada atraiu para si o ônus da prova do fato modificativo, de tal sorte que teria que ter comprovado a inexistência do vínculo, razão pela qual passo a verificar se deste ônus se desincumbiu, ressaltando que, ainda que a reclamante tenha sido declarada confessa quanto a matéria de fato, a confissão ficta gera, apenas, presunção *juristantum,* não tendo o condão de atrair para a autora o ônus da prova que, como já se disse, era da reclamada.

Passo, assim, a examinar as provas produzidas pelas partes, iniciando pelo depoimento do preposto da primeira reclamada:

> "que em abril/2002 o contrato de representação comercial que a reclamante mantinha com a reclamada foi formalmente rescindido através de um termo de distrato; QUE a reclamante tinha como previsão contratual metas a serem cumpridas; QUE a reclamante tinha um território de atuação; QUE a ela cabia definir por onde começar, quantos clientes visitar etc.; QUE esse território foi estabelecido no contrato com a XEROX; QUE a reclamante recebia por comissão de vendas e ainda uma espécie de prêmio; QUE esse prêmio era no valor de R$-300,00 de acordo com o alcance das metas; QUE a partir de abril/2002, a XEROX não teve mais nenhuma atividade de venda e de comercialização de seu produtos, pois a exclusividade foi adquirida pela litisconsorte para venda e manutenção, inclusive para os contratos de locação; QUE o objeto do contrato de representação comercial firmado com a empresa da reclamante limitava-se a venda de materiais e suprimentos, não incluía venda de máquinas, locação ou mesmo manutenção dos contratos de locação e marketing; (...) QUE a depoente não sabe informar se houve continuidade dessas atividades da reclamante após o distrato com a XEROX; QUE não havia freqüência pré-determinada para a reclamante comparecer a sede da reclamada; QUE o comparecimento da reclamante na sede da reclamada dava-se por conta apresentação de notas fiscais, relatórios solicitados ou algum treinamento ou reunião; QUE a depoente não sabe informar se a empresa da reclamante tinha empregados seu atuando na execução do contrato; QUE a depoente não sabe informar se nesse período do contrato com a XEROX a empresa da reclamante negociava produtos de outras empresas, mas ouviu dizer que sim; QUE a reclamante tinha que prestar contas de sua atividade à XEROX, e essa prestação era feita perante o gerente da XEROX que coordenava o contrato; QUE a reclamada XEROX tinha nessa época vendedores em Belém contratados como representantes de marketing; QUE a depoente desconhece se a reclamante fazia cobranças de faturas em favor da reclamada" (*sic,* fls. 466 e 467)" (grifei).

Já o preposto da segunda reclamada, afirmou:

> "(...) QUE o depoente trabalha na litisconsorte desde março/

2003; QUE houve um contrato de representação comercial firmado entre a litisconsorte e a empresa da reclamante a partir de maio/2002; QUE o objeto desse contrato foi a venda suprimentos da XEROX, mas mais tarde houve também a venda de suprimento de outras empresas; QUE não havia cotas de metas a serem atingidas pela reclamante; QUE a carteira de clientes na maioria era da própria reclamante e alguns indicados pela litisconsorte; QUE a reclamante não tinha a obrigação de comparecimento na sede da empresa; QUE a reclamante tinha a liberdade de atuação, não tendo nenhuma ingerência da litisconsorte na forma e método de execução das vendas que a reclamante realizava; QUE a ruptura do contrato deu-se em 27.02.2004, tendo a reclamante sido pré-avisada dessa ruptura; QUE o depoente não sabe informar se a execução dos serviços eram feitos pessoalmente pela reclamante, até porque não tinha nenhuma ingerência nesse particular; (...) QUE o depoente não sabe informar se houve alguma interrupção na execução do serviço pela reclamante entre o momento em que houve a encerramento do contrato com a XEROX e a assinatura do contrato com a litisconsorte" (*sic*, fls. 467 e 468).

A primeira testemunha arrolada pela segunda reclamada afirmou:

"QUE o depoente não é funcionário da litisconsorte; QUE é representante comercial devidamente cadastrado no conselho; QUE tem contrato de representação comercial com a litisconsorte, contrato este que tem vigência de 02.01.2006; QUE antes dessa data o depoente já era representante comercial; QUE o objeto desse contrato é a representação de copiadoras e afins, tanto da marca XEROX quanto de outras; QUE o depoente chegou a conhecer a reclamante; QUE a reclamante também como depoente era representante comercial, mas a reclamante não trabalhava com copiadora, mas com material de consumo; QUE o depoente desconhece se havia alguma interferência da litisconsorte na forma e nos métodos de atuação da reclamante; QUE não há essa interferência na atividade prestada pelo depoente; (...) QUE é o depoente quem arca com os custos operacionais da sua empresa; QUE o depoente possui contador contratado para esse tipo de serviço, tem sede própria etc.; QUE o depoente tem liberdade para contratar quem ele quiser para lhe prestar serviço" (*sic,* fl. 468).

A análise dos depoimentos permite que se chegue às seguintes conclusões:

1ª) no depoimento, o preposto da primeira reclamada esclareceu que a reclamante tinha metas a cumprir e que ela supervisionava as vendas, o que já demonstra que a relação mantida entre elas não era de representação comercial autônoma;

2ª) o preposto da segunda reclamada confirmou a alegação da reclamante de que trabalhava com a XEROX até março de 2003, tendo passado, a partir de então, a prestar os mesmos serviços, mas através da MARCOS MARCELINO, que representava os produtos da primeira reclamada em Belém, o que prova que havia o trabalho em prol das duas reclamadas;

3ª) a testemunha da segunda reclamada, apesar de dizer que só começou a prestar serviços de representação comercial em janeiro de 2006, disse que sabia que a autora também trabalhara como representante comercial para a segunda reclamada, apesar de a reclamante ter sido demitida em fevereiro de 2004, ou

seja, quase 2 (dois) anos antes de sua contratação. Por outro lado, a testemunha disse desconhecer se havia alguma interferência da litisconsorte na forma e nos métodos de atuação da reclamante, o que demonstra que a reclamada não se desincumbiu do ônus de provar a inexistência de relação de emprego.

Aliás, é bastante esclarecedor o trecho da contestação, que se encontra às fls. 178 e 179, no qual a XEROX estabelece diferença entre seus representantes de *marketing*, como chama os vendedores, e os representantes comerciais, a saber:

> "Os empregados/representantes de marketing funcionam como consultores de vendas, ou seja, captam a necessidade da empresa e adequam os melhores produtos ao cliente, visando a sua plena satisfação, devido ao capital que gira em torno destas negociações, que são bastante complexas e envolvem os maiores clientes da empresa, como o Governo Federal, Estadual e Municipal, bem como autarquias e paraestatais. (...)
>
> Os Representantes Comerciais, por sua vez, não dispõem de poderes e treinamento para realizar operações de tamanha responsabilidade e complexidade para negociar com clientes de grande porte, limitando-se a negociações com clientes comuns, abrangendo a venda de produtos mais simples, o que demanda menor preparação. Fazem a chamada "venda de porta em porta" em seu território de atuação. Além disso, não estão subordinados às ordens de superiores, existindo apenas direção e fiscalização."

Percebe-se, claramente, que a única diferença que existiria entre os vendedores/empregados e os representantes comerciais seria a negociação com clientes de grande porte e de pequeno porte, sendo certo que a empresa admitiu que dirigia os serviços e os fiscalizava, o que, ao contrário do que pretende fazer crer, demonstra que a reclamante lhe era subordinada.

A prova documental também conduz a essa conclusão, se não, vejamos:

1º) restou provado que a reclamante ingressou como sócia da empresa "MELO & POTIGUAR LTDA. ME, em 18 de maio de 1998 (fls. 29 e 30), bem como que referida empresa havia sido constituída em 02.12.91, por parentes dela, com o seguinte objeto social: comércio de confecções, comércio de sapataria, comércio de bijouterias e de outras variedades concernentes a uma boutique (fls. 25 e 26);

2º) a reclamada "contratou" a reclamante como representante comercial em 01.06.98, ou seja, logo após ela ter ingressado na sociedade (fl. 42), sendo de destacar que o objeto social só foi modificado para "COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSUMO DOS EQUIPAMENTOS: IMPRESSORA, FAX E COPIADORA E REPRESENTAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DOS EQUIPAMENTOS: IMPRESSORA, FAX E COPIADORA." (fl. 33) em 22.02.01, consoante se verifica no selo da JUCEPA, ou seja, quase 2 (dois) anos após a contratação da reclamante;

3º) os *e-mails* de fls. 61 a 63, um deles datado de maio de 2002, quando a reclamante já não seria mais vinculada à XEROX, comprova que a reclamante precisava de autorização da empresa para a aprovação de preços;

4º) o registro da reclamante no CORE é datado de 15 de setembro de 1998, ou seja, é posterior à sua contratação pela XEROX, que se deu em 18 de maio de 1998;

5º) o contrato firmado entre a reclamante e a XEROX deixa claro que havia quotas de vendas (Cláusula Quarta, fl. 38), determinação de visitas a clientes indicados pela reclamada (Cláusula Quinta, fl. 38), ajuda de custo fixa no importe de R$300,00

(Cláusula Sétima, parágrafo sétimo, fl. 39) e variável (Cláusula Sétima, parágrafo oitavo, fl. 40), todas incompatíveis com um verdadeiro contrato de representação comercial, a demonstrar que havia, na verdade, vínculo de emprego entre as partes.

Cite-se, no mesmo sentido, decisões desta E. 1ª Turma e da E. 3ª Turma, nas quais foi enfrentada matéria idêntica, encontrando-se a XEROX no pólo passivo, a saber:

> "VÍNCULO DE EMPREGO. VENDEDOR. É empregado vendedor e não representante comercial quem, habitualmente, faz vendas para empresa que impõe metas e supervisiona as vendas."[1]
>
> "CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL - FRAUDE À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA - RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO - Constatado que a empresa não possui empregados para o exercício de atividade-fim, valendo-se da atuação de falsos 'representantes comerciais', nitidamente subordinados, do ponto de vista jurídico, ao supervisor de vendas da reclamada, além do reconhecimento da relação de emprego, impõe-se que seja determinada a remessa de peças ao Ministério Público do Trabalho, a fim de que atue no sentido de coibir a fraude à legislação trabalhista."[2]
>
> "REPRESENTANTE COMERCIAL. AUSÊNCIA DE AUTONOMIA. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO. O reclamante não podia vender para clientes de grande porte, nem celebrar contratos com os clientes da reclamada; estava sujeito ao cumprimento de metas, que eram acompanhadas por um supervisor da reclamada; sua área de atuação podia ser modificada a qualquer tempo pela empresa; prestava serviços com pessoalidade, havendo inclusive uma divisão em equipes dos representantes comerciais, estando ainda evidente que a firma de representação comercial foi constituída pelo autor por exigência da reclamada para fins de realizar a pactuação de contrato de prestação de serviços, de natureza civil, em nítida fraude aos direitos trabalhistas. Diante desse quadro, chega-se à conclusão de que o reclamante não atuava com autonomia, e sim com subordinação, devendo-se reconhecer a existência do vínculo de emprego."[3]

Por assim ser, estando presentes todos os requisitos previstos no artigo 3º da CLT, e constatado que o contrato de representação comercial visou, apenas, burlar a legislação trabalhista, sendo, por isso nulo de pleno direito (art. 9º da CLT), dou provimento ao recurso da reclamante para reconhecer a existência de vínculo de emprego entre ela e a XEROX, no período de 1º de junho de 1998 a 30 de abril de 2002, na função de vendedora, período em relação ao qual a primeira reclamada é a única responsável pelo pagamento das verbas trabalhistas que venham a ser deferidas à reclamante, bem como quanto aos recolhimentos fiscais

---

[1] Acórdão TRT 3ª T./RO 1398-2002-003-08-00-7, Rel. Des. José Maria Quadros de Alencar, j. 17.03.04.

[2] Acórdão TRT 1ª T./RO 00876-2002-006-08-00-0, Rel. Des. Mário Leite Soares, j. 23.03.04.

[3] Acórdão TRT 1ª T/RO 01656-2003-011-08-00-9, Rel. Des. Marcus Augusto Losada Maia, j. 24.08.04.

e previdenciários, determinando-se a baixa dos autos ao MM. Juízo *a quo* para que decida as demais questões, como entender de direito.

2.3 DA RESPONSABILIDADE DA SEGUNDA RECLAMADA (RECURSO DA MARCOS MARCELINO E CIA. LTDA)

Esclareceu a reclamante, na inicial, que a XEROX, ao encerrar suas atividades em Belém, transferiu todo o pessoal de vendas à sua representante exclusiva nesta capital, a empresa MARCOS MARCELINO & CIA. LTDA.

Constata-se, efetivamente, que a reclamante era vendedora da XEROX que, ao final de abril de 2002, fechou sua filial em Belém e contratou, como representante exclusiva, a segunda reclamada, tendo-lhe repassado seus vendedores, inclusive a reclamante, que continuou a prestar os mesmos serviços através de um novo contrato de representação, assinado em 02.05.2002, ou seja, no dia seguinte ao "término" de seu contrato de trabalho com a primeira reclamada.

A ora recorrente foi chamada à lide, como responsável solidária, pela primeira reclamada, sendo que pretende, por meio do presente recurso adesivo, ser excluída da lide, aduzindo que não formaria grupo econômico com a XEROX.

De fato, não se pode falar em existência de grupo econômico de fato, pela existência de mesmos sócios e participações recíprocas. Todavia, há sucessão, assemelhada à sucessão *pro tempore* em contratos de concessão de serviço público, que originou a OJ n. 225 da SBDI-1 do C. TST, *in verbis*:

> "Contrato de concessão de serviço público. Responsabilidade trabalhista. Celebrado contrato de concessão de serviço público em que uma empresa (primeira concessionária) outorga a outra (segunda concessionária), no todo ou em parte, mediante arrendamento ou qualquer outra forma contratual, a título transitório, bens de sua propriedade:
>
> I- em caso de rescisão do contrato de trabalho após a entrada em vigor da concessão, a segunda concessionária, na condição de sucessora, responde pelos direitos decorrentes do contrato de trabalho, sem prejuízo de responsabilidade subsidiária da primeira concessionária pelos débitos trabalhistas contraídos até a concessão;
>
> II- no tocante ao contrato de trabalho extinto antes da vigência da concessão, a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores será exclusivamente da antecessora".

In casu, já restou fixada a responsabilidade exclusiva da XEROX pelo contrato no período de 1º de junho de 1998 a 30 de abril de 2002, sendo a MARCOS MARCELINO considerada como sucessora, responsável direta e empregadora da reclamante no período de 01. 05.2002 a 27.02.2004, data em que se rompeu o vínculo, o que deve ser anotado em sua CTPS, com o conseqüente recolhimento das contribuições previdenciárias, deixando-se claro, todavia, que, em relação a este segundo período, a XEROX é responsável subsidiária por todos os débitos trabalhistas que vierem a ser reconhecidos à reclamante, devendo os autos baixarem ao MM. Juízo *a quo* para que decida as demais questões, como entender de direito.

2.4 DA REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Diante da constatação de que as reclamadas não observaram a legislação trabalhista, determino a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, para as providências que entender cabíveis.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso da reclamante e do recurso adesivo da segunda reclamada, rejeito a questão preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* suscitada por esta e, no mérito, dou provimento ao recurso da reclamante, para reconhecer a existência de vínculo de emprego entre ela e a XEROX, com responsabilidade exclusiva desta, no período de 1º de junho de 1998 a 30 de abril de 2002, e considerar, como sucessora, a reclamada MARCOS MARCELINO & CIA. LTDA., como responsável direta e empregadora da reclamante no período de 01. 05.2002 a 27.02.2004, data em que se rompeu o vínculo, o que deve ser anotado em sua CTPS, com o conseqüente recolhimento das contribuições previdenciárias pela XEROX, no primeiro período, e pela MARCOS MARCELINO, no segundo, deixando-se claro, todavia, que, em relação a este segundo período, a MARCOS MARCELINO é a devedora principal e a XEROX, a responsável subsidiária, por todos os débitos trabalhistas que vierem a ser reconhecidos à reclamante. Determino a baixa dos autos ao MM. Juízo *a quo* para que decida as demais questões, como entender de direito. Custas, ao final. Por fim, determino a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho para as providências que entender cabíveis, tudo conforme os fundamentos.

3. CONCLUSÃO
POSTO ISTO,

ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO DA RECLAMANTE E DO RECURSO ADESIVO DA SEGUNDA RECLAMADA, PARA REJEITAR A QUESTÃO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* SUSCITADA POR ESTA, À FALTA DE AMPARO LEGAL E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMANTE, PARA RECONHECER A EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE EMPREGO ENTRE ELA E A XEROX, COM RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DESTA, NO PERÍODO DE 1º DE JUNHO DE 1998 A 30 DE ABRIL DE 2002, E CONSIDERAR, COMO SUCESSORA, A RECLAMADA MARCOS MARCELINO & CIA. LTDA., E EMPREGADORA DA RECLAMANTE NO PERÍODO DE 01. 05.2002 A 27.02.2004, DATA EM QUE SE ROMPEU O VÍNCULO, O QUE DEVE SER ANOTADO EM SUA CTPS, COM O CONSEQÜENTE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PELA XEROX, NO PRIMEIRO PERÍODO, E PELA MARCOS MARCELINO, NO SEGUNDO, DEIXANDO-SE CLARO, TODAVIA, QUE, EM RELAÇÃO A ESTE SEGUNDO PERÍODO, A MARCOS MARCELINO É A DEVEDORA PRINCIPAL E A XEROX, RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIA, POR TODOS OS DÉBITOS TRABALHISTAS QUE VIEREM A SER RECONHECIDOS À RECLAMANTE. FOI DETERMINADA A BAIXA DOS AUTOS AO MM. JUÍZO *A QUO* PARA QUE DECIDA AS DEMAIS QUESTÕES, COMO ENTENDER DE DIREITO. CUSTAS, AO FINAL. POR FIM, FOI DETERMINADA A REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA AS PROVIDÊNCIAS QUE ENTENDER CABÍVEIS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Sala de Sessões da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 03 de julho de 2007. (Publicado no DOJT8 em 13/7/2007). SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY - Desembargadora Relatora.

EMENTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

A

ABONO SALARIAL - DEVOLUÇÃO - JUROS - Reconhecido ser indevido o abono salarial conferido aos agravados por força de tutela antecipatória, sob decisão do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, faz-se mister a devolução dos valores pagos, todavia, não acrescidos de juros. (ACÓRDÃO 4ª T./AP 00706-2003-006-08-00-7; origem: 6ª VT de Belém; julgado em 18/9/2007; publicado no DOJT8 em 20/9/2007; Relatora: Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PEDIDO DE VEDAÇÃO DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. O direito de acesso ao Poder Judiciário é direito constitucional de todo cidadão, que não pode ser cerceado sob qualquer pretexto, nem pela lei, tampouco pelo próprio Poder Judiciário, por via de Ação Civil Pública. Mais excêntrica se revela a pretensão quando formulada por um Órgão (Ministério Público), cuja função precípua é a defesa da Ordem Jurídica, onde se insere o direito que se quer ver afastado. *Recurso improvido.* (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00651-2006-002-08-00-2; origem: 2ª VT de Belém; julgado em 22/8/2007; publicado no DOJT8 em 29/8/2007; Relatora: Desembargadora Graziela Leite Colares)

AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS - ADVOGADO CONTRATADO PELO SINDICATO PARA DEFENDER INTERESSES DE SEUS ASSOCIADOS PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL - LEGITIMIDADE ATIVA. O advogado possui legitimidade ativa para propor reclamação trabalhista com o objetivo de cobrar honorários profissionais não pagos, ainda que na qualidade de advogado do sindicato profissional, que atuou como substituto processual, em ação que tramitou na Justiça Federal e não na Justiça do Trabalho, portanto absolutamente inaplicável as regras da lei nº 5584/70. (ACÓRDÃO TRT/1ª T/RO 00939-2006-011-08-00-8; origem: 11ª VT de Belém; julgado em 7/8/2007; publicado no DOJT8 em 24/8/2007; Relator: Desembargador Marcus Augusto Losada Maia)

AÇÃO RESCISÓRIA. CONFIGURADA VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI - Evidenciado, pelas provas dos autos, o conhecimento da ré, quanto ao real endereço da autora, diverso daquele que indicou na reclamação trabalhista, dando ensejo à revelia, resta patente a violação ao art. 841, da CLT, impondo a procedência da ação rescisória. Afinal, o aludido prevê a necessidade de citação inicial válida para regular processamento do feito, o que impõe a nulidade de todos os atos processuais, à exceção da petição inicial. (ACÓRDÃO TRT/ SE I/ AR 00077-2007-000-08-00-0; julgado em 12/7/2007; publicado no DOJT8 em 16/7/2007; Relatora: Desembargadora Odete de Almeida Alves)

AÇÃO RESCISÓRIA. ILEGALIDADE. A violação literal de lei a que alude o disposto no artigo 485, V, do CPC não se configura quando a decisão rescindenda estiver baseada em interpretação de lei controvertida à época nos Tribunais, ensejando a aplicação da Súmula nº 343 do Supremo Tribunal Federal e Enunciado nº 83 do Tribunal Superior do Trabalho. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal orienta que a existência de decisões posteriores, mesmo oriundas do próprio STF, não dá ensejo à hipótese de rescindibilidade, permanecendo válida a Súmula 343, acima

citada. (ACÓRDÃO TRT 8ª/SE-I/AR 00199-2007-000-08-00-7; julgado em 9/8/2007; publicado no DOJT8 em 13/8/2007; Relator: Desembargador Luiz Albano Mendonça de Lima)

ACORDO COLETIVO - TRANSAÇÃO ACERCA DE PROMOÇÕES PREVISTAS EM PCS - POSSIBILIDADE. Perfeitamente possível transacionar-se acerca de promoções previstas no PCS da empresa, por acordo coletivo, eis que se trata de direito atinente à esfera patrimonial privada do empregado, sobre o qual, portanto, pode dispor, notadamente quando representado por seu sindicato de classe. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00011-2007-007-08-00-5; origem: 7ª VT de Belém; julgado em 28/8/2007; publicado no DOJT8 em 31/8/2007; Relator: Desembargador Mário Leite Soares)

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. LEI ENTRE AS PARTES. ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO. O acordo coletivo de trabalho, ajuste entre o sindicato dos trabalhadores e uma ou mais empresas estipulando novas condições de trabalho, torna-se lei entre as partes convenentes, devendo ser cumpridas as suas cláusulas. No presente caso, a Cláusula 37ª do Acordo Coletivo/2006 celebrado entre o agravante e a agravada com vigência a partir de 01/05/2006, autorizou à empresa adequar seu PCS à jornada de seis horas diárias e trinta e seis horas semanais, sendo que as diferenças de horas extras porventura devidas, ficaram limitadas a 30/04/2006. Assim sendo, é improcedente a pretensão do agravante, de que as horas extras vincendas sejam calculadas até 29/12/2006. Agravo de petição a que se nega provimento. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./AP 01088-2005-003-08-00-5; origem: 3ª VT de Belém; julgado em 18/9/2007; publicado no DOJT8 em 20/9/2007; Relatora: Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida)

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. NULIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. Nos termos do disposto no inciso II do art. 8º, da Constituição Federal/88, a base territorial de atuação de um sindicato, é definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de atuação de um Município. *In casu*, o STICPOEB excedeu a sua esfera de atuação, uma vez que a sua base territorial se limita ao município de Belém, não podendo estender a sua atuação ao Estado do Pará. Portanto, o acordo de fls. 05/12, só pode abranger os empregados que executam as suas atividades no município de Belém, não podendo valer as suas cláusulas para todo o Estado do Pará. É nula assim, apenas a Cláusula Primeira que trata da Representação Sindical dos trabalhadores da RELACOM no Estado do Pará. Acolhe-se parcialmente o pedido do autor. (ACÓRDÃO TRT SE-II/AA 00362-2006-000-08-00-0; julgado em 20/9/2007; publicado no DOJT8 em 28/9/2007; Relatora: Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida)

ADOÇÃO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DIVERSA DA ATIVIDADE-FIM EXERCIDA PELA EMPRESA. INAPLICABILIDADE. A empresa deverá adotar como entidade sindical aquela que seja compatível com o seu objeto de atuação empresarial. (ACÓRDÃO TRT 1ª T. RO 00710-2005-206-08-00-3; origem: 3ª VT de Macapá; julgado em 18/9/2007; publicado no DOJT8 em 28/9/2007; Relator: Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 518, §1º, DO CPC. Não se aplica aos recursos trabalhistas o novo pressuposto de conhecimento recursal previsto no §1º, do art.

518, do Código de Processo Civil, tendo em vista a previsão de regra específica em matéria recursal na legislação obreira. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./AI 00301-2007-010-08-01-4; origem: 10ª VT de Belém; julgado em 10/7/2007; publicado no DOJT8 em 12/7/2007; Relatora: Desembargadora Vanja Costa de Mendonça)

AGRAVO DE PETIÇÃO - ARREMATAÇÃO - NULIDADE - Uma vez expedida a carta e realizada a transcrição imobiliária, é defeso ao Juiz desfazer a arrematação nos autos da execução, pois a providência depende de ação própria, como leciona unanimemente a doutrina e orienta a jurisprudência. (ACÓRDÃO TRT/4ªT/ AP 00193-2001-111-08-00-6; origem: 1ª VT de Ananindeua; julgado em 3/8/2007; publicado no DOJT8 em 8/8/2007; Relator: Desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho)

AGRAVO DE PETIÇÃO - CONCILIAÇÃO - DEPÓSITOS DO FGTS - INEXISTÊNCIA. Se as partes celebraram acordo no qual ficou acertado o levantamento do que estivesse depositado a título de FGTS e constatada a inexistência de depósitos, deve a Reclamada arcar com o pagamento do que for apurado pelo Setor competente do Juízo. Ainda mais no presente caso, em que a Reclamada tinha pleno conhecimento de que nada havia depositado a esse título e mesmo assim concordou com o levantamento. (ACÓRDÃO TRT 2ª T./AP 00966-2004-004-08-00-0; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 16/5/2007; publicado no DOJT8 em 21/5/2007; Relator: Desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos)

AGRAVO DE PETIÇÃO - IMPUGNAÇÃO AO CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - PRECLUSÃO - RECONHECIMENTO. Caso a sentença de conhecimento seja proferida de forma líquida, inclusive quanto ao cálculo da contribuição previdenciária, deve a parte inconformada impugná-lo através do recurso ordinário, de modo que se assim não proceder não pode, em sede de embargos à execução, fazê-lo, posto que operada a preclusão. (ACÓRDÃO TRT/1ª T/AP 00858-2005-015-08-00-2; origem: 15ª VT de Belém; julgado em 3/7/2007; publicado no DOJT8 em 17/8/2007; Relator: Desembargador Marcus Augusto Losada Maia)

AGRAVO DE PETIÇÃO - NÃO CONHECIMENTO - É manifestamente inadmissível agravo de petição contra sentença proferida no processo de conhecimento, a teor do disposto no art. 897, "a", da CLT. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 0456-2007-015-08-00-0; origem: 15ª VT de Belém; julgado em 17/9/2007; publicado no DOJT8 em 19/9/2007; Relator: Desembargador Walmir Oliveira da Costa)

AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE REQUISITOS DA LIMINAR. INDEFERIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. Deve ser mantida a decisão que indeferiu a concessão de medida liminar, quando ausentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora.* (ACÓRDÃO TRT SEII /AREG/MS 00304-2007-000-08-00-8; julgado em 28/6/2007; publicado no DOJT8 em 2/7/2007; Relator: Juiz Convocado Walter Roberto Paro)

APLICAÇÃO DA NORMA COLETIVA NO PERÍODO DE VIGÊNCIA - INEXISTÊNCIA DE ULTRA-ATIVIDADE. Há ultra-atividade da cláusula normativa quando se concede à norma coletiva o efeito de ultrapassar o prazo de sua vigência, o que não se confunde, por óbvio, com a simples aplicação da norma convencional sobre os fatos ocorridos durante a sua vigência. (ACÓRDÃO TRT 1ªT./RO 00806-2006-013-08-00-4; origem: 13ª VT de Belém; julgado em 8/5/2007; publicado no DOJT8 em 11/5/2007; Relator: Desembargador Mário Leite Soares)

ARREMATAÇÃO - TRIBUTOS ANTERIORES - RESPONSABILIDADE DO EXECUTADO - A responsabilidade pelos tributos anteriores à imissão na posse é do antigo proprietário, eis que a arrematação equivale a título de aquisição originária, com expropriação estatal de bem do executado e sua transferência ao patrimônio do arrematante. (ACÓRDÃO TRT 4ªT./ AP 01245-1994-001-08-00-6; origem: 1ª VT de Belém; julgado em 17/7/2007; publicado no DOJT8 em 20/7/2007; Relator: Desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho)

B

BEM DE FAMÍLIA. Lei nº 8.009/90. É impenhorável o imóvel destinado à residência do executado e sua família. Não há requisitos cartoriais para a constatação da proteção legal à família do empregador mal sucedido nos negócios. (ACÓRDÃO TRT 8ª/2ª T/AP 0412-2007-004-08-00-6; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 5/9/2007; publicado no DOJT8 em 10/9/2007; Relator: Desembargador Luiz Albano Mendonça de Lima)

C

CÁLCULOS. PRIVILÉGIOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS - Não tendo a condenação que provocou a fixação da responsabilidade do órgão público, no processo, derivado de situação personalíssima, destacando-se sua natureza subsidiária, os favores e privilégios da lei que a beneficiariam nessa hipótese, não se estendem à principal responsável pela dívida, pessoa jurídica de natureza privada. (ACÓRDÃO TRT/ 2ª T/ AP 01240-2003-005-08-00-0; origem: 5ª VT de Belém; julgado em 11/7/2007; publicado no DOJT8 em 13/7/2007; Relatora: Desembargadora Odete de Almeida Alves)

CITAÇÃO INICIAL. NULIDADE. PECULIARIDADES DO PROCESSO TRABALHISTA. Em face das peculiaridades do processo do trabalho, são incabíveis embargos à execução fundados em alegação de falta ou nulidade de citação na fase de conhecimento, em caso de revelia (art. 475-L, inciso I, do CPC), considerando que, ciente da sentença da Vara do Trabalho, cabe à parte interpor recurso ordinário ao Tribunal Regional do Trabalho, para efeito de reexame da matéria, inclusive a preliminar de nulidade processual, fundada em cerceio de defesa, *ex-vi* do art. 895, alínea *a*, da CLT, e haja vista as restrições contidas na regra do parágrafo 1º do art. 884, do texto consolidado. Após o trânsito em julgado da sentença, pode o interessado ajuizar ação rescisória. Agravo de petição improvido. (ACÓRDÃO TRT/2ª T./AP 00873-2005-016-08-00-7; origem: 16ª VT de Belém; julgado em 8/8/2007; publicado no DOJT8 em 13/8/2007; Relator: Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca)

COMPETÊNCIA MATERIAL. JUSTIÇA DO TRABALHO. ENTE PÚBLICO. CONTRATAÇÃO IRREGULAR. REGIME HÍBRIDO. I - Se o empregado trabalhou em situação híbrida, qual seja, parte do contrato sujeita às regras da CLT e em outra parte sujeita ao regime estatutário, aplica-se à hipótese a Súmula nº 170 do STJ, motivo pelo qual inscreve-se na competência material desta Justiça Especializada apenas o período anterior à implantação do regime jurídico único estatutário. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00480-2007-105-08-00-0; origem: VT de Capanema; julgado em 24/9/2007; publicado no DOJT8 em 4/10/2007; Revisor/ Prolator: Desembargador Luis José de Jesus Ribeiro)

CONCILIAÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO E NULIDADE DO PROCESSO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. I - Comprovado que a empresa se utilizou da Justiça do Trabalho para obter a quitação fraudulenta de direitos trabalhistas (art. 9º, da CLT), com a propositura de demanda simulada, deve ser desconstituído o termo de conciliação e anulado todo o processo, inclusive a inicial, assegurado ao trabalhador a propositura de nova reclamação, sem prejuízo do prazo prescricional. **II -** Condena-se a empresa às sanções por litigância de má-fé, ônus que também se impõe à advogada do reclamante, devedora solidária do gravame. (ACÓRDÃO TRT/SE I/AR 00471-2005-000-08-00-7; julgado em 9/8/2007; publicado no DOJT8 em 13/8/2007; Relator: Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca)

CONTA POUPANÇA - PENHORABILIDADE. Os valores de FGTS, resgatados da conta vinculada e, posteriormente, aplicados em conta poupança, perdem a sua natureza salarial, motivo pelo qual são perfeitamente penhoráveis, até o limite de 40 salários mínimos, conforme dispõe o art. 649, X do CPC. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./AP 01715-2005-004-08-00-9; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 8/5/2007; publicado no DOJT8 em 11/5/2007; Relator: Desembargador Mário Leite Soares)

CONTRATO DE TRABALHO. DATA DA ADMISSÃO DO EMPREGADO. FIXAÇÃO NO DIA DE REALIZAÇÃO DO EXAME ADMISSIONAL. ADOÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. O Juízo de primeiro grau fixou, em sentença, o dia 23/10/2000 como data de admissão do reclamante na reclamada, em face da realização do exame admissional do autor nesse dia, e não 18/12/2000, data registrada pela reclamada como de início do contrato de experiência. Contrapondo-se a esse entendimento, a reclamada alega que à luz da NR-7, que regula o PCMSO, o exame admissional é anterior à admissão do empregado, não havendo obrigatoriedade de ser realizado na data da admissão. No entanto, as alegações da reclamada não se coadunam com o princípio da razoabilidade, por desvirtuarem o propósito do exame admissional, de atestar as condições de saúde do empregado a quando da contratação. A realização do exame cerca de dois meses antes da contratação prejudicaria a própria aferição da saúde do trabalhador no início da prestação dos serviços, descumprindo os objetivos da lei, haja vista que o art. 168, I, da CLT, considera obrigatório o exame médico "na admissão". (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00141-2007-206-08-00-8; origem: 3ª VT de Macapá; julgado em 7/8/2007; publicado no DOJT8 em 9/8/2007; Relatora: Desembargadora Alda Maria de Pinho Couto)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DEVIDAS A TERCEIROS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA A EXECUÇÃO. As contribuições devidas a terceiros são passíveis de execução pela Justiça do Trabalho, diante da ampliação da competência material desta Especializada, por força do artigo 114, VIII, da *Lex Mater*. **CÔMPUTO DE JUROS DE MORA E MULTA.** De acordo com os arts. 132 e 133 da Instrução Normativa nº MPS/SRP 3/2005, do INSS, que veio a regulamentar a cobrança da dívida previdenciária por força da novel competência da Justiça do Trabalho, o cálculo da contribuição previdenciária é feito tendo como fato gerador o mês de competência da atividade que gerou o tributo, ou seja, o mês em que foram prestados os serviços pelos quais a contribuição é devida, diferentemente do imposto de renda, cujo fato gerador da tributação é a disponibilidade da renda ou proventos, ou seja, o efetivo pagamento, de onde se conclui que o cômputo de juros e a multa incidentes sobre as contribuições previdenciárias também é feito mês a mês, incidindo sobre o valor histórico do tributo. (ACÓRDÃO TRT / 2ª T / AP 00661-2006-013-08-00-1; origem:

13ª VT de Belém; julgado em 19/9/2007; publicado no DOJT8 em 21/9/2007; Relatora: Desembargadora Elizabeth Fátima Martins Newman)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. EXECUÇÃO TRABALHISTA. I - É competente a Justiça do Trabalho para executar, de ofício, as contribuições previdenciárias devidas de todo o pacto laboral reconhecido em sentença trabalhista, independentemente dos valores objeto da condenação ou do acordo firmado entre as partes (Parágrafo Único do art. 876, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 11.457, de 16.03.2007). **II -** "Ainda que a decisão trabalhista tenha se limitado a reconhecer o vínculo empregatício, com efeito meramente declaratório, a competência é desta Justiça Especializada para executar a contribuição incidente sobre as parcelas pagas no curso da relação de emprego, pois, se houve anotação na CTPS, como conseqüência da decisão trabalhista, são devidas as contribuições previdenciárias decorrentes do reconhecimento desse vínculo, na esteira do disposto no art. 114, § 3°, da Constituição Federal. É irrelevante que a decisão judicial não tenha estabelecido o pagamento de verbas salariais propriamente ditas em razão dessa anotação, pois a simples declaração do vínculo já basta para caracterizar a obrigação previdenciária, cobrável judicialmente perante esta Justiça Especializada. A identificação do fato gerador é o reconhecimento do vínculo do qual derivam os salários, cuja natureza jurídica não pode ser outra que não a declaração da existência do liame entre empregado e empregador, valendo a sentença trabalhista como decisão administrativa e judicial da existência de débito previdenciário, que se torna automaticamente executável pela Justiça Trabalhista" (Acórdão no Processo TST-RR-4ª T. - 478/2002-041-24-40.9, DJ - 21/11/2003, Relator: Ministro Ives Gandra Martins Filho). **III -** O art. 114, inciso VIII, da Constituição Federal (redação da EC 45/2004), não distingue a natureza da sentença trabalhista da qual decorre o poder de executar, de ofício, no âmbito da Justiça do Trabalho, as contribuições previdenciárias. Logo, a sentença trabalhista que reconhece a existência de relação de emprego e, em conseqüência, determina a anotação na CTPS, não só deve ser observada pelo próprio INSS, para todos os efeitos legais - daí porque aquela autarquia não pode, por exemplo, deixar de acatá-la, ainda que não tenha participado da fase cognitiva do processo, em face da coisa julgada -, como constitui, também por força de dispositivo constitucional, fato gerador das contribuições previdenciárias, o que torna indiscutível o direito à contagem do tempo de serviço, inclusive para fins de aposentadoria. (ACÓRDÃO TRT/2ªT/AP 00710-2004-105-08-00-8; origem: VT de Capanema; julgado em 16/5/2007; publicado no DOJT8 em 18/5/2007; Relator: Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. PERCENTUAL E BASE DE INCIDÊNCIA FIXADOS EM ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO. IMEDIATA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. CABIMENTO. O acordo celebrado entre as partes em audiência fixou o percentual e base de incidência das contribuições devidas à Previdência Social. Ao homologar o acordo, o Juízo de primeiro grau ratificou o ali estabelecido, lavrando o termo que "*valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas*" (parágrafo único do art. 831 da CLT). Em vista disso, é cabível a imediata interposição de recurso pelo INSS, não havendo necessidade de provocar o Juízo de primeira instância acerca de questão que já conheceu ao homologar a avença, prática, aliás, que atentaria contra o princípio da celeridade processual. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./AG-RO 00027-2006-202-08-00-1; origem: 2ª VT de Macapá; julgado em 28/8/2007; publicado no DOJT8 em 30/8/2007; Relatora: Desembargadora Alda Maria de Pinho Couto)

COOPERATIVA DE TRABALHO. FRAUDE À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. Desde que o documento público, no caso, o auto de infração do auditor fiscal do trabalho, faz prova de fatos por ele declarados como ocorridos em sua presença, compete à empresa autuada demonstrar em juízo a regularidade de sua atuação, por conseguinte, à cooperativa incumbe o "ônus probandi" de que exerce suas atividades na observância da lei, sem desvirtuamento de sua finalidade. Se desse ônus não se desincumbe, confirma-se a r. sentença que decidiu pela rejeição do pedido. (ACÓRDÃO TRT 2ª T./RO 01789-2005-004-08-00-0; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 29/8/2007; publicado no DOJT8 em 31/8/2007; Relator: Desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos)

D

DANO MATERIAL POR ACIDENTE DE TRABALHO, COM MORTE DO EMPREGADO. LEGITIMIDADE ATIVA. Quando a indenização por dano moral está sendo pretendida em virtude da morte do empregado, legitimados para a propositura da ação estão os sucessores do "de cujus" e não o espólio, pois, não se tratou de acervo patrimonial pertencente ao falecido e transmitido aos herdeiros, e sim, de direitos originariamente postulados por seus titulares, os herdeiros do empregado vitimado. (ACÓRDÃO TRT 2ª T./RO 00968-2006-125-08-00-0; origem: 2ª VT de Abaetetuba; julgado em 11/7/2007; publicado no DOJT8 em 13/7/2007; Relator: Desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos)

DANO MORAL. A conduta ilícita imputada à reclamada - discriminação - ficou desfeita com o depoimento pessoal do Autor, declarando que ela desconhecia que ele era portador do vírus HIV na época da rescisão, e que ele próprio, só veio a saber com os exames realizados um ano depois da extinção do contrato laboral, em 2006. (ACÓRDÃO TRT-8ª/2ª T/RO 00206-2007-009-08-00-8; origem: 9ª VT de Belém; julgado em 1º/8/2007; publicado no DOJT8 em 3/8/2007; Relator: Desembargador Luiz Albano Mendonça de Lima)

I - DANO MORAL. PROVA. Ainda que pelo depoimento testemunhal único, não há como não se reconhecer o direito do trabalhador à indenização respectiva quando a Ré não cuidou de produzir, tempestivamente, contraprova hábil a convencer o Juízo quanto a eventual trama difamatória de que estivesse sendo vítima. Confirmado, pela testemunha, procedimento atentatório à dignidade do trabalhador, o dano moral haverá de ser reparado. **II - HORAS EXTRAS.** Nos termos da Súmula 338 do Col. TST, os registros uniformes ou invariáveis de entrada e saída do trabalhador comprometem a credibilidade daqueles, ainda mais, quando declarado pela testemunha da própria empresa que houve ocasiões de trabalhar sem o correspondente lançamento. Daí prevalecerem, em tal hipótese, os horários declinados pelo autor da ação. (ACÓRDÃO TRT 2ª T./RO 00938-2006-101-08-00-4; origem: 1ª VT de Abaetetuba; julgado em 16/5/2007; publicado no DOJT8 em 21/5/2007; Relator: Desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos)

DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. ACIDENTE DE TRABALHO. A ocorrência de culpa do empregador no acidente de trabalho justifica o direito à indenização por danos materiais, morais e estéticos, conforme a teoria da responsabilidade, pois o empregador assume os riscos da atividade econômica e o ônus da prova de causas excludentes da culpabilidade. A obrigação de indenizar

não decorre propriamente do acidente de trabalho, mas sim da obrigação do empregador de evitá-lo. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00376-2005-116-08-00-7; origem: VT de Paragominas; julgado em 28/8/2007; publicado no DOJT8 em 30/8/2007; Relator: Juiz Convocado Walter Roberto Paro)

I- DANOS MORAIS. PRAZO PRESCRICIONAL. O prazo prescricional a ser aplicado nas demandas em que se discute danos morais, ainda que decorrentes da relação de emprego, é o civil e não o trabalhista, vez que está se discutindo pedido de natureza civil, embora incluído na competência da Justiça do Trabalho. **II- INÍCIO DA CONTAGEM. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.** A contagem do prazo prescricional deve se dar a partir da aposentação por invalidez, momento em que o autor teve inequívoca ciência do dano. Inteligência das Súmulas nºs. 230 do C. STF e 278 do C. STJ. Recurso provido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00857-2007-117-08-00-0; origem: 2ª VT de Marabá; julgado em 11/9/2007; publicado no DOJT8 em 14/9/2007; Relatora: Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury)

DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRESCRIÇÃO. As recorrentes ajuizaram ação antes da promulgação da EC 45/2004, razão pela qual não se pode exigir do mesmo a observância do prazo para ajuizamento de ação na Justiça do Trabalho, sendo, portanto, aplicado o prazo de 20 anos, conforme previa o art. 177, do Código Civil de 1916. (ACÓRDÃO TRT / 3ª T./RO 01431-2005-203-08-00-8; origem: VT de Laranjal do Jari; julgado em 1º/8/2007; publicado no DOJT8 em 7/8/2007; Relator: Desembargador Luis José de Jesus Ribeiro)

I - DESCONSTITUIÇÃO DE JUSTA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. A gravidade da falta imputada ao reclamante não ficou demonstrada nos autos, até mesmo em razão do descuido da empresa ao não realizar sindicância, não oferecendo ao empregado, com mais de 20 anos de serviço, sem faltas anteriores, a oportunidade de defesa, como lhe cabia. **II - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. JUSTA CAUSA.** O fato de o empregador não ter conseguido, em Juízo, demonstrar a gravidade das faltas imputadas ao autor, que a seu ver, eram suficientes para ensejar a aplicação da pena de demissão, por si só, não gera direito ao empregado, a ser indenizado por danos morais. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. TURMA/RO 00116-2006-002-08-00-1; origem: 2ª VT de Belém; julgado em 17/8/2007; publicado no DOJT8 em 24/8/2007; Relator: Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha)

DEVOLUÇÃO DE VALOR RECEBIDO INDEVIDAMENTE. BOA-FÉ. IMPOSSIBILIDADE. Se a parte recebeu indevidamente valor por força de decisão judicial e, de boa-fé, não deve a mesma devolver tal importância. (ACÓRDÃO TRT 4ª T. AP 01307-1992-007-08-00-6; origem: 7ª VT de Belém; julgado em 17/7/2007; publicado no DOJT8 em 20/7/2007; Relatora: Desembargadora Vanja Costa de Mendonça)

DIREITO DO TRABALHO. HORAS *IN ITINERE.* Havendo transporte público regular, assim entendido aquele que é decorrente de concessão pública, e satisfaz os horários de trabalho do empregado, não há que se falar em pagamento de adicional de horas *in itinere*. A validade ou não do contrato de concessão do serviço pelo poder público é questão que não compete ao juiz do trabalho apreciar, pois nem incidentalmente lhe cabe invalidar contratos administrativos. *Recurso provido para julgar procedente a ação revisional.* (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0341-2006-109-08-00-0; origem: 1ª VT de Santarém; julgado em 30/5/2007; publicado no DOJT8 em 25/6/2007; Prolatora: Desembargadora Graziela Leite Colares)

E

EMBARGOS À EXECUÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. Nos termos do § 5º, da Resolução 352/2006, deste Tribunal Regional, para efeito de cumprimento do prazo processual, valerá a data do registro/envio do pré-protocolo de petições, desde que a mesma seja entregue para efetivação do protocolo, juntamente com a petição e documentos que a acompanhem, no prazo de 5 (cinco) dias, os quais serão confrontados com as peças enviadas eletronicamente, sendo gerado comprovante eletrônico do referido ato. A não efetivação do protocolo, implica a invalidação do pré-protocolo, não havendo como considerar a data dele constante. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 00071-1997-111-08-00-2; origem: 1ª VT de Ananindeua; julgado em 17/9/2007; publicado no DOJT8 em 21/9/2007; Relatora: Desembargadora Graziela Leite Colares)

EMBARGOS DE TERCEIRO. DÚVIDA QUANTO À TITULARIDADE DO BEM SEQÜESTRADO. Não tendo o agravante demonstrado, cabalmente, ter realizado pagamentos aos empregados da empresa Protect Service com os recursos retidos, presume-se que ainda se encontra na posse dos referidos valores. Agravo de petição improvido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./AP 00793-2006-013-08-00-3; origem: 13ª VT de Belém; julgado em 28/8/2007; publicado no DOJT8 em 31/8/2007; Relatora: Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury)

EMBARGOS DE TERCEIRO. SUCESSÃO DE EMPREGADORES. Os Embargos de Terceiro constituem ação especial de cognição restrita, onde as partes debatem a posse ou propriedade do bem objeto de constrição judicial. Nesta ação, portanto, não se pode decretar fraude contra credores ou reconhecer sucessão de empregadores, pois tal conduta ofende o devido processo legal. A fraude à execução, a fraude contra credores, a sucessão de devedores no curso do processo deve ser investigada e decretada no processo principal, sob pena de se alterar os limites da relação litigiosa que nos Embargos de Terceiro se faz tão somente sobre a posse ou propriedade do bem e não também sobre incidentes ocorridos no curso da execução. Provando o terceiro embargante a posse ou propriedade do bem, compete ao juiz liberá-lo da penhora. Até mesmo porque se o embargante é o sucessor, evidentemente não é terceiro e sim parte e, nesse caso, não poderia o juiz reconhecer sua legitimidade para propositura desta ação. Se admitiu os Embargos de Terceiro é porque considerou que o embargante não integra a relação processual executória e portanto não é parte. *Recurso provido.* (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 00053-2007-107-08-00-4; origem: 1ª VT de Marabá; julgado em 27/6/2007; publicado no DOJT8 em 2/7/2007; Relatora: Desembargadora Graziela Leite Colares)

EMPREGADA DOMÉSTICA. JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA. Trabalhando em jornada reduzida, reputo válido o pagamento do salário proporcional à jornada de trabalho efetivamente cumprida, que, no caso em tela, era de três vezes por semana. Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00641-2007-205-08-00-3; origem: 4ª VT de Macapá; julgado em 5/9/2007; publicado no DOJT8 em 13/9/2007; Relatora: Desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar)

ESPÓLIO. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. DEPENDENTE HABILITADO PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL. O dependente habilitado perante a previdência social para fins de recebimento da pensão do *de cujus*, é pessoa legitimada para representar o espólio do empregado perante a Justiça do Trabalho,

dispensando-se a prova da condição de inventariante. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 03394-2006-114-08-00-9; origem: VT de Parauapebas; julgado em 18/9/2007; publicado no DOJT8 em 21/9/2007; Relator: Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha)

ESTABILIDADE PROVISÓRIA - AUSÊNCIA DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO - DOENÇA DO TRABALHO RECONHECIDA APÓS A DEMISSÃO DA EMPREGADA. Em se tratando de doença que, muito embora tenha sido reconhecida após a demissão da reclamante, guarda relação de causalidade com a execução do contrato de emprego, deve ser assegurado à autora a estabilidade provisória por acidente de trabalho de que trata o art. 118 da Lei nº 8.213/91, ainda que não tenha percebido o auxílio-doença acidentário respectivo (Item II, da Súmula nº 378 do Colendo TST). (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 01849-2005-006-08-00-8; origem: 6ª VT de Belém; julgado em 28/8/2007; publicado no DOJT8 em 31/8/2007; Relator: Desembargador Mário Leite Soares)

EXCESSO DE PENHORA. REAVALIAÇÃO DE BEM PENHORADO. IMPOSSIBILIDADE. O Oficial de Justiça, ao proceder à avaliação de bens, leva em consideração além de suas condições, o seu valor de mercado. Essa avaliação, assim como os demais atos praticados por este serventuário, gozam de presunção de veracidade, só passível de revisão com a apresentação de prova robusta em contrário. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/AP 00779-2006-012-08-00-3; origem: 12ª VT de Belém; julgado em 17/8/2007; publicado no DOJT8 em 24/8/2007; Relator: Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha)

EXECUÇÃO. GRUPO ECONÔMICO. SÓCIO-DIRETOR COMUM. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Havendo sócio-diretor comum que exerce a direção, controle ou administração das empresas, reputa-se constituído grupo econômico, pelo que respondem elas solidariamente - e reciprocamente - pelos débitos trabalhistas constituídos durante a existência do grupo. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 00132-2007-111-08-00-4; origem: 1ª VT de Ananindeua; julgado em 1º/10/2007; publicado no DOJT8 em 4/10/2007; Relator: Desembargador José Maria Quadros de Alencar)

EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE. A execução trabalhista é especial, porque representa o meio de atuação de normas cogentes e, é norteada pelos princípios da eficácia do julgado, da utilidade, da instrumentalidade, do impulso de ofício (art. 878 consolidado), da celeridade (art. 765, da CLT), visando à entrega da prestação alimentar. A insolvência do devedor e inexistência de bens para garantia do crédito, não enseja a extinção do processo, mas tão somente o arquivamento provisório, ao disposto no art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei 6.830/80, de aplicação subsidiária (art. 889, CLT), sendo causa suspensiva da prescrição intercorrente, pois o credor não deu causa à paralisação do feito. (ACÓRDÃO TRT 8ª / 2ª T / AP 01649-2005-109-08-00-2; origem: 1ª VT de Santarém; julgado em 17/8/2007; publicado no DOJT8 em 21/8/2007; Relatora: Desembargadora Elizabeth Fátima Martins Newman)

EXECUÇÃO GARANTIDA COM DEPÓSITO BANCÁRIO FEITO PELA PRÓPRIA EXECUTADA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRAZO. Ao teor do disposto no artigo 884, da CLT, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado dispõe do prazo de cinco dias para oferecimento de embargos. Não há necessidade de

lavratura de auto de penhora e posterior intimação da executada para, somente após, começar a fluir o prazo para a oposição de embargos à execução. Entendimento em sentido contrário se distancia, inteiramente, da disciplina que norteia o processo trabalhista. (ACÓRDÃO TRT 3ª T/AP 00143-2005-109-08-00-6; origem: 1ª VT de Santarém; julgado em 27/6/2007; publicado no DOJT8 em 2/7/2007; Relatora: Desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar)

EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO EM JUÍZO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Com a nova competência da Justiça do Trabalho ampliada por força da Emenda Constitucional nº 45/2004, em seu art. 114, inciso VIII, e a edição da Lei nº 11.457/07, que alterou o art. 876 da CLT, cujo parágrafo único passou a dispor que serão executadas *ex officio* as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido, é imperioso reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para apurar e executar as contribuições previdenciárias decorrentes do reconhecimento do liame laboral, diante da própria literalidade dos dispositivos mencionados. (ACÓRDÃO TRT 2ª T/AP 00306-2005-118-08-00-1; origem: VT de Redenção; julgado em 12/9/2007; publicado no DOJT8 em 14/9/2007; Relatora: Desembargadora Elizabeth Fátima Martins Newman)

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. ART. 475-O, § 2º, DO CPC. EXCESSO DE PENHORA. INEXISTÊNCIA. I - O § 2º do art. 475-O, do CPC, não afronta qualquer preceito constitucional. O novo modelo legal para o cumprimento da sentença, embora em caráter provisório, determinado pelo art. 588 (depois art. 475-O), do CPC, estabelece diminutas diferenças entre os tipos de execução (definitiva ou provisória), com possibilidade ampla de bloqueio de valores; o levantamento de depósito em dinheiro; o que guarda perfeita harmonia com os princípios do processo do trabalho, que se caracteriza pela celeridade, em razão da necessidade de atender o pagamento de créditos de natureza alimentar. **II -** Não evidenciado o excesso de penhora alegado, pois o bem constritado foi avaliado segundo critérios razoáveis, em conformidade com o art. 721 e parágrafos, da CLT. (ACÓRDÃO TRT/2ª T./AP 01192-1998-002-08-00-3; origem: 2ª VT de Belém; julgado em 31/8/2007; publicado no DOJT8 em 5/9/2007; Relator: Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca)

EXECUÇÃO PROVISÓRIA. FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE E LIMITES. Modernamente se admite possa principiar a execução provisória contra a Fazenda Pública, visto que o art. 100 da CF/88 isso não proíbe, podendo proceder-se a liquidação, a citação do devedor para opor embargos, garantindo-lhe a ampla defesa e o contraditório, bem como assegurando-lhe atacar a execução pela via do agravo de petição. Porém, esses são os limites da execução provisória. A lei veda bloqueio de dinheiro e penhora. Não se trata de hipótese de tutela antecipada, que não foi concedida na sentença exequenda. O precatório requisitório ou a requisição de pequeno valor só são permitidos após o trânsito em julgado da sentença exequenda, quando o crédito se torna definitivo. (ACÓRDÃO TRT / 2ª T / AP 00620-2005-006-08-00-6; origem: 6ª VT de Belém; julgado em 4/7/2007; publicado no DOJT8 em 6/7/2007; Relatora: Desembargadora Elizabeth Fátima Martins Newman)

F

FIXAÇÃO DO VALOR DO DANO MORAL. A fixação do valor devido a título de indenização por dano moral deve atender ao princípio da razoabilidade e à amplitude do dano, levando-se em conta os bens jurídicos do reclamante que foram lesados. Isto porque a indenização por dano moral constitui meio de compensar razoavelmente os prejuízos ocasionados, sem, contudo, propiciar o enriquecimento sem causa do lesionado, servindo, ainda, como advertência e efeito inibidor contra futura reiteração de negligência e tendo-se em conta, sobretudo, a permanência na memória do tempo dos efeitos da ofensa. Sentença que se mantém por seus próprios fundamentos. (ACÓRDÃO TRT/3ª T/RO 00832-2006-010-08-00-3; origem: 10ª VT de Belém; julgado em 17/8/2007; publicado no DOJT8 em 23/8/2007; Relator: Desembargador Luis José de Jesus Ribeiro)

FOLGA SEMANAL AOS DOMINGOS. Aplica-se o Enunciado da Súmula nº 146 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho entendendo que somente poderemos condenar o empregador a pagar o trabalho em domingos e feriados, quando aquele trabalho não for compensado com a folga correspondente. (ACÓRDÃO TRT-8ª/2 T./RO 00159-2007-107-08-00-8; origem: 1ª VT de Marabá; julgado em 29/8/2007; publicado no DOJT8 em 31/8/2007; Relator: Desembargador Luiz Albano Mendonça de Lima)

H

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CUMULAÇÃO COM O ENCARGO DE 20% PREVISTO NO DECRETO-LEI 1.015/69 - IMPOSSIBILIDADE - O encargo de 20% previsto no Decreto-Lei nº 1.025/1969, já substitui a condenação do devedor em honorários, quando há embargos do devedor. (ACÓRDÃO TRT 4ªT./ AP 01849-2005-005-08-00-1; origem: 5ª VT de Belém; julgado em 31/7/2007; publicado no DOJT8 em 6/8/2007; Relator: Desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho)

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERCENTUAL. AUSÊNCIA DE CONTRATO ESCRITO. O agravante alega que acertou com o agravado honorários advocatícios no percentual de 30% (trinta por cento). Entretanto, nada há nos autos que respalde essa alegação, até porque inexiste contrato escrito de honorários. Como a lei (art. 20, § 3º, do CPC) limita a fixação dos honorários ao máximo de 20% (vinte por cento), a pretensão do agravante não se sustenta em bases sólidas, estando correta a decisão que fixou a sua parte de honorários em 10% (dez por cento), atendendo requerimento do agravado, sob patrocínio de sua atual patrona. Assim, ainda que o agravante tenha patrocinado a causa com zelo e dedicação, como alega, percebe-se que diante da inexistência de pacto expresso entre o causídico e seu constituinte, prevalece o critério da lei, de cunho meramente objetivo. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./AP 00120-1996-101-08-00-9; origem: 1ª VT de Abaetetuba; julgado em 12/6/2007; publicado no DOJT8 em 14/6/2007; Relatora: Desembargadora Alda Maria de Pinho Couto)

HORAS EXTRAS. EXCEDENTES À OITAVA NO REGIME DE TRABALHO DE 12x36 HORAS. O art. 7º, XIII, da CF/88 prevê a duração de trabalho normal "não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho". O item I da Súmula nº 85 do TST, por sua vez, prevê a compensação de

jornada por acordo individual escrito. Note-se que o preceito constitucional reporta-se a oito horas diárias "e" quarenta e quatro semanais, e não oito horas diárias "ou" quarenta e quatro semanais, demonstrando que há um limite também em relação à jornada/dia de trabalho. As ressalvas estão, como se viu, nos acordos individuais e coletivos ou na convenção coletiva de trabalho. Logo, a adoção do regime de trabalho de 12x36 horas sem referidas ressalvas obriga o pagamento, como extras, das horas excedentes à oitava trabalhada. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00532-2006-013-08-00-3; origem: 13ª VT de Belém; julgado em 31/8/2007; publicado no DOJT8 em 4/9/2007; Relatora: Desembargadora Alda Maria de Pinho Couto)

I

ILEGITIMIDADE ATIVA DO ESPÓLIO PARA PLEITEAR INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. O espólio é o conjunto de bens constitutivos do patrimônio material e moral do *de cujus* e que se transmite aos seus herdeiros. O espólio não é uma pessoa física nem jurídica, mas massa patrimonial autônoma, unitária e essencialmente transitória. Nasce o espólio no momento em que se abre a sucessão e perdura tão-somente até o trânsito em julgado da sentença de partilha, quando os bens que compõem aquela universalidade são repartidos entre os interessados. Indo os bens do falecido para outras pessoas, extingue-se a comunhão hereditária e o espólio desaparece. Assim é que quanto à indenização por danos materiais e morais, o espólio não tem legitimidade para agir, pois a pretensão não tem natureza hereditária. A indenização por danos morais e materiais há de ser reclamada *jure* próprio, ou seja, cada pessoa lesada, em seu próprio nome, buscará a reparação junto ao causador da morte do acidentado. É o que se extrai do disposto no parágrafo único, do art. 12, do Código Civil, pois a transferência do patrimônio, que origina a figura do espólio, opera-se unicamente no que diz respeito a direitos de natureza transmissível, tais como: direitos reais, obrigacionais e intelectuais. São intransmissíveis, todavia, a integridade moral, a sanidade psíquica, a honra, valores esses de natureza espiritual e personalíssima. (ACÓRDÃO TRT/3ª T/RO 00359-2006-011-08-00-0; origem: 11ª VT de Belém; julgado em 29/8/2007; publicado no DOJT8 em 6/9/2007; Relator: Desembargador Luis José de Jesus Ribeiro)

IMPOSTO DE RENDA. FATO GERADOR. DISPONIBILIDADE ECONÔMICA OU JURÍDICA. O imposto de renda, incidente sobre os valores antecipados, há que ser apurado à época do seu efetivo pagamento, haja vista que o fato gerador da contribuição fiscal, nos termos do art. 43, do Código Tributário Nacional, é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica, ou seja, é de ordem que as amortizações realizadas sejam consideradas no cálculo do referido tributo. (ACÓRDÃO TRT/ 2ª T/ AP 01776-2003-009-08-00-1; origem: 9ª VT de Belém; julgado em 17/8/2007; publicado no DOJT8 em 21/8/2007; Relatora: Desembargadora Odete de Almeida Alves)

INCOMPETÊNCIA MATERIAL. ART. 114, I, DA CF/88. DEFENSOR DATIVO. É incompetente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ações propostas por defensor dativo, nomeado pelo Juízo comum criminal, em face do Estado, cobrando honorários advocatícios. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00942-2006-124-08-00-6; origem: VT de Xinguara; julgado em 17/7/2007; publicado no DOJT8 em 20/7/2007; Relatora: Desembargadora Vanja Costa de Mendonça)

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - ÔNUS DA PROVA. É do reclamante o ônus da prova do alegado ato ilícito caracterizador de dano moral, a teor do disposto nos arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC, por se tratar de fato constitutivo de seu direito, em face da negativa da empresa de que tenha cometido atentado a seus atributos valorativos de ser humano. Todavia, não tendo o autor se desincumbido do encargo probatório, mantenho a sentença de improcedência do pleito de indenização por dano moral. Recurso a que não se dá provimento. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 0550-2007-016-08-00-5; origem: 16ª VT de Belém; julgado em 24/9/2007; publicado no DOJT8 em 28/9/2007; Relator: Desembargador Walmir Oliveira da Costa)

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. NULIDADE DE CONTRATAÇÃO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. Não cabe o pedido de indenização por danos morais e materiais ante a inexistência de ato ilícito, visto que a rescisão contratual foi efetivada para cumprimento do estabelecido na norma do art. 37, II da CF/88, já que o ingresso dos reclamantes se deu sem prévia aprovação em concurso público, embora à época da contratação a reclamada integrasse a administração pública indireta na qualidade de sociedade de economia mista. (ACÓRDÃO TRT 8ª - 1ª. T/RO 01659-2006-005-08-00-5; origem: 5ª VT de Belém; julgado em 10/8/2007; publicado no DOJT8 em 17/8/2007; Relator: Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha)

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACIDENTE PROVOCADO POR EMPREGADO DA EMPRESA. O acidente provocado por empregado da empresa, vitimando colega de trabalho, impõe responsabilidade pelo pagamento de indenização por danos morais ao empregador, nos termos do art. 932, III, do Código Civil. (ACÓRDÃO TRT 1ªT. RO 01475-2006-115-08-00-0; origem: VT de Santa Izabel do Pará; julgado em 20/3/2007; publicado no DOJT8 em 9/4/2007; Relator: Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho)

INDENIZAÇÕES POR DANO MORAL E MATERIAL DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, CLASSIFICADO COMO ACIDENTE DE TRABALHO. INEXISTÊNCIA DE CULPA DO EMPREGADOR. FATALIDADE. Se o empregador, por si ou seus prepostos, não cometeu ato de imprudência, negligência ou imperícia no acidente de trânsito que causou danos ao trabalhador, não se pode deferir as indenizações por danos material e moral pretendidas, visto que não houve nexo causal entre o dano que a vítima sofreu e qualquer conduta culposa ou dolosa do empregador, tendo sido o obreiro vítima de uma fatalidade. (ACÓRDÃO TRT 2ª T/RO 00473-2006-107-08-00-0; origem: 1ª VT de Marabá; julgado em 26/9/2007; publicado no DOJT8 em 28/9/2007; Relatora: Desembargadora Elizabeth Fátima Martins Newman)

INÉPCIA DA INICIAL - AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL - EXECUÇÃO FISCAL - Somente a Certidão da Dívida Ativa se constitui no documento essencial para instrução do processo de execução fiscal, nos termos do § 1º do artigo 6º da Lei nº 6.830/80. (ACÓRDÃO TRT/4ªT/ AP 00142-2006-002-08-00-0; origem: 2ª VT de Belém; julgado em 17/7/2007; publicado no DOJT8 em 20/7/2007; Relator: Desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho)

INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. AÇÃO ANTERIORMENTE AJUIZADA. DESISTÊNCIA. Para a análise da possibilidade de interrupção da prescrição, impõe-se a prova, ônus do reclamante, da data do ajuizamento da primeira ação, bem

como dos pedidos que nela foram formulados, de forma que possibilite ao Julgador verificar se são os mesmos, ou não, dos postulados na segunda ação, eis que a Súmula 268, do TST, exige a identidade dos pedidos de uma e outra ação para que a demanda arquivada interrompa a prescrição. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 00570-2006-206-08-00-4; origem: 3ª VT de Macapá; julgado em 27/6/2007; publicado no DOJT8 em 2/7/2007; Relatora: Desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar)

J

I - JUNTADA DE DOCUMENTO COM O RECURSO ORDINÁRIO. SÚMULA Nº 8 DO C. TST. "A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provocado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença." **II - CONTRATO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO. COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** A apreciação de litígios oriundos da execução de contrato de prestação de serviços advocatícios insere-se na competência material da Justiça do Trabalho, com base no que dispõe o art. 114, I, da Constituição da República, com a redação da Emenda Constitucional no. 45/2004, o qual se refere à relação de trabalho, que é gênero abrangente de todas as espécies de prestação de serviço. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01254-2006-013-08-00-1; origem: 13ª VT de Belém; julgado em 30/5/2007; publicado no DOJT8 em 27/6/2007; Relatora: Desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar)

JUROS DE 0,5% AO MÊS. ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97. INAPLICABILIDADE EM HIPÓTESE DE CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA DE ENTE DE DIREITO PÚBLICO. A partir do advento da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que acrescentou o artigo 1º-F à Lei n. 9.494/1997, os juros de mora incidentes na execução contra entes de direito público devem ser computados à base de 6% ao ano. Porém, tendo sido declarada a responsabilidade subsidiária do agravante, responderá, sim, também, pelo pagamento dos juros devidos pela primeira reclamada, que não detém os privilégios da Fazenda Pública. Agravo improvido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./AP 00101-2006-005-08-00-2; origem: 5ª VT de Belém; julgado em 11/9/2007; publicado no DOJT8 em 14/9/2007; Relatora: Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury)

JUSTA CAUSA. RECONHECIMENTO. OFENSAS COM PALAVRAS DE BAIXO CALÃO. O ambiente de trabalho deve ser o mais salutar possível, não se admitindo que a prática de ofensas mútuas, com palavras de baixo calão, sejam tratadas com naturalidade entre os empregados. Tal procedimento, é pressuposto ensejador da justa causa. (ACÓRDÃO TRT 4ª T/ RO 01543-2006-009-08-00-1; origem: 9ª VT de Belém; julgado em 5/10/2007; publicado no DOJT8 em 9/10/2007; Relatora: Desembargadora Vanja Costa de Mendonça)

M

MODELO ÚNICO PADRÃO DE GUIA DE DEPÓSITOS TRABALHISTA. EXCEÇÃO DEPÓSITO RECURSAL - CUSTAS PROCESSUAIS - GUIA DARF. É clara a disposição da Instrução Normativa nº 21/2002 do c. TST em excetuar a possibilidade do depósito recursal em guia única de depósitos trabalhistas, bem como a Instrução Normativa 20/2002 do c. TST prevê que o pagamento das custas e dos emolumentos deverá ser realizado mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), em 4 (quatro) vias, adquirido no comércio local, sendo ônus da parte

interessada realizar seu correto preenchimento. Despacho agravado mantido. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AI 742-2007-201-08-01-1; origem: 1ª VT de Macapá; julgado em 24/9/2007; publicado no DOJT8 em 28/9/2007; Relator: Desembargador Walmir Oliveira da Costa)

N

NORMA INTERNA. CONTRATO DE EMPREGO. ADESÃO. ALTERAÇÃO UNILATERAL. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. Quando norma interna da empresa estipula jornada laboral de seis horas e mês laboral de 180 (cento e oitenta) horas, essa norma mais favorável adere ao contrato de emprego, pelo que posterior alteração unilateral impondo regime de 7 (sete) dias de trabalho por 1 (um) dia de folga implica em trabalho extraordinário. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./RO 01059-2006-104-08-00-9; origem: VT de Breves; julgado em 5/9/2007; publicado no DOJT8 em 13/9/2007; Relator: Desembargador José Maria Quadros de Alencar)

I - NULIDADE PROCESSUAL POR CERCEIO DE DEFESA. PRECLUSÃO. Não tendo a recorrente deduzido a preliminar na primeira vez em que falou nos autos, resta precluso seu direito de fazê-lo. **II - INTIMAÇÃO FEITA NA PESSOA DO ADVOGADO. NULIDADE PROCESSUAL POR CERCEIO DO DIREITO DE DEFESA.** Estando o advogado da parte devidamente habilitado nos autos, as intimações serão feitas através do Diário Oficial de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, uma vez que constava, dentre os seus poderes, o de receber intimações. Assim, regulares as intimações realizadas na pessoa do procurador constituído pela parte. Recurso improvido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 01580-2006-014-08-00-5; origem: 14ª VT de Belém; julgado em 11/9/2007; publicado no DOJT8 em 14/9/2007; Relatora: Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury)

P

PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO. NÃO CABIMENTO. Não se tratando de necessidade imperiosa de serviço, nos termos do art. 61 da CLT, não cabe a aplicação de pena disciplinar de suspensão ao empregado que se recusa a continuar trabalhando após ter cumprido integralmente a jornada de trabalho pactuada. Recurso provido. (ACÓRDÃO TRT 8ª 1ª. T/RO 01921-2006-117-08-00-0; origem: 2ª VT de Marabá; julgado em 3/7/2007; publicado no DOJT8 em 6/7/2007; Relator: Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha)

PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM EMANADA PELO EMPREGADOR. INDISCIPLINA. PODER DIRETIVO. EXERCÍCIO ABUSIVO. ATO ILÍCITO. NULIDADE. É dado ao empregador, no exercício regular do poder diretivo, o estabelecimento de metas a serem cumpridas, em regime de produção aos seus empregados, todavia, verificando que para atingir esse quantitativo, sob pena de indisciplina, o trabalhador realizava diariamente hora extraordinária, por ser impossível o cumprimento dentro do horário regular, há manifesto exercício abusivo desse direito pelo empregador, tratando-se de ato ilícito, não gerando efeitos válidos, à luz do art. 187 do Código Civil e, por conseguinte, inválido ainda o efeito gerado do exercício do poder punitivo, consubstanciado na pena de suspensão por ato de indisciplina, porque a ordem não era legal. Recurso provido. (ACÓRDÃO TRT/1ª T/RO 01941-2006-107-08-00-3; origem: 1ª

VT de Marabá; julgado em 7/8/2007; publicado no DOJT8 em 24/8/2007; Relator: Desembargador Marcus Augusto Losada Maia)

PENHORA. AVALIAÇÃO. Se a executada discordou da avaliação feita pelo juízo, alegando preço aquém do mercado, atraiu para si o ônus de provar o contrário, nos termos dos arts. 818 da CLT e 333, II, do CPC. Nesse caso, deveria apresentar ao juízo provas concretas de suas alegações, nos termos do 683, inciso I, do CPC. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./AP 01779-2005-004-08-00-5; origem: 4ª VT de Belém; julgado em 30/7/2007; publicado no DOJT8 em 10/8/2007; Relator: Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho)

PENHORA EM DINHEIRO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. EXISTÊNCIA DE OUTROS BENS OFERTADOS À PENHORA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 417, III, DO TST - À luz da Súmula nº 417, item III, do TST, é indevida a penhora em dinheiro em execução provisória quando ofertados outros bens pelo executado, pois este tem direito a que a execução seja processada pela forma menos gravosa, nos termos do artigo 620, do Código de Processo Civil. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./AP 01725-1999-005-08-00-7; origem: 5ª VT de Belém; julgado em 3/8/2007; publicado no DOJT8 em 7/8/2007; Relatora: Desembargadora Alda Maria de Pinho Couto)

I - PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL - CITAÇÃO INICIAL- VIA POSTAL - PRECLUSÃO. A executada, nada obstante pudesse fazê-lo nos embargos a execução, apenas no agravo de petição é que argüiu a preliminar de nulidade do processo por vício da citação, uma vez que encaminhada via postal, de modo que configurada a preclusão, posto que a parte deve, na primeira oportunidade, suscitar a nulidade. **II - PENHORA EM BEM DO SÓCIO QUE DETÉM 1% DAS COTAS - POSSIBILIDADE.** Uma vez desconsiderada a personalidade jurídica da empresa executada, pode a constrição judicial recair sobre bem de sócio que detenha o menor número de cotas. (ACÓRDÃO TRT/1ª T/AP 00714-2006-118-08-00-4; origem: VT de Redenção; julgado em 21/8/2007; publicado no DOJT8 em 10/9/2007; Relator: Desembargador Marcus Augusto Losada Maia)

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. EXECUÇÃO FISCAL. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE APÓS OUVIDA A FAZENDA NACIONAL. Nos termos do que dispõe a Lei de Execução Fiscal, o juiz poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente, mas antes, deve ser ouvida a Fazenda Nacional, nos termos do que dispõe o § 4º, art. 40, da Lei n. 6.830/80. É pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. *In casu*, tal não foi observado, pelo que deve a r. decisão ser anulada, a fim de que, somente após atendido o previsto no referido dispositivo quanto à Fazenda Nacional, deve pronunciar-se o MM juiz. (ACÓRDÃO TRT 4ª T. AP 00411-2007-010-08-00-3; origem: 10ª VT de Belém; julgado em 7/8/2007; publicado no DOJT8 em 9/8/2007; Relatora: Desembargadora Vanja Costa de Mendonça)

PRINCÍPIO DA NÃO IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. PROCESSO TRABALHISTA. Não se aplica o princípio da identidade física do juiz aos órgãos judiciários trabalhistas de primeiro grau, embora juízos monocráticos, em face do princípio da celeridade processual. Assim, não há nulidade se a sentença de embargos de declaração é proferida por magistrado diverso do que prolatou a sentença embargada. (ACÓRDÃO TRT/2ª T./AP 00437-2003-203-08-00-6; origem: VT de

Laranjal do Jari; julgado em 23/5/2007; publicado no DOJT8 em 25/5/2007; Relator: Desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca)

R

RECURSO ORDINÁRIO. CONHECIMENTO- Questões não debatidas na sentença de primeiro grau não podem ser objeto de recurso, em respeito ao princípio do *tantum devolutum quanto appellatum,* expresso no art. 515, do CPC, de aplicação subsidiária. (ACÓRDÃO TRT/ 2ª T/ AP 00534-2002-014-08-00-5; origem: 14ª VT de Belém; julgado em 8/8/2007; publicado no DOJT8 em 13/8/2007; Relatora: Desembargadora Odete de Almeida Alves)

RECURSO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. SÚMULA Nº 422 DO TST. Não se conhece de recurso que não ataca os fundamentos da sentença, por analogia da Súmula nº 422 do TST. (ACÓRDÃO TRT 1ªT. RO 00216-2007-115-08-00-3; origem: VT de Santa Izabel do Pará; julgado em 10/8/2007; publicado no DOJT8 em 24/8/2007; Relator: Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho)

RELAÇÃO DE EMPREGO - TRABALHO EVENTUAL - ÔNUS DA PROVA. Nos termos dos artigos 818, da CLT e 333, I, II do CPC, o empregado deve provar os pressupostos previstos no art. 3º da CLT; o empregador deverá provar, caso alegue, fato impeditivo do direito do autor. No âmbito da Justiça do Trabalho, se a reclamada admitir prestação de serviços pelo reclamante de natureza não-empregatícia e não prová-la, aplica-se a Súmula 212 do C. TST, com o conseqüente reconhecimento do vínculo empregatício. (ACÓRDÃO TRT 4ª T./RO 00839-2007-201-08-00-1; origem: 1ª VT de Macapá; julgado em 18/9/2007; publicado no DOJT8 em 20/9/2007; Relatora: Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida)

RELAÇÃO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA. A relação de emprego se configura pela presença dos pressupostos previstos no art. 3º da CLT. *In casu*, restou provado nos autos que a modalidade de contrato celebrado entre o reclamante e a reclamada não era de emprego. (ACÓRDÃO 4ª T./RO - 00037-2007-009-08-00-6; origem: 9ª VT de Belém; julgado em 31/7/2007; publicado no DOJT8 em 2/8/2007; Relatora: Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida)

RESPONSABILIDADE - O Enunciado da Súmula nº 331 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho menciona em seu item IV, o artigo 71 da Lei nº 8.666/73, para confirmar o entendimento da responsabilidade subsidiária do ente público tomador de serviços, mesmo na existência da licitação prevista em lei. (ACÓRDÃO TRT-8ª/ 2 T./RO 0074-2007-003-08-00-6; origem: 3ª VT de Belém; julgado em 10/10/2007; publicado no DOJT8 em 17/10/2007; Relator: Desembargador Luiz Albano Mendonça de Lima)

RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA. EMPREITADA - O contrato de empreitada tem natureza civil, razão pela qual não pode ser presumido, como o de trabalho, que admite o ajuste verbal. Assim, se os serviços contratados, ainda que por pessoa interposta, estão inseridos no objetivo social da empresa, não há como deixar de reconhecer a responsabilidade da 'dona da obra'. (ACÓRDÃO TRT/ 2ª T./ RO 00497-2007-106-08-00-3; origem: VT de Castanhal; julgado em 31/8/2007; publicado no DOJT8 em 5/9/2007; Relatora: Desembargadora Odete de Almeida Alves)

S

SEGURO-DESEMPREGO - PARÂMETROS DE DEFERIMENTO. O benefício do seguro-desemprego é devido ao trabalhador desempregado, por um período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo. O período de concessão do benefício depende do tempo do vínculo empregatício comprovado, conforme § 2º, do art. 2º, da Lei 8.900/94. Reconhecida a relação de emprego no período de 08.12.2005 a 03.04.2006, ou seja, em período inferior a vinte e quatro meses, o trabalhador tem direito de perceber quatro cotas do seguro-desemprego, conforme o disposto no inciso II, do § 2º, do art. 2º, da mencionada Lei. (ACÓRDÃO TRT/3ª T/RO 00242-2007-005-08-00-6; origem: 5ª VT de Belém; julgado em 24/9/2007; publicado no DOJT8 em 28/9/2007; Relator: Desembargador Luis José de Jesus Ribeiro)

T

TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-MEIO. RELAÇÃO DE EMPREGO. EXISTÊNCIA. SUBORDINAÇÃO COMPROVADA DE FORMA DIRETA AO TOMADOR DE SERVIÇOS. A confissão do Banco tomador quanto a não haver direção e fiscalização dos serviços da Recorrida por parte da empresa terceirizada, implica em evidência segura de que todos os poderes inerentes ao empregador eram de fato exercidos pelo Banco Recorrente. Em que pese admitir-se que as atividades bancárias não eram rigorosamente desempenhadas pela funcionária contratada via terceirização de atividade-meio, despiciendas se tornam considerações maiores, pois, a relevância para o reconhecimento do liame empregatício se verifica no fator subordinação, seguramente demonstrado ao longo do pacto terceirizado. (ACÓRDÃO TRT 2ª T./RO 00151-2007-008-08-00-0; origem: 8ª VT de Belém; julgado em 17/8/2007; publicado no DOJT8 em 22/8/2007; Relator: Desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos)

TERCEIRIZAÇÃO - DIGITADOR - DIFERENÇA SALARIAL - DESVIO DE FUNÇÃO - BANCÁRIO - São devidas diferenças salariais ao digitador que exerce as atividades dos bancários quando as instituições bancárias praticam terceirizações ilícitas de sua atividade-fim. Por isso, não devem os trabalhadores, que sequer são partes nos contratos de prestação de serviços celebrados, suportar o ônus da ilicitude, percebendo remuneração inferior à que fariam jus se não fossem terceirizados. (ACÓRDÃO TRT/4ªT/ RO 01374-2006-010-08-00-0; origem: 10ª VT de Belém; julgado em 26/6/2007; publicado no DOJT8 em 28/6/2007; Relator: Desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho)

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO. ART. 9º DA CLT. RELAÇÃO DE EMPREGO. Provado nos autos que o reclamante fazia viagens, participava de reuniões em Belém e em outros Estados da Federação, fazia relatório, era obrigado a cumprir meta, dentre outras atividades, sem qualquer supervisão ou orientação pedagógica da reclamada, assumindo responsabilidade de forma integral, sem limitação, como se empregado fosse, deve ser mantida a sentença que declarou nulo o Termo de Compromisso de Estágio, a teor do art. 9º da CLT. (ACÓRDÃO TRT 1ªT. RO 0001-2006-005-08-00-6; origem: 5ª VT de Belém; julgado em 7/6/2006; publicado no DOJT8 em 22/6/2007; Relator: Desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho)

TERRENO DE MARINHA. DOMÍNIO DA UNIÃO. PENHORA DO DIREITO DE USO E OCUPAÇÃO E BENFEITORIAS. POSSIBILIDADE. Apesar do terreno de marinha ser do domínio exclusivo da União (art. 20, VII, da Constituição da República), nada obsta a efetivação de penhora do direito de uso e ocupação e sobre as benfeitorias do imóvel, especialmente em razão de não caracterizar ofensa ao direito de propriedade. (ACÓRDÃO TRT 3ª T./AP 00466-2006-008-08-00-6; origem: 8ª VT de Belém; julgado em 20/8/2007; publicado no DOJT8 em 23/8/2007; Relatora: Desembargadora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar)

I - TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO - SUBSTITUIÇÃO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - MOTIVAÇÃO - NÃO COMPROVAÇÃO. Não basta que o operador portuário solicite a substituição do trabalhador portuário avulso ao OGMO, indispensável que exista motivo razoável para que isso aconteça, o que não se viu na hipótese dos autos. **II - INDENIZAÇÃO - DANO MORAL E MATERIAL.** Praticam ato ilícito, nos termos da legislação civil, tanto o operador portuário, que solicita a substituição, como o OGMO, que acolhe, sem nenhuma justificativa, razão pela qual ficam obrigados a reparar o dano material, equivalente ao que o trabalhador deixou de receber, e o moral, já que agride o conceito que ele tem junto aos colegas de profissão. (ACÓRDÃO TRT/1ª T/RO 0195-2007-016-08-00-4; origem: 16ª VT de Belém; julgado em 21/8/2007; publicado no DOJT8 em 10/9/2007; Relator: Desembargador Marcus Augusto Losada Maia)

V

VARIG LOGÍSTICA. AQUISIÇÃO DE ATIVOS DA UNIDADE PRODUTIVA VARIG S/A. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Tendo a adquirente de parte dos ativos financeiros, mais precisamente, a "saudável", admitido que a alienação, praticamente, não teria subtraído qualquer ativo das concessionárias RIO SUL e NORDESTE, sem que tivesse provado tal alegação, cabe sua responsabilização solidária pelos créditos reconhecidos ao reclamante, tratando-se de hipótese de solidariedade que emerge de nova situação, ditada pela evolução da sociedade e decorrente da reestruturação do mercado empresarial. Recurso provido. (ACÓRDÃO TRT 1ª T./RO 00055-2007-008-08-00-1; origem: 8ª VT de Belém; julgado em 11/9/2007; publicado no DOJT8 em 14/9/2007; Relatora: Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury)

Legislação



EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 54, de 20/9/2007 (DOU 21/9/2007)
- Dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal e acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurando o registro nos consulados de brasileiros nascidos no estrangeiro.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, de 20/9/2007 (DOU 21/9/2007)
- Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 127, de 14/8/2007 (DOU 15/8/2007)
- Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

LEIS

LEI Nº 11.501, de 11/7/2007 (DOU 12/7/2007)
- Altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 10.855, de 1º de abril de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, 10.910, de 15 de julho de 2004, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 11.302, de 10 de maio de 2006, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, 11.080, de 30 de dezembro de 2004; e dá outras providências.

LEI Nº 11.505, de 18/7/2007 (DOU 19/7/2007)
- Altera dispositivos das Leis nºs 11.345, de 14 de setembro de 2006, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.685, de 20 de julho de 1993, e dá outras providências.

LEI Nº 11.531, de 24/10/2007 (DOU 25/10/2007)
- Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, de 15/6/2007 (DOU 18/6/2007) Lei 11.526
- Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 386, de 30/8/2007 (DOU 31/8/2007)
- Reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 388, de 5/9/2007 (DOU 6/9/2007)
- Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

DECRETOS

DECRETO Nº 6.190, de 20/8/2007 (DOU 21/8/2007)
- Regulamenta o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, para dispor sobre a isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, referentes a imóveis de propriedade da União, para as pessoas consideradas carentes ou de baixa renda.

DECRETO Nº 6.208, de 18/9/2007 (DOU 19/9/2007)
- Dá nova redação ao parágrafo único do art. 181-B do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

DECRETO Nº 6.214, de 26/9/2007 (DOU 27/9/2007)
- Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.

DECRETO Nº 6.215, de 26/9/2007 (DOU 27/9/2007)
- Estabelece o Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, com vistas à implementação de ações de inclusão das pessoas com deficiência, por parte da União Federal, em regime de cooperação com Municípios, Estados e Distrito Federal, institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência - CGPD, e dá outras providências.

DECRETO Nº 6.224, de 4/10/2007 (DOU 5/10/2007)
- Altera disposições do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, referentes à cobrança de juros sobre contribuições em atraso e ao recurso de oficio em processos administrativos versando sobre contribuições previdenciárias.

DECRETO Nº 6.248, de 25/10/2007 (DOU 26/10/2007)
- Regulamenta o art. 12, § 4º, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, de 14/6/2007
- Regulamenta o instituto do Adicional de Qualificação - AQ, no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, de 23/8/2007
- Disciplina o uso dos recursos de informática do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, de 23/8/2007
- Estabelece normas técnicas para elaboração, divulgação e publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

RESOLUÇÃO Nº 346, de 29/8/2007
- Altera dispositivo da Resolução nº 342, de 21 de maio de 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

RECOMENDAÇÃO Nº 10, de 8/5/2007 (DJU 17/8/2007)
- Recomenda aos Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, órgãos da Justiça Militar da União e dos Estados e Tribunais de Justiça que facilitem o livre acesso dos membros e servidores do Ministério Público às suas respectivas salas de trabalho, quando localizadas no interior dos Fóruns, no período de recesso natalino.

ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 7, de 21/6/2007
"a) Aplica-se à contratação de estagiários no âmbito dos Tribunais, permitida pela Lei nº 6.494/77, remunerada ou não, a vedação de nepotismo prevista no art. 2º da Resolução CNJ nº 7, exceto se o processo seletivo que deu origem à referida contratação for precedido de convocação por edital público e contiver pelo menos uma prova escrita não identificada, que assegure o princípio de isonomia entre os concorrentes.
b) Fica vedada, em qualquer caso, a contratação de estagiário para servir subordinado a magistrado ou a servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive."
(Precedentes: PP nº 961 e PP nº 1467 - 14ª Sessão Extraordinária - 06 de junho de 2007)

RESOLUÇÃO Nº 38, de 14/8/2007 (DJU 17/8/2007)
- Regulamenta a assistência à saúde na forma de auxílio.

RESOLUÇÃO Nº 39, de 14/8/2007 (DJU 17/8/2007)
- Dispõe sobre o instituto da dependência econômica no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

RESOLUÇÃO Nº 40, de 14/8/2007 (DJU 17/8/2007)
- Dispõe sobre os procedimentos de reconhecimento de união estável no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

RESOLUÇÃO Nº 41, de 11/9/2007 (DJU 14/9/2007)
- Dispõe sobre a utilização do domínio primário ".jus.br" pelos órgãos do Poder Judiciário.

RESOLUÇÃO Nº 42, de 11/9/2007 (DJU 20/9/2007)
- Dá nova redação ao art. 6º da Resolução nº 13, de 21 de março de 2006; revoga a letra k do art. 2º da Resolução nº 14, de 21 de março de 2006, e acrescenta ao referido artigo um parágrafo único.

RECOMENDAÇÃO Nº 12, de 11/9/2007 (DJU 14/9/2007)
- Recomenda aos Tribunais Regionais Federais, aos Tribunais Regionais do Trabalho, aos órgãos da Justiça Militar da União e dos Estados e aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios que regulamentem e efetivem o uso de formas eletrônicas de assinatura.

ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 8, de 18/9/2007 (DJU 20/9/2007)
"Não se conhece de consulta formulada ao Conselho Nacional de Justiça destinada a obter uma definição sobre a natureza jurídica de parcela prevista na Constituição Federal, para efeito de incidência ou não de tributo."

(Precedente: Pedido de Providências nº 1.430 - Julgado em 15 de agosto de 2007 - 45ª Sessão Ordinária)

RESOLUÇÃO Nº 43, de 9/10/2007 (DJU 17/10/2007)
- Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário da União e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2007.

ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 9, de 10/10/2007 (DJU 15/10/2007)
"Considera-se prevento para todos os feitos supervenientes o Conselheiro a quem for distribuído o primeiro requerimento, pendente ou já arquivado, acerca do mesmo ato normativo, edital de concurso ou matéria, operando-se a distribuição por prevenção também no caso de sucessão do Conselheiro relator original."
(Precedente: Procedimento de Controle Administrativo nº 2007.10.00.001276-3 - Julgado em 09 de outubro de 2007 - 49ª Sessão Ordinária)

RECOMENDAÇÃO Nº 13, de 6/11/2007 (DJU 12/11/1007)
- Recomenda a Tribunais que regulamentem a orientação emanada deste Conselho Nacional de Justiça, aplicável a todos, no sentido de que a lista tríplice a que se refere o artigo 94, parágrafo único, da Constituição Federal seja formada em sessão pública, mediante votos abertos, nominais e fundamentados.

RECOMENDAÇÃO Nº 14, de 6/11/2007 (DJU 12/11/2007)
- Recomenda aos Tribunais a adoção de medidas para dar prioridade aos processos e procedimentos em que figure como parte interveniente pessoa com idade superior a 60 anos, em qualquer instância.

ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 4 (DJU 13/11/2007)
- "Os magistrados da União que ingressaram antes da edição da Medida Provisória nº 1.573/97 e que atendem aos requisitos do artigo 17 da Lei nº 8.270/1991, combinado com o artigo 65, X, da Lei Complementar nº 35/79 (LOMAN), e Decreto nº 493/92, fazem jus, além do valor do subsídio, ao percebimento da vantagem transitória de Gratificação Especial de Localidade - GEL como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, enquanto permanecerem em exercício nas varas localizadas em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, limitado o rendimento total ao valor do teto remuneratório, conforme inciso I do artigo 5º da Resolução nº 13 do CNJ."
(Precedente: PP nº 603 - 27ª Sessão Ordinária - 10 de outubro de 2006; republicado em virtude de erro material - 51ª Sessão Ordinária - 06 de novembro de 2007)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SÚMULA Nº 340, de 27/6/2007 (DJU 13/8/2007)
- A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

SÚMULA Nº 341, de 27/6/2007 (DJU 13/8/2007)
- A freqüência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semi-aberto.

SÚMULA Nº 342, de 27/6/2007 (DJU 13/8/2007)
- No procedimento para aplicação de medida sócio-educativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

SÚMULA Nº 343, de 12/9/2007 (DJU 21/9/2007)
- É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

RESOLUÇÃO Nº 1, de 17/9/2007 (DJU 21/9/2007)
- Dispõe sobre o curso de formação para ingresso na magistratura.

RESOLUÇÃO Nº 2, de 17/9/2007 (DJU 21/9/2007)
- Dispõe sobre os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção dos magistrados.

RESOLUÇÃO Nº 8, de 20/9/2007 (DJU 1º/10/2007)
- Institui o Diário da Justiça Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça - DJ *on-line* e dá outras providências.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 568, de 4/9/2007 (DOU 13/9/2007)
- Dispõe sobre o ingresso e enquadramento dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 569, de 4/9/2007 (DOU 13/9/2007)
- Dispõe sobre os critérios para o exercício de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 574, de 2/10/2007 (DOU 11/10/2007)
- Dispõe sobre o instituto da remoção no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1232/2007, de 24/5/2007 (DJU 26/6/2007)
- Reestruturação do Tribunal Superior do Trabalho.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1233/2007, de 21/6/2007 (DJU 28/6/2007)
- Altera a alínea "b" do § 2º e o § 3º do art. 15 da Resolução Administrativa nº 907/2002.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1244/2007, de 29/6/2007 (DJU 3/7/2007)
- Antecipa para 1º de agosto de 2007 o início da vigência da Resolução Administrativa nº 1232/2007.

ATO Nº 251, de 16/7/2007 (DJU 19/7/2007)
- Edita os novos valores alusivos aos limites de depósito recursal de que trata

o art. 899 da CLT, obrigatórios a partir de 1 ° de agosto de 2007.
EMENDA REGIMENTAL Nº 9, de 6/8/2007 (DJU 9/8/2007)
- Altera o art. 8º do RITST.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1252/2007, de 29/8/2007 (DJU 3/9/2007)
- Altera o Art. 1º e o § 4º do art. 15 da Resolução Administrativa nº 907/2002.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1254/2007, de 31/8/2007 (DJU 5/9/2007)
- Acrescenta o § 7º ao Art. 2º do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

RESOLUÇÃO Nº 140, de 13/9/2007 (DJU 18 e 20/9/2007)
- Edita a Instrução Normativa nº 30 - Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho, a Lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

RESOLUÇÃO Nº 141, de 13/9/2007 (DJU 9/10/2007)
- Edita a Instrução Normativa nº 31 - Regulamenta a forma de realização do depósito prévio em ação rescisória de que trata o art. 836 da CLT, com redação dada pela Lei nº 11.495, de 22 de junho de 2007.

RESOLUÇÃO Nº 142, de 27/9/2007 (DJU 10/10/2007)
- Cancela a Súmula 194 do TST e a Orientação Jurisprudencial nº 147 da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1260/2007, de 4/10/2007 (DJU 9/10/2007)
- Instala a 7ª Turma do TST, regulamenta o *quorum* de funcionamento do Tribunal Pleno e das Subseções Especializadas em Dissídios Individuais e define os critérios de distribuição de processos aos novos Ministros.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1261/2007, de 4/10/2007 (DJU 10/10/2007)
- Altera o Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

EMENDA REGIMENTAL Nº 10, de 8/11/2007 (DJU 13/11/2007)
- Altera a redação do art. 123 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho

RESOLUÇÃO Nº 143, de 8/11/2007 (DJU 13/11/2007)
- Altera a redação da Orientação Jurisprudencial nº 247 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, que passa a ter a seguinte redação: SERVIDOR PÚBLICO. CELETISTA CONCURSADO. DESPEDIDA IMOTIVADA. EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. POSSIBILIDADE. A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade; A validade do ato de despedida do empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está condicionada à motivação, por gozar a empresa do mesmo tratamento destinado à Fazenda Pública em relação à imunidade tributária e à execução por precatório, além das prerrogativas de foro, prazos e custas processuais.

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

RESOLUÇÃO Nº 38/2007, de 28/6/2007 (DJU 25/7/2007)
- Dispõe sobre a validade das decisões relativas a pedidos de renúncia a promoção formulados por Juízes do Trabalho.

RESOLUÇÃO Nº 39/2007, de 28/6/2007 (DJU 25/7/2007)
- Altera o § 2º do artigo 1º da Resolução nº 25/2006.

RESOLUÇÃO Nº 40/2007, de 31/8/2007 (DJU 10/9/2007)
- Dispõe sobre o período aquisitivo de férias na magistratura do trabalho.

ATO CONJUNTO.TST.CSJT.GP.Nº 20, de 6/9/2007 (DJU 12/9/2007 - 18/9/2007 - retificação)
- Dispõe sobre o instituto da remoção dos servidores dos quadros de pessoal integrantes da Justiça do Trabalho.

ATO CONJUNTO.TST.CSJT Nº 26, de 26/9/2007 (DOU 28/9/2007)
- Dispõe sobre o funcionamento e as atribuições da Assessoria de Relações Institucionais da Justiça do Trabalho.

RESOLUÇÃO Nº 41/2007, de 31/8/2007 (DJU 10/9/2007)
- Extingue a Consultoria Geral de Informática e revoga as Resoluções nºs 03/2005, 13/2005, 18/2006 e 20/2006.

ATO CONJUNTO.TST.CSJT Nº 30, de 18/10/2007 (DOU 22/10/2007)
- Estabelece, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, limites para empenho com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2007.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 201, de 21/6/2007
- Aprova a edição do Enunciado nº 4 da Súmula da Jurisprudência predominante deste Regional.

RESOLUÇÃO Nº 213, de 21/6/2007
- Aprova o Regulamento da Ouvidora Regional da Justiça do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 213-A, de 21/6/2007
- Altera a Resolução nº 8, de 2003, que dispõe sobre o Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 216, de 21/6/2007
- Altera o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região.

RESOLUÇÃO Nº 222, de 9/7/2007
- Aprova o Regulamento relativo à concessão do Adicional de Qualificação no âmbito da Justiça do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 237, de 9/7/2007
- Institui o programa "TRT AMBIENTAL" no âmbito da Justiça do Trabalho da Oitava Região e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 249, de 19/7/2007
- Aprova a adesão deste egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região ao Sistema de Informações ao Poder Judiciário - INFOJUD no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte - e-CAC da Secretaria da Receita Federal.

PORTARIA GP Nº 470, de 2/8/2007
- Estabelece a adoção progressiva de papel reciclado e não clorado no âmbito da Justiça do Trabalho da Oitava Região e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 277, de 16/8/2007
- Altera a Resolução nº 60, de 2005, que dispõe sobre o plantão judiciário, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 329, de 13/9/2007
- Revoga a Resolução TRT nº 104, de 11.07.2005 e suas alterações, que dispõe sobre o pagamento de honorários periciais nos casos de justiça gratuita e Regula o credenciamento de peritos e instituições capazes de realizar perícias requeridas pelos Juízes.

RESOLUÇÃO Nº 335, de 27/9/2007
- Regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, a autorização para que os Juízes Federais do Trabalho Titulares de Varas fixem residência fora da respectiva jurisdição.

PORTARIA GP Nº 586, de 8/10/2007
- Regulamenta os procedimentos a serem adotados pela Central de Mandados Judiciais do Foro Trabalhista de Parauapebas.

PORTARIA GP Nº 649, de 30/10/2007
- Padroniza o uso de fonte e estabelece a impressão em frente e verso.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

SÚMULA Nº 250, de 27/6/2007 (DOU 29/06/2007)
"A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado."

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 54, DE 19/9/2007 (dou 24/9/2007)
- Dá nova redação aos artigos 1º, 2º, 3º, § 2º, 4º, parágrafo único, 7º, 11, 12, 13, caput, 14, 15, 16, 17 e 18.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, de 6/8/2007 (Secretaria de Relações do Trabalho) (DOU 7/8/2007)

- Dispõe sobre o depósito, registro e arquivo de convenções e acordos coletivos de trabalho nos órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego.

PORTARIA Nº 412, de 20/9/2007 (Gabinete do Ministro) (DOU 21/9/2007)
- Disciplina a alteração na jornada e no horário de trabalho dos empregados que trabalhem em regime de turnos ininterruptos de revezamento.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 296, de 8/8/2007 (Gabinete do Ministro) (DOU 9/8/2007)
- Dá nova redação ao art. 4º da Portaria nº 4.943, de 4 de janeiro de 1999.

Noticiário



DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

Em continuidade ao processo de elaboração do Planejamento Estratégico, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª Região promoveu, de 28 de maio a 15 de junho de 2007, seu diagnóstico institucional, que consistiu na realização de pesquisa de clima organizacional e de satisfação dos usuários.

A pesquisa de clima foi aplicada a magistrados e servidores, e buscou analisar o ambiente interno, destacando os pontos fortes e as oportunidades de melhoria deste Regional no que diz respeito às perspectivas de administração, comunicação, qualidade, relacionamento interpessoal, motivação, infra-estrutura e conhecimento do TRT.

Já a pesquisa de satisfação, analisou o ambiente externo e foi direcionada aos advogados trabalhistas que militam em Belém, que avaliaram a qualidade dos serviços prestados pelas Varas e dos produtos oferecidos pelo Tribunal para agilizar a entrega da prestação jurisdicional (pré-cadastro de reclamações, peticionamento eletrônico, reserva de autos e a agenda do advogado, dentre outros).

Com objetivo de imprimir maior transparência e credibilidade às suas ações, a Presidência do Tribunal deu ampla divulgação aos resultados do diagnóstico, que foram utilizados na oficina de elaboração do Planejamento Estratégico, realizada no período de 17 a 19 de setembro de 2007.

VISITAS MONITORADAS

Por meio do Projeto “A Justiça e o Povo”, a presidência do TRT-8ª Região recebe instituições de ensino, associações de bairros, ONGs, entidades públicas e privadas e a sociedade em geral para visitas às suas dependências. No segundo semestre de 2007, compareceram ao Tribunal:

Julho
03/07 - 06 novos servidores do TRT-8ª Região
18/07 - 19 novos servidores do TRT-8ª Região

Agosto
03/08 - 39 alunos do Pró-Jovem
10/08 - 26 alunos do Pró-Jovem
17/08 - 14 alunos do Pró-Jovem

Setembro
06/09 - 03 servidor e magistrado do TRT-8ª Região e ministro do TST
18/09 - 09 acadêmicos de Direito da Faculdade do Pará (FAP)
19/09 - 17 acadêmicos de Direito da FAP
21/09 - 25 acadêmicos de Direito da FAP
26/09 - 22 acadêmicos de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPa)

Outubro
04/10 - 01 servidor do TRT-8ª Região
09/10 - 31 acadêmicos de Direito da UFPa
16/10 - 26 acadêmicos de Direito da Universidade da Amazônia (UNAMA)
19/10 - 24 acadêmicos de Direito da UNAMA
23/10 - 16 acadêmicos de Direito da UNAMA
30/10 - 23 acadêmicos de Direito da UNAMA e do Centro Universitário do Pará (CESUPA)

TRT AMBIENTAL

Em sessão realizada no último dia 9 de julho de 2007, o Pleno do TRT-8ª Região decidiu, por unanimidade, instituir o Programa "TRT Ambiental" (Resolução nº 237/2007), que, em linhas gerais, é direcionado à qualidade de vida no ambiente de trabalho e à adoção de critérios e práticas que contemplem as necessidades ambientais. O programa baseia-se nas diretrizes sugeridas pela Agenda Ambiental na Administração Pública e pela Recomendação nº 11/2007, do Conselho Nacional de Justiça, e suas ações são desenvolvidas pela Comissão Permanente de Gestão Ambiental, designada pela Presidência do Tribunal.

Para ilustrar o impacto provocado por algumas medidas a serem implementadas - coleta seletiva solidária, utilização de papel reciclado e substituição voluntária de copos descartáveis por canecas -, a simples troca do papel branco pelo papel reciclado nas atividades internas do Tribunal, equivale à preservação de 75 árvores por mês, já que uma árvore produz cerca de 20 resmas de papel. Em 2006, o Tribunal utilizou, em média, 1.500 resmas de papel branco por mês em suas atividades. Além de contribuir para a redução do lixo, o uso do papel reciclado em larga escala traz outros benefícios para o meio ambiente e para a sociedade, pois é composto por 75% de aparas de produção e 25% de material pós-consumo, recolhido por cooperativas de catadores.

Como forma de reconhecer e premiar as unidades administrativas e judiciárias que se destacam na gestão ambiental de suas atividades, foi instituído o Prêmio "Qualidade Ambiental", cujos critérios e condições de participação serão estabelecidos pela Comissão Permanente de Gestão Ambiental e oportunamente divulgados.

PRIMEIRO CURSO A DISTÂNCIA NO TRT-8ª REGIÃO

Parceria entre a Secretaria Especial de Tecnologia da Informação (SETI), Assessoria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Recursos Humanos (SRH) possibilitou a realização do primeiro curso de capacitação a distância no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª Região. Servidores participaram, no período de 9 a 13 de julho de 2007, da 2ª etapa do treinamento para a utilização do novo Sistema de Gerenciamento de RH. Nesta etapa, recebem treinamento *on line*, através da ferramenta *Breeze*, que ambienta uma sala de aula virtual. A tutoria do curso foi de Daniele Nusser da empresa OSM, de Brasília-DF.

INSTALAÇÃO DA 2ª VARA DE PARAUAPEBAS

A cidade de Parauapebas ganhou sua 2ª Vara do Trabalho (VT) no dia 12 de julho de 2007, em solenidade dirigida pelo desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, presidente do TRT-8ª Região. Para a titularidade do órgão veio, removida de Laranjal do Jari-Monte Dourado, a magistrada Anna Laura Coelho Pereira Koenig.

As duas Varas de Parauapebas atendem aos municípios de Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Parauapebas que, juntos, reúnem população aproximada de 165 mil habitantes, segundo dados do IBGE. A 2ª VT é decorrente da transferência da que seria instalada no município de Tomé-Açu. É a última das 10 Varas criadas pela Lei nº 10.770/2003 para instalação na 8ª Região. De janeiro a junho, a única VT havia recebido 2.184 processos - maior volume processual trabalhista da 8ª Região -, enquanto a média no Pará e Amapá é de 1.500 anuais, tendo arrecadado mais de R$ 945 mil em custas, emolumentos, Previdência Social, IR e multas à DRT.

Durante a cerimônia, discursaram o presidente do TRT-8ª Região, desembargador Eliziário Bentes; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, Subseção de Parauapebas, Jakson de Souza e Silva; e o titular da 1ª VT de Parauapebas, juiz Jônatas dos Santos Andrade, em nome dos magistrados das Varas de Parauapebas.

MOVIMENTAÇÃO DE JUÍZES

* Desde 12 de julho de 2007, a magistrada Anna Laura Coelho Pereira Koenig passou à titularidade da 2ª Vara do Trabalho (VT) de Parauapebas, em virtude de sua remoção da VT de Laranjal do Jari-Monte Dourado.

* Mais dois juízes substitutos passaram a integrar outras regiões trabalhistas no país: Marly Costa da Silveira foi removida para a 10ª Região (DF) da Justiça do Trabalho, desde o dia 9 de julho de 2007, e Sérgio Polastro Ribeiro para a 15ª Região (Campinas), desde 29 de outubro de 2007.

* Em 7 de agosto de 2007, tomaram posse como titular de Vara Trabalhista as juízas Natasha Schneider Gurjão Sampaio e Suzana Maria de Moraes Affonso Borges, promovidas pelo critério de antigüidade e merecimento, para a titularidade da VT de Xinguara e Laranjal do Jari-Monte Dourado, respectivamente.

TRT-8ª REGIÃO ESTABELECE A ADOÇÃO DE PAPEL RECICLADO

Por meio da Portaria GP nº 470, de 2 de agosto de 2007, o TRT-8ª estabeleceu a adoção progressiva de papel reciclado e não clorado. Inicialmente o papel será utilizado nos convites institucionais, atos de comunicação interna, como memorandos, ofícios e informações em processos administrativos, dentre outros. A medida é mais uma das ações do Programa TRT Ambiental, instituído pela Resolução TRT nº 237/2007.

DEONTOLOGIA E ÉTICA PROFISSIONAL

No dia 6 de agosto de 2007, no Auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, o titular da 3ª VT de Macapá, juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais, abriu a Semana Jurídica do Advogado, promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção do Amapá, com a palestra "Deontologia e Ética Profissional". O evento comemorou os 32 anos daquela instituição e ofereceu palestras com personalidades de destaque no cenário jurídico, abordando temas de relevante interesse.

HUMANISMO EM NOVE LIÇÕES

De 6 a 16 de agosto de 2007, a Escola de Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região (EMATRA 8) realizou o Curso "Humanismo em Nove Lições", em convênio com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ, que é um centro de pesquisa e pós-graduação em ciências sociais da Universidade Cândido Mendes (UCAM).

No primeiro dia, "O *welfare* (e sua crise) e a afirmação do 'Terceiro Poder'" foi o tema da aula ministrada por Luiz Jorge Werneck Vianna, que também falou no dia seguinte sobre "O Modelo de Hércules: o juiz como engenheiro social". O dia 8/

8 teve como expositora Gisele Guimarães Cittadino - “Procedimentalismo e Direito”. Rogério Dultra dos Santos tratou de “As Funções do Direito nas Democracias Modernas” e “Hermenêutica Constitucional no século XX”, nos dias 9 e 10/8.

A segunda semana iniciou com aula de Juliana Neuenschwander Magalhães - “Autopoiesis e Reflexividade do Direito”. Nos dias seguintes, 14, 15 e 16/8, os temas tratados foram: “As Matrizes da Constituição Brasileira de 1988”, por Gisele Araújo; “Judicialização, Política e Sociedade”, por Marcelo Baumann Burgos; e “Revolução Processual e Democracia”, por Maria Alice Rezende de Carvalho.

CONCILIAÇÃO JUDICIAL TRABALHISTA - RISCOS E OPORTUNIDADES

Certo da importância da conciliação como meio de promoção da justiça, o TRT-8ª Região realizou, com apoio da EMATRA 8, no dia 17 de agosto de 2007, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, evento coordenado pela Comissão Permanente do Movimento para a Conciliação. A palestra Conciliação Judicial Trabalhista - Riscos e Oportunidades, proferida pela professora doutora e titular da 35ª VT de Belo Horizonte, Adriana Goulart de Sena, ratificou as ações do Regional em relação à orientação dada pelo Conselho Nacional de Justiça que gerou o Movimento Nacional pela Conciliação.

A mesa de abertura esteve constituída pelo presidente do Tribunal, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, pelos representantes da Comissão Permanente para a Conciliação na 8ª Região: desembargadores Francisca Oliveira Formigosa, vice-presidente do Tribunal, e Vicente José Malheiros da Fonseca, e juízes Julianes Moraes das Chagas, Maria Zuíla Lima Dutra e Paula Maria Pereira Soares, além da advogada Angela Serra Sales, presidente da OAB-PA.

DESEMBARGADOR WALMIR COSTA ENCERRA CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO

No dia 24 de agosto de 2007, o desembargador do TRT-8ª Região Walmir Oliveira da Costa, que também é professor e mestre em Direito, ministrou a palestra de encerramento do III Congresso Internacional de Direito, na Universidade da Amazônia (UNAMA). Falou sobre Danos Morais nas Relações Trabalhistas.

O evento, realizado pela UNAMA e OAB-PA, com apoio do TRT 8ª Região, aconteceu concomitante ao IV Fórum Interdisciplinar e trouxe a Belém juristas de Portugal, Espanha e França, além de destaques no cenário jurídico paraense e nacional.

TRT INSTITUI SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

O TRT-8ª Região, considerando que a excelência em gestão pública pressupõe atenção prioritária ao cidadão e à sociedade na condição de usuários de serviços públicos e destinatários da ação decorrente do poder de Estado exercido pelas organizações públicas, instituiu, por meio da Portaria GP n.º 501, de 24 de agosto de 2007, o Sistema Permanente de Avaliação da Satisfação dos Usuários da Justiça do Trabalho da 8ª Região.

Com a medida, serão realizadas, anualmente, pesquisas de clima organizacional de magistrados e servidores, além de pesquisas de satisfação dos jurisdicionados deste Regional. Os critérios, as metodologias e os procedimentos a serem utilizados no Sistema serão estabelecidos pela Secretaria Geral da Presidência, por meio da Assessoria de Planejamento e Gestão.

ESPAÇO CULTURAL

Lançamento do livro "Regime próprio de Previdência Social" - 29 de agosto de 2007

A servidora Maria Lúcia Miranda Álvares, assessora jurídico-administrativa do TRT-8ª Região e especialista em Direito Administrativo pela UFPA, lançou, em sessão de autógrafos, o livro "Regime próprio de Previdência Social", no Espaço Cultural Ministro Orlando Teixeira da Costa, no dia 29 de agosto de 2007.

A obra faz um exame sistemático das normas constitucionais e infraconstitucionais do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos Civis. Apresenta, também, um panorama histórico-político da evolução do RPPS no Brasil e aborda as conseqüências da tentativa de igualar regimes previdenciários diferentes. Interpreta, ainda, os dispositivos das Emendas Constitucionais nºs 41/2003 e 47/2005 e esmiúça os benefícios previdenciários que integram o RPPS, suas fontes de custeio, a situação dos inativos, o abono de permanência, a questão do teto constitucional e do regime complementar, além de promover análise crítica da jurisprudência brasileira e enfatizar o papel dos Tribunais de Contas na fixação de diretrizes sobre a matéria.

Publicada pela Editora Nova Dimensão Jurídica, especializada em livros de Direito Público, foi lançada em São Paulo e nos demais estados brasileiros, através de divulgação no *site* da editora.

Exposição "AMARARTE - Um olhar sobre o acervo do Desembargador Alencar" - abertura dia 10 de outubro de 2007

Parte do acervo de quadros do desembargador do Trabalho José Maria Quadros de Alencar estiveram expostos na mostra "AMARARTE", inaugurada no dia 10 de outubro de 2007, no Espaço Cultural do TRT-8ª Região. A exposição é a primeira organizada pelo desembargador Mário Leite Soares, como curador do Espaço Cultural.

Mistral Vilhena, P.P Condurú, Marinaldo Santos, Eliene Tenório, Sérgio Neiva, C. Boaz, Mário Barata, George Venturieri e Charles Nascimento são alguns dos nomes que fazem parte do acervo do desembargador Alencar, que também conta com uma quantidade expressiva de obras do artista cubano Pedro Veitia. Sua coleção começou a ser construída há mais de 15 anos, quando muitos dos artistas eram ainda desconhecidos.

A mostra levou ao público trinta e três telas das mais diversas técnicas e permaneceu até o dia 9 de novembro de 2007.

Lançamento do livro "Meninas domésticas, infâncias destruídas" - 23 de outubro de 2007

O livro "Meninas domésticas, infâncias destruídas", de autoria da juíza Maria Zuíla Lima Dutra, foi lançado no dia 23 de outubro de 2007, durante a Semana do Servidor, no TRT-8ª Região.

Resultado de dissertação de mestrado no Centro de Ciências Jurídicas da UFPA, a obra, editada pela LTr, propõe-se a debater a exploração de meninas no trabalho doméstico e apresenta reflexões sobre o assunto com base na Constituição Federal e nos direitos humanos. Através de relatos de vinte meninas que trabalham em Belém, com faixa etária entre doze a dezessete anos, a autora busca causas, fatos e soluções para esse mal enfrentado por diversas crianças e adolescentes de todo o país.

Maria Zuíla Lima Dutra, natural de Santarém-PA, é mestre em Instituições

Jurídicas e Sociais da Amazônia (área de concentração em Direito do Trabalho) pela UFPA e especialista em Direito das Relações Sociais pela CEAP (AP). Atua como juíza titular da 5ª VT de Belém e professora de Direito Processual do Trabalho da UNAMA (Belém) e do Curso de Especialização do Centro de Ensino Superior do Amapá.

1º CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO PROCESSO DO TRABALHO

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) promoveu, no dia 30 de agosto de 2007, o 1º Curso de Formação Continuada em Falência e Recuperação Judicial no Processo do Trabalho, com transmissão *on line* a todos os Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil. A EMATRA 8 disponibilizou sua sala de cursos para a participação de magistrados, servidores e estagiários de Direito. A seguir, o cronograma de atividades:

9h10 - Novo regime de recuperação judicial e falência. Palestrante: desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças (TJ/SP). Painelistas: juiz Edilson Enedino das Chagas (juiz de Direito - TJ/DF) e professora Gisela de Castro Chamoun (UNB - procuradora do MPDFT).

10h45 - Efeitos da nova lei de recuperação de empresas e falência no processo do trabalho. Parte I - A Questão da Competência Material. Palestrante: professor Paulo de Moraes Penalva Santos (FGV - procurador do Estado do Rio de Janeiro). Painelistas: juíza Maria de Lourdes d'Arrochella Lima Sallaberry (juíza do TRT/RJ) e juiz Luiz Roberto Ayoub (juiz de Direito - TJ/RJ).

14h30 - Parte II - Aspectos Controversos da Sucessão e da Responsabilidade Trabalhista. Palestrante: juiz Alexandre de Souza Agra Belmonte (juiz do TRT/RJ). Painelista: juiz Marcelo Papaléo de Souza (juiz do TRT/RS).

16h15 - Parte III - Desafios da Efetividade da Execução Trabalhista diante do Concurso Universal e da Continuidade do Negócio (Mesa Redonda). Painelistas: juíza Maria de Lourdes d'Arrochella Lima Sallaberry (juíza do TRT/RJ), juiz Alexandre Agra Belmonte (juiz do TRT/RJ), juiz Luiz Roberto Ayoub (juiz de Direito - TJ/RJ) e professora Gisela de Castro Chamoun (UNB - procuradora do MPDFT).

CSJT APROVA SPI E SPP INSTITUÍDOS PELO TRT-8ª REGIÃO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio do conselheiro relator João Oreste Dalazen, no dia 31 de agosto de 2007, aprovou o convênio firmado entre o TRT-8 Região e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para execução do Serviço de Protocolo Integrado-SPI e Serviço de Protocolo Postal-SPP.

Declarou válida, ainda, a Resolução TRT-8ª nº 133/2005, que instituiu o SPI e o SPP no âmbito da 8ª Região, excluindo dos artigos 1º e 2º, todavia, a possibilidade de recebimento de petições ou recursos judiciais, por meio do SPI ou mediante o SPP, dirigidas ao terceiro grau de jurisdição.

Segundo a decisão, os Serviços de Protocolos Integrado e Postal constituem providências práticas das mais eficazes e louváveis de modernização das rotinas judiciárias. É uma forma evidente de assegurar maior acessibilidade da Justiça ao jurisdicionado, poupando-lhe tempo e dinheiro preciosos. Justificativa tanto maior quando se atente para a circunstância de que os Protocolos descentralizados, no caso específico da 8ª Região, têm o escopo patente de superar as notórias dificuldades de acesso dos jurisdicionados em longínquas localidades da Amazônia.

ENCONTRO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO DECRETO FEDERAL 5.940/2006

Representantes do TRT-8ª Região participaram, no dia 3 de setembro de 2007, no Banco da Amazônia (BASA), do encontro sobre a implantação do Decreto Federal 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

O evento, coordenado pela *Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis* (Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades), contou com a participação de diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Na ocasião, os servidores Rodopiano Rocha da Silva Neto e Joel Benedito Chaves Luglime, membros da Comissão Permanente de Gestão Ambiental, informaram sobre a implantação, na 8ª Região Trabalhista, do Programa TRT Ambiental, cujas primeiras ações foram o estabelecimento da adoção progressiva de papel reciclado e não clorado e a formação de parcerias para fornecimento de canecas de porcelana em substituição, voluntária, aos copos descartáveis. Esclareceram, ainda, que o passo seguinte será a coleta seletiva solidária, cujo potencial é de 2 toneladas/mês.

CORREIÇÃO PERIÓDICA ORDINÁRIA NO TRT-8ª REGIÃO

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, do TST, realizou, de 3 a 6 de setembro de 2007, a Correição Periódica Ordinária no TRT-8ª Região.

Nesse período, o ministro e seus assessores examinaram processos e o funcionamento do Tribunal. Representantes de partes, advogados, magistrados, além de associações de classe como a OAB-PA e AMATRA 8, também tiveram a oportunidade de reunir-se com o corregedor geral.

No relatório final, algumas recomendações, como dar prioridade às Varas Itinerantes para combate ao trabalho escravo. Na área de gestão ambiental, o relatório sugere ao TRT a adoção de políticas públicas voltadas para a recuperação e o equilíbrio ambiental, como o uso de papel reciclado e não clorado, o que já vem sendo providenciado pelo Tribunal. O corregedor-geral destacou, ainda, os bons resultados obtidos com a delegação das audiências de conciliação em recurso de revista.

GALERIA DOS EX-CORREGEDORES REGIONAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

A Administração do TRT-8ª Região, no dia 10 de setembro de 2007, realizou a solenidade de Aposição de Fotografias dos desembargadores José Edílsimo Eliziário Bentes e José Maria Quadros de Alencar, na Galeria dos Ex-Corregedores Regionais da Justiça do Trabalho da 8ª Região, no *hall* do 3º andar do edifício sede.

A Galeria destina-se a preservar a memória da Justiça do Trabalho e homenagear os desembargadores federais que desempenharam a função de Corregedor. No período de 06.12.2002 a 06.12.2004, esteve à frente da Corregedoria Regional o desembargador Eliziário Bentes, e, de 07.12.2004 a 03.12.2006, o desembargador José de Alencar.

Os homenageados foram saudados pelo decano da Corte, desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca.

SALA DE ACESSO AO TRT *ON LINE*

A Administração do TRT-8ª Região, por seu presidente, o desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, e o Foro Trabalhista de Belém, por sua diretora, a juíza Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga, no dia 11 de setembro de 2007, procederam à entrega da Sala de Acesso ao TRT *on line*, localizada na entrada do prédio anexo das Varas Trabalhistas de Belém. O espaço destina-se a prestar apoio aos advogados militantes nesta 8ª Região. Ficará equipado com computadores e terá a assistência de um servidor da Central de Atendimento.

Para melhor elucidar os passos necessários ao acesso do TRT *on line*, na ocasião, foi exibido vídeo sobre as funcionalidades da ferramenta, organizado pelo Foro Trabalhista de Belém e produzido pela Secretaria Geral da Presidência e Assessoria de Comunicação Social.

OFICINA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

"Assegurar o acesso à Justiça de forma efetiva na composição de conflitos decorrentes das relações de trabalho", esta foi a missão do Tribunal definida durante a Oficina de Planejamento Estratégico, realizada de 17 a 19 de setembro de 2007, no Hotel Sagres, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência/Assessoria de Planejamento e Gestão, com a consultoria técnica de Nilma Maneschy. O Oitavo Regional pretende expressar aos públicos externo e interno o compromisso de seus integrantes com foco no acesso a uma Justiça célere, moderna e efetiva.

A equipe responsável pela elaboração do Planejamento esteve composta por magistrados, servidores e representantes de entidades de classe como Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (AMATRA 8), Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 8ª Região (ASTRA 8), Associação dos Aposentados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (AAJUTRA 8) e Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá (SINDJUF-PA/AP). O grupo definiu como valores da instituição: ética, gestão democrática, responsabilidade socioambiental, inovação, transparência e a dignidade da pessoa humana.

A visão de futuro do TRT do Pará e Amapá, para ser alcançada até 2011, é a de "Ser um dos melhores tribunais para se trabalhar e de melhores resultados". De acordo com os elaboradores, esta visão deve deixar claro que não se busca apenas resultado, como também a qualidade de vida de magistrados e servidores.

Para o cumprimento da missão e alcance da visão de futuro, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos: - Garantir a razoável duração do processo, com ênfase na execução; - Racionalizar e simplificar os procedimentos de modo a tornar efetiva a execução; - Implementar políticas para tornar efetiva a atividade meio; - Intensificar o uso integrado da tecnologia da informação e comunicação; - Desenvolver e promover políticas permanentes de ampliação e melhoria dos processos de comunicação interna e externa; - Criar e implementar Política de Gestão de Pessoas fundamentada nos princípios constitucionais, com ênfase na dignidade da pessoa humana; - Vincular a elaboração e a execução do orçamento às políticas do Tribunal.

O próximo passo será a operacionalização do plano, que consistirá na

construção de indicadores de desempenho, definição de metas, projetos e planos de ação para garantir o alcance de cada um dos sete objetivos estratégicos definidos.

VARAS ITINERANTES

Óbidos

A VT de Óbidos realizou audiências da Justiça Itinerante nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2007, no município de Terra Santa.

Das 55 audiências, resultaram 43 sentenças proferidas, ou seja, 78% do total das reclamações; houve também 5% de acordos homologados e o restante das reclamações foram arquivadas por ausência do reclamante, como consta no artigo 844 da CLT. Presidiu as audiências o juiz Jáder Rabelo de Souza, acompanhado da assistente de audiência Elizabeth Piá e de Renato Vieira, diretor de secretaria.

A primeira etapa da Justiça Itinerante, a tomada de reclamações, aconteceu de 21 a 24 de agosto, nos municípios de Terra Santa e Faro. Participaram da primeira etapa os servidores Raimundo Imbelloni - calculista e Fátima Braga - secretária de tomada de reclamações.

Abaetetuba

De 22 a 31 de outubro de 2007, o Fórum Trabalhista de Abaetetuba realizou a primeira fase da Vara Itinerante em Cametá, com finalidade de atender à demanda reprimida da localidade, que possui obstáculos geográficos que resultam na dificuldade de deslocamento do jurisdicionado até as Varas de Abaetetuba.

Instalada inicialmente na Escola de Trabalho e Produção de Cametá e no Departamento de Trânsito, e, posteriormente, no Tribunal de Justiça, a Vara Itinerante recebeu 94 reclamações - a maioria, pedido de alvará judicial para levantamento de FGTS -, tomadas pelo servidor Lúcio Dias Lima-Serviço de Distribuição, sendo as notificações expedidas por Rosinaldo Martins Ramos-Oficial de Justiça *ad hoc*. A segunda fase está prevista para acontecer de 26 a 29 de novembro, com a realização de audiências.

OUVIDORIA REGIONAL

No dia 27 de setembro de 2007, o TRT-8ª Região elegeu seu Ouvidor Regional. O escolhido, em sessão do Pleno, foi o desembargador Luis José de Jesus Ribeiro, tendo como suplente o desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha, que exercerão mandato de 2 anos, permitida a recondução por igual período.

O Ouvidor Regional é responsável por manter um canal de comunicação aberto entre os cidadãos e a Justiça do Trabalho, como forma de ampliar os mecanismos de controle e aperfeiçoamento das atividades administrativas e jurisdicionais, e promover a transparência na gestão da coisa pública, além do competente intercâmbio de informações.

Criada em 2002, a Ouvidoria Regional teve sua reestruturação aprovada no dia 21 de junho de 2007 (Resolução nº 213/2007).

JUSTIÇA DO TRABALHO FIRMA CONVÊNIO COM RECEITA FEDERAL

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Rider Nogueira de Brito, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e os presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho de todo o país, incluindo o desembargador José

Edílsimo Eliziário Bentes, presidente do TRT-8ª Região, assinaram, no dia 27 de setembro de 2007, convênio para o fornecimento de informações à Justiça do Trabalho mediante a utilização do Sistema de Informações ao Poder Judiciário (INFOJUD) no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) da Secretaria da Receita.

O convênio permitirá que magistrados trabalhistas tenham acesso, em tempo real, pela internet, a dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas na Receita Federal. O banco de dados da Receita inclui informações protegidas por sigilo fiscal, como identificação, localização de bens, declarações de imposto de renda e de imposto territorial rural.

A cooperação entre os dois órgãos representa um aperfeiçoamento da prestação jurisdicional trabalhista, tendo por principal objetivo agilizar a execução de ações trabalhistas.

EVENTOS EMATRA 8

No segundo semestre de 2007, a Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 8ª Região (EMATRA 8) ofereceu cursos, seminários, palestras, dentre outros eventos, destinados a magistrados, servidores e estagiários de Direito do TRT-8ª Região, como a seguir:

1 - "Globalização e Direito do Trabalho"
Palestrante: doutor José Eduardo Campos de Oliveira Faria - professor titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP.
Dia 28 de setembro de 2007, na sala de cursos da EMATRA 8.

2 - "Interpretação Constitucional e Tópica Jurídica"
Palestrante: professor George Salomão Leite - mestre e doutorando em Direito Constitucional pela PUC/SP.
Dia 10 de outubro de 2007, no Auditório Aloysio da Costa Chaves.

3 - "Quem Ordena o Gasto com os Direitos Fundamentais Sociais?"
Palestrante: professor Fernando Facury Scaff - doutor em Direito Econômico e Financeiro pela USP, pós-doutor pela Universitá di Pisa e professor da UFPa.
Dia 11 de outubro de 2007, no Auditório Aloysio da Costa Chaves.

4 - "A Eficácia do Direito Fundamental à Segurança Jurídica: Dignidade da Pessoa Humana, Direitos Fundamentais e Proibição de Retrocesso Social no Direito Constitucional Brasileiro"
Palestrante: professor Ingo Wolfgang Sarlet - doutor em Direito pela Universität München Ludwig Maximillians e professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC/RG.
Dia 11 de outubro de 2007, no Auditório Aloysio da Costa Chaves.

DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

No dia 5 de outubro de 2007, a AMATRA VIII engajou-se no *Dia Nacional de Mobilização pela Efetivação do Direito do Trabalho,* que envolveu magistrados trabalhistas de todo o Brasil, promovendo a distribuição de Informativos e da Cartilha do Trabalhador na entrada do edifício sede do TRT-8ª Região.

A ação constituiu-se um marco importante da Campanha pela Efetivação do Direito do Trabalho, lançada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), no mês de agosto, visando esclarecer a população sobre os direitos trabalhistas de cada cidadão e coibir quaisquer formas de flexibilização das relações de trabalho, em detrimento dos direitos do trabalhador.

Em várias partes do país, houve ações de divulgação, conscientização, atos públicos, seminários, palestras e distribuição da Cartilha do Trabalhador para a população.

FÓRUM DE BELÉM E CENTRAL DE MANDADOS DIVULGAM AVANÇOS NAS EXECUÇÕES

No dia 10 de outubro de 2007, as juízas Maria de Nazaré Medeiros Rocha (Diretora da Central de Mandados) e Ida Selene Duarte Sirotheau Corrêa Braga (Diretora do Fórum Trabalhista de Belém) apresentaram a desembargadores, juízes e diretores de unidades da 8ª Região Trabalhista os avanços obtidos pela Central de Mandados e Foro de Belém durante o ano de 2007.

As magistradas explicaram a utilização, pelos oficias de justiça avaliadores de Belém, de ferramentas de localização de endereços via *internet,* como o *livemaps* e o *googleearth*, que permitem aos servidores, antes de cumprir as diligências, saber o local exato para se dirigir. Os programas também possibilitam, a custo zero, a delimitação de áreas via satélite, o que substitui a contratação de levantamentos topográficos que tem alto valor.

Outro destaque apresentado foram as parcerias. Por meio de acordo com a Junta Comercial do Estado do Pará, os juízes, de forma *on line*, realizam consultas sobre as alterações societárias de empresas nos últimos 2 anos. Convênio semelhante deverá ser fechado com a Secretaria Estadual da Fazenda do Pará (SEFA), que concederá acesso ao histórico da inscrição estadual e que disponibilizará diversas outras informações. E mais, os dados da SEFA estão interligados aos da Receita Federal, o que admite uma atualização ainda melhor das informações. Para garantir o sigilo das informações, apenas magistrados têm acesso aos dados.

Convênios com a Guarda Municipal e Tribunal Regional Eleitoral do Pará também aumentarão o número de depósitos públicos à disposição da 8ª Região Trabalhista. Parceria com o Comando de Missões Especiais da Polícia Militar permitiu a otimização dos cumprimentos de reforço policial nas diligências.

A terceirização do serviço de remoção de bens também agilizou as execuções e possibilitou o levantamento de bens em melhores condições para serem leiloados pelas Varas para quitação das dívidas trabalhistas. Isso sem falar na realização de leilões mensais, com grande público, reunindo as Varas de Belém e Ananindeua. O procedimento de leilão também mudou: é 100% realizado por servidores e o cadastro prévio dos arrematantes admite a emissão quase instantânea do auto de arrematação e pagamento dos bens arrematados.

Por fim, as magistradas explicaram que, atualmente, o sistema de distribuição de mandados entre os oficias está todo interligado, o que autoriza as Varas, e não somente a Central de Mandados, controlar quantos servidores estão de férias, quem ficou com cada processo, quais foram cumpridos, além de realizar estatísticas.

As medidas entusiasmaram os participantes da reunião.

CORREGEDORA FAZ PALESTRA E DOA ALIMENTOS

No dia 17 de outubro de 2007, a Casa de Hospitalidade Santana, no Amapá, recebeu cerca de 85 Kg de alimentos não perecíveis. Os produtos foram arrecadados na palestra "A reforma do CPC e a execução trabalhista", proferida pela corregedora regional do trabalho da 8ª Região, desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal, enquanto realizava correição ordinária nas Varas e Fórum de Macapá. O evento foi idealizado pelo titular da 3ª VT de Macapá, juiz Océlio de Jesus Carneiro de Morais, e teve a presença de 130 pessoas, entre advogados e estudantes de Direito.

A Casa de Hospitalidade, criada em 1978, acolhe, aproximadamente, 85 pessoas em caráter temporário ou permanente. São crianças e adolescentes abandonadas, violentados sexualmente, pessoas portadoras de necessidades especiais, além de idosos.

JUÍZA SUBSTITUTA RECEBE GRAU DE MESTRE EM DIREITO

A juíza do trabalho substituta da 8ª Região, Giovanna Corrêa Morgado Dourado, recebeu o título de mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), na área de atuação Direitos Humanos e Meio Ambiente, no dia 18 de outubro de 2007.

Dando enfoque aos Direitos Humanos, Direito Administrativo e Direito Ambiental, sua dissertação versou sobre "O processo licitatório como mecanismo de proteção socioambiental". A banca examinadora foi composta pelos professores doutores: José Heder Benatti - orientador (UFPA), Luciana Fonseca (CESUPA) e Solange Teles da Silva (Universidade Católica de Santos e Universidade Estadual do Amazonas).

NOVA DIREÇÃO DA AAJUTRA 8

No dia 18 de outubro de 2007, aconteceu a eleição de nova administração da Associação dos Aposentados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (AAJUTRA 8), para o biênio 2007/2009. Foram escolhidos os componentes da chapa única "Viver Bem": Presidente - Vera Lúcia Fonseca Barros Haber; Vice-Presidente - Maria da Glória Holanda Lima; 1º Tesoureiro - Hélio Alves Carneiro; 2º Tesoureiro - Elcinda de Lima Pinheiro; 1ª Secretária - Gilda Maria Rocha Ferreira; 2ª Secretária - Clélia Lúcia Botelho de Matos; Diretora Social - Clícia de Fátima Gabilanis Fonseca e Maria Zelmira Rego Cruz; Assessora Jurídica - Maria Adélia Mercês Oliveira.

OS NOVOS RUMOS DO PROCESSO DO TRABALHO DIANTE DAS REFORMAS CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL

A EMATRA 8, em conjunto com a AMATRA 8, promoveu, nos dias 18 e 19 de outubro de 2007, o Seminário "Os Novos Rumos do Processo do Trabalho diante das Reformas Constitucional e Processual Civil", no Auditório da SESMA, na cidade de Marabá-Pará. A programação, voltada para magistrados, servidores, advogados e estudante de Direito, aconteceu como a seguir:

Dia 18 de outubro

Abertura: Conferência "O futuro do processo do trabalho" - Vicente José Malheiros da Fonseca, desembargador do trabalho.

Painel: "A fase de conhecimento trabalhista à luz das reformas do CPC".

Coordenador: Jônatas dos Santos Andrade, juiz titular da 1ª VT de Parauapebas.
Painelistas: Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior - juiz titular da 16ª VT de Belém e vice-diretor da EMATRA VIII; José Cláudio Monteiro de Brito Filho - procurador regional do trabalho.
Dia 19 de outubro
Painel: "A fase de execução trabalhista à luz das reformas do CPC".
Coordenador: Haroldo Júnior Cunha e Silva, presidente da OAB-PA-Subseção de Marabá.
Painelistas: Ney Stany Morais Maranhão, juiz do trabalho substituto e membro do Conselho da EMATRA 8; Gisele Santos Fernandes Góes, procuradora regional do trabalho; Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, advogado e conselheiro federal da OAB.
Painel: "As fases liquidatória e recursal trabalhistas à luz das reformas do CPC".
Coordenadora: Bianca Libonati Galúcio, juíza do trabalho substituta.
Painelistas: Gabriel Napoleão Velloso Filho, desembargador do trabalho; Loris Rocha Pereira Junior - procurador regional do trabalho.
Painel: "As novas competências da Justiça do Trabalho e o rito processual adequado".
Coordenador: João Carlos Travassos Teixeira Pinto, juiz titular da 1ª VT de Marabá.
Painelistas: Francisco Sérgio Silva Rocha, desembargador do trabalho; Francisco Milton Araújo Junior, juiz titular da 2ª VT de Marabá e membro do Conselho da EMATRA 8; Antônio Francisco da Silva Filho, OAB-PA-Subseção de Marabá.
Encerramento: Conferência "O modelo constitucional de processo e o processo do trabalho" - Marcelo Freire Sampaio Costa, procurador do Trabalho.

DESEMBARGADOR VICENTE MALHEIROS RECEBE HOMENAGEM EM MARABÁ

O desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca, decano do TRT-8ª Região, proferiu a conferência de abertura no Seminário "Os Novos Rumos do Processo do Trabalho diante das Reformas Constitucional e Processual Civil", em Marabá (PA), no dia 18 de outubro de 2007. Na ocasião, foi homenageado com a outorga de uma Placa "pelos grandes e valiosos serviços prestados para o engrandecimento da Justiça do Trabalho", oferecida pelos juízes e servidores do sul e sudeste do Pará.

Quando presidente do Tribunal, o desembargador Vicente Malheiros encaminhou o anteprojeto de lei que criou diversas Varas do Trabalho na 8ª Região. O procedimento que hoje autoriza os Tribunais a fazer a mudança de sede de Varas do Trabalho, por ato próprio, conforme a demanda judicial, foi instituído naquele mesmo projeto. É também de sua autoria o anteprojeto de lei que regulamenta o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, previsto na Emenda Constitucional nº 45/2004 (Reforma do Judiciário).

SEMANA DO SERVIDOR

O dia durou cerca de 120 horas, mas passou rápido, como a maioria dos bons momentos. O Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro, tornou-se a Semana do Servidor, de 22 a 26 de outubro de 2007, no TRT-8ª Região. Na programação, palestras, apresentações teatrais, oficina, lançamento de livros, concursos, atendimento médico e uma feirinha, onde servidores, parentes e amigos expuseram trabalhos manuais.

Após a abertura da Semana do Servidor, na segunda-feira (22/10), pelo presidente do TRT-8ª Região, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, aconteceu o lançamento oficial do Programa TRT Ambiental, com palavras da desembargadora Francisca Oliveira Formigosa, membro da Comissão Permanente de Gestão Ambiental, seguindo-se a apresentação de vídeo produzido pela Assessoria de Comunicação Social sobre a temática do meio ambiente. Nesse dia, quem passou pela entrada do TRT, conheceu um dos símbolos da Semana: a "mulher-árvore", que visitou diversos setores ao longo da semana para ajudar na divulgação do programa ambiental.

No segundo dia (23/10), iniciou a Feirinha do Servidor, instalada até o dia 26/10, com objetos variados, além de tenda da Clínica Desenvolve, que ofereceu orientações sobre saúde, aplicação de *quick massage* e teste de ergonomia.

Além dos expositores, três instituições de caráter filantrópico também estiveram presentes para a divulgação de seus projetos e trabalhos em prol de comunidades carentes. A Associação "Colorindo a Vida", o Instituto SABER e o Espaço de Experimentação "Cantinho da Cidadania", da UFPA.

A Associação "Colorindo a Vida", do Hospital Ophir Loyola, oferece gratuitamente hospedagem, alimentação e assistência para pacientes infanto juvenis vindos de todo Pará para tratamento de câncer. Vendeu *souvenires* para arrecadação de renda destinada à construção de uma Casa de Apoio para esses pacientes.

O Instituto SABER (Serviço de Atendimento Básico em Reabilitação) é uma ONG que promove a assistência ao tratamento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, além de ser referência no atendimento de portadores de paralisia cerebral. Colocou à venda o CD "Cantando pelo Social", uma parceria com 13 artistas locais. Os recursos captados ajudarão na aquisição de sede própria e nas despesas com serviços terceirizados.

A outra participante, o Espaço de Experimentação "Cantinho da Cidadania", do Instituto de Tecnologia da UFPA, disponibilizou seus trabalhos artesanais de reciclagem, as 'Latinhas da Cidadania', confeccionadas a partir de latas de leite transformadas em embalagens decorativas e para presente.

Idéias importantes também foram expressas nas páginas do livro "Meninas domésticas, infâncias destruídas", da juíza Maria Zuíla Lima Dutra, titular da 5ª VT de Belém, lançado oficialmente na terça-feira (23/10), no Espaço Cultural, com sessão de autógrafo. O livro apresenta reflexões e estudos sobre o trabalho doméstico infantil feminino no Pará.

Na Oficina de Papel Reciclado, a consciência ambiental na prática. Oito alunos participaram da dinâmica, de 23 a 25/10, ministrada pelo instrutor da Fundação Curro Velho, senhor José Miguel Costa Barros.

A Semana também foi espaço aberto para quem quis expressar qualquer forma de arte. Peças teatrais, reciclagem de papéis, canto, contos e fotos. A peça "A Grande Família", por exemplo, animou a tarde de quinta-feira (25/10), no Auditório Aloysio da Costa Chaves. Com a direção de Jorge Durans de Almeida, o espetáculo contou com a participação de grande elenco, dentre magistrados e servidores. Na mesma tarde, integrantes do Coral Adulto da JT 8ª executaram solos, também no Auditório do Tribunal. Ainda nesse dia, o servidor Joel Benedito Chaves Luglime, do Serviço Integrado de Saúde/Plano de Assistência Saúde (SIS/PAS), apresentou a palestra "PAS 2007 e Qualidade de Vida Plena".

No último dia (26/10), duas palestras: "Gestão de resíduos com responsabilidade social" - por Patrícia Blauth e "Cooperativismo um bom investimento" - CREDIJUSTRA.

Vozes pelo ar no coro e no karaokê no último dia da Semana do Servidor,

que teve a banda "Os PFs", com o melhor da MPB e Pop Rock. Integrantes da Academia Regina apresentaram número de dança.

Também na sexta-feira, foram premiados os vencedores do concurso de contos e de fotos, além dos servidores que foram destaque setorial. O tema dos contos foi "JUSTIÇA DO TRABALHO: ESSE CANTINHO VALE UM CONTO" e das fotografias "TRABALHO & MEIO AMBIENTE". Vencedores: 1º Concurso de Contos: 1º lugar: Igor Zwicker Martins - Um cantinho para sonhar; 2º lugar: Wagner Wendell Silva Ribeiro - Nyassa; 3º lugar: José Jaime Brasil Xavier - Borari. 2º Concurso de Fotos: 1º lugar: Marise Maués Gomes - Mercador de Açaí; 2º lugar: Mauro Antônio Chaves Raiol - Meu pão de cada dia; 3º lugar: Marise Maués Gomes - Modelagem. As fotos premiadas serão utilizadas no calendário oficial do TRT de 2008.

A Semana não se preocupou apenas com a saúde do meio ambiente. O servidor teve a sua disposição os serviços médicos do SIS, como vacinas (18/10), medição de pressão arterial e exames laboratoriais (22 a 24/10).

ADOTE ESTA CANECA

Com o objetivo de despertar e incentivar a consciência quanto à redução do lixo decorrente da utilização de copos plásticos descartáveis, o Programa TRT Ambiental, do TRT-8ª Região, lançou, no dia 22 de outubro de 2007, durante a Semana do Servidor, a campanha "Adote esta Caneca", que prevê a distribuição gratuita de canecas em porcelana com a logomarca do Programa.

Em 2006, foram consumidos 5.406 centos de copos para água e 3.185 centos de copos para café na 8ª Região Trabalhista. Considerando que cada copo leva cerca de 100 anos para se decompor, é fácil constatar os prejuízos causados à natureza.

As canecas personalizadas, ofertadas pela Cooperativa de Crédito do Judiciário Trabalhista-CREDIJUSTRA, serão enviadas gratuitamente às unidades da sede e de fora da sede que aderirem, voluntariamente, à campanha. Além de seu efetivo uso cotidiano no ambiente de trabalho e a conseqüente redução de resíduos, as canecas exercem importante papel educativo estimulando cada um a lembrar e incorporar a idéia do combate ao desperdício e de responsabilidade ambiental.

GESTÃO DE RESÍDUOS COM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em comemoração ao primeiro ano de implementação do Decreto 5.940/2006, que *instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis*, o TRT-8ª Região promoveu palestra sobre "Gestão de resíduos com responsabilidade social", no dia 26 de outubro de 2007, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, dentro da programação da Semana do Servidor. O evento, organizado pela Comissão Permanente de Gestão Ambiental, pretendeu contribuir para a reflexão sobre o impacto ambiental de nossos hábitos de consumo e descarte, além de incentivar a participação em programas de coleta seletiva.

A palestra, fruto de parceria entre o TRT-8ª Região, BANPARÁ e Caixa Econômica Federal, possibilitou a vinda da bióloga, educadora e consultora Patrícia Blauth, que atuou no Instituto Pólis pelo Programa Nacional Lixo e Cidadania, do UNICEF, junto à Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo-SP. É, também, autora dos livros "Coleta Seletiva - reciclando materiais", "Guia para Implantação:

Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis" e "Consumo e Resíduo: fundamentos para o trabalho educativo".

Durante a exposição, foram abordados diversos temas, tais como: geração e caracterização de resíduos; destinação de resíduos: impactos e alternativas; minimização de resíduos; questões educativas e culturais da produção moderna de resíduos; coleta seletiva e reciclagem; agenda ambiental da administração pública (A3P); o papel dos catadores e o Decreto Federal 5.940/2006; e aspectos técnicos e educativos da compostagem.

SERVIDOR DESTAQUE SETORIAL 2007

Considerando a necessidade de implantar ações voltadas para o Modelo em Excelência de Gestão Pública, com foco na transformação da organização do trabalho e notadamente nas pessoas que fazem a Instituição, foi criado o Concurso Servidor Destaque Setorial. Anualmente, servidores que se destacam nas suas respectivas unidades de trabalho, pelo excelente desempenho de suas atividades funcionais, são premiados pela Administração da Corte.

No dia 26 de outubro de 2007, durante a Semana do Servidor, foram divulgados os nomes dos vencedores do Concurso Servidor Destaque Setorial 2007, como a seguir: Seções de Biblioteca e Legislação e de Arquivo - Mário José Matos Rodrigues; Central de Atendimento e depósito Público - Odete Alves Barros; Central de Mandados - Ruthléa Lima Medeiros Galvão; Secretaria da Corregedoria e Gabinete Corregedor - Gisela Malena da Silva Alves; Gabinete do Diretor Geral, Secretaria Administrativa, Seção de Obras e Serviços de Engenharia e Setor de Reprografia e Impressão de Documentos - Inês de Lourdes Rodrigues Araújo; Secretaria Geral da Presidência, Gabinete da Presidência, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria de Planejamento e Gestão e Assessoria Jurídico-Administrativa - Jorge Luiz Durans de Almeida; Seção de Precatórios - Benedito da Conceição Barbosa; Serviço de Auditoria e Controle Interno - José Maria Barrau da Mota Júnior; Secretaria da 1ª Turma e Gabinetes de Desembargadores - Reginaldo Fernandes da Silva; Secretaria da 2ª Turma e Gabinetes de Desembargadores - Eliezer Arnaud Ferreira; Secretaria da 3ª Turma e Gabinetes de Desembargadores - Gisele Cicalise de Souza; Secretaria do Pleno e Especializadas - Maria Bernadete Gomes Lobato; Serviço de Execução Financeira e Orçamentária - José Guilherme de Oliveira Farias; Secretaria Especial de Tecnologia da Informação e Serviço de Informática - Newton Monteiro Filho; Serviço Integrado de Saúde - Marilza Cavalcante Feliciano; Serviço de Material e Patrimônio - Carlos Alberto Arnauld dos Santos; Secretaria de Recursos Humanos, Serviço de Administração de Recursos Humanos e Serviço de Benefício e Pagamento de Pessoal - Sílvia Cirino da Silva; Setor de Transportes - Cássio Marcelo Freire Lopes; Vice-Presidência e Gabinete da Vice-Presidente - Cleonice Pacheco de Castro; Setor de Zeladoria - Pedro Almeida da Silva; 1ª VT Belém - Maurício Tavares Piedade; 2ª VT Belém - Raimundo Santana Perdigão; 3ª VT Belém - Maria de Fátima Rosal Elices; 4ª VT Belém - Maria do Socorro Botelho Nunes; 5ª VT Belém - Denilson Soares Gomes; 6ª VT Belém - Antonio Jorge Silva Alencar; 7ª VT Belém - Patrícia Lopes Dias; 8ª VT Belém - Jacqueline Botelho Rendeiro; 9ª VT Belém - Heloísa do Socorro Furtado Oliveira; 10ª VT Belém - Ricardo Dias Machado; 11ª VT Belém - Maria de Fátima Tavares Neiva; 12ª VT Belém - Carlos Augusto Cardoso; 13ª VT Belém - Raimundo Alves Vieira; 14ª VT Belém - Rosilene da Conceição Ribeiro de Lima e Silva; 15ª VT Belém - Cláudio Henrique Pantoja da Silva; 16ª VT Belém - Telma Mayumi Ichihara

dos Reis; 1ª VT Abaetetuba - Miguel Martins Fernandes; 2ª VT Abaetetuba - Mônica de Nazaré Botelho Pena; Foro Trabalhista Abaetetuba - Humberto Marques Nogueira; 1ª VT Ananindeua - Carmem Lucia da Conceição Castro; 3ª VT Ananindeua - Rodnei José Macambira Martins; 4ª VT Ananindeua - João Pedro Pereira dos Santos; Foro Trabalhista Ananindeua - João Carlos Gonçalves Barbosa; VT Altamira - Pedro Paulo Barbosa de Amorim; VT Breves - José Arimatéa da Costa; VT Capanema - Carlos Alberto Maciel da Silva; VT Castanhal - Neivaldo Garcia Ferreira; VT Itaituba - Waldiney Teixeira da Silva; VT Laranjal do Jari-Monte Dourado - Paulo Roberto Burity Pereira; 1ª VT Macapá - Antônio Rogério Silva Freire; 2ª VT Macapá - Solange Menezes Sá dos Santos; 3ª VT Macapá - Lucione Pessoa Luna Bastos; 4ª VT Macapá - Reila Fagundes de Azevedo; Foro Trabalhista Macapá - Silvano Silva dos Santos; 1ª VT Marabá - Daniel Rodrigues Lima; 2ª VT Marabá - Maria de Fátima Costa de Paul; VT Óbidos - Daniel Carlos Pires Farias; VT Paragominas - Sammy Jonhson da Costa Barros; 1ª VT Parauapebas - Fransciele Brunetto; 2ª VT Parauapebas - Flávia Cristina Góes Rodrigues; Foro Trabalhista Parauapebas - Samuel Sant'ana Mendes; VT Redenção - Anailton dos Reis Nascimento; VT Santa Izabel do Pará - Maria Dorotea Benoliel da Silva; 1ª VT Santarém - José Osvaldo de Farias Vieira; 2ª VT Santarém - Valdemar Vitor Amazonas Ribeiro; Foro Trabalhista Santarém - Lidiane Rodrigues Almeida; 1ª VT Tucuruí - Augusto César Cecim de Souza; 2ª VT Tucuruí - Osiel Brasil; Foro Trabalhista Tucuruí - Helber Antônio Miranda.

VI OLIMPÍADA NACIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Sucesso, esta palavra define a participação da 8ª Região na VI Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, realizada na cidade de João Pessoa (PB). A competição, organizada pela Associação Nacional dos Servidores do Judiciário Trabalhista e Associação dos Servidores do TRT da 13ª Região, aconteceu de 27 de outubro a 4 de novembro de 2007.

O TRT-8ª, com apoio da Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 8ª Região (ASTRA 8), conquistou o 2º lugar no quadro geral de medalhas, em um total de 17 premiações (9 ouros, 3 pratas e 5 bronzes). Durante a competição, 18 delegações representaram 21 Estados brasileiros. Mais de 800 servidores disputaram as 19 modalidades esportivas.

A 8ª Região levou 45 atletas, com destaque para o servidor Sammy Johnson, da VT de Paragominas, que obteve 8 medalhas, sendo 6 individuais e 2 coletivas.

Além do apoio da ASTRA 8, a equipe teve patrocínio da SEEL-Secretaria Estadual de Esporte e Lazer e da Caixa Econômica Federal.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE TRT-8ª REGIÃO E RECEITA FEDERAL

No dia 29 de outubro de 2007, o TRT-8ª Região, representado por seu presidente, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, e a Secretaria da Receita Federal no Brasil, representada pelo superintendente da 2ª Região Fiscal, José Barroso Tostes Neto, celebraram convênio com objetivo de possibilitar ao Tribunal o atendimento de pessoas interessadas na inscrição e na alteração de endereço no CPF, nos casos especificados pela Receita, compreendendo atendimento e orientação, recebimento, conferência e transcrição, pré-validação e transmissão eletrônica de formulários CPF. O serviço prestado pelo TRT-8ª Região será gratuito.

TRIBUNAL PADRONIZA USO DE FONTE E ESTABELECE IMPRESSÃO EM FRENTE E VERSO

O presidente do TRT-8ª Região, desembargador José Edíslimo Eliziário Bentes, considerando a necessidade de incentivar ações de combate ao desperdício e de redução dos impactos ambientais, diretos e indiretos, gerados pela administração pública, determinou a utilização da fonte *Courier New*, tamanho 11, para expedição de documentos no âmbito da Justiça do Trabalho da 8ª Região, bem como estabeleceu a impressão em frente e verso.

A determinação constou da Portaria GP nº 649, de 30 de outubro de 2007. A Secretaria Especial de Tecnologia da Informação fará as alterações necessárias nos relatórios gerados pelos sistemas corporativos, de modo a reduzir o consumo de suprimentos (papel e *tonner*). Estudos realizados pelo TRT-12ª Região (SC) indicaram que, em comparação com as tradicionais Arial/*Times New Roman*, com a mesma quantidade de tonner, a fonte *Courier New* imprime 75% a mais de páginas. Em que pese a utilização dessa fonte, em tamanho 11, consumir cerca de 15% a mais de papel, a impressão em frente em verso possibilitará uma economia global próxima de 50% no consumo desses materiais, contribuindo para a redução do volume de resíduos produzidos pela 8ª Região.

A medida, juntamente com a adoção do papel reciclado (Portaria GP nº 470/2007), é mais uma ação proposta pelo Programa TRT Ambiental para estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso consciente dos recursos naturais e dos bens públicos, contribuindo para reduzir os impactos ambientais causados pela entrega da prestação jurisdicional na 8ª Região.

POSSE DE NOVOS JUÍZES SUBSTITUTOS

Os oito aprovados no Concurso Público C-317, de provas e títulos, para provimento do cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região, tomaram posse no dia 31 de outubro de 2007, na sala de cursos da EMATRA 8, em cerimônia dirigida pelo presidente do TRT-8ª Região, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes.

Inicialmente com 645 candidatos inscritos, ultrapassaram as quatro fases classificatórias de provas os bacharéis em Direito: Daniel Gonçalves de Melo, Núbia Soraya da Silva Guedes, Fábio Melo Feijão, Alessandra Maria Pereira Cruz, Amanda Cristhian Miléo Gomes Mendonça, Eduardo Ezon Nunes dos Santos Ferraz, Rafaela Queiroz de Sá e Benevides e Ginna Isabel Rodrigues Veras.

Em 5 de novembro de 2007, os novos magistrados participaram do Curso de Formação Inicial, promovido pela EMATRA 8, com previsão de término em 29 de novembro. A sessão solene destinada ao recebimento oficial pela Corte será dia 23 de novembro de 2007.

TPA VIRTUAL

No dia 31 de outubro de 2007, servidores da Secretaria Administrativa, do Serviço de Material e Patrimônio e da Secretaria de Recursos Humanos participaram da primeira reunião de validação do novo sistema de tramitação de processos administrativos - TPA Virtual.

A proposta do novo sistema é possibilitar que o processo administrativo tramite de modo 100% virtual, sendo alimentado por peças produzidas

eletronicamente ou por digitalização. As mencionadas peças constituirão "folhas" do processo digital, e não serão passíveis de alteração ou supressão. Havendo necessidade, o processo digital poderá ser impresso (materializado), adquirindo, então, formato de um processo administrativo comum em papel.

O TPA Virtual - concebido a partir de propostas apresentadas pela Diretoria Geral, Secretaria Especial de Tecnologia da Informação e Serviço Integrado de Saúde/PAS - integra o Programa de Racionalização dos Processos Internos, desenvolvido pela Secretaria Geral da Presidência, por meio da Assessoria de Planejamento e Gestão. A primeira etapa contemplou o mapeamento e redesenho de processos críticos da área administrativa (Diárias, Passagens e Dispensa de Licitação). A previsão é de que a partir de janeiro/2008, o novo sistema comece a funcionar em caráter experimental.

TRTV8

Criada em setembro deste ano, a Central de Vídeos da Justiça do Trabalho da 8ª Região, denominada TRTV8, coordenada pela Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), veiculou, na grade de programação da TV Justiça, na 1ª quinzena de outubro, duas novas produções: as coberturas da inauguração da Sala de Acesso ao TRT *on line* e da Oficina de Planejamento Estratégico do Tribunal, contando com o suporte técnico da empresa Belém Mídia Eletrônica, vencedora da licitação para operacionalizar os serviços de filmagens e edições de vídeos.

No mês de outubro, a TRTV8 finalizou o documentário: o caso INCA, processo de justiça social, com entrevistas dos personagens centrais, matérias da época da invasão do terreno que abrigava a indústria falida (2004) e da sua desocupação. Também mostra, didaticamente, como foi a atuação da 1ª VT de Ananindeua na solução do emblemático caso envolvendo a ex-grande fábrica de pisos da Amazônia, que ganhou contornos de conflito social e foi matéria recorrente nas diversas mídias de nossa Capital.

Ainda em outubro, produziu e exibiu o vídeo Consciência Ambiental, na ocasião do lançamento do Programa TRT Ambiental, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, em 22/10. Realizou, também, a cobertura de todas as atividades alusivas à Semana do Servidor 2007, culminando com a exibição de seus melhores momentos no último dia (26/10).

Além destas produções, a Central de Vídeos está engajada na atualização da Videoteca da JT8. Para isso, está realizando a edição de todo acervo de filmagens contidas nos arquivos da ASCOM, desde o ano de 2002, que conta com o registro de posses, palestras, congressos e diversos outros eventos. Concomitantemente, está em fase de pré-produção e roteirização de dois novos documentários e outras produções.

COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

Estiveram abertas, até o dia 9 de novembro de 2007, as inscrições para seleção de associações e cooperativas para realização de coleta de resíduos recicláveis junto às unidades do TRT-8ª Região, nos município em Belém e Ananindeua. A medida, mais do que cumprir a uma determinação legal imposta pelo Decreto n.º 5.940/2006, pretende reforçar o compromisso do Tribunal em atuar para a garantia da cidadania e para a gestão ambiental, por meio de ações de responsabilidade social e de práticas ecoeficientes.

Segundo o Edital, os interessados devem atender aos seguintes requisitos:

I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda; II - não possuam fins lucrativos; III - possuam infra-estrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

Até o final do ano, em seleção pública, ocorrerá a escolha das instituições, observando os critérios do aludido Decreto.

DESEMBARGADOR WALMIR COSTA NOMEADO MINISTRO DO TST

O Tribunal Superior do Trabalho preencheu as três vagas remanescentes para o cargo de ministro da Corte. Dentre os escolhidos, o magistrado paraense Walmir Oliveira da Costa, oriundo do TRT-8ª Região (PA e AP), juntamente com Maurício Godinho Delgado (TRT-3ª/MG) e Márcio Eurico Vitral Amaro (TRT-24ª/MS). A posse, na sede do TST, em Brasília, está prevista para o dia 14 de novembro de 2007.

O processo seletivo durou cerca de 3 meses. Constando, pela segunda vez, entre os pré-selecionados do TST, o desembargador Walmir Costa foi o mais votado da lista quíntupla elaborada pelos atuais ministros naquela etapa do procedimento. O presidente da República indicou, então, três nomes, que passaram por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, no dia 24 de outubro de 2007, sendo posteriormente aprovados pelo Plenário. A argüição pública é uma exigência constitucional para seleção de ministros do TST.

A partir de agosto/2000 iniciou a primeira convocação do desembargador Walmir Costa para compor o TST, em força tarefa visando agilizar o julgamento de processos, prosseguindo até dezembro/2002, e, posteriormente, de agosto/2004 até junho 2007. Nesse período, resolveu mais de 14 mil processos.

A seguir, um breve resumo da trajetória do magistrado paraense: 1982 - Graduado Bacharel em Direito pela UFPA; 1989 - Empossado juiz substituto na Justiça do Trabalho da 8ª Região; 1993 - Promovido a Juiz Titular da antiga Junta de Conciliação e Julgamento de Almeirim - PA; 1995 - Convocado para compor o TRT-8ª Região; 1996 - Nomeado presidente da Associação da Justiça do Trabalho da 8ª Região - AMATRA VIII; 1997 - Promovido ao cargo de Juiz Togado do TRT-8ª Região; 1998 - Titulado Mestre em Direito Público; 2000 - Convocado, pela primeira vez, para o TST; 2007 - Nomeado Ministro do TST.

Outros paraenses compuseram o TST, chegando inclusive à presidência: Raymundo de Souza Moura (Presidente - 1980/82), Orlando Teixeira da Costa (Presidente - 1993/95) e Rider Nogueira de Brito (Presidente - 2007/09).

AMATRA 8 HOMENAGEIA DESEMBARGADOR WALMIR COSTA

No dia 6 de novembro de 2007, no Salão Nobre do Tribunal, a AMATRA 8 ofereceu almoço em homenagem ao desembargador Walmir Oliveira da Costa, nomeado para uma das vagas de Ministro do TST. Na ocasião, o magistrado recebeu das mãos do ex-presidente do TRT-8ª Região e fundador da AMATRA 8, desembargador aposentado Haroldo da Gama Alves, placa de felicitações.

Presentes ao evento, o presidente do TRT-8ª Região, desembargador José Edílsimo Eliziário Bentes, a vice-presidente, Francisca Oliveira Formigosa, a procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, Loana Lia Gentil Uliana, a presidente da OAB-PA, Angela Serra Sales, o representante do Governo do Estado do Pará, consultor Carlos Botelho, além de magistrados ativos e inativos, servidores e familiares do homenageado.

PLENO DO TRT-8ª DESPEDE-SE DO NOVO MINISTRO DO TST

A despedida do desembargador paraense Walmir Oliveira da Costa do TRT-8ª Região - onde atuou por mais de 18 anos - foi marcada por grande emoção, durante a sessão extraordinária do Pleno. A reunião, iniciada às 9 horas da manhã do dia 7 de novembro de 2007, durou cerca de 40 minutos e teve a presença de 16 dos 23 desembargadores do Tribunal, da procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, Loana Lia Gentil Uliana, entre outras autoridades e servidores.

A sessão registrou o último dia de trabalho do magistrado na 8ª Região. Após a abertura da sessão, pelo presidente do Tribunal, desembargador Eliziário Bentes, coube a saudação oficial à desembargadora Odete de Almeida Alves, que, além de amiga pessoal, ingressou na magistratura no mesmo ano que o homenageado.

O novo ministro do TST lembrou que a 8ª Região é uma escola e disse que a magistratura é o sentido de sua vida. Uma hora antes da homenagem no Pleno, o magistrado, reforçando seu compromisso com o Regional, ainda participou da sessão da 3ª Turma do TRT-8ª, onde julgou os últimos processos nos quais era relator.

ATIVIDADES DO DESEMBARGADOR VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA

* *Participação em Conclaves Jurídicos:*

Conferência ministrada no Seminário "Os novos rumos do processo do trabalho diante das reformas constitucional e processual civil", realizado nos dias 18 e 19 de outubro de 2007, em Marabá (PA), sob os auspícios da EMATRA 8 e AMATRA VIII.

* *Artigos Jurídicos:*

1. "O Poder Normativo da Justiça do Trabalho", publicado na Revista SYNTHESIS, nº 44/2007 (Órgão Oficial do TRT-2ª Região-SP) - Resumo do artigo publicado na Revista do TRT-8ª Região, nº 75, Jul./Dez./2005 (resumido por Cleonice Aparecida de Carvalho Nolasco). 2. "A execução trabalhista e o princípio da subsidiariedade (aplicação do art. 475-J, do CPC)", publicado na Revista do TRT-8ª da Região, nº 78, v. 40 (Jan./Jun./2007).

* *Atividades Administrativas:*

Membro da Comissão Permanente do Movimento pela Conciliação. (Port. GP nº 246/2007-Proc. TRT nº 857/2007).

* *Artigos e Atividades Culturais:*

Em 07 de março de 2007, o "*Hino do Tribunal de Justiça do Estado do Pará*", de sua autoria (música e letra), é oficializado pela Resolução nº 011/2007, do mesmo Tribunal, publicada no Diário da Justiça nº 3.842, edição de 19.03.2007.

Em 06 de junho de 2007, a sua composição "*Chorinho Pai D'Égua*" (Duo para Violoncelo e Piano) é executada, em primeira audição, na Igreja de Santo Alexandre, em Belém (PA), por Diego Carneiro (violoncelo) e Helena Maia (piano), durante o XX Festival Internacional de Música do Pará, em que também se apresentou o violoncelista Joás dos Santos Cardoso.

Em 18 de junho de 2007, a sua composição "*Sonatina Amazônica*" (Vibra-

fone, Marimba, Xilofone, Piano e Percussão), em cinco movimentos (Dança e Pororoca; Calmaria no Tapajós; Fúria Amazônica; Banzeiro; e Reencontro das Águas), é executada, em primeira audição (estréia mundial), na Sala "Ettore Bósio", no Conservatório "Carlos Gomes", em Belém (PA), durante o concerto "Músicas para Dançar", em homenagem ao compositor Wilson Fonseca (Maestro Isoca), seu pai, apresentado pelo Duo Marakadon, integrado pela percussionista Cláudia Oliveira Lacourt e pela pianista e professora Gelda Silva, ambas paraenses, com participação do percussionista Cláudio Costa.

Em 20 de junho de 2007, a sua composição "*Senta a Púia*" (Duo para Vibrafone e Violoncelo) é executada, em primeira audição (estréia mundial), no Theatro da Paz, em Belém (PA), durante o concerto do TACAP (Quinteto de Percussão da Amazônia), com participação do violoncelista Moisés Levy, numa promoção da Associação Amigos do Theatro da Paz.

Em 14 de julho de 2007, a sua composição "*Valsa Santarena nº 55*" (Coro a 4 vozes mistas, Orquestra, Piano e Percussão) é executada, em primeira audição (estréia mundial), no Festival Música das Esferas de 2007, sob a iniciativa e direção do maestro Sérgio Igor Chnee e do pianista Paulo Gazzaneo, realizado nas cidades de Bragança Paulista e Serra Negra (SP), pela Orquestra Filarmônica e o Coral da Casa de Cultura Santo Amaro, de São Paulo - a quem a peça é dedicada -, sob a regência da Maestrina Sílvia Luisada. A música, composta originariamente em 2005, teve novo arranjo orquestral, a pedido da Maestrina Sílvia Luisada, escrito pelo compositor, em 2007, com colaboração de seu filho Vicente Fonseca Filho, na parte da percussão.

"Chorinho, Sonatinas, Valsas e Canções", "Do Barroco ao Contemporâneo", "Carlos Gomes e o Marcapasso" e "Tributo a Richard Hennington" - publicados no Jornal "Uruá-Tapera - Gazeta do Oeste" (Belém-Pa), Ano XV, edições nº 146 a 149, de junho a setembro/2007.

"Pavarotti e Joaquim Toscano" - publicado no Blog do Jeso Carneiro, edição de 08/09/2007 (Santarém-PA).

"Tributo a Richard Hennington" - texto lido por José Agostinho da Fonseca Neto, na solenidade de inauguração do "Terminal Fluvial Turístico", onde havia o trapiche (construído pelo Reverendo Richard Thomas Hennington), realizada em 17.09.2007, quando se comemorava 140 anos da chegada dos confederados em Santarém (PA), sob os auspícios da ASDECON - Associação dos Descendentes dos Confederados Americanos e da Prefeitura Municipal de Santarém.

Além de magistrado e professor, o desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca também é músico amador. A sua obra musical conta, atualmente, com quase oitocentas (800) composições (outubro/2007), dentre as quais se destacam diversas peças para piano, como a série intitulada "*Valsas Santarenas*" (61).

Eis algumas composições musicais de Vicente José Malheiros da Fonseca, produzidas no período de maio a outubro de 2007: "Ave Maria"; "Júlia" (valsa); "Minha Valsinha" (Conceição Fonseca); "Conceição" (valsa, de Wilson Fonseca); "Praça da Matriz" (marcha-rancho, letra de Emir Bemerguy); "Maria de Jesus" (valsa, de Wilson Fonseca); "Diana" (valsa, de Wilson Fonseca); "Bernadete" (valsa, de Wilson Fonseca); "Pérola do Tapajós" (valsa: letra de Felisbelo Sussuarana; e música: Pedro Santos e Wilson Fonseca); "Não me Apresse" (choro-estudo nº 3, de Wilson Fonseca); "Beatrice" (valsa, de Wilson Fonseca); "Cantiga matinal à bem-amada" (valsa); "Lua Branca" (canção, letra: Paulo Rodrigues dos Santos; e música: Wilson Fonseca); "Meditação" (noturno); "Sairé de Santarém" (Dança de Alter-do-Chão); "Chorinho Pai D'Égua" (choro); "Motivo Tapajônico"; "Procissão do

Círio" (toada moderna); "Nurandaluguaburabara (2)" (samba); "Rapsódia Tapajônica" (bossa nova); "Jana" (maxixe); "Valsa Santarena nº 61"; "Dança na Roça" (sairé - dança coreográfica); "Marcapasso" (chorinho); "Irurá" (chorinho); "Tema para Lorena" (valsa); "Sonatina Amazônica" (Pequena Sonata para Violoncelo e Piano, em cinco movimentos: "Dança e Pororoca"; "Calmaria no Tapajós"; "Fúria Amazônica"; "Banzeiro"; e "Reencontro das Águas"); "Canção a um grande amor" (3) (canção); "Noturno Tapajônico"; "Despretensioso" (chorinho, de Luna Remer - Luciana Remer Tacla); "Lia Sophia" (valsa).

ATIVIDADES DO DESEMBARGADOR GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO

De dezembro de 2006 a novembro de 2007, o desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho, que também é professor titular da Universidade da Amazônia (UNAMA), teve entrevista sobre vários temas jurídicos publicada na revista O Trabalho, Curitiba, 24(292):3-6, novembro/2006; publicou o artigo "Quinze anos de saudade", na Revista da Academia Paraense de Letras; o artigo "O triênio de atividade jurídica e a Resolução nº 11 do CNJ", no Jornal Trabalhista de Brasília; o artigo "Saneamento das nulidades em grau de recurso", na Revista do TRT da 8ª Região. Escreveu os prefácios dos livros "Direito Sindical", 2ª edição, do procurador do trabalho José Cláudio Monteiro de Brito Filho, pela LTr Editora; "A proteção ao trabalho penoso", da professora Christiani Marques, também pela LTr Editora; "Meninas domésticas, infâncias destruídas", da juiza do trabalho Maria Zuíla Lima Dutra, igualmente pela LTr Editora; e "Regime próprio da Previdência Social", da dra. Maria Lúcia Miranda Álvares, pela Editora NDJ, de São Paulo. Lançou os livros "Trabalho na Amazônia: a questão dos migrantes", pela Editora da UNAMA, de Belém, e "Direito do Trabalho", volume 10, pela LTr Editora, de São Paulo, e colaborou na obra coletiva "As novas faces do direito do trabalho", em homenagem a Gilberto Gomes, coordenada por João Alves Neto (Salvador, Quarteto, 2006).

Presidiu, como orientador, a banca de defesa da dissertação de Mestrado do juiz do trabalho Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior, intitulada "O princípio constitucional da celeridade do processo e sua aplicação ao processo do trabalho", na Universidade da Amazônia, em Belém.

Ministrou aulas sobre Direito Internacional do Trabalho nos cursos de especialização em Direito do Trabalho da Universidade Potiguar, em Mossoró (Rio Grande do Norte), da PUC do Paraná, em Curitiba, da Faculdade Boa Viagem (Recife, PE), e palestra sobre "Solução de conflitos coletivos", no Curso de Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco (Recife, PE).

Proferiu conferências sobre "Saneamento de nulidades no processo do trabalho", no I Congresso de Direito Processual do Trabalho, em Vitória (ES), sobre "Estado atual da reforma sindical", no 47º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, em São Paulo; sobre "O trabalho intelectual na era da informação: pejotização, blogs de consultas e contratos de imagem", no I Seminário Carioca de Direito e Processo do Trabalho na Era da Informação, no Rio de Janeiro; sobre "Globalização, Meio Ambiente e Direito do Trabalho", no Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Direito Ambiental, promovido pela Universidade de Caxias do Sul, em Caxias do Sul (RS), sobre "Ampliação da competência da Justiça do Trabalho?", no 6º Seminário Sul Baiano de Direito,

em Porto Seguro (BA), sobre “Assédio Moral”, na empresa Rede Celpa, em Belém-PA, tendo sido o orador oficial da sessão conjunta da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, alusiva ao 107º aniversário de fundação de ambas as entidades, e participou do XIX Encontro Prepatório do Congresso do CONPEDI, em Campos dos Goitacazes (RJ).

Igualmente, foi agraciado com o diploma de Honra ao Mérito, pela Câmara Municipal de Belém do Pará, e recebeu a Medalha Arnaldo Süssekind, da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Foi membro da Comissão da Prova Escrita de Conhecimentos Jurídicos do Concurso de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 5ª Região (Salvador, Bahia), além de ter integrado a banca examinadora da Prova Oral do Concurso de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 8ª Região, e ter sido membro da comissão julgadora do Concurso Literário de 2007, Prêmio Georgenor Franco, gênero Novela, da Academia Paraense de Letras.

Todas as atividades desenvolvidas pelo magistrado foram sem ônus para o TRT da 8ª Região.